



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2117

Segunda-feira - 07 de Novembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guarujá do Sul.....	146	Pinheiro Preto.....	378
Alto Bela Vista.....	3	Herval d'Oeste.....	172	Planalto Alegre.....	379
Antônio Carlos.....	6	Ilhota.....	175	Pomerode.....	380
Arabutã.....	8	Imarui.....	176	Ponte Serrada.....	382
Balneário Piçarras.....	9	Imbituba.....	177	Porto Belo.....	384
Barra Bonita.....	10	Indaial.....	178	Porto União.....	386
Barra Velha.....	12	Iomerê.....	179	Presidente Nereu.....	396
Biguaçu.....	13	Itá.....	186	Princesa.....	397
Blumenau.....	26	Itaiópolis.....	187	Rio das Antas.....	411
Bom Jesus do Oeste.....	48	Itapema.....	188	Rio do Sul.....	412
Bom Retiro.....	53	Itapiranga.....	189	Rio Fortuna.....	436
Botuvera.....	54	Itapoá.....	191	Salto Veloso.....	437
Braço do Trombudo.....	55	Ituporanga.....	202	Santa Terezinha do Progresso.....	438
Brunópolis.....	62	Jaraguá do Sul.....	209	Santiago do Sul.....	441
Brusque.....	63	Joaçaba.....	231	São Bento do Sul.....	442
Caçador.....	67	Lages.....	240	São João do Oeste.....	446
Camboriú.....	75	Laguna.....	241	São João do Sul.....	447
Campo Alegre.....	76	Lajeado Grande.....	243	São Joaquim.....	448
Campo Erê.....	87	Lebon Regis.....	248	São José.....	449
Campos Novos.....	89	Leoberto Leal.....	249	São José do Cedro.....	466
Canoinhas.....	92	Lindóia do Sul.....	252	São Lourenço do Oeste.....	469
Capinzal.....	94	Lontras.....	256	São Pedro de Alcântara.....	470
Cocal do Sul.....	98	Luzerna.....	257	Schroeder.....	471
Concórdia.....	99	Mafra.....	258	Seara.....	480
Cordilheira Alta.....	103	Maravilha.....	259	Serra Alta.....	488
Coronel Freitas.....	104	Massaranduba.....	291	Sombrio.....	492
Coronel Martins.....	114	Meleiro.....	294	Sul Brasil.....	493
Curitibanos.....	115	Modelo.....	295	Timbó.....	494
Dionísio Cerqueira.....	119	Mondai.....	300	Trombudo Central.....	501
Doutor Pedrinho.....	126	Navegantes.....	301	Tunápolis.....	502
Flor do Sertão.....	127	Novo Horizonte.....	303	Turvo.....	598
Forquilha.....	131	Orleans.....	337	União do Oeste.....	599
Fraiburgo.....	134	Ouro.....	354	Vargem Bonita.....	600
Frei Rogério.....	137	Palhoça.....	355	Videira.....	601
Garopaba.....	139	Paraíso.....	357	Vitor Meireles.....	609
Gaspar.....	141	Passos Maia.....	358	Xanxerê.....	613
Grão Pará.....	142	Paulo Lopes.....	360	Xavantina.....	620
Guaraciaba.....	143	Penha.....	361	Xaxim.....	622
Guaramirim.....	144	Peritiba.....	371		

Associações

FECAM.....	650
------------	-----

Consórcios

CIS/AMMVI.....	651	CISAM.....	654	CIAPS.....	660
CIS/AMOSC.....	652	Consórcio Lambari.....	660	CIS/AMERIOS.....	662

Editais de Notificação

São Joaquim.....	666
------------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 266/2016

PORTARIA Nº 266/2016 de 04 de novembro de 2016

“CONCEDE ACUMULO DE FUNÇÃO A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. Lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e Lei Complementar 070/2011 de 12/07/2001.

Resolve:

Artigo 1º Conceder Acúmulo de Função ao funcionário CILES PAULO DE MORAES JUNIOR, inscrito sob CPF nº 569.102.749-20, funcionário efetivo no cargo de Engenheiro Civil – 20 horas, a partir de 04/11/2016 por exercer além de suas atribuições do cargo efetivo, as atribuições do Cargo de Fiscal de Obras e Posturas, conforme Anexo X da lei Complementar 058/2009.

Artigo 2º A referida Função Gratificada não será remunerada pois o funcionário já recebe a Gratificação prevista no artigo 2º, Parágrafo Único da Lei Complementar 070/2011 de 12 de julho de 2011.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de novembro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 267/2016

PORTARIA Nº 267/2016 de 04 de novembro de 2016

“CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento da irmã, a partir de 30/10/2016, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme Declaração de óbito anexa, para a servidora Maricléia Fatima Toigo Fiel, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de novembro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alto Bela Vista

PREFEITURA

CÂMARA DE VEREADORES - TOMADA DE PREÇO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Modalidade: Tomada de Preço 01/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Alto bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Técnica e Preço. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a execução dos serviços especializados na área de informática, para licenciamento de softwares de gestão pública totalmente integrados com acesso simultâneo de usuários, integrados, por um período de até 48 (quarenta e oito) meses. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 15:30 horas, do dia 24 de novembro de 2016. Data em que se fará sessão pública de Julgamento, a partir das 15:45hs, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.camaraaltobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455.9155. Alto Bela Vista (SC), em 07 de novembro de 2016. Leonice Grätner Engel - Presidente.

DECRETO Nº 2272 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder quinze (15) dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, LISEMAR ROESE HORN, ocupante do cargo de COORDENADOR DE CONTROLE OPERACIONAL, lotada na Gerência de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Período aquisitivo de 04/03/2015 à 03/03/2016, período de gozo de 03 a 17 novembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 3 de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2273 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
625	RONEI PALLAS	03/03/2015	03/03/2016	07/11/2016	21/11/2016

597	FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA	09/01/2016	08/01/2017	07/11/2016	21/11/2016
676	LUCIDIO JOSÉ MUNCIO COMPAGNON	22/12/2015	21/12/2016	07/11/2016	21/11/2016
624	CARLINE FUNCKLER	05/01/2016	04/01/2017	09/11/2016	23/11/2016
622	LOURDES ROVER KOLLER	22/12/2015	21/12/2016	10/11/2016	24/11/2016
654	VILMAR JOSÉ ZONTA	24/02/2015	23/02/2016	10/11/2016	24/11/2016
625	RONEI PALLAS	03/03/2016	03/03/2017	22/11/2016	06/12/2016

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2274 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. CRISTIANO ALEX AULER, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e de outros atos de Publicação exigidos por Lei.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato o Servidor designado não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de 07 de novembro de 2016, revogando o Decreto 2131 de 03 de fevereiro de 2016 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 137 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 086/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, LAURI FISCHER, ocupante do cargo efetivo de MECÂNICO, matrícula 335, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 23/08/2010 a 22/08/2015, período de gozo de 07 de novembro a 06 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2016

DECRETO Nº 000108/16 de 7 de Novembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0008.2.015-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 2.000,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0008.2.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 13.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107/2016

DECRETO Nº 000107/16 de 4 de Novembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 87.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 47.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 20.000,00

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 87.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 109/2016

DECRETO Nº 000109/16 de 7 de Novembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 45.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 25.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial

e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 45.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº.1943/2016

DECRETO Nº 1943, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Financeira com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia/SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 26 da lei complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Financeira com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia/SC, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Rua Anita Garibaldi, 1298 - Bairro Vista Alegre na Cidade Município de Concórdia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.076.232/0001-50, no valor de R\$ 1.438,88 a serem pagas em 2 (duas) parcelas conforme Plano de Aplicação constante do Anexo II do presente Decreto, relativo ao projeto atividade 2.051 - Educação de Portadores de Necessidades Especiais, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0190.000000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a Conjuração de esforços para atendimento de portadores de necessidades especiais do Município de Arabutã e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Primeiro Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de novembro de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 04 de novembro de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 345/2016

PORTARIA N.º 345/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica retificado o art.1º da portaria 342/2016, de 20 de outubro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1 Conceder APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO, a Senhora ADELINA DIAS PEREIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, Nível E-3, carga horária 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais de acordo com a Legislação, tornando sem efeito todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de outubro de 2016.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 04 de novembro de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 04 de novembro de 2016.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº13/2016 FMDR

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTORURAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 13/2016

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Contratação de prestação de serviços de trator de pneu para realização de serviços de silagem, pé de pato, gobi, plantação de milho e sorgo nas propriedades rurais do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 4 de novembro de 2016.

MARCELO RAMA
Gestor FMDR

LEI Nº 777/2016 "DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI nº 777/2016

"Dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano da cidade de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina. FAÇO SABER a todos os habitantes deste município que encaminhei para a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e posterior aprovação, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - O perímetro urbano da cidade de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, passa compreender também o seguinte lote rural, Parte do lote rural nº14, com área de 68.733,64m² e parte da Chácara Rural n. 05 com 11.000,00m² de propriedade de Décio Christoff, com ampliação do perímetro urbano num total de 79.733,64m², sem benfeitorias conforme matrícula nº45796 situado no 1º Perímetro do município de Barra Bonita/SC, confrontando em conjunto: ao NORDESTE, pelo Arroio Barra Bonita; ao SUDESTE, com Lote Urbano nº 32, por linha seca; com Travessa Buenos Aires; com os Lotes Urbanos nºs 42-A, 97 e 98, por linha seca; com a Rua Itamarati; e com o lote urbano n. 162, por linha seca; novamente ao NORDESTE, Com os Lotes Urbanos nºs 162, 161, 160, 159, 158, 157, 156, 155, 154 e parte do lote urbano n. 153, por linha seca; novamente ao SUDESTE, com a mesma Chácara nº 05, de Felix Guaragni e outros, por linha seca; ao SUDOESTE, com Parte da Chácara nº 04, de Luis Antonio Zaccaron, por linha seca; novamente ao SUDESTE, com a Chácara nº 04, de Luis Antonio Zaccaron, novamente ao SUDOESTE, com Parte do Lote Rural nº 14, de Décio Christoff, por linha seca; ao NOROESTE, com o

mesmo lote rural nº 14, de Gomercindo Bonatto, por linha seca.

Artigo 2º - O imóvel descrito no artigo anterior, será parcelado sob a forma de DESMEMBRAMENTO, formando 2 (duas) novas glebas, com as seguintes características, áreas e confrontações:

I – CHÁCARA nº 18, com área de 23.733,64 m², (constante da subdivisão de parte do lote rural n. 14), sendo 1.667,00m² de APP – Área de Preservação Permanente, confrontando: ao NORDESTE, pelo Arroio Barra Bonita; ao SUDESTE, com Lote Urbano nº 32, por linha seca; com Travessa Buenos Aires; com Lote Urbano nº 43, por linha seca e com parte da Rua Buenos Aires; ao SUDOESTE, com a chácara n. 19 (da subdivisão de parte do lote rural n. 14), de Décio Christoff, por linha seca; ao NOROESTE, com o mesmo lote rural nº 14, de Gomercindo Bonatto, por linha seca.

II – CHÁCARA nº 19, com área de 45.000,00m² (constante da subdivisão de parte do lote rural n. 14), e PARTE DA CHÁCARA N. 05, com área de 11.000,00 m², num total de 56.000,00 m², confrontando em conjunto: ao NORDESTE, com a chácara n. 18 de Décio Christoff, por linha seca; ao SUDESTE, com Parte da Rua Buenos Aires; com os Lotes Urbanos nºs 42-A, 97 e 98, por linha seca; com a Rua Itamarati e com o lote urbano nº 162, por linha seca; novamente ao NORDESTE, com os lotes urbanos nºs 162, 161, 160, 159, 158, 157, 156, 155, 154 e com parte do lote urbano n. 153, por linha seca; novamente ao SUDESTE, com a mesma Chácara nº 05, de Felix Guaragni e outros, por linha seca; ao SUDOESTE, com Parte da Chácara nº 04, de Luis Antonio Zaccaron, por linha seca; novamente ao SUDESTE, com a Chácara nº 04, de Luis Antonio Zaccaron, por linha seca; novamente ao SUDOESTE: com Parte do mesmo Lote Rural nº 14, de Décio Christoff, por linha seca; ao NOROESTE: com o mesmo lote rural nº 14, de Gomercindo Bonatto, por linha seca.

Artigo 3º - O imóvel matriculado sob n. 45.796, constante da "PARTE DO LOTE RURAL N.14", terá uma área remanescente de 69.766,36m² (sendo que nas áreas de 15.887,00m² e 3.196,00m², acha-se averbada a Reserva Legal; e a área de 6.950,00m², destinada a APP – Área de Preservação Permanente), confrontando: ao NORDESTE, com a chácara n. 19, de Décio Christoff, por linha seca; ao SUDESTE, com parte da chácara n. 04, de Luiz Antonio Zaccaron, com a chácara n. 03 de Alcir Klagemberg, e com o lote rural n. 13 de Valnei Aluisio Gattermann, por linha seca; ao SUDOESTE, com o lote rural n. 36 de Paulo Mora, por travessão. Ao NOROESTE, com o mesmo lote rural n. 14, de Gomercindo Bonatto, por linha seca.

Parágrafo único – O imóvel remanescente descrito no caput, permanece na zona rural, e destinada a fins agrícolas.

Artigo 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a lei 642/2012.

Gabinete do Prefeito, aos 04 de novembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito do Município de Barra Bonita/SC

LEI Nº 778/2016. "DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES ACERCA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO MUNICIPAL"

LEI Nº 778/2016.

"DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES ACERCA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO MUNICIPAL"

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER a todos os habitantes do município de Barra Bonita, que encaminhei a Câmara Municipal de Vereadores para análise e posterior aprovação o seguinte Projeto de Lei.

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Sistema Contábil Patrimonial os livros da Biblioteca Pública Municipal.

Art.2º Os livros referidos no artigo anterior são os constantes nos anexos desta Lei.

Art.3º Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

§1º Os livros e materiais bibliográficos, adquiridos para bibliotecas públicas, serão classificados como material de consumo.

Art. 4º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

§1º São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representam parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou material similar;

III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;

IV- álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livros ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema Braille.

Art. 5º As bibliotecas públicas estabelecerão instrumentos internos de controle do seu acervo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, 04 de novembro de 2016

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 321, de 04 de novembro de 2016.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diária a servidora Sirley Maria Zanin Trevisan, matrícula nº1990-3, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$181,50 (cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Carlos – SC, conforme memorando nº10/2016 e roteiro de viagem nº10/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2016 PP 058/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: J.C.B MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP
Objeto: Aquisição de veículos para Secretaria de Educação a serem usados no Transporte escolar e na oficina de pães do Município.
Valor do Contrato: R\$ 170.590,00
Data de Assinatura: 25/10/2016
Data de Vencimento: 25/10/2017
Barra Velha, 25 de outubro de 2016.
CARLOS HENRIQUE CORREA
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 002/2016 PP 058/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016
Contratada: RICCI VEICULOS LTDA
Objeto: Aquisição de veículos para Secretaria de Educação a serem usados no Transporte escolar e na oficina de pães do Município.
Valor do Contrato: R\$ 661.000,00
Data de Assinatura: 25/10/2016
Data de Vencimento: 25/10/2017
Barra Velha, 25 de outubro de 2016.
FABIO VINICIUS NOGUEIRA
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 003/2016 PP 058/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
Contratada: VD COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Objeto: Aquisição de veículos para Secretaria de Educação a serem usados no Transporte escolar e na oficina de pães do Município.
Valor do Contrato: R\$ 499.000,00
Data de Assinatura: 25/10/2016
Data de Vencimento: 25/10/2017
Barra Velha, 25 de outubro de 2016.
VALDECIR BRYK Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

RESCISÃO CONTRATO 004/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 004/2016
Contratada ANILCE STIEVEM TITTON
Licitação: Proc. Administrativo 009/2016 - Dispensa 004/2016
Objeto: Locação de imóvel, casa em alvenaria, com área construída de aproximadamente 260m2(duzentos e sessenta) metros quadrados, Imóvel em perfeitas condições de uso, sem mobília, localizado a Rua Pedro Alcântara Freitas, nº 77, Bairro Centro, neste Município de Barra Velha, para o funcionamento de Unidade de Saúde da Família – ESF - Centro, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde
Data da assinatura: 05/10/2016
Barra Velha, 05 de outubro de 2016
ANILCE STIEVEM TITTON
Pela Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO ATA - PP 257-2016-PB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 DO PP 257/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
EMPRESA: Alimentar Distribuidora Ltda-ME
VALOR TOTAL: R\$ 442.749,77
EMPRESA: Bruthan Comercial Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 632.195,18
EMPRESA: Gizele Regina da Silva
VALOR TOTAL: R\$ 198.841,92
EMPRESA: Sebold Com. Atacado de Prod. Alim. e Equip. Ltda-ME.
VALOR TOTAL: R\$ 151.022,06
VIGÊNCIA: 01/02/2016 A 01/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016 DO PP 244/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: Elo Comercio e Serviços Ltda
VALOR TOTAL: R\$ 6.927,25
EMPRESA: Bruthan Comercial Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 102,00
EMPRESA: L & M Com. Atac. De Prod. Alim.
VALOR TOTAL: R\$ 20.992,00
EMPRESA: Sebold Com. Atacado de Prod. Alim. e Equip. Ltda-ME.
VALOR TOTAL: R\$ 13.708,20
VIGÊNCIA: 02/02/2016 A 02/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016 DO PP 269/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS MUNICÍPIOS CARENTES DO MUNICÍPIO PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
EMPRESA: SEBOLD COM. ATAC. DE PRODUTOS, ALIM.E EQUIP. LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 63.000,00

VIGÊNCIA: 18/02/2016 A 18/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015 DO PP 232/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA O USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: BRUTHAN COMERCIAL LTDA..
VALOR TOTAL: R\$ 59.926,00
VIGÊNCIA: 29/01/2016 A 29/01/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2016 DO PP 276/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA UTILIZAÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
EMPRESA: ERGO MOBILI IND. E COM DE MÓVEIS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 124.684,00
EMPRESA: JEFERSON DA SILVEIRA ME
VALOR TOTAL: R\$ 1.760,00
EMPRESA: MM SÃO JOSÉ LTDA-ME
VALOR TOTAL: R\$ 47.692,00
EMPRESA: SUPRIMOVEIS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 28.998,00
VIGÊNCIA: 03/02/2016 A 03/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016 DO PP 268/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS, ESTRADAS, REDES DE DRENAGEM, OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA.
EMPRESA: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

VALOR: R\$ 242.570,00
EMPRESA: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.
VALOR : R\$ 412.150,00
EMPRESA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA
VALOR: R\$ 12.621,00
EMPRESA: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VALOR: R\$ 86.778,16
EMPRESA: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VALOR: R\$ 134.200,00
EMPRESA: PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME
VALOR: R\$ 7.500,00
EMPRESA: PLM – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
VALOR: R\$ 15.200,00
EMPRESA: SOS ASFALTOS LTDA- EPP
VALOR: R\$ 11.815,00
EMPRESA: VALDELI CÉLIO DOS SANTOS EIRELI EPP
VALOR: R\$ 58.954,50
EMPRESA: WA COMÉRCIO LTDA- ME
VALOR: 1.228.252,00
EMPRESA: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
VALOR: R\$ 424.620,00
VIGÊNCIA: 02/02/2016 à 02/02/2017
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
07/2016 DO PP 279/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SER-
VIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA USO DAS SECRE-
TARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PRE-
FEITO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER E ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO.
EMPRESA: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS
VALOR TOTAL: R\$ 107.790,00
VIGÊNCIA: 01/02/2016 A 01/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016 DO PP
271/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CASA
LAR E RECRIA.
Informamos a Desclassificação da empresa Copal Alimentos Ltda
no lote 04, sendo considerado como novo vencedor a empresa
Bhurthan Comercial Ltda, passando a ATA a ter os seguintes ven-
cedores:
EMPRESA: L & M Comércio Atac. De Prod. Alimentícios.
VALOR TOTAL: R\$ 43.329,80
EMPRESA: Distribuidora Nova Esperança Ltda
VALOR TOTAL: R\$ 63.420,01
EMPRESA: Elo Comercio e Serviços Ltda-Me
VALOR TOTAL: R\$ 17.383,93
EMPRESA: Bhurthan Comercial Ltda.
VALOR TOTAL: 129.174,24
VIGÊNCIA: 12/02/2016 A 12/02/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
16/2016 DO PP 248/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA UTI-
LIZAÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E ASSISTÊNCIA SO-
CIAL.
EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos
VALOR: R\$ 43.020,04
EMPRESA: Aquinzel Suprimentos para Escritório
VALOR: R\$ 35.716,60
EMPRESA: L. Mohr Ltda. - Epp
VALOR: R\$ 272,00
EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP
VALOR: R\$ 13.980,00
EMPRESA: Elmo Papelaria Ltda EPP
VALOR: R\$ 31.667,90
EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME
VALOR: R\$ 3.750,00
EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME
VALOR: R\$ 40.368,40
EMPRESA: Simone Maria Geremias Schaefer - ME
VALOR: R\$ 19.306,79
VIGÊNCIA: 26/02/2016 à 26/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 DO PP
231/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATE-
RIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO,
PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTU-
RA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS
E INFRAESTRUTURA.
Informamos a Desclassificação da empresa TRATOR PEÇAS no lote
02, sendo considerado como novo vencedor a empresa Cristiani
Louri Rodrigues, passando a ATA a ter os seguintes vencedores:
EMPRESA: Cristiani Louri Rodrigues e Cia Ltda Me
VALOR: R\$ 98.055,05
EMPRESA: JMC Junkes Mat. de Construção Ltda
VALOR: R\$ 89.992,35
EMPRESA: Peixer Com. de Eletroeletrônicos Ltda
VALOR: R\$ 15.940,05
EMPRESA: Delvalle Materiais Elétricos Ltda –ME
VALOR: R\$ 810,00
EMPRESA: HBJ Com. de Mat. de Const. Ltda. –ME
VALOR: R\$ 590,00
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 DO PP 250/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS.
EMPRESA: BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI LTDA.
VALOR: R\$ 132.754,60
EMPRESA: BELLEZENZIER PNEUS LTDA.
VALOR: R\$ 28.000,00
EMPRESA: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.
VALOR: R\$ 57.178,00
EMPRESA: MODELO PNEUS LTDA.
VALOR: R\$ 11.120,00
EMPRESA: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
VALOR: R\$ 77.046,00
VIGÊNCIA: 19/02/2016 A 19/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016 DO PP 23/2016.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM FORNECIDOS NOS CEIM'S E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2016.
EMPRESA: PLANETA COMERCIAL LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 217.054,61
VIGÊNCIA: 25/02/2016 A 25/02/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016 DO PP 233/2015 - FAMABI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: Aquinpel Suprimentos para Escritório
VALOR: R\$ 5.010,30
EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP
VALOR: R\$ 32,07
EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME
VALOR: R\$ 4,00
EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME
VALOR: R\$ 1.807,53
VIGÊNCIA: 03/03/2016 à 03/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016 DO PP 233/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos
VALOR: R\$ 2.250,00
EMPRESA: Aquinpel Suprimentos para Escritório
VALOR: R\$ 146.920,14
EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP
VALOR: R\$ 33.243,83
EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME
VALOR: R\$ 8.275,40
EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME
VALOR: R\$ 128.644,87
VIGÊNCIA: 03/03/2016 à 03/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016 DO PP 245/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.
EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos
VALOR: R\$ 380.244,80
EMPRESA: Sebold Com. Atacado de Prod. Alim. e Equip. Ltda-ME.
VALOR: R\$ 335.075,00
EMPRESA: Foot com. E distribuidora de Artigos Esportivos Ltda-ME
VALOR: R\$ 11.497,50
EMPRESA: Gizele Regina da Silva
VALOR: R\$ 125.475,00
EMPRESA: Elo Com. E Serv. Ltda-Me
VALOR: R\$ 140.265,00
EMPRESA: L & M Com. Atac. De Prod. Alim.
VALOR: R\$ 723.336,80
EMPRESA: Limpexcel Produtos de Limpeza Ltda - EPP
VALOR: R\$ 44.195,00
VIGÊNCIA: 10/03/2016 à 10/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 DO PP 259/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO E FAMABI.
EMPRESA: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 212.480,00
EMPRESA: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA-ME

VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00
VIGÊNCIA: 02/03/2016 A 02/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 DO PP 259/2015 - FAMABI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO E FAMABI.
EMPRESA: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 6.800,00
VIGÊNCIA: 02/03/2016 A 02/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016 DO PP 270/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.
EMPRESA: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 141.400,00
VIGÊNCIA: 11/03/2016 A 11/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 DO PP 234/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL, DIESEL E ÓLEO DIESEL S-10 PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.
EMPRESA: AMA – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 849.101,00.
VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016 DO PP 246/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.
EMPRESA: BEE2B INFORMÁTICA LTDA ME.
VALOR TOTAL: R\$ 51.864,45
EMPRESA: JEFERSON DA SILVEIRA ME
VALOR TOTAL: R\$ 22.364,70
EMPRESA: MARCELO WEINRICH ME
VALOR TOTAL: R\$ 30.152,48
VIGÊNCIA: 11/04/2016 A 11/04/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 DO PP 240/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABILITAÇÃO.
EMPRESA: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.
VALOR TOTAL: R\$ 132.040,00.
VIGÊNCIA: 21/01/2016 A 21/01/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 DO PP 253/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS, ÓLEOS E ADITIVOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.
EMPRESA: TRATOR PEÇAS- COM. PEÇAS P/ TRATOR LTDA. - VALOR TOTAL: R\$ 50.016,00.
EMPRESA: JULIO SILVESTRI FILHO ME- VALOR TOTAL: 2.874,00
VIGÊNCIA: 20/01/2016 A 20/01/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 DO PP 275/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT DE IDOSOS, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE CADASTRADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
EMPRESA: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.
VALOR TOTAL: R\$ 38.000,00.
VIGÊNCIA: 21/01/2016 A 21/01/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE

BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
24/2016 DO PP 127/2016.
OBJETO: Contratação de Serviços Especializados de Fornecimento
e Instalação de Placas de Sinalização de Trânsito, para uso nas vias
públicas do Município. E aquisição de materiais para demarcação
viária e de sinalização auxiliar a serem utilizados nas vias do Mu-
nicípio.
LOTE 01 - EMPRESA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE
RODOVIAS LTDA. VALOR TOTAL: R\$ 69.500,00
VIGÊNCIA: 06/10/2016 A 05/10/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
23/2016 DO PP 130/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de ônibus referente
ao Transporte Escolar para substituir os ônibus da frota municipal
quando estes necessitarem de manutenção e/ou reforma
EMPRESA: MMB TRANSPORTES LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 104.000,00
VIGÊNCIA: 26/09/2016 A 20/12/2016.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE
BIGUAÇU, www.bigua.atende.net
Biguaçu, 4 de novembro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 08

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal
Extrato contratual

Contrato Nº: 02/2016
Aditivo Nº: 02-3/2016/2016
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SETUF-SINDICATO DAS EMP.DE TRANSP.URB.
Licitação: Inexigibilidade 228/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSA ESCOLAR PARA APROXIMADAMEN-
TE 980 (NOVECIENTOS E OITENTA) ALUNOS DA REDE MUNICIPAL
E ESTADUAL DE ENSINO, DAS COMUNIDADES DE TRÊS RIACHOS,
SOROCABA, SAUDADE, ALTO BIGUAÇU, RUSSIA, SANTA CATARI-
NA, BOM VIVER, CANUDOS, SÃO MARCOS E SÃO MATEUS, PARA
O ANO DE 2016.
Vigência: Início: 29/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 29/09/2016
Valor: R\$55.350,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Trezentos e Cinquenta
reais)
Dotação: 84 - 07.001.2022.333903972000000.1640171012

Contrato Nº: 008/2013
Aditivo Nº: 8-6/2013/2016
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ESCRIMATE COM. REPRES. MAT. ESCRIT. INF. LTDA
ME
Licitação: Pregão Presencial 220/2012
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVI-
ÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM FORNECIMENTO DE IMPRES-
SORAS P&B E COLORIDAS , LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A
LASER E SOFTWARE, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRI-
ÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTE EDITAL, INCLU-
SIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS ORIGINAIS
DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, EXCETO PAPEL, NA MODALI-
DADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPEND-
ÊNCIAS DA PMB E SUAS UNIDADES OP.
Vigência: Início: 21/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 21/09/2016
Valor: R\$59.515,40 (Cinquenta e Nove Mil, Quinhentos e Quinze
Reais e Quarenta Centavos)
Dotação: 9 - 02.001.2002.333903912000000.1000100000
Dotação: 29 - 03.001.2011.333903912000000.1000100000
Dotação: 41 - 04.001.2014.333903912000000.1000100000
Dotação: 45 - 06.001.2007.333903912000000.1000100000
Dotação: 50 - 05.001.2010.333903912000000.1000100000
Dotação: 69 - 07.001.2018.333903912000000.1360106000
Dotação: 103 - 07.001.2026.333903912000000.1360106000
Dotação: 160 - 08.001.2083.333903912000000.1000100000
Dotação: 167 - 09.001.2087.333903912000000.1110116000
Dotação: 177 - 09.001.2076.333903912000000.1000100000
Dotação: 190 - 12.001.2072.333903912000000.1000100000
Dotação: 204 - 13.001.2049.333903912000000.1000100000
Dotação: 224 - 14.001.2069.333903912000000.1000100000
Dotação: 259 - 11.001.2059.333903912000000.1000100000

Contrato Nº: 008/2013
Aditivo Nº: 8-7/2013/2016
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ESCRIMATE COM. REPRES. MAT. ESCRIT. INF. LTDA
ME
Licitação: Pregão Presencial 220/2012
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVI-
ÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM FORNECIMENTO DE IMPRES-
SORAS P&B E COLORIDAS , LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A
LASER E SOFTWARE, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRI-
ÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTE EDITAL, INCLU-
SIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS ORIGINAIS
DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, EXCETO PAPEL, NA MODALI-
DADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPEND-
ÊNCIAS DA PMB E SUAS UNIDADES OP.
Vigência: Início: 27/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 27/09/2016
Valor: R\$21.000,00 (Vinte e Um mil reais)
Dotação: 9 - 02.001.2002.333903912000000.1000100000
Dotação: 29 - 03.001.2011.333903912000000.1000100000
Dotação: 41 - 04.001.2014.333903912000000.1000100000
Dotação: 45 - 06.001.2007.333903912000000.1000100000
Dotação: 50 - 05.001.2010.333903912000000.1000100000
Dotação: 69 - 07.001.2018.333903912000000.1360106000
Dotação: 103 - 07.001.2026.333903912000000.1360106000
Dotação: 160 - 08.001.2083.333903912000000.1000100000
Dotação: 167 - 09.001.2087.333903912000000.1110116000
Dotação: 177 - 09.001.2076.333903912000000.1000100000
Dotação: 190 - 12.001.2072.333903912000000.1000100000
Dotação: 204 - 13.001.2049.333903912000000.1000100000
Dotação: 224 - 14.001.2069.333903912000000.1000100000

Dotação: 259 - 11.001.2059.333903912000000.1000100000

Contrato Nº: 008/2013

Aditivo Nº: 8-8/2013/2016

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ESCRIMATE COM. REPRES. MAT. ESCRIT. INF. LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 220/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS P&B E COLORIDAS, LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER E SOFTWARE, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTE EDITAL, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS ORIGINAIS DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, EXCETO PAPEL, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA PMB E SUAS UNIDADES OP.

Vigência: Início: 06/10/2016 Término: 30/01/2017

Assinatura: 06/10/2016

Valor: R\$247.200,00 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil e Duzentos Reais)

Dotação: 9 - 02.001.2002.333903912000000.1000100000

Dotação: 29 - 03.001.2011.333903912000000.1000100000

Dotação: 41 - 04.001.2014.333903912000000.1000100000

Dotação: 45 - 06.001.2007.333903912000000.1000100000

Dotação: 50 - 05.001.2010.333903912000000.1000100000

Dotação: 69 - 07.001.2018.333903912000000.1360106000

Dotação: 103 - 07.001.2026.333903912000000.1360106000

Dotação: 160 - 08.001.2083.333903912000000.1000100000

Dotação: 167 - 09.001.2087.333903912000000.1110116000

Dotação: 177 - 09.001.2076.333903912000000.1000100000

Dotação: 190 - 12.001.2072.333903912000000.1000100000

Dotação: 204 - 13.001.2049.333903912000000.1000100000

Dotação: 224 - 14.001.2069.333903912000000.1000100000

Dotação: 259 - 11.001.2059.333903912000000.1000100000

Contrato Nº: 16/2016

Aditivo Nº: 16-1/2016/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S A

Licitação: Pregão Presencial 255/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE VASILHAMES E RECARGA DE GÁS PARA USO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU

Vigência: Início: 22/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 22/09/2016

Valor: R\$16.396,50 (Dezesseis Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 61 - 07.001.2017.333903004000000.1000100000

Dotação: 95 - 07.001.2025.333903004000000.1000100000

Dotação: 226 - 02.006.2052.333903004000000.1060133000

Dotação: 321 - 07.001.2088.333903004000000.1000100000

Contrato Nº: 23/2015

Aditivo Nº: 23-3/2015/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BEATRIZ TOMAZ ME

Licitação: Pregão Presencial 281/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA, FAZENDA E TRANSPORTE.

Vigência: Início: 29/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 29/09/2016

Valor: R\$375,36 (Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação: 29 - 03.001.2011.333903917000000.1000100000

Dotação: 41 - 04.001.2014.333903917000000.1000100000

Dotação: 177 - 09.001.2076.333903917000000.1000100000

Dotação: 181 - 11.001.2060.333903917000000.1000100000

Dotação: 370 - 07.001.2018.333903917000000.3800381002

Contrato Nº: 41/2015

Aditivo Nº: 41-3/2015/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA

Licitação: Pregão Presencial 1/2015

Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ATENDERÁ OS ALUNOS DAS COMUNIDADES QUE ESTUDAM NA EEB PROF. JOSÉ BRASILÍCIO, EEM MARIA DA GLÓRIA, EEB AVELINO MULLER, EEB TEÓFILO TEODORO REGIS, EBM DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

Vigência: Início: 31/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 31/10/2016

Valor: R\$38.176,25 (Trinta e Oito Mil, Cento e Setenta e Seis Reais e Vinte e Cinco centavos)

Dotação: 82 - 07.001.2022.333903926000000.1010101000

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903926000000.1640171012

Contrato Nº: 89/2016

Aditivo Nº: 89-1/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CASTELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Licitação: Dispensa de Licitação 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Vigência: Início: 18/10/2016 Término: 18/10/2021

Assinatura: 18/10/2016

Contrato Nº: 90/2016

Aditivo Nº: 90-1/2016

Tipo Aditivo Objeto/Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SIDNEY NASCIMENTO BARBOSA

Licitação: Dispensa de Licitação 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Vigência: Início: 18/10/2016 Término: 18/10/2021

Assinatura: 18/10/2016

Contrato Nº: 91/2016

Aditivo Nº: 91-1/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JULIA ANUNCIAÇÃO MUNIZ TORRES

Licitação: Dispensa de Licitação 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Vigência: Início: 18/10/2016 Término: 18/10/2021

Assinatura: 18/10/2016

Contrato Nº: 92/2016

Aditivo Nº: 92-1/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Licitação: Pregão Presencial 30/2016

Objeto: CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX ESCOVADO.

Vigência: Início: 20/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 20/10/2016

Valor: R\$3.500,00 (Três Mil e Quinhentos reais)

Dotação: 9 - 02.001.2002.333903044000000.1000100000

Dotação: 160 - 08.001.2083.333903044000000.1000100000

Contrato Nº: 134/2014

Aditivo Nº: 134-4/2014/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ORLANDO COAN - EPP

Licitação: Pregão Presencial 12/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS AGRICULTORES E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 21/10/2016

Valor: R\$8.365,00 (Oito Mil e Trezentos e Sessenta e Cinco Reais)

Dotação: 150 - 15.001.2077.333903999000000.1000100000

Dotação: 302 - 15.001.2070.333903999000000.1000100000

Contrato Nº: 141/2016

Aditivo Nº: T.R.0007/2016

Tipo Aditivo: Rescisão Contratual

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PAVSUL ASFALTO E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

Licitação: Pregão Presencial 87/2016

Objeto: Aquisição de Asfalto Frio para uso nos trabalhos de recuperação e manutenção de pavimentação realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, conforme Termo de Referência e orçamentos em anexo.

Vigência: Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 02/09/2016

Valor: R\$5.600,00 (Cinco Mil e Seiscentos Reais)

Dotação: 160 - 08.001.2083.333903024000000.1000100000

Contrato Nº: 144/2016

Aditivo Nº: 144-1/2016

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 90/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA DR. TANCREDO NEVES E RUA ACÁCIO REITZ.

Vigência: Início: 27/11/2016 Término: 27/02/2017

Assinatura: 03/11/2016

Contrato Nº: 146/2016

Aditivo Nº: 146-1/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Licitação: Dispensa de Licitação 105/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Vigência: Início: 05/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 05/10/2016

Contrato Nº: 165/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MENDES COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA

Licitação: Pregão Presencial 123/2016

Objeto: Contratação de Empresa para o Fornecimento e Instalação de Divisórias, Balcão, Prateleiras e Armários, para o uso do Bolsa Família. Recurso Vinculado.

Vigência: Início: 01/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 01/09/2016

Valor: R\$14.950,00 (Quatorze Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 555 - 11.001.2065.333903024000000.3350337066

Dotação: 557 - 11.001.2065.333903024000000.3800381067

Contrato Nº: 167/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CONPESA - CONSTRUÇÃO PESADA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 117/2016

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA LEOPOLDO FREIBERG

Vigência: Início: 05/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 05/09/2016

Valor: R\$805.573,87 (Oitocentos e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Oito centavos)

Dotação: 131 - 08.001.1045.344905198000000.1830182096

Contrato Nº: 168/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA-EPP

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 111/2016

Objeto: Contratação de empresa para Pavimentação com Lajotas Sextavadas na Rua Maria Ana do Amaral Pereira - Bairro Saveiro.

Vigência: Início: 05/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 05/09/2016

Valor: R\$123.449,54 (Cento e Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Quatro centavos)

Dotação: 131 - 08.001.1045.344905198000000.1830182096

Contrato Nº: 170/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DODOTUR TRANSPORTES E VIAGENS

Licitação: Pregão Presencial 126/2016

Objeto: Contratação de empresa para locação de onibus referente ao transporte escolar do município de Biguaçu com a seguinte rota GEM

Célia Lisboa dos Santos e EEB Prefeito Avelino Muller.

Vigência: Início: 16/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 16/09/2016

Valor: R\$25.900,00 (Vinte e Cinco Mil e Novecentos reais)

Dotação: 582 - 07.001.2022.333903999000000.1360106000

Contrato Nº: 171/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PRINT EVOLUTION GRAFICA DIGITAL LTDA - ME

Licitação: Dispensa de Licitação 128/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de impressões gráficas, a fim de suprir as necessidades do quartel do Corpo de Bombeiros em produzir certificados para os cursos disponibilizados para a comunidade.

Vigência: Início: 16/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 16/09/2016

Valor: R 1.250,00 (Um Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 367 - 02.006.2052.333903963000000.3060333000

Contrato Nº: 172/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CONPESA - CONSTRUÇÃO PESADA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 131/2016

Objeto: Pavimentação Asfáltica na Rua Domingos Coelho. Recurso Federal - Pró Transporte - Contrapartida 5%

Vigência: Início: 04/10/2016 Término: 28/02/2017

Assinatura: 04/10/2016

Valor: R\$111.594,60 (Cento e Onze Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro Reais e Sessenta centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 173/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: COOPAFABI COOPERATIVA DE PROD. AGROIND - FAMILIAR DE BIGUAÇU
Licitação: Concorrência para Concessões 120/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL "MAURO FRANCISCO FERNANDES".
Vigência: Início: 06/10/2016 Término: 06/10/2021
Assinatura: 06/10/2016
Valor: R\$466.098,00 (Quatrocentos e Sessenta e Seis Mil e Noventa e Oito Reais)

Contrato Nº: 174/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ZEUS DO BRASIL LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 134/2016
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de extintores de incêndio para uso nos ônibus e micro ônibus da frota municipal, conforme determina a Resolução do CONTRAM.
Vigência: Início: 06/10/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 06/10/2016
Valor: R\$2.660,50 (Dois Mil, Seiscentos e Sessenta Reais e Cinquenta Centavos)
Dotação: 582 - 07.001.2022.333903028000000.1360106000

Contrato Nº: 175/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: VINICIUS GOEDERT ME
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 132/2016
Objeto: Pavimentação e Drenagem da Rua João Raitz parte 1 e parte 2, Brasília Braga dos Reis, Bertoldo Machado. Recurso Federal - Pro Transportes - 5% Contrapartida.
Vigência: Início: 11/10/2016 Término: 10/03/2017
Assinatura: 11/10/2016
Valor: R\$927.415,79 (Novecentos e Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Setenta e Nove centavos)
Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000
Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 176/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FABIANA DA CUNHA GUEDES
Licitação: Concorrência para Concessões 119/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL
Vigência: Início: 17/10/2016 Término: 17/10/2021
Assinatura: 17/10/2016
Valor: R\$11.500,00 (Onze Mil e Quinhentos reais)

Contrato Nº: 177/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Licitação: Pregão Presencial 135/2016
Objeto: Aquisição de bombonas de 20 litros de líquido gerador de espuma para o FUNREBOM
Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 21/10/2016
Valor: R\$2.345,00 (Dois Mil e Trezentos e Quarenta e Cinco Reais)
Dotação: 367 - 02.006.2052.333903099000000.3060333000

Contrato Nº: 178/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: IESES - INSTITUTO DE ESTUDOS SUPER. DO EXTREMO SUL
Licitação: Dispensa de Licitação 137/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização

de processo seletivo para substituição de servidores efetivos que eventualmente possam vir a se afastar por licenças para tratamento de saúde, licença-prêmio, licença maternidade, entre outros, para lotação nas secretarias de administração, educação e saúde.
Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 31/03/2017
Assinatura: 21/10/2016
Valor: R\$0,01 (Um centavo)
Dotação: 370 - 07.001.2018.333903999000000.3800381002

Contrato Nº: 178/2016
Aditivo Nº: TR 0006/2016
Tipo Aditivo: Rescisão Contratual
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: IESES - INSTITUTO DE ESTUDOS SUPER. DO EXTREMO SUL
Licitação: Dispensa de Licitação 137/2016
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo para substituição de servidores efetivos que eventualmente possam vir a se afastar por licenças para tratamento de saúde, licença-prêmio, licença maternidade, entre outros, para lotação nas secretarias de administração, educação e saúde.
Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 31/03/2017
Assinatura: 31/10/2016

Contrato Nº: 179/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Licitação: Dispensa de Licitação 141/2016
Objeto: Aquisição de placas e medalhas para homenagens do Dia do Servidor Público Municipal.
Vigência: Início: 26/10/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 26/10/2016
Valor: R\$2.419,30 (Dois Mil, Quatrocentos e Dezenove Reais e Trinta centavos)
Dotação: 29 - 03.001.2011.333903015000000.1000100000

Contrato Nº: 180/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA-EPP
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 133/2016
Objeto: Pavimentação com Lajotas Sextavadas das Rua Emídio Serafim Duarte; Rua Bernadina Tomás; Rua Jorge Alberto Zimmermann; Rua Antônio Gabriel Prim; Rua Maria Rita Conceição; Rua Clementina de Andrade; Rua Neide Terezinha dos Santos Régis; Rua José Sebastião Correia e Rua José Lino Cunha Recurso Federal - Pro Transporte - Contrapartida 5%
Vigência: Início: 31/10/2016 Término: 31/03/2017
Assinatura: 31/10/2016
Valor: R\$783.823,25 (Setecentos e Oitenta e Três Mil, Oitocentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Cinco Centavos)
Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000
Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 237/2012
Aditivo Nº: T.R.0009/2016
Tipo Aditivo: Rescisão Contratual
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CONSORCIO SQE LUZ
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 30/03/2012 Término: 30/03/2013
Assinatura: 29/09/2016
Valor: R\$1.736.091,99 (Um Milhão, Setecentos e Trinta e Seis Mil,

Noventa e Um Reais e Noventa e Nove Centavos)
Dotação: 34 - 05.001.2085.333903026000000.1080104000
Dotação: 34 - 05.001.2085.333903916000000.1080104000
Dotação: 355 - 05.001.2085.333903916000000.3080304000

Nº: 271/2014

Aditivo Nº: 271-8/2014/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA

Licitação: Pregão Presencial 80/2014

Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Vigência: Início: 05/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 05/09/2016

Valor: R\$73.504,57 (Setenta e Três Mil, Quinhentos e Quatro Reais e Cinquenta e Sete Centavos)

Dotação: 82 - 07.001.2022.333903926000000.1010101000

Dotação: 83 - 07.001.2022.333903926000000.1370109000

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903926000000.1640171012

Dotação: 85 - 07.001.2022.333903926000000.1800181006

Dotação: 86 - 07.001.2022.333903926000000.1800181011

Dotação: 582 - 07.001.2022.333903926000000.1360106000

Contrato Nº: 302/2014

Aditivo Nº: 302-6/2014/2016

Tipo Aditivo: Prazo/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Licitação: Tomada de Preços para Compras e Serviços 129/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 30/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 28/10/2016

Contrato Nº: 319/2012

Aditivo Nº: 319-6/2012/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 89/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA E CAIXA DE GORDURA A SEREM EXECUTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CRECHES E ESCOLAS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Vigência: Início: 19/09/2016 Término: 18/12/2016

Assinatura: 19/09/2016

Valor: R\$1.196,00 (Um Mil e Cento e Noventa e Seis Reais)

Dotação: 68 - 07.001.2018.333903999000000.1010101000

Dotação: 69 - 07.001.2018.333903999000000.1360106000

Dotação: 103 - 07.001.2026.333903999000000.1360106000

Dotação: 328 - 07.001.2089.333903999000000.1360106000

Dotação: 336 - 07.001.2026.344903999000000.1360106000

Contrato Nº: 319/2012

Aditivo Nº: 319-7/2012/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 89/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA E CAIXA DE GORDURA A SEREM EXECUTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CRECHES E ESCOLAS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Vigência: Início: 28/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 28/09/2016

Valor: R\$1.196,00 (Um Mil e Cento e Noventa e Seis Reais)

Dotação: 68 - 07.001.2018.333903999000000.1010101000

Dotação: 69 - 07.001.2018.333903999000000.1360106000

Dotação: 103 - 07.001.2026.333903999000000.1360106000

Dotação: 328 - 07.001.2089.333903999000000.1360106000

Dotação: 336 - 07.001.2026.344903999000000.1360106000

Contrato Nº: 324/2012

Aditivo Nº: 324-5/2012/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL

Licitação: Concorrência para Compras e Serviços 70/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 06/09/2016 Término: 30/12/2016

Assinatura: 06/09/2016

Contrato Nº: 324/2012

Aditivo Nº: 324-6/2012/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL

Licitação: Concorrência para Compras e Serviços 70/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 12/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 12/09/2016

Valor: R\$381.466,94 (Trezentos e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação: 162 - 08.001.2084.333903928000000.1000100000

Contrato Nº: 330/2015

Aditivo Nº: 330-2/2015/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SILVIO LAURENTINO

Licitação: Dispensa de Licitação 183/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCAR AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.

Vigência: Início: 01/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 01/09/2016

Valor: R\$16.929,00 (Dezesseis Mil e Novecentos e Vinte e Nove Reais)

Dotação: 235 - 11.001.2056.333903910000000.1000100000

Contrato Nº: 337/2014

Aditivo Nº: 337-2/2014/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: LEA CIBELE PEREIRA DE SOUZA

Licitação: Dispensa de Licitação 193/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCAR-MOS AS ATIVIDADES DA CASA LAR MUNICIPAL.

Vigência: Início: 08/09/2016 Término: 08/09/2017

Assinatura: 06/09/2016

Valor: R\$11.356,80 (Onze Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Oitenta Centavos)

Dotação: 246 - 11.001.2057.333903615000000.1000100000

Contrato Nº: 340/2015

Aditivo Nº: 340-3/2015/2016

Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: P L M CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 160/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HERMÓGENES PRAZERES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 29/09/2016 Término: 29/10/2016
Assinatura: 29/09/2016

Contrato Nº: 340/2015
Aditivo Nº: 340-4/2015/2016
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: P L M CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 160/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HERMÓGENES PRAZERES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 11/10/2016 Término: 29/10/2016
Assinatura: 11/10/2016
Valor: R\$162.286,98 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Oito Centavos)
Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Contrato Nº: 340/2015
Aditivo Nº: 340-5/2015/2016
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: P L M CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 160/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HERMÓGENES PRAZERES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 29/10/2016 Término: 30/12/2016
Assinatura: 29/10/2016

Contrato Nº: 353/2014
Aditivo Nº: 353-2/2014/2016
Tipo Aditivo: Prazo/Valor
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ANTONIO FELICIO SCHMITZ
Licitação: Dispensa de Licitação 200/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE UM TERRENO NA RUA VIDAL MENDES S/N, NO BAIRRO BOA VISTA, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA PROPRIEDADE CITADA QUE PERTENCE AO SR. ANTÔNIO FELÍCIO SCHMITZ.
Vigência: Início: 06/10/2016 Término: 06/10/2017
Assinatura: 06/10/2016
Valor: R\$6.577,44 (Seis Mil, Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
Dotação: 160 - 08.001.2083.333903615000000.1000100000

Contrato Nº: 355/2015
Aditivo Nº: 355-3/2015/2016
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI- EPP
Licitação: Pregão Presencial 172/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOHLIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PESSOA IDOSAS DO MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 13/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 13/09/2016
Valor: R\$99.003,31 (Noventa e Nove Mil, Três Reais e Trinta e Um Centavos)
Dotação: 181 - 11.001.2060.333903999000000.1000100000
Dotação: 259 - 11.001.2059.333903999000000.1000100000
Dotação: 259 - 11.001.2059.333903999000000.1000100000

Contrato Nº: 356/2015
Aditivo Nº: 356-3/2015/2016
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CASA DE ASSISTENCIA DILONY LTDA - EPP
Licitação: Pregão Presencial 172/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOHLIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS E PESSOA IDOSAS DO MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 13/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura: 13/09/2016
Valor: R\$92.762,31 (Noventa e Dois Mil, Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Trinta e Um Centavos)
Dotação: 181 - 11.001.2060.333903999000000.1000100000
Dotação: 259 - 11.001.2059.333903999000000.1000100000
Dotação: 259 - 11.001.2059.333903999000000.1000100000

Contrato Nº: 376/2015
Aditivo Nº: 376-4/2015/2016
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA-EPP
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 197/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA MARTINHA MARIA RODRIGUES, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.
Vigência: Início: 15/10/2016 Término: 15/12/2016
Assinatura: 15/10/2016

Contrato Nº: 377/2015
Aditivo Nº: 377-4/2015/2016
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 177/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.
Vigência: Início: 15/09/2016 Término: 25/12/2016
Assinatura: 02/09/2016
Valor: R\$283.868,60 (Duzentos e Oitenta e Três Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)
Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000
Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 377/2015
Aditivo Nº: 377-5/2015/2016
Tipo Aditivo: Supressão
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 177/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER,

NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.

Vigência: Início: 15/09/2016 Término: 25/12/2016

Assinatura: 15/09/2016

Valor: R\$1.334.493,79 (Um Milhão, Trezentos e Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Setenta e Nove Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 379/2015

Aditivo Nº: 379-2/2015/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: OSMAR BAZILICIO DA ROCHA

Licitação: Dispensa de Licitação 206/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, COM A FINALIDADE DE ABRIGAR AS ATIVIDADES DO CENTRO DE QUALIFICAÇÃO MUNICIPAL DE BIGUAÇU - .

Vigência: Início: 22/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 22/09/2016

Valor: R\$28.481,50 (Vinte e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 91 - 07.001.2023.333903615000000.1000100000

Contrato Nº: 388/2015

Aditivo Nº: 388-4/2015/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA-EPP

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 178/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ESMERALDINO PRAZERES (PC-3) E HUGO AMORIM.

Vigência: Início: 02/09/2016 Término: 28/11/2016

Assinatura: 02/09/2016

Valor: R\$88.245,67 (Oitenta e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 399/2015

Aditivo Nº: 399-4/2015/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 190/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 16/09/2016 Término: 21/12/2016

Assinatura: 16/09/2016

Valor: R\$12.164,70 (Doze Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais e Setenta Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 399/2015

Aditivo Nº: 399-5/2015/2016

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 190/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 20/09/2016 Término: 21/12/2016

Assinatura: 20/09/2016

Valor: R\$842.754,58 (Oitocentos e Quarenta e Dois Mil, Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 399/2015

Aditivo Nº: T.R.0008/2016

Tipo Aditivo: Rescisão Contratual

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 190/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 21/04/2016

Assinatura: 29/09/2016

Valor: R\$842.754,59 (Oitocentos e Quarenta e Dois Mil, Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 401/2015

Aditivo Nº: 401-2/2015/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA-EPP

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 188/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA OLÍVIO RAFAEL SHULA E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MARIA MOISÉS, JOSÉ DO NASCIMENTO DOS REIS E FELICIANO FRANCISCO GONÇALVES, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DE CIMA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

Vigência: Início: 02/09/2016 Término: 06/10/2016

Assinatura: 02/09/2016

Valor: R\$12.626,48 (Doze Mil, Seiscentos e Vinte e Seis Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 408/2015

Aditivo Nº: 408-1/2015/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Licitação: Inexigibilidade 210/2015

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NA INTERNET.

Vigência: Início: 15/10/2016 Término: 15/10/2017

Assinatura: 14/10/2016

Valor: R\$2.689,17 (Dois Mil, Seiscentos e Oitenta e Nove Reais e Dezessete Centavos)

Dotação: 9 - 02.001.2002.333903988000000.1000100000

Dotação: 29 - 03.001.2011.333903988000000.1000100000

Contrato Nº: 414/2013/2014

Aditivo Nº: 414-5/2013/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: COMERCIO DE AUTO PECAS BADU LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 146/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Vigência: Início: 20/09/2016 Término: 18/12/2016

Assinatura: 20/09/2016

Valor: R\$36.142,00 (Trinta e Seis Mil e Cento e Quarenta e Dois Reais)

Dotação: 82 - 07.001.2022.333903919000000.1010101000

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903039000000.1640171012

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903919000000.1640171012

Dotação: 582 - 07.001.2022.333903919000000.1360106000

Contrato Nº: 414/2013/2014

Aditivo Nº: 414-6/2013/2016

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: COMERCIO DE AUTO PECAS BADU LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 146/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.

Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura: 21/10/2016

Valor: R\$3.579,00 (Três Mil e Quinhentos e Setenta e Nove Reais)

Dotação: 82 - 07.001.2022.333903919000000.1010101000

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903039000000.1640171012

Dotação: 84 - 07.001.2022.333903919000000.1640171012

Dotação: 582 - 07.001.2022.333903919000000.1360106000

Contrato Nº: 425/2015

Aditivo Nº: 425-1/2015/2016

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 185/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS HERCÍLIO GARCIA, RUA JOÃO PEREIRA FILHO, E RUA SALUSTIANO GARCIA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Vigência: Início: 03/10/2016 Término: 03/12/2016

Assinatura: 03/10/2016

Contrato Nº: 426/2015

Aditivo Nº: 426-1/2015/2016

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BRUNA DE MIRANDA EIRELI

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 185/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS HERCÍLIO GARCIA, RUA JOÃO PEREIRA FILHO, E RUA SALUSTIANO GARCIA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Vigência: Início: 02/09/2016 Término: 03/10/2016

Assinatura: 02/09/2016

Valor: R\$115.485,08 (Cento e Quinze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais e Oito Centavos)

Dotação: 128 - 08.001.1045.344905198000000.1000100000

Dotação: 343 - 08.001.1045.344905198000000.1830182170

Contrato Nº: 426/2015

Aditivo Nº: 426-2/2015/2016

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BRUNA DE MIRANDA EIRELI

Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 185/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS HERCÍLIO GARCIA, RUA JOÃO PEREIRA FILHO, E RUA SALUSTIANO GARCIA, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Vigência: Início: 03/10/2016 Término: 30/12/2016

Assinatura: 03/10/2016

Biguaçu, 07 de novembro de 2016

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

REPUBLICAÇÃO PP 87-2016 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 87/2016 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 87/2016 PMB, que tem como objeto "Aquisição de lixeiras ecológicas de 50 L com suporte para a manutenção e limpeza das praças que são feitas pela Famabi", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 23/11/2016, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 23/11/2016, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura <https://bigua.atende.net>

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022 e 3279-8019

Biguaçu, 04 de novembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 28/2015**

Extrato do 2º Termo Aditivo - Contrato nº 28/2015 – Credenciamento n. 001/2015

Objeto: Redução do valor do contrato firmado entre as partes, referente ao 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 28/2015 – Credenciamento 001/2015.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu

Contratado: ABRACOM - Associação Biguaçuense de radiofusão Comunitária – CNPJ n. 02.501.939/0001-65.

Valor pago a título de apoio cultural: R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.

Vigência: 25/10/2015 a 31/12/2016.

Dotação Orçamentária: 3.3.93.00.00.00.00.00.0.01.00.0.

Fundamento Legal: art. 65,II, alínea d, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 04 de novembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 11.093/2016**

DECRETO Nº 11.093, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante do Anexo I deste Decreto, no valor de R\$ 23.641,89 (vinte e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos), realizada e não processada em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente, abaixo discriminada:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 23.641,89

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.093/2016 - ANEXO**ANEXO I**

CREDOR:	Associação Congregação Santa Catarina – Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO	Relatório CGA – Cirurgias Eletivas
DATA:	24/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Cirurgias Eletivas competência outubro/2015
DOTAÇÃO:	96
VALOR:	23.641,89
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 23.641,89 (Vinte e Três Mil Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 25 de outubro de 2016.

Maria Regina de Souza Soar
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 11.097/2016

DECRETO Nº 11.097, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Man. Imp. Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (87) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Soc. Média Comp.

Modalidade 3.3.50 (91) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 6.000,00

Modalidade 3.3.90 (90) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do SUAS

Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2312 – Gestão do Programa Bolsa Família

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.098/2016

DECRETO Nº 11.098, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, por conta do superávit financeiro do exercício

anterior, no valor de R\$ 24.121,87 (vinte e quatro mil, cento e vinte e um reais e oitenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. das Ativ. Faema
Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 5.877,35
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 18.240,92
Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 3,60
Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.100/2016

DECRETO Nº 11.100, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, “a”, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0212.00000, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito
Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.101/2016

DECRETO Nº 11.101, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, “c”, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇOS AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB
3302 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. e Fin. do SETERB
Modalidade 3.1.91 (58) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
Fonte de Recursos 0300.00000

3303 – Diretoria de Transito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manutenção das Atividades Transito
Modalidade 3.1.91 (59) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00
Fonte de Recursos 0300.00000

3304 – Diretoria de Transito
Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes
Modalidade 3.1.91 (60) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00
Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.194/2016

PORTARIA Nº 20.194, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA CLEONICE MAGALI PAMPLONA SCHULTZE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA EBM “VISCONDE DE TAUNAY” E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 397/2016, de 14/10/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR,

a contar de 17 de outubro de 2016,
CLEONICE MAGALI PAMPLONA SCHULTZE, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Diretora Adjunta da EBM “Visconde de Taunay”, concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, em substituição a SINCLAIR DA SILVA FERREIRA, nomeada pela Portaria nº 19.305/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.195/2016

PORTARIA Nº 20.195, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLÉIA SCHMITT HACK PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL "ALVES RAMOS".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 405/2016, de 19/10/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 23 de setembro de 2016, a servidora pública municipal CLÉIA SCHMITT HACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar da Escola Isolada Municipal "Alves Ramos", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.196/2016

PORTARIA Nº 20.196, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

FERNANDA BRIÃO VAZ, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 03 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9335/10/2016;

LORENA PENHA DE ALMEIDA, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 20 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9388/10/2016;

MILENE DINAH FAHT, do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 14 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9348/10/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.197/2016

PORTARIA Nº 20.197, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

RETIFICA A PORTARIA Nº 20.053, DE 06 DE SETEMBRO DE 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 20.053, de 06 de setembro de 2016, que nomeou candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos de provimento efetivo, onde se lê: "CRISIANE FRANCISCA NACK ANACLETO" leia-se: "CRISTIANE FRANCISCA NACK ANACLETO".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.198/2016

PORTARIA Nº 20.198, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 261/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 28 de outubro de 2016:

SANDRO BONANOMI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MACKEO ISRAEL GUAPIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLEBER JONES DOS SANTOS BARROSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SABRINA DA SILVA ANTUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JANICE CELOI HICKMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A; ARILSON RUDOLFO WULF, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40

horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IVAN RODRIGO GÓES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JEAN ALMIR NASCIMENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ISRAEL ZABEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVIO ILARIO JACOBSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EDER DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SABRINA ALVES ANTUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SERGIO ADRIANO BUBLITZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.199/2016

PORTARIA Nº 20.199, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 255, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 28 de outubro de 2016:

SUZERLEI APARECIDA ADRIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 003/2014;

FRANCISCO JOSÉ RAMOS DIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder

Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo concurso público nº 001/2014;

INDIRA MERCIA PEREIRA MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 001/2014;

LUIS CARLOS MEIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista – CNH B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo concurso público nº 001/2014;

ANA FLAVIA CUSMAN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 001/2014;

LEANDRO KAISER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo concurso público nº 001/2014;

PAULA F. S. VENTURA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 001/2014;

DAIANAE DAY, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.200/2016

PORTARIA Nº 20.200, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 255/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 28 de outubro de 2016:

KATIA RUTTER JENSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Pneumologista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARINA WEISSENBERG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CAROLINA ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA JULIA DAS CHAGAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Alimentos, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LIZ ANIE COMIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IANE DAMASCO PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DANIELA BARCELLOS OLIVEIRA MULLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA MARIA KIENEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIDNEI FOSSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA NEUSA RIBEIRO NEGRETTI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA LUIZA REIS VASQUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Nutricionista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MEIRE SUELI FERNANDES LOPES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.201/2016

PORTARIA Nº 20.201, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 255, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 28 de outubro de 2016:

MARILEI MARIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCILENE POTRICH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GIOVANE LUIZ MORAES DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JORGE LUIS KRAUSS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDA LUDMILLA LELES MANSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro do Trabalho, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especial - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.203/2016

PORTARIA Nº 20.203, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA THAIS SCHARIANNE DA ROSA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ORÇAMENTO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

THAIS SCHARIANNE DA ROSA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Orçamento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeada pela Portaria nº 19.326, de 15 de dezembro de 2015, no dia 03 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.204/2016

PORTARIA Nº 20.204, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA JOÃO ANTÔNIO LOTÉRIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE MEDIÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

JOÃO ANTÔNIO LOTÉRIO, do cargo em comissão de Assessor de Medições, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 18.719, de 05 de maio de 2015, no dia 03 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-011/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-011-16 - Contratação de empresas para serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, nas Ruas: Bernardo Scheidemantel (Bairro: Testo Salto), Braço do Sul (Bairro: Vila Itoupava) Erich Belz (Bairro: Itoupava Central), Gustavo Henschel (Bairro Itoupavazinha) e Wilhelm Knaesel Sênior (Bairro Itoupava Central), localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa

Art. 5º Compete ao servidor quando da atualização cadastral:

I – apresentar todos os documentos exigidos para a atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º desta IN;

II – informar qualquer alteração ao responsável pela atualização cadastral;

III – conferir as alterações feitas em seu cadastro e assinar o Formulário de Atualização Cadastral.

Art. 6º Compete ao setor de Recursos Humanos:

I - receber e conferir todos os documentos necessários para a realização da atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º, não aceitando entrega de parte da documentação obrigatória;

Pró-Transporte - CEF/SEMOB.

Contratada: ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

CNPJ: 14.412.030/0001-21.

ITEM 01: Rua Bernardo Scheidemantel - Valor da Proposta R\$: 1.543.306,66 (um milhão quinhentos e quarenta e três mil trezentos e seis reais e sessenta e seis centavos);

ITEM 03: Rua Erich Belz - Valor da Proposta R\$: 1.074.812,95 (um milhão setenta e quatro mil oitocentos e doze reais e noventa e cinco centavos).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 004, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da Administração Pública Direta.

CONSIDERANDO a importância de proceder à atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da Administração Pública Direta.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 177, inciso IX da Lei Complementar 660/2007, o Decreto nº 9913/2013 e o Decreto Municipal nº 10.908/2016.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais contidas no Inciso I do artigo 7º da Lei Complementar 870, de 1º de janeiro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da Administração Direta.

Art. 2º A atualização cadastral permanente de que trata o art. 1º desta IN será realizada anualmente, pelos servidores ativos, no mês do seu aniversário, no setor de Recursos Humanos, conforme agendamento prévio.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa os servidores deverão apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:

a) Formulário de Atualização Cadastral (Anexo I)

b) Declaração da chefia Imediata (anexo II):

c) Comprovante de Residência atualizado de até 03 meses (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito).

d) Certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou declaração de união estável emitida por escrivão em cartório, somente em caso de alteração cadastral, atualizado de até 03 meses.

e) CPF dos dependentes.

Art. 4º É obrigação do servidor manter seus dados atualizados junto ao setor de Recursos Humanos, a qualquer tempo, independentemente da atualização cadastral anual.

Parágrafo Único: Os Formulários de Atualização Cadastral desta Instrução Normativa serão disponibilizados na página da internet www.blumenau.sc.gov.br/intranet.

II - assinar, datar e entregar ao servidor o recibo de entrega do Formulário de Atualização Cadastral.

III - manter o controle de documentos referente a atualização cadastral.

IV - arquivar, preferencialmente de forma digital, os documentos recebidos no ato da atualização cadastral.

V – Enviar ao Serviço de folha de pagamento, no último dia útil do mês, o relatório dos servidores que não efetuaram o recadastramento para o bloqueio dos vencimentos no mês subsequente.

Parágrafo único. Quando a atualização cadastral ocorrer após o bloqueio do pagamento, os valores devidos serão desbloqueados sem incidência de correção monetária.

Art. 7º Os servidores em afastamento por motivo de férias ou licenças previstas no mês de seu aniversário, deverão efetuar a atualização cadastral no mês anterior ou até 30 dias após o término do afastamento.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º. A visita domiciliar será feita por servidor do setor de Recursos Humanos.

Art. 9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Administração.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 07 de Novembro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário de Administração

ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – PMB, Nº 004, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
I – DADOS BÁSICOS:			
Nome completo (sem abreviações)			Matrícula
II - DADOS COMPLEMENTARES:			
Estado Civil		CPF	
RG	Órgão Expedidor	UF	Data de Expedição ____/____/____
Data de Nascimento ____/____/____		Nome da Mãe	
Endereço			
Bairro	Cidade	UF	
CEP	Telefones (inclusive DDD)		
Endereço Eletrônico(e-mail):			
II – DEPENDENTES (SE HOUVER):			
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
VII – DECLARAÇÃO			
Declaro, sob as penas da lei, que os dados informados neste formulário correspondem à expressão da verdade.			
Local e Data _____, ____/____/____		Para uso da PMB Recebido em ____/____/____	
Assinatura do Servidor		Assinatura e Carimbo do Servidor	

COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO

Recebi TODOS os documentos necessários para o recadastramento de 2017.

_____, ____/____/_____.(local e data)

Nome/Matrícula do Servidor

ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – PMB, Nº 004, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA DE SERVIDOR

SERVIDOR:	
MATRÍCULA:	CPF:
HORÁRIO DE TRABALHO:	JORNADA SEMANAL:
LOCAL DE LOTAÇÃO:	
CARGO:	

Eu, _____(nome da chefia imediata), declaro para fins específicos do procedimento da Atualização Cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativo, do Município de Blumenau, conforme Instrução Normativa nº 004/16, que o servidor acima identificado cumpre expediente regular no(a): _____(nome do local).

Em ____ de _____ de 2017.

SECRETARIA / ÓRGÃO / SETOR DO CHEFE IMEDIATO

MATRÍCULA DO CHEFE IMEDIATO CPF DO CHEFE IMEDIATO

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE IMEDIATO

*Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016 - SAMAE

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONSIDERANDO a importância de proceder à atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 177, inciso IX, da Lei Complementar 660/2007, o Decreto nº 9913/2013 e o Decreto Municipal nº 10.908/2016.

O DIRETOR ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições legais contidas no Inciso I do artigo 7º da Lei Complementar 509, de 17 de março de 2005, RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º A atualização cadastral permanente de que trata o art. 1º desta IN será realizada anualmente, pelos servidores ativos, no mês do seu aniversário, no setor de Recursos Humanos, conforme agendamento prévio.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa os servidores deverão apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:

- Formulário de Atualização Cadastral (Anexo I)
- Declaração da Chefia Imediata (anexo II):
- Comprovante de Residência atualizado de até 03 meses (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito).
- Certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou declaração de união estável emitida por escrivão em cartório, somente em caso de alteração cadastral.
- CPF dos dependentes.

Art. 4º É obrigação do servidor manter seus dados atualizados junto ao setor de Recursos Humanos, a qualquer tempo, independentemente da atualização cadastral anual.

Parágrafo Único: Os Formulários de Atualização Cadastral desta Instrução Normativa serão disponibilizados na página da intranet no endereço intranet.samae.com.br.

Art. 5º Compete ao servidor quando da atualização cadastral:

- I – apresentar todos os documentos exigidos para a atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º desta IN;
- II – informar qualquer alteração ao responsável pela atualização cadastral;
- III – conferir as alterações feitas em seu cadastro e assinar o Formulário de Atualização Cadastral.

Art. 6º Compete ao setor de Recursos Humanos:

- I - receber e conferir todos os documentos necessários para a realização da atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º, não aceitando entrega de parte da documentação obrigatória;
 - II - assinar, datar e entregar ao servidor o recibo de entrega do Formulário de Atualização Cadastral.
 - III - manter o controle de documentos referente a atualização cadastral.
 - IV - arquivar, preferencialmente de forma digital, os documentos recebidos no ato da atualização cadastral.
 - V - Enviar ao Serviço de folha de pagamento, no último dia útil do mês, o relatório dos servidores que não efetuaram o recadastramento para o bloqueio dos vencimentos no mês subsequente.
- Parágrafo único. Quando a atualização cadastral ocorrer após o bloqueio do pagamento, os valores devidos serão desbloqueados sem incidência de correção monetária.

Art. 7º Os servidores em afastamento por motivo de férias ou licenças previstas no mês de seu aniversário, deverão efetuar a atualização cadastral no mês anterior ou até 30 dias após o término do afastamento.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º. A visita domiciliar será feita por servidor do setor de Recursos Humanos.

Art. 9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Administrativo.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2016.

Alcindo Cipriani Valdair José Matias

Diretor Administrativo Diretor Presidente

ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SAMAE, Nº 0001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
I – DADOS BÁSICOS:			
Nome completo (sem abreviações)			Matrícula
II - DADOS COMPLEMENTARES:			
Estado Civil		CPF	
RG	Órgão Expedidor	UF	Data de Expedição ____/____/____
Data de Nascimento ____/____/____		Nome da Mãe	
Endereço			
Bairro		Cidade	UF
CEP		Telefones (inclusive DDD)	
Endereço Eletrônico(e-mail):			
II – DEPENDENTES (SE HOUVER):			
Nome Completo		Graus de Parentesco	CPF
Nome Completo		Graus de Parentesco	CPF

Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
VII – DECLARAÇÃO		
Declaro, sob as penas da lei, que os dados informados neste formulário correspondem à expressão da verdade.		
Local e Data _____, ____/____/____	Para uso do SAMAE Recebido em ____/____/____ Assinatura e Carimbo do Servidor	
Assinatura do Servidor		

COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO

Recebi TODOS os documentos necessários para o cadastramento de 2017.

_____, ____/____/____ (local e data)

Nome/Matrícula do Servidor

ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SAMAE, Nº 0001, DE 07 DE NOCEMBRO DE 2016.

DECLARAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA DE SERVIDOR

SERVIDOR:	
MATRÍCULA:	CPF:
HORÁRIO DE TRABALHO:	JORNADA SEMANAL:
LOCAL DE LOTAÇÃO:	
CARGO:	

Eu, _____ (nome da chefia imediata), declaro para fins específicos do procedimento da Atualização Cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativo, do SAMAE, conforme Instrução Normativa nº 001/16, que o servidor acima identificado cumpre expediente regular no(a): _____ (nome do local).

Em ____ de ____ de 2017.

DIRETORIA /SETOR DO CHEFE IMEDIATO

MATRÍCULA DO CHEFE IMEDIATO CPF DO CHEFE IMEDIATO

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE IMEDIATO

*Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

EXTRATO CONTRATO ABERTURA DE CREDITO FIXO Nº SC 38.305/BNDES

EXTRATO – CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº. SC-38.305/BNDES AUTOMÁTICO – BRDE MUNICÍPIOS.

PARTES: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

E O

MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

OBJETO: Execução de obras de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua Professor Hermann Lange, situada no bairro Fidélis, cujo trecho possui 2.170 metros de extensão e área de pista de 15.429,55 m². O projeto compreende os serviços de terraplenagem, implantação da rede de drenagem, regularização e compactação do sub-leito, pavimentação composta por sub base de brita corrida e rachão, base de brita graduada e revestimento em CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente), e os serviços de sinalização e execução do passeio e ciclovia. O passeio será de concreto simples, com os elementos de acessibilidade e a ciclovia será compartilhada, sinalizada sobre o passeio.

ORIGEM DOS RECURSOS: A ser provido com recursos ordinários do BNDES.

VALOR DO CRÉDITO: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

PRAZOS: a) Carência: até 15/08/2017; b) Amortização: em 48 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela em 15/09/2017 e a última em 15/08/2021.

DATA: 29 de Julho de 2016.

RESOLUÇÃO COMEN Nº 12/16

RESOLUÇÃO COMEN Nº 12/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - Comen, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 01 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN que trata em seu art. 25 inciso II que a Mesa Diretora será composta pelo Presidente Vice-Presidente 1º e 2º Secretários (as) e 1º e 2º Tesoureiros (as);

- a Resolução Comen nº 005/2013, de 28 de novembro de 2013, que dispõe sobre a recondução e alteração da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN, biênio 2012/2014;

- o Decreto nº 10.789, de 23 de novembro de 2015 que prorroga o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN;

- a Portaria nº 20.160, de 20 de outubro de 2016, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEM, para o Biênio 2016/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes Conselheiros (as) para comporem a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMEN: período novembro 2016 a novembro 2017:

I - Presidente: Caroline Maria Merini – Representante da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

II - Vice-Presidente: Antonio José Correa representante dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG;

III - 1º Secretário (a): Andrei Sagaz Forte representante do Centro Terapêutico Vida – CTV;

IV - 2º Secretário (a): Aline Winter representante do Pró-Família

V - 1º Tesoureiro: Oscar Guilherme Grotmann representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

VI - 2º Tesoureiro: Clovis Baade representante do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de novembro de 2016.

Caroline Maria Merini

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

PORTARIA Nº 347/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 347/2016

Denomina a Sala Oficial do Museu de Arte de Blumenau (MAB) situada no 1º piso da Fundação Cultural de Blumenau (FCB) de "Sala Roy Kerllermann".

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DENOMINAR

Sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar Nº. 318, de 27 de junho de 2001, e Lei Complementar Nº. 429, de 03 de dezembro de 2003, a Sala Oficial do Museu de Arte de Blumenau (MAB) situada no 1º piso da Fundação Cultural de Blumenau (FCB) de "Sala Roy Kerllermann", cujo espaço possui 179,42 metros quadrados, conforme Planta em anexo a esta Portaria.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Blumenau, 1º de novembro de 2016.

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS

Presidente da FCB

PORTARIA Nº 156/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 156/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal, de pagamento em pecúnia total:

Nome	Decênio	Nº Processo
Ana Maria Melim	2004/2014	197/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 27 de setembro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 157/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 157/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

De acordo com o artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Daniele Cristine Schaefer Lindner	1054/2016 SE-SOSP	03/10/2016

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 03 de outubro de 2016.

Blumenau, 05 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 158/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 158/2016

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL A FILHA DA SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL GENY FELISBERTO.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

De acordo com o artigo 284 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 a:

Roselene Felisberto, filha da servidora autárquica municipal Geny Felisberto, devido ao falecimento da mesma, conforme processo nº 198/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 05 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 159/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 159/2016

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME PROCESSO DATA PROCESSO

Elenir Cardoso da Silva 199/2016 04.10.2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 04 de outubro de 2016.

Blumenau, 04 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 160/2016 - SETERB

PORTARIA N. 160/2016

DESIGNA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NESTA AUTARQUIA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR

a pessoa abaixo indicada, para, substituir MARIA ISABEL BUSS BEDUSCHI nomeado pela Portaria 118/2015, na composição da Comissão para Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores Públicos lotados nesta autarquia:

ALDORI FERNANDES DA COSTA ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 03 de outubro de 2016.

Blumenau, 10 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 161/2016 - SETERB

PORTARIA N. 161/2016

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL – CVL NA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CEDER:

sem ônus para o SETERB, o servidor público municipal abaixo qualificado, para exercer funções junto ao Conselho Municipal Antidrogas vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil na Prefeitura do Rio de Janeiro, com base no art. 22, I, da Lei Complementar nº 660/2007 e Decreto nº 7.885/2005:

Humberto Henrique Lima, ocupante do cargo em provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, a contar de 10 de outubro de 2016 a 09 de outubro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 10 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 162/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 162/2016

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL POR COMPLETAR 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER PRÊMIO ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO – 25 ANOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

de acordo com o artigo 130, parágrafo único, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Valdir Guilherme Betta	202/2016	17/10/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

Carlos Lange

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 163/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 163/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, na fração de quatro meses para gozar a licença e dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Denise Cecilia da Silva Oechsler	2006/2016	148/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 31 de outubro de 2016.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 164/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 164/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, na fração de quatro meses para gozar a licença e dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Silvio Oechsler	2005/2015	149/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 31 de outubro de 2016.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 165/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 165/2016

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, na fração de quatro meses para gozar a licença e dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Enea Oneda de Souza	2006/2016	192/2016

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 16 de novembro de 2016.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 166/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 166/2016

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso Ii, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME PROCESSO DATA PROCESSO

Gerson Melo 203/2016 18.10.2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 167/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 167/2016

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME PROCESSO DATA PROCESSO

Diogo Alves dos Santos 204/2016 17.10.2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17 de outubro de 2016.

Blumenau, 18 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 168/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 168/2016

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat.nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
61	Soeli Salete Alves	Monitor de Área Azul	F	GF	04/10/2016

Blumenau, 18 de outubro de 2016

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 169/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 169/2016

DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNA

Como fiscal do contrato n. 106/2015, que tem como objeto a manutenção da frota de veículos do SETERB. O servidor Thiago Anderson Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de outubro 2016.

Blumenau (SC), 17 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 170/2016 - SETERB

PORTARIA N. 170/2016

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR Edson FARIA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor Edson Faria, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Coordenador de Equipes de Ostensivo Diurno, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 01 de novembro de 2016.

Blumenau (SC), 26 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 171/2016 - SETERB

PORTARIA N. 171/2016

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR Osni fermino.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor Osni Fermino, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Coordenador de Abrigos de Ônibus, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 17 de outubro de 2016.

Blumenau (SC), 26 de outubro de 2016.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2016 - SETERB

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB.

CONSIDERANDO a importância de proceder à atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 177, inciso IX da Lei Complementar 660/2007, o Decreto nº 9913/2013 e o Decreto Municipal nº 10.908/2016.

O DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, no uso das atribuições legais contidas no Inciso III do artigo 6º da Lei Complementar 703, de 29 de janeiro de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, do Serviço Autônomo de Trânsito e Transportes de Blumenau.

Art. 2º A atualização cadastral permanente de que trata o art. 1º desta IN será realizada anualmente, pelos servidores ativos, no mês do seu aniversário, no setor de Recursos Humanos da Autarquia, conforme agendamento prévio.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa os servidores deverão apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:

a) Formulário de Atualização Cadastral (Anexo I)

b) Declaração da chefia Imediata (anexo II):

c) Comprovante de Residência atualizado de até 03 meses (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito).

d) Certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou declaração de união estável emitida por escrivão em cartório, somente em caso de alteração cadastral, atualizado de até 03 meses.

e) CPF dos dependentes.

Art. 4º É obrigação do servidor manter seus dados atualizados junto ao setor de Recursos Humanos, a qualquer tempo, independentemente da atualização cadastral anual.

Parágrafo Único: Os Formulários de Atualização Cadastral desta Instrução Normativa serão disponibilizados na página da internet www.blumenau.sc.gov.br/intranet.

Art. 5º Compete ao servidor quando da atualização cadastral:

I – apresentar todos os documentos exigidos para a atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º desta IN;

II – informar qualquer alteração ao responsável pela atualização cadastral;

III – conferir as alterações feitas em seu cadastro e assinar o Formulário de Atualização Cadastral.

Art. 6º Compete ao setor de Recursos Humanos:

I - receber e conferir todos os documentos necessários para a realização da atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º, não aceitando entrega de parte da documentação obrigatória;

II - assinar, datar e entregar ao servidor o recibo de entrega do Formulário de Atualização Cadastral.

III - manter o controle de documentos referente a atualização cadastral.

IV - arquivar, preferencialmente de forma digital, os documentos recebidos no ato da atualização cadastral.

V – Enviar ao Serviço de folha de pagamento, no último dia útil do mês, o relatório dos servidores que não efetuaram o recadastramento para o bloqueio dos vencimentos no mês subsequente.

Parágrafo único. Quando a atualização cadastral ocorrer após o bloqueio do pagamento, os valores devidos serão desbloqueados sem incidência de correção monetária.

Art. 7º Os servidores em afastamento por motivo de férias ou licenças previstas no mês de seu aniversário, deverão efetuar a atualização cadastral no mês anterior ou até 30 dias após o término do afastamento.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º. A visita domiciliar será feita por servidor do setor de Recursos Humanos.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º. A visita domiciliar será feita por servidor do órgão de Recursos Humanos.

Art. 9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Administrativo Financeiro.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 04 de novembro de 2016.

ROGERIO LUIZ MULLER

Diretor Administrativo Financeiro

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SETERB, Nº 0000, DE ____ DE _____ DE 2016.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
I – DADOS BÁSICOS:			
Nome completo (sem abreviações)			Matrícula
II - DADOS COMPLEMENTARES:			
Estado Civil		CPF	
RG	Órgão Expedidor	UF	Data de Expedição ____/____/____
Data de Nascimento ____/____/____		Nome da Mãe	
Endereço			

Bairro	Cidade	UF
CEP	Telefones (inclusive DDD)	
Endereço Eletrônico(e-mail):		
II – DEPENDENTES (SE HOUVER):		
Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
Nome Completo	Graus de Perentes-co	CPF
VII – DECLARAÇÃO		
Declaro, sob as penas da lei, que os dados informados neste formulário correspondem à expressão da verdade.		
Local e Data _____, ____/____/____	Para uso do SETERB Recebido em ____/____/____	
Assinatura do Servidor	Assinatura e Carimbo do Servidor	

COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO

Recebi TODOS os documentos necessários para o cadastramento de 2017.

_____, ____/____/____.(local e data)

Nome/Matrícula do Servidor

ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SETERB, Nº 0000, DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

DECLARAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA DE SERVIDOR

SERVIDOR:	
MATRÍCULA:	CPF:
HORÁRIO DE TRABALHO:	JORNADA SEMANAL:
LOCAL DE LOTAÇÃO:	
CARGO:	

Eu, _____(nome da chefia imediata), declaro para fins específicos do procedimento da Atualização Cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativo, do SETERB, conforme Instrução Normativa nº XXXX /16, que o servidor acima identificado cumpre expediente regular no(a): _____

_____ (nome do local).

Em ____ de _____ de 2017.

SECRETARIA / ÓRGÃO / SETOR DO CHEFE IMEDIATO

MATRÍCULA DO CHEFE IMEDIATO CPF DO CHEFE IMEDIATO

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE IMEDIATO

*Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2016 - FAEMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 002, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito a Instrução Normativa Nº 001, de 14 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 177, inciso IX da Lei Complementar nº 660/2007, o Decreto nº 9913/2013 e o Decreto Municipal nº 10.908/2016.

O PRESIDENTE, no uso das atribuições legais contidas no Inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 507, de 17 de março de 2005, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Instrução Normativa Nº 001, de 14 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 04 de novembro de 2016.

Fernando Leite

PRESIDENTE DA FAEMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2016 - FAEMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 003, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA.

CONSIDERANDO a importância de proceder à atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 177, inciso IX da Lei Complementar 660/2007, o Decreto nº 9913/2013 e o Decreto Municipal nº 10.908/2016.

O PRESIDENTE, no uso das atribuições legais contidas no Inciso VI do artigo 6º da Lei Complementar 507, de 17 de março de 2005, RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a atualização permanente dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º A atualização cadastral permanente de que trata o art. 1º desta IN será realizada anualmente, pelos servidores ativos, no mês do seu aniversário, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Blumenau, conforme agendamento prévio.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa os servidores deverão apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:

- a) Formulário de Atualização Cadastral (Anexo I)
- b) Declaração da chefia Imediata (anexo II);
- c) Comprovante de Residência atualizado de até 03 meses (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito).
- d) Certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou declaração de união estável emitida por escrivão em cartório, somente em caso de alteração cadastral.
- e) CPF dos dependentes.

Art. 4º É obrigação do servidor manter seus dados atualizados junto ao setor de Recursos Humanos, a qualquer tempo, independentemente da atualização cadastral anual.

Parágrafo Único: Os Formulários de Atualização Cadastral desta Instrução Normativa serão disponibilizados na página da internet www.blumenau.sc.gov.br/intranet.

Art. 5º Compete ao servidor quando da atualização cadastral:

- I – apresentar todos os documentos exigidos para a atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º desta IN;
- II – informar qualquer alteração ao responsável pela atualização cadastral;
- III – conferir as alterações feitas em seu cadastro e assinar o Formulário de Atualização Cadastral.

Art. 6º Compete ao setor de Recursos Humanos:

- I - receber e conferir todos os documentos necessários para a realização da atualização cadastral, conforme exigências do artigo 3º, não aceitando entrega de parte da documentação obrigatória;
 - II - assinar, datar e entregar ao servidor o recibo de entrega do Formulário de Atualização Cadastral.
 - III - manter o controle de documentos referente à atualização cadastral.
 - IV - arquivar, preferencialmente de forma digital, os documentos recebidos no ato da atualização cadastral.
 - V – Enviar ao Serviço de folha de pagamento, no último dia útil do mês, o relatório dos servidores que não efetuaram o recadastramento para o bloqueio dos vencimentos no mês subsequente.
- Parágrafo único. Quando a atualização cadastral ocorrer após o bloqueio do pagamento, os valores devidos serão desbloqueados sem incidência de correção monetária.

Art. 7º Os servidores em afastamento por motivo de férias ou licenças previstas no mês de seu aniversário, deverão efetuar a atualização cadastral no mês anterior ou até 30 dias após o término do afastamento.

Art. 8º O servidor que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer até o local da atualização cadastral poderá solicitar visita in loco, informando o endereço completo. Na data, hora e local agendados, o servidor deverá apresentar a documentação constante no artigo 3º. A visita domiciliar será feita por servidor do setor de Recursos Humanos.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente.

Art. 10 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 04 de novembro de 2016.

Fernando Leite

PRESIDENTE DA FAEMA

ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – FAEMA, Nº 003, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
I – DADOS BÁSICOS:			
Nome completo (sem abreviações)			Matrícula
II - DADOS COMPLEMENTARES:			
Estado Civil		CPF	
RG	Órgão Expedidor	UF	Data de Expedição ____/____/____
Data de Nascimento ____/____/____	Nome da Mãe		
Endereço			
Bairro	Cidade	UF	
CEP	Telefones (inclusive DDD)		
Endereço Eletrônico(e-mail):			
II – DEPENDENTES (SE HOUVER):			
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
Nome Completo	Graus de Parentesco	CPF	
VII – DECLARAÇÃO			
Declaro, sob as penas da lei, que os dados informados neste formulário correspondem à expressão da verdade.			
Local e Data ____, ____/____/____		Para uso da FAEMA Recebido em ____/____/____	
Assinatura do Servidor ou Representante Legal		Assinatura e Carimbo do Servidor	

COMPROVANTE DE RECADASTRAMENTO

Recebi TODOS os documentos necessários para o recadastramento de 2017.

____, ____/____/____.(local e data)

Nome/Matrícula do Servidor

ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – FAEMA, Nº 003, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA DE SERVIDOR

SERVIDOR:	
MATRÍCULA:	CPF:
HORÁRIO DE TRABALHO:	JORNADA MENSAL:
LOCAL DE LOTAÇÃO:	
CARGO:	

Eu, _____ (nome da chefia imediata), declaro para fins específicos do procedimento da Atualização Cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativo, da FAEMA, conforme Instrução Normativa nº 001/16, que o servidor acima identificado cumpre expediente regular no(a): _____ (nome do local).

Em ____ de _____ de 2017.

SECRETARIA / ÓRGÃO / SETOR DO CHEFE IMEDIATO

MATRÍCULA DO CHEFE IMEDIATO CPF DO CHEFE IMEDIATO

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE IMEDIATO

*Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

EXTRATO Nº 390/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 390/2016

Dispensa de Licitação nº. 282/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de peças, com serviços de manutenção, para os perfuradores de solo marca Buffalo, modelo BFG 520 2T utilizados pelo Projeto de "Restauração de 500 (quinhentos) hectares de Mata Atlântica no Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI)", advindo do Contrato nº. 12.2.1157.1 firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Universidade. Contratada: Oficina Mecânica Aurora LTDA. – ME (CNPJ nº. 76.344.761/0001-22). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 626,88 (seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos)/01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/3.3.90.30.00/3.3.90.39.00.

Blumenau, 7 de novembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 392/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 392/2016

Retificação do Extrato nº. 333/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ZFM Administradora e Incorporadora Ltda

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO Nº 333/2016

Exlui-se a Cláusula Segunda do extrato nº 333/2016, visto que o aditivo nº 001 ao contrato 048/2015 trata somente da prorrogação

contratual, restando da seguinte forma:

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 168/2014 e Contrato Nº 048/2015, de 25 de junho de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Os prazos de vigências previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 048/2015, que tratam da vigência contratual e vigência da execução contratual, ficam prorrogados da seguinte forma:

- a) Vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a partir de 26 de junho de 2016 até 25 de junho de 2017, totalizando 24 (vinte e quatro) meses.
- b) Vigência da execução contratual por mais 9 meses a contar de 02 de setembro de 2016 até 1º de junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 048/2015 que não colidirem com o presente Termo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em três (03) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

DATA: 03/11/2016.

EXTRATO Nº 393/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 393/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ZFM Administradora e Incorporadora Ltda

ADITIVO DE REAJUSTE

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 168/2014 e Contrato Nº 048/2015, de 25 de junho de 2015.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O valor residual para o período de vigência do aditivo nº 01 (25/06/2016 a 24/06/2017), devidamente reajustado, corresponde a R\$ 6.837.138,90 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, cento e trinta e oito reais e noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica registrado que o valor global contratado passa a ser R\$ 7.514.093,95 (sete milhões, quinhentos e quatorze mil, noventa e três reais e noventa e cinco centavos), que corresponde a soma de R\$ 6.837.138,90 (valor residual reajustado) + R\$ 676.955,05 (valor já pago à contratada pelos serviços executados até 24/06/2016).

DATA: 03/11/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2012**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Segville Serviços Especializados Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e controle de veículos para a Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: R\$ 512.851,20 (quinhentos e doze mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 11/2012, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 20/10/2017.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 191/2016 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 191/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. VOLMIR PETER, matrícula nº 714.5, portador do CIC sob. nº 692.720.859-34, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, período aquisitivo de 01 de novembro de 2015 a 05 de novembro de 2016, período de concessão de 03 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 192/2016, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido o Servidor Municipal Sr. CLAUDINEI JOSE JUNG, matrícula nº 733-1, portador do CPF sob. nº 989.401.710-04, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, sendo sua exoneração a partir de 04 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO OESTE – SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO OESTE – SC.

Aprovado na Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 28 de Outubro de 2016.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO OESTE - SC

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Interno regulamenta a estrutura, funcionamento, atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde - CMS, constituído pela Lei Municipal nº 1.023 de 15 de Agosto de 2016.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde, cumprindo as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e a Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e da Lei Municipal nº 1.023 de 15 de Agosto de 2016 é um órgão colegiado, permanente e deliberativo, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde no município de Bom Jesus do Oeste, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde consubstancia a participação de usuários, trabalhadores, gestores e prestadores, na administração do Sistema Único de Saúde de Bom Jesus do Oeste, propiciando seu controle social, através de suas atribuições legais.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde terá funções consultivas, deliberativas, normativas e fiscalizadoras objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a legislação vigente tendo como objetivos principais:

I - Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros,

e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - Definir diretrizes para elaboração dos Planos Municipais de Saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do Relatório de Gestão;

VII - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - Proceder à revisão periódica dos Planos Municipais de Saúde;

IX - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - Avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais e Municipais;

XII - Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes conforme legislação vigente;

XIV - Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - Analisar, discutir e aprovar o Relatório Anual de Gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros e garantia do devido assessoramento;

XVII - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho na sua respectiva instância;

XIX - Estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências Municipais de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIII - Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXIV - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não

representados nos conselhos;

XXV - Deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVI - Acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias do Conselho de Saúde; e

XXVII - Atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde terá a sua composição de forma paritária, sendo 50% de entidades, instituições e movimentos representativos dos usuários, 25% dos trabalhadores de saúde e 25% de representação do governo e de prestadoras de serviços privados contratados ou conveniados com o SUS, no âmbito municipal.

Art. 6º O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma da Lei sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária.

Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde será integrado por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, observados os seguintes parâmetros:

I - Seis membros representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários;

II - Três membros representantes dos trabalhadores da área de saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

III - Três membros representantes do Governo Municipal e de prestadores de serviços privados/conveniados ou sem fins lucrativos.

§ 1º O Secretário (a) Municipal de Saúde terá vaga garantida como representante do governo municipal no Conselho Municipal de Saúde;

§ 2º Caso não haja indicação de representante dos prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos no Conselho Municipal de Saúde, a vaga será composta por um representante do Governo Municipal.

Art. 8º Os membros titulares e respectivos suplentes dos representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários no Conselho Municipal de Saúde serão indicados através de ofício ou cópia da ata na qual conste sua indicação para representar a entidade no Conselho Municipal de Saúde.

Art. 9º As funções dos membros do Conselho Municipal de Saúde não serão remuneradas, sendo considerado serviço de relevância pública e garantida a dispensa do conselheiro do trabalho durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho.

Art. 10 Fica estabelecido que as vagas do Conselho Municipal de Saúde pertencem às entidades constantes no ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, as quais terão mandato de 02 (dois) anos, não devendo coincidir com o mandato do Governo Municipal.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 Em caso de vacância, a vaga no Conselho Municipal de Saúde será ocupada pelo respectivo suplente da entidade.

Art. 12 Os conselheiros poderão ser reconduzidos por apenas 01 (um) mandato consecutivo, a critério das respectivas entidades que representam.

Art. 13 Perderá o mandato o conselheiro que no período de 01 (um) ano faltar sem justificativa a mais de 03 (Três) reuniões consecutivas ou 05 (Cinco) alternadas, devendo ser substituído pelo conselheiro suplente.

I - As entidades representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta alternada, através de correspondência, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde;

II - No caso de perda de mandato dos conselheiros faltosos e a entidade por estes representada não indicar substituto a mesma será substituída por outra entidade, respeitando-se a paridade conforme Resolução 453/2012.

III - Fica vedada a participação do Conselheiro que tenha sido afastado do Conselho Municipal de Saúde por perda de mandato.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CONSELHEIRO

Art. 14 São atribuições do Conselheiro Municipal de Saúde (titular e suplente):

I - Participar de Comissões Temáticas do Conselho Municipal;

II - Participar de todas as reuniões do Conselho Municipal de Saúde (ordinárias e extraordinárias);

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções, denúncias, esclarecimentos e questões de ordem;

IV - No caso de ser indicado para representar o Conselho Municipal de Saúde em eventos, quando solicitado pela Mesa Diretora, deverá apresentar relatório à mesma na primeira reunião subsequente;

V - A falta é caracterizada e contabilizada para os membros titular e suplente quando ausentes em reunião plenária.

VI - Os membros do Conselho Municipal de Saúde poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade a que representam, ou por qualquer outro motivo devidamente justificado.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15 A eleição para os membros do Conselho Municipal de Saúde deverá ser realizada no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos conselheiros sob a coordenação de uma Comissão Eleitoral formada pelo próprio Conselho Municipal de Saúde nos termos do Regimento Interno.

Art. 16 As entidades representativas dos usuários da saúde que desejarem participar do Conselho Municipal de Saúde deverão estar de acordo com as normas que regem o registro das entidades civis e regulamentam o SUS.

Art. 17 O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão composta por membros indicados pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 18 As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples dos votos e nos casos de falta de consenso serão submetidas ao pleno.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 19 O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte organização e funcionamento:

Plenário;

Mesa Diretora;

Secretaria Executiva;

Art. 20 O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos membros do Conselho designados, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento Interno.

Art. 21 Compete ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde:

I – Dar operacionalidade às competências do Conselho Municipal de Saúde descritas no Art. 4º deste Regimento;

II – Aprovar o Plano Municipal de Saúde, deliberado e aprovado em plenária deste Conselho, seguindo as diretrizes da Conferência Municipal de Saúde;

III – Aprovar a Programação Anual de Saúde (PAS), em conformidade com o Plano Municipal de Saúde, deliberada e aprovada em

plenária do Conselho, com vigência de um ano, expressando as metas, parâmetros de cobertura e produtividade dos serviços de saúde;

IV – Aprovar o Relatório resumido do quadrimestre anterior, contendo avaliação do desempenho assistencial e financeiro de cada quadrimestre, conforme estabelece a Lei Federal Complementar 141 de 03 de janeiro de 2012;

V – Aprovar o Relatório Anual de Gestão (RAG), apresentado anualmente, contendo avaliação do Plano Municipal de Saúde em conformidade com a legislação federal vigente.

VI - aprovar a organização e as normas de funcionamento da Conferência Municipal de Saúde, reunida ordinariamente a cada quatro anos, e convocá-la extraordinariamente, se necessário, na forma prevista pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

VII - Eleger o Presidente do Conselho Municipal de Saúde bem como os demais membros da Mesa Diretora;

VIII – Aprovar representação junto ao Ministério Público quando as competências e decisões do Conselho forem desrespeitadas ou ocorrer ameaça de grave lesão à saúde pública, por maioria qualificada de votos:

Art. 22 A Mesa Diretora, eleita entre os membros titulares do Conselho Municipal de Saúde será composta de presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, mantendo a paridade entre usuários, trabalhadores de saúde, gestores ou prestadores.

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Mesa Diretora será conforme legislação vigente.

Art. 23 A eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde será realizada em reunião extraordinária convocada especificamente para esse fim, ficando a cargo da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde a coordenação do processo eleitoral.

Art. 24 São competências da mesa Diretora:

I - Preparar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde enviando o material necessário aos conselheiros, para a referida reunião, em tempo hábil, via Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde;

II - Acolher e deliberar sobre as denúncias, reivindicações e sugestões, de entidades e instituições e de qualquer pessoa interessada, encaminhando quando for o caso, aos organismos competentes, solicitando a tomada de providências cabíveis e comunicando posteriormente à plenária do Conselho;

III - Apoiar e acompanhar o funcionamento das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde, solicitando o encaminhamento das propostas, recomendações e dos pareceres da Comissão em tempo hábil para apreciação em plenária;

V - Responsabilizar-se pela linha editorial e da publicação dos atos do Conselho Municipal de Saúde;

VI - Coordenar o trabalho da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde;

VII - Coordenar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde;

VIII - Monitorar e apresentar mensalmente ao plenário a frequência de participação dos conselheiros nas reuniões;

Art. 25 São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de

Saúde, sem prejuízo de outras funções que lhe forem conferidas:

I - Representar o Conselho Municipal de Saúde perante os órgãos públicos municipal, estadual e federal e junto à sociedade;

II - Convocar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde de via Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde;

III - Acompanhar a comunicação das atividades do Conselho Municipal de Saúde, em consonância com as deliberações da plenária;

IV - O Secretário (a) Municipal de Saúde integrará o Conselho Municipal de Saúde na condição de membro nato, com direito a voz e apenas ao voto de qualidade, que será exercido em caso de empate;

V - Abrir e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde dando-lhe o encaminhamento necessário em conformidade a este Regimento Interno;

VI - Interpretar, nos casos omissos, o Regimento Interno, valendo-se, se for necessário, de assessoria técnica e submeter o parecer ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde;

Art. 26 São atribuições do vice-presidente:

I - substituir o presidente nas suas faltas e nos seus impedimentos legais.

Art. 27 São atribuições do 1º secretário:

I - Colaborar com a Mesa Diretora e demais membros do Conselho Municipal de Saúde em todos os assuntos, conforme solicitação;

II - Dar encaminhamento às deliberações da plenária do Conselho Municipal de Saúde;

III - Colaborar com as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 28 São atribuições do 2º secretário:

I - Substituir o 1º secretário nas suas faltas e nos seus impedimentos legais.

Art. 29 A Secretaria Executiva tem por finalidade o apoio técnico administrativo ao Conselho, ao Pleno e à Mesa Diretora, fornecendo condições para o cumprimento das competências legais.

Art. 30 Compete à Secretaria Executiva as seguintes atribuições:

I - Elaborar atas, memórias, relatórios e demais documentos pertinentes;

II - Dar provimento a ofícios, resoluções e demais decisões do Conselho Municipal de Saúde;

III - Encaminhar convocações aos conselheiros;

IV - Dar encaminhamento às correspondências recebidas;

V - Organizar a publicação das deliberações do Conselho Municipal de Saúde para cheguem ao conhecimento da população;

VI - Organizar os arquivos do Conselho Municipal de Saúde, de suas Comissões Temáticas;

VII - Acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas e subsidiá-las administrativamente, bem como designação de relatoria;

VIII - Garantir a infraestrutura necessária para a realização das reuniões e outros eventos realizados pelo Conselho Municipal de Saúde;

IX - Coordenar o processo eleitoral da Mesa Diretora.

Art. 31 O Conselho Municipal de Saúde tomará suas decisões em reuniões ordinárias ou extraordinárias, mediante votação, nos termos deste Regimento Interno.

I - As reuniões ordinárias serão mensais, conforme calendário anual aprovado em plenária.

II - As reuniões extraordinárias serão convocadas, por escrito, pela presidência, pela Mesa Diretora, ou pelo mínimo de um terço dos conselheiros titulares.

III - A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 dias.

Art. 32 As reuniões plenárias se instalarão com a presença da maioria simples de seus membros e terão duração de duas horas, podendo haver prorrogação por tempo sugerido pela Mesa Diretora e aprovado pelos conselheiros presentes.

I - Haverá tolerância de quinze minutos para se estabelecer o quorum para se iniciar a reunião.

II - Não estabelecido o quorum a reunião estará suspensa.

III - O registro de presença do conselheiro será colhido até trinta minutos após o início da reunião plenária. Se o conselheiro se ausentar antes do término da ordem do dia, sem a devida justificativa, será considerado faltante.

Art. 33 As reuniões do Conselho Municipal de Saúde são abertas à participação de qualquer pessoa ou entidade interessada, com direito a voz.

Art. 34 Toda manifestação deverá respeitar o tempo máximo de dois minutos que será contabilizado pela Mesa Diretora, exceto o tempo para as respostas.

Art. 35 As decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos;

Art. 36 Cada membro titular, ou na condição de titular do Conselho Municipal de Saúde terá o direito a um único voto.

Art. 37 As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão substanciadas em resoluções, recomendações, pareceres, ressaltadas, moções, e outros atos deliberativos e/ou administrativos.

Art. 38 Será redigida a ata de cada reunião, cuja cópia será disponibilizada aos membros do Conselho, por meio digital ou outras formas e formalmente aprovada prioritariamente no início da reunião ordinária subsequente.

Art. 39 As deliberações do Conselho Municipal de Saúde serão amplamente divulgadas para conhecimento da população.

Art. 40 O Conselho Municipal de Saúde contará com Comissões permanentes e Transitórias, se necessário, formadas entre seus conselheiros titulares, suplentes e colaboradores, seguindo Regimento Interno, conforme deliberação da plenária, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

I - As Comissões deverão ter a representação dos diversos segmentos do Conselho Municipal de Saúde e deverão ser homologadas pela plenária do Conselho Municipal de Saúde.

II - As reuniões das Comissões são abertas à participação, com direito a voz de qualquer cidadão ou entidade interessada.

III - As demais competências das Comissões serão disciplinadas em resoluções do Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 41 As Comissões Permanentes e os Grupos de Trabalhos constituídos pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde têm por finalidade apreciar as políticas e programas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Art. 42 Ficam constituídas no âmbito do Conselho Municipal de Saúde as seguintes Comissões Permanentes:

I – Comissão de Orçamento e Finanças;

II – Comissão de Promoção de Saúde;

III – Comissão de Recursos Humanos.

Parágrafo Único: As comissões serão compostas por três membros titulares e respectivos suplentes, ambos aprovados pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde e designados pelo Presidente do Conselho.

Art. 43 O Conselho Municipal de Saúde poderá, no interesse da saúde, criar outras Comissões Permanentes ou Grupos de Trabalho em especial de:

I – Alimentação e Nutrição;

II – Saneamento e Meio Ambiente;

III – Vigilância Sanitária;

IV – Assistência Farmacêutica;

V – Recursos Humanos;

VI – Saúde do Trabalhador.

Art. 44 Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalhos têm como clientela exclusiva o Plenário do Conselho Municipal de Saúde que lhes encomendou objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

Art. 45 Os Grupos de Trabalho, instituídos pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, têm a finalidade de fornecer subsídios de ordem técnica, administrativa, econômico-financeira e jurídica com prazo determinado de funcionamento, devendo ser compostos por no máximo cinco membros, que não necessitam obrigatoriamente ser Conselheiros. Os Grupos de Trabalho serão constituídos por propostas onde estejam delimitados seus objetivos, tempo de duração e aprovados por 2/3 dos Conselheiros.

Art. 46 As Comissões e Grupos de Trabalho serão dirigidos por um Coordenador designado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, que coordenará os trabalhos.

I - Nenhum conselheiro poderá participar simultaneamente de mais de duas Comissões Permanentes.

II – Será substituído o membro que faltar, sem justificativa a duas reuniões consecutivas ou quatro intercaladas no período de trabalho da Comissão ou Grupo de Trabalho.

III - Os locais de reunião das Comissões e Grupos de Trabalho serão escolhidos segundo critérios de economicidade e praticidade.

Art. 47 Aos coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho incumbe:

I - Coordenar os trabalhos;

II - Promover as condições necessárias para que a Comissão ou Grupo de Trabalho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias;

III - Designar secretário "ad hoc" para cada reunião;

IV - Apresentar relatório conclusivo, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado pelo Conselho, acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades, bem como das atas das reuniões, assinadas pelos participantes, para encaminhamento ao plenário do Conselho Municipal de Saúde;

V - Assinar as atas das reuniões e as recomendações elaboradas pela Comissão ou Grupo de Trabalho encaminhando-as ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 48 Aos membros das Comissões ou Grupo de Trabalho incumbe:

I - Realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas;

II - Requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria;

III - Elaborar documentos que subsidiem as decisões das Comissões ou Grupos de Trabalho

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 O Conselho Municipal de Saúde poderá promover alteração ou readequação na sua organização interna, preservando o que está garantido em Lei.

Parágrafo Único – As propostas de alteração poderão ser apresentadas por qualquer membro que a encaminhar com a assinatura de no mínimo um terço dos membros do Conselho, ou pela Mesa Diretora.

Parágrafo Único – Para fins das decisões do Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 453/2012 consideram-se:

· Maioria simples: o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;

· Maioria absoluta: o número inteiro imediatamente superior à metade de membros do conselho;

· Maioria qualificada: 2/3 (dois terços) do total de membros do conselho.

Art. 50 Para o melhor desempenho de suas funções o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a técnicos e/ou entidades especializadas para assessorar o Conselho Municipal de Saúde em assuntos específicos.

Art. 51 Casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Plenário em consonância com a Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012.

Art. 52 O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação em reunião plenária do Conselho Municipal de Saúde e publicação no Diário Oficial do Município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 53 Fica revogado o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 116 de 19 de Junho de 1997.

Bom Jesus do Oeste – SC, 28 de Outubro de 2016.

Célio José Fazzioni

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 007/2016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO OESTE, no uso de suas competências regimentais, atendendo o que dispõe a Lei Municipal nº 1.023 de 15 de Agosto de 2016 e conforme deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 22 de Agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – CMS, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.023/16 de 15 de Agosto de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus do Oeste - SC, 28 de Outubro de 2016.

Célio José Fazzioni

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO 2º TA CONTRATO 139/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 139/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa para Reforma Geral dos Banheiros, reforma das Churrasqueiras e reforma geral do Salão de Exposições, com recursos oriundos do Ministério do Turismo, do tipo menor preço global. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 21 de abril de 2017, conforme faculta a legislação vigente Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº139/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 04 de novembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

LEI 1349/2016 DENOMINA RUA ESTEFANO COLOMBI LEI Nº 1.349/2016.

"DENOMINA VIA PÚBLICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "ESTEVÃO COLOMBI", a via municipal que tem início na Rua 9 de Junho (bairro: Ribeirão Porto Franco), (pontos: 27°12'51.90"S e 49°4'22.01"O) e término em terras de Flavita Colombi, (pontos: 27°12'50.77"S e 49° 4'15.16"O).

Art. 2º - A referida via possui extensão aproximada de 200,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 03 de Novembro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito Municipal Em Exercício

Localização da Rua "ESTEVÃO COLOMBI"

Fonte: Google Earth

Início da Rua "ESTEVÃO COLOMBI"

Fonte: Google Earth

Final da Rua "ESTEVÃO COLOMBI"

Fonte: Google Earth

LEI 1350/2016 DENOMINA RUA JOSE BONOMINI LEI Nº 1.350/2016.

"DENOMINA VIA PÚBLICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "JOSÉ BONOMINI", a via municipal de que tem início na Rua Humberto Mazzolli, em frente à casa de José Bonomini, (pontos: 27°11'51.97"S e 49° 4'55.99"O) e término em terras de Antonio Bonomini, (pontos: 27°11'46.66"S e 49° 4'56.62"O).

Art. 2º - A referida via possui extensão aproximada de 200,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 03 de Novembro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito Municipal em Exercício

Localização da Rua "José Bonomini"

Fonte: Google Earth

Início da Rua "José Bonomini"

Fonte: Google Earth

Final da Rua "José Bonomini"

Fonte: Google Earth

LEI 1351/2016 DENOMINA RUA TERESA BONOMINI LEI Nº 1351/2016.

"DENOMINA VIA PÚBLICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "TERESA BONOMINI", a via municipal de código que tem início na Rua Anibal Bonomini, (pontos: 27°11'53.85"S e 49° 4'54.34"O) e término em terras de Antonio Bonomini, (pontos: 27°11'56.45"S e 49° 4'55.88"O).

Art. 2º - A referida via possui extensão aproximada de 100,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 03 de Novembro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito Municipal em Exercício

Localização da Rua "Teresa Bonomini"

Fonte: Google Earth

Início da Rua "Teresa Bonomini"

Fonte: Google Earth

Final da Rua "Teresa Bonomini"

Fonte: Google Earth

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016 FMAS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016 Data do Registro: 05/05/2016 Válido até: 05/05/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de laranja ou chocolate, sendo mado e fresco. (823)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	16,2765	1
2	Bolacha tipo caseira, no sabor de polvilho ou côco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (830)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	16,9451	1
3	Sanduíche feito com pão pullmann, fresco, mado sem presença de sujidades, com patê de frango. (831)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	3,3192	1
4	Sanduíche natural de mini pão francês. (maionese queijo, presunto, alface e tomate). Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (832)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	2,1630	1
5	Cuca integral, mada, fresca, sem sujidades, nossabores (farofa, banana c/ farofa, maça c/ farofa, abacaxi c/ farofa, uvas passas c/ farofa). (833)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	17,6129	1
6	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (834)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	4,7347	1
7	Pastel assado grande, recheado com carne de frango, massa sequinha, sem sujidade. Assados 1 hora antes da entrega. (835)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	3,4887	1
8	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidades. (836)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	15,9483	1
9	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (838)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	19,9354	1
10	Sanduíche feito no pão pullmann, fresco, mado, sem presença de sujidades, complices (presunto, queijo, pepino, cenoura e maionese). (839)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	3,7379	1
11	Sanduíche com pão francês, tamanho médio, fresco, feito no dia da entrega, com, maionese, presunto cozido e queijo. (840)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	2,8209	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cuca caseira de banana c/ farofa ou abacaxi c/ farofa, macia, fresca e sem sujidades, com peso aproximado de 1 Kg. (841)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	9,4693	1
13	Bolo recheado, com creme de laranja ou polpa de abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, fresco e sem presença de sujidades (842)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	22,5967	1
14	Orelha de gato, Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	14,9515	1
15	Abacaxi pérola (doce), Tamanho médio, (847)	UND	NELSON KNAUL ME (6150)	PÉROLA	0	6,4994	1
16	Banana catuira. (844)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	CATURRA	0	2,0998	1
17	Laranja pera, Tamanho médio, (845)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PERA	0	2,2398	1
18	Maçã gala ou fugi, Tamanho médio (846)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	GALA	0	5,5696	1
19	Mamão formosa, tamanho médio, (843)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FORMOSA	0	6,6295	1
20	Melão (1431)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	AMARELO	0	8,6493	1
21	Uva rosada comum (época) (1432)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	ROSADA	0	9,2293	1
22	Caqui (época) (1433)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FUGI OU CAFI	0	6,1295	1
23	Pokan (época) (1434)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	POKAN	0	3,7197	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Tangerina (época) (1435)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	TANGERINA	0	3,9697	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PROCESSO Nº 2/2016

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

(6150) - NELSON KNAUL ME

Braco do Trombudo, 5 de Maio de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

Número do Registro de Preços: 12/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra:		Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arbitragem Futebol Suíço (17849)	PART	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)	LIGA	0	128,4523	1
2	Arbitragem para Futsal (17850)	PART	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)	LIGA	0	148,2143	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 12/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CIVE (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Deslocamento de árbitros por rodada (16497)	Rod	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)	LIGA	0	69,1667	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

Número do Registro de Preços: 12/2016		Data do Registro: 05/05/2016		Válido até: 05/05/2017			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016
PROCESSO Nº 18/2016
(9217) - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA

Braço do Trombudo, 5 de Maio de 2016.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 77/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 859/2015...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Atividade: 2.008 – Transporte Escolar

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0001
..... R\$ 40.000,00

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0002
..... R\$ 25.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0000 – Recursos Próprios, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.03.0038.17
..... R\$ 6.750,57

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0038.17 – MAC, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0038.13
..... R\$ 10.491,09

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0038.13
..... R\$ 10.491,09

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte

dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0035.31
..... R\$ 14.450,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.050 – Bloco de Proteção Social Básica

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0035.31
..... R\$ 14.450,00

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 25 de outubro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2016 SEFAZ

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/20146 - CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte ALL – BRILHO VITRINES E LAVAÇÃO LTDA ME, CNPJ n. 09.496.031/0001-50, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6054/2016, Emissão 15/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 771597 – ALL – BRILHO VITRINES E LAVAÇÃO LTDA ME, CNPJ: 09.496.031/0001-50, Endereço: Rua Paulo Amandio de Borba, 71, Bairro: Santo Antonio, Cidade: Balneário Piçarras, Estado: SC, CEP: 88.380-000

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:
RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo - Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
Diversos - 68-ISSQN SIMPLES - entre 20/09/2011 a 20/01/2014 - 1.532,47 - 0,00 - 306,46 - 308,26 - 0,00 - 2.147,19

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte LUDEREGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ n. 83.036.723/0001-78, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6020/2016, Emissão 16/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 725510 – LUDEREGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ: 83.036.723/0001-78, Endereço: Rua Coronel Marcos Rovaris, n. 492, Complemento: Mezanino, Bairro: Centro, Cidade: Criciúma, Estado: SC, CEP: 88.801-100

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:
RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo - Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
114218/2011 - 68-ISSQN SIMPLES - 21/02/2011 - 174,00 - 0,00 - 34,80 - 65,82 - 0,00 - 274,62

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte MAXILAUNDRY LAVANDERIA LTDA - EPP, CNPJ n. 07.671.385/0001-68, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6034/2016, Emissão 15/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 4331974 – MAXILAUNDRY LAVANDERIA LTDA - EPP, CNPJ: 07.671.385/0001-68, Endereço: Rua Nelson Floriano Campos, Complemento: Galpão II, Bairro: Pachecos, Cidade: Palhoça, Estado: SC, CEP: 88.135-000

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:
RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo - Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
90618/2008 - 68-ISSQN SIMPLES - 13/02/2009 - 20,07 - 0,00 - 4,01 - 11,34 - 0,00 - 35,42

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO

TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte OFICINA MECANICA IRMAOS MARQUES LTDA ME, CNPJ n. 78.869.062/0001-21, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6025/2016, Emissão 15/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 891959 – OFICINA MECANICA IRMAOS MARQUES LTDA ME, CNPJ: 78.869.062/0001-21, Endereço: Rua Presidente Costa e Silva, n. 137, Bairro: Centro, Cidade: Camboriú, Estado: SC, CEP: 88.340-404

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo - Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
127390/2013 - 68-ISSQN SIMPLES - 20/03/2013 - 1,30 - 0,00 - 0,26 - 0,24 - 0,00 - 1,80

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte OXTAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ n. 09.415.964/0001-75, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6053/2016, Emissão 16/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 767700 – OXTAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 09.415.964/0001-75, Endereço: Rua Odílio Garcia, n. 166, Bairro: Cordeiros, Cidade: Itajaí, Estado: SC, CEP: 88.310-180

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo

- Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
Diversos - 68-ISSQN SIMPLES - entre 20/01/2012 a 20/12/2012 - 1.787,27 - 0,00 - 357,46 - 406,24 - 0,00 - 2.550,97

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte VITAMIR PEDRINHO FUGAZZA - ME, CNPJ n. 08.985.173/0001-18, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 6047/2016, Emissão 15/08/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão: 4332660 – VITAMIR PEDRINHO FUGAZZA - ME, CNPJ: 08.985.173/0001-18, Endereço: Avenida Ver. Manoel Jose dos Santos, n. 1722, Apto 101, Bloco A, Bairro: Centro, Cidade: Bombinhas, Estado: SC, CEP: 88.215-000

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento - Sub-Receita - Data do fato Gerador - Tributo - Correção - Multa - Juros-Desconto - Total:
127416/2013 - 68-ISSQN SIMPLES - 20/12/2013 - 657,05 - 0,00 - 131,41 - 81,47 - 0,00 - 869,93

Débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 16 de agosto de 2016.

Volnei Montibeller
Diretor-Geral da Fazenda

Precila Andrade Tadiotto Villar
Auditora Fiscal Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2016 SEFAZ

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2016- CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte abaixo, resolve promover a notificação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte ARANCIBIA SERVIÇOS DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES LTDA ME, CNPJ n. 10.827.603/0001-15, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios

e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito Controle: 6044/2016 Emissão: 03/10/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE Nome/Razão: 4332091 - ARANCIBIA SERVIÇOS DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES LTDA ME CPF/CNPJ: 10.827.603/0001-15 Endereço: RODOVIA SC 407 Complemento: Bairro: RIO BRANCO Cidade: Anitápolis Estado: SC CEP: 88.475-000

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:
RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento Sub-Receita Cadastro Parcela Data do Fato Gerador Tributo Correção Multa Juros Desconto Total 108400/2010 68-ISSQN SIMPLES 0 20/09/2010 25,05 0,00 5,01 10,54 0,00 40,60 108402/2010 68-ISSQN SIMPLES 0 20/10/2010 49,99 0,00 10,00 20,63 0,00 80,62 108404/2010 68-ISSQN SIMPLES 0 22/11/2010 24,93 0,00 4,99 10,09 0,00 40,01 Total: 99,97 0,00 20,00 41,26 0,00 161,23 3 Débito(s) Listado(s) TOTAL GERAL EM R\$ ==> 161,23

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 3 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTE DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização do contribuinte abaixo, resolve promover a notificação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica o contribuinte EXTRAÇÃO DE MADEIRA PEREIRA LTDA ME, CNPJ n. 09.425.948/0001-63, referente à Notificação de Dívida Ativa, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito Controle: 6061/2016 Emissão: 03/10/2016

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE Nome/Razão: 4331940 - EXTRAÇÃO DE MADEIRA PEREIRA LTDA ME CPF/CNPJ: 09.425.948/0001-63 Endereço: LOTEAMENTO MARQUINHOS,000112 Complemento: Bairro: KRECKER Cidade: São João Batista Estado: SC CEP: 88.240-000

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:
RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento Sub-Receita Cadastro Parcela Data do Fato Gerador Tributo Correção Multa Juros Desconto Total 101151/2009 68-ISSQN SIMPLES 0 13/03/2009 83,00 0,00 16,60 46,08 0,00 145,68 101153/2009 68-ISSQN SIMPLES 0 13/03/2009 133,99 0,00 26,80 74,39 0,00 235,18 101155/2009 68-ISSQN SIMPLES 0 20/05/2009 45,43 0,00 9,09 24,49 0,00 79,01 101157/2009 68-ISSQN SIMPLES 0 24/07/2009 124,42 0,00 24,88 65,15 0,00 214,45 101163/2009 68-ISSQN SIMPLES 0 20/04/2009 105,63 0,00 21,13 57,76 0,00 184,52 Total: 492,47 0,00 98,50 267,87 0,00 858,84 5 Débito(s) Listado(s) TOTAL GERAL EM R\$ ==> 858,84

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 3 de outubro de 2016.

Volnei Montibeller Precila Andrade Tadiotto Villar
Diretor Geral da Auditora Fiscal Tributária
Secretaria da Fazenda Matrícula 673838-3

EXTRATO DO CONTRATO 129/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 129/2016

ESPÉCIE: serviço telefônico Fixo Comutado – STFC. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.2291.0004.0122.03 00.3339.3958000.0020000; VIGÊNCIA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016; VALOR: R\$ 157.760,00. CONTRATADA: TPA Telecomunicações Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 31 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 130/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 130/2016

ESPÉCIE: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância humana desarmada para a sede administrativa, eta central e área técnica do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 047/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3390397700 0000.002000 e 0060000; VIGÊNCIA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016; VALOR: R\$ 210.600,00. CONTRATADA: Jovil Segurança Privada Eireli. Diretora do SAMAE.

Brusque, 31 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 131/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 131/2016

ESPÉCIE: aquisição de caminhões. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.34490524800.60000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 01/11/2016; VALOR: R\$ 391.000,00. CONTRATADA: Carboni Distribuidora De Veículos Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 132/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 132/2016

ESPÉCIE: aquisição de veículo utilitário. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2016 DO-
TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.34490524800.
60000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/11/2016;
VALOR: R\$ 120.500,00. CONTRATADA: Uvel Comercial De Veículos
Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de novembro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 11.453/2016

PORTARIA nº 11.453, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Prorroga até 31 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída por meio da Portaria nº 10.190/2015, para apuração da situação nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Brusque – Residencial Sesquicentenário, bairro Limeira, e Residencial Minha Casa Minha Vida, bairro Águas Claras.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 4º da Portaria nº 10.190/2015, e considerando a justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão, por meio do Ofício nº 505/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até 31 de janeiro de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída por meio da Portaria nº 10.190, de 17 de julho de 2015, para elaboração de relatório completo das famílias contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, selecionadas pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município, a fim de averiguar possíveis violações de direitos fundamentais de moradores, especialmente, crianças, adolescentes, idosos e pessoas acometidas de enfermidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.457/2016

PORTARIA Nº 11.457 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nomeado pela Portaria 11.438/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme segue:
– Representante de Entidades:
Titular: Nathalie Bareá Silveira

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.936

DECRETO Nº 6.936, de 04 de novembro de 2016.

Nomeia o Conselho Municipal de Educação - COMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 1.801, de 09/09/2002 e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação - COMED, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei Municipal nº 1.801, de 09/09/2002 e suas alterações:

I. Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Mauro Rogério dos Reis

Suplente: Rosemari Menegat de Paula

II. Representante da Rede Estadual de Ensino

Titular: Rita Schumann

Suplente: Maria Luiza Basso Prandine

III. Representante dos Especialistas de Ensino

Titular: Teresinha Castanheiro Anciutti

Suplente: Jorge Luiz Gonçalves

IV. Representante da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino

Titular: Maria Clarice Sarturi

Suplente: Silvana Alves Ribeiro Bardella

V. Representante da Educação Infantil da Rede Particular de Ensino

Titular: Odete Maria Rosseto Xavier Correa

Suplente: Márcia Regina Gotardo Rupp

VI. Representante dos Diretores de Escola

Titular: Rosangela Aparecida Balchak

Suplente: Solange Margareth Campos

VII. Representante da Associação de Pais e Professores - APP

Titular: Viviane Nancy Gonchoreki

Suplente: Fransoize Freitas Pereira

VIII. Representante dos Professores do Ensino Fundamental

Titular: Andréia Anciutti

Suplente: Marilene Padilha Meireles da Silva

IX. Representante dos Servidores Públicos Municipais na área de Educação

Titular: Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

Suplente: Jussara Fonseca

X. Representante do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

Titular: Carlos dos Passos Paulo Matias

Suplente: Luciane da Costa Campolin

XI. Representante do Sindicato dos Professores Estaduais

Titular: Valmira Aparecida Moriggi

Suplente: Luciana Aparecida Weber

XII. Representante do Centro de Ensino e Instruções do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador

Titular: Giancarlo de Oliveira

Suplente: Jakson Alberto Mandelli

XIII. Representante do Conselho Tutelar

Titular: Maria Augusta Nhoato Moreira
Suplente: Adriana Pegoraro Donatti

XIV. Representante da Educação Especial
Titular: Adriana Loss
Suplente: Gisiane Jacobi do Amaral

XV. Representante do Ensino Técnico e Profissionalizante
Titular: Rogério Oliveira de Mattos
Suplente: Dórie Catarina Bebber Maciel

XVI. Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública
Titular: Daiane Rodrigues de Mello
Suplente: Danielly Lux

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.125, de 18 de setembro de 2014 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.937

DECRETO Nº 6.937, de 04 de novembro de 2016.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.448, de 22/06/2007 e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, pelo prazo de dois anos, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 2.448, de 22/06/2007 e suas alterações:

I - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Bartira Elisa Tomazini
Suplente: Mauro Rogério dos Reis
Titular: Airton Carlos Leite
Suplente: Elisabete Maria Bortolini

II - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Maristela Cordeiro da Silva
Suplente: Mário Luiz Cachinski Junior

III - Representante dos Diretores das Escolas Municipais

Titular: Maria Antonia Fabiani Padilha
Suplente: Orli Ribeiro Tibes

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Taisa Beatriz Basso
Suplente: Fauri Carneiro

V - Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Wagner Severgnini
Suplente: Daniel Pereira Rafaeli Filho
Titular: Elenir Izabel Spezia Corrêa
Suplente: Jéssica Rossi

VI - Representantes dos estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Amanda Gabrila Padilha Prigol

Suplente: Ronald Perego Vieira

Titular: Felipe Locatelli Kociow

Suplente: Julia Mezzalira Santos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação – COMED

Titular: Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

Suplente: Adriana Loss

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Adriana Pegoraro Donatti

Suplente: Maria Augusta Nhoato Moreira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.155, de 09 de outubro de 2014 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de novembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.330

PORTARIA Nº 27.330, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR contratos por tempo determinado das Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, da Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária, tipo de vaga e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Vaga	Prorrogar até – Período
14670	Bruna Coelho de Rosário de Jesus	Auxiliar de Enfermagem	35hs	V.Vinculada, Marlei Kehler	31/12/2016
14644	Francieli Aparecida Alves Balestrin	Fisioterapeuta	40hs	V.Vinculada Simone Angela Scolaro	31/10/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de setembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.373

PORTARIA Nº 27.373, de 27 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10779	Evandro Carlos Fritsch	02/03/2014 a 01/03/2015	21/11/2016 a 20/12/2016
15	Giovani E. Teles de Oliveira	13/03/2014 a 12/03/2015	01/11/2016 a 10/11/2016
15	Giovani E. Teles de Oliveira	13/03/2015 a 12/03/2016	11/11/2016 a 30/11/2016
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	12/05/2013 a 11/05/2014	01/11/2016 a 15/11/2016
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	12/05/2014 a 11/05/2015	16/11/2016 a 30/11/2016
10382	Leonardo Felipe Duarte	15/12/2013 a 14/12/2014	16/11/2016 a 25/11/2016
4741	Mariane Rafaela Seidel	26/04/2014 a 25/04/2015	31/10/2016 a 09/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.384

PORTARIA Nº 27.384, de 28 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto à Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Códi-go	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
14673	Andreia Baltazar	Professora de Ensino Fundamental II	10	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada – Jeana Zago em licença para tratamento de saúde	03/10/2016 a 10/10/2016
14682	Camila Bechert de Souza	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Vinculada – Sandra Mara Moscheta da Silva em gozo de licença prêmio	28/09/2016 a 22/12/2016
14447	Daiane Maria Bento de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Transitória	27/08/2016 a 22/12/2016
14326	Elis Micheli Gonçalves Padilha Wagner	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada – Layde Sebastiana de Souza em licença para tratamento de saúde	07/10/2016 a 22/12/2016
14685	Marivete Aparecida Boff Pereira	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada – Juliana Padilha Mazzotti em licença para tratamento de saúde	01/10/2016 a 22/12/2016
14675	Vitor Thomé Cechetto	Professor de Ensino Fundamental II	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada – Joelma Ana Antunes em licença para tratamento de saúde	02/10/2016 a 09/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 28 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.386

PORTARIA Nº 27.386, de 28 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, o contrato em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Carga Horária	A partir de:
14530	Anderson Clayton Copini	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016
14530	Anderson Clayton Copini	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016
14623	Anzero Giovani de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14544	Diego Jungles de Lara	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14546	Ederton Santin	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14547	Eliane Aparecida Alves	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016
14551	Felipe Dias Nazário	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14641	Francis Lee Figueiredo da Silva	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14541	Gerson José Teles de Souza Júnior	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14556	Gerson Luiz Frigieri	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14618	Gisele Fenili de Borba	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14539	Jailson de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14577	Jeferson José Henke	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016
14545	João Carlos Ribeiro	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14557	Joel Caetano	Professor Ensino Fundamental II	20h	18/10/2016
14634	Joel Caetano	Professor Ensino Fundamental II	10h	18/10/2016
14563	José Marcos Godoi	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016
14331	Mariana Susin Frigotto	Professor Ensino Fundamental I	40h	14/10/2016
14570	Nilson Adelino Zart Júnior	Professor Ensino Fundamental II	40h	18/10/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.387

PORTARIA Nº 27.387, de 28 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a que fazem jus, referente ao período aquisitivo do mês de agosto, especificando código, nome e local:

Código	Nome	Local de Atuação
13973	Ada Belli de Lima	ESF Municípios
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	ESF Municípios
14014	Flávia Alessandra Carlos da Silva	ESF Municípios
14037	Lindamir Teresinha Kuracz	ESF Municípios
11965	Marilene de Cássia Fávero	ESF Municípios
11869	Sandra de Fátima Ribeiro	ESF Municípios

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.388

PORTARIA Nº 27.388, de 28 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionada, contratada através da Portaria nº 26.621, de 01 de março de 2016, especificando código, nome, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de
14399	Suely Miozzo Escher	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito EMEB Morada do Sol	28/10/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.389

PORTARIA Nº 27.389, de 28 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de:
1318	Maria Geni Huçulak	Servente Educação	Filha	30 dias	24/10/2016 a 22/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.409

PORTARIA Nº 27.409, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MENEGAZZO, matrícula 120, ocupante do cargo em comissão de Diretor Operacional de Serviços Urbanos, vinculado à Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.410

PORTARIA Nº 27.410, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor Público Municipal GUILHERME LUIZ PIAZZON, matrícula 14066, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretário, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.411

PORTARIA Nº 27.411, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal GRAZIELA LEA GALLINA, matrícula 13770, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Serviços de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.412

PORTARIA Nº 27.412, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal GLOTILDE CASALETI SARTORI, matrícula 13838, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Serviços de Vigilância em Saúde, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.413

PORTARIA Nº 27.413, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor Público Municipal IZAIAS IZAC ZARUR, matrícula 14094, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretário, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.414

PORTARIA Nº 27.414, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal AMANDA DE ALMEIDA KIRSCHNER, matrícula 12660, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Extensão Rural, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.415

PORTARIA Nº 27.415, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal ANELISE TERESINHA WEBER, matrícula 12573, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretário, vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.416

PORTARIA Nº 27.416, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal SANDRA MARA MILANI, matrícula 14510, ocupante do cargo em comissão de Supervisor do Programa de Atenção ao Idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.417

PORTARIA Nº 27.417, de 07 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor Público Municipal CLEBERTON CAMPINA DE SOUZA, matrícula 13831, ocupante do cargo em comissão de Supervisor do Programa de Atenção a Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, referência CC-5, com

Camboriú

PREFEITURA

PR 100/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2016- PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA O ITEM 02

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO, DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Novembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 04 de Novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº002/2015 RESCISÃO DE CONTRATO

FMA

Termo De Rescisão Ao Contrato Nº002/2015

Processo: Dispensa de Licitação nº. 001/2015

Locador: HENRIQUE ROSA

Data: 04/11/2016

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE UMA ÁREA DE 14.200M2, LOCALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, SITUADO NA ESTRADA GERAL DO BRAÇO , S/N, BAIRRO CERRO, A ÁREA SERÁ UTILIZADA COMO DESTINO DOS ANIMAIS APREENDIDOS NAS VIAS PÚBLICAS, VIDE LEI 962/93, ART 2º.

Do distrato: O Município resolve rescindir o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, razão pela qual dá mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PR 099/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 099/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 04 de Novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.072 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.072 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seu Art. 29 e § 4º do Art. 74; Decreta:

Art.1º) Fica nomeado JOSÉ LUIS SILVA, Registro no Sistema sob nº 955643, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, criado pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009, Código 05, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 04 de novembro de 2016.

Art.2º) O Assessor de Gabinete, perceberá a remuneração fixada em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.073 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.073 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DELEGA AO ASSESSOR DE GABINETE A RESPONSABILIDADE PELA TESOUREARIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

O Prefeito Municipal, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no §1º do art. 91 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º. Delegar ao Assessor de Gabinete JOSÉ LUIS SILVA, a responsabilidade pela Tesouraria da Administração Direta e Indireta deste Município.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.074 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.074 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0002.2042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319094.00.896 -	Indenizações restituições Trabalhistas	R\$ 15.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0002.2042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 15.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.075 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.075 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove quarenta mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.519 -	Aplicações Diretas			
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 19.000,00		

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.			
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.519 -	Aplicações Diretas			
319004.00.519 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00		
300000.00.519 -	Despesas Correntes			
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.519 -	Aplicações Diretas			
339049.00.519 -	Auxílio Transporte	R\$ 9.000,00		
	Total	R\$19.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.076 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.076 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 71.387,54 (setenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais, cinquenta e quatro centavos) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.139 -	Aplicações Diretas		
319004.00.139 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 34.500,00	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 7.581,25	
05.03 -	Serviço da Educação Infantil.		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil.		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.139 -	Aplicações Diretas		
319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 29.306,29	
	Total	R\$ 71.387,54	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.141 -	Aplicações Diretas		
319113.00.141 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 24.315,00	
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339049.00.141 -	Auxílio Alimentação	R\$ 17.766,25	
05.03 -	Serviço da Educação Infantil.		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil.		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.139 -	Aplicações Diretas		
319094.00.139 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 22.529,23	
319094.00.141 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 377,06	
339049.00.141 -	Auxílio Alimentação	R\$ 6.400,00	
	Total	R\$71.387,54	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2016

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2016

“DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DAR CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO INCISO I DO ARTIGO 48, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos Municípios que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o Inciso I do Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a LRF determina a participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento;

Resolve:

Art.1º Fica marcada para o dia 10 de novembro do corrente ano, Audiência Pública da Lei Orçamentária para o exercício de 2017.

§ 1º A Audiência Pública que trata o Caput deste artigo será realizada no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620 – Centro neste Município, às 18:00 hs.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste Município, bem como todos os Municípios, para dar ciência do quanto determinado pelo Inciso I do Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2016.

RUBENS BLAZSKOVSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.543 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.543 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE “PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Designar os responsáveis pela Movimentação das Contas Correntes de Titularidade do Município de Campo Alegre – “PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”, a Secretária Municipal de Finanças MARIA ELIANE FRIEDRICH, CPF/MF nº 382.609.569-34 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/

aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.544 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.544 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72, a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.545 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.545 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72, a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.546 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.546 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, CPF/MF nº 061.299.189-09 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72, a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de novembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.547 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.547 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar a Coordenadora da Defesa Civil Sr^a. DENISE APARECIDA ROCHA, CPF/MF nº 694.310.869-72 e o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72, a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.548 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.548 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar o Diretor Executivo do IPRECAL Sr. JEFFERSON JEAN DUVOISIN, CPF/MF nº 025.702.099-37 e a servidora Pública Municipal, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único – A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber; passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.549 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.549 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DESIGNA O CHEFE DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Chefe de Gabinete JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955641, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 03 de novembro de 2016 a 11 de novembro de 2016.

Parágrafo único – A Designação de que trata o caput deste Artigo em razão do Secretário Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Chefe de Gabinete não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.550 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.550 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 04 (zero quatro) dias de férias a Servidora Pública Municipal, PATRICIA DAIANA PAUL, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fisioterapeuta, Matrícula Funcional nº 000851, Registro no Sistema sob nº 955550, lotada Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 26 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 07 de novembro de 2016 á 10 de novembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo em data de 03 de novembro de 2016 sob nº 6325.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.551 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.551 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 02 de julho de 2012 a 02 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 03 de novembro de 2016 sob nº 6326.

Art.2º) A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 08 de novembro de 2016 á 07 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 101/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais para limpeza e manutenção dos veículos da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	300	Quilo	Estopa, para limpeza automotiva.	5,00	1.500,00
02	5	Tambor	Detergente desengraxante para lavagem de veículos. Tambor com 200 litros.	455,00	2.275,00
03	4	Tambor	Xampu para automóvel. Tambor com 200 litros.	455,00	1.820,00
04	5	Unidade	Silicone líquido, embalagem com 5 litros.	105,00	525,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 6.120,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 07/11/2016 às 09h45min do dia 23/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 23/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
-----------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do

editais.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 04 de novembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 102/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material de desgaste (lâminas, unhas, travas das unhas, dentes, porcas e parafusos) para as máquinas pesadas da frota do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	50	Unidade	Lâmina 3/4, 13 furos 3/4, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	580,00	29.000,00
02	50	Unidade	Lâmina 3/4, 13 furos 5/8, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	580,00	29.000,00
03	400	Unidade	Parafuso de lâmina 3/4 x 2"	4,50	1.800,00
04	400	Unidade	Parafuso de lâmina 5/8 x 2"	3,60	1.440,00
05	500	Unidade	Porca sextavada 3/4	1,80	900,00
06	500	Unidade	Porca sextavada 5/8	1,40	700,00
07	120	Unidade	Dente concha dianteira CAT 416 E	92,90	11.148,00
08	120	Unidade	Dente concha dianteira JCB 214 E	81,30	9.756,00
09	40	Unidade	Dente lateral (flanco) JCB 214 E	163,40	6.536,00
10	100	Unidade	Trava da unha para escavadeira hidráulica CAT 320 linha K.	72,30	7.230,00
11	100	Unidade	Unha para escavadeira hidráulica CAT 320 linha K.	165,90	16.590,00
12	100	Unidade	Parafuso de lâmina 3/4 x 2,5"	5,30	530,00
13	100	Unidade	Parafuso de lâmina 5/8 x 2,5"	3,80	380,00
14	100	Unidade	Chapa de desgaste em bronze pequena. Código 5T8367 – CAT 120K	76,00	7.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 122.610,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 07/11/2016 às 13h45min do dia 23/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 23/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
-----------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do

telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 04 de novembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

TOMADA DE PREÇOS 98/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 98/2016 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de engenharia elétrica para revitalização luminotécnica do passeio anexo ao campo de futebol anexo à Praça de Esportes Mauricio Foitte, do Campo de Futebol anexo à Praça de Esportes Mauricio Foitte e do caminho da "Cascata Paraíso, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 300.113,64. Recursos COSIP. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 21/11/2016, 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 13h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 04 de novembro de 2016. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

Campo Erê**PREFEITURA****EXTRATO ATA RP 58/2016**

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 58/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1788/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC, inscrita no CNPJ Nº 78.486.875/0001-32, conforme relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS	Qtde. terrenos	Valor Unit.	Valor Total
01	Prestação de serviços técnico profissionais para a regularização fundiária de loteamentos de interesse social no Município de Campo Erê, com as seguintes fases: <ul style="list-style-type: none">- Contato de apresentação e trâmites de contratação,- Instalação no município,- Vistoria preliminar das áreas para verificação ambiental e risco,- Realização de topografia preliminar,- Realização de histórico da área/loteamento,- Apresentação preliminar ao Ministério Público de Santa Catarina- Audiência pública nos loteamentos e/ou locais de regularização,- Adesão dos proponentes e juntada de documentos,- Análise jurídica e emissão de relatórios,- Medição dos lotes e loteamentos,- Apresentação e protocolo junto a comarca,- Realização da audiência junto a comarca,- Decisão transitada e julgada,- Encaminhamento ao registro de imóveis,- Emissão dos registros de títulos de propriedades.	125	870,00	108.750,00

VALOR TOTAL R\$ 108.750,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 31 de novembro de 2016.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SANTA CATARINA – ADEHASC CNPJ nº 78.486.875/0001-32
--	---

NELSON TRESOLDI

Designado p/ responder pela
Sec. Mun. de Assistência Social

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

ANNE CRISTINE BAUERMANN WERNER
OAB/SC Nº 36.655
PROCURADORA JURÍDICA**HOMOLOGAÇÃO PL 1910/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1910/2016, na modalidade Tomada de Preços de nº 12/2016 tendo como objeto a SELEÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS PUBLICO ATRAVES DE SISTEMA ELETRONICO.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e

os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA	1	1	1,00	10%	10%
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA	10%				

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 04 de novembro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DJ 1930/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1988/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1930/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 1930/2016

b) Objeto: O objeto do presente é a locação de um Galpão com área construída de 942,35 m2, localizado na Avenida Getulio Vargas, conforme Matrícula n.º 5.169, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê - SC, a ser instalado um Condomínio Empresarial de fomento para a instalação de pequenas empresas, sob a coordenação da Sala do Empreendedor com a Assessoria do SEBRAE, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

c) Contratada: ANDRE SILVESTRI

Valor: R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) mensais;

Publique-se.

Campo Erê - SC, 21 de Outubro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.614/16 DE 03/11/2016
REGULAMENTA LEI Nº. 4.287/16
DECRETO Nº 7.614/16 DE 03/11/2016

REGULAMENTA LEI Nº 4.287/16

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 683.000,00 (Seiscentos e oitenta e três mil reais) na dotação orçamentária constante do Art. 1º da Lei nº 4.287/16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
03 de novembro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.615/16 DE 03/11/2016
REGULAMENTA LEI Nº. 4.288/16
DECRETO Nº 7.615/16 DE 03/11/2016

REGULAMENTA LEI Nº 4.288/16

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) na dotação orçamentária constante do Art. 1º da Lei nº 4.288/16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
03 de novembro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.616/16 DE 03/11/2016
REGULAMENTA LEI Nº. 4.289/16
DECRETO Nº 7.616/16 DE 03/11/2016

REGULAMENTA LEI Nº 4.289/16

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 208.061,53 (Duzentos e oito mil, sessenta e um reais e cinquenta e três centavos) na dotação orçamentária constante do Art. 1º da Lei nº 4.289/16.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
03 de novembro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.287/2016 DE 03/11/2016 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.287/2016 DE 03/11/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

Elemento de despesa: 05 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.000 000 - aplicações diretasR\$ 683.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E

COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral

Elemento de despesa: 06 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 185.000,00

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.086 – Manutenção da Defesa Civil Municipal

Elemento de despesa: 08 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05 – DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 18 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 – DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO ATIVIDADE: 0.001 – Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas – Prefeitura

Elemento de despesa: 22 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 65.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras

Elemento de despesa: 23 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de despesa: 25 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.008 – Manutenção do Departamento de Finanças

Elemento de despesa: 27 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 16 – DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.024 – Manutenção do Departamento Habitacional

Elemento de despesa: 76 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 79.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 18 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural

Elemento de despesa: 83 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 29.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.030 – Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

Elemento de despesa: 91 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 22 – DEPARTAMENTO DO TURISMO

PROJETO ATIVIDADE: 2.031 – Manutenção do Departamento do Turismo

Elemento de despesa: 99 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento de despesa: 127 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 28 – DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO ATIVIDADE: 2.040 – Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elemento de despesa: 130 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - aplicações diretasR\$ 70.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.288/2016 DE 03/11/2016 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.288/2016 DE 03/11/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

UNIDADE: 01 – ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio – Recursos Próprios

Elemento de despesa: 08 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.000 000 - aplicações diretasR\$ 120.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias

do município:

ÓRGÃO: 20 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO ATIVIDADE: 0.010 – Manutenção dos Inativos e Pensionistas – Câmara de Vereadores

Elemento de despesa: 01 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - aplicações diretasR\$ 24.000,00

ÓRGÃO: 20 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO ATIVIDADE: 1.046 – Obras, Reformas e Ampliações do Poder Legislativo

Elemento de despesa: 02 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - aplicações diretasR\$ 81.000,00

ÓRGÃO: 20 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROJETO ATIVIDADE: 1.047 – Reequipamento do Poder Legislativo

Elemento de despesa: 03 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - aplicações diretasR\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.289/16 DE 03/11/2016 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.289/2016 DE 03/11/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 208.061,53 (duzentos e oito mil sessenta e um reais e cinquenta e três centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.018 – Man. do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elemento de despesa: 35 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000 000 - aplicações diretasR\$ 208.061,53

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.019 – Reequipamento do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 38 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000 000 - aplicações diretasR\$ 191.937,23

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 – DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 61 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000 000 - aplicações diretasR\$ 16.124,30

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 091/2016

PORTARIA SAMAE CNO 091/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR, sindicância para averiguar a ocorrência de acidente de trânsito com danos materiais no veículo Renault Kangoo Express16 do SAMAE ocorrido na Rua Padre Armando de Costa, em frente ao nº 99.

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Alexandre José Biolchi, Auri Sérgio Liston e Vinícius Maciel Kunen, estes sob a presidência do primeiro, para praticarem todos os atos necessários, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria, elaborar o relatório com parecer conclusivo.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 976/2016

PORTARIA Nº. 976/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011, da Lei Municipal nº 5.454/2014 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, designada para o ano letivo de 2016 para a EBM Presidente Castelo Branco, a profissional ANA KARINA VIEIRA DE LIMA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014, conforme Edital de Convocação nº 037/2016, iniciando as suas atividades a partir de 07/11/2016, conforme comunicação interna nº 282/SME/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal da Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 983/2016

PORTARIA Nº. 983/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011, da Lei Municipal nº 5.454/2014 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, designada para o ano letivo de 2016 para a EBM Presidente Castelo Branco e para o CEI Vinicius de Moraes, a profissional PRISCILA SAUSEN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014, conforme Edital de Convocação nº 037/2016, iniciando as suas atividades a partir de 07/11/2016, conforme comunicação interna nº 284/SME/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal da Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 984/2016

PORTARIA Nº. 984/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Art. 13, inciso I da Lei Municipal nº. 2.305/1990, da Lei Municipal nº 2.307/1990, da Lei Municipal nº 2.972/1998, da Lei Municipal nº 3.689/2004, da Lei Municipal nº 4.473/2009, da Lei Municipal nº 4.960/2012, da Lei Municipal nº 5.712/2015 e da Lei Municipal nº 4.245/2007, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional JÉSSICA DE JESUS VIEIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 324, e convocada conforme Edital nº 038 de 13 de outubro de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 07/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 199/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 990/2016

PORTARIA Nº. 990/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada MARILENE BORA, comissionada no cargo de Encarregado de Obras, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 04/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 063/GAB/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 991/2016

PORTARIA Nº. 991/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei Municipal nº 2.305, da Lei Municipal nº 2.830/1997, da Lei Municipal 3.795/2005 e da Lei Municipal nº 3.817/2005;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o cargo da profissional JULIANA HAUFFE RODRIGUES, para atuar como Supervisor I, a partir de 04/11/2016, exercendo as suas funções junto ao Gabinete, conforme Comunicação Interna nº 063/GAB/2016.

Parágrafo Único: Permanece o Adicional de Tempo Integral de 30% concedido à servidora.

Art. 2º - Fica alterado o cargo do profissional EMANUEL GRITTEN, para atuar como Encarregado de Obras, a partir de 04/11/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, conforme Comunicação Interna nº 063/GAB/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 992/2016

PORTARIA Nº. 992/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 3.817/2005; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado NELSON DOS REIS SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor III, com adicional de 30% de tempo integral, a partir de 04/11/2016, exercendo as suas funções junto ao Gabinete, conforme Comunicação Interna nº 063/GAB/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

TERMO DO CONVÊNIO Nº 26/2016**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC****EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

Termo do Convênio nº 26/2016 PARTICÍPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer e Sociedade Beneficente Operária - SBO. OBJETO: Custear as despesas gerais para a promoção do evento denominado 62ª FESTA DO TIRO. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 3.000,00 (três mil reais), podendo ser repassado pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: Terá validade por 06 meses, contado da data desta publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Wilson Pereira, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sr. Alfredo Eike Bach, pela Fundação Cultural de Canoinhas e José Roberto Krzesinski, pela Sociedade Beneficente Operária - SBO.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 135/2016

DECRETO No 135, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Estabelece os Feriados Municipais para o ano de 2017.

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados Municipais para o ano 2017 nas seguintes datas:

I - 25 de janeiro – São Paulo Apóstolo, Padroeiro do Município a ser comemorado antecipadamente no dia 23 de janeiro de 2017;

II - 17 de fevereiro – Emancipação Político-Administrativa do Município;

III - 14 de abril – Feriado Religioso de Sexta-Feira da Paixão;

IV - 15 de junho – Feriado Religioso de Corpus Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de outubro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto nº 139/2016

DECRETO Nº 139, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 14 de novembro de 2016, tendo em vista a passagem do feriado nacional de Proclamação da República comemorado no dia 15 de novembro.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente. Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do

Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Além dos serviços previstos no artigo 2º, não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 4 de novembro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMS TERMO ADITIVO 001/2016 C 0003 - M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C 3 - Contrato Nº: 0003/2016 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.	
Valor : 18.687,50 (dezoito mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)	
Vigência : Início: 04/11/2016 Término: 13/01/2017	
Licitação : Processo Licitatório 0001/2016 M	
Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL 0001/2016 M	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (8)	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é o aumento das quantidades em até 25% de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93, acrescendo o valor do contrato original em R\$ 18.687,50 (dezoito mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Tudo de acordo com a solicitação e justificativa da Secretaria responsável e parecer jurídico nº 298/2016 em anexo e conforme quadro a seguir:	
Capinzal, 4 de Novembro de 2016	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/41/2016**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/41/2016

Processo Licitatório Nº CAO/0452/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de dois veículos automotores leves, tipo utilitário.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 18 de novembro de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:00 às 13:00 horas.

Capinzal/SC, 07 de novembro de 2016.

Francieli da Rosa

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/42/2016

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/42/2016

Processo Licitatório Nº CAO/0453/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de 01 (um) módulo tipo Painel de Comando, para acionamento de 01 (um) conjunto Moto-bomba de 125CV de potência, compreendendo a adequação do projeto existente, fornecimento, instalação, parametrização e start-up do equipamento, com fornecimento de ART's.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 23 de novembro de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:00 às 13:00 horas.

Capinzal/SC, 07 de novembro de 2016.

Francieli da Rosa

Pregoeira

BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - AGOSTO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Agosto
Página: 1

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	580.833,64	ORÇAMENTÁRIAS	325.423,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.822,13	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	325.423,93
RECEITA PATRIMONIAL	22.680,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	193.212,98
RECEITA DE SERVIÇOS	536.746,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.914,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.584,24	INVESTIMENTOS	1.296,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	938.000,09	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.074.496,52
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	85.325,70	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	84.931,73
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	375.079,87	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	513.884,34
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	12.494,02	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	12.494,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	465.100,50	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	460.838,69
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	2.347,74
SALDOS ANTERIORES	2.019.834,94	SALDOS ATUAIS	2.138.748,22
BANCO C/ MOVIMENTO	1.888.271,45	BANCO C/ MOVIMENTO	2.006.312,59
POUPANÇA	131.563,49	POUPANÇA	132.435,63
TOTAL	3.538.668,67	TOTAL	3.538.668,67

CAPINZAL, 08/09/2016

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - SETEMBRO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página: 1

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	585.367,09	ORÇAMENTÁRIAS	449.963,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.545,04	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	449.963,26
RECEITA PATRIMONIAL	23.829,19	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	205.033,89
RECEITA DE SERVIÇOS	540.157,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	142.899,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.834,99	INVESTIMENTOS	102.030,01
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.089.156,20	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.162.036,84
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	86.707,60	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	84.594,20
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	450.473,80	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	521.206,03
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	30.768,77	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	30.768,77
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	521.206,03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	525.467,84
SALDOS ANTERIORES	2.138.748,22	SALDOS ATUAIS	2.201.271,41
BANCO C/ MOVIMENTO	2.006.312,59	BANCO C/ MOVIMENTO	2.067.834,87
POUPANÇA	132.435,63	POUPANÇA	133.436,54
TOTAL	3.813.271,51	TOTAL	3.813.271,51

CAPINZAL, 19/10/2016

SIDNEI PENZO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade, com a devida comprovação da origem com nota fiscal ou documentos, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas de SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 22/11/2016.

Abertura: Dia 22/11/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 – FMS

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de duas aberturas, com alvenaria em cobogó, e duas paredes em alvenaria, com construção de um piso em concreto no sub-solo da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h, com a finalidade de ventilação da casa de máquinas, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 21/11/2016.

Abertura: dia 21/11/2016, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Doutor Maruri, 1342, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 01º de novembro de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

DILIGÊNCIA CONCORRÊNCIA (CONCESSÃO) Nº 8/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 8/2016 – PMC

(CONCESSÃO)

Objeto: a seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão onerosa do direito à exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores, nas áreas localizadas em vias e logradouros públicos do município de Concórdia e que compõem a chamada “Área Azul”, incluindo a prestação dos serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso das vagas, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, improrrogáveis, na forma das legislações pertinentes, demais normas estabelecidas no Edital e Anexos que o compõe.

Em atendimento ao disposto no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993, requeremos à empresa MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA, visando à complementação da documentação apresentada em fase recursal, a apresentação, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação desse requerimento, a competente Planilha de Composição de Custos, acompanhada da metodologia de cálculo e demais informações necessárias para comprovar a exequibilidade da proposta de preços apresentada no certame.

Intime-se.

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ERRATA ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER - FMS

ERRATA ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER - FMS

Na publicação Ato de Declaração de Dispensa de Chamamento Público Rede Feminina de Combate ao Câncer referente ao FMS, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1929, pág. 211, na data de 05 de fevereiro de 2016, onde se lê CNPJ 85.510.377/0001-88 leia-se CNPJ 78.510.377/0001-88.

ERRATA EXTRATO DE JUSTIFICATIVA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016 - FMS

ERRATA EXTRATO DE JUSTIFICATIVA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016 FMS

Na publicação do Extrato de Justificativa nº 02/2016 FMS, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1921, pág. 253, na data de 27 de janeiro de 2016, onde se lê CNPJ 85.510.377/0001-88 leia-se CNPJ 78.510.377/0001-88.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2016

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Dilce Lurdes Gehlen, Diretora de Recursos Humanos, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 01 de novembro de 2016, para a aquisição de vales-transportes aos servidores até a data de dezembro de 2016, a favor da empresa HODIERNAL TRANSPORTES LTDA - EPP, no valor total de R\$ 29.568,50 (vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais com cinquenta centavos).

BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016 – FMS

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016 – FMS

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, ALESSANDRO VERNIZE e a ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CONCÓRDIA - RFCC, inscrita no CNPJ sob nº 78.510.377/0001-88, representada pelo seu Presidente, senhora EUNICE CADORE FRANZAK

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde da Média e Alta Complexidade, destinado a realização do projeto de acolhimento e atendimento de pacientes portadoras de câncer

VALOR: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: 08 de abril de 2016

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 09.2016**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		26.449.163,57	41.166.182,93
Ordinária		329.581,99	432.001,35
Vinculada		26.119.581,58	40.734.181,58
Transferências Financeiras Recebidas (II)		21.306.913,50	23.951.178,50
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		21.306.913,50	23.951.178,50
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		14.426.222,49	5.845.063,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		11.017.232,61	1.895.147,34
Inscrição de Restos a Pagar Processados		224.843,86	259.559,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.184.146,02	3.690.356,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		3.996.111,50	3.807.592,33
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.996.111,50	3.807.592,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		66.178.411,06	74.770.016,82
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		57.106.100,80	65.429.028,67
Ordinária		494.935,73	485.500,06
Vinculada		56.611.165,07	64.943.528,61
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		4.624.230,56	5.344.876,65
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.192.777,37	1.654.520,10
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		247.307,17	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.184.146,02	3.690.356,55
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		4.448.079,70	3.996.111,50
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.448.079,70	3.996.111,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-JUF-215943452 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

04/11/2016 08:17



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		66.178.411,06	74.770.016,82

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 04/11/2016, Hora emissão 08:17:31

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-JJF-215943452 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

04/11/2016 08:17

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 244/2016 -PMC

Contrato N° : 244/2016

Aditivo N° : 1TA CTR 244/2016/2016

Tipo Aditivo : Suspensão/PARALIZAÇÃO

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços nº 19/2016 – PMC

Objeto : Execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rua Mato Grosso do Sul, no Bairro dos Estados e na Rua Deputado Carlos Büchele, no Bairro Vista Alegre, neste Município, contemplando os serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, serviços complementares e sinalização.

Vigência : Início: 19/10/2016 Suspensão: 24/10/2016

Assinatura : 24/10/2016

Valor R\$: 0,00

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 595/2016

DECRETO Nº 595/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido 02 (dois) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal DEIVA SIDONIA EBERHARDT ZANONI, no cargo de Enfermeira – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 31/10/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de novembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 25/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 25/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 09h00min do dia 22/11/2016
Abertura dos envelopes: na sequência às 09h00min do dia 22/11/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 04 de NOVEMBRO de 2016
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 26/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial RP Nº 26/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 09h00min do dia 23/11/2016
Abertura dos envelopes: na sequência às 09h00min do dia 23/11/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 04 de NOVEMBRO de 2016
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 39 E 40/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 39/2016 AO CONTRATO Nº 20/2016

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA A Cláusula Quarta do Contrato de Rateio nº 20/2016 passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA QUARTA

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICIPIO pagará ao CONSORCIO o valor total de R\$ 484.998,24 (quatrocentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), para serviços médicos especializados.
Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

7º TERMO ADITIVO Nº 40/2016 AO CONTRATO Nº 83/2014

Contratado: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 83/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2016, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2016

CÂMARA MUNICIPAL**AV 03/2016**

Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº 002/2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS LONGARINAS 03 LUGARES, COM ESPUMA INJETADA, COM BRAÇO E REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL COM 1,70m CADA LONGARINA.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 9h00min horas do dia 18/11/2016.

Abertura dos envelopes: às 9h15min horas do dia 18/11/2016.

O Edital pode ser obtido no seguinte endereço Rua Rio Grande do Norte 740, informações e esclarecimentos pelo telefone 49-3347-04-24 de segunda à sexta das 07h00min às 13h00min e através da página <http://camaracoronelfreitas.sc.gov.br>.

Coronel Freitas (SC) 04 de novembro de 2016.

JANDIR COVCEWECZ

Presidente da Câmara de Vereadores

ED 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

1 - PREÂMBULO

1.1 – A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.561.874-0001-71, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 740, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Presidente, Sr. JANDIR COVCEWECZ, comunica que realizará licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do Artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, (vide item 3.5), no dia 18 de novembro de 2016, às 09:00h, para aquisição dos objetos especificados no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto 8538 de 06 de outubro de 2015 e demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – PROPOSTA COMERCIAL e 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo respectivamente as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á no dia 18 de novembro de 2016, às 09h00min na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas – SC, situada no endereço acima indicado.

1.3 – A abertura dos Envelopes 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:15h do dia 18 de novembro de 2016, sem sessão pública a ser realizada na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC.

2 - DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CADEIRAS LONGARINAS COM 03 LUGARES, COM ESPUMA INJETADA, COM BRAÇO E REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL, COM 1,70m CADA LONGARINA, conforme relação e especificações constantes do Anexo "D" deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Podem participar da presente licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação empresas:

3.2.1 - que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

3.2.2 - com falência decretada.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º, §4º da Lei Complementar 123/2006.

3.4 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

3.5 - Da comprovação de condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

3.5.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que QUI- SEREM participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.5.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

3.5.3 – Cópia autenticada da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006. A Certidão somente será considerada válida quando emitida dentro do corrente ano.

3.5.4 - A documentação constante dos subitens 3.5.3 somente será exigida caso a empresa queira usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser apresentada obrigatoriamente FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO.

3.5.5 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação dos documentos descritos nos subitens, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

3.5.6 - A documentação constante dos subitens 3.5.3 deverá ser apresentada obrigatoriamente FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO.

3.5.7 – As Empresas que não se credenciarem como Microempresas e ou Empresas de Pequeno Porte não serão credenciadas a participar do presente processo licitatório, exceto quando não for alcançado o número mínimo de participantes conforme disposto no artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, que preceitua o seguinte:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o(a) Pregoeiro(a) inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação::

CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:

CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:

4.2 - Em seguida se realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", reconhecido firma em cartório, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, na Secretaria desta Câmara Municipal. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição dos materiais nos termos do Anexo "D" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total do Item, conforme exemplificado abaixo:

Item Descrição Quantidade Unidade Marca Preço Unitário Preço Total d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

e) É obrigatório a apresentação dos certificados e demais exigência dos itens solicitados, juntamente com a proposta de preço identificando de qual item se refere.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 12 (doze) meses o prazo de validade das propostas, nos termos do §3º, artigo 64 da Lei Federal nº 8666/1993, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.3 deste edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1. Os preços apresentados no texto da proposta da licitante

serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Prova de Regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- b) Certidão negativa de TRIBUTOS FEDERAIS;
- c) Prova de Regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Declaração de Conhecimento e Aceite dos Termos do Edital, conforme Modelo do Anexo C, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002).
- i) Declaração sob penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos conforme modelo do Anexo B.
- j) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.
- k) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, conforme modelo do Anexo E.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "e" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes da Câmara Municipal de Coronel Freitas.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes da Câmara Municipal de Coronel Freitas, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste

Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.9.3 - Em caso de ausência de algum documento exigido no item 6.1, alíneas "a" a "f", ou com data de validade vencida, o pregoeiro juntamente com a comissão de licitação poderá consultar através do órgão emissor e caso os mesmos não tiverem restrição à regularidade fiscal será a empresa habilitada.

7 – DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Comprovada a participação de micro empresas e empresas de pequeno

porte será informada aos participantes do certame. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.1.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.2 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.2.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.2.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.2.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.2.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também poderão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.2.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.2.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.2.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.2.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.3 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.4 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.5 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.5.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno

porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Neste momento o Pregoeiro convocará a empresa mais bem classificada para que confirme seu último lance

7.6 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.7 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.9 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.10 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.10.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca

da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.13 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.13.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.13.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.14 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.14.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.15 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 – DO PREÇO

9.1 – O valor discriminado nos itens do ANEXO "D" devem ser considerados pelos proponentes como PREÇO MÁXIMO para elaboração da proposta comercial para este certame.

9.2 – Será(ão) automaticamente desclassificada(s) a(s) proposta(s) com preço superior ao valor estabelecido no item 9.1

10 - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO, LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO E VIGÊNCIA DA ATA

10.1 – A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a entregar os materiais, objeto desta licitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de recebimento das autorizações de fornecimento.

10.2 – O objeto desta licitação deverá ser entregue na Sede da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, de segunda a sexta-feira das 07h00min h as 13h00min horas;

10.3 – A Câmara de Vereadores receberá somente os materiais que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e da Ata de Registro de Preço. Os gêneros que não estiverem de acordo serão devolvidos;

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma: toda mercadoria entregue durante o mês será efetuado pagamento até o último dia útil do mês seguinte, mediante a entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com assinatura do responsável pelo recebimento.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.

11.3. O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Da impugnação do edital reger-se nos termos do artigo 41 e dos recursos administrativos reger-se no termos do artigo 109.

13 – DAS PENALIDADES

13.1 – Ao fornecedor poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da obrigação ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da contratação em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso

injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

13.2 - As penalidades de multa previstas no item 14 deste edital poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicada cumulativamente com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

13.3 - Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as obrigações, sujeitas ainda:

13.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

13.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Câmara de Vereadores.

12.5. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13.6. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.7. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades

14 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 - O Presidente da Câmara de Vereadores, à vista do resultado do julgamento da licitação, decorridos 05 (cinco) dias úteis da data que o mesmo foi proferido, não havendo interposição de recursos, homologará o resultado do presente certame licitatório.

14.2 - Será adjudicada à licitante classificada em primeiro lugar.

14.3 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será imediatamente convocada a assinar o Termo de Contrato (minuta constante do Anexo "F" deste Edital) dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação formal, junto à Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas. Decorrido o prazo acima estipulado, se adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato.

14.4 - A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo

primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

15 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2016, contados a partir da data de sua assinatura.

16 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

16.2 - A rescisão contratual poderá ser:

16.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

16.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrem a conveniência para a Administração.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3347-0424, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00h.

17.2 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.3 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

17.4 - A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

17.5 - A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

17.6 - A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas reserva-se o direito de deixar de executar o objeto da presente licitação, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o licitante vencedor, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

17.7 - Informações fornecidas verbalmente por pessoas pertencentes ao quadro de servidores da Câmara Municipal de Coronel Freitas não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.8 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

17.10 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Coronel Freitas, SC.

18 - DOS ANEXOS AO EDITAL

19.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

A) Anexo "A" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

B) Anexo "B" - MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

C) Anexo "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII, DO ART. 4º DA LEI 10.520/2002;

D) Anexo "D" - RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO;

E) Anexo "E" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE;

F) Anexo "F" - MINUTA DO CONTRATO;

Coronel Freitas, SC, 04 de dezembro de 2016.
JANDIR COVCEWECZ
Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "A"

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016, instaurado pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, SC.

Local, _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "D"

RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CADEIRAS LONGARINAS COM 03 LUGARES, COM ESPUMA INJETADA, COM BRAÇO E REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL, COM 1,70m CADA LONGARINA.

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ANEXO "E"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida, cidade e Município de, por intermédio de seu titular e responsável legal pela empresa, DECLARA, para efeito de participação no Processo de Licitação Nº 00/2016, modalidade de Pregão Presencial nº00/2016, que sua empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o § II do artigo 32 da referida lei.

Local, ____ de ____ de 2016

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor/
número do cadastro de pessoa física)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2016

ANEXO "F"

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2016

Pelo presente instrumento, de um lado, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas - SC, CNPJ n.º 10.561.874/0001-71, com sede na Rua Rio Grande do Norte, 740, Coronel Freitas, SC, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor JANDIR COVCEWECZ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, Bairro _____, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, e que se regerá pelas Lei 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CADEIRAS LONGARINAS COM 03 LUGARES, COM ESPUMA INJETADA, COM BRAÇO E REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL, COM 1,70m CADA LONGARINA, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus

termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 002/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

1.3. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A execução do presente Contrato terá validade e vigência até 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis).

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pelos objetos previstos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 28.350,00 (vinte e oito mil e trezentos e cinquenta Reais).

3.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão pela dotação do orçamento relativo ao ano-calandário 2016 da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – Considerando-se o recebimento definitivo do objeto, A CÂMARA DE VEREADORES efetuará o pagamento à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento ao setor de compras.

4.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 4.1, a partir da data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da obrigação ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

5.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Câmara de Vereadores.

5.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da Câmara. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

5.5. A aplicação das multas aqui referidas independência de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

5.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

5.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

5.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

5.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou

cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

Coronel Freitas, SC, _____ de _____ de 2016.

JANDIR COVCEWECZ Presidente CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Sediane Lunardi Marafon

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 040/2016, AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 040/2016, AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/09/2016

CLÁUSULA 1ª

Este "Termo Aditivo" prorroga estágio até 07/09/2017.

CLÁUSULA 2ª

Fica alterada a cláusula 3ª do TCE.

CLÁUSULA 3ª

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do TCE, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

CLÁUSULA 4ª

No desenvolvimento deste novo período de estágio caberá ao ESTAGIÁRIO (A) continuar elaborando e entregando seu relatório sobre seu estágio para Unidade Concedente.

ESTAGIÁRIA: NÉLI DO PRADO

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 25/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 28/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Novembro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 24/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 25/11/2016, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Novembro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - NR. ATA 99/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 192/2016 - PR
	Processo Administrativo: 192/2016 Processo de Licitação: 192/2016 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 99/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFEÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

A EMPRESA EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA PROTOCOLOU SEUS ENVELOPES APÓS O APRAZADO EM EDITAL, CONFORME PROTOCOLO SOB Nº 0000000112 ÀS 13:36 HRS DO DIA 04/11/2016, SENDO ASSIM DESCLASSIFICADA. AS DEMAIS LICITANTES PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO, SENDO ASSIM, DADO PROSSEGUIMENTO NA ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

Curitiba, 4 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JAISON SARDO	- - Representante
CESAR ABRAÃO DE OLIVEIRA	- - Representante
NELSO PEREIRA	- - Representante
SIRLEI BACKES BOESING	- - Representante
ALESSANDRO SCHNEIDER DO NASCIMENTO	- - Representante
EUSÉBIO FRONTÓRIO	- - Representante
ADEMIR VALENTINI JUNIOR	- - Representante
EDSON BACH	- - Representante
MARCIO JOSÉ MAY	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 192/2016 - PR**

Processo Administrativo: 192/2016
Processo de Licitação: 192/2016
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 99/2016 (Sequência: 1)**

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 41/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 41/2016 Processo de Licitação: 41/2016 Data do Processo: 04/10/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI NORMA BERNECK LOCALIZADO NA RUA HERACLIDES VIEIRA BORGES, BAIRRO BOSQUE. COM ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO AMPLIADA 210M² E ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO REFORMADA 48M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 4 de Novembro de 2016, às 17:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2016, Licitação nº 41/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: NO DIA 04/11/2016 ÀS 17:06 HORAS FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇO DA EMPRESA OCCA ARQUITETURA & CONSTRUÇÃO SENDO ESTA CONSIDERADA HABILITADA, APÓS ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇO, VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA APRESENTOU PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, SENDO QUE O VALOR GLOBAL APRESENTADO FOI DE R\$ 209.793,53, SENDO ASSIM CONSIDERADA CLASSIFICADA. FICA APRAZADO O PRAZO DE LEI PARA INTERPOR RECURSO, PARA POSTERIORMENTE SER ENCAMINHADA PARA PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DECISÃO QUANTO À HOMOLOGAÇÃO.

Participante: 13385 - CAMILLA CAROLINE GARCIA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI NORMA BERNECK LOCALIZADO NA RUA HERACLIDES VIEIRA BORGES, BAIRRO BOSQUE. OBRA COM COM ÁREA TOTAL AMPLIADA 210M² E ÁREA TOTAL REFORMADA 48M²	%	100,00		0,0000	2.097,9353	209.793,53

Total do Participante —————> 209.793,53

Total Geral —————> 209.793,53

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 4 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETÁRIA
DANIELLE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 1º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CAMILLA CAROLINE GARCIA - - Representante

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5618 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 17.040,00

DECRETO Nº. 5618/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 17.040,00 (DEZESSETE MIL E QUARENTA REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4519/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 17.040,00 (dezesete mil e quarenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção das atividades das creches municipais.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 17.040,00 (dezesete mil e quarenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção das atividades das creches municipais.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 17.040,00 (dezesete mil e quarenta reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção das atividades das creches municipais.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 17.040,00 (dezesete mil e quarenta reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0048.2.021 – Admin. Geral dos Bens e Serv. da Merenda Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0327 – Aplicações Diretas R\$ 17.040,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com finalidade transcrita em documento próprio, na importância de R\$ 17.040,00 (dezesete mil e quarenta reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5619 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 90.000,00

DECRETO Nº. 5619/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.520/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção das atividades da secretaria de educação.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro

de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da atividades da secretaria de educação

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da atividades da secretaria de educação

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

42 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0030 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.365.0188.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

67 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0030 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 90.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.1.003 – Constr. Ampl. e Aquis.de Equip. Matl Perm. p/ Serv.do Ensino Fundamental

36 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0030 – Aplicações Diretas R\$ 6.770,83

12.361.0188.2.018 – Admin Geral dos Bens e Serv.do Transporte Escolar do Ens. Fundamental

49 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0030 – Aplicações Diretas R\$ 27.627,17

12.365.0188.1.004 – Constr. Ampl. e Equip.para os Centros Municipais de Educação Infantil

61 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0030 – Aplicações Diretas R\$ 55.602,00

TOTAL R\$ 90.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5620 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 1.945.000,00

DECRETO Nº. 5620/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.945.000,00 (UM MILHÃO NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.521/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.945.000,00 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.945.000,00 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.945.000,00 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.945.000,00 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 – GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.003 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

01 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0043.2.004 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Vice Prefeito

03 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

03 – ASSESSORIA DO GABINETE

04.122.0021.2.005 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assessoria de Gabinete

05 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

04 – JUNTA DE SERVIÇO MILITAR

05.153.0021.2.006 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Junta de Serviço Militar

07 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05 – CONTROLE INTERNO

04.124.0032.2.007 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno

09 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

04.122.0021.2.008 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração

13 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

02 – CONTADORIA GERAL DO MUNICIPIO

04.121.0033.2.009 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Depto de Contabilidade

23 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

04 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0021.2.011 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Recursos Humanos

27 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

05 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

04.122.0021.2.012 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Licitações, Compras e Contratos

29 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

12.122.0021.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Educação

33 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

40 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

12.365.0185.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

65 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

81 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, DESENV. RURAL E**M. AMBIENTE****01 – ADMINISTRAÇÃO**

20.606.0021.2.027 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura

93 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**01 – ADMINISTRAÇÃO OBRAS**

26.782.0021.2.034 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. De Infra. E Obras

105 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

14 – SECRETARIA MUN. DE SERVIÇOS E ESENVOLVIMENTO URBANO**02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO**

15.452.0323.2.033 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Desenvol. Urbano

114 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA**11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****01 – ADMINISTRAÇÃO**

08.243.0021.2.252 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Conselho Tutelar

01 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08.243.0483.2.058 - Administração Geral dos Bens e Serviços dos Programas Sociais

09 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 70.500,00

08.243.0483.2.074 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Abrigo Beija Flor

25 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

08.244.0021.2.040 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Assist. Social

28 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

6 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO****01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS**

10.302.0021.2.066 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Hospital Municipal

02 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.

07 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

8 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA**10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****01 – ADMINISTRAÇÃO**

10.301.0428.2.062 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Médica e Sanitária

08 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 461.000,00

22 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL _ R\$ 1.945.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL****01 – GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.003 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

02 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0043.2.004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Vice Prefeito

04 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

03 – ASSESSORIA DO GABINETE

04.122.0043.2.005 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Assessoria de Gabinete

06 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 – JUNTA DE SERVIÇO MILITAR

05.153.0021.2.006 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Junta de Serviço Militar

08 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

05 – CONTROLE INTERNO

04.124.0032.2.007 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno

10 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.1.011 – Aquisição de Equip. e Material Perman. p/os Serviços da Sec. de Adm.

11 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04.122.0021.1.087 – Implantação do Centro de Convivência dos Idosos do Distrito de Idamar

150 – 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

04.122.0021.2.008 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Administração

14 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

28.843.0300.3.002 – Pagamentos de Precatórios e Sentenças Judiciais

21 – 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

22 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.500,00

02 – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04.121.0033.2.009 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Depto de Contabilidade

24 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2.010 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Depto de Tributação e Fiscal.

25 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

26 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

05 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

04.122.0021.2.012 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Licitações, Compras e Contratos

30 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

12.122.0021.1.002 – Aquis. de Equip. e Mat. Perman. Para os Serviços da Sec. da Educação

32 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 23.400,00

12.122.0021.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Educação

34 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0048.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Merenda Escolar do Ens. Fundamental

55 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.361.0188.1.003 – Constr. Ampl. E Aquis. de Equip. Mat. Perm. p/Serv. Do Ens. Fundament.

37 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 83.500,00

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

44 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

12.361.0239.2.018 - Administração Geral dos Bens e Serv. do Transp. Escolar do Ensino Fundamental

52 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.365.0048.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Merenda Escolar da Educ. Infantil

75 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

12.365.0185.1.004 - Constr. Ampl. E Aquis. de Equip. Mat. Perm. p/ Serv. da Educ. Infantil

62 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 88.000,00

12.365.0185.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

69 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

12.361.0239.2.018 - Administração Geral dos Bens e Serv. do Transp. Escolar da Educ. Infantil

71 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

82 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 74.000,00

27.812.0224.2.055 – Manutenção das Atividades do Programa Esporte e Lazer

83 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

07 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0247.1.008 – Aquisição de Equip. Mat. Perm. p/ Difusão Cultural no Município

85 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

13.392.0247.2.026 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Difusão Cultural no Município

87 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – ADMINISTRAÇÃO

04.661.0021.2.030 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Desenvolvimento Econômico

88 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

89 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

03 – DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO

23.691.0354.2.032 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Promoção do Comércio

91 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. DESENV. RURAL E M. AMBIENTE

01 – ADMINISTRAÇÃO

20.606.0021.2.027 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura
94 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.606.0900.2.075 - Manutenção das Atividades do Dpto de Meio Ambiente e do Horto Municipal
92 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02 - DESENVOLVIMENTO RURAL

17.511.0447.2.036 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Abastecimento de Água no Interior

96 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.605.0447.1.010 - Constr. Ampl. E Aquis. de Equip. Mat. Perm. p/ Atendimento da Agricultura Familiar
97 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 13.300,00

20.606.0021.2.028 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvol. Rural no Município
98 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

20.608.0021.1.035 - Ampliação e adaptação da Infraestrutura Física no PA- Tracutinga
101 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
135 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

01 - ADMINISTRAÇÃO OBRAS

26.782.001.2.034 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. De Infra. E Obras
107 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

14 - SECRETARIA MUN. DE SERVIÇOS E ESENVOLVIMENTO URBANO

02 - SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0021.1.012 - Constr. E Aquis. de Equip. Mat. Perm. p/ A Sec. Mun. de Desenvolvimnto Urbano
109 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

15.451.0537.1.076 - Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Polidétrica, Drenagem e Sinalização
110 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

15.452.0021.1.136 - Construção de uma edificação para os Serviços de Táxi no perímetro Urbano
156 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 350,00

15.452.0141.2.070 - Revitalização e Embelezamento das Praças, Rótulas e Canteiros Centrais
113 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

15.452.0323.2.033 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Desenvol. Urbano
115 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 19.950,00

15.752.0051.2.035 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Iluminação Pública
118 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE

04.122.0668.2.057 - Administração dos Serviços de Interesse de Juventude Local
119 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 37.500,00
120 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

23 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO
01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO

04.061.0043.2.080 - Administração dos Serviços do FUMJUR
121 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

99- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 -ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

04.122.0084.2.152 - Repasse as Entidades Associativas AMEOSC/ FECAM e Outros
122 - 3.3.50.00. 00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

3 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
11 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

01 - ADMINISTRAÇÃO

08.244.0021.1.018 - Aquisição de Equip. e Material Perm. Para a Adm. Da Assist. Social
27 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

08.244.0021.2.040 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Sec. de Assist. Social
29 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

08.244.0487.2.048 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Comunitária
30 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244.0487.2.048 - Manutenção e Desenvol. Das Atividades da Política Pública p/Mulheres
32 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244.0487.2.056 - Programa de Aquisição de Alimentos - Compra para Doação Simultânea
33 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

6 - HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

12 - HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS
10.302.0021.1.029 - Aquisição de Equip. Mat. Permanente para Administração Hospital Municipal
1 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

10.302.0021.2.066 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Hospital Municipal
03 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM
10.302.0426.1.030 - Aquisição de Equip. Mat. Permanente para o Hospital Municipal de Dionisio Cerqueira
4 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.
10 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

7 - FUNDO MUNICIPAL PARA INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA
09 - FUNDO MUNICIPAL PARA INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA

01 - FUNDO MUNICIPAL PARA INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA

08.243.0483.2.052 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do FIA
03 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - ADMINISTRAÇÃO

10.301.0021.2.061 - Admin. Geral dos Bens e Serviços do Setor Administrativo do FMS
02 - 3.1.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
03 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL __ _R\$ 1.945.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5621 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO 681.100,00

DECRETO Nº. 5.621/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 681.100,00 (SEISCENTOS E OITENTA E UM MIL E CEM REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4.522/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 681.100,00 (seiscentos e oitenta e um mil e cem reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 681.100,00 (seiscentos e oitenta e um mil e cem reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 681.100,00 (seiscentos e oitenta e um mil e cem reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas a manutenção da folha de pagamento

dos servidores municipais.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 681.100,00 (seiscentos e oitenta e um mil e cem reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0239.2.018 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

45 - 3.1.90.00.00.00.0.0019 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

12.365.0185.2016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

64 - 3.1.90.00.00.00.0.0018 – Aplicações Diretas R\$ 357.000,00

3 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.058 - Administração Geral dos Bens e Serviços dos Programas Sociais

10 - 3.1.90.00.00.00.0.0155 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

6 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.

06 - 3.1.90.00.00.00.0.0060 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

8 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Médica e Sanitária

6 - 3.1.90.00.00.00.0.0053 – Aplicações Diretas R\$ 22.553,00

10 - 3.1.90.00.00.00.0.0109 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

12 - 3.1.90.00.00.00.0.0150 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

13 - 3.1.90.00.00.00.0.0187 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

15 - 3.1.90.00.00.00.0.01082 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

17 - 3.1.90.00.00.00.0.01167 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

18 - 3.1.90.00.00.00.0.03339 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

3.1.90.00.00.00.0.0176 – Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

3.1.90.00.00.00.0.33250 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

3.1.90.00.00.00.0.0113 – Aplicações Diretas R\$ 25.547,00

TOTAL R\$ 681.100,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução das dotações abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução.

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0188.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

41 - 3.3.90.00.00.00.0.0019 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

12.361.0239.2.018 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

48 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0019 – Aplicações Diretas R\$ 104.000,00

12.365.0185.1.004 – Constr. Ampl. e Equip. para os Centros Municipais de Educação Infantil

60 – 4.4.90.00.00.00.0.0.0019 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

12.365.0185.2016 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

66 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0019 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

6 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.2.067 - Administração Geral dos Bens e Serv. Assist. Médica Hosp. E Ambulat.

08 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0060 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

8 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0021.1.027 – Aquisição de Equip e Mat. Permanente para o CAPS

1 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0150 – Aplicações Diretas R\$ 20.700,00

10.301.0428.2.062 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assist. Médica e Sanitária

20 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0053 – Aplicações Diretas R\$ 2.910,00

26 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0109 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

30 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0150 – Aplicações Diretas R\$ 9.300,00

31 - 3.3.90.00.00.00.0.0.0176 – Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

38 - 3.3.90.00.00.00.0.0.1082 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

39 - 3.3.90.00.00.00.0.0.1167 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

41 - 3.3.90.00.00.00.0.0.3339 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

58 - 3.3.90.00.00.00.0.3.3250 – Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

10.305.0428.1.026 – Aquisição de Veículo, Equip. e Mat. para a Vigilância Epidemiológica

45 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0113 – Aplicações Diretas R\$ 25.547,00

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.028 – Aquisição de Equip. e Mat. Permanente para a Assist. Médica e Sanitária

49 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0053 – Aplicações Diretas R\$ 19.643,00

50 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0176 – Aplicações Diretas R\$ 17.500,00

51 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0187 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL ____ R\$ 669.100,00

Art. 6º Para a cobertura complementar do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), através da fonte de Recurso 155, Transf. Recursos do Bloco PSB/FNAS, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Pregão nº 042/2016, Processo 042/2016, Objeto: Aquisição gás de cozinha e botijões para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 21/11/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio. Cerqueira, 07/11/2016.

Maria C. Wagner Schirmbech. – Gestora do HMDC

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira juntamente com o Fundo da Infância e Adolescência do Município comunica aos interessados o resultado do processo nº 011/2016, Pregão nº 011/2016 FIA - Objeto: Aquisição de parquinho de recreação para a casa abrigo Beija Flor, conforme projeto de pedido de subvenção de valores oriundos de recursos de multas pecuniárias.

Vencedor: Brinqbel – Industria e Comércio de Brinquedos Ltda -ME Valor R\$ 5.265,00 -Dionísio Cerqueira 04/11/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 088/2016

PORTARIA no 088, de 20 de outubro de 2016.

Prorroga prazo para conclusão da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 079/2016.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento no artigo 115, § 7º, c/c artigo 122 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o pedido de prorrogação do prazo formulado pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 079/2016 para conduzir o Inquérito Administrativo; resolve:

PRORROGAR, em 15 (quinze) dias, o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa nº 02/2016, instaurada para apurar a denúncia formulada contra a atuação funcional da servidora MATILDE JUDITH DOEMER.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de outubro de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 069/2016

	DECRETO N.º 00069/2016
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN , Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0649/2015.

DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Saúde, a importância de R\$ 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos reais) na dotação orçamentária seguinte:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0012 – Saúde Nota 1000	
10.301.0012.2.022 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	80.000,00

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0014 – Saúde Preventiva	
10.301.0014.2.026 – Manutenção do Programa ESF/PACS	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	16.500,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	16.500,00

ART. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que tratam os artigos anteriores, são provenientes da anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0012 – Saúde Nota 1000	
10.301.0012.2.022 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	70.000,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	80.000,00

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0014 – Saúde Preventiva	
10.301.0014.2.026 – Manutenção do Programa ESF/PACS	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	16.500,00
Fonte: 0138 – Transferências do SUS - União	
Desdobramento: Sem Desdobramento	

TOTAL FONTE

16.500,00

ART. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2016..

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 216/2016

PORTARIA Nº 216/2016

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ANDREIA DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 07/11/2016 a 26/11/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 02/15 a 02/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 07 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 217/2016

PORTARIA Nº 217/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FLAVIA BARCELOS MARTINS, ocupante do Cargo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 07/11/2016 a 06/12/2016, relativo ao período aquisitivo 09/15 a 09/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 07 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 218/2016

PORTARIA Nº 218/2016

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal VALDIR NOELI STAMM, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 07/11/2016 a 26/11/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 02/15 a 02/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 07 dias do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 002 - CORREIO

2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912245425 QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO		
CNPJ: 01.566.621/0001-08	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Prefeitura Municipal De Flor Do Sertão	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública em Geral	
Endereço: Avenida Flor Do Sertão, 696 - Centro		
Cidade: Flor do Sertão	UF: SC	CEP: 89878-000
Telefone: 49-3668-1000	FAX	
Endereço Eletrônico: administracao@flordosertao.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Rogério Perin		
Cargo: Prefeito Municipal	RG: 3.456.574	CPF: 024.900.719-39

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Edio Augusto da Silva		
RG: 1.815.696-7 SSP/SC	CPF: 651.187.239-49	

Gerente de Vendas:

Moacir Aguiar

RG:

3.752.011 SSP/SC

CPF:

003.720.399-10

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 14/11/2016 até 14/11/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 041220004.2.004000 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADM. GERAL DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC,

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Rogério Perin		Edio Augusto da Silva
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Moacir Aguiar
		Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Nome: DIOGO DE BEM		Nome: JAIR DE MELLO GAIDECZKA
CPF: 010.389.549-32		CPF: 029.144.169-62

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 68/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 25/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/05/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 61/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 26/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição, manutenção e serviços de mão de obra da frota de caminhões e ônibus do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/05/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 70/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 27/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de fotografias tipo 3X4 (35X40 MM/ LXA) para geração de documentos de munícipes carentes atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município

de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/05/2017
3ª Publicação

DECRETO Nº. 200 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 200 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO SIMEC/PAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015 e considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 242.100,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação
2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
094 – 4490.00.01.62 – Aplicações Diretas
.....R\$ 242.100,00
TOTAL
.....R\$ 242.100,00

Art. 2º - A suplementação que trata o art. 1º correrá por conta do provável excesso de arrecadação do exercício em curso, na fonte 01.62 (37) – Outros Recursos Vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso firmado com o órgão, a serem creditados na Conta Corrente vinculada ao Termo citado acima.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 201 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 201 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV e V da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

1.050 – Aquisição de Área, Construção e Ampliação, Adap. e reequip. Unidades de Saúde - CAPS

003 – 4490.00.02.99 – Aplicações Diretas
.....R\$ 13.991,92

2.063 – Manutenção Pacto de Gestão Plena - MAC

072 – 3390.00.02.65 – Aplicações Diretas
.....R\$ 15.000,00TOTAL
.....R\$ 28.991,92

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, na despesa 003 será suplementado pela arrecadação do Convênio TR00657, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, creditada na conta bancária nº 29.754-2 do Banco do Brasil S/A e na despesa 072 serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações das seguintes contas:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.063 – Manutenção Pacto de Gestão Plena - MAC

071 – 3190.00.02.65 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00074 – 4490.00.02.65 – Aplicações Diretas
.....R\$ 5.000,00TOTAL
.....R\$ 28.991,92

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF 115/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 115/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO – execução do forro do Centro Comunitário João Cardoso com área construída de 734,90 m², localizado na Rodovia Josephi-na Lodetti Vassoler - Bairro Santa Cruz - Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 22.756,86 (vinte e dois mil setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos)

VIGÊNCIA – 150 (cento e cinquenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) – 18/03/2017

DOTAÇÃO – 0701.1019.4490 (115).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 149/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 118/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 118/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – WZ MULTI-ESPORTES LTDA ME

OBJETO – aquisição de brinquedos para Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, a fim de atender as necessidades do Município de Forquilha.

VALOR – R\$ 2.765,00 (dois mil setecentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0501.2013.3390 (64), 0501.2015.3390 (84)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 148/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 20 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 24/PMF/2016

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 24/PMF/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/PMF/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de triciclo de carga para atendimento as necessidades do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski Back, no dia dez do mês de junho de dois mil e dezesseis, às nove horas, a mesmo certificou-se de que a única empresa participante do certame teve sua proposta desclassificada por não cumprir com a especificação do item constante no edital. Desta forma, decide-se pela revogação deste processo licitatório em função de não haver propostas válidas.

Forquilha/SC, 04 de NOVEMBRO de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

PUBLICAÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS DE FECHAMENTO DE PORTÕES E INÍCIO E DURAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO 001/2016

1. As provas escritas serão realizadas no dia 20/11/2016, e organizadas das seguintes formas:

a) Para os candidatos inscritos, para os cargos de PROFESSOR em 02 (duas) ÁREAS (simultaneamente), a prova escrita será realizada na EEB WALDEMAR CASAGRANDE localizada na Rua Francisco Ronchi, Nº. 148, bairro Ouro Negro em Forquilha / SC, e os portões do prédio serão fechados impreterivelmente às 13h30min.

b) Para os candidatos inscritos, para os cargos de PROFESSOR em apenas 01 (uma) ÁREA, a prova escrita será realizada na EEB PROFESSOR JAKOB ARNS localizada na Rua das Extremosas, 97 – Bairro Saturno em Forquilha / SC, e os portões do prédio serão fechados impreterivelmente às 13h30min.

c) Para os candidatos inscritos, para os cargos de: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO e AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a prova escrita será realizada na EEB WALDEMAR CASAGRANDE localizada na Rua Francisco Ronchi, Nº. 148, bairro Ouro Negro em Forquilha / SC, e os portões do prédio serão fechados impreterivelmente às 17h00min.

2. O candidato que chegar após os horários estabelecidos acima, conforme seu cargo de interesse, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3. As provas escritas, em ambos horários, serão iniciadas em até 30 minutos após o fechamento dos portões e horários estabelecidos, conforme o(s) respectivo(s) cargo(s), nos itens 1.a, 1.b e 1.c deste documento.

4. As provas escritas terão duração máxima de 01 hora e 30 minutos para os candidatos inscritos em apenas um cargo e 02 horas e 05 minutos para os candidatos inscritos em dois cargos.

5. Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

6. O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Para mais informações, consultar o ÍTEM 6 e ANEXO I do edital 001/2016 publicado no endereço www.processosseletivos.com.br/forquilha no dia 19/09/2016.

FORQUILHINHA/SC, em 04 de NOVEMBRO de 2016.

ROSANE GAVA PADOIN

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologada a publicação dos horários e locais da prova escrita do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033_2016-PMF RP 0024

Aviso do Pregão Presencial nº 0033/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0024/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de lavagem dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, durante o período de novembro e dezembro de 2016. Vigência/Validade da Ata: novembro e dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 13:45 horas do dia 22.11.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145_2016-PMF RP 0095

Aviso do Pregão Presencial nº 0145/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0095/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa objetivando a prestação de serviços de colocação e retirada de enfeites natalinos e de páscoa em diversas ruas e avenidas do município. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2016 a maio de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 15:45 horas do dia 21.11.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 16:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 16:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 271/2016

DECRETO Nº 271, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9412 (111)	R\$	6.200,00
Total	R\$	6.200,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio TR 000072, celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Aquisição de Equipamentos para UPA 24 horas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 272/2016

DECRETO Nº 272, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 14 de novembro de 2016 (segunda-feira), em razão do feriado da Proclamação da República.

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 273/2016

DECRETO Nº 273, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 507.000,00 (quinhentos e sete mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.012 – Construção, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (54)	R\$	507.000,00
TOTAL		
	R\$	507.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	507.000,00
TOTAL		
	R\$	507.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1870/2016

PORTARIA Nº 1870, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.135.829-55, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1871/2016

PORTARIA Nº 1871 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 64/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que essa contratação se faz necessária devido ao furto de grande monta ocorrido na Escola Arnoldo Frey, a fim de evitar futuras ocorrências.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO LUIZ BLEICH-VHL, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 573.692.679-20, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1872/2016

PORTARIA Nº 1872, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 126/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIA ANTUNES DE LIMA LIESCH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 003.374.089-55, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1873/2016

PORTARIA N.º 1873 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Determina abertura de processo administrativo disciplinar e nomeia comissão especial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2012; considerando as informações contidas no Processo Administrativo n.º 7406/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

- I – MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL – Presidente;
- II – CAROLINE CARDOSO PEREIRA – Membro;
- III – MOSARA TAINE DE OLIVEIRA – Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 867/2016 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – DIRTRANFR, DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 867/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – DIRTRANFR, DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIDEKI IWASAKI, Prefeito Municipal de Frei Rogério em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Frei Rogério/SC, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR.

Art. 2º. Compete a Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR:

I – Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamento e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;

IX – fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal n.º 9.503, de 23-9-1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

X – implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII – credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra

unidade da federação;

XIV – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV – promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecida pelo CONTRAN;

XVI – planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;

XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503 de 23-9-97, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;

XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;

XXII – coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;

XXIII – executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;

XXIV – realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

Art. 3º. A estrutura da Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR será regulamentada por meio de regimento interno, especificando as atribuições de cada divisão ou subdivisão do órgão municipal.

Art. 4º. Cabe ao responsável pela Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 5º. A receita arrecada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro. Parágrafo único: O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6º. Fica criado no Município de Frei Rogério/SC uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pela a Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR, nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

Art. 7º. Compete a JARI:

I – julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II – solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação ocorrida;

III – encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e

executivos rodoviários informações sobre os problemas observados nas atuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 8º. A JARI será composta pelos seguintes membros:

I – 1 (um) representante do órgão que impõe a penalidade;

II – 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito.

III - 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio;

§ 1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito do respectivo município;

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 9º. A JARI terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro e apoio administrativo e financeiro da Diretoria de Trânsito do Município de Frei Rogério – DIRTRANFR.

Parágrafo único: A JARI deverá informar sua composição ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN), encaminhando cópia do Regimento Interno.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento da Prefeitura Municipal.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 04 de novembro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 846/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 846/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIDEKI IWASAKI, Prefeito do Município de Frei Rogério em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 15 de novembro de 2016 (terça-feira), dia da Proclamação da República, fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas do município de Frei Rogério no dia 14 de novembro (segunda-feira) do corrente mês.

Art. 2º - As repartições públicas municipais, cujos serviços são considerados essenciais e não podem por sua natureza serem interrompidos (posto de saúde), funcionarão na forma de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 04 de novembro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 188/2016

DECRETO N.º 188, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO N.º 100 DE 09 DE JUNHO DE 2015, QUE "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES-JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve,

DECRETA,

Art. 1º. O INCISO II e III, artigo 1º, do Decreto n.º 100, de 09 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE INDICADO PELA ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA À ÁREA DE TRANSITO - Associação de Taxistas de Garopaba - (ASSOTAG)

II – HAROLDO ALVES DO NASCIMENTO – CPF: 753.188.229-91
ADILIO JOSÉ DE ABREU – CPF: 417.399.149-53

REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSITO COM NO MÍNIMO NÍVEL MÉDIO

III – ANDERSON FERNANDO VOSS – CPF: 046.655.189-47
FERNANDO FLORES – CPF: 481.789.009-63

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/11/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº75/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 75/2016. Processo nº 144/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: instituto o barriga verde; CNPJ N.º 08.072.361/0001-55.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, de toda a assessoria técnica para realização de Processo Seletivo, estando aí incluídos a preparação e elaboração do Edital do processo seletivo, bem como toda a preparação, elaboração, confecção, aplicação e correção das provas, processamento de resultados de todo o processo (inclusive respostas a recursos e outros), tudo de conformidade com a Dispensa

de Licitação nº 144/2016, Memorial Descritivo, Proposta, demais anexos e o presente contrato.

Valor: estará vinculado à arrecadação das inscrições, sem nenhum custo para o município, e será na seguinte proporção: 100% do total da arrecadação das inscrições para o contratado se até 2.000 inscritos. Acima 2.001 inscritos o percentual de 90% para a contratada e 10% da arrecadação para o Município de Garopaba.

Valores das Inscrições:

R\$ 30,00 (trinta reais) cargos de nível fundamental

R\$ 50,00 (cinquenta reais) cargos de nível médio

R\$ 70,00 (setenta reais) cargos de nível superior

Data da Assinatura: 24/10/2016.

PORTARIA N.º 1020/2016.

PORTARIA N.º 1020, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal n.º. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que foram encaminhados à Secretaria Municipal de Administração o Ofício DAGP nº 306/2016 e os Ofícios SIE n.º 086/2016 e 091/2016, da Secretaria de Infra Estrutura, solicitando a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar o não comparecimento do servidor Daniel Silva Chaves ao trabalho desde o dia 06/09/2016, sem apresentar nenhum tipo de atestado, comunicado ou justificativa sobre sua ausência;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISCIPLINAR, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão do Processo Administrativo Disciplinar os servidores JEAN NASCIMENTO PACHECO, LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE e JULIANA APARECIDA LUIZ para, sob a presidência do primeiro, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 04 de novembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

ERRATA AO DECRETO Nº 7.227, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.227, de 25 de outubro de 2016, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2112, de 28 de outubro de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 1º:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JAMILLE SOUZA MARINHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	26ª	SECRETARIA DE SAÚDE

Leia-se:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JEMILLE SOUZA MARINHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	40	26ª	SECRETARIA DE SAÚDE

Gaspar (SC), 04 de novembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.058, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.058, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE PERCEBIDA POR CORINA DA COSTA REINERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e considerando o teor do memorando nº 523/2016 e seus anexos, da Procuradoria Geral do Município, que ficam fazendo parte integrante desta portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo destinado à revisão de pensão por morte percebida por Corina da Costa Reinert, cônjuge do servidor falecido José Reinert, o qual, após determinação do Tribunal de Contas (decisão 0660/2007 – processo PDI 00/06745679) e abertura de processo administrativo nº 012/2007 no âmbito do Município, teve sua aposentadoria revista e reduzida, excluindo-se o tempo de serviço rural para fins de cálculo do benefício. Sua aposentadoria foi convertida em proventos proporcionais por tempo de serviço, através do Decreto nº 2.250, de 01/10/2007, passando a contar como tempo de serviço a quantidade de 33 anos, 10 meses e 05 dias para 30 anos, 09 meses e 05 dias, com a redução proporcional de sua aposentadoria. Diante disso, o servidor impetrou mandado de segurança (Processo no. 025.08.000534-3 e 2010.050001-3), e, por força de decisão liminar proferida nos autos, foi determinado o pagamento da sua aposentadoria de acordo com os valores originais. Após seu falecimento, em dezembro/2011, sua esposa requereu pensão por morte, cujo valor correspondeu a 100% do valor da aposentadoria garantida por liminar. No entanto, a liminar que garantia o valor original da aposentadoria do servidor não possui mais eficácia, eis que o Mandado de Segurança impetrado pelo servidor foi extinto em razão de decadência, uma vez que foi impetrado depois de decorridos 120 dias da ciência do Decreto nº 2.250, que reduziu o valor de sua aposentadoria. A decisão do STJ transitou em julgado em 24/10/2016, o que implica no restabelecimento da contagem do tempo de serviço e valor determinado pelo Tribunal de Contas, com redução do valor da aposentadoria, repercutindo também na revisão da pensão por morte da sua esposa.

Art. 2º O prazo para conclusão do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 058/2016 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000058/16 de 4 de Novembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.04 - DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE

(047)4.4.90.00.00.00.00.2.040-0066 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Total Suplementação: 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.04 - DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE

(046)3.3.90.00.00.00.00.2.040-0066 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Total Anulação: 3.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 4 de Novembro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

PORTARIA 313/2016

PORTARIA 313/2016 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar CAMILA DE FAVERI VERONEZI, para apartir desta data, ocupar a função de Estagiária, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação adminsitrativa.

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 104.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE ENSINO MATERIAIS ESPORTIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº104/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 126/16, Edital de Pregão Presencial Nº 104/16, Objeto: aquisição de materiais didáticos pedagógicos e de ensino para a rede municipal de ensino Fundamental e Infantil de Guaraciaba/SC, (materiais esportivos) nos termos do Convênio Programa Transferência 2016006448 Aquisição de Materiais/Guaraciaba, celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 21/11/16; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 21/11/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de novembro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 105.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 127/16, Edital de Pregão Presencial Nº 105/16, Objeto: aquisição de materiais didáticos pedagógicos e de ensino (auxiliares e de educação nutricional) para a rede municipal de ensino Fundamental e Infantil de Guaraciaba/SC, nos termos do Convênio Programa Transferência 2016006448 Aquisição de Materiais/Guaraciaba, celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 21/11/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 21/11/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de novembro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 27.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO AMBULATORIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº27/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 39/16, Edital de Pregão Nº 27/16, Objeto: Aquisição de materiais de uso ambulatorial para uso nas unidades de saúde; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 22/11/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 22/11/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 04 de novembro de 2016.

DAIANE DORIGON,
Ordenadora do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 703/2016

DECRETO Nº. 703/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) constante do orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4342/2016, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

0010.0301.0006.2134 - Conf. Assist. Farmacêutica Básica - Insumo Diabetes

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 40.000,00

0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3335000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

0010.0301.0006.2041 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 12.000,00

0010.0301.0006.2042 - Manutenção de Atendimentos de Fisioterapia

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 30.000,00

0010.0301.0006.2114 - Manutenção das Ações do Conselho Municipal de Saúde

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 9.000,00

3449000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 4.000,00

0010.0305.0006.2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2014 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014 – FMS

Modalidade: Tomada de Preços.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para a construção da nova unidade do posto de saúde do bairro Bananal do Sul no município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.338.882/0001-62, estabelecida na Rua Adolpho Augusto A. Ziemann, nº 225, bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução até o dia 5 de dezembro de 2016 e o prazo de vigência do contrato para o dia 30 de março de 2017.

Data da Assinatura: 01/11/2016 Vigência: 30/03/2017.

Guaramirim (SC), 4 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2016 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016 – FMAS

Processo Licitatório nº 019/2016 – FMAS

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: Contratação de Instituições de Longa Permanência de Idosos para os graus 1 e 3 para o município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, situado na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 22, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratado: Casa de Assistência Diloni, inscrita no CNPJ sob o nº 95.766.598/0001-30, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 140, bairro Centro, município de Brusque, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 24/10/2016 Vigência: 12/10/2017

Guaramirim (SC), 4 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4342/2016

LEI Nº. 4342/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

0010.0301.0006.2134 - Conf. Assist. Farmacêutica Básica - Insumo Diabetes

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 40.000,00

0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

3335000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

0010.0301.0006.2041 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 12.000,00

0010.0301.0006.2042 - Manutenção de Atendimentos de Fisioterapia

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 30.000,00

0010.0301.0006.2114 - Manutenção das Ações do Conselho Municipal de Saúde

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 9.000,00

3449000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 4.000,00

0010.0305.0006.2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3339000000000000

01020000 - Receitas de Impostos – Saúde R\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4343/2016

LEI Nº. 4343/2016

Denomina o Ginásio de Esportes Vereador Lauro Lemke.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Ginásio de Esportes Vereador Lauro Lemke" o ginásio localizado na Rua Rodolfo Jahn, ao lado da Escola Municipal de Ensino Fundamental Urbano Teixeira da Fonseca, Bairro Amizade, neste município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

RREO 5 BIM

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.822.093,06	18.822.093,06	2.532.943,07	13,46	13.115.715,09	5.706.377,97
RECEITAS CORRENTES	17.647.546,64	17.647.546,64	2.426.245,47	13,75	12.349.380,28	5.298.166,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.687.000,00	1.687.000,00	203.001,50	12,03	985.722,81	701.277,19
IMPOSTOS	1.485.000,00	1.485.000,00	171.472,12	11,70	846.066,83	618.933,17
TAXAS	222.000,00	222.000,00	31.529,38	14,20	139.655,98	82.344,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	40.156,25	22,31	199.207,78	-19.207,78
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	180.000,00	180.000,00	40.156,25	22,31	199.207,78	-19.207,78
RECEITA PATRIMONIAL	101.900,00	101.900,00	27.652,60	27,14	156.041,77	-54.141,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.400,00	2.400,00	255,00	10,63	2.615,08	-215,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	99.500,00	99.500,00	27.397,60	27,54	153.426,69	-53.926,69
RECEITA DE SERVIÇOS	305.000,00	305.000,00	35.829,37	11,75	209.378,14	95.621,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.252.696,64	15.252.696,64	2.097.140,34	13,75	10.685.570,38	4.567.126,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.176.596,64	15.176.596,64	2.085.269,79	13,74	10.570.975,88	4.665.620,76
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	25,08	0,00	25,08	-25,08
TRANSF. DE CONV.	76.100,00	76.100,00	11.845,47	15,57	174.569,42	-98.469,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.950,00	120.950,00	22.465,41	18,57	113.459,40	7.490,60
MULTAS E JUROS DE MORA	34.950,00	34.950,00	8.354,13	23,90	39.170,87	-4.220,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	4.891,17	97,82	9.387,02	-4.387,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	41.000,00	41.000,00	9.220,11	22,49	51.330,71	-10.330,71
RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	13.570,80	26.429,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.174.546,42	1.174.546,42	106.697,60	9,08	766.334,81	408.211,61
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	8.200,00	91.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	8.200,00	91.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.074.546,42	1.074.546,42	106.697,60	9,93	758.134,81	316.411,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	407.999,78	407.999,78	86.699,96	21,25	351.899,82	56.099,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	666.546,64	666.546,64	19.997,64	3,00	406.234,99	260.311,65
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.822.093,06	18.822.093,06	2.532.943,07	13,46	13.115.715,09	5.706.377,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.822.093,06	18.822.093,06	2.532.943,07	13,46	13.115.715,09	5.706.377,97
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.822.093,06	18.822.093,06	2.532.943,07	13,46	13.115.715,09	5.706.377,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	847.053,36	—	—	620.080,34	—
Superávit Financeiro	—	847.053,36	—	—	620.080,34	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.892.957,69	6.471.443,58	2.612.644,27	12.619.418,12	8.744.983,15	12.519.855,65
DESPESAS CORRENTES	15.869.177,59	16.710.338,94	1.820.156,46	13.132.865,30	3.577.473,64	2.341.457,31	11.455.187,99	5.255.150,95	11.355.625,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.304.796,14	8.563.575,38	1.172.245,36	6.063.591,33	2.499.984,05	1.175.121,20	6.060.231,09	2.503.344,29	5.960.785,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	7.682,86	2.317,14	0,00	7.682,86	2.317,14	7.682,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.554.381,45	8.136.763,56	647.911,10	7.061.591,11	1.075.172,45	1.166.336,11	5.387.274,04	2.749.489,52	5.387.157,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.932.915,47	4.634.062,33	329.056,49	1.760.092,39	2.873.969,94	271.186,96	1.164.230,13	3.469.832,20	1.164.230,13
INVESTIMENTOS	2.757.915,47	4.459.062,33	329.056,49	1.586.184,61	2.872.877,72	271.186,96	990.322,35	3.468.739,98	990.322,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	175.000,00	175.000,00	0,00	173.907,78	1.092,22	0,00	173.907,78	1.092,22	173.907,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.892.957,69	6.471.443,58	2.612.644,27	12.619.418,12	8.744.983,15	12.519.855,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.892.957,69	6.471.443,58	2.612.644,27	12.619.418,12	8.744.983,15	12.519.855,65
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.892.957,69		2.612.644,27	13.115.715,09		12.519.855,65

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO

Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	8.200,00	91.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	0,00	0,00
		8.200,00	91.800,00
TOTAL	100.000,00	8.200,00	91.800,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital							
Investimentos	4.074,00	4.074,00	4.074,00	4.074,00	0,00	200,21	0,00
	4.074,00	4.074,00	4.074,00	4.074,00	0,00	200,21	0,00
TOTAL	4.074,00	4.074,00	4.074,00	4.074,00	0,00	200,21	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	136.792,92		140.718,71

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)						
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.505.500,00	1.505.500,00	898.124,05		59,66	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	385.000,00	385.000,00	232.525,16		60,40	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	330.000,00	330.000,00	127.097,74		38,51	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	299.744,70		59,95	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	250.000,00	250.000,00	186.696,23		74,68	
Dívida Ativa dos Impostos	2.000,00	2.000,00	1.238,32		61,92	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.000,00	21.000,00	29.636,65		141,13	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.500,00	17.500,00	21.182,25		121,04	
Cota-Parte FPM	12.802.500,00	12.802.500,00	9.047.362,46		70,67	
Cota-Parte ITR	7.000.000,00	7.000.000,00	4.868.555,14		69,55	
Cota-Parte IPVA	3.500,00	3.500,00	3.110,60		88,87	
Cota-Parte ICMS	500.000,00	500.000,00	425.690,44		85,14	
Cota-Parte IPI-Exportação	5.200.000,00	5.200.000,00	3.683.015,15		70,83	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.000,00	80.000,00	52.074,53		65,09	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.000,00	19.000,00	14.916,60		78,51	
	19.000,00	19.000,00	14.916,60		78,51	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.308.000,00	14.308.000,00	9.945.486,51		69,51	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		% (d/c)*100	
			Até o Bimestre (d)			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-245.000,00	-245.000,00	-139.131,66		56,79	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-245.000,00	-245.000,00	-139.131,66		56,79	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	3.563.621,30	4.320.531,43	3.591.664,17	83,13	3.121.178,35	72,24
Outras Despesas Correntes	1.775.962,00	2.146.544,12	1.592.330,49	74,18	1.592.330,49	74,18
	1.787.659,30	2.173.987,31	1.996.333,68	91,97	1.528.847,86	70,32
DESPESAS DE CAPITAL	115.450,00	373.703,25	258.930,64	69,29	182.563,39	48,85
	Investimentos	115.450,00	373.703,25	258.930,64	69,29	182.563,39

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	115.450,00	373.703,25	258.930,64	69,29	182.563,39	48,85
Investimentos	115.450,00	373.703,25	258.930,64	69,29	182.563,39	48,85
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.679.071,30	4.694.234,68	3.850.594,81	82,03	3.303.741,74	70,38
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.107.108,20	1.735.771,58	1.314.089,40	34,13	1.097.325,70	33,21
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.086.608,20	1.715.271,58	1.305.594,40	33,91	1.092.792,90	33,08
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.500,00	20.500,00	8.495,00	0,22	4.532,80	0,14
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.107.108,20	1.735.771,58	1.314.089,40	34,13	1.097.325,70	33,21
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.571.963,10	2.968.463,10	2.536.505,41	65,87	2.206.416,04	66,79
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
714.593,05						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (n/Total m)*100
Atenção Básica	3.605.248,20	4.464.389,26	3.721.581,82	96,41	3.179.571,30	96,01
Vigilância Sanitária	58.000,00	110.505,38	76.213,48	1,97	72.251,28	2,18
Vigilância Epidemiológica	25.500,00	129.016,94	62.476,41	1,62	59.982,66	1,81
TOTAL	3.688.748,20	4.703.911,58	3.860.271,71	100,00	3.311.805,24	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		18.822.093,06		
Previsão Atualizada		18.822.093,06		
Receitas Realizadas		13.115.715,09		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		620.080,34		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.822.093,06		
Créditos Adicionais		2.542.308,21		
Dotação Atualizada		21.364.401,27		
Despesas Empenhadas		14.892.957,69		
Despesas Liquidadas		12.619.418,12		
Despesas pagas		12.519.855,65		
Superavit Orçamentário		496.296,97		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		14.892.957,69		
Despesas Liquidadas		12.619.418,12		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.964.187,95		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	458.063,92	0,00
Resultado Primário		0,00	516.260,92	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.055.646,76	32.007,23	1.023.639,53	0,00
EXECUTIVO	1.055.646,76	32.007,23	1.023.639,53	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.752,10	0,00	20.752,10	0,00
EXECUTIVO	20.752,10	0,00	20.752,10	0,00
TOTAL:	1.076.398,86	32.007,23	1.044.391,63	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.879.266,66	25%	28,38
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.426.658,92	60%	87,28
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.164.230,13	3.469.832,20	

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				8.200,00		91.800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				4.074,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.206.416,04		15,00		22,19
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP						
		Valor apurado no exercício corrente				
Total das despesas/RCL (%)		0,00				

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL, 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO

Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.322.093,06	21.364.401,27	2.140.212,95	14.892.357,69	100,00	2.612.644,27	12.619.418,12	100,00
Legislativa	690.000,00	690.000,00	82.322,86	479.413,61	3,22	90.345,44	470.192,68	3,73
Ação Legislativa	690.000,00	690.000,00	82.322,86	479.413,61	3,22	90.345,44	470.192,68	3,73
Administração	1.935.000,00	1.822.116,29	150.373,18	1.423.258,62	9,56	258.961,75	1.300.441,36	10,31
Administração Geral	1.221.700,00	1.073.116,29	61.480,30	867.041,22	5,82	151.730,84	774.243,69	6,14
Administração Financeira	626.800,00	662.500,00	77.323,80	495.135,92	3,32	94.881,89	466.286,10	3,69
Controle Interno	86.500,00	86.500,00	11.569,08	61.081,48	0,41	12.349,02	59.911,57	0,47
Segurança Pública	79.600,00	97.980,60	25.045,93	52.989,83	0,36	44.990,77	28.328,88	0,22
Policimento	54.600,00	72.980,60	25.045,93	52.989,83	0,36	19.990,77	28.328,88	0,22
Defesa Civil	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.251.104,44	1.291.139,04	136.437,69	946.323,77	6,35	174.120,20	804.877,62	6,38
Assistência ao Idoso	130.800,00	160.800,00	15.274,92	125.285,06	0,84	17.541,10	112.333,85	0,89
Assistência ao Portador de Deficiência	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,40	10.000,00	50.000,00	0,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	120.000,00	15.363,45	82.641,68	0,55	15.505,25	75.858,34	0,60
Assistência Comunitária	1.000.304,44	940.339,04	105.799,32	678.397,03	4,56	131.073,85	566.685,43	4,49
Saúde	3.688.748,20	4.703.911,58	607.582,48	3.860.271,71	25,92	621.449,66	3.311.805,24	26,24
Atenção Básica	3.605.248,20	4.464.389,26	587.968,36	3.721.581,82	24,99	602.495,40	3.179.571,30	25,20
Vigilância Sanitária	58.000,00	110.505,38	16.327,50	76.213,48	0,51	13.741,67	72.251,28	0,57
Vigilância Epidemiológica	25.500,00	129.016,94	3.286,62	62.476,41	0,42	5.212,59	59.982,66	0,48
Educação	5.239.939,78	5.451.363,91	680.892,68	3.877.120,89	26,03	889.878,94	3.460.510,05	27,42
Alimentação e Nutrição	209.000,00	209.900,00	73.612,20	181.870,76	1,22	41.994,85	104.228,79	0,83
E ensino Fundamental	3.735.939,78	3.913.939,78	432.303,20	2.834.296,53	19,03	669.451,03	2.510.357,93	19,89
Educação Infantil	1.295.000,00	1.327.524,13	154.777,28	880.951,60	5,78	188.433,06	845.923,33	6,70
Cultura	228.800,00	179.213,94	70.840,27	111.429,57	0,75	9.951,30	33.566,60	0,27
Diffusão Cultural	228.800,00	179.213,94	70.840,27	111.429,57	0,75	9.951,30	33.566,60	0,27
Urbanismo	1.310.630,64	2.399.766,99	41.158,25	681.830,38	4,58	88.326,63	595.570,74	4,64
Infra-Estrutura Urbana	811.630,64	1.819.766,99	0,00	226.656,65	1,52	0,00	226.656,65	1,80
Serviços Urbanos	499.000,00	540.000,00	41.158,25	455.173,73	3,06	88.326,63	358.914,09	2,84
Habituação	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	80.000,00	80.000,00	37.374,76	37.869,76	0,25	0,00	495,00	0,00
Saneamento Básico Rural	60.000,00	60.000,00	37.374,76	37.869,76	0,25	0,00	495,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 12

Continuação 2/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.882.957,69	6.471.443,58	2.612.644,27	12.619.418,12	8.744.983,15
Agricultura	1.260.389,20	1.250.713,20	164.240,25	1.032.268,75	218.444,45	127.084,83	823.700,59	427.012,61
Extensão Rural	1.260.389,20	1.250.713,20	164.240,25	1.032.268,75	218.444,45	127.084,83	823.700,59	427.012,61
Indústria	193.200,00	187.200,00	0,00	12.289,73	174.910,27	236,19	11.041,08	176.158,92
Promoção Industrial	193.200,00	187.200,00	0,00	12.289,73	174.910,27	236,19	11.041,08	176.158,92
Comunicações	145.000,00	145.000,00	3.475,00	139.497,49	5.502,51	24.570,41	101.679,55	43.320,45
Telecomunicações	145.000,00	145.000,00	3.475,00	139.497,49	5.502,51	24.570,41	101.679,55	43.320,45
Transporte	1.763.700,00	1.775.707,23	163.497,75	1.364.377,29	411.329,94	200.764,79	1.147.127,73	628.579,50
Transporte Rodoviário	1.763.700,00	1.775.707,23	163.497,75	1.364.377,29	411.329,94	200.764,79	1.147.127,73	628.579,50
Desporto e Lazer	260.880,80	589.188,49	6.171,85	529.629,63	59.558,86	85.910,06	224.592,99	364.595,50
Desporto Comunitário	210.880,80	353.914,93	6.171,85	298.066,54	55.848,39	85.910,06	201.503,45	152.411,48
Lazer	50.000,00	235.273,56	0,00	231.563,09	3.710,47	0,00	23.089,54	212.184,02
Encargos Especiais	375.100,00	421.100,00	0,00	344.386,66	76.713,34	26.716,40	315.488,01	105.611,99
Serviço da Dívida Interna	185.000,00	185.000,00	0,00	181.590,64	3.409,36	0,00	181.590,64	3.409,36
Outros Encargos Especiais	190.100,00	236.100,00	0,00	162.796,02	73.303,98	26.716,40	133.897,37	102.202,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.822.093,06	21.364.401,27	2.149.212,95	14.882.957,69	6.471.443,58	2.612.644,27	12.619.418,12	8.744.983,15

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARUA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
IPTU														
IRPJ														
I.S.S.														
I.T.E.I.														
Outras Receitas Tributárias														
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
RECEITA PATRIMONIAL														
RECEITA AGROPECUÁRIA														
RECEITA INDUSTRIAL														
RECEITA DE SERVIÇOS														
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Outras Transferências Correntes														
Transferências de LC 61/1989														
Transferências de LC 87/1996														
Transferências do FUNDEB														
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														
DEDUÇÕES (II)														
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														
FONTE:														
GUARULHA DO SUL, 04/11/2016														
JOSE CARLOS FOIATTO														
Controlador CRC 028174/COO														

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREÇO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor	0,00
-------	------

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA	2015	2016
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016		2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECEITAS REALIZADAS	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO

Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-20.752,10	1.920.333,84	1.839.018,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	-20.752,10	2.021.899,92	1.938.581,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.752,10	101.566,08	99.562,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-1.920.333,84	-1.839.018,81
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	20.752,10	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.297.082,73	-1.920.333,84	-1.839.018,81

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	81.315,03	458.063,92

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.548.046,64	12.195.953,59	11.405.824,87
Receita Tributária	1.687.000,00	985.722,81	906.968,26
I.P.T.U.	385.000,00	232.525,16	183.269,01
I.S.S.	500.000,00	299.744,70	315.079,54
I.T.B.I.	330.000,00	127.097,74	150.471,73
I.R.R.F.	250.000,00	186.699,23	124.325,74
Outras Receitas Tributárias	222.000,00	139.655,98	133.822,24
Receita de Contribuição	180.000,00	199.207,78	176.488,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.000,00	199.207,78	176.488,50
Receita Patrimonial Líquida	2.400,00	2.615,08	1.909,69
Receita Patrimonial	101.900,00	156.041,77	162.546,16
(-) Aplicações Financeiras	99.500,00	153.426,69	160.636,47
Transferências Correntes	15.252.696,64	10.685.570,38	10.047.974,54
F.P.M.	6.250.000,00	4.093.723,84	3.961.553,47
I.P.V.A	400.000,00	340.553,21	334.781,67
I.C.M.S.	4.160.000,00	2.946.412,97	2.763.497,81
Convênios	76.100,00	174.569,42	71.229,47
Outras Transferências Correntes	4.366.596,64	3.130.310,94	2.916.912,12
Demais Receitas Correntes	425.950,00	322.837,54	272.483,88
Dívida Ativa	41.000,00	51.330,71	20.891,10
Diversas Receitas Correntes	384.950,00	271.506,83	251.592,78
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.174.546,42	766.334,81	1.927.916,58
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	8.200,00	2.107,80
Transferências de Capital	1.074.546,42	758.134,81	1.925.808,78
Convênios	666.546,64	406.234,99	1.192.308,78
Outras Transferências de Capital	407.999,78	351.899,82	733.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.074.546,42	758.134,81	1.925.808,78
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.622.593,06	12.954.088,40	13.331.633,65

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.710.338,94	13.132.865,30	12.101.480,59	11.455.187,99	10.468.730,12
Pessoal e Encargos Sociais	8.563.575,38	6.063.591,33	5.444.470,16	6.060.231,09	5.431.083,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	7.682,86	50.889,79	7.682,86	44.229,18
Outras Despesas Correntes	8.136.763,56	7.061.591,11	6.606.120,64	5.387.274,04	4.993.417,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.700.338,94	13.125.182,44	12.050.590,80	11.447.505,13	10.424.500,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.634.062,33	1.760.092,39	3.782.209,86	1.164.230,13	1.531.511,98
Investimentos	4.459.062,33	1.586.184,61	3.450.444,86	990.322,35	1.235.461,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	175.000,00	173.907,78	331.765,00	173.907,78	296.050,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.459.062,33	1.586.184,61	3.450.444,86	990.322,35	1.235.461,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.179.401,27	14.711.367,05	15.501.035,66	12.437.827,48	11.659.962,12

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.556.808,21	-1.757.278,65	-2.169.402,01	516.260,92	1.671.671,53
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	620.080,34	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	620.080,34	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	20.752,10	-		20.752,10	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00	
EXECUTIVO	0,00	20.752,10	0,00		20.752,10	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	20.752,10	0,00		20.752,10	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMF	0,00	1.150,21	0,00		1.150,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	1.891,25	0,00		1.891,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	397,08	0,00		397,08	198.807,00	198.807,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	9.950,83	0,00		9.950,83	7.920,00	7.920,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	6.711,35	0,00		6.711,35	1.078,17	1.078,17	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	651,38	0,00		651,38	815.834,36	815.834,36	32.007,23	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	-		0,00	-	-	-	-	-	
	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	20.752,10	0,00		20.752,10	1.023.639,53	1.023.639,53	32.007,23	-0,00	-0,00	

ONTE:

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL, 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.505.500,00	1.505.500,00	898.124,05	59,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	421.700,00	421.700,00	283.388,35	67,20
1.1.1- IPTU	400.000,00	400.000,00	254.081,45	63,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.700,00	1.700,00	381,42	22,44
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	29.453,22	147,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	21.028,55	140,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(15.000,00)	(15.000,00)	(21.556,29)	143,71
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	330.000,00	330.000,00	127.097,74	38,51
1.2.1- ITBI	330.000,00	330.000,00	127.097,74	38,51
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	503.800,00	503.800,00	300.938,73	59,73
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	299.744,70	59,95
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	300,00	300,00	856,90	285,63
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	183,43	18,34
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.500,00	2.500,00	153,70	6,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	186.699,23	74,68
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	186.699,23	74,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.452.500,00	13.452.500,00	9.246.241,88	68,73
2.1- Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	5.067.434,56	66,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	4.868.555,14	69,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	150.000,00	150.000,00	198.879,42	132,59
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	3.683.015,15	70,83
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	19.000,00	19.000,00	14.916,60	78,51
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	80.000,00	80.000,00	52.074,53	65,09
2.5- Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	3.110,60	88,87
2.6- Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	425.690,44	85,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.958.000,00	14.958.000,00	10.144.365,93	67,82
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	54.000,00	54.000,00	41.948,73	77,68
6.1- Transferências de Convênios	54.000,00	54.000,00	41.948,73	77,68
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	792.149,78	792.149,78	678.201,15	85,62
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	846.149,78	846.149,78	720.149,88	85,11

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.560.500,00	2.560.500,00	1.809.470,39	70,67
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	973.710,72	69,55
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	736.602,18	70,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.800,00	3.800,00	2.983,30	78,51
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	10.414,89	65,09
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	700,00	700,00	622,07	88,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	85.137,23	85,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.515.000,00	2.515.000,00	1.634.622,19	64,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	1.625.968,52	65,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.000,00	15.000,00	8.653,67	57,69
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-60.500,00	-60.500,00	-183.501,87	303,31
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.509.000,00	1.881.500,18	1.426.658,92	75,83	1.426.658,92	75,83
13.1- Com Educação Infantil	920.000,00	942.500,18	695.097,57	73,75	695.097,57	73,75
13.2- Com Ensino Fundamental	589.000,00	939.000,00	731.561,35	77,91	731.561,35	77,91
14- OUTRAS DESPESAS	1.006.000,00	656.000,00	187.715,01	28,82	187.715,01	28,82
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	906.000,00	556.000,00	187.715,01	33,76	187.715,01	33,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.515.000,00	2.537.500,18	1.614.373,93	63,62	1.614.373,93	63,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.614.373,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						85,90
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						11,48
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,62
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.739.500,00	3.739.500,00	2.536.091,48	67,82		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.295.000,00	1.317.500,18	851.326,80	64,82	836.298,53	63,48
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.832.940,00	2.935.940,00	2.040.407,23	69,50	1.868.119,93	63,63
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.495.000,00	1.495.000,00	919.276,36	61,49	919.276,36	61,49
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.337.940,00	1.440.940,00	1.121.130,87	77,81	948.843,57	65,85
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.127.940,00	4.253.440,18	2.891.734,03	67,99	2.704.418,46	63,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-183.501,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						8.653,67
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						21.375,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-153.473,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.857.891,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,17
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	251.500,00	251.500,00	122.054,37	48,53	108.256,11	43,04
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	497.799,78	582.823,73	562.299,85	96,48	454.655,24	78,01
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	749.299,78	834.323,73	684.354,22	82,03	562.911,35	67,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.877.239,78	5.087.763,91	3.576.088,25	70,29	3.267.329,81	64,22

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		22.500,18	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.625.968,52	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.563.957,80	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.563.957,80	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.653,67	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		93.164,57	0,00

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.634.062,33	1.760.092,39	1.164.230,13	0,00	2.873.969,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.634.062,33	1.760.092,39	1.164.230,13	0,00	2.873.969,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.634.062,33	-1.760.092,39	-	-	-2.873.969,94

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 04/11/2016

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1242/2016

PORTARIA Nº 1242/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 14 de outubro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (Matr. 3709), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1243/2016

PORTARIA Nº 1243/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SADIR ROVEA (Matr. 1573), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de novembro de 2014 e 02 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 03 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1244/2016

PORTARIA Nº 1244/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor VALDIR MARTINI (Matr. 3208), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Manutenção de Estradas e Equipamentos, Nível – DAS- 2, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de junho de 2015 e 13 de junho de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1245/2016

PORTARIA Nº 1245/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADÃO PELENTIR (Matr. 607), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2015 e 15 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1246/2016

PORTARIA Nº 1246/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ANTONIO BRUNO ANTUNES (Matr. 507), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de maio de 2015 e 15 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de novembro de 2016 a 02 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1247/2016

PORTARIA Nº 1247/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 16 (dezesesseis) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 891/2016, da Servidora ANA ALICE SALES (Matr. 3605), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de agosto de 2014 e 12 de agosto de 2015, para serem gozadas a partir de 04 de novembro de 2016 a 19 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1248/2016

PORTARIA Nº 1248/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora NAIANA CAROLINE LESSA (Matr. 4018), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 22 de setembro de 2015 e 21 de setembro de 2016, para serem gozadas a partir de 04 de novembro de 2016 a 03 de dezembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1249/2016

PORTARIA Nº 1249/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR OS EFEITOS da Portaria nº 1241/2016, da Servidora SIMONE APARECIDA RADAVELLI (Matr. 233), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, a contar de 03 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1250/2016

PORTARIA Nº 1250/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência – 6/A, do anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, à Servidora ANA PIOVESAN (Matr. 3722), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 31 de Outubro de 2013 a 31 de outubro de 2016, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1251/2016

PORTARIA Nº 1251/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência – 6/A, do anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, à Servidora ARLETE TREVISOL GUINDANI (Matr. 3723), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 31 de Outubro de 2013 a 31 de outubro de 2016, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA 071/2016

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 071/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. ADRIANA CERATTI, no cargo de SERVENTE, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 25 de janeiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 21 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 71, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 71, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETA EXPEDIENTE INTERNO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado expediente interno nas dependências da Prefeitura Municipal, bem como nas secretarias que compõem a administração municipal, dos dias 07 de novembro a 30 de dezembro, em razão da necessidade de ajustes nas unidades administrativas municipais;

Parágrafo único - O Setor de Tributos e os serviços considerados essenciais, como serviços urbanos, obras, atividades escolares, saúde, protocolo, fiscalização e nos dias que ocorrerão sessões de licitação não serão alcançados por este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 04 de Novembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO Nº 96/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 96/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 18 de novembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, serviço de conserto de pneus e guincho 24 horas, reposição de peças e equipamentos obrigatórios para os veículos oficiais da secretaria municipal de educação. "

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 07 de novembro de 2016.

Izabel da Fonseca Cavalcante

Secretária Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2015(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO 141/2015

PREGÃO PRESENCIAL 83/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 141/2015, na modalidade de Pregão Presencial Nº 83/2015, após a desistência da empresa vencedora do certame.

Imbituba, 07 de novembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2189/16

. DECRETO Nº 2189/16

. De 04 de novembro de 2016

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE / ROSANA GONZAGA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 7 de novembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Administração da Saúde (CC-3), nomeada nos termos do Decreto nº 249/13, ROSANA GONZAGA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 4 de novembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICIPIO DE INDAL

Processo Licitatório nº 146/2016

Edital de Tomada de Preços nº 021/2016-10430

Objeto: Execução de recuperação de pavimentação em paralelepípedos, lajotas e piso cimentado em vias públicas.

Entrega dos envelopes: 22/11/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 22/11/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

INDAPREV

PORTARIA INDAPREV Nº 51/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 51/16

. De 03 de novembro de 2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade

E por Tempo de Contribuição à ALIDIO TAMANINI.

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 01 de novembro de 2016, ao servidor Alidio Tamanini, ocupante do cargo de ASSISTENTE DE MEIO AMBIENTE, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005 – Fórmula 85/95, Comum.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2016.

Indaial/SC em 03 de novembro de 2016.

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO 16/073

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME.

CT16/073

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGIA doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Joaquim Moreira dos Santos, nº 855 Bairro Floresta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0034/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.01.2017 conforme a necessidade e poderá ser adquirido maior quantidade ou menor de cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 28.037,00(vinte e oito mil e trinta e sete reais), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
6	1.100	KG	BANANA CATURRA	IN NATURA	2,5400
7	580	KG	MAMÃO	IN NATURA	3,7100
8	850	KG	LARANJA	IN NATURA	2,7900
9	900	KG	MAÇA	IN NATURA	6,2100
10	80	KG	MANGA	IN NATURA	5,5700
11	420	KG	MELÃO	IN NATURA	4,5900
12	1.100	KG	MELANCIA	IN NATURA	2,4400
13	30	KG	ABACATE	IN NATURA	6,5000
14	100	UN	ABACAXI PEROLA	IN NATURA	7,3300
15	150	KG	BATATA INGLESA	IN NATURA	5,1000
16	50	KG	ABOBRIHA DO TIPO PAULISTA	IN NATURA	4,7600
17	150	KG	ABOBORA DO TIPO MORANGA	IN NATURA	2,5500
18	80	KG	BATATA DOCE	IN NATURA	4,3200
19	60	KG	BATATA SALSA	IN NATURA	10,3100
20	100	KG	BETERRABA	IN NATURA	4,1300
21	100	KG	CENOURA	IN NATURA	4,1300
22	50	KG	CHUCHU	IN NATURA	3,8300
23	40	KG	MANDIOCA	IN NATURA	5,3000
24	80	KG	PEPINO	IN NATURA	3,5800
25	280	KG	TOMATE	IN NATURA	5,7500
26	135	KG	CEBOLA	IN NATURA	3,4400
27	10	KG	RABANETE	IN NATURA	7,8600
28	250	KG	REPOLHO	IN NATURA	2,2200
29	50	UN	RADICHE	IN NATURA	2,2200
30	100	MÇ	TEMPERO VERDE	IN NATURA	2,1700
31	04	KG	ALHO FRESCO	IN NATURA	19,8200
32	30	KG	VAGEM	IN NATURA	6,0000
33	250	UN	ALFACE	IN NATURA	2,0300
34	60	UN	ACELGA FRESCA	IN NATURA	5,5100
35	30	MÇ	AGRIÃO	IN NATURA	3,0900

36	100	UN	BROCOLIS	IN NATURA	4,5900
37	40	UN	CHICORIA	IN NATURA	2,2200
38	20	UN	COUVE FOLHA	IN NATURA	4,0600
39	80	UN	COUVE FLOR	IN NATURA	5,3200

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Fornecer os produtos licitados nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras;
- Todos os proponentes deverão anexar às propostas a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência, quando da entrega;
- Os produtos somente serão aceitos se estiverem em bom estado de conservação e aparência;
- Os itens devem constar referência quanto ao prazo de validade e só serão aceitos com prazo mínimo de 5 (cinco) meses de vencimento;
- A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os produtos, objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta;
- A entrega dos gêneros alimentícios seguirá um cronograma expedido pela Secretaria de Educação, através do planejamento de cardápios realizados pela Nutricionista RT. Os horários de entrega a serem cumpridos são repassados anteriormente pela RT, prevalecendo sempre, o primeiro horário da manhã (até 9hs) e o primeiro horário da tarde (até 14hs);
- A Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade (Bom Sucesso), apresentará uma concentração na entrega dos gêneros semanais (de 1 até 2 vezes por semana).
- Os gêneros alimentícios de caráter menos perecível (carnes, açúcar, leite, etc...) seguirá um cronograma de entrega quinzenal/mensal.
- Os pães, frutas e verduras deverão ser entregues até as 9hs nas escolas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 21 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ CONTRATANTE	TEPEL COM. DE PROD. ALIM. LTDA CONTRATADA
------------------------------------	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO ACT16/31

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT16/31

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, LARISSA GRIFANTE brasileira, inscrita no CPF sob nº 091.091.519-90 e RG 6.115.050, residente a Rua Luiz Carlos Machienavie, bairro Universitário, Videira- SC. doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Assistente de Creche, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, para substituir a professora Edilaine Maria Toigo, em licença para Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério do Município de Iomerê, equivalente a R\$1.540,00.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 18 de outubro de 2016 e tendo seu término previsto no retorno da Servidora Edilaine M Toigo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de

regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 18 de outubro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

LARISSA GRIFANTE
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO ACT16/32

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT16/32

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal em LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ZELIA MARIA SANTINI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 846.797.009-04 e RG 2.665.679, residente na Rua São Luiz, nº 835 – Iomerê, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Merendeira, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, para substituir servidores em Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério do Município de Iomerê, equivalente a R\$1.535,12.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de novembro de 2016 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de novembro de 2016

LUCIANO PAGANINI ZELIA MARIA SANTINI
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

TERMO DE DISTRATO TD16/01

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RADIO VIDEIRA LTDA – CT13/15, TA13PMI29, TA13PMI48, TA14038 e TA15/040.

TD16/01

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RÁDIO VIDEIRA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Veneriano dos Passos nº 385, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.550.662/0001-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT13/15 e aditivos, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, e de final de mandato, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafado.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT13/15, e seus aditivos, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa Rádio Videira Ltda, independentemente de qualquer outra providência, nos termos da cláusula sétima, do contrato CT13/15.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos retroativos à data de sua assinatura, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 03 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ CONTRATANTE	RÁDIO VIDEIRA LTDA CONTRATADA
------------------------------------	----------------------------------

Testemunhas:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE DISTRATO TD16/02

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLEMIR SCHMITT – ME CT15/032, TA15/054 e TA16/022.

TD16/02

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado CLEMIR SCHMITT - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Travessa Cel. Joaquim Torres, nº 851, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ sob o nº 06.555.267/0001-21, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT15/32 e aditivos, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, e de final de mandato, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafado.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT15/32, e seus aditivos, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa Clemir Schmitt-ME, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula sétima, do contrato CT15/32.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos retroativos à data de sua assinatura, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 03 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	CLEMIR SCHMITT -ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE DISTRATO TD16/03

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FLORA JASMIM COMÉRCIO DE FLORES LTDA - ME CT16/028.

TD16/03

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado FLORA JASMIM COMÉRCIO DE FLORES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Dom Pedro II, nº 405 Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.687.203/0001-14, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT16/028, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, e de final de mandato, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafado.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT16/028, e seus aditivos, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa Flora Jasmim Com. De Flores Ltda, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula sétima, do contrato CT16/028.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos à data de 01.11.2016, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	FLORA JASMIM COM. DE FLORES LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE DISTRATO TD16/04

DISTRATO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - CT16/043.

TD16/04

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, à Rua Marechal Deodoro, 401 – Sala 02– Centro, inscrito no CNPJ sob nº 23.299.477/0001-15, representado pôr seu Sócio SILMAR ANTONIO BALBINOT, Empresário, carteira de identidade nº 6012330202 – SSP/RS, inscrito no CPF/MF Nº 383.829.890-04, residente e domiciliado na Cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT16/043, conforme segue:

Art. 1. Em razão da existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, face a acentuada queda na receita dos cofres públicos do Município contratante, bem como a necessidade de ajustar as contas de final de exercício, e de final de mandato, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato acima epigrafado.

Art. 2. Resta rescindido o contrato CT16/043, celebrado entre o Município de Iomerê e a empresa CPL Desenvolvimento de Software Ltda, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula sétima, do contrato CT16/043.

Art. 3. O presente distrato surtirá efeitos à data de sua assinatura, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CPL DESENV. DE SOFTWARE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 23 de novembro de 2016, visando a contratação de empresa para reforma da Sede da Polícia Militar de Itá. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 23 de novembro de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 04 de novembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 22/2016. Pregão Presencial nº 20/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: A. G. kienen & Cia Ltda. Valor R\$ 17.253,30. Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda - EPP. Valor R\$ 1.352,50; Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda-EPP. Valor: 16.800,00. Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda. 38.621,50. Cirurgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor: 3.275,00; Dimaci Material Cirurgica Ltda. Valor: 43.237,53. Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Valor: 18.421,50; Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda – EPP. Valor: 6.212,00; La Dalla Porta Junior – EPP. Valor: 18.516,90; Pontamed farmacêutica Ltda. Valor: 16.723,60 e Promefarma Representações Comerciais Ltda. Valor: 76.726,00. Vigência: 28 de fevereiro de 2017. Itaiópolis, 04/11/2016. José Heraldo Schritke– Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO PROCESSO Nº 169 / 2016 – CONCORRÊNCIA 03.005.2016 – CONTRATO 086/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

##ATO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

Processo nº 169 / 2016 – Concorrência 03.005.2016 – Contrato 086/2016

Base Legal: Lei 8.666/93 e alterações.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de complementação e conclusão das obras de Macro drenagem, conforme projetos, orçamentos, memoriais descritivos anexos ao processo.

VALOR TOTAL: R\$ 2.727.469,12 (dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e doze centavos).

PRAZO: 04 (quatro) meses.

EMPRESA: CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM.

Itapema, 4 de novembro de 2016.

EVERALDO DARÓS

DIRETOR DE COMPRAS

Itapiranga

PREFEITURA

REEDITA EDIÇÃO DOM N. 2116 PUBLICADO EM 4 DE NOVEMBRO DE 2016 NAS PG. 321-322 DECRETO Nº 192, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Reedita edição DOM n. 2116 publicado em 4 de novembro de 2016 nas pg. 321-322

DECRETO Nº 192, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.053, de 1º de novembro de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0140.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 249.221,79

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

04.181.0014.2007 – Convênios de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

03.02 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 – Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 380.000,00

03.03 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1006 – Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 135.000,00

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013 – Manutenção das Atividades da Secret. da Fazenda

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 180.000,00

06.03 - Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Outras

Fontes

27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 236.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

13.01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

16.482.0077.1004 – Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

14.01 – Secretaria Munic. da Indústria, Comércio, Prest. de Serviços e Turismo

22.661.0131.2011 – Manutenção das Atividades da Secret. da Ind. Com. Prest. Serv. Tur.

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Total: R\$ 1.536.221,79

Art. 2º - Serve de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial ou total da seguinte dotação:

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

04.122.0010.1034 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 23.519,00

04.122.0163.1036 – Humanização de Centros Comunitários

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.618,00

04.123.0076.1003 – Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.236,00

03.02 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serv. Urbanos - Saneamento

17.512.0079.1007 – Aquisição de Veículos, Equip. Material Permanente – Set. Saneamento

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 24.000,00

03.03 – Secretaria Munic. Adm. Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo

04.122.0076.1015 – Construção do Anel Viário

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 280,90

15.451.0076.1005 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 36.354,00

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.1017 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.719,67

28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública, Pasep e Contratos e Precatórios

32.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,0046.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 290.000,00

06.01 – Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.362.0068.2035 – Manutenção do Ensino Médio

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 18.090,00

06.03 - Secretaria Mun. Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

12.364.0142.2048 – Manutenção do Ensino Superior

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 22.472,00

13.392.0073.1014 – Construção do Centro da Cultura

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 280,90

13.392.0153.2036 – Manutenção da Biblioteca Municipal e Museu Público Municipal

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.988,80

27.812.0073.1013 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.619,1644.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 64.199,81

27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

27.812.0161.1031 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.236,00

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.1032 – Ampliação e Reforma da Garagem e Oficina

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 44.944,00

26.782.0149.2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 400.000,00

26.782.0151.1028 – Construção de Abrigos de Passageiros

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.618,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2008 – Preservação e Conservação Ambiental

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 854,0044.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 618,00

20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,0033.71.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Consórcios Públicos
..... R\$ 15.161,40

20.606.0147.1025 – Construção, Ampliação e Reforma do Viveiro de Mudanças e Construção da Casa do Agricultor

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.854,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.1010 – Construção do CRAS

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.123,60

08.244.0042.1011 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 16.053,23

11.01 – Fundo da Infância e Adolescência de Itapiranga

08.243.0047.1012 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.448,52

08.243.0047.2021 – Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 95.000,00

13.01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

16.482.0077.1004 – Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 53.932,80

Total: R\$ 1.536.221,79

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 1º de novembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretaria Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 58/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao quarto dia do mês de novembro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA E ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 58/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE NOMINAL DE 100 LITROS, QUE SERÃO UTILIZADOS NA COLETA E ARMAZENAMENTO DE LIXOS PROVENIENTES DE ROÇADAS, VARRIÇÃO DE VIAS, DE ÁREAS PÚBLICAS E LIMPEZA DE PRAIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MARCELO JACOB - ME	MARCELO JACOB
HERIO CARLO LANAVE & CIA LTADA ME	HERIO CARLO LANAVE
M.C.DALABONA DISTRIBUIDORA	

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas chegou-se ao seguinte resultado: a proposta da Empresa HERIO CARLO LANAVE & CIA LTADA ME foi desclassificada por não atender Edital, no quesito "marca" no item, a empresa MARCELO JACOB - ME foi julgada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
MARCELO JACOB - ME	1	R\$ 7.200,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 04 de novembro de 2016

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	ROSIDA APARECIDA BOLDORI Membro

Licitantes:

MARCELO JACOB - ME MARCELO JACOB	HERIO CARLO LANAVE & CIA LTADA ME HERIO CARLO LANAVE
-------------------------------------	--

LM 680/2016 – PLANO DIRETOR – MOBILIDADE URBANA

LEI MUNICIPAL Nº 680/2016

Data: 25 de outubro de 2016

DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE, E MOBILIDADE PARA O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre circulação, transporte e Mobilidade para o Município de Itapoá – SC, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como sua definição para novos parcelamentos, revogando-se disposições contrárias.

Parágrafo Único. Será obrigatória a adoção das diretrizes de implantação do sistema viário, por força desta Lei, a todo empreendimento imobiliário, loteamento, desmembramento ou remembramento que vier a ser executado na área urbana do Município.

Art. 2º. São partes integrantes e complementares desta Lei os

seguintes anexos:

- I. Anexo 1- Tabelas de Características Geométricas das Vias Municipais;
- II. Anexo 2 - Tabelas de Características Geométricas das Vias Urbanas;
- III. Anexo 3 - Perfis das Vias Municipais;
- IV. Anexo 4 - Perfis das Vias Urbanas;
- V. Anexo 5 - Dimensões Mínimas para Retornos;
- VI. Anexo 6 - Mapa do Sistema Viário Municipal;
- VII. Anexo 7 – Mapa do Sistema Viário Urbano.
- VIII. Anexo 8 - Demarcação de Áreas de Estacionamento e Avanços de Calçadas;
- IX. Anexo 9 - Uso de Recuos das Edificações como Área de Estacionamento;
- X. Anexo 10 - Tabela das Categorias dos Polos Geradores de Tráfego (PGT);
- XI. Anexo 11 - Tabela do Número Mínimo de Vagas para Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1;
- XII. Anexo 12 - Tabela do Número Mínimo de Vagas para Carga e Descarga, Embarque e Desembarque, e Táxis nos Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1.

Art. 3º. A função da reestruturação do sistema viário consiste em garantir locomoção com segurança e fluidez, não somente privilegiando o deslocamento de automóveis, mas de outras alternativas de mobilidade como a pé, bicicleta, ônibus, motocicletas e outros.

Art. 4º. A mobilidade urbana deve privilegiar o uso das vias pelos pedestres e ciclistas através de atividades de lazer, de vizinhança, comunitárias e de trabalho.

Art. 5º. As vias possuem o papel de ordenação da ocupação urbana, tornando-se eixos de desenvolvimento da malha urbana, possuindo usos ou atividades diferenciadas, necessitando para isso, diferentes dimensões e tipos de pavimentação, arborização, iluminação e demarcações de faixas de estacionamento, entre outros.

Art. 6º. As disposições desta Lei têm como objetivos:

I. Induzir o desenvolvimento equilibrado do território do Município, a partir da relação entre circulação e uso e ocupação do solo, face aos vínculos existentes entre o ordenamento da mobilidade e sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;

II. Adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação e mobilidade;

III. Hierarquizar as vias urbanas e municipais, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego, de modo a garantir segurança e conforto, reduzindo acidentes e contribuindo com a qualidade de vida no meio urbano e rural;

IV. Melhorar o sistema de transporte público, abrangendo a toda a população urbana e rural no Município;

V. Implantar melhorias no sistema de ciclovias ou ciclofaixas, incentivando a população a utilizar-se deste meio de transporte.

Art. 7º. O sistema de transporte público do Município deverá ser objeto de plano específico, quando justificado por suficiente demanda, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei do Plano Diretor Municipal (PDM), bem como com o estabelecido por esta Lei.

Art. 8º. Para os fins desta Lei, entende-se por:

I. Acesso: o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre: logradouro público e propriedade pública ou privada; propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio; logradouro público e espaço de uso comum em condomínio;

II. Acostamento: é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando: permitir que veículos em início de processo de desgovem retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para estacionar fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego;

III. Alinhamento: a linha divisória entre o terreno (propriedade) e o espaço público (via ou logradouro);

IV. Calçada ou passeio: parte da via, correspondendo a uma faixa entre o alinhamento dos terrenos e o início da caixa de rolamento,

normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, vegetação, sinalização e outros fins;

V. Canteiro: espaço destinado preferencialmente à área verde, permeável para instalação de paisagismo adequado, podendo este ser central ou lateral dependendo do caso;

VI. Estacionamento: o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

VII. Faixa de manutenção de vias: faixa paralela à pista de rolamento das vias, em ambos os lados, destinadas à manutenção das vias e estradas municipais;

VIII. Inclinação: inclinação mínima da pista de rolamento, da seção transversal tipo, contados a partir do eixo da via até suas extremidades para escoamento de águas pluviais entre outros;

IX. Logradouro público: é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer público (rua, avenida, praça, servidão, largo);

X. Malha urbana: o conjunto de vias urbanas do Município;

XI. Meio-fio: a linha composta de blocos de cantaria ou concreto ou outro material resistente que separa o passeio/calçada da faixa de rolamento ou do acostamento; ou da ciclovia ou ciclo faixa;

XII. Nivelamento: a medida do nível da soleira de entrada ou do nível do pavimento térreo considerando a grade da via urbana;

XIII. Paraciclos: equipamentos destinados ao estacionamento de bicicletas;

XIV. Pista de rolamento ou faixa de rolamento: a (s) faixa (s) da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, canteiros centrais e acostamentos; e ciclovias ou ciclofaixas;

XV. Seção normal da via ou caixa da via: a largura total ideal da via, sendo a distância entre os alinhamentos prediais para as vias urbanas; ou alinhamentos para as estradas rurais;

XVI. Sistema viário: o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas;

XVII. Via de circulação: o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, passeios, acostamentos e canteiros centrais, entre outros;

XVIII. Via municipal: o conjunto de vias do Município, excluídas as vias urbanas, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional;

XIX. Via urbana: o conjunto de vias da sede urbana, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional;

XX. Ciclovias ou ciclofaixas: pistas próprias destinadas à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum, seja de pedestres ou veículos, respectivamente.

Art. 9º. A Prefeitura Municipal será responsável pelo disciplinamento, supervisão e fiscalização do uso das vias de circulação no que concerne:

I. Ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento;

II. Ao estabelecimento do desvio de tráfego pesado de caminhões do centro da cidade;

III. Ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

IV. À estruturação de vias de circulação para pedestres e ciclistas, a partir da organização e urbanização da sede urbana e do incentivo ao turismo, esporte e lazer;

V. Ao estabelecimento de áreas de estacionamento ao longo das vias em pontos adequados;

VI. À instalação de sinalização vertical e horizontal nas vias da sede urbana, mediante estudos específicos, ficando a cargo do Município, por meio do órgão municipal competente pela viação, transporte e obras;

VII. À estruturação e normatização das vias, trajetos e itinerários relativos aos transportes coletivos rodoviários, hidroviários e afins, bem como aqueles destinados ao transporte privado, público, de recreação, entre outros;

VIII. Ao estabelecimento de normas sobre as condições para a

implantação de locais de paradas de ônibus;

IX. À instalação de redutores de velocidade na rodovia estadual SC-416 que possibilita acesso e percorre a área urbana com a delimitação do novo perímetro urbano, mediante estudos específicos e parcerias com o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA SC);

X. Implantação de projeto específico para determinar as velocidades de tráfego permitidas para as vias urbanas, bem como fiscalizar o cumprimento das velocidades estabelecidas;

XI. À colocação de mobiliário urbano ao longo das vias;

XII. À implantação de canteiros ao longo das vias conforme consta nesta Lei, com espécies determinadas pelo Plano de Arborização Urbana, bem como pelas normas municipais de padronização dos passeios/calçadas públicas conforme anexos;

XIII. Ao procedimento de rebaixamento dos meios-fios e instalação de outros dispositivos de modo a possibilitar e facilitar o deslocamento de portadores de necessidades especiais e idosos, nos termos da NBR 9050/2004 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

XIV. À padronização de calçadas, de acordo com estudos e regulamentos específicos, para utilização de pisos e revestimentos adequados conforme modelos em anexo;

XV. Implantação de projeto de circulação urbana para o período de alta temporada, visando resolver problemas de estacionamento e conflitos entre tráfego de veículos, pedestres, bicicletas e o uso do solo comercial.

Art. 10. Aos proprietários ou inquilinos cujos imóveis possuam testadas para vias públicas, compete:

I. Proceder à remoção e desobstrução de todo e qualquer obstáculo nas calçadas e passeios como escadas, rampas de acesso à edificação fora do alinhamento predial, placas, tocos de árvores, entre outros, tornando o trânsito livre para pedestres, de modo particular aos portadores de necessidades especiais e idosos;

II. Utilizar material antiderrapante para a pavimentação dos passeios e garantir a regularidade do pavimento, seguindo a padronização instituída pela Prefeitura Municipal, conforme anexos;

§ 1º Para estabelecimentos comerciais não é permitido colocação de mesas e cadeiras e outros correlatados nos passeios/calçadas.

§ 2º. Para a configuração dos passeios, deverão ser obedecidos os parâmetros estabelecidos na NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, as edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Art. 11. É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei em todos os empreendimentos imobiliários, loteamentos, desmembramentos, desdobros, remembramentos ou arruamentos que vierem a ser executados no Município de Itapoá.

Art. 12. Os atos administrativos necessários para o cumprimento do disposto nesta Lei serão definidos através de decreto.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 13. O Poder Executivo, detectada a vocação turística de uma via ou trecho, poderá, depois de ouvido o – Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá - CDUI, decretá-la de interesse turístico, possibilitando a implementação de projetos de intervenção local com base na necessidade daquela via.

Art. 14. Quando da abertura de novos loteamentos, deverão ser obedecidos o traçado das diretrizes de arruamento, quando estas passarem pela área a ser parcelada.

Art. 15. A abertura de novas vias que não constem do projeto original do Município, bem como das diretrizes de arruamento estará condicionada à apresentação de projeto completo, sujeito à aprovação pela equipe técnica da Prefeitura Municipal.

§ 1º As vias projetadas deverão articular-se com as vias adjacentes e harmonizar-se com a topografia local.

§ 2º O empreendedor deverá solicitar, no ato do pedido para aprovação de loteamento ou desmembramento de áreas, as diretrizes de arruamento, conforme determina a Lei Municipal de Parcelamento do Solo.

§ 3º Caberá à Prefeitura a indicação das diretrizes de arruamento a serem seguidas, como forma de assegurar a continuidade do traçado

viário geral da cidade.

§ 4º A implantação do arruamento, especialmente do sistema viário, com todos os equipamentos urbanos previstos em projetos, é condição essencial para aprovação do loteamento e consequente liberação da caução prevista na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 16. Fica estabelecida, com a aprovação desta Lei, a dimensão total mínima de 12 m (doze metros), perfil via local, para qualquer via projetada que não conste de projeto original de loteamento na cidade, e não se configuram como diretrizes de arruamento de acordo com o mapa do sistema viário urbano, anexo 7, e conforme perfil constante no anexo 4.

Art. 17. A abertura das vias urbanas, tanto as constantes do traçado viário original como as constantes de novos processos de parcelamento, bem como a pavimentação de vias já existentes, deverá seguir a indicação dos perfis das vias urbanas, devendo ser respeitadas as dimensões estabelecidas conforme cada caso.

Parágrafo único. Os perfis das vias urbanas, aos quais se refere o presente artigo, encontram-se em anexo e constituem partes integrantes e complementares desta Lei.

Art. 18. Para a implantação de novos loteamentos ou de áreas remanescentes de loteamentos onde as condições do terreno não permitam a continuidade das vias, bem como quando for determinação do projeto viário, poderão ser desenvolvidas ruas sem saída.

Parágrafo único. As ruas sem saída não poderão ter comprimento superior a 150 (cento e cinquenta) metros devendo, obrigatoriamente, conter no seu final um bolsão para retorno, com diâmetro inscrito mínimo de 14 (quatorze) metros, conforme anexo 5.

Art. 19. As vias de circulação destinadas exclusivamente a pedestres deverão ter largura mínima de 4,0 (quatro) metros, e deverão ser desenvolvidos Projetos de Ciclovias.

Seção I

Da Hierarquização das Vias Municipais

Art. 20. Para efeito desta Lei, a hierarquia viária do Município de Itapoá compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 01 (características geométricas), Anexo 03 (perfil das vias) e Anexo 06 (Mapa do sistema viário municipal):

I - Rodovia Estadual: compreende a SC - 416 que faz a ligação da sede urbana de Itapoá ao Município vizinho de Garuva e posteriormente a SC-417, exercendo importante papel de ligação de Itapoá com municípios vizinhos, com demais regiões do Estado e país;

II - Estradas Municipais Principais: finalidade de promover a circulação no interior do Município. Compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre as principais comunidades rurais e municípios vizinhos;

III - Estradas Municipais Secundárias: caracterizada pelo deslocamento do tráfego local, de baixa velocidade. Compreende as demais vias rurais do Município.

Seção II

Da Hierarquização das Vias Urbanas

Art. 21. Para efeito desta Lei, a hierarquia viária da área urbana da sede de Itapoá compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 2 (características geométricas), Anexo 4 (perfil das vias) e Anexo 7 (Mapa do sistema viário urbano):

I - Vias de Conexão: são as estradas rurais municipais inseridas no perímetro urbano, tais como: a Estrada José Alves (Estrada da Jaca) e a Estrada Lindolfo Freitas Ledoux. Esta se caracteriza por fazer a conexão com o município de São Francisco do Sul, concentrando incipiente uso comercial e de serviços, além de fazer parte da rota do Caminho dos Príncipes, e a primeira faz a ligação da rodovia SC-416 até a conexão com a via ramal B-1 de acesso ao Porto de Itapoá;

II - Via Estrutural: são vias estruturantes de várias regiões de Itapoá que tem como principal característica estruturar toda a ocupação do solo e ligar diversas e importantes regiões da área urbana, ou seja, a sede urbana de norte a sul. Inserem-se nessa classificação a rua Serame, rua Tijucas, Avenida João Horácio Vieira, rua Dra. Zilda Arns Neumann, trecho da Avenida das Margaridas, Avenida Celso Ramos, trecho da rua 560, rua Ceará, trecho da rua 370 e Avenida Mal.

Florianópolis;

III - Via Expressa: com o objetivo de promover um deslocamento mais rápido da porção central da sede urbana até a área portuária e retroportuária do Município, fazendo conexões com vias coletoras e estruturais, desde que a diretriz viária proposta seja implementada, bem como sua infraestruturação. Compreende a Rua Malvina Barbosa e Camapuá e suas respectivas diretrizes viárias até encontrar a Avenida das Margaridas e a diretriz da marginal B1 ao sul do perímetro urbano;

IV - Via de Serviços: destinada ao tráfego de veículos pesados, ligando a área portuária, passando pela retrovia até o encontro com a Avenida José da Silva Pacheco. Esta fará a ligação com o futuro acesso à sede urbana de Itapoá;

V - Via Comercial: caracterizadas pela concentração do tráfego local e pela predominância de atividades comerciais e serviços de pequeno e médio porte, estabelecendo por isso um fluxo mais lento em alguns trechos. Faz a ligação da sede urbana de norte a sul. Deve prioritariamente apresentar sinalização horizontal e vertical adequada, além de dispositivos de segurança ao pedestre, ciclistas e acesso aos portadores de necessidades especiais. Inserem-se nessa classificação as vias definidas como eixo comercial, conforme Art. 31 da Lei Municipal n. 676/2016, de Uso e Ocupação do Solo;

VI - Via Especial Beira-Mar: corresponde a via calma que está próxima às feições litorâneas, com circulação tranquilizada e possui importante papel de ligação viária da comunidade apresentando características diferenciadas como o intenso uso tranquilizado de pedestres, ciclistas entre outros, configurando importante eixo comercial, turístico, de esporte e lazer municipal. Corresponde à Avenida Beira – Mar;

VII - Via Alça Conectora: caracteriza-se pelo contorno da área portuária e retroportuária, possibilitando o fluxo de veículos leves nessas áreas e acesso à estrada José Alves e estrada Lindolfo Freitas Ledoux;

VIII - Via de Ligação: possui a função de fazer a ligação entre as vias estrutural e coletora e arterial com estrutural, promovendo o fluxo entre essas vias;

IX - Vias Arteriais: Caracteriza-se pela promoção de acesso às vias coletoras, estruturais ou locais, promovendo o trânsito entre as regiões da cidade, principalmente na porção norte da sede. Tem a finalidade de estruturar a mobilidade na sede urbana, sendo estas as principais vias de acesso à sede urbana (conexão com a rodovia SC-416 e a estrada João Cornelsen). Entram nessa classificação as vias: rua Vasco Nunes Balboa, trecho da rua 370, rua Tarumã, Avenida José da Silva Pacheco, Avenida André Rodrigues de Freitas, rua João Batista Velem e Estrada Saí Mirim;

X - Via Coletora: caracteriza-se por coletar o tráfego local, estruturando o interior dos loteamentos que intercepta, onde se concentram atividades de pequeno e médio porte para atendimento local, além de fazer a ligação da região beira-mar (orla marítima) com a porção interior da sede urbana. Caracterizadas por serem as vias com menores problemas de interrupção, continuidade, sendo que algumas delas apresentam certa concentração de estabelecimentos comerciais e serviços, com presença constante de pedestres. Classificam-se as vias: rua 140, rua 260, rua 410, rua 490, rua 500, Avenida Nereu Ramos, Avenida Brasília, rua Francisco Quintino Correia, trecho da Avenida das Margaridas, rua Emanuel Vieira Garcia, rua Santa Paulina, Avenida dos Pioneiros, Avenida das Nações Unidas, rua Alameda Cavaleiro Giovanni Cocchieri, rua 2.360, rua São Francisco, rua 2.530;

XI - Vias Locais: configuradas pelas vias de mão dupla e baixa velocidade, promovendo a distribuição do tráfego local. Compreende as demais vias urbanas;

XII - Vias Marginais: correspondem às vias marginais à rodovia estadual SC -416, estrada rural José Alves incorporada ao perímetro urbano, e vias preferenciais para tráfego pesado;

XIII - Ciclovias e ciclofaixas: serão aquelas tranquilizadas destinadas preferencialmente aos ciclistas e afins, correspondendo a continuidade das existentes, além da implantação na via de serviço.

Subseção I

Das Vias Projetadas

Art. 22. As vias a serem implantadas em novos loteamentos ou oficializadas em projeto urbanístico da Prefeitura serão classificadas como vias locais, se não houver necessidade de outra classe de via,

conforme a hierarquização viária urbana.

§ 1º Os parâmetros de novas vias deverão seguir as dimensões mínimas constantes nos Anexos 2, 4, 5 e 7.

§ 2º Nos casos de abertura de novas vias e calçadas/passeio ou reforma das existentes, é obrigatória, nas confluências de vias, a execução de rampa para acesso de pessoas com necessidades especiais, de acordo com as normas técnicas vigentes.

Art. 23. Para abertura de novas vias deverá ser seguida a fluência do traçado do entorno, evitando a falta de continuidade das vias urbanas. Parágrafo Único. As vias Estruturais, Expressas, de Serviços, Comerciais, Arteriais não poderão ter seu traçado interrompido na abertura de novos loteamentos, devendo ser prevista a sua continuidade.

Art. 24. Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário estadual (SC-416, ligação da sede urbana também com outros municípios), será obrigatório o respeito à faixa de domínio não edificante determinada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina (DEINFRA).

Art. 25. As vias a serem abertas serão destinadas exclusivamente à circulação, não podendo ser computadas como áreas para estacionamento de uso público ou privado das unidades imobiliárias lindeiras a estas vias.

Art. 26. As novas vias poderão ter gabaritos maiores do que os dispostos na tabela do Anexo 2, conforme determinação técnica do Executivo Municipal.

Art. 27. Novas vias poderão ser definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com esta Lei, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão, urbanização e desenvolvimento do Município.

Art. 28. As vias deverão ter sinalizações horizontal e vertical, de acordo com critérios estabelecidos na legislação nacional de trânsito.

Subseção II

Das Dimensões das Vias

Art. 29. Ficam considerados os elementos apresentados nos Anexos 2 e 4 da presente Lei para o dimensionamento das vias.

Art. 30. Quando das intervenções e melhorias das vias, deverá permanecer no mínimo a caixa atual e quando possível o alargamento deverá ser previsto.

Parágrafo Único. O projeto de intervenção e implantação de novas vias deverá buscar o atendimento das normas técnicas pertinentes e legislações de acessibilidade.

Art. 31. O órgão municipal competente requererá a utilização da faixa de manutenção das vias rurais (estradas municipais), quando houver necessidade, sendo a negociação feita diretamente com o proprietário, estudado caso a caso.

Art. 32. É obrigatório recuo mínimo de 10,00 m (dez metros) para as novas edificações em vias municipais rurais principais e secundárias, a partir da faixa de manutenção.

Subseção III

Da Implantação das Vias

Art. 33. A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplenagem necessárias para a abertura das vias e implantação de edificações.

Art. 34. O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às normas técnicas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os Anexos 01, 02, 03, 04 e 05.

Art. 35. A abertura de novas vias deverá acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem naturais ou córregos, sendo aceitáveis rampas de até 20% (vinte por cento) em trechos não superiores a 150,00 m (cento e cinquenta metros).

Art. 36. Deve ser evitada a remoção de vegetação e implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo Único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente do fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 37. A implantação de vias deverá estar vinculada ao Plano de

Arborização Urbana de suas calçadas/passeios, de modo a proporcionar qualidade paisagística e mobilidade e acessibilidade a todos.

Art. 38. Para as vias consideradas de interesse específico pelo Poder Público, a Prefeitura Municipal, através de órgãos competentes, poderá desenvolver projetos geométricos, com base nas diretrizes de arruamento e diretrizes do Plano Diretor, para definir os elementos topográficos necessários à locação das referidas vias.

§ 1º As vias públicas que receberem pavimentação asfáltica deverão conter rede de abastecimento de água nas duas margens, preferencialmente fora da faixa de rolamento.

§ 2º A obrigação contida no § 1º, poderá ser desconsiderada quando houver a passagem de rede de abastecimento a cada quadra.

Seção III

Das Ciclovias e Ciclofaixas

Art. 39. Considera-se a implantação de ciclovias e ciclofaixas na sede urbana do Município como uma alternativa importante de meio de transporte para o trabalhador e de lazer para a população.

Art. 40. Ciclovias são vias de uso especial, destinadas aos ciclistas possuindo desenho de uso exclusivo, podendo ser utilizados os passeios ou área destinada aos estacionamentos de vias existentes, organizando roteiros de ligação entre diferentes partes das áreas urbanas.

Art. 41. A implantação das ciclovias e ciclofaixas deverá ocorrer mediante a execução de projeto executivo específico, assim como de sinalização vertical e horizontal e implantação de paraciclos em pontos próximos a espaços de uso público como escolas, postos de saúde, praças e áreas de lazer.

Art. 42. Os projetos de ciclovias e ciclofaixas deverão apresentar soluções que garantam a acessibilidade universal para os usuários do sistema, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e regulamentações.

Seção IV

Das Áreas de Estacionamento

Art. 43. Estas áreas deverão ser definidas, demarcadas e ter a sinalização vertical e horizontal implantadas, determinando-se as áreas de estacionamento permitidas e estabelecendo-se critérios de porte de veículos permitidos e horários.

Parágrafo Único. Na implantação das atividades comerciais e de serviços, deverá, obrigatoriamente ter área de estacionamento próprio no percentual mínimo de 10%, não sendo necessária à área destinada para estacionamento ser dentro da Área de Serviços ou Área Retroportuária, podendo ser em área contígua, sendo vedado o estacionamento de veículos em vias públicas.

Art. 44. O estacionamento de veículos em vias públicas, bem como em paradas de carga e descarga, deverá obedecer aos critérios estabelecidos pelo órgão municipal competente.

Art. 45. O Município deverá adotar projetos de pavimentação com a implantação de avanço de calçadas/passeios nas esquinas, em frente a escolas, hospitais, locais de instalação de paraciclos, entre outros, que facilitem a visualização dos locais de estacionamento (Anexo 8).

Art. 46. Fica permissível o uso dos recuos das edificações como área de estacionamento (Anexo 9), exclusivamente nas vias Comercial, Estrutural, Arterial e Coletora, nas seguintes condições e conforme ilustração orientativa integrante nesta lei:

I. Instalar guia rebaixada;

II. Deixar liberado o espaço reservado para o passeio sem dificultar a mobilidade dos pedestres;

III. Não utilizar integralmente as fachadas das edificações comerciais para vagas de veículos, deixando um corredor de 1,20 m (um metros e vinte centímetros) de largura para acesso ao comércio de forma a facilitar a entrada de pedestres, pessoas idosas ou portadores de deficiências físicas;

IV. Sinalizar este espaço com placas, com a utilização de elementos de paisagismo ou diferenciação de nível;

V. Dar preferência às áreas de estacionamento nos fundos da edificação comercial, principalmente quando se tratar de comércio ou serviço de grande porte.

Seção V

Da Remoção de Barreiras nas Calçadas

Art. 47. A remoção de barreiras nas calçadas consiste na retirada de obstáculos, empecilhos, desníveis abruptos, tocos de árvores, canteiros, entre outros, que possam existir nos passeios calçados ou locais de concentração de pessoas como praças, para proporcionar trânsito livre para idosos, portadores de necessidades especiais e população em geral e evitar acidentes.

§ 1º. O plantio de árvores deverá obedecer ao Plano de Arborização Urbana regulamentado pelo órgão público competente.

§ 2º. Fica proibida a colocação de placas de propaganda ao longo das calçadas/passeios, salvo as regulamentadas pelo órgão responsável da prefeitura municipal.

§ 3º. A instalação de estacionamento de bicicletas (paraciclos) deverá ser realizada somente nos locais pré-determinados pela prefeitura municipal.

Seção VI

Da Sinalização Urbana

Art. 48. Deverá ser providenciada a instalação de guias rebaixadas, rampas, sinalização horizontal e vertical indicativa, como faixas de pedestres, placas com nomes de ruas, locais, bairros, órgãos públicos, entre outros, de acordo com os critérios do órgão público municipal competente.

Art. 49. Deverá ser promovida a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos conforme a Norma da ABNT NBR 9050/2015. A prefeitura é responsável pela sinalização básica nas vias urbanas.

CAPÍTULO III

DOS POLOS GERADORES DE TRÁFEGO (PGT)

Art. 50. Consideram-se Polos Geradores de Tráfego (PGT) as atividades que, mediante a concentração da oferta de bens e/ou serviços, geram elevado número de viagens, com substanciais interferências no tráfego do entorno e necessidade de espaços para estacionamento, embarque e desembarque de passageiros, e/ou carga e descarga.

Parágrafo Único. Os polos geradores de tráfego são enquadrados e classificados em duas categorias, P1 e P2, cujas atividades estão enquadradas nas características do Anexo 10: Tabela das Categorias dos Polos Geradores de Tráfego (PGT) da presente lei.

Art. 51. Para os polos geradores categoria P2, os pedidos de aprovação de projetos de edificações, bem como mudança de destinação em edificações já existentes, para a instalação de atividades consideradas polos geradores de tráfego, deverão ser precedidos pela fixação de diretrizes quanto à viabilidade de implantação por parte da Prefeitura, através dos órgãos municipais legalmente instituídos do Planejamento, Trânsito e Transportes de Itapoá, após parecer técnico dos mesmos.

Parágrafo Único. O pedido de fixação de diretrizes deverá ser feito pelo interessado a Prefeitura, através do Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, com os seguintes documentos:

I. Requerimento assinado pelo proprietário do imóvel;

II. Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:20.000 ou 1:10.000 com localização do imóvel e principais logradouros públicos de acesso ao mesmo;

III. Planta em três vias do anteprojeto, em escala 1:500 ou maior, contendo posicionamento do empreendimento no lote, acessos de veículos e pedestres; localização, dimensionamento e distribuição das vagas de estacionamento, de embarque/desembarque e de pátio para carga e descarga; e

IV. Dados gerais do empreendimento, como uso e área construída e características operacionais, de acordo com o formulário a ser fornecido pelo Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído.

Art. 52. O estudo de viabilidade do empreendimento constará de análise da densidade das atividades instaladas, da geração de viagens, da capacidade da infraestrutura viária na área objeto do pedido, como também da definição das melhorias públicas decorrentes da instalação do polo gerador de tráfego em questão.

Parágrafo Único. O Órgão municipal competente exigirá, quando

pertinente, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, conforme regulamentação em vigor.

Art. 53. O órgão municipal competente emitirá parecer técnico ouvido o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá - CDUI, fornecendo ao interessado o parecer preliminar, abordando os seguintes itens do projeto:

I. Características e dimensionamento do número de vagas de estacionamento de veículos, com demarcação de vagas para deficientes e idosos;

II. Características e dimensionamento das áreas de embarque e desembarque de passageiros e do pátio para carga e descarga;

III. Características e localização dos dispositivos de acessos de veículos e pedestres e respectiva área de acumulação;

IV. Características e dimensionamento do Coeficiente de Aproveitamento (CA) máximo e da Taxa de Ocupação (TO) máxima do lote; e V. Cálculo do Ônus do Empreendedor.

Parágrafo Único. O parecer fornecido, que contém as diretrizes de projeto, deverá ser anexado pelo interessado ao projeto a ser aprovado no Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, tendo tais diretrizes validade de 180 dias.

Art. 54. É responsabilidade do Empreendedor realizar os acertos viários, instalação de dispositivos de controle de tráfego e segurança de veículos e pedestres, dentre outros, decorrentes da instalação do polo gerador de tráfego, acordadas em um Termo de Compromisso.

§ 1º. Em caso de descumprimento do acordo, a Prefeitura poderá realizar as obras exigindo do proprietário o ressarcimento das despesas em questão.

§ 2º. Essas despesas terão seu valor variável, de acordo com as características dos melhoramentos a serem implantados e deverão ser calculadas com base nas obras de infraestrutura e demais relativas à implantação das melhorias causadas pelo Polo Gerador de Tráfego (PGT), segundo projetos executivos e orçamentos oficiais do Município relacionados.

Art. 55. No que se refere ao Coeficiente de Aproveitamento (CA) e Taxa de Ocupação (TO) máxima, as diretrizes somente poderão ser iguais ou mais restritivas que os índices permitidos para as diferentes zonas de uso.

Art. 56. Qualquer alteração no projeto das edificações ou instalações consideradas Polos Geradores de Tráfego que implique alterações das diretrizes já fixadas, deverá ser submetida à nova apreciação da prefeitura.

Art. 57. Para os Polos Geradores Categoria P1 os pedidos de aprovação de projetos de edificação, bem como mudança de destinação em edificações já existentes, para a instalação de atividades consideradas Polos Geradores de Tráfego, deverão ser precedidos por uma Consulta Prévia fornecida pela Prefeitura, através dos órgãos municipais legalmente instituídos de Planejamento, Trânsito e Transportes de Itapoá.

Art. 58. O estudo de viabilidade do empreendimento constará de análise de densidade das atividades instaladas, da geração de viagens e da capacidade da infraestrutura viária na área objeto do pedido, como também da definição das melhorias públicas, decorrentes da instalação do Polo Gerador de Tráfego em questão.

Parágrafo Único. O Órgão municipal competente exigirá, quando pertinente, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, conforme regulamentação em vigor.

Art. 59. O Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído entregará ao interessado o parecer técnico, abordando os seguintes itens do projeto:

I. Características e dimensionamento do número de vagas de estacionamento de veículos de acordo com Anexo 11: Tabela do Número Mínimo de Vagas para Polos Geradores de Tráfego, Tipo P1, , com demarcação de vagas para deficientes e idosos parte integrante desta Lei;

II. Características e dimensionamento das áreas de embarque/desembarque de passageiros e do pátio para carga e descarga de acordo com Anexo 12, parte integrante desta Lei; e

III. Características e localização dos dispositivos de acessos de veículos e pedestres e respectiva área de acumulação.

Parágrafo Único. As diretrizes fornecidas terão validade por 180 dias,

quando o interessado poderá anexar o parecer fornecido junto ao projeto a ser aprovado no órgão municipal competente.

Art. 60. A Prefeitura poderá exigir do proprietário ressarcimento das despesas provenientes das melhorias públicas, decorrentes da instalação do Polo Gerador de Tráfego em questão, tais como as originadas dos acertos viários e dispositivos de controle e segurança de veículos e pedestres.

Art. 61. É responsabilidade do Empreendedor realizar os acertos viários, instalação de dispositivos de controle de tráfego e segurança de veículos e pedestres, dentre outros decorrentes da instalação do polo gerador de tráfego, acordadas em um Termo de Compromisso.

§ 1º. Em caso de descumprimento do acordo, a Prefeitura poderá realizar as obras exigindo do proprietário o ressarcimento das despesas em questão.

§ 2º. Essas despesas terão seu valor variável, de acordo com as características dos melhoramentos a serem implantados e deverão ser calculadas com base nas obras de infraestrutura e demais relativas à implantação das melhorias causadas pelo Polo Gerador de Tráfego (PGT), segundo projetos executivos e orçamentos oficiais do Município relacionados.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 62. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará ao infrator a multa de 100 a 100.000 UPMS vigentes à época da infração.

§ 1º A multa será aplicada a contar da notificação da irregularidade emitida pelo Órgão Público competente.

§ 2º A multa será aplicada em dobro em caso de reincidência.

§ 3º O infrator deverá custear com recursos próprios as obras de reparo por atos praticados que venham a ferir o disposto nesta Lei.

§ 4º As sanções previstas no caput deste artigo não excluem demais penalidades previstas em Leis Federais, Estaduais e Municipais, por atos lesivos que venham contribuir para a ocorrência de danos ambientais ou outros.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, tais como loteamentos, desmembramentos e condomínios urbanísticos, são de inteira responsabilidade do empreendedor, sem custos para o Município, salvo casos específicos previstos por Lei.

Parágrafo Único. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de arruamento no qual constará a orientação para o traçado das vias, onde for necessário, em especial nas Diretrizes existentes na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal e de acordo com esta Lei.

Art. 64. O não cumprimento do disposto nesta Lei acarretará em sanções previstas em Lei, especialmente na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Parágrafo único. São passíveis de punição, a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores da Prefeitura Municipal que, direta ou indiretamente, fraudem ou contribuam para a fraude do disposto nesta Lei.

Art. 65. Caberá à Prefeitura Municipal, nos casos omissos desta Lei, consultar o CONCI DADE.

Art. 66. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo do exposto na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Itapoá/SC, 25 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: EDITAL Nº 037/2016 - ÓRGÃO TRIBUTÁRIO

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 037/2016

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - ÓRGÃO TRIBUTÁRIO.

Sergio Ferreira de Aguiar, prefeito, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes:

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, até dia 07 de novembro de 2016, no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área;
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos dos interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação.

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na(s) vaga(s).

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 09 de novembro de 2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 10 de novembro de 2016, das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 11 de novembro de 2016, o profissional requerente será lotado (a) na Divisão requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 03 de novembro de 2016.

Luciano Pellissari
Gerente do Órgão Tributário

Luis Carlos Zagonel
Diretor de Gabinete

Valério Pacheco
Agente Administrativo II

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

ÁREA	VAGA	C.H.	LOCAL
Agente Administrativo	2	40 horas	Secretaria de Administração e Finanças – Órgão Tributário.

ANEXO II

EDITAL 037/2016

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de:
_____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 037/2016 de 03 novembro de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 038/2016 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 38/2016 – Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT)

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) de vagas vinculadas para o ano de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para complementação do quadro de Professor de Matemática, para atuarem nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá, num período compreendido entre 08/11/2016 a 16/12/2016.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Itapoá;

1.2 Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/2001 nos anexos II e III e a Lei 384/2012;

1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.4 Retribuição Mensal para habilitado: R\$ 2.637,50 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para 40 horas;

1.5 Retribuição Mensal para estudante: R\$ 1.582,48 (Um mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), para 40 horas;

1.6 Retribuição Mensal Nível Médio: R\$ 1.450,60 (Um mil e quatrocentos e cinquenta reais e sessenta centavos), para 40 horas;

1.7 O contratado fará jus:

- ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência;
- a auxílio alimentação no valor de R\$ 330,00;
- a férias e 13º salários proporcionais;

1.8 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003, 384/2012 e 044/2014.

1.9 Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 07 de novembro de 2016.

Local: Secretaria Municipal de Educação, Rua Nossa Senhora Perpetuo Socorro, Nº1590, nº 430, Itapoá.

3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 Para realização da inscrição serão necessários os documentos abaixo especificados, entregues em envelope identificado, contendo todos os documentos solicitados, juntamente com a ficha de inscrição.

3.2 Documentos Obrigatórios para Professor de Matemática:

a. Curriculum Vitae;
b. Cédula de identidade e CPF;
c. Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
d. Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias (cópia autenticada);
e. Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).

3.3 Documentos Opcionais:

a. Declaração de assiduidade expedida por órgãos oficiais de Recursos Humanos (original ou cópia autenticada);
b. Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização (cópia autenticada).
c. Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação (original ou cópia autenticada).
d. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

3.4 A falta de qualquer das informações citadas nos itens 3.2 implicará na nulidade da inscrição;

3.5 Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão, exceto o utilizado como habilitação;

3.6 Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2011 e nem com carga horária inferior a 20 horas.

3.7 O atestado de tempo de serviço deverá ser original ou cópia autenticada, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato;

3.7.1 A falta de qualquer informação relacionada no item 3.7 implicará na desconsideração do documento apresentado;

3.8 O Atestado de tempo de serviço no magistério, expresso em anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

3.8.1 São considerados órgãos competentes:

- Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual;
- Secretaria de Educação do Estado de origem, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente;

3.9 O atestado de tempo de serviço para professores já aposentados contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria;

4. CLASSIFICAÇÃO:

4.1 A Classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos apresentados e os critérios estabelecidos para cada área no seguinte nível:

a. Professor de Matemática 4.2 A classificação para Habilitados ocorrerá da seguinte forma:

- Habilitação de licenciatura plena na área que pretende atuar;
- Maior tempo de serviço no magistério;
- Maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretende atuar;

4.2.1 Os currículos dos professores não habilitados para a área, não serão classificados caso haja candidatos habilitados inscritos.

4.3 A classificação para candidatos Não Habilitados (estudantes da área) ocorrerá da seguinte forma:

- estudante da área em que pretende atuar, sendo que a classificação dos graduandos dar-se-á pela proporção em porcentagem entre os semestres já cursados e o total de semestres do curso;
- maior tempo de serviço no magistério;
- maior número de horas de cursos de aperfeiçoamento na área em que pretender atuar;

4.4 Não caberá ao candidato classificado a escolha de vagas, ficando a critério da equipe da Secretaria de Educação a distribuição das

mesmas.

4.5 A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) não será considerada fração para pontuação de tempo de serviço ou curso;
- b) para cada mês de tempo de serviço no magistério computar-se-á 01(um) ponto;
- c) para cada 20 (vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área que pretende atuar computar-se-á 01 (um) ponto.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Para os classificados:

- a) Maior número de dependentes.
- b) Maior idade.

6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Educação no dia 08 de novembro de 2016, a partir das 9h00min.

7. DAS VAGAS EM GERAL

7.1 Os candidatos não habilitados serão chamados após o término da classificação dos habilitados;

7.2 Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

7.3 Ao candidato que se inscrever em mais de uma área, após assumir uma das vagas com 10, 20 ou 30 horas semanais, poderá assumir outra vaga de sua classificação, desde que haja compatibilidade de cargo, carga horária, regime de trabalho e turno de funcionamento das escolas.

7.4 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não havendo candidato classificado no processo seletivo a admissão ocorrerá por novo edital publicado pela Secretaria de Educação.

7.5 O candidato graduando (estudante) ao desistir da frequência na graduação terá o seu contrato interrompido e perderá todos os direitos sobre a vaga, podendo, contudo ter o contrato mantido de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

7.6 Os candidatos que participarem e forem classificados do processo seletivo na disciplina que não houver momentaneamente disponibilidade de vagas, aguardarão a consequente abertura das vagas, e o respectivo chamamento na época própria.

8 – CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

8.1 No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

a)	Foto 3x4 (uma);
b)	Cédula de identidade (RG);
c)	CPF e certidão de regularização do CPF;
d)	Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE);
e)	Comprovante de quitação com as obrigações militares;
f)	Carteira de Trabalho e nº do PIS;
g)	Número do PIS / PASEP;
h)	Certidão de nascimento ou casamento;
i)	Comprovante de residência;
j)	Certidão de nascimento dos filhos;
k)	Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
l)	Declaração de IRRF (imposto de renda);
m)	Declaração de bens (fornecido pelo RH);
n)	Declaração de dependentes;
o)	Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (fornecido pelo RH);
p)	Declaração de dependentes para imposto de renda (fornecido pelo RH);
q)	Certidão negativa de antecedentes criminais federal e municipal, atual (original);
r)	Tipagem sanguínea;
s)	Laudo Médico;
t)	Comprovante de escolaridade (Diploma, certificado e histórico escolar, declaração de estudante ou histórico de ensino médio);
u)	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1 – A ficha de inscrição para preenchimento, ficará disponível na Secretaria Municipal de Educação, na Rua 1590, 430, Centro, em Itapoá e no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá (<http://www.itapoa.sc.gov.br>).

9.2 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do

processo seletivo.

9.3 – O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pela mesma.

9.4 – O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

9.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 04 de novembro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO Edital 38/ACTs – 2016

PROTOCOLO N.º _____/2016

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Email: _____

Formação Profissional: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Telefone residencial: _____ Celular: _____

Área de Inscrição: _____

Nº	Documentos Apresentados:	Assinalar com x
1	Cédula de identidade e CPF;	
2	Diploma e histórico do Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído o curso superior na área a mais de 180 (cento e oitenta) dias;	
3	Histórico Escolar e Certidão de Conclusão de Curso de Formação, para os habilitados que tenham concluído curso na área até 180 (cento e oitenta) dias;	
4	Para não habilitados, declaração da instituição de ensino em que conste a área ou disciplina e ano, semestre ou período, que esteja cursando, emitida com no máximo 30 dias de antecedência da data de inscrição (original).	
5	Curriculum Vitae	
6	Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização	
7	Atestado de Tempo de Serviço na área de atuação	
8	Certidão de nascimento de filhos (para desempate).	

_____/_____/_____/06/2016

(Assinatura do candidato)

COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO:

Edital nº 38 - Protocolo nº _____2016

Nome: _____

Área de Inscrição: _____

_____/_____/_____/ /2016

(Assinatura SME)

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 598, de 03 de novembro de 2016

DECRETO Nº 598, de 03 de novembro de 2016.

"Declara Deserta a Licitação nº 67, de 04 de outubro de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2016".

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresa para fornecimento de material para construção de Banheiro e Trocador Infantil no CEI- Matilde Sens do Município de Ituporanga;

Considerando que não houve nenhum interessado em participar do certame, verificou-se que o mesmo estaria inabilitado, restando o processo licitatório deserto na forma da Lei de Licitações;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

DECRETA:

Art. 1º- DESERTA a Licitação nº 67, de 04 de outubro de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2016, da contratação de empresa para fornecimento de material para construção de Banheiro e Trocador Infantil no CEI- Matilde Sens do Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 03 de novembro de 2016.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

DECRETO Nº 599, de 03 de novembro de 2016

DECRETO Nº 599, de 03 de novembro de 2016

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da

Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.669, de 03 de novembro de 2016, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (Lei nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, Lei nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 132.972,91 (cento e trinta e dois mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos), na dotação orçamentária conforme ANEXO I e ANEXO II desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de outras dotações orçamentárias, conforme Anexo I desta Lei, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, ANEXO III da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, 03 de novembro de 2016

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em Município de Ituporanga

LEI Nº 2.668, de 03 de novembro de 2016

LEI Nº 2.668, de 03 de novembro de 2016

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 88, inciso II da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2017, compreendendo:

I – as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração Municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a organização e estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas

alterações;
V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, 2018 e 2019 estão identificados nos demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº. 403, de 28 de junho de 2016 - STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as entidades da Administração Direta, Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL TECNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº. 403, de 28 de junho de 2016 - STN, 7ª edição válida a partir do ano de 2017.

Art. 5º - Os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais referidos no art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes demonstrativos:

ANEXO DE METAS FISCAIS E ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; e
- Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64

- Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- Anexo 2 – Receita por Categoria Econômica;
- Anexo 2 – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
- Anexo 5 – Funções e Subfunções de Governo;
- Anexo 6 – Programa de Trabalho de Governo;
- Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo por Funções, Subfunções e Programas;

- Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções;
- Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- Demonstrativo da Evolução da Receita; e
- Demonstrativo da Evolução da Despesa.

ANEXOS GERENCIAIS

- Relatório de Receitas; e
- Relatório de Despesas.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 6º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundos, que recebam recursos do Tesouro Nacional e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional estabelecida em cada entidade da Administração Municipal.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por programa, atividade, projeto ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar juntados aos anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 9º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos

financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº. 42/1999.

§ 3º - A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964.

Art. 10 - Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º - Não caracteriza infringência ao disposto no caput, bem como à vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 11 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei nº. 4.320/64.

Art. 12 - A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os anexos exigidos na legislação pertinente.

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 144-A, inciso III da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei nº. 4.320/1964, e será composto de:

I – texto da Lei; e

II – consolidação dos quadros orçamentários.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF). Ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LC nº. 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação para conhecimento dos recursos consignados no orçamento.

§ 2º - A Câmara Municipal organizará audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 15 - Os Fundos e Fundações Municipais terão suas receitas específicas no orçamento da receita da unidade gestora central ou nas respectivas unidades, e estas por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos.

§1º Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a seu Servidor.

Art. 16 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 17 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 18 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis, obras, serviços Públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de

terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 19 - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2014 (art. 4º, § 2º da LRF). A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo de que trata o art. 5º, VIII dessa Lei, observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na LC nº 101/2000.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venha caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Art. 20 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 21 - O Orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência no percentual de 1% (um por cento) da receita estimada (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 22 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 23 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as unidades gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 24 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou

garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter cultural, assistência social, saúde e educação e voltadas para o fortalecimento do associativismo Municipal e dependerá de autorização em Lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 26 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº. 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Art. 27 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2017; ou

III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2017.

Art. 28 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 29 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº. 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III – voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº. 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no Plano Plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII – constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder

público como catadores de materiais recicláveis; e

VIII – voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações

de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo Único - No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação. Art. 30 - A Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 25, 26, 27, 28 e 29 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº. 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no convênio ou instrumento congênere;

III – inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;

IV – comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, inclusive com inscrição no CNPJ, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida no exercício de 2017 pelo conselho municipal respectivo;

V – manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica do Município sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VI – prova, pela entidade beneficiada, da manutenção de escrituração contábil regular; e

VII – apresentação, pela entidade, de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos municipais e os administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, bem como certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Art. 31 - As determinações contidas nesta seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art. 32 - A destinação de recursos de que tratam os artigos 25, 26, 27, 28 e 29 não será permitida nos casos em que o servidor público municipal, ou agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante do quadro dirigente da entidade, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 33 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 25, 26, 27, 28 e 29, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 34 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da LC nº. 101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei nº. 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º - O No caso das transferências de que trata o “caput” deste artigo, a execução da despesa deverá ser na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos”

e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 35 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 36 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I, do art. 24, para obras e serviços de engenharia e no item II, para compras e serviço, da Lei nº. 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 37 - As obras em andamento e a conservação do Patrimônio Público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 38 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 39 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 40 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 41 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 42 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 43 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e

avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 44 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento a despesas de capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 45 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 46 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso Público ou caráter temporário na forma de Lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2017.

Art. 48 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2017, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício de 2016, acrescida de 10%, obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 49 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse Público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 50 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 51 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos

de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52 - O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 53 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 54 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

Art. 55 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração da alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondem à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 56 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2017, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 58 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 59 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 61 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, 03 de novembro de 2016

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em Município de Ituporanga

LEI Nº 2.669, de 03 de novembro de 2016

LEI Nº 2.669, de 03 de novembro de 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (Lei nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, Lei nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 132.972,91 (cento e trinta e dois mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos), na dotação orçamentária conforme ANEXO I e ANEXO II desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar ficarão por conta da anulação parcial de outras dotações orçamentárias, conforme Anexo I desta Lei, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, ANEXO III da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, 03 de novembro de 2016

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em Município de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ORDEM DE REINÍCIO DE OBRA

ORDEM DE REINÍCIO DE OBRA

Determinamos por meio desta, a empresa JMS SERVIÇOS DE TRÂNSITO EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antonio João da Silva, 280, no Bairro Santa Catarina, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº07.578.279/0001-34, o reinício dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de Sinalizações semaforicas, semi-pórticos piscantes e fornecimento de materiais para manutenção, em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 111/2015, e formalizada pelo Contrato nº 469/2015, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2016.

ANA MARIA BADURA

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

JMS SERVIÇOS DE TRÂNSITO EIRELLI

CNPJ/MF 07.578.279/0001-34

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos; - REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

DECRETO Nº 11.095/2016

D E C R E T O Nº 11.095/2016

Designa Membro para Compor a COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO, Instituída pelo Decreto Municipal Nº 11.079/2016, de 24 de Outubro de 2016.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º Fica designada, nesta data, ARIANE CRISTINE CORRÊA, Diretora Administrativa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (SAMAE), para compor, na qualidade de representante do atual Governo, a COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO, instituída pelo Decreto Municipal Nº 11.079/2016, de 24/10/2016.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2016.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
03	250	Caixas	AGULHA DESCARTÁVEL 25X6 - CÓDIGO 9197 Caixa c/100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	6,69

06	300	Caixas	<p>AGULHA 40X12 DESCARTÁVEL – CÓDIGO 9198</p> <p>Caixa c/ 100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada ,haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	7,80
12	2.000	Pcts	<p>ATADURA CREPOM 12CM – CÓDIGO 9359</p> <p>Atadura de Crepom 12cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 26g aproximadamente por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de aproximadamente 312g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso.</p> <p>O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056, sob pena de desclassificação.</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	7,15
14	1.500	Pcts	<p>ATADURA CREPOM 20CM – CÓDIGO 9363</p> <p>Atadura de Crepom 20cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 42,8g aproximadamente por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de aproximadamente 513,6g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso.</p> <p>O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056.</p> <p>Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	12,85
17	80.000	Pcts	<p>COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL – CÓDIGO 9370</p> <p>Compressa de Gaze Hidrofila; Em Algodão Puro e Branco; Sem Falhas Ou Fiapos Soltos Com 11 Fios Por Cm Quadrado; Dobras Uniformes e Perfeitas Variando de 08 Dobras; Medindo 7,5 Cm x 7,5 Cm; Com Formato Quadrado; Esteril; Embalado Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Asseptica, Pacote Com 05 Unidades; o Produto Devera Ser Entregue Com Laudo Analítico Laudo Anal.laborat. de Cumprimento Da NBR13843;</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	0,28
24	650	Rolos	<p>ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL – CÓDIGO 9366</p> <p>Esparadrapo Impermeável 10cm x 4,5m - Medindo 10cm de largura por 4,5m de comprimento, cor branca, confeccionado com tecido 100% algodão com tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas que possui excelente adesividade, inclusive sobre sua própria superfície. Isenta de sujidades, enrolado em carretel individual de plástico e com capa, Apresentar bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado em ambos os sentidos, sem a necessidade de instrumentos de corte.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	5,10
117	25	Caixas	<p>BIOPSY PUNCH 2MM – CÓDIGO 9327</p> <p>Punch dermatológico; em cabo plástico resistente e lâmina em aço inox; de forma cilíndrica, contendo lâmina circular com orifício em região central; para facilidade de biopsia de pele; medindo 2mm. Embalado em caixas contendo 05 unidades</p>	66,00
118	25	Caixas	<p>BIOPSY PUNCH 4MM – CÓDIGO 9323</p> <p>Punch dermatológico; em cabo plástico resistente e lâmina em aço inox; de forma cilíndrica, contendo lâmina circular com orifício em região central; para facilidade de biopsia de pele; medindo 4mm. Embalado em caixas contendo 05 unidades</p>	66,00
119	25	Caixas	<p>BIOPSY PUNCH 6MM – CÓDIGO 9324</p> <p>Punch dermatológico; em cabo plástico resistente e lâmina em aço inox; de forma cilíndrica, contendo lâmina circular com orifício em região central; para facilidade de biopsia de pele; medindo 6mm. Embalado em caixas contendo 05 unidades</p>	66,00
143	10	Caixas	<p>BIOPSY PUNCH 8MM - CÓDIGO 9326</p> <p>Punch Dermatológico Descartável</p> <p>Descrição: Lâmina estéril em Aço Inoxidável, 8mm de diâmetro. Ideal para biópsias e exérese de pequenas lesões de pele. Base anatômica com ranhuras para conforto e controle no procedimento.</p>	71,00

153	500	Pacotes	SACO LIXO LEITOSO - CÓDIGO 9436 Saco de Lixo Branco Leitoso c/ 100un – Infectantes – Saco para coleta de lixo hospitalar; confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), sem emendas laterais; 63cm largura (com sanfona de 9cm) x profundidade de 65cm x espessura de no mínimo 0,04 mm(micras); branco leitoso; com identificação de resíduo infectante; com capacidade de 40 litros e aproximadamente 12 kg; acondicionados em pacotes com 100 unidades com lacre para melhor fechamento do invólucro; o material deverá estar em conformidade com NBR 9191 e NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e atender a legislação atual vigente. A solda de fundo deverá ser contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.	20,23
160	150.000	Unid.	SACO DE PAPEL KRAFT 3KG – CÓDIGO 20421 Saco de papel; tipo kraft,safonado; com capacidade de 3 kg; na cor parda. Destinado para embalagem de medicamento sem nenhuma inscrição.	0,06
161	150.000	Unid.	SACO DE PAPEL KRAFT 1KG – CÓDIGO 20422 Saco de papel; tipo kraft,safonado; com capacidade de 1 kg; na cor parda. Destinado para embalagem de medicamento sem nenhuma inscrição	0,04

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Eder Jacobo.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
08	50	Caixas	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA – CÓDIGO 8847 As agulhas deverão vir embaladas individualmente, informando na embalagem a data de fabricação e validade, e acondicionadas em caixas com 100 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	28,87
30	4.500	Unid	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL – CÓDIGO 13053 Frasco de 300ml – não estéril	0,80
81	15.000	Unid	SERINGA 3ML C/ AGULHA - CÓDIGO 9408 seringa de segurança; polipropileno; mecânica na sua utilização; corpo com milimetrada; de borracha atóxica c/haste quebrável e removível; dispositivo de segurança da agulha após o uso com proteção; luer lock; oxido de etileno; siliconizada na parte interna; 3 ml; dispositivo para encapsular a agulha; papel grau cirurgico; previne o reuso. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,35
82	11.000	Unid	SERINGA 5ML C/ AGULHA – CÓDIGO 9411 Seringa de segurança; polipropileno; mecanica na sua utilização; corpo com milimetrada; de borracha atóxica c/haste quebrável e removível; dispositivo de segurança da agulha após o uso com proteção; luer lock; oxido de etileno; siliconizada na parte interna; 3 ml; dispositivo para encapsular a agulha; papel grau cirurgico; previne o reuso. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,41

83	12.000	Unid	SERINGA 10ML S/AGULHA – CÓDIGO 14898 Seringa descartável; em plástico, atóxico, apirogenico polipropileno, atóxica, apirogenica; apresentando rigidez e resistência; corpo com graduação milimetrada; embolo com borracha na ponta; bico slip (sem rosca); esterilizado em raios gama ou oxido de etileno; siliconizada; com capacidade de 10ml; sem agulha, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asseptica; o produto deverá ser entregue conforme normas da nbr iso 7886 e legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,28
84	15.000	Unid	SERINGA 20ML S/AGULHA GRADUADA – CÓDIGO 11429 Seringa descartável; em plástico, atóxico, apirogenico integro, transparente, sem agulha; apresentando rigidez e resistência mecânica na sua utilização; corpo com graduação a cada 1ml, com marcações numéricas a cada 5ml, serigrafia resistente, nítida e indelével; embolo com anel de vedação de borracha na ponta; bico Slip (sem rosca); estéril; silico-nizada com deslizamento suave e uniforme, anel de retenção no cilindro; com capacidade de 20ml; embalado individualmente em material que promova barreira microbiana de abertura e transferência asséptica; o produto deverá ser entregue conforme as normas da nbr iso 7886 e atender a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,45
85	2.000	Unid	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06 – CÓDIGO 13052 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,48
86	4.000	Unid	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08 – CÓDIGO 15198 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,51
87	3.500	Unid	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10 – CÓDIGO 16382 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,51
88	10.000	Unid	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12 – CÓDIGO 15197 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,54
89	10.000	Unid	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 – CÓDIGO 20704 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,58
90	400	Unid	SONDA URETRAL Nº 04 – CÓDIGO 12170 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,46
91	1.500	Unid	SONDA URETRAL Nº 06 – CÓDIGO 16381 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,48
92	16.000	Unid	SONDA URETRAL Nº 08 – CÓDIGO 9415 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,51
93	18.000	Unid	SONDA URETRAL Nº 10 – CÓDIGO 9414 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,51
94	24.000	Unid	SONDA URETRAL Nº 12 – CÓDIGO 13412 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,54
95	16.000	Unid	SONDA URETRAL Nº 14 - - CÓDIGO 8254 Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,59
97	50	Unid	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL – CÓDIGO 9420 Termômetro; com visor de cristal liquido, termômetro digital, clinico, range de medição de 32 a 42 graus celsius; em material a prova de água, com sinais sonoros diferenciados e função auto desligamento; graduada em graus celsius, resolução de temperatura: 0,1 graus celsius, precisão: +/-0,1 graus celsius; embalagem em material apropriado que garanta a integridade do produto; rotulagem de acordo com legislação vigente.	11,10
121	30	Unid.	SONDA FOLEY 14 – CÓDIGO 32426 Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 2 vias. Descrição: 100% silicone bio-compatível grau farma; 2 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 14. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,10

122	80	Unid.	<p>SONDA FOLEY 16 – CÓDIGO 19036 Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 2 vias. Descrição: 100% silicone bio-compatível grau farma; 2 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 16 Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	3,10
123	80	Unid.	<p>SONDA FOLEY 18 – CÓDIGO 19352 Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 2 vias. Descrição: 100% silicone bio-compatível grau farma; 2 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 18 Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	3,10
128	250	Unid.	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 16 – CÓDIGO 28494 Cateter intravenoso periférico 16G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,34
131	200	Unid.	<p>ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 22 – CÓDIGO 18452 Cateter intravenoso periférico 22G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,99
156	400	Rolos	<p>BOBINA P/ SELADORA 15 X 100 - 18585 Bobina papel grau cirúrgico 15cm x 100m; bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Poliéster/Polipropileno); Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno; Ser permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos; Ter alta transparência do filme azul permitindo a visualização do material embalado; Possuir selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado; Ser dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização; Possuir indicador de sentido correto de abertura na embalagem; Não permitir migração de tinta ao conteúdo a ser esterilizado; Apresentação em bobinas com 100 metros de comprimento; Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	49,19
157	400	Rolos	<p>BOBINA P/ SELADORA 10 X 100 – CÓDIGO 16293 Bobina papel grau cirúrgico 10cm x 100m; bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Poliéster/Polipropileno); Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno; Ser permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos; Ter alta transparência do filme azul permitindo a visualização do material embalado; Possuir selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado; Ser dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização; Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem; Não permitir migração de tinta ao conteúdo a ser esterilizado; Apresentação em bobinas com 100 metros de comprimento; Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	36,86

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia

seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Rodrigo Truffa da Costa.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BIOTEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
11	1.500	Pcts	ATADURA CREPOM 6CM – CÓDIGO 9362 Atadura de Crepom 6cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 13,3g aproximadamente por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de aproximadamente 159,6g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	4,25
13	1.800	Pcts	ATADURA CREPOM 15CM – CÓDIGO 9360 Atadura de Crepom 15cm X 1,80m 13 fios – Comprimento de 1,80m em REPOUSO, com densidade 13 fios/cm², com peso de 32,7g aproximadamente por unidade, pacote com 12 unidades, peso total de aproximadamente 392,4g, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou mista, fios retorcidos no urdume em combinação de alta torções em "Z" e "S", possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas (de forma cilíndrica), aparência uniforme, bordas/ourelas com meio-giro devidamente acabadas, isentas de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.056. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	12,30
16	720.000	Pcts	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL – CÓDIGO 9370 Compressa de Gaze Hidrofílica; Em Algodão Puro e Branco; Sem Falhas Ou Fiapos Soltos Com 11 Fios Por Cm Quadrado; Dobras Uniformes e Perfeitas Variando de 08 Dobras; Medindo 7,5 Cm x 7,5 Cm; Com Formato Quadrado; Esteril; Embalado Material Que Promova Barreira Microbiana e Abertura Aséptica, Pacote Com 05 Unidades; o Produto Devera Ser Entregue Com Laudo Analítico Laudo Anal.laborat. de Cumprimento Da NBR13843; Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,27
18	250	Pcts	COMPRESSA DE GASE 10X10 – CÓDIGO 19356 Compressa de gaze hidrófila não estéril medindo 10x10cm fechada e 20x40cm quando aberta, densidade de 13 fios por cm², com peso de 2g por unidade, confeccionadas em fios 100% algodão branco em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Possuir dobras uniformes e para dentro de toda a sua extensão para evitar o desfiamento. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	41,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alexandre Duarte.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FORMED BR – MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. E EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
49	1260	mts	MALHA TUBULAR ELÁSTICA P/ DEDOS TAM. 0,5 - CÓDIGO 34376 Bandagem tubular elástica para fixação de curativos, confeccionada em fios de algodão/ poliéster, látex ou elastodieno e poliamida de cor branca possuindo um ligamento exclusivo com nós nas extremidades evitando desfiamento, com tarja colorida para identificação dos diferentes calibres. Acondicionada em caixas com no mínimo 7 metros em repouso, tipo surgifix/ ou poolfix, calibre 0,5 sem tarja. Deverá estar de acordo com o código de defesa do consumidor. Código siafísico: 95993-6.	5,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Nelci Dantas Reis.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
151	400	Frascos	POVIDINI DEGERMENTE - CÓDIGO 9740 Polivinil pirrolidona iodo; concentração/dosagem a 10%, com 1% de iodo ativo; forma de apresentação em frasco tipo almotolia, descartável, em frasco-opaco, capacidade 100 ml; forma farmacêutica solução degermante; indicação de uso: degermante, antisséptico. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,90

152	400	Frascos	POVIDINI TÓPICO - CÓDIGO 9739 Produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução aquosa, contendo 1% de iodo ativo, complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente; forma de apresentação em frasco tipo almotolia, descartável, em frasco-opaco, capacidade 100 ml; forma farmacêutica solução tópica; indicação de uso: solução aquosa; antisséptico. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,80
196	3.600	Frascos	OLEO CICATRIZANTE - CÓDIGO 11860 Oleo Cicatrizante – c/ 100ml – Loção oleosa para o corpo, possuir formulação umectante, prevenindo o ressecamento da pele. Composto por óleo de girassol; rico em ácidos graxos essenciais (A.G.E); leticina de soja; triglicerídeos dos Ácidos Cáprico e Caprílico; enriquecida em palmitato de retinol (Vitamina A) e acetato de tocoferol (Vitamina E); antioxidante; forma de apresentação em frasco tipo almotolia com tampa e lacre de 100ml; para hidratação e tratamento da pele; podendo ser utilizado no leito da ferida; via topica. Embalagem apresentando identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no M.S. Prazo de validade mínimo de 12 meses após entrega no almoxarifado da SMS.	4,68
197	400	Frascos	OLEO CICATRIZANTE - CÓDIGO 11860 Oleo Cicatrizante – c/ 100ml – Loção oleosa para o corpo, possuir formulação umectante, prevenindo o ressecamento da pele. Composto por óleo de girassol; rico em ácidos graxos essenciais (A.G.E); leticina de soja; triglicerídeos dos Ácidos Cáprico e Caprílico; enriquecida em palmitato de retinol (Vitamina A) e acetato de tocoferol (Vitamina E); antioxidante; forma de apresentação em frasco tipo almotolia com tampa e lacre de 100ml; para hidratação e tratamento da pele; podendo ser utilizado no leito da ferida; via topica. Embalagem apresentando identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no M.S. Prazo de validade mínimo de 12 meses após entrega no almoxarifado da SMS.	4,68

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Sabrina Terezinha Nunes.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 289/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 350/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 289/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 350/2014

PROCESSO: Inexigibilidade 55/2014-FMS ao CREDENCIAMENTO 23/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LABORATÓRIO JARAGUAENSE DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP.

OBJETO: É objeto do presente Termo de Credenciamento, a prestação de serviços técnicos laboratoriais visando a realização de todo o rol de ambas as Tabelas de exames de análises clínicas contido no Anexo VIII, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 023/2014.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 13.1 da cláusula décima terceira do Termo de Credenciamento original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 25/08/2016 com término em 24/08/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios	13.000,00

10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	MAC	410.715,00
--------------------------	--	-----------------------------	----	-----	------------

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Marlo Sousa Júnior.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

ISSEM - CONTRATO 272 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 68-2016 - SAÚDE POPULAR

CONTRATO Nº 272/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 68/2016, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Excluir o procedimento “Holter de 24 horas – 2 ou mais canais – analógico”, constante na tabela do item 1.3, do referido contrato.
- 2) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:
- 3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 4) Este aditivo passa tem vigência a partir de 21/10/2016.
- 5) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Aline Mainardi Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
---	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 274 - SEDE ISSEM - 13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108-2014 - NAKAZIMA

CONTRATO Nº 274/2016

13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014

CONCORRÊNCIA Nº 15/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 108/2014, da Concorrência no 15/2013, de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, COM ÁREA TOTAL DE 2.328,44 M², SITUADA NA RUA MAX WILHELM, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA, que mantém entre si, a empresa NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Alterar o item 6.1. do contrato, alterando o valor do contrato pelos serviços (mão de obra) para o valor de R\$ 1.168.149,26 (um milhão cento e sessenta e oito mil cento e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) e o fornecimento de materiais para o valor de R\$ 2.788.075,02 (dois milhões setecentos e oitenta e oito mil e setenta e sete reais e dois centavos), totalizando o valor de R\$ 3.956.224,28

(três milhões novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), considerando os acréscimos de itens na planilha orçamentária da obra, conforme segue:

a) Acréscimos:

2) Dotação Orçamentária:

Entidade	Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa
ISSEM	36.01.08.122.1.350.5.300	Implantação da sede do Issem	4.4.90 – Aplicações Diretas

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:
Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente do ISSEM	Carlos Koyti Nakazima Nakazima Engenharia Ltda
--	---

TESTEMUNHAS:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

ISSEM - CONTRATO 275 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 266-2015 - CLÍNICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 266/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Manoel Thomaz Silveira Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
---	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

**ISSEM - CONTRATO 276 - CREDENCIAMENTO - 1º
ADITIVO AO CONTRATO 271-2015 - DEMARCHI
CLÍNICA DE FISIOT. SS LTDA**

CONTRATO Nº 276/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 271/2015, para o fornecimento de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/11/2016.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Jaslyn Marcelly Demarchi Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 277 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 270-2015 - FARMÁCIA EWALD LTDA

CONTRATO Nº 277/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 270/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 270/2015, para o fornecimento de medicamentos, que mantém entre si, a credenciada FARMÁCIA EWALD LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/11/2016.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Marli Ewald Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 278 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 272-2015 - CLINICANFIELD SS

CONTRATO Nº 278/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 272/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLINICANFIELD SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 17/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Guilherme Canfield Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 279 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 273-2015 - LAB. DE ANAT. PAT. DR HUGO DE CARVALHO

CONTRATO Nº 279/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 273/2015, para o fornecimento de exames de anatomia patológica e citopatológica, que mantém entre si, a credenciada LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DR. HUGO DE CARVALHO SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 17/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Hugo de Carvalho Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Gilséia Kassner Leoni
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Roberto Luiz Correia Zimath
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 280 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 265-2015 - CLÍNICA MÉDICA ENDO GASTRO SS

CONTRATO Nº 280/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 265/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 265/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MÉDICA ENDO-GASTRO SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Alterar o item 1.3 que passa a ter a seguinte redação:

“1.3. A CREDENCIADA proporcionará também os seguintes serviços médicos:”

2) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/11/2016.

3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente
CONTRATANTE

Luiz Carlos Bianchi
Sócio Administrador
CONTRATADA

Gilséia Kassner Leoni
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Roberto Luiz Correia Zimath
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ISSEM - CONTRATO 282 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 275-2015 - H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA LTDA

CONTRATO Nº 282/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 275/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 275/2015, para o fornecimento de exames de anatomia patológica e citopatológica, que mantém entre si, a credenciada H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 17/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Marcos Fernando Ferreira Subtil Sócio Administrador CONTRATADA
Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890	Paulo Roberto Schroeder Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 273 - CREDENCIAMENTO - LAB. JARAGUAENSE

EXTRATO - CONTRATO Nº 273/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: LABORATÓRIO JARAGUAENSE DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA (CNPJ nº 83.489.070/0001-82).

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS PSICOLÓGICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01/11/2016.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Marlo Sousa Junior.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente

ISSEM- CONTRATO 281 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 274-2015 - CITOPREVE CONSULT. EM PATOLOGIA LTDA

CONTRATO Nº 281/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 274/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 274/2015, para o fornecimento de exames de anatomia patológica e citopatológica, que mantém entre si, a credenciada CITOPREVE CONSULTORIA EM PATOLOGIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 17/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Antônio Carlos Scaramello Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

PORTARIA Nº 927/2016

PORTARIANº 927/2016

Suspende o Servidor EDERSON ALVES PEREIRA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM, combinado com o disposto no artigo 181, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2015, instaurado pela Portaria Nº 1119/2015, de 09/09/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 474/2016/4ª CPAD, de 27/10/2016, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º SUSPENDER, a partir de 21/11/2016, o servidor público municipal EDERSON ALVES PEREIRA, matrícula 10252-0, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 184, c/c 240, em razão das violações ao artigo 173, incisos I, IV, V, VI e XV, e ao artigo 174, incisos XII e XV, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 928/2016

PORTARIANº 928/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1353/2016/Cogem, de 27/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/10/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa Nº 013/2016, instaurada pela Portaria Nº 615/2016, de 14/07/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 929/2016

PORTARIANº 929/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 903/2016/Fujama, de 31/10/2016, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/11/2016, a Portaria Nº 784/2016, de 16/09/2016, que designou CÉSAR HUMBERTO ROCHA para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 930/2016

PORTARIANº 930/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015, e do parágrafo único, do artigo 37, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 878/2016/Semed, de 21/10/2016, da Secretaria Municipal da Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2016, a servidora pública municipal SANDRA LEITHOLD, matrícula 10332, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 931/2016

PORTARIANº 931/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015, e do parágrafo único, do artigo 37, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 026/2016/Semsa, de 21/10/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2016, a servidora pública municipal RITA FRANCIELI DE SOUZA MILESKI PINTO, matrícula 9429, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 932/2016

PORTARIANº 932/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 1326/2015, de 06/11/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 208/2016/Sema/GAS, de 27/10/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 31/10/2016 a 31/10/2017, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal IRENE HECK LOPES BUENO, matrícula 7987, ocupante do cargo efetivo de RECREADORA, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 31/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 933/2016

PORTARIANº 933/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/11/2016, GRACIOSA OTÍLIA FOCK do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 464/2016, de 09/06/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 934/2016

PORTARIANº 934/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/11/2016, GRACIOSA OTÍLIA FOCK para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (Semed), da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 935/2016

PORTARIANº 935/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 007/2016, instaurado pela Portaria Nº 616/2016, de 14/07/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 476/2016/1ªCPAD, de 31/10/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR PRESCRITA, no Processo Administrativo Disciplinar Nº 007/2016, instaurado pela Portaria Nº 616/2016, de 14/07/2016, em desfavor do servidor público municipal MAURO YARED, matrícula 7986-3, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a suposta violação ao artigo 173, inciso VI, com fundamento no artigo 202, inciso III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Jaraguá do Sul
Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016**

O Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 10.282/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº86/2016 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de móveis sob medida para o Centro de Convivência Arnaldo Leonardo Schmitt, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I. do edital nº 86/2016-FMAS, obteve o seguinte resultado:

	QTD	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Unit R\$	Total R\$	MARCA/MODELO
LOTE 01	01	BALCÃO PARA COZINHA EM FORMATO L MEDIDO 336CM X 385CM X 90CM (Altura) 62CM (Profundidade) - PARA POSTERIOR COLOCAÇÃO DE TAMPO E SÓCULOS EM GRANITO) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do balcão e gavetas em eucatex 03mm. Portas: 13 portas em MDF 15mm Branco TX. Gavetas: 06 gavetas Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola. Corrediças: Telescópicas.	R\$ 3.867,00	R\$ 3.867,00	MMOBILE/ MBC-L
	01	ARMÁRIO AÉREO COM PORTAS MEDINDO 310CM X 60CM (Altura) X 35CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm Portas: 06 portas em MDF 15mm Branco TX. Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola.	R\$ 1.067,00	R\$ 1.067,00	MMOBILE- MAA-6
	01	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS MEDINDO 352,5CM X 165CM (Altura) X 45CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm. Portas: 06 portas em MDF 15mm Branco TX. Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola	R\$ 2.887,00	R\$ 2.887,00	MMOBILE- MAAL-6
	01	BALCÃO ILHA VAZADO COM PRATELEIRAS MEDIDO 230CM X 155CM X 90CM (Altura) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm	R\$ 905,00	R\$ 905,00	MMOBILE MBI-V
	01	BANCADA PARA COMPUTADOR MEDINDO 123CM X 55CM (Profundidade) X 78CM (Altura) + CARRINHO MÓVEL PARA GABINETE DE COMPUTADOR MEDINDO 25CM (Largura) X 45CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundo: Fundo da gaveta em eucatex 03mm. Corrediças: Telescópicas. Puxadores: Alumínio Perfil Gola Rodízios: Silicone com freio	R\$ 354,00	R\$ 354,00	MMOBILE MBC-C
	01	BANCADA PARA COZINHA em granito Verde Pérola em formato L medindo 336cm x 385cm com acabamento duplo 4 cm, com roda tampo de 10cm de altura e sóculos de 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	MMOBILE MBC-V

Pregão 86/2016

- 1 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Jaraguá do Sul
Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente

	01	BANCADA PARA ILHA em granito Verde Pérola medindo 150cm x 230cm com acabamento simples, sóculos de 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 1.269,00	R\$ 1.269,00	MMOBILE – MBI-V
	01	SÓCULOS EM GRANITO Verde Pérola para armário alto medido 351cm x 45cm com 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	MMOBILE – MSG-V
	03	Cuba para cozinha medindo (CxLxP) 560x340x170mm em inox AISI 304 com 0,6mm de espessura. Acabamento Alto Brilho. Furo para válvula de 4 1/2" (Inclusa). Fabricada no sistema monobloco (Sem solda), com bordas lisas, instalação apenas para embutir	R\$ 230,00	R\$ 690,00	MMOBILE-MCCI
Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP				Valor Total: R\$ 15.139,00	

LOTE 02	01	Tanque para lavar roupas em aço Inox 55x45x23cm, alto brilho, AISI 304 com 0,8 mm de espessura. Fabricado no sistema monobloco (sem solda), com borda de sobrepor/embutir e esfregador inclinado. Acompanha válvula 3"	430,00	430,00	PROINOX/TQ36L
Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP					

LOTE 03	01	Dosador de sabão/detergente em INOX alto brilho. Recipiente com capacidade para 500 ml em plástico. Medidas do furo para encaixar o dosador: Ø 30 mm.	220,00	220,00	HIDRONOX/DSPLUS 500
Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP					

Jaraguá do Sul, SC, 01 de novembro de 2016.

Edson Willian Piotto
Pregoeiro – Decreto 10.282/2016

SAMAE - AVISO DE SORTEIO PÚBLICO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA CONCORRÊNCIA Nº 172/2016

AVISO DE SORTEIO PÚBLICO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA CONCORRÊNCIA Nº 172/2016

O Samae de Jaraguá do Sul, torna público aos interessados, que realizará sessão pública destinada ao sorteio dos profissionais que comporão a subcomissão técnica julgadora das propostas técnicas da concorrência em epígrafe.

A sessão pública ocorrerá no dia 21 de novembro de 2016, às 09 hs, no auditórios do SAMAE, local e ocasião em que serão sorteados, dentre os profissionais abaixo, os 03 (três) componentes da subcomissão.

PROFISSIONAIS DO CORPO FUNCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO (1 VAGA):

ALESSANDRA STINGHEN - Bacharel em Administração com Habilitação em Marketing

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR - Bacharel em Comunicação Social (Relações Públicas) – UNC – Mafra

AUREA JOELMA ARENDARTCHUK - Jornalista

PROFISSIONAIS SEM VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL COM A ADMINISTRAÇÃO (2 VAGAS):

ANA LUISA KRÜGER - Tecnóloga em Marketing

JAILSON ANGELI - Bacharel em Comunicação Social Jornalismo – SOCIESC - Blumenau

LEONARDO LUIS BEHLING - Bacharel em Comunicação Social – Universidade do Vale do Itajaí/SC - UNIVALI

MARCELO WAGNER - Bacharel em Comunicação Social – PUC – PR Curitiba (PR)

MAX SANDRO MACIEL PIRES - Bacharel Marketing – Anhanguera – Jaraguá do Sul/SC

PATRÍCIA PAULA MORAES - Jornalista

Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar os profissionais integrantes da relação ora exposta, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 172/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 172/2016

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 07/11/2016, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até 22/12/2016 às 14 horas

DATA DA ABERTURA: 22/12/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 174/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 174/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS, PAVER, PEDRA MIRACEMA, TIJOLO DE CONCRETO E MEIO FIO DE CONCRETO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 07/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 21/11/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC. Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 175/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 175/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO, CIMENTO, ARGAMASSA, CAL E ALVENARITE.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 07/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 21/11/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC. Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMASCRI - PORTARIA Nº 24/2016

PORTARIA Nº 24/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 09 de novembro de 2016, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, MARIA CRISTINA MABA JANUÁRIO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Cuidadora Social junto a sede do Abrigo Provisório para Crianças e Adolescentes.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 048/2014 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Secretário Municipal da Assistência Social,
Criança e Adolescente

SEMASCRI - PORTARIA Nº 25/2016

PORTARIA Nº 25/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 028/2013/SEMASCRI/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 09 de novembro de 2016, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JAIR BUENO DE OLIVEIRA, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Cuidador Social junto a sede da Casa de Passagem.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 047/2014 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2016.

Jean Carlo Leutprecht

Secretário Municipal da Assistência Social,

Criança e Adolescente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão Nº86/2016, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.282/2016, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas.

	QTD	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	Unit R\$	Total R\$	MARCA/MODELO
LOTE 01	01	BALCÃO PARA COZINHA EM FORMATO L MEDIDO 336CM X 385CM X 90CM (Altura) 62CM (Profundidade) - PARA POSTERIOR COLOCAÇÃO DE TAMPO E SÓCULOS EM GRANITO) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do balcão e gavetas em eucatex 03mm. Portas: 13 portas em MDF 15mm Branco TX. Gavetas: 06 gavetas Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola. Corrediças: Telescópicas.	R\$ 3.867,00	R\$ 3.867,00	MMOBILE/ MBC-L
	01	ARMÁRIO AÉREO COM PORTAS MEDINDO 310CM X 60CM (Altura) X 35CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm Portas: 06 portas em MDF 15mm Branco TX. Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola.	R\$ 1.067,00	R\$ 1.067,00	MMOBILE- MAA-6
	01	ARMÁRIO ALTO COM PORTAS MEDINDO 352,5CM X 165CM (Altura) X 45CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm. Portas: 06 portas em MDF 15mm Branco TX. Dobradiças: Dobradiças em aço niquelado sem amortecedor. Puxadores: Alumínio Perfil Gola	R\$ 2.887,00	R\$ 2.887,00	MMOBILE- MAAL-6
	01	BALCÃO ILHA VAZADO COM PRATELEIRAS MEDIDO 230CM X 155CM X 90CM (Altura) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundos: Fundos do armário em eucatex 03mm	R\$ 905,00	R\$ 905,00	MMOBILE MBI-V
	01	BANCADA PARA COMPUTADOR MEDINDO 123CM X 55CM (Profundidade) X 78CM (Altura) + CARRINHO MÓVEL PARA GABINETE DE COMPUTADOR MEDINDO 25CM (Largura) X 45CM (Profundidade) Corpo: MDF 15mm, cor Branco TX. Fundo: Fundo da gaveta em eucatex 03mm. Corrediças: Telescópicas. Puxadores: Alumínio Perfil Gola Rodízios: Silicone com freio	R\$ 354,00	R\$ 354,00	MMOBILE MBC-C
	01	BANCADA PARA COZINHA em granito Verde Pérola em formato L medindo 336cm x 385cm com acabamento duplo 4 cm, com roda tampo de 10cm de altura e sóculos de 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	MMOBILE MBC-V
	01	BANCADA PARA ILHA em granito Verde Pérola medindo 150cm x 230cm com acabamento simples, sóculos de 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 1.269,00	R\$ 1.269,00	MMOBILE - MBI-V
	01	SÓCULOS EM GRANITO Verde Pérola para armário alto medido 351cm x 45cm com 15cm de altura (Padrão prefeitura)	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	MMOBILE - MSG-V
	03	Cuba para cozinha medindo (CxLxP) 560x340x170mm em inox AISI 304 com 0,6mm de espessura. Acabamento Alto Brilho. Furo para válvula de 4 1/2" (Inclusa). Fabricada no sistema monobloco (Sem solda), com bordas lisas, instalação apenas para embutir	R\$ 230,00	R\$ 690,00	MMOBILE- MCCI

Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP Valor Total: R\$ 15.139,00

LOTE 02	01	Tanque para lavar roupas em aço Inox 55x45x23cm, alto brilho, AISI 304 com 0,8 mm de espessura. Fabricado no sistema monobloco (sem solda), com borda de sobrepor/embutir e esfregador inclinado. Acompanha válvula 3"	430,00	430,00	PROINOX/ TQ36L
Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP					

LOTE 03	01	Dosador de sabão/detergente em INOX alto brilho. Recipiente com capacidade para 500 ml em plástico. Medidas do furo para encaixar o dosador: Ø 30 mm.	220,00	220,00	HIDRONOX/ DSPLUS 500
---------	----	---	--------	--------	----------------------

Empresa Vencedora: M MOBILE EIRELI-EPP

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 03 de novembro de 2016.

DIETER JANSSEN

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. MARISTELA MENEL ROZA. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 90/2016, de 19 de Agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 01 de novembro de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 120/2016

PORTARIA Nº 120/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. DENISE DOS SANTOS BALOD, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 04 de novembro de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA

Presidente em Exercício

Joaçaba

PREFEITURA

321/2016 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 321/2016/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, e a Empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.234.560/0001-85, estabelecida na RUA MARECHAL DEODORO, 625, Bairro CENTRO, no Município de HERVAL DÓESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. JUNIOR DE MATTOS, portador da C. I. nº 3652085 e inscrito no CPF sob o nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 321/2016/PMJ, firmado em 11/07/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2016 - PMJ – Edital TP nº 06/2016 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da 2ª (segunda) etapa da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos solicitados pela CONTRATADA, revistos e devidamente acompanhados pela fiscalização da obra, passam a vigorar considerando-se orçamento programado, em anexo.

Diante da prorrogação de prazo constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

1.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da mesma data.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 30 (trinta) dias, contados de 09 de novembro de 2016, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Em virtude das adequações nos quantitativos descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor total do contrato fica acrescido em R\$ 15.021,22 (quinze mil vinte e um reais e vinte e dois centavos), correspondentes a 15,527% do valor inicialmente contratado, em

conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo R\$ 10.480,85 referentes ao material e meio mecânico e, R\$ 4.540,37 referentes à mão de obra.

Diante do acréscimo, o valor global contratado para a execução do objeto passa a totalizar R\$ 111.761,31 (cento e onze mil setecentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 04 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONTRATANTE
VENILTON ROGÉRIO TELES – Secretário

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA – EPP
JUNIOR DE MATTOS

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 5.019 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.019 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º É considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 14 de novembro de 2016, segunda-feira.

Parágrafo único - O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 03 de novembro de 2016.

RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 334/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2016/PMJ

PROVENIENTE DO PL 71/2016/PMJ – TP 19/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: PEDREIRA CALDART LTDA

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbugeri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 394.000,00 (Trezentos e noventa e quatro mil reais)

DOTAÇÃO:

1.025 – PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

266 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0034 – Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 150 (cento e cinquenta) dias.

FISCAL DO CONTRATO: DENIR NARCIZO ZULIAN

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2016

Joaçaba – SC, 04 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CONTRATANTE

VENILTON ROGÉRIO TELES – Secretário

HOMOLOGAÇÃO PL 71/2016/PMJ - TP 19/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 19/2016 - TP
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 73/2016 Processo de Licitação: 71/2016 Data do Processo: 23/08/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2016
b) Licitação Nr.: 19/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/11/2016
e) Data da Adjudicação: 04/11/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbugeri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	-------------	----------------	---------------

PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (6129)

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbugeri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC.	VB	1	-	394.000,00	394.000,00
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 394.000,00

Total Geral: 394.000,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 19/2016 - TP**

Processo Administrativo: 73/2016

Processo de Licitação: 71/2016

Data do Processo: 23/08/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (266)

Joaçaba, 4 de Novembro de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 308/2016**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 308/2016 DE 03/11/2016

ALUIR FLEMMING Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) DESIGNAR os servidores João Carlos Ungericht, Graciela Pratto Bordin da Rosa, Maurício Ricardo Dahmer e Valdinei Antônio Gusatto, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de proceder a vistoria, avaliação e exame de melhor destinação, no caso de vendas, destruição e ou incineração dos bens inservíveis arrolados pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio no exercício de 2016, até o dia 30 de novembro de 2016.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 03 de novembro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PREGÃO 0053/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0071/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2016

PROTOCOLO JHL 3096/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0053/2016 – Licitação 0071/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS, CONTRATAÇÃO DE MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS, CONserto DE PNEUS E CÂMARAS DE AR, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA DOS VEICULOS FROTA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 09h00min do dia 22/11/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 22/11/2016 às 09h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/11/2016 a 22/11/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 04 de setembro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 0007/2015 - SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0309/2016 de 03/11/2016 do Sr. Aluir Flemming, Diretor do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0007/2015, Edital de Licitação 0035/2015 decorrente do Contrato JHL nº 0078/2015, de 14 de setembro 2015, e seus Aditivos JHL 0012/2016, de 11 de março de 2016 e JHL 0056/2016, de 04 de agosto de 2016 e o Sr. Junior de Mattos, Sócio Administrador e Engenheiro Responsável pela obra, da empresa Construções Herval Ltda - ME, após o recebimento Provisório da Obra de execução de urbanização nos reservatórios de água tratada denominado RAP 003, RAP 014 e RAP 015, localizados nos municípios de Joaçaba e Luzerna, conforme Termo Provisório assinado em 05 de agosto de 2016, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para urbanização nos reservatório de água tratada denominado RAP 003, RAP 014 e RAP 015, localizados nos municípios de Joaçaba e Luzerna, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 03 de novembro de 2016.

Membro da Comissão: Engº André Luiz Sauer

Membro da Comissão: Lindolvander José Machado

Membro da Comissão: Valdinei Antonio Gusatto

Representante da Contratada: Eng.º Junior de Mattos

Visto da Direção do SIMAE: Aluir Flemming

HOMOLOGAÇÃO PR 0043/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR
	Processo Administrativo: 58/2016 Processo de Licitação: 58/2016 Data do Processo: 16/09/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2016
b) Licitação Nr.: 43/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/11/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADOR E SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE CLIMATIZADORES PARA MANTER A TEMPERATURA NECESSÁRIA NO CPD E SERVIDOR DAS CAMERAS NA ETA E NA ETE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI - EPP (8028)**

- | | | | | | | |
|---|--|----|------|--------|------------|----------|
| 1 | CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTUS QUENTE E FRIO 220 VOLTS
DEVE TER AS FUNÇÕES DE VENTILAR, RESFRIAR, AQUECER E DESUMIDIFICAR O AMBIENTE, DEVE POSSUIR CONTROLE REMOTO COM TELA LCD, PAINEL DIGITAL, FILTRO LAVAVEL, DIRECIONADORES DE AR VERTICAIS E HORIZONTAIS, COMPRESSOR ROTATIVO EFICIENCIA ENERGETICA MINIMA EXIGIDA CLASSE B CONFORME AVALIAÇÃO DA PROCEL - Marca: ELGIM CLASSE A | UN | 2,00 | 0,0000 | 1.865,8368 | 3.731,67 |
| 2 | RETIRADA E INSTALAÇÃO DE MÁQUINA SPLIT, MARCA LG DE 9.000 BTUS
A MÁQUINA SERÁ RETIRADA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO AV. CAETANO NATAL BRANCO, Nº 1849 E INSTALADA NA ETE E, HERVAL D'OESTE, RUA FRANCISCO SARTORI.
A INSTALAÇÃO DEVERÁ COMPREENDER 3 METROS DE TUBO DE COBRE 1/4" E 3/8".
DEVERÁ SE REXECUTADA A PARTE ELÉTRICA COM UMA TOMADA E 2 METROS DE CALHA SISTEMA "X". - Marca: ADAGIL | SV | 1,00 | 0,0000 | 540,1107 | 540,11 |

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR Processo Administrativo: 58/2016 Processo de Licitação: 58/2016 Data do Processo: 16/09/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI - EPP (8028)

3	RETIRADA E INSTALAÇÃO MÁQUINA PISO TETO, MARCA CARRIER DE 18.000 BTUS. A MÁQUINA SERÁ RETIRADA DO CPC E INSTALADA NA SALA DO DIRETOR ADJUNTO - SIMAE. NA INSTALAÇÃO DESTA MÁQUINA PODERÁ SER USADA A TUBULAÇÃO DA MÁQUINA DE 30.000 BTUS RETIRADA, PORÉM DEVERÁ SER FEITO OS TESTES DE VÁCUO E VERIFICAR JUNTO AO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO A POSSIBILIDADE DE SE USAR UMA TUBULAÇÃO DE DIÂMETRO MAIOR AO INDICADO PARA A POTÊNCIA DA MÁQUINA. - Marca: ADAGIL	SV	1,00	0,0000	932,9184	932,92
4	RETIRADA E INSTALAÇÃO DE UMA MÁQUINA PISO TETO , MARCA CARRIER, DE 30.000 BTUS. A MÁQUINA SERÁ RETIRADA DA SALA DE ESPERA E INSTALADA NO CPD - SIMAE. A INSTALAÇÃO DEVERÁ COMPREENDER A INSTALAÇÃO DE 8 METROS DE TUBOS DE COBRE E 8 METROS DE REDE ELÉTRICA. - Marca: ADAGIL	SV	1,00	0,0000	932,9184	932,92
5	REDE ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE 18.000 E 30.000 BTUS, CONTEMPLANDO. - UM QUADRO METÁLICO IP 54 MEDINDO 400 ALT. X 300 LAR. X 200 PROF. MM. - UM DISJUNTOR MONOFÁSICO PARA A MÁQUINA DE 18.000 BTUS; - UM DISJUNTOR TRIFÁSICO PARA A MÁQUINA DE 30.000 BTUS. O QUADRO METÁLICO SERÁ PARA SUBSTITUIR O EXISTENTE QUE NÃO POSSUI ESPAÇO PARA A INSTALAÇÃO DE MAIS UM DISJUNTOR TRIFÁSICO NECESSÁRIO PARA A INSTALAÇÃO DA MÁQUINA DE 30.000 BTUS, A SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO E RECOLOCAÇÃO DOS DISJUNTORES EXISTENTES SERÁ POR CONTA DA EMPRESA VENCEDORA. - Marca: ADAGIL	SV	1,00	0,0000	962,379	962,38
				Total do Fornecedor:	7.100,00	
				Total Geral:	7.100,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00.00 (21), 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (31), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (36)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO TP 0006/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2016 - TP Processo Administrativo: 52/2016 Processo de Licitação: 52/2016 Data do Processo: 26/08/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2016
b) Licitação Nr.: 6/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/11/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ENTRADA EM ALTA TENSÃO, COM CONSTRUÇÃO DE CABINE DE MEDIÇÃO E FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS NA ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 002 E NA ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 019, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

WK SERVICOS E OBRAS EIRELI - ME (8455)

- | | | | | | |
|---|----|------|--------|-----------|-----------|
| 1 EXECUÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA EM ALTA TENSÃO, COM APROVAÇÃO DE PROJETO, CONSTRUÇÃO DA CABINE DE MEDIÇÃO, FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS JUNTAMENTE COM O TRANSFORMADOR DE 150 KVA, 25KV PARA 380/220V. CABINE A SER EXECUTADA NA ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 002 DE PROPRIEDADE DO SIMAE LOCALIZADA NA RUA ELIZIÁRIO DE CARLI, EM JOAÇABA SC. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WK SERVIÇOS | SV | 1,00 | 0,0000 | 43.034,00 | 43.034,00 |
| 2 EXECUÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA EM ALTA TENSÃO, COM APROVAÇÃO DE PROJETO, CONSTRUÇÃO DA CABINE DE MEDIÇÃO, FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS JUNTAMENTE COM O TRANSFORMADOR DE 150 KVA, 25KV PARA 380/220V. CABINE A SER EXECUTADA NA ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 019 DE PROPRIEDADE DO SIMAE LOCALIZADA NA RUA PAULO GERMANO LIEDEKE, EM JOAÇABA SC. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WK SERVIÇOS | SV | 1,00 | 0,0000 | 46.464,00 | 46.464,00 |

Total do Fornecedor: 89.498,00

Total Geral: 89.498,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 6/2016 - TP**Processo Administrativo: 52/2016
Processo de Licitação: 52/2016
Data do Processo: 26/08/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (14)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 20/2016 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 20/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA SBA MONTAGENS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob n.º 09.477.552/0001-60, com endereço a Rua Caldas Novas, nº 50 – conjunto 35 3º andar, Bethaville Barueri/SP CEP 06.404-301.

resolvem celebrar este Contrato, Conforme parecer jurídico nº839/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 37/2016, correlato a Tomada de Preços nº 05/2016, aberto em 20/10/2016 e homologado em 03/11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Perfuração não Destrutiva e Travessia de dutos em áreas destinadas pela Secretaria de Águas e Saneamento-SEMASA, conforme memorial descritivo, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

4.2 De Entrega(s), de acordo com as solicitações da SEMASA, em locais pré-determinados;

4.3 De Execução, será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da SEMASA, nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8666/93 e Diplomas Complementares.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 369.257,93 (trezentos e sessenta e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).

Lages, 04 de novembro de 2016.

Benjamin Schultz.

SEMASA

PP 75-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 75-2016 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/11/2016 às 15:00

Valor Estimado: R\$ 54.680,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de novembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 15/2016

Dispõe sobre o prazo anual de entrega do Plano de Aplicação Anual dos Recursos Do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 25 de Outubro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 nos arts. 84 e 119 em que determina que os Conselhos de Assistência Social são órgãos que normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

CONSIDERANDO a NOB 2012 onde determina que o CMAS tem como função aprovar o plano municipal de assistência social e suas adequações e o plano de aplicação anual do Fundo Municipal e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 237/2006 e as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social – Lei 8.742/1993, NOB/SUAS 2012– o CMAS deve apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e municipais, e

CONSIDERANDO que para a análise e elaboração de parecer do Plano de Aplicação Anual dos Recursos Do Fundo Municipal de Assistência Social é necessário mais de uma reunião do CMAS, em razão do montante de informações contidas no referido Plano.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o Plano de Aplicação Anual dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do ano seguinte seja encaminhado para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social até o dia 01 de outubro de cada ano.

Paragrafo único: O Plano de Aplicação Anual dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social poderá não ser apreciado caso não seja encaminhado no prazo estabelecido.

Art. 2º Determinar que o Plano Anual dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para o ano de 2017 seja encaminhado para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social até o dia 16 (dezesesseis) de novembro do corrente ano.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 25 de Outubro de 2016.

Enivaldo Torres Ramos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2016

Dispõe sobre o prazo para emissão de parecer sobre documentos/projetos que necessitam da deliberação do CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 25 de Outubro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 nos arts. 84 e 119 em que determina que os Conselhos de Assistência Social são órgãos que normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 237/2006 e as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social – Lei 8.742/1993, NOB/SUAS 2012 – o CMAS deve apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e municipais, e

CONSIDERANDO que para a análise e elaboração de pareceres sobre documentos/ projetos que se referem a Política Municipal de Assistência Social são necessárias reuniões de estudo e análise dos referidos documentos.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o Conselho Municipal de Assistência Social terá o prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados após a reunião ordinária do mês em que foi apresentado o documento/projeto, para emissão de parecer e aprovação final.

Art. 2º Estabelecer que o prazo máximo para emissão do parecer e aprovação final pelo Conselho Municipal de Assistência Social é de três reuniões ordinárias com quórum, salva justo motivo devidamente fundamentado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 25 de Outubro de 2016.

Enivaldo Torres Ramos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2016

Dispõe sobre assinatura de um termo de ciência quanto aos recursos oriundos do FMAS recebidos pelos coordenadores dos equipamentos e gestores dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 25 de Outubro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 que determina que o CMAS tem como uma de suas atribuições aprovar o Plano de Aplicação Anual do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 nos arts. 84 e 119 em que determina que os Conselhos de Assistência Social são órgãos que normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os coordenadores dos equipamentos e gestores dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação assinem um termo de ciência de recebimento cada vez que o/a unidade/ programa / setor de sua responsabilidade receber materiais e equipamentos pagos com recursos do FMAS.

Parágrafo único: O termo de ciência deve ser elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º A cópia do referido documento que trata essa resolução deve ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para o CMAS no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 25 de Outubro de 2016.

Enivaldo Torres Ramos

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 18/2016

Dispõe sobre o envio de relatórios trimestrais de atividades e de realização financeira dos recursos utilizados do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 25 de Outubro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO a NOB/SUAS nos arts. 84 e 119 em que determina que os Conselhos de Assistência Social são órgãos que normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 onde determina que o CMAS tem como função aprovar o plano municipal de assistência social e suas adequações e o plano de aplicação anual do Fundo Municipal e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

CONSIDERANDO a NOB/SUAS 2012 art. 124 que define o encaminhamento pelo órgão gestor da política de assistência social aos conselheiros, com antecedência necessária para a devida apreciação, relatórios trimestrais de atividades e de realização financeira dos recursos.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS 237/2006 e as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social – Lei 8.742/1993, NOB/SUAS 2012– o CMAS deve apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios do município quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo

Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação encaminhe para o CMAS relatórios trimestrais de atividades e de realização financeira dos recursos utilizados do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: Os relatórios devem ser encaminhados por meio de ofício até o dia 20 (vinte) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 25 de Outubro de 2016.

Enivaldo Torres Ramos

Presidente do CMAS

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 043/2016 DE 25/10/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO DOS FERIADOS DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, FINADOS E PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NOS DIAS 31/10/16, 01/11/2016 E 14/11/2016, RESPECTIVAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 043/2016

De 25/10/2016

"DECRETA PONTO FACULTATIVO DOS FERIADOS DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, FINADOS E PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NOS DIAS 31/10/16, 01/11/2016 E 14/11/2016, RESPECTIVAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra "c" da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal nos dias 31/10/2016, 01/11/2016 e 14/11/2016 em alusão aos feriados do dia do servidor público, finados e proclamação da república, respectivamente, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único – As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

LEI Nº 689/2016 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 583/2013 DE 21/08/2013 PARA ASSEGURAR O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 689/2016

DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

"ALTERA A LEI MUNICIPAL n. 583/2013 de 21/08/2013 PARA ASSEGURAR O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Inclui o inciso VIII, IX e X e altera o inciso VI do art. 6º da Lei Municipal n. 583/2013 de 21/08/2013, passando a vigorar com

a seguinte redação:

[...]

Art. 6º - Os serviços serão executados com a observância dos seguintes critérios:

I. Após a conclusão dos serviços de manutenção e conservação das estradas pelos equipamentos do município, com exceção dos equipamentos procedentes de programas com termo de permissão de uso exclusivo para o desenvolvimento de programas a que se destina o projeto básico de utilização do equipamento, os quais serão utilizados exclusivamente para o desenvolvimento da atividade a que se destinam.

II. Deve haver disponibilidade dos equipamentos;

III. Vistoria e aprovação do serviço pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura Fomento e Meio Ambiente;

IV. Estar em dia com o Setor de Tributação e Arrecadação do Município;

V. Análise do movimento econômico do produtor ou empresa, através do bloco de produtor rural ou Declaração Fisco Contábil pelo Departamento de Finanças;

VI. O atendimento será efetuado de acordo com a ordem cronológica de solicitação, mediante autorização de uso assinada pelo servidor responsável em período não superior à 15h (quinze horas) por ano a cada propriedade/grupo familiar, exceto em condições extraordinárias que justifiquem a imperiosa necessidade, devidamente atestadas no procedimento administrativo competente, observado ainda o critério da divisão por região e comunidade em que reside o munícipe beneficiado, motivo pelo qual poderá ocorrer exceção de atendimento pela ordem cronológica de solicitação quando houver mais de um serviço na mesma região;

VII. Serão atendidas todas as solicitações da comunidade ou região, sem interrupção dos serviços, salvo por motivo justificado, sendo que os trabalhos acontecerão o ano todo sendo intensificados nos períodos de entressafra;

VIII. O município atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de solicitação de atendimento, devendo a relação de ordem de serviço estar permanentemente à disposição para consulta pública, inclusive via portal da transparência, de forma a assegurar a fiscalização e o controle das solicitações.

IX. Mediante procedimento administrativo devidamente numerado, o município dará abertura do procedimento através da solicitação pelo contribuinte, a qual será procedida da ordem de serviço devidamente assinada pelo servidor, na qual constará o nome do solicitante, o endereço, o tipo de serviço, o equipamento a ser utilizado e a quantidade de horas máquinas necessárias, finalizando o procedimento com a juntada ao processo administrativo da planilha de gasto do custo operacional do serviço e o envio para o setor de tributos a fim de recolhimento das horas pelo contribuinte.

X. Para a execução dos serviços tratados na presente lei, o município se compromete a não utilizar, ou permitir que se utilize combustível pago com recursos pessoais do contribuinte, sendo que o custo operacional do maquinário será cobrado mediante cálculo unificado de acordo com o período utilização, na forma do artigo 5º da presente Lei.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 27 de outubro de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

LEI Nº 690/2016 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016
"ALTERA A LEI Nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, QUE
AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO
GRANDE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO
DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 690/2016

DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

"ALTERA A LEI Nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º A ementa da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de LAJEADO GRANDE no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de LAJEADO GRANDE, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e

fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta

de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de

drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor

monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 567 DE 04 DE MARÇO DE 2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 27 de outubro de 2016.

VALMR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 208/2016 DE 28/10/2016 REVOGA PORTARIA N.111/2015 DE 01/06/2015 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVANIS SPADOTTO TESTON PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 208/2016

DE 28/10/2016

"REVOGA PORTARIA n.111/2015 DE 01/06/2015 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVANIS SPADOTTO TESTON PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Art. 98, inc. II Letra "a" da Lei Orgânica Municipal.

D E C I D E:

Art. 1º - Revogar a Portaria n. 111/2016 de 01/06/201631/05/2016 que designou o Servidor Público Municipal IVANIS SPADOTTO TESTON, para o exercício da Função de confiança de Chefe de Serviço FC- 01 junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo Único – Com a revogação da função de confiança, o respectivo servidor retornará ao cargo de origem de Auxiliar de Manutenção e Conservação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 28 de outubro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 209/2016 DE 03/11/2016 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE VANDERLEI JOSE ROVER DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 209/2016

DE 03/11/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE VANDERLEI JOSE ROVER DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO que os cargos comissionados são de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar VANDERLEI JOSE ROVER do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 03 de novembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora designada

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2016

DECRETO Nº. 061/2016 de 04 de novembro de 2016.

"Dispõe sobre a Unificação dos Lotes nº 12 e nº 19 da quadra 40 do Cadastro Geral do Município, localizado na Rua Valdir Ortigari na cidade de Lebon Régis – SC, e contém outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Ficam unificados o lote 12 da quadra 40 com área de 589,16m², matrícula 3827 e o lote 19 com área de 230,10m² matrícula 3833, ambos localizados na Rua Valdir Ortigari, centro de Lebon Régis, de propriedade de Ataliba Vatrín dos Santos e esposa Rosalina Alves dos Santos.

Art. 2º. De acordo com o levantamento topográfico dos dois terrenos acima identificados e medindo 589,16m² o primeiro e 230,10m² o segundo, após a unificação dos lotes em um único imóvel medindo 819,26m² passou a ser lote 12 da quadra 40, em conformidade com o Memorial Descritivo realizado pelo Engenheiro Civil Elias Boçois CREA SC 019.388-7 (em anexo) o qual passa a fazer parte integrante deste Decreto, contendo as seguintes medidas e confrontações:

- Norte (lado esquerdo de quem está no lote olhando para a referida Rua Valdir Ortigari): duas linhas separadas sendo a partir da Rua citada se inicia com uma linha medindo 19,80 metros lineares e confrontando-se o lote 13 da quadra 40 de propriedade de Julia Kaszczesen Farias e Rubia Kaszczesen, e na sequência outra linha separada desta medindo 15,40 metros lineares e confrontando-se com o lote 15 da quadra 40 de propriedade de Arthur Granemann de Souza. Portanto na face Norte tem um perímetro de 35,20 metros lineares.

- Sul (lado direito de quem está no lote olhando para a referida Rua Valdir Ortigari): uma linha medindo 35,20 metros lineares e confrontando-se com terreno de propriedade de Jozielly Souza Rizzo.

- Leste (frente): numa linha medindo 28,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Valdir Ortigari.

- Oeste (fundos): uma linha medindo 17,70 metros lineares e confrontando-se com terreno de propriedade de Aldori de Souza Belli. E mais uma linha separada desta e medindo 11,30 metros lineares e confrontando com o lote 15 da quadra 40 de propriedade Artur Granemann de Souza. Portanto nos fundos temos um perímetro de 29,00 metros lineares.

Observação I: No levantamento foram encontradas as medidas das faces do terreno, sua identificação e sua localização dentro da quadra com os respectivos confrontantes.

Observação II: a situação do lote é distante da esquina das Ruas Valdir Ortigari com a Rua Pedro Deboni na distância de 25,00 metros.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 04 de novembro de 2016

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 104/2016

DECRETO Nº 104, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 25.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	25.000,00
Função	10	Saúde	25.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	25.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	25.000,00
Atividade	2.059	Funcionamento e manutenção do programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	25.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	25.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			25.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação na seguinte dotação, com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	25.000,00
Função	10	Saúde	25.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	25.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	25.000,00
Atividade	2.059	Funcionamento e manutenção do programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	25.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	25.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de novembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 105/2016

DECRETO N.º 105, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO VII, ART. 1º DO DECRETO 098 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VII do Artigo 1º do Decreto 098 de 20 de outubro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

"VII - A concessão de férias à servidores municipais, exceto com autorização expressa da Prefeita Municipal."

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2016.

Leoberto Leal, 04 de novembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

EXTRATO LEILÃO Nº 001/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE LEILÃO 001/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO às 14h00min do dia 24 de novembro de 2016, tendo como local a Garagem da Prefeitura Municipal, na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro. O leilão será conduzido pela Srª. JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN, Leiloeira nomeada pela Portaria nº 121, de 11 de agosto de 2009, para venda à vista do seguinte bem móvel inservível: LOTE 01: FIAT DOBLÔ HLX, ANO 2011, MODELO 2011, FLEX, PLACA MHA 2757, RENAVAL 224935364, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 5347, COM LANCE INICIAL DE R\$ 18.000,00. Leia atentamente o edital completo, que poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site www.leobertoleal.sc.gov.br, ainda pelo telefone (48) 3268 1212 ou 3268 1327. Aplica-se a presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Em 04/11/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO LEILÃO Nº 002/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
EDITAL DE LEILÃO 002/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO às 13h00min do dia 24 de novembro de 2016, tendo como local a Garagem da Prefeitura Municipal, na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro. O leilão será conduzido pela Srª. JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN, Leiloeira nomeada pela Portaria nº 121, de 11 de agosto de 2009, para venda à vista dos seguintes bens móveis inservíveis: LOTE 01: VOLKSWAGEN SAVEIRO, BRANCO, FLEX, PLACA MDV 1723, ANO DE FABRICAÇÃO 2007, MODELO 2008, RENAVAL 921220383, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 4220, COM LANCE INICIAL DE R\$ 8.000,00. LOTE 02: PATROLA 130M, MARCA HUBER-WARCO, 113, CÓDIGO 2799 COM NÚMERO DE PATRIMÔNIO 1540, COM LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. Leia atentamente o edital completo, que poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site www.leobertoleal.sc.gov.br, ainda pelo telefone (48) 3268 1212 ou 3268 1327. Aplica-se a presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Em 04/11/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal.

TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 007/2016

TERMO DE ADESÃO Nº 007/2016

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Carlos Alberto Coelho, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, nº 177, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 812.226.299-68, RG nº 2.251.839, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades Administrativas, Gerenciais e Gestão Operacional.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto ao Gabinete da Prefeita Municipal, visando sempre o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará até 31/12/2016, a partir da assinatura do mesmo, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 74/2011.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica.

DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 15 de Outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CARLOS ALBERTO COELHO
Voluntário

TESTEMUNHAS

KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA
CPF 948.384.109-72

MARCIO LOPES
CPF 715.711.679-00

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2829/2016

DECRETO Nº 2.829/2010, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016
DESIGNA COMISSÃO PARA OPERACIONALIZAR O PROGRAMA DE
MELHORIAS EM VIAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no
uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgâni-
ca deste Município

DECRETA

Art. 1º Fica designada a Comissão para operacionalizar o programa
de melhorias em vias públicas sendo a mesma a ser composta pe-
los seguintes membros:

- I – Edna Cristina Kappke – Engenheira Civil
- II – Antônio Carlos Vicente – Fiscal
- III – Edison Domingos Giron – Auxiliar de Técnico
- IV – Valdecir José Missel – Diretor de Urbanismo

Art. 2º A comissão terá atribuições como: delimitar a zona benefi-
ciada e estabelecer valores econômicos ao imóveis localizados na
zona beneficiada em decorrência das obras públicas.

Art. 3º A zona beneficiada deverá estar localizada na Rua Santo
João Rossetto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publi-
cação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul (SC).
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.
Em 03 de Novembro de 2016

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

DECRETO Nº 2830/2016

DECRETO Nº 2.830/2010, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE UTILIZAÇÃO
DE ÁREA DE TERRA PARA CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no
uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgâni-
ca deste Município e considerando a necessidade de definir área de
terra para instalação de cemitério municipal

DECRETA

Art. 1º Fica designada para instalação do cemitério municipal a
área de terras de 23.703,28 (vinte e três mil, setecentos e três me-
tros e vinte e oito centímetros quadrados) pertencente ao imóvel
de matrícula nº 15.668 com área total de 229.650,98m² (duzentos
e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta metros, noventa e oito
decímetros quadrados), conforme memorial descritivo da área a
desmembrar elaborado pela Engenheira Civil Irene M. Gieburowski
Hepp – CREA 17.690-3.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul (SC).
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado.
Em 03 de Novembro de 2016

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

DECRETO Nº 2831/2016

DECRETO Nº 2.831/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

PEDROARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,
SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei
Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.336/2016, de 03 de
Novembro de 2016

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40
e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a
proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da
seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 1.009 – Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA
Unidade 02 – Diretoria de Infraestrutura e Transporte
Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infraes-
trutura
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 538.891,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR-
TES
Unidade 01 – Diretoria de Educação
Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0596 – Aplicações Diretas R20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações
constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício
anterior e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades de Saúde
Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Superávit do Exercício AnteriorR\$ 75.000,00

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
Projeto/Atividade 1.002 – Aquisição de Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00.104 – Aplicações Diretas R\$ 29.150,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 0.000 – Encargos Especiais
 3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 1.003 – Investimentos Gerais da Secret de Adm e Finanças 4.4.71.00.00.00.00.00.0104 Transferência a Cons Públicos10.0000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 33.790,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 2.003– Manut das Atividades da Secret de Adm e Finanças 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 Transf. a Inst Privadas Sem Fins Lucrativos20.0000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade 01 – Diretoria de Ação Social
 Projeto/Atividade 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade 04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
 Projeto/Atividade 2.036 – Habitação Urbana e Rural
 3.2..90.00.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA
 Unidade 01 – Diretoria de Urbanismo
 Projeto/Atividade 2.047 – Diretoria de Infraestrutura – Manut. Atividades do Cemitério
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade 01 – Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 2.004 – Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Inst Privadas Sem Fins LucrativosR\$ 4.500,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 71.450,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 119.191,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 1.010 – Saneamento Básico Rural - FUNDERAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 28.950,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.032 – Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 2.860,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERAL
 4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R5.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Unidade 01 – Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.016 – Diretoria de Educação – Ensino Superior
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Unidade 01 – Diretoria de Educação
 Projeto/Atividade 2.045 – Manutenção de Creche
 4.4.90.00.00.00.00.00.0596 – Aplicações Diretas R20.000,00

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
 PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito

Registra-se e Publica-se
 Em, 03 de Novembro de 2016

Edison Domingos Giron
 Auxiliar de Técnico

DECRETO Nº 2832/2016

DECRETO Nº 2.832/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016
 CONSTITUI COMISSÃO PARA ANALISAR, REVISAR E ATUALIZAR O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDROARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município,

Considerando a necessidade de revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação e Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, que trata a Lei Complementar Nº. 194/2012, de 27 de abril de 2012, composta pelos seguintes membros:

- I – Alan Júnior Pizatto
- II – Elaine Pescador
- III – Luciane Gugel
- IV – Marinês Ribeiro Perondi
- V – Valdecir Meneghini

Art. 2º Caberá à Comissão ora constituída desempenhar todas as atividades necessárias cumprimento das atribuições que lhes são propostas, bem como recrutar informações e servidores do município para o apoio logístico e operacional que se fizer necessário.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
 PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito

Registra-se e Publica-se
 Em, 03 de Novembro de 2016

Edison Domingos Giron
 Auxiliar de Técnico

LEI ORDINÁRIA Nº 1336/2016

LEI ORDINÁRIA N.º 1.336/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 1.009 – Investimentos Gerais - FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA

Unidade 02 – Diretoria de Infraestrutura e Transporte

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 538.891,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0596 – Aplicações Diretas R20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Superávit do Exercício AnteriorR\$ 75.000,00

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 1.002 – Aquisição de Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.104 – Aplicações Diretas R\$ 29.150,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 0.000 – Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 – Investimentos Gerais da Secret de Adm e Finanças 4.4.71.00.00.00.00.00.0104 Transferência a Cons Públicos10.0000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 33.790,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003– Manut das Atividades da Secret de Adm e Finanças 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 Transf. a Inst Privadas Sem Fins Lucrativos20.0000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 2.036 – Habitação Urbana e Rural

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA

Unidade 01 – Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.047 – Diretoria de Infraestrutura – Manut. Atividades do Cemitério

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 01 – Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 2.004 – Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Inst Privadas Sem Fins LucrativosR\$ 4.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 71.450,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 119.191,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 1.010 – Saneamento Básico Rural - FUNDERAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ... R\$ 28.950,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.032 – Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ... R\$ 2.860,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERAL

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ... R5.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 – Diretoria de Educação – Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ... R10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.045 – Manutenção de Creche

4.4.90.00.00.00.00.00.0596 – Aplicações Diretas ... R20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 03 de Novembro de 2016

Edisn Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

LEI ORDINÁRIA Nº 1337/2016

LEI ORDINÁRIA N.º 1.337/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM ENTIDADES VISANDO A ORGANIZAÇÃO "DA FESTA DA POLENTA E DO QUEIJO DO MUNICÍPIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Brighenti, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a realização e o fomento de eventos das festividades de promoção da cultura e gastronomia italiana visando à confraternização e integração entre as pessoas, entre os quais a Festa da Polenta e do Queijo, os quais poderão ser viabilizados mediante parcerias e convênios com a entidade Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lindóia do Sul.

Art. 2º Para a consecução do objeto previsto no art. 1º o Município poderá participar, entre outros, com o valor de até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) mediante repasse à conveniada.

§1º Para a execução do convênio firmado, a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lindóia do Sul poderá celebrar parcerias com outras entidades, como Associação Italiana de Lindóia do Sul e Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude, entre outras.

§2º O plano de trabalho estabelecerá a metodologia e formas de execução dos eventos.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 03 de Novembro de 2016

Edisn Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 104/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE JARDINAGEM COM MÃO DE OBRA E MATERIAL NA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DO BAIRRO RIACHUELO. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 21/11/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 21/11/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9440, no horário de expediente em vigor. Lontras, 07 de novembro de 2016. MARTINA ZUCATELLI Prefeita.

Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 10/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Outubro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	32.484,96
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.484,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.484,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	48.750,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	48.750,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	70.023,53	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	72.039,73
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.959,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.881,15
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	32.484,96	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	34.579,29
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	34.579,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	34.579,29
SALDOS ANTERIORES	58.605,74	SALDOS ATUAIS	72.854,58
BANCO C/ MOVIMENTO	58.605,74	BANCO C/ MOVIMENTO	72.854,58
TOTAL	177.379,27	TOTAL	177.379,27

Luzerna, 03/11/2016

RODRIGO SOUSA PRESIDENTE MESA DIRETORA	RUBIANA SUELEN BALESTRIN CONTADORA/TESOUREIRA
---	--

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2016

Contrato nº: 033/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CONSTRUTORA PAVIMIL LTDA – EPP

CNPJ: 02.592.696/0001-18

Modalidade Processo Licitatório n.º 053/2016. Tomada de Preço n.º 005/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de novembro de 2016

Valor do Termo Aditivo: R\$ 86.427,67 (oitenta e seis mil quatrocentos e vinte sete reais e sessenta e sete centavos).

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2016 CONTRATO Nº: 078/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2016

Contrato nº: 078/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ: 01.650.178/0001-40

Modalidade Processo Licitatório n.º 246/2016. Tomada de Preço n.º 008/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de novembro de 2016

Valor do Termo Aditivo: R\$ 42.783,31 (quarenta e dois mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos).

Foro: Comarca de Mafra

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 725/2016

DECRETO Nº 725, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública LIA MARA MILLICH, matrícula nº 413702, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 21 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 726/2016

DECRETO Nº 726, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016
Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 185, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 16, de 30 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria ao servidor municipal aposentado MARIO SALDANHA DE CASTRO, ocupante do cargo efetivo de Médico Pediatra, conforme artigo art. 185, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 16, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 2º O Município de Maravilha complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 172.884.527-8.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos do servidor de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 21 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 727/2016

DECRETO Nº 727, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016
Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria a servidora municipal aposentada TEREZINHA DE FÁTIMA SONDA, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42/2011.

Art. 2º O Município de Maravilha complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 171.692.755-0.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos do servidor de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 21 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 728/2016

DECRETO Nº 728, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016
Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 329/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

A licença maternidade concedida a servidora Camila de Oliveira Bach (vaga efetiva),

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 30 de setembro a 21 de dezembro de 2016, da servidora ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 009.444.199-50, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Sílvia Ebert, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2016.

Maravilha – SC, 21 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 729/2016

DECRETO Nº 729, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 344/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado de saúde da servidora Inês Vendrame,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 14 de outubro a 22 de novembro de 2016, KARINE PAULINHA MULLER SIGNOR, brasileira, inscrita no CPF sob nº 038.413.469-60, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 21 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 730/2016

DECRETO Nº 730, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 355/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 25 de outubro a 16 de dezembro de 2016, ANDRENIZE CRISTINA ROSSA LINKES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 066.325.939-84, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 731/2016

DECRETO Nº 731, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 357/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado de saúde da servidora Neiva Salete Hermann Rosa,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 24 de outubro a 11 de novembro de 2016, PATRÍCIA SECHI SOUZA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 064.602.219-95, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 732/2016

DECRETO Nº 732, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal no dia 01 de novembro do ano de 2016 - terça-feira, em decorrência do dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá plantão de atendimento ao público no ESF, Posto de Saúde Centro II, na Avenida Sul Brasil, nº 605, Centro, no dia do ponto facultativo.

Art. 3º Não haverá expediente nas Escolas de Ensino Fundamental Municipais e Centros Educacionais Infantis no dia do ponto facultativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de outubro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secretário de Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 733/2016

DECRETO Nº 733, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 358/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

O benefício do INSS concedido a Servidora Márcia Scapin,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 17 de outubro a 17 de novembro de 2016, da servidora NEIVA LÚCIA DOS SANTOS SCHWERZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 525.739.909-15, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 24 de outubro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 734/2016

DECRETO Nº 734, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 1º de novembro de 2016, da servidora MARIQUELI BUGS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.698.349-19, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 24 de outubro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 735/2016

DECRETO Nº 735, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 1º de

novembro de 2016, do servidor ALEXSSANDRO SCHAPPO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 085.527.679-70, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 24 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 739/2016

DECRETO Nº 739, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 341/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 6 de outubro a 21 de dezembro de 2016, TERESA MULLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 525.738.699-20, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 740/2016

DECRETO Nº 740, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 342/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O benefício do INSS concedido a servidora Cineide Muller,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 21 de dezembro de 2016, da servidora MÁRCIA REGINA DA ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 637.696.469-91, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 741/2016

DECRETO Nº 741, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 342/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O benefício do INSS concedido à servidora Cineide Muller,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 21 de dezembro de 2016, da servidora SALETE DE BRITO GIEHL, brasileira, inscrita no CPF sob nº 047.606.879-71, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 742/2016

DECRETO Nº 742, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora ADILES SAMOA BONETTO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.715.829-80, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 743/2016

DECRETO Nº 743, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora ALICE KLEIN VALGOI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.753.679-35, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cinderela, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 744/2016

DECRETO Nº 744, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora ANDRÉIA GOMES DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.388.939-10, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 745/2016

DECRETO Nº 745, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora CÁTIA PANDOLFO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 053.754.419-42, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Branca de Neve e C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 746/2016

DECRETO Nº 746, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora ÉDINA INES DURANTI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.474.279-97, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 747/2016

DECRETO Nº 747, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora EDIVANIA LUIZA MORANDINI MENEGETTI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 614.272.929-49, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 748/2016

DECRETO Nº 748, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora ELIANE BEVILAQUA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.836.349-15, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Silvia Ebert, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 749/2016

DECRETO Nº 749, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora FABIANA CRISTINA ECKERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 065.699.419-33, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Branca de Neve, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 750/2016

DECRETO Nº 750, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora FABIANE ADRÉIA RAUBER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.292.549-89, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 751/2016

DECRETO Nº 751, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, do servidor FABIANO DE JESUS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 061.760.999-35, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 752/2016

DECRETO Nº 752, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora FERNANDA CRISTINA DAZZI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 054.803.509-19, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Sílvia Ebert, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 753/2016

DECRETO Nº 753, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora FERNANDA PAULA WAPLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 083.896.269-69, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E.s Monteiro Lobato e Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 754/2016

DECRETO Nº 754, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora IVONE TAVARES DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 776.126.049-49, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 755/2016

DECRETO Nº 755, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora JAQUELINE ANDREIA SCHMITT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 080.495.429-12, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E. Is Proinfância e Sílvia Ebert, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 756/2016

DECRETO Nº 756, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora JÉSSICA ALVES RODRIGUES SCHABARUM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.697.279-60, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 757/2016

DECRETO Nº 757, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora JOSIANE SERPA BORDIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.992.569-10, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 758/2016

DECRETO Nº 758, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora KELLY KARINE ZANELLA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 037.038.769-48, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 759/2016

DECRETO Nº 759, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 5 de outubro a 16 de dezembro de 2016, da servidora LORECI SILVESTRE DE VARGAS BERGAMASCHI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 817.179.899-34, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E.s Monteiro Lobato e Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de outubro de 2016.

Maravilha – SC, 28 de outubro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar nº 91/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera redação do artigo 1º e insere Inciso II, na Lei Complementar nº 82, de 14 de dezembro de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterada a redação do Artigo 1º e inserido Inciso II na Lei Complementar nº 82, de 14 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizada a permuta do Lote Urbano nº 3, da quadra nº 2, Setor industrial, situado nesta Cidade, com a área de "Treze mil, oitocentos e trinta e um metros e dezesseis centímetros quadrados" (13.831,16 m²), com edificação, sendo: uma edificação de alvenaria, com área construída de (3.067,62 m²), que recebeu o nº 1320, coberta de telhas de fibrocimento e translúcidas, conforme AV. 1/21.517. Imóvel objeto da Matrícula nº 21.517, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade do Município de Maravilha, avaliados em R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais), com a Empresa INDUMETAL Indústria Metalúrgica Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 02.555.083/0001-00, pelos bens descritos no Inciso I, da Lei Complementar nº 82, de 14-12-2015 e em cumprimento das condições constantes no Art. 3º da Lei Complementar nº 72, de 20-04-2015.

I -

II - Da edificação constante na AV. 1/21.517, foi edificada pelo Município de Maravilha, a área de 1.000,00 m²; e, pela Empresa INDUMETAL Indústria Metalúrgica Ltda EPP a área de 2.067,62 m², para cumprimento das exigências constantes do Art. 3º, Inciso VII, letra "c", da Lei Complementar nº 72, de 20-04-2015, cuja averbação junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha - SC, foi realizada de forma global".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 4 de novembro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar nº 91/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DO BEM ESTAR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA – CÓDIGO DE POSTURAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criada e aprovada a redação do novo Código de Posturas do Município de Maravilha conforme disciplinado na presente Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS**SEÇÃO I**
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Este Código, parte integrante do Plano Diretor Municipal, contém medidas de política administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, institui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 3º Todas as funções referentes à execução deste Código, bem como a aplicação das penalidades nele previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 5º Sujeitam-se às normas do presente Código, a forma de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizados.

Parágrafo Único. O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 6º Sujeitam-se igualmente às normas do presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou em parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

SEÇÃO II
COMPETÊNCIA

Art. 7º Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais incumbe zelar pela observância dos preceitos deste Código.

Art. 8º Este Código não compreende as infrações elencadas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

SEÇÃO III
OBJETIVOS

Art. 9º As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas contidas neste Código, no Código de Obras e a Edificações, na Lei de Parcelamento do Solo Urbano e na Lei do Plano Diretor Municipal, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 10. As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se referem os artigos 5º e 6º deste Código e do exercício das atividades comerciais, serviços e industriais, visam:

- I – Garantir o respeito às relações sociais e culturais específicas da região;
- II – Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e do conforto ambiental;
- III – Promover a segurança e harmonia entre os munícipes.

CAPÍTULO II
TRATAMENTO DA PROPRIEDADE, LOGRADOUROS E BENS PÚBLICOS**SEÇÃO I**
VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 11. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Maravilha devem ser utilizados para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas neste Código.

Art. 12. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos no presente Código e desde que antecipadamente autorizado pela municipalidade ou órgão competente afim:

- I – Abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela municipalidade;
- II – Deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteiros, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente as vias públicas;
- III – Danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;
- IV – Danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;
- V – Deixar de remover restos de entulhos resultantes da construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;
- VI – Deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
- VII – Estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;
- VIII – Colocar porteiros em estradas e caminhos públicos;
- IX – Danificar por qualquer forma, as estradas de rodagem e caminhos públicos;
- X – Embarcar ou impedir por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos.
- XI – Impedir que se façam escoadouro de águas pluviais, por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;
- XII – Embaraçar ou impedir por qualquer modo o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios da cidade.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º Tratando-se de materiais, cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública, deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

§ 4º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui a ser praticado e de sua finalidade.

Art. 13. É absolutamente proibido nas ruas do Município:

- I – Conduzir animais ou veículos de tração animal em disparada;
- II – Conduzir animais bravos sem a necessária precaução, especialmente cães de raças consideradas violentas, que deverão fazer uso da focinheira, da guia e da coleira;
- III – Conduzir ou conservar animais de tração sobre os passeios;
- IV – Manter soltos ou guardados sem as devidas cautelas animais bravos ou ferozes;
- V – Amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- VI – Armar quaisquer barraquinhas ou quiosques sem licença da municipalidade;
- VII – Atirar ou deixar qualquer tipo de material ou detrito, sacudir objetos que possam causar risco aos transeuntes e veículos, ou capazes de afetar a estética e a higiene da via pública;
- VIII – Reformar, pintar, consertar veículos;
- IX – Depositar materiais;
- X – Conduzir em veículos abertos, materiais que possam comprometer a limpeza das vias públicas;
- XI – Pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização da municipalidade;
- XII – Inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer objetos afins no leito das vias públicas sem autorização da municipalidade;
- XIII – Depositar contêineres, caçamba ou similares;
- XIV – Utilizar janelas, escadas, saliências, terraços, balcões etc., com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes.

§ 1º Excetuam-se do disposto no inciso IX deste artigo, quando se tratar de caçambas de recolhimento individual de lixo de grande porte, entulhos ou outros inservíveis, desde que comprovadamente seja impossível seu acesso ao interior do lote e com autorização da municipalidade.

§ 2º Para a utilização das vias públicas por caçambas devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- I – Somente ocuparem área de estacionamento permitido;
- II – Serem depositadas, rentes ao meio-fio, na sua maior dimensão;
- III – Quando excederem as dimensões máximas das faixas de estacionamento, estarem devidamente sinalizadas;
- IV – Estarem pintadas com tinta ou película refletida;
- V – Observarem a distância mínima de 10m (dez metros) das esquinas;
- VI – Não permanecerem estacionadas por mais de 72h (setenta e duas horas).

§ 3º No caso de transportes de materiais argilosos, areias e outros, decorrentes de corte, aterro, barreiras, pavimentação ou assemelhados, deverão ser adotados dispositivos ou ação permanente que mantenha as vias onde está localizada a área, livres de qualquer interferência relacionada ao material em transporte.

Art. 14. Quem realizar escavações, obras ou demolições, fica obrigado a colocar divisas ou sinais de advertência, mesmo quando se tratar de serviços públicos, conservando os locais devidamente iluminados à noite.

Art. 15. Todo aquele que danificar ou retirar sinais colocados nas vias públicas para advertência de perigo, orientação ou impedimento de trânsito será punido com multa, além da responsabilidade criminal e civil que couber.

Art. 16. É vedado fazer escavações que diminuam ou desviem as águas de servidão pública, bem como repassar águas pluviais de modo a alagar qualquer logradouro público ou propriedade de terceiros.

Art. 17. Nas árvores dos logradouros não poderão ser afixados ou amarrados fios, nem colocados anúncios, cartazes e outros objetos.

Art. 18. É atribuição exclusiva da municipalidade, podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores de arborização pública.

Art. 19. A municipalidade poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos aos logradouros.

Art. 20. É proibido ainda lançar nos logradouros, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, ou qualquer material que possa causar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população e meio ambiente.

Parágrafo Único. Aplicam-se também estas medidas aos cursos d'água de qualquer natureza e dimensão.

Art. 21. Não é permitida dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósitos de estrume animal.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que solicitada à municipalidade a autorização para sua localização.

§ 1º Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – Ser aprovado pela municipalidade quanto a sua localização;

II – Não prejudicar a pavimentação da via nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;

III – Serem removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento das festividades;

IV – Não perturbar o trânsito público;

V – Sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente deste Município.

§ 2º Uma vez findo o prazo estabelecido no item III, o Município promoverá a remoção de coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 23. Todo aquele que, a título precário, ocupar logradouro público, nele afixando barracas ou similares, ficará obrigado a prestar caução quando da concessão da autorização respectiva, em valor que será arbitrado pela autoridade competente, destinada a garantir a boa conservação ou restauração do logradouro.

§ 1º Não será exigida caução para localização de bancas, revistas e barracas de feiras livres ou quaisquer outras instalações que não impliquem em escavações da pavimentação.

§ 2º Findo o período de utilização do logradouro, e verificado pelo órgão competente da municipalidade que se encontra nas condições anteriores à ocupação, o interessado poderá requerer o levantamento da caução.

§ 3º O não levantamento da caução, no prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data em que poderia ser requerido, importará na sua perda, em benefício da municipalidade.

Art. 24. Na infração de dispositivos desta seção será imposta a multa correspondente a 10 (dez) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

SUBSEÇÃO I MOBILIÁRIO URBANO

Art. 25. São considerados mobiliários urbanos, as caixas para coleta de papel usado ou correspondências, bancos, relógios, bebedouros, abrigos para usuários do transporte coletivo, postes da iluminação pública, sinalização, indicação do nome de ruas, floreiras, cabines telefônicas e assemelhados, instalados nas vias e praças, tato de iniciativa pública quanto privada.

Art. 26. O mobiliário referido no artigo anterior, com ou sem inscrição de propaganda comercial, ou da concessionária, só poderá ser instalado com a autorização da municipalidade, na forma da lei, quando não acarretar:

I – Prejuízo à circulação de veículos e pedestres ou acesso de bombeiros e serviços de emergência;

II – Interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

III – Interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;

IV – Interferência nas redes de serviços públicos;

V – Redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;

VI – Prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 27. Através de requerimento ao órgão municipal competente, poderá ser permitida nos logradouros públicos, e instalações de relógios,

estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco à saúde da população.

SUBSEÇÃO II OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS POR MESAS E CADEIRAS

Art. 28. Os passeios dos logradouros, não poderão ser ocupados para a colocação de mesas e cadeiras, para hotéis, bares, restaurantes e similares.

SUBSEÇÃO III BANCAS DE JORNAL E REVISTAS

Art. 29. A colocação de bancas de jornal e revistas nos logradouros públicos depende de licença da municipalidade, sendo considerada permissão de serviço público.

§ 1º A cada jornaleiro será concedida uma única licença, sempre de caráter provisório, não podendo assim o jornaleiro ser permissionário de mais uma banca.

§ 2º A permissão é exclusiva do permissionário, só podendo ser transferida para terceiros com a anuência da municipalidade, obedecido o disposto no § 1º deste artigo, sob pena de cassação sumária da permissão.

Art. 30. Os requerimentos de licença, firmados pela pessoa interessada e instruídos por croqui da planta de localização, em duas vias, serão apresentados à municipalidade para serem analisados nos seguintes aspectos:

- I – Não prejudiquem a visibilidade e o acesso das edificações frontais mais próximas;
- II – Ser colocadas de forma a não prejudicar o livre trânsito do público nas calçadas e a visibilidade dos condutores de veículos;
- III – Apresentarem bom aspecto estético, obedecendo aos modelos padrões propostos pela municipalidade.

Art. 31. As licenças para funcionamento das bancas devem ser afixadas em lugar visível.

Art. 32. Os jornais não poderão:

- I – Fazer uso de árvores, postes, hastes da sinalização urbana, caixotes, tábuas e toldos para aumentar ou cobrir a banca;
- II – Exibir ou depositar as publicações em caixotes ou no solo;
- III – Aumentar ou modificar o modelo da banca aprovada pela municipalidade;
- IV – Mudar o local de instalação da banca.

Art. 33. As infrações dos dispositivos constantes desta seção serão punidas com multa correspondente a 5 (cinco) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), dobrada em caso de reincidência.

SEÇÃO II CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 34. Calçada é a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.

Art. 35. As calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, de imóveis, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza.

Parágrafo Único. Os proprietários de imóveis localizados na zona urbana são obrigados a construir a calçada em frente a esses terrenos, observando o seguinte:

- I – Os materiais a serem utilizados na construção das calçadas serão definidos pelo anexo IV do Código de Edificações.

Art. 36. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:

- I – Depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;
- II – Revestimento das calçadas formando superfícies inteiramente lisa ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;
- III – Qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não, no piso das calçadas dos logradouros públicos;
- IV – Escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;
- V – Transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de deficientes físicos;

- VI – Conduzir pelas calçadas, volumes de grande porte que possam embarçar o trânsito de pedestres;
- VII – Estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;
- VIII – Depositar materiais ou entulhos provenientes de construções de construções sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da municipalidade;
- IX – Executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização, por escrito, da municipalidade.
- X – Implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água do solo;
- XI – Instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;
- XII – Preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;
- XIII – Lavar meios de transporte ou equipamentos nas calçadas públicas;
- XIV – Executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da municipalidade;
- XV – Colocar mesas e cadeiras para atendimento público.

Art. 37. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 3% (três por cento) do alinhamento para o meio-fio.

Art. 38. Nas calçadas públicas podem ser instalados, pelo Poder Público ou concessionária de serviço público, equipamentos temporários para a coleta de lixo, contando que obedeçam às normas e padrões da municipalidade.

Parágrafo Único. O lixo de que trata o caput deste artigo não é o lixo doméstico oriundo das propriedades particulares.

Art. 39. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo Único. Caberá a municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o proprietário poderá reconstruí-las e solicitar reembolso, mediante requerimento prévio e apresentação de orçamento e notas fiscais ao Município.

Art. 40. As canalizações para escoamento das águas pluviais e outras, passarão sob as calçadas.

Parágrafo Único. Quando se tornar necessário fazer escavações nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das mesmas calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações, sejam: particular, empresa contratante de serviços de utilidade pública ou repartição pública.

Art. 41. Se intimados pela municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a construção de calçadas, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados pela municipalidade, mais 20% (vinte por cento) adicionais, relativos à administração.

Parágrafo Único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapasse a 5 (cinco) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 42. Quando, em virtude dos serviços de pavimentação executados pela municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que for alterado o nível ou a largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo Único. Caso a municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 43. Não poderão ser feitas rampas de acesso aos passeios dos logradouros destinados à entrada de veículos.

Art. 44. O rampamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 45. As intimações para correção dos rampamento objetivando obedecer esta seção, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O não cumprimento, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, implicará na penalidade ao infrator na quantia de 5 (cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência específica.

SEÇÃO III FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 46. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteado ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento e dotados de passeio em toda a extensão da testada.

§ 1º O fechamento não poderá obstruir a visibilidade para o interior do lote.

§ 2º As exigências do presente artigo são extensivas aos lotes situados em ruas dotadas de guias e sarjetas.

§ 3º Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos fechamentos e passeios.

Art. 47. Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

Art. 48. Não será permitido o emprego de espinheiros, para fechamento de terrenos.

Art. 49. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a municipalidade poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

Art. 50. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Parágrafo Único. O não cumprimento, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, implicará na penalidade ao infrator na quantia de 3 (três) UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência específica.

Art. 51. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela municipalidade.

Art. 52. É proibido colocar cascos de vidro e arames farpados nas divisas frontais, laterais e fundos dos terrenos urbanos.

Parágrafo Único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência deste Código têm prazo de 3 (três) meses para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções deste Código.

SEÇÃO IV

CERCAS E FECHOS DIVISÓRIOS

Art. 53. Presumem-se comuns as cercas entre propriedades urbanas ou rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Art. 54. Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou detentores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, suínos, gado ou outros animais que exijam cercas especiais em terrenos rurais.

§ 1º A criação de animais na zona urbana não é permitida exceto os de estimação os quais deverão ser mantidos de modo a não causarem riscos a saúde da população, devidamente abrigados e tratados, e deverá obedecer ao disposto na legislação sanitária vigente.

§ 2º Os proprietários de bovinos, equinos e outros animais na zona rural são obrigados a ter cercas reforçadas e adotar providências adequadas para que os mesmos não incomodem ou causem prejuízos a terceiros, nem vaguem pelas estradas, ficando, pela inobservância deste preceito, sujeitos às penalidades legais.

Art. 55. Será aplicada multa correspondente a 5 (cinco) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal) elevada ao dobro em caso de reincidência.

CAPÍTULO III

HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I

HIGIENE DOS LOTES E DAS EDIFICAÇÕES

Art. 56. As edificações e respectivos lotes serão conservados em perfeito estado de limpeza e usados de forma a não causar qualquer prejuízo ao sossego, à salubridade ou à segurança dos seus habitantes ou vizinhos.

Parágrafo Único. Os proprietários de terrenos pantanosos são obrigados a drená-los, a fim de evitar a formação de focos de insetos, répteis, aracnídeos e outros que ofereçam riscos à saúde pública.

Art. 57. É vedado:

I – Sujar ou danificar qualquer parte de edificações públicas ou de uso coletivo;

II – Jogar cascas de frutas, papéis ou detritos de qualquer natureza fora dos lugares apropriados.

Art. 58. Nenhuma edificação situada em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitada sem que disponha dessas utilidades e seja provida de instalações sanitárias.

Art. 59. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na área urbana ou rural.

Parágrafo Único. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo marcado na intimação.

Art. 60. Os responsáveis pelo local em que forem encontrados focos ou viveiros de insetos e animais nocivos ficam obrigados à execução das medidas determinadas a sua extinção.

Art. 61. Somente será permitida a instalação de estabelecimentos comerciais destinados a depósito, compra e venda de ferros-velhos, papéis, plásticos, garrafas, sucatas ou outros materiais a serem utilizados, se forem cobertas e cercadas por muros de alvenaria ou concreto, de altura não inferior a 2,00m (dois metros), devendo as peças estarem devidamente organizadas, a fim de que não se prolifere a ação de insetos e roedores.

Parágrafo Único. É vedado aos depósitos mencionados neste artigo:

I – Expor materiais nos passeios, bem como afixá-los externamente nos muros e paredes, estas quando construídas a menos de 4,00m (quatro metros) do alinhamento predial;

II – Permitir a permanência de veículos destinados ao comércio de ferro-velho nas vias e/ou logradouros públicos.

Art. 62. Aos depósitos existentes e classificados no artigo anterior, em desconformidade com esta seção, será dado um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Lei Complementar para cumprimento do disposto na mesma.

SEÇÃO II DISPOSIÇÃO E COLETA DE LIXO

Art. 63. O lixo resultante de atividades residenciais, comerciais e de prestação de serviços será removido nos dias e horários predeterminados pelo serviço de limpeza urbana, através do serviço de coleta, que lhe dará a distinção final adequada.

§ 1º O lixo deverá ser acondicionado em recipiente adequado.

§ 2º O lixo acondicionado deverá ser colocado na lixeira dentro do lote, na frente da propriedade geradora, salvo quando da existência de contêiner padrão, pertencente ao serviço de coleta, em uma distância não superior a 50 (cinquenta) metros.

§ 3º Os resíduos constituídos por materiais perfuro-cortantes deverão ser acondicionados de maneira a não por em risco a segurança dos coletores.

§ 4º O lixo acondicionado deverá ser disposto no local de coleta nas horas mais próximas ao horário da coleta.

Art. 64. Para efeito do serviço de coleta domiciliar de lixo, não serão passíveis de recolhimento, resíduos industriais, de oficinas, os restos de material de construção ou entulhos provenientes de obras e demolições, as matérias excrementícias (inclui-se lados de fossas sépticas), as palhas das casas comerciais, bem como terra, folhas, galhos de árvores dos jardins e quintais particulares.

§ 1º O lixo enquadrado no caput deste artigo será removido às custas dos respectivos proprietários ou responsáveis, devendo os resíduos industriais destinar-se ao local previamente designado a autorizado pela municipalidade e, no que couber, pelos órgãos ambientais competentes.

§ 2º O lixo enquadrado no caput deste artigo, exceto os resíduos industriais, será coletado pela concessionária ou diretamente pelo poder público.

Parágrafo Único. Os resíduos que não apresentam características desfavoráveis à disposição e tratamento junto com os resíduos domiciliares, conforme disposto nas normas ambientais de manejo e disposição do órgão estadual competente, são passíveis de coleta.

Art. 65. Fica facultada, mediante análise, conveniência e autorização do proprietário, a obtenção de autorização especial do serviço de limpeza urbana para o aterramento de terrenos baldios com detritos, entulhos provenientes de obras, demolições ou similares, respeitada a legislação pertinente.

Art. 66. O lixo hospitalar e/ou o produto de incineração promovida pelo próprio hospital deverão ser depositados em coletores apropriados com capacidade, dimensão e características estabelecidas pelo serviço de limpeza urbana, sendo o recolhimento, transporte e destino final, feito por serviço especial de coleta diferenciada, respeitando a legislação pertinente.

Art. 67. As caçambas móveis de recolhimento individual, destinadas à coleta de lixo, entulhos e similares, deverão obedecer ao disposto Código.

Art. 68. O lixo gerado na área e no seu entorno de eventos coletivos tais como: feiras, circos, rodeios, shows ou similares, será de responsabilidade dos promotores, desde a coleta até a destinação adequada.

Art. 69. Na infração de qualquer dispositivo das Seções I e II deste Capítulo, será imposta multa correspondente a 10 (dez) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal) elevada em 50% (cinquenta por cento) na reincidência.

SUBSEÇÃO ÚNICA TERRENOS BALDIOS

Art. 70. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana deste Município, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 71. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

I – Intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;
II – Execução dos serviços de limpeza pela municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeitos os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 72. Compete à municipalidade:

I – Fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;
II – Executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do art. 71 deste Código.

Art. 73. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor previsto na legislação tributária municipal.

Parágrafo Único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

Art. 74. Ficam proibidos em terrenos baldios, os espetáculos ou depósitos de animais perigosos, sem a prévia autorização do órgão sanitário do Município.

CAPÍTULO IV POLÍCIA DE ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I COSTUMES, BEM ESTAR PÚBLICO E DIVERTIMENTOS

Art. 75. A municipalidade através de seus órgãos competentes exercerá, em cooperação com o Estado e a União, as funções de polícia de sua competência, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade, a segurança e a saúde pública.

Parágrafo Único. A municipalidade através de seus órgãos competentes poderá negar ou cessar a licença para funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestação de serviços, casas de diversões e similares, que forem danosos a saúde, ao sossego público, aos bons costumes ou à segurança pública.

Art. 76. Os proprietários de bares e demais estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas, serão responsáveis pela boa ordem e sossego público, evitando barulho e algazarra nos mesmos.

§ 1º As desordens, algazarras ou barulhos porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

§ 2º É determinantemente proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

Art. 77. É expressamente proibida a manutenção de quartos de aluguel nos bares, boates ou similares.

Art. 78. Nenhum divertimento ou festejo poderá ocorrer em logradouro público sem autorização prévia dos órgãos competentes da municipalidade.

§ 1º O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão, será instruído com prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício, bem como segurança das instalações.

§ 2º As exigências do presente artigo não atingem reuniões de ordem particular.

Art. 79. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200,00 m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 80. É expressamente proibido, sob pena de multa:

I – Danificar as paredes externas de prédios públicos ou privados;
II – Colocar recipientes de lixo em via pública, fora do horário estabelecido pela municipalidade;
III – Despejar lixo em frente a casas, terrenos baldios ou nas vias públicas;
IV – Deixar de aparar árvores dos quintais, quando deitarem galhos para as vias públicas ou para imóveis confrontantes;
V – Tirar pedra, terras ou areia das ruas, praças ou logradouros públicos;
VI – Danificar a arborização ou plantas das ruas, praças ou jardins públicos, ou colher flores destes;

- VII – Descobrir encanamentos públicos e/ou de terceiros, sem a licença da municipalidade e do proprietário quando for o caso;
- VIII – Colocar, nas vias públicas, cartazes ou qualquer outro sistema de publicidade, sem prévio consentimento da municipalidade;
- IX – Colocar estacas para prender animais nas vias e logradouros públicos;
- X – Danificar ou retirar placas indicativas de casas, ruas ou logradouros públicos;
- XI – Impedir ou danificar o livre escoamento das águas, pelos canos, valas ou sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões;
- XII – Banhar-se, lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados em vias públicas;
- XIII – Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer a limpeza das vias públicas;
- XIV – Pintar, riscar, borrar, desenhar e escrever nos muros, paredes, postes, passeios, monumentos ou obras de arte;
- XV – Depositar na via pública, qualquer objeto ou mercadoria, salvo pelo tempo necessário à descarga e sua remoção para o interior do lote ou edificação, não excedentes de 24h (vinte e quatro horas);
- XVI – Usar para fins de esporte ou jogos de recreio, as vias públicas e outros logradouros a isso não destinados, sem prévia autorização;
- XVII – Comprometer a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 81. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas em seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e Edificações;

- I – Todos os compartimentos deverão ser mantidos rigorosamente limpos;
- II – As portas e os corredores para o exterior devem conservar-se sempre livres de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
- III – Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição “SAÍDA”, legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala; e as portas se abrirão de dentro para fora;
- IV – Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- V – É proibido aos espectadores, fumar no local das sessões.

Parágrafo Único. As casas de diversões de que trata o caput deste artigo estão sujeitas ainda às legislações sanitárias vigentes no país, bem como às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à saúde e segurança nestes recintos.

Art. 82. Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculo, previamente aprovados e licenciados pelos órgãos municipais competentes, serão reservados 4 (quatro) lugares destinados às autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização, para o cumprimento de suas funções.

Art. 83. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 84. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciarem após 30 (trinta) minutos da hora marcada.

Art. 85. As disposições do artigo anterior aplicam-se também, às competições esportivas para as quais se exigir pagamento de entrada.

Art. 86. A armação de circos de pano, parques de diversões, acampamentos e outros divertimentos semelhantes, só poderão ser permitidos em locais determinados pela municipalidade.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º A seu juízo poderá o Município não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões ou obrigá-lo a novas restrições, ao conceder-lhe a renovação solicitada.

§ 3º Os circos e parques de diversões embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelo órgão sanitário municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil e Militar se julgado conveniente.

§ 4º Poderá a municipalidade, se julgar conveniente, exigir um depósito em caução no valor correspondente a 20 (vinte) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), como garantia de despesas com eventual limpeza e recomposição do logradouro. O referido depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos. Em caso contrário, serão deduzidos do mesmo as despesas feitas com tal serviço, acrescidas de taxa de administração.

Art. 87. As informações desta seção serão punidas com multa correspondente a 20 (vinte) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal).

SEÇÃO II SOSSEGO PÚBLICO

SUBSEÇÃO ÚNICA RUIDOS

Art. 88. São expressamente proibidas perturbações do sossego público, com ruídos ou sons excessivos e evitáveis, sob pena de multa, tais como:

- I – Os motores de explosão desprovidos de abafadores ou com estes em mau estado de funcionamento;

- II – Os veículos com escapamento aberto ou com carroceria semi-solta;
- III – Os de buzinas, clarins, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- IV – A propaganda realizada com alto-falante na via pública ou para ela dirigidos, sem licença, exceto para propaganda política durante a época autorizada pela legislação federal competente;
- V – Os produzidos por armas de fogo;
- VI – Os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, sem licença da municipalidade;
- VII – Apitos ou silvos de sirenes de fábricas, máquinas, cinemas etc., por mais de 10 (dez) segundos ou entre 22h (vinte e duas horas) e 6h (seis horas);
- VIII – Promover divertimentos congêneres na cidade, sem licença das autoridades.

§ 1º Ficam proibidos os ruídos, barulhos, rumores, bem como a produção de sons mencionados no caput deste artigo, num raio mínimo de 200m (duzentos metros) de repartições públicas, escolas, creches, asilos e igrejas, em horários de funcionamento.

§ 2º No raio mínimo de 400m (quatrocentos metros) de hospitais, casas de saúde e sanitários, as proibições referidas no caput deste artigo, tem caráter permanente.

§ 3º Excetuam-se das proibições deste artigo, desde que atendendo as legislações estaduais e federais pertinentes:

- a) Os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de assistência, Corpo de Bombeiros e polícia, quando em serviço;
- b) Os apitos das rondas e guardas policiais;
- c) Os sinos de igrejas, conventos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou para anunciar a realização de atos religiosos, devendo ser evitados os toques antes das 6h (seis horas) e depois das 22h (vinte e duas horas), exceto os toques fundamentais de rebates, por ocasiões de incêndio ou inundações;
- d) As fanfarras ou bandas de música, em procissões, cortejos ou desfiles públicos;
- e) As máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela municipalidade, desde que funcionem entre 7h (sete horas) e 19h (dezenove horas);
- f) As manifestações nos divertimentos públicos, nas reuniões dos clubes esportivos, com horário previamente licenciado.

Art. 89. Em zonas predominantemente residenciais é proibido executar trabalho ou serviço que produza ruído ou que venha perturbar a população, antes das 6h (seis horas) e depois das 22h (vinte e duas horas).

Art. 90. É permitida a propaganda realizada com alto-falantes, quando estes forem instalados em viaturas e com as mesmas em movimento, autorizadas pelos órgãos competentes, desde que:

- I – Estejam os veículos calibrados por medidor de decibel aceito pela municipalidade;
- II – Respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;
- III – Limitem sua atividade de segunda a sábado, das 8h30min (oito horas e trinta minutos) às 11h30min (onze horas e trinta minutos) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h (dezenove horas);
- IV – Possuam autorização prévia do órgão municipal competente.

Art. 91. As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, chispas e resíduos prejudiciais à recepção de rádio e televisão.

Parágrafo Único. As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensíveis às perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 19h (dezenove horas) até as 7h (sete horas) nos dias úteis.

Art. 92. As proibições, limitações e permissões contidas nesta seção deverão atender as medições efetuadas de acordo com a NBR 10.151 – ABNT.

Art. 93. Nas infrações de dispositivos desta subseção serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízos da ação penal cabível:

- I – Notificação para interromper ou acessar o ruído;
- II – Multa correspondente a 10 UFM (Unidade Fiscal Municipal);
- III – Interdição de atividade causadora de ruído.

SEÇÃO III PROPAGANDA EM GERAL

Art. 94. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos dependerá de regulamentação definindo, quanto aos locais, à expedição de licença e ao pagamento das respectivas taxas.

§ 1º Excetuam-se do pagamento de taxas, as placas nas obras de construção civil, com indicação do responsável técnico pela sua execução bem como as faixas e placas referirem as campanhas educativas de saúde, cultura e esporte, quando desenvolvidas pelos órgãos públicos ou associações beneficentes.

§ 2º Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios, mostruários, luminosos ou não, feitos de qualquer modo (processo ou engenho), suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes ou veículos.

Art. 95. Não será permitida a colocação de anúncios, faixas ou cartazes quando:

- I – Pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito;
- II – De alguma forma prejudiquem os aspectos ecológicos e paisagísticos tópicos, históricos e tradicionais;
- III – Que em sua mensagem, venham a contrariar a moral e os bons costumes da comunidade;
- IV – Conttenham incorreções de linguagem;
- V – Obstruir, interceptar ou reduzir o vão de portas e janelas e respectivas bandeiras;
- VI – Obstruir a visibilidade de placas de sinalização ou informativas relevantes à circulação de veículos e pedestres.

Art. 96. Os pedidos de licença para publicidade devem mencionar:

- I – A indicação dos locais que será realizada a publicidade;
- II – A natureza do material de confecção;
- III – As dimensões;
- IV – Os desenhos e os textos;
- V – As cores empregadas;

Art. 97. Os anúncios luminosos devem ser colocados a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do nível da calçada.

Art. 98. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Art. 99. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades desta seção, deverão ser apreendidos pela municipalidade, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista neste Código e cobrança de despesas para retirada dos mesmos.

Art. 100. A propaganda falada em lugares públicos por meio de amplificadores de som, alto-falantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença e o pagamento da taxa ou preço respectivo atendido as demais exigências deste Código.

Art. 101. As infrações serão punidas com multa correspondente a 3 (três) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), dobrada em caso de reincidência.

SEÇÃO IV ANÚNCIOS E CARTAZES

Art. 102. A afixação de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, escritórios, consultórios ou gabinetes, casas de diversões ou qualquer tipo de estabelecimento, depende de licença da municipalidade, mediante requerimento dos interessados, exceto se estiverem fixadas no estabelecimento.

§ 1º Incluem-se nas exigências do presente artigo, os letreiros, painéis, tabuletas, emblemas, placas, avisos e faixas.

§ 2º As prescrições do presente artigo abrangem os meios de publicidade com propaganda afixada, suspensa ou pintada em paredes, muros e tapumes.

§ 3º Incluem-se ainda na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora fixados em terrenos próprios ou de condomínio privado, forem visíveis de locais públicos.

Art. 103. Os pedidos de licença à municipalidade para colocação, pintura ou distribuição de anúncios e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda deverão mencionar:

- I – O local em que serão colocados, pintados ou distribuídos;
- II – As dimensões;
- III – As inscrições e o texto.

Parágrafo Único. No caso de anúncios luminosos, os pedidos de licença deverão indicar o sistema de iluminação a ser adotado, não podendo os referidos anúncios serem localizados a uma altura inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) da calçada.

CAPÍTULO V MEDIDAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

SEÇÃO I CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

Art. 104. É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas, gasosas ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:

- I – Crie ou propicie criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;
- II – Ocasione danos relevantes à flora, à fauna e a outros recursos naturais;
- III – Crie condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- IV – Prejudique o uso dos recursos naturais para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura e para outros fins úteis ou que

afetem sua estética.

§ 1º Meio ambiente é a interação dos fatores físicos, químicos e biológicos que condicionam a existência de seres vivos e de recursos naturais e culturais.

§ 2º Recursos naturais são:

I – A atmosfera;

II – As águas interiores superficiais e subterrâneas;

III – Os estuários e lagunas;

IV – O solo, fauna e flora.

Art. 105. As proibições estabelecidas no art. 104 aplicam-se a águas superficiais ou de subsolo e solo de propriedade pública, privada ou de uso comum.

Art. 106. A municipalidade desenvolverá ação no sentido de:

I – Determinar medidas corretivas das instalações capazes de poluir o meio ambiente, de acordo com as exigências deste Código e/ou legislações pertinentes;

II – Controlar as novas fontes de poluição ambiental;

III – Controlar a poluição através de análise, estudos e levantamento das características do solo, das águas e do ar.

Art. 107. As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle da poluição ambiental, terão livre acesso às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras fontes particulares ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente, acompanhando ou não do proprietário ou de proposto por ele indicado.

Art. 108. Para a instalação, construção, reconstrução, reforma, conversão, ampliação e adaptação de estabelecimentos industriais, é obrigatória a consulta ao órgão competente municipal, estadual ou federal.

Art. 109. O Município poderá celebrar convênios com órgãos públicos, federais ou estaduais, para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

Art. 110. A municipalidade poderá, sempre que necessário, contratar especialistas para execução de tarefas que visem à proteção do meio ambiente contra efeitos da poluição, inclusive a causada por ruídos, conforme disposto neste Código e demais legislações.

Art. 111. No que dispõe sobre as aprovações e licenciamentos ambientais, deverão ser observadas as legislações municipal, estadual e federal pertinentes.

Art. 112. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível que cause degradação da qualidade ambiental.

Art. 113. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria que causem degradação da qualidade ambiental.

Art. 114. Na infração de dispositivos desta seção serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa correspondente a 20 (vinte) UFM (Unidade Fiscal Municipal);

II – Interdição da atividade causadora da poluição.

SEÇÃO II QUEIMADAS

Art. 115. Para evitar a propagação de incêndios observar-se-ão nas queimadas as medidas preventivas necessárias.

Art. 116. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem:

I – Sem tomar as devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão 7,00m (sete metros) de largura, sendo 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) capinados e varridos e o restante roçado;

II – Sem comunicar aos confrontantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através de aviso escrito e testemunhado marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 117. Salvo acordo entre os interessados, a ninguém é permitido queimar campos de criação em comum.

Art. 118. A ninguém é permitido, sob qualquer pretexto, atear fogo em matas, capoeiras, campos alheios e áreas de domínio das vias públicas.

Art. 119. É proibido queimar, mesmo no interior dos próprios lotes inclusive nos das entidades públicas, lixo ou quaisquer corpos, em quantidade capaz de molestar a vizinhança, causar riscos a saúde da população ou propriedade alheia.

Art. 120. É expressamente proibido atear fogo, bem como cortar qualquer tipo de vegetação, em área regulamentada pelo Código Florestal, Leis nºs. 4.771, de 15 de setembro de 1965 e 7.803, de 18 de julho de 1989 ou leis estaduais e municipais que dispõe sobre a matéria.

Parágrafo Único. A recuperação das áreas de preservação permanente que sofrerem degradação será procedida mediante reflorestamento com espécies nativas típicas da região.

Art. 121. Incorrerão em multa correspondente a 25 (vinte e cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal), os infratores desta seção, além das responsabilidades criminal e civil que couberem.

SEÇÃO III ESTRADAS

Art. 122. As estradas municipais são bens públicos de uso comum do povo.

Art. 123. É proibido abrir, fechar, desviar ou modificar estradas, sem licença da municipalidade, mesmo as existentes somente de fato.

Art. 124. As estradas e caminhos públicos terão as dimensões e condições técnicas determinadas pela legislação municipal.

Art. 125. A construção de muros, cercas e tapumes de qualquer natureza, bem como a abertura de valas ao longo das estradas, deverão ser submetidas à prévia aprovação da municipalidade.

Art. 126. No alinhamento das estradas municipais não se permitirá:

I – A construção de qualquer natureza, a menos de 10m (dez metros) do eixo das estradas rurais;

II – Arborização espessa a menos de 10m (dez metros) do eixo das estradas rurais;

III – Cercas a menos de 2m (dois metros) do alinhamento das bordas das estradas rurais.

Art. 127. É expressamente proibido, nas estradas municipais, o emprego de qualquer meio que possa causar estragos ao leito das mesmas.

Art. 128. A municipalidade tem autonomia para remover árvores nativas ou plantadas do leito das estradas municipais, quando estas estiverem, de alguma forma, prejudicando o livre trânsito de veículos.

Art. 129. É de responsabilidade do proprietário a remoção de cercas de sua propriedade quando isto se fizer necessário para manutenção das estradas pela municipalidade.

Art. 130. O escoamento de águas pluviais será feito de forma que não prejudique a parte trafegável da estrada. A municipalidade poderá abrir escoadouros, valas ou sarjetas em propriedade particular, quando isto for tecnicamente recomendável, desde que não haja prejuízo de qualquer natureza às lavouras, fontes de água ou benfeitorias, ficando o proprietário responsável pela sua limpeza e manutenção.

Art. 131. Sem prévia autorização da municipalidade, é proibida a construção de bueiros ou pontilhões nas estradas públicas, destinadas especialmente para o desvio do curso normal das águas.

Art. 132. É expressamente proibida a obstrução do leito das estradas municipais, bem como das valas e escoadouros, com entulho de forragem, ciscos, palhas, madeiras, pedras, terra ou material de qualquer espécie.

Art. 133. Fica o proprietário rural obrigado a manter desobstruídos os bueiros, escoadouros e valas das estradas municipais, no limite de sua propriedade, a fim de evitar a erosão do leito das estradas.

Parágrafo Único. Quando a estrada for divisa, cada proprietário fica responsável, pela parte em que suas terras se confrontam com a estrada.

Art. 134. É obrigação do proprietário ou ocupante de terras, manter roçada toda extensão da propriedade que margeia as estradas, sob pena dos serviços serem feitos pela municipalidade (ou terceiros contratados por esta), a qual cobrará dos proprietários ou responsáveis, as despesas acrescidas das respectivas multas, bem como a taxa de administração pela execução dos serviços.

§ 1º Os valores dos serviços quando realizados ou contratados pela municipalidade, serão estabelecidos por decreto do Poder Executivo.

§ 2º A roçada obrigatória será de 3m (três metros) a cada lado das estradas.

Art. 135. Aos infratores de qualquer artigo desta seção será cobrada a multa correspondente a 5 (cinco) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), sem prejuízo de ter que reparar o dano causado e restituir a situação ao status quo.

SEÇÃO IV EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS

Art. 136. A autorização para exploração de pedreiras só poderá ser concedida se observados os preceitos Deste Código.

Parágrafo Único. A solicitação para expedição do Alvará de Licenciamento Municipal deverá estar acompanhada das seguintes indicações e documentos:

- I – Nome do proprietário do solo;
- II – Denominação do imóvel, do distrito, do município e estado em que se situa a jazida;
- III – Substância mineral licenciada;
- IV – Área licenciada em hectares (máxima 50ha);
- V – Prazo, data de expedição e número da licença;
- VI – Prova de registro da sociedade na Junta Comercial;
- VII – Certidão negativa de débito municipal;
- VIII – Título de propriedade do solo (escritura e certidão de registro de imóveis atualizada);
- IX – Plantas de detalhes e situação da área;
- XI – Memorial descritivo da área, assinado por profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia – CREA/SC, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- XII – Licença da Fundação do Meio Ambiente – FATMA;
- XIII – Registro de licenciamento expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- XIV – Plano de recuperação do solo.

Art. 137. A fim de preservar a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente interessado em apresentar plano de recomposição e urbanização da área, que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Parágrafo Único. A obrigatoriedade do cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata este artigo, será manifestado através de compromisso firmado entre o licenciado e a municipalidade.

Art. 138. A exploração de pedreiras e corte em rochas com uso de explosivos ficam sujeitos às seguintes condições:

- I – Declaração de capacidade de estocagem de explosivos, a ser apresentada quando do licenciamento;
- II – Intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosões;
- III – Içamento, antes da explosão, de uma bandeira vermelha à altura conveniente para ser vista à distância;
- IV – Toque por três vezes com intervalos de dois minutos, de uma sirene e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 139. O não cumprimento das obrigações impostas nesta seção implicará nas seguintes sanções:

- I – Embargo da exploração e multa correspondente a 10 (dez) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal);
- II – Cancelamento e revogação da licença.

SEÇÃO V

DEFESA DAS ÁRVORES E DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

Art. 140. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da municipalidade.

§ 1º A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviço público ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorização específica da municipalidade, em cada caso.

§ 2º Nos loteamentos particulares os proprietários deverão arborizar as vias de acordo com projeto previamente aprovado pela municipalidade.

Art. 141. Não será permitida a utilização das árvores da arborização pública para colocar cartazes e anúncios ou fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio e instalações de qualquer natureza ou finalidade.

Art. 142. A derrubada de mata dependerá de licença dos órgãos estadual e federal competentes.

Parágrafo Único. A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública ou estiver em área de preservação permanente, ou ainda determinada pela Lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 143. Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta multa correspondente a 20 (vinte) UFM (Unidade Fiscal Municipal), dobrada em caso de reincidência; comunicação dos fatos às autoridades ambientais estaduais e federais, sem prejuízo da reposição da vegetação suprimida no prazo de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO VI

ANIMAIS

Art. 144. Aos animais em geral aplicam-se as normas previstas na legislação federal, estadual e municipal, cabendo à municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 145. Os animais são de integral responsabilidade de seus respectivos proprietários, quanto à criação, alimentação, tratamento veterinário e abrigo, inclusive no tocante a eventuais danos e prejuízos causados a pessoas e ao patrimônio público, comum e privado.

Art. 146. Os cães poderão andar na via pública desde que em companhia de seu dono, portando dispositivos de segurança, respondendo a este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 147. Os animais evadidos serão recolhidos pela municipalidade e encaminhados para locais adequados e convenientes, assumindo o proprietário, integral responsabilidade pelo ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos a pessoas e ao patrimônio público, comum e privado.

Parágrafo Único. A municipalidade, em caso de o proprietário não procurar o animal apreendido, dentro de 5 (cinco) dias de sua apreensão, dará o mesmo o destino que melhor convier ao interesse público.

Art. 148. Os proprietários de animais devem tomar todas as medidas cabíveis e indicadas pelas normas veterinárias, no tocante à ação preventiva e curativa dos animais, como a vacina contra a raiva.

Art. 149. É expressamente proibido:

- I – Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana, ao longo das rodovias e logradouros públicos;
- II – Criar pequenos animais (coelhos, perus, patos, galinhas e outros) na Macrozona Urbana Consolidada;
- III – Criar pombos na Macrozona Urbana Consolidada;
- IV – Amarrar animais em cercas, muros, grandes ou árvores da via pública;
- V – Domar ou adestrar animais nas vias públicas;
- VI – Dar espetáculos de feras e exposições de cobras ou quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores e autorização expressa da municipalidade;
- VII – Comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;
- VIII – Praticar qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais;
- IX – Cada proprietário é responsável pela limpeza dos excrementos que seu animal depositar em vias públicas.

Art. 150. É proibida a criação ou engorda de suínos, bovinos e equinos na Macrozona Urbana Consolidada e em loteamentos realizados na Macrozona de Expansão Urbana.

Art. 151. Os animais acometidos de doenças ou males infectocontagiosos que possam pôr em risco a integridade das pessoas e outros animais, devem ser sacrificados imediatamente, devendo o fato ser comunicado às autoridades competentes, por escrito.

Art. 152. Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente a 5 (cinco) UFM (Unidade Fiscal municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência.

SEÇÃO VII CULTOS

Art. 153. A realização de cultos de qualquer ordem deve ser precedida de autorização por escrito da municipalidade no tocante ao seu local de efetivação.

Art. 154. No tocante aos cultos, não é permitido qualquer tipo de publicidade, manifestação, ato ou omissão que implique em atentado à honra ética, a integridade física das pessoas e animais, ao patrimônio público comum e privado, à ordem e ao bem-estar público.

Art. 155. É vedada a realização de cultos religiosos em logradouros públicos, praças ou locais não destinados a isto, sem expressa autorização da municipalidade.

Art. 156. Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente a 5 (cinco) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência.

SEÇÃO VIII INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 157. No interesse público a municipalidade, através do órgão sanitário e demais órgãos competentes fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 158. São considerados inflamáveis entre outros: fósforos e materiais fosforados, gasolina e demais derivados de petróleo, éteres, álcoois, aguardentes e óleos em geral, carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos e toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 93°C (noventa e três graus centígrados).

Art. 159. Consideram-se explosivos dentre outros: fogos de artifícios, nitroglicerina, seus compostos e derivados, pólvora, algodão-pólvora, espoletas e estopins, fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres, cartuchos de guerra, caça e mina.

Art. 160. É absolutamente proibido:

- I – Fabricar explosivos sem licença especial da autoridade federal competente e em local não aprovado e não autorizado pelos órgãos estaduais e municipais competentes;
- II – Manter depósitos de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;
- III – Depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada na respectiva licença,

de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável em 20 (vinte) dias.

§ 2º Os usuários e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos desde que atendam à regulamentação das Forças Armadas e das legislações municipal, estadual e federal pertinentes.

Art. 161. Os depósitos de explosivos e inflamáveis serão construídos obedecendo às prescrições das Forças Armadas, Corpo de Bombeiros e o disposto nas legislações municipal, estadual e federal pertinentes.

Art. 162. Para exploração de pedreiras com explosivos, será observado o seguinte:

I – Colocação de sinais nas proximidades das monas que possam ser percebidos distantemente pelos transeuntes, pelo menos a 100,00m (cem metros) de distância;

II – Adoção de um toque convencional e de um brado prolongado dando o sinal de fogo, conforme inciso IV do art. 138 deste Código.

Art. 163. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º Não poderão ser transportados simultaneamente no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e do ajudante.

§ 3º Não será permitida a descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

Art. 164. É vedado, sob pena de multa, além de responsabilidade criminal e civil que couber:

I – Soltar balões, fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueira nos logradouros públicos, ou em janelas ou portas que confrontarem com os mesmos, sem prévia licença da municipalidade e de outros órgãos competentes, a qual será concedida por ocasião de festejos, indicando-se para isso, quando conveniente, locais apropriados e horários.

Art. 165. Fica sujeita à licença de aprovação dos órgãos competentes a instalação de bombas de gasolina e de depósito de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

§ 1º A municipalidade poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou bomba irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§ 2º Os projetos de construção de estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais deverão observar, além das disposições deste Código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações do Código de Obras e Edificações e das legislações municipal, estadual e federal pertinentes.

Art. 166. As infrações desta seção serão punidas com multa correspondente a 20 (vinte) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo da apreensão do material.

CAPÍTULO VI

FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

SEÇÃO I

COMÉRCIO LOCALIZADO

Art. 167. O funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços somente será permitido após a concessão do Alvará de Funcionamento e Localização, do Alvará de licença do Corpo de Bombeiros e do Alvará Sanitário, se for o caso, o qual será concedido se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes e, ainda, obedecidas às determinações de uso e ocupação do solo urbano, de acordo com Lei do Plano Diretor Municipal.

Parágrafo Único. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar sem prévia licença do Município, a qual só será concedida se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes, obedecido o zoneamento de usos.

Art. 168. Para efeito de fiscalização o Alvará de Funcionamento e Localização e o Alvará Sanitário, quando for o caso, deverão ser conservados no estabelecimento em lugar visível ao público os quais deverão ser renovados anualmente mediante pagamento de taxa de licença conforme tabela do Código Tributário Municipal.

Art. 169. O Alvará de Funcionamento e Localização, bem como o Alvará Sanitário, somente poderão ser concedidos mediante vistoria e aprovação previa dos departamentos municipais competentes e estaduais, se for o caso.

Art. 170. O Alvará de Funcionamento e Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 171. Não será concedida a licença aos estabelecimentos industriais que, pela natureza dos produtos, pelas matérias primas utilizadas, pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo, venham a prejudicar a saúde pública.

Art. 172. A licença poderá ser cassada pela municipalidade e o estabelecimento fechado imediatamente:

- I – Quando se tratar de negócio diferente daquele requerido e liberado na licença;
- II – Se o licenciado usá-lo para fins ilícitos ou para atos ofensivos à moral e ao bom costume;
- III – Se o licenciado se opuser, de qualquer modo, à fiscalização;
- IV – Por solicitação de autoridades, fundamentada em motivos justificados;
- V – Para reprimir especulações de atravessadores de gêneros de primeira necessidade;
- VI – Como medida preventiva, a bem da higiene, do sossego e segurança pública.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º A reabertura do estabelecimento fechado será permitida, depois de sanados os motivos que ocasionaram o seu fechamento.

§ 3º Será igualmente fechado, todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença, expedida em conformidade, com o que preceitua esta seção, ou deixar de exibir alvará de funcionamento e localização do exercício.

Art. 173. Para a mudança do local do estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços, deverá ser solicitada a necessária permissão aos órgãos municipais competentes envolvidos, os quais verificarão se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 174. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços serão controlados pelos órgãos municipais competentes e regulamentados por este Código.

Art. 175. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo Único. Não constitui infração, o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela municipalidade, de acordo com a legislação específica e não embaçace o livre trânsito de pedestres.

Art. 176. A municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, sem que caiba direito aos fiscalizados de reclamação, obstrução e indenização, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 177. As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa correspondente a 20 (vinte) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência.

SEÇÃO II COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 178. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da municipalidade, mediante requerimento do interessado.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste Código, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem exercer o mesmo, sendo pessoal e intransferível.

Art. 179. Deferido o requerimento, a municipalidade passará em Alvará de Licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, como o nome e sobrenome, idade, nacionalidade, cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial ou industrial, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 180. Com o Alvará, a municipalidade fornecerá ao licenciado o ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o Alvará de Licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito municipal e, não sendo retiradas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos deste Código.

§ 4º Quando as mercadorias apreendidas forem susceptíveis de deterioração, serão avaliadas e doadas às casas de instituições de caridade, mediante recibo.

Art. 181. A municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante quando, o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido.

Art. 182. Ao ambulante é vedado:

- I – O comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionados na licença;
- II – Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou logradouros;
- III – Estacionar nas vias públicas ou logradouros, fora dos locais previamente destinados pela municipalidade;
- IV – A venda de bebidas alcoólicas;
- V – A venda de mercadorias ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;
- VI – A venda de aparelhos eletrodomésticos;
- VII – A venda de quaisquer gêneros ou objetos que, a juízo do órgão competente, sejam julgados inconvenientes ou passam oferecer dano à coletividade;
- VIII – Transitar pela calçada ou passeio conduzindo cestas ou outros volumes grandes que venham a obstruir a passagem dos transeuntes.

Art. 183. A municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários.

Art. 184. As informações ao disposto nesta seção estão sujeitas à apreensão da mercadoria e ao pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, estando o infrator sujeito à multa de 5 (cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal) em casos de reincidência.

SEÇÃO III ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 185. Aplicam-se à indústria, no que couber, a disposição sobre o comércio, além das contidas nesta seção.

Art. 186. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a municipalidade exigirá relatório de impacto ambiental, expedido pela FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 187. A localização das indústrias obedecerá ao zoneamento de uso da Lei do Plano Diretor Municipal da cidade de Maravilha.

Art. 188. As informações desta seção estão sujeitas à multa correspondente a 30 (trinta) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo da interdição da atividade.

SEÇÃO IV TRAILERS E BARRACAS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL

Art. 189. A autorização para funcionamento de trailers, barracas de exploração comercial e similares, será sempre precedida de consulta de viabilidade, aos órgãos municipais competentes e ao Corpo de Bombeiros.

Art. 190. Para concessão de Alvará de Funcionamento e Localização de trailers e barracas de exploração comercial, acompanharão o pedido de licença para funcionamento os seguintes documentos:

- I – Consulta de viabilidade aprovada;
- II – Declaração da atividade a ser explorada;
- III – Planta ou desenho cotado, indicando a disposição do trailer;
- IV – Contrato social ou declaração de firma individual, se for o caso, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado;
- V – Fotografia ou perspectiva externa do trailer a ser utilizado;
- VI – Título de propriedade, contrato de locação ou documento que habilite a utilização do local, nos casos de terrenos particulares onde o trailer ficar estacionado;
- VII – Alvará de licença concedido pelo Corpo de Bombeiros;
- VIII – Alvará de licença concedido pela Vigilância Sanitária, nos casos em que a atividade exigir.

Art. 191. A viabilidade aprovada de que trata o artigo anterior não garantirá a concessão do Alvará Sanitário Municipal, ficando o estabelecimento sujeito ao cumprimento da legislação sanitária vigente.

Art. 192. O Alvará de Funcionamento e Localização será expedido pelo departamento de Tributação Municipal, obedecendo às exigências deste Código.

§ 1º A municipalidade reserva-se o direito de determinar aos proprietários, através de notificação, a retirada de seu comércio do local, desde que o referido local seja declarado de utilidade pública.

§ 2º Em caso de não acatamento à determinação contida no parágrafo anterior, após 30 (trinta) dias de sua notificação, a municipalidade procederá a remoção dos trailers e barracas de exploração comercial ao seu depósito, incorrendo os infratores em multa cabível.

Art. 193. A taxa de licença para funcionamento do comércio de que trata este Código, será fixada de acordo com o que estabelece o Código Tributário Municipal.

Art. 194. O proprietário do trailer e/ou barraca de exploração comercial, obriga-se a retirar diariamente o lixo gerado pela atividade explorada.

Art. 195. Fica proibida a locação do trailer e/ou barraca de exploração comercial e similares a menos de 50 (cinquenta) metros de outros congêneres fixo, bem como em locais julgados inconvenientes pela municipalidade.

Art. 196. Fica proibida a execução de qualquer benfeitoria complementar, sem previa autorização da municipalidade.

Art. 197. O Alvará de Licença será válido pelo período de 12 meses e somente para local requerido.

Art. 198. O não cumprimento do que estabelece este capítulo implicará na cassação da autorização de funcionamento.

Art. 199. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa correspondente a 20 (vinte) unidades da UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo da apreensão das mercadorias em caso de não regularização da situação.

SEÇÃO V FEIRAS LIVRES, COMÉRCIO DE MERCADORIAS E VESTUÁRIO

Art. 200. É permitida a realização de feiras livres para venda de hortifrutigranjeiros, mercadorias e vestuário, ficando o Município por seu poder Executivo, através dos seus órgãos competentes, autorizar e emitir decreto para regularização.

Parágrafo Único. Quando ocorrer comércio eventual ou feirante no Município, deverá ser mantido após seu término um posto de atendimento ao consumidor, para garantir os direitos dos mesmos, pelo prazo de 100 dias.

SEÇÃO VI HIGIENE ALIMENTAR

Art. 201. A municipalidade exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral na forma da legislação específica.

SEÇÃO VII HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E LAZER.

Art. 202. Os estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, instalados no Município de Maravilha, bem como os de lazer, serão mantidos sob rigorosos cuidados de higiene e limpeza, em observância às normas estaduais e federais.

CAPÍTULO VII HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 203. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, de crédito e prestadores de serviços, tanto atacadistas como varejistas, obedecerão aos horários estipulados neste capítulo, observadas as normas da legislação federal do trabalho, que regula o contrato de duração e as condições de trabalho, conforme tabela abaixo:

TIPO DE ESTABELECIMENTO	HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO		
	DIAS ÚTEIS	SÁBADOS	DOMINGOS E FERIADOS
Comércio em Geral, inclusive seção de vendas de indústria e depósitos	Das 8h às 18h30min, com intervalo facultativo para almoço	Das 8h às 12h. Um sábado por mês definido pela Associação Empresarial, das 8h às 16h30min, com intervalo facultativo para almoço	Fechado.
Prestação de serviços	Das 8h às 18h, com intervalo facultativo para almoço	Das 8h às 12h	Sem funcionamento
Indústria	Livre	Livre	Livre
Postos de Gasolina	Conf. Lei Federal	Conf. Lei Federal	Conf. Lei Federal
Hotéis, hospitais e similares	00h às 24h	00h às 24h	00h às 24h
Padarias e similares	6h às 21h	6h às 21h	Livre
Supermercados, mercearias e similares	8h às 19h	8h às 18h	Sem funcionamento
Açougues, peixarias e similares	8h às 18h	8h às 18h	Sem funcionamento
Restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares, cinemas, teatros, bancas de revistas, casas de danças ou diversões públicas e lojas de artesanato	Livre	Livre	Livre
Farmácias	8h às 22h	8h às 22h	Plantão
Salões de beleza, barbearias, saunas, academias de ginástica e similares	8h às 22h	8h às 22h	Sem funcionamento

§ 1º Consultado o CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Prefeito Municipal poderá prorrogar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, por Decreto, atendido o interesse público e respeitada as legislações trabalhistas.

§ 2º Os postos de gasolina estão sujeitos a horários previstos em Legislação Federal, conforme portaria do Ministério de Minas e Energia.

§ 3º Poderão ainda, ser concedidas licenças especiais de que trata este artigo a estabelecimentos e atividades cujo funcionamento ou desempenho fora de horário seja de interesse público.

§ 4º Para funcionamento de estabelecimento de mais de um ramo de comércio, será observado o horário determinado para a espécie principal.

Art. 204. Em qualquer dia será permitido o funcionamento sem restrição de horários, dos estabelecimentos que se dediquem as seguintes atividades:

- I – Imprensa de jornais;
- II – Distribuição de leite;
- III – Frio industrial;
- IV – Distribuição de gás;
- V – Serviço de transporte coletivo;
- VI – Agência de passagens;
- VII – Postos de gasolina, lavagem, lubrificação e borracheiros;
- VIII – Despacho de empresa de transportes de produtos perecíveis;
- IX – Qualificação e distribuição de água;
- X – Hospitais, casas de saúde e postos de serviços médicos;
- XI – Hotéis e pensões;
- XII – Agências funerárias;
- XIII – Indústrias cujo processo seja contínuo e interrupto.

Art. 205. Será fixado, mediante Decreto, o plantão de farmácias nos dias úteis, sábados, domingos e feriados.

§ 1º O regime obrigatório de plantão semanal das farmácias obedecerá rigorosamente às escalas fixadas no decreto, consultados os proprietários de farmácias e drogarias locais.

§ 2º As farmácias e drogarias ficam obrigadas a fixar nas portas o nome e endereço e telefone das demais plantonistas.

§ 3º Mesmo quando forem fechadas as farmácias e drogarias, poderão em caso de urgência atender ao público a qualquer hora do dia e da noite.

Art. 206. É proibido, fora do horário normal de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais:

- I – Praticar ato de compra e venda;
- II – Manter abertas ou semicerradas as portas do estabelecimento, ainda quando dêem acesso ao interior do prédio e este sirva de residência ao responsável;
- III – Vender por qualquer meio de visibilidade do interior do estabelecimento quando este estiver fechado por porta envidraçada.

Parágrafo Único. Não constitui infração a abertura do estabelecimento para lavagem ou limpeza, ou quando o responsável não tendo outro meio de comunicar com a rua, conservar uma das portas de entrada aberta para o efeito de recebimento de mercadorias, durante o tempo restritamente necessário a efetivação do mencionado, etc.

Art. 207. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente a 20 (vinte) unidades de UFM (Unidade Fiscal Municipal), sendo dobrada em caso de reincidência.

CAPÍTULO VIII INFRAÇÕES

SEÇÃO I INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 208. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Executivo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 209. Será considerado infrator, todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar a infração, além dos encarregados de executar este Código, que tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicá-la.

Parágrafo Único. Serão punidos de conformidade com o presente Código:

- I – Os servidores que negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas neste Código;
- II – Os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;
- III – Os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicá-la.

Art. 210. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou não fazer, consistirá em multa e/ou apreensão.

§ 1º Nas reincidências específicas, as multas serão consideradas em dobro;

§ 2º Considera-se reincidente específico, para aplicação da multa, aquele que já tenha sido penalizado por outra infração da mesma natureza.

Art. 211. Em caso de reincidência não específica, a multa poderá ser graduada, acrescentando-se, no mínimo, 50%, considerado:

- I – A gravidade da infração;
- II – As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III – Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 212. Os contribuintes que estiverem com débito em relação a tributos e multas junto à esfera municipal, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a municipalidade, participar de processos licitatórios, celebrar contratos, termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com o Município de Maravilha.

Art. 213. As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.

Parágrafo Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência regulamentar que a houver destinado.

Art. 214. Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito da municipalidade, suportando com os encargos de fiel depositário.

Parágrafo Único – Quando a isto não se prestarem os objetivos, ou a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositados em mãos de terceiros, ou do próprio infrator, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Art. 215. Serão sustadas as apreensões feitas por força das disposições deste Código, se o infrator se prontificar a pagar imediatamente a multa devida, cumprindo, de imediato, os demais preceitos que houver violado, ou prestar fiança correspondente ao valor dos objetos apreendidos, em dinheiro depositado nos cofres municipais, bem como ressarcir a municipalidade das despesas com apreensão, transporte e depósito, dentre outras.

Art. 216. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

- I – Os incapazes, na forma da lei;
- II – Os que forem coagidos ou induzidos a cometer a infração.

Art. 217. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a penalidade recairá:

- I – Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;
- II – Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz de toda ordem;
- III – Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 218. A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código, será punida com multa correspondente a 10 (dez) UFM (Unidade Fiscal Municipal), podendo ser dobrada ou acrescida, em caso de reincidência.

SEÇÃO II NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 219. As advertências para cumprimento de disposições destas das demais leis e decretos municipais poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pelos órgãos competentes do Município.

Art. 220. A notificação preliminar será feita em formulário próprio, com cópia em carbono, onde ficará o ciente do notificado e conterá os seguintes elementos:

- I – Nome do infrator;
- II – Endereço;
- III – Data;
- IV – Indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;
- V – Prazo para regularização a situação;
- VI – Assinatura do notificante e do notificado.

§ 1º Recusando-se o notificado a dar o ciente, será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.

§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando a cópia com o órgão competente do Município.

Art. 221. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado às providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo Único. Mediante requerimento devidamente justificado pelo notificado, o órgão competente do Município poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

SEÇÃO III AUTO DE INFRAÇÃO E RECURSOS

Art. 222. Dará motivo à lavratura de auto de infração, qualquer violação das normas deste Código e demais leis municipais, que for levada ao conhecimento do Prefeito ou dos órgãos competentes do Município, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenara, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 223. Qualquer pessoa poderá denunciar infrações dirigindo-se diretamente ao órgão competente do Município para fins de direito.

Parágrafo Único. São autoridades para lavrar o auto de infração, os fiscais ou outros servidores designados para o ato pelo Prefeito.

Art. 224. É atribuição dos órgãos competentes do Município confirmar os autos de infração e arbitrar as multas.

Art. 225. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entre linhas, emendas ou rasuras, deverão conter, obrigatoriamente:

I – O dia, mês, ano e hora do lugar onde foi lavrado;

II – O nome de quem lavrou;

III – Relato, com toda clareza, do fato constitutivo da infração e os por menores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

VI – Nome do infrator, sua profissão e residência;

V – Dispositivo legal violado;

VI – Intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos por este Código;

VII – Assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

§ 1º As omissões ou incorreções do auto não acarretarão em sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em comissão, nem a recusa agravará a pena, devendo apenas constar assinatura de duas testemunhas com seus nomes legíveis e respectivos endereços.

§ 3º Negando-se o infrator a assinar o auto, deverá ser anotada a recusa do mesmo, que será remetido pelo correio, com selo, registro e aviso de recebimento.

Art. 226. Lavrado e devidamente processado o auto, aguardará, no serviço competente, o decurso de prazo da apresentação de defesa, que deverá ser apresentada por escrito ao secretário ao qual estiver subordinado o autuante.

Parágrafo Único – Se o autuado apresentar defesa, sobre a mesma, se manifestará o autuante prestando as necessárias informações.

Art. 227. Se decorrido o prazo estipulado, não apresentar o autuado a sua defesa, será o mesmo considerado revel, do que será lavrado um termo pelo servidor competente, lançando de ofício, multas e demais penalidades neste Código e legislação municipal.

Art. 228. Decorrido o prazo sem devido pagamento, a multa será inscrita em dívida ativa extraíndo-se a competente certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 229. A intimação do(s) infrator(es) será feita, sempre que possível, pessoalmente, ou via postal, e não sendo encontrado, será publicada em edital, no mural público na sede da municipalidade e no Boletim Oficial.

SEÇÃO VI DECISÃO EM PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 230. As defesas contra o auto de infração dos agentes fiscais serão decididas por comissão nomeada mediante decreto para este fim, que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Se entender necessário a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista sucessivamente, ao autuado e ao autuante ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um para alegações finais.

§ 2º Ocorrendo o caso do parágrafo 1º, o prazo para julgamento pela comissão inicia-se da data da juntada da última manifestação.

§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção em face das provas produzidas.

Art. 231. A decisão redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, definindo expressamente os seus efeitos nos casos respectivos.

§ 1º Não sendo proferida a decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, o auto de infração será considerado automaticamente improcedente, comunicando-se o autuado.

§ 2º Proferida a decisão sendo a mesma procedente, caberá recurso voluntário ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º A autoridade de segunda instância deverá tomar decisão definitiva em 10 (dez) dias.

§ 4º Da decisão será cientificado o interessado.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 232. As regras atinentes às feiras esporádicas, itinerantes e provisórias serão expedidas em legislação própria.

Art. 233. Para o cumprimento dos prazos dispostos neste Código e nos mesmos que o regulamentam, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia que:

I – For determinado o não funcionamento da Prefeitura.

II – O expediente da Prefeitura for encerrado antes do horário normal.

Parágrafo Único. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia subsequente à modificação.

Art. 234. As despesas decorrentes da presente serão consignadas no orçamento vigente de cada ano.

Art. 235. Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a lei nº 1.236/87 e suas alterações.

Maravilha - SC, 4 de novembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3368 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3368 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 48.062,47 (Quarenta e Oito Mil Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Sete Centavos) conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMOS

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar

0501 – 333900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 23.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMOS

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 333900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Recursos Ordinários R\$ 22.782,50

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMOS

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 333900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Recursos Ordinários R\$ 2.279,97

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3369 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3369 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 4.251,04 (Quatro Mil Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Quatro Centavos) conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE

0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde

0601 – 333900000 – Aplicações Diretas

0601 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 4.251,04

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2016

Pág 1 / 2

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		0,00	0,00
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		162.500,00	1.740.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		162.500,00	1.740.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		18.415,90	209.832,34
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(4.061,32)	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.477,22	209.832,34
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		511.699,00	8.495,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		511.699,00	8.495,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		692.614,90	1.958.327,34
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		108.964,97	1.273.112,59
Ordinária		108.964,97	1.273.112,59
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	466.887,41
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	466.887,41
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		17.018,97	218.327,34
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	8.495,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.018,97	209.832,34
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		566.630,96	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		566.630,96	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-003-HFNRI-215865177 - Emitido por: DIONÍSIO KEMCZYNSKI

IPM Sistemas Ltda

03/11/2016 10:32



CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		692.614,90	1.958.327,34

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 03/11/2016, Hora emissão 10:33:02

Notas:

GERALDO MICHELLUZZI
Presidente em Exercício
CPF: 383.461.769-53

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-003-HFNRI-215865177 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

03/11/2016 10:32

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 040-2016 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 040/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: RETIFICA E MECÂNICA NELINHO LTDA EPP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESMONTAGEM, MONTAGEM E MÃO DE OBRA DE RETÍFICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO DO MOTOR DO VEÍCULO SAMU PLACA MIA 1543.

Valor: R\$ 12.499,95

Vigência: Início: 26/10/2016 Término: 31/12/2016.

Data da assinatura: 26 de outubro de 2016.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0273/2016

DECRETO Nº 0273/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.253/2016, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 022/2016 de 21.01.2016, Considerando o afastamento do cargo da professora efetiva titular Nilva Fatima Alebrandt, em Licença para tratamento de saúde no período conforme Portaria nº 0175/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. ROSANGELA KNORST DEOTTI, portadora do CPF nº 612.962.529-49, RG nº 2.034.721-9, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre, com carga horária de 20 horas semanais, turno Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 033/2016, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 07.11.2016 a 01.12.2016, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07.11.2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 033/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: ROSANGELA KNORST DEOTTI, brasileira, casada, portadora do CPF nº 612.962.529-49, RG nº 2.034.721, residente e domiciliada na Rua do Comércio, 1613, Centro – município de

Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Pré I, atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de a Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt estar em Licença para tratamento de saúde no período, conforme Portaria nº 0175/2016, e de acordo com o fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Art. 44 da Lei Municipal nº 1.347/1998, Art. 2º, § 1º, Inciso V da Lei Municipal nº 1.386/1999 e conforme Leis Municipais nº s: 971/1990, 1.513/2002, 2.253/2016 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 07 de novembro de 2016. Término: 01 de dezembro de 2016. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.514,16 (Um mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Vespertino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir

quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

ROSANGELA KNORST DEOTTI

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas: 1. _____

2. _____

DECRETO Nº 0274/2016

DECRETO Nº 0274/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.253/2016, Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 022/2016 de 21.01.2016, Considerando o afastamento do cargo da professora efetiva titular Nilva Fatima Alebrandt, em Licença para tratamento de saúde no período conforme Portaria nº 0175/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. JANETE TEREZINHA EBERHARDT, portadora do CPF nº 064.467.599-32, RG nº 4.653.892-5, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 034/2016, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 07.11.2016 a 01.12.2016, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07.11.2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 034/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: JANETE TEREZINHA EBERHARDT, brasileira, em União Estável, portadora do CPF nº 064.467.599-32, RG nº 4.653.892-5, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, 151, Bairro Jardim – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Pré I, atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude de a Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt estar em Licença para tratamento de saúde no período, conforme Portaria nº 0175/2016, e de acordo com o fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Art. 44 da Lei Municipal nº 1.347/1998, Art. 2º, § 1º, Inciso V da Lei Municipal nº 1.386/1999 e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 2.253/2016 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 07 de novembro de 2016. Término: 01 de dezembro de 2016. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.514,16 (Um mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

JANETE TEREZINHA EBERHARDT

Contratada

Testemunhas: 1. _____

2. _____

DECRETO Nº 0275/2016

DECRETO Nº 0275/2016 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PATRÍCIA CANDATEN PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a Sra. PATRÍCIA CANDATEN, portadora do CPF nº 024.376.850-81, RG nº 3111246454, para desempenho do cargo em comissão de COORDENADORA DE PROGRAMAS/ATIVIDADES MUNICIPAIS, para atuação em programas e ações no Departamento Municipal de Saúde de Modelo/SC, conforme designações, com dedicação integral.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste Decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-02 do quadro de Servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo – SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 045/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0275/2016

Cargo em Comissão: Coordenadora de Programas/Atividades Municipais

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Sra. PATRÍCIA CANDATEN, portadora do CPF nº 024.376.850-81, RG nº 3111246454, a fim de tomar posse no cargo de COORDENADORA DE PROGRAMAS/ATIVIDADES MUNICIPAIS do município de Modelo - SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº

0275/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 04 de novembro de 2016.

PATRÍCIA CANDATEN

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 654/2015

CONTRATADA: ICAP – INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

VALOR: R\$ 11.450,00.

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luiz Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório Nº 654/2015, objetivando A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO NO MUNICÍPIO DE MODELO-SC.

Modelo (SC), 04 de Novembro 2016.

Ricardo Luiz Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2016 - PEDRISCO - GAIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO: 55/2016

MODALIDADE PREGÃO: 013/2016

CONTRATO: 106/2016

CONTRATADA: GAIA RODOVIAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: 38.776,00 (trinta e oito mil setecentos e setenta e seis reais)

VIGÊNCIA: 31/12/16

DATA ASSINATURA: 04/11/16

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. supracitado, conforme segue:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS E PLACAS PARA OBRAS DO SISTEMA VIÁRIO, EQUIPAMENTOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS URBANOS E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, PONTES, POTILHÕES, BUEIROS, MELHORIAS DA PAVIMENTAÇÃO E ATENDIMENTO DO PROGRAMA DA PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA/PASSEIOS PÚBLICOS.

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
1	PEDRISCO.	GAIA	M³	592	65,50	38.776,00

As despesas do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Modelo (SC), 04 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 01/2016 CONTRATO ADMINISTRATIVO 106/2016 - PEDRISCO - GAIA

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa

GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR 282, Km 607, s/nº, Município de Maravilha – SC, neste ato representada pelo seu procurador, senhor RENATO ADRIANO SEIBT, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Maravilha - SC, portador da CI sob. nº. 1.612.469, e do CPF sob nº. 526.393.209-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 055/2016 – Pregão nº 013/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de materiais de construção, ferragens e placas para obras do sistema viário, equipamentos e logradouros públicos urbanos e manutenção das estradas vicinais, pontes, pontilhões, bueiros, melhorias da pavimentação e atendimento do programa da pavimentação pública/passeios públicos.

Fica aditado o contrato nº 106/2016 de 04/11/2016, Constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fornecedor	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
GAIA RODOVIAS LTDA	1	Pedrisco	m3	148	65,50	9.694,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor do item acima do contrato nº 106/2016 de 04/11/2016, constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo o valor do presente aditivo correspondente a R\$ 9.694,00 (nove mil seiscentos e noventa e quatro reais) acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 38.776,00 (trinta e oito mil setecentos e setenta e seis reais), totalizando o valor de R\$ 48.470,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Nº 106/2016 de 04/11/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em 03 (três) vias os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 04 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal - Contratante		GAIA RODOVIAS Renato Adriano Seibt Procurador - Contratada
--	--	--

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC N° 11.283 - Assessor Jurídico		
--	--	--

Mondaí

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTAS TP 20.2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS Nº. 020/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 319/2016, de 20 de junho de 2016, após análise das propostas, torna público o resultado do julgamento de propostas de preços da Tomada de Preços nº. 020/2016, cujo objeto é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação e reperfilagem asfáltica nas Ruas Adolfo Fritz, Konrad Bader, Ricardo Bruggemann, Daniel Muller e Primavera, com área total de 5.164,18m² (cinco mil, cento e sessenta e quatro vírgula dezoito metros quadrados), conforme Proposta Transferência 0000018099 - Programa Transferência 2016006232 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina [...].

Após análise, as propostas apresentadas foram desclassificadas por apresentarem valor acima do máximo estipulado pelo Edital Convocatório.

Para apresentação de recurso a estes resultados, considerar-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei n. 8.666/93). Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC.

Mondaí – SC, 04 de novembro de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 084/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação tipo EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 084/2016 – Registro de Preços (SRP).

TIPO: Menor Preço por item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de climatizadores, cortinas e ventiladores destinados para reposição em prédios públicos de propriedade do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 21 de novembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 21 de novembro de 2016.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no website, de endereço www.mondai.sc.gov.br - Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125, ou, ainda, pelo e-mail: compras1@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 04 de novembro de 2016.

Valmor Cemin

Vice Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 17/2015 FM

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CLÍNICA MEDICA SAÚDE LTDA

OBJETO: ampliação em 25% (vinte e cinco por cento) os serviços inicialmente contratados conforme previsto no § 1º do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 005/2015.

VALOR: R\$ 22.350,00 (Vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 03 de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 03 de novembro de 2016.

Valmor Cemin

Vice Prefeito Municipal em Exercício

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 32/2016 FMS - RETIFICADO/REPUBRICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

CONCORRÊNCIA Nº 32/2016 FMS – RETIFICADO / REPUBLICADO
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA A IMPLANTAÇÃO DA ETAPA "A" - ELÉTRICA E COMUNICAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PELO PROGRAMA SIGEF Nº 18330. Data da entrega dos envelopes: 07/12/2016 até às 07h50. Abertura envelopes: 07/12/2016 às 8h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 124/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, PROGRAMAÇÃO, ORIENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE DADOS E AFINS, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 21/11/2016 até às 07h50. Abertura envelopes: 21/11/2016 às 08h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

CONTRATOS 209 - 213 - 224 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO: 224/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: INSTITUIÇÃO LAR PEQUENO ACONHEGO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É O TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 197/2013 PARA PRORROGAR A

VIGÊNCIA:

VIGENCIA: 14/11/2016 até 31/12/2016

CONTRATO: 209/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: HELOISA MACARINE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL (GALPÃO), COM APROXIMADAMENTE 800,00 M² DE ÁREA TOTAL, IMÓVEL PINTADO. LOCALIZADO NA RUA ORLANDO FERREIRA, Nº 2255 – BAIRRO MACHADOS, CIDADE DE NAVEGANTES /SC, CEP: 88375-000.

VALOR : R\$ 11.112,02

VIGÊNCIA: 06/10/2016 até 31/12/2016

CONTRATO: 213/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: JOSÉ EVARISTO CORREA

OBJETO: O Primeiro Termo Aditivo tem por objeto, promover a alteração da vigência no contrato original.

VIGÊNCIA: 22/10/2016 até 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECRETO Nº 185 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 185 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

35 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Desp. Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 22.000,00

Art. 2 º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Desp. Correntes – Apl. Diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 04 de Novembro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de Novembro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 187 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 187 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 99.980,00 (Noventa e Nove Mil, Novecentos e Oitenta Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EF
99 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00
12.365.0007 – 2.046 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EI
101 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

Art. 2.º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 13600 – Recursos Salário Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EF
98 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 49.990,00
12.365.0007 – 2.046 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EI
100 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Navegantes, 04 de Novembro de 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de Novembro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária de Administração e Logística

PORTARIAS 2269,2270/2016 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS

PORTARIA N.º 2269 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 108/2016 PMN, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO (ALMOÇO DIÁRIO) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 108/2016 PMN., a fiscal designada: Roseli de Fátima Gonçalves

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N.º 2270 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 96/2016 PMN, Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DO CRAS, CREAS, PETI E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL "ANILDO DE SOUZA" E DEMAIS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES /SC. Conforme Pregão Presencial nº 96/2016 PMN, a fiscal designada: Maiara Camprestini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Novo Horizonte

PREFEITURA

RREO NOVO HORIZONTE 5º BIM.16

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	13.116.252,00	13.116.252,00	2.027.494,74	15,46	11.971.327,49	1.144.924,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.116.227,00	13.116.227,00	2.027.494,74	15,46	11.838.727,49	1.277.499,51
IMPOSTOS	384.780,00	384.780,00	54.251,79	14,10	341.626,73	43.153,27
TAXAS	337.590,00	337.590,00	39.076,15	11,58	285.567,54	52.022,46
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	47.190,00	47.190,00	15.175,64	32,16	56.059,19	-8.869,19
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	331.540,00	331.540,00	50.093,82	15,11	254.049,81	77.490,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	307.340,00	307.340,00	44.784,03	14,57	227.173,82	80.166,18
RECEITA PATRIMONIAL	24.200,00	24.200,00	5.309,79	21,94	26.875,99	-2.675,99
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	745.362,00	745.362,00	245.856,54	32,98	2.348.896,34	-1.603.534,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3630,00	3630,00	0,00	0,00	0,00	3.630,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	741.732,00	741.732,00	245.856,54	33,15	2.348.896,34	-1.607.164,34
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	4.840,00	4.840,00	1.239,86	25,62	3.089,72	1.750,28
RECEITA INDUSTRIAL	4.840,00	4.840,00	1.239,86	25,62	3.089,72	1.750,28
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	1.210,00	1.210,00	42,00	3,47	261,00	949,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,00	1.210,00	42,00	3,47	261,00	949,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	127.050,00	127.050,00	51.399,39	40,46	228.470,58	-101.420,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.480.725,00	11.480.725,00	1.620.622,64	14,12	8.623.736,27	2.856.986,73
TRANSF. DE CONV.	11.480.723,00	11.480.723,00	1.588.114,64	13,83	8.502.379,55	2.978.343,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,00	2,00	32.508,00	1.625.400,00	121.358,72	-121.356,72
MULTAS E JUROS DE MORA	40.720,00	40.720,00	3.988,70	9,80	38.595,04	2.124,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.260,00	7.260,00	2.014,41	27,75	11.692,48	-4.432,48
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.210,00	1.210,00	32,00	2,64	232,00	978,00
RECEITAS DIVERSAS	29.040,00	29.040,00	1.942,29	6,69	26.230,77	2.809,23
RECEITAS DE CAPITAL	3.210,00	3.210,00	0,00	0,00	439,79	2.770,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25,00	25,00	0,00	0,00	132.600,00	-132.575,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	4,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	132.600,00	-132.582,00
	18,00	18,00	0,00	0,00	132.600,00	-132.582,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	399.300,00	399.300,00	59.056,95	14,79	297.068,79	74,40	102.231,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.515.552,00	13.515.552,00	2.086.551,69	15,44	12.268.396,28	90,77	1.247.155,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.515.552,00	13.515.552,00	2.086.551,69	15,44	12.268.396,28	90,77	1.247.155,72
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.515.552,00	13.515.552,00	2.086.551,69	15,44	12.268.396,28	90,77	1.247.155,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	908.078,95	—	—	908.078,95	—	—
Superávit Financeiro	—	908.078,95	—	—	908.078,95	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.072.692,00	14.274.112,35	1.359.993,18	9.823.251,52	4.450.860,83	1.786.430,07	9.027.058,39	5.247.053,96	8.903.332,84
DESPESAS CORRENTES	10.969.684,00	12.067.444,96	1.279.406,72	9.221.618,48	2.845.826,48	1.692.570,75	8.432.675,35	3.634.769,61	8.313.679,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.481.906,00	5.684.269,52	814.657,94	4.096.613,87	1.587.655,65	817.484,14	4.062.160,11	1.622.109,41	4.062.160,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	54.450,00	54.450,00	6.116,58	33.094,73	21.355,27	6.116,58	33.094,73	21.355,27	33.094,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.433.328,00	6.328.725,44	458.632,20	5.091.909,88	1.236.815,56	868.970,03	4.337.420,51	1.991.304,93	4.218.424,96
DESPESAS DE CAPITAL	1.003.118,00	1.106.777,39	80.586,46	601.633,04	505.144,35	93.859,32	594.383,04	512.394,35	589.653,04
INVESTIMENTOS	773.218,00	776.877,39	26.392,00	330.660,74	446.216,65	39.664,86	323.410,74	453.466,65	318.680,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	229.900,00	329.900,00	54.194,46	270.972,30	58.927,70	54.194,46	270.972,30	58.927,70	270.972,30

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)		(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.072.692,00	14.274.112,35	1.359.993,18	9.823.251,52	4.450.860,83	1.786.430,07	9.027.058,39	5.247.053,96	8.903.332,84
	1.099.890,00	1.099.890,00	0,00	0,00	1.099.890,00	0,00	0,00	1.099.890,00	0,00
	1.099.890,00	1.099.890,00	0,00	0,00	1.099.890,00	0,00	0,00	1.099.890,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	442.860,00	501.088,00	59.827,47	300.825,09	200.262,91	59.827,47	300.825,09	200.262,91	300.825,09
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.515.552,00	14.775.200,35	1.419.820,65	10.124.076,61	4.651.123,74	1.846.257,54	9.327.883,48	5.447.316,87	9.204.157,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.515.552,00	14.775.200,35	1.419.820,65	10.124.076,61	4.651.123,74	1.846.257,54	9.327.883,48	5.447.316,87	9.204.157,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.940.512,80	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.515.552,00	14.775.200,35	1.419.820,65	10.124.076,61	—	1.846.257,54	12.268.396,28	—	9.204.157,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
Recargas (Intra-Orçamentárias)		399.300,00	399.300,00	59.056,95	14,79	297.068,79	74,40	102.231,21	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		399.300,00	399.300,00	59.056,95	14,79	297.068,79	74,40	102.231,21	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		399.300,00	399.300,00	59.056,95	14,79	297.068,79	74,40	102.231,21	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		399.300,00	399.300,00	59.056,95	14,79	297.068,79	74,40	102.231,21	

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	442.860,00	501.088,00	59.827,47	300.825,09	200.262,91	59.827,47	300.825,09	200.262,91	300.825,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	442.860,00	501.088,00	59.827,47	300.825,09	200.262,91	59.827,47	300.825,09	200.262,91	300.825,09

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.485.148,83

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAFPRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00
TOTAL	5,00	0,00	5,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	2.580,84	0,00	2.580,84	0,00	0,00	2.580,84
Regime Próprio dos Servidores Públicos	2.580,84	0,00	2.580,84	0,00	0,00	2.580,84
TOTAL	2.580,84	0,00	2.580,84	0,00	0,00	2.580,84

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.580,84		-2.580,84
			0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAFPRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	343.640,00	343.640,00	288.646,37	84,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	26.620,00	26.620,00	44.187,68	165,99
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	121.000,00	121.000,00	76.629,06	63,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	30.250,00	30.250,00	31.183,71	103,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	159.720,00	159.720,00	133.567,09	83,63
Dívida Ativa dos Impostos	6.050,00	6.050,00	3.078,83	50,89
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.723.690,00	11.723.690,00	8.298.121,86	70,78
Cota-Parte FPM	7.502.000,00	7.502.000,00	4.868.555,14	64,90
Cota-Parte ITR	7.260,00	7.260,00	8.030,46	110,61
Cota-Parte IPVA	199.650,00	199.650,00	161.234,02	80,76
Cota-Parte ICMS	3.932.500,00	3.932.500,00	3.201.613,14	81,41
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	45.722,90	75,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	21.780,00	21.780,00	12.966,20	59,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	21.780,00	21.780,00	12.966,20	59,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.067.330,00	12.067.330,00	8.586.768,23	71,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.414.447,10	2.669.246,51	2.160.684,99	80,95	1.951.855,36	73,12
Pessoal e Encargos Sociais	1.180.355,00	1.280.910,42	962.387,27	75,13	960.787,27	75,01
Outras Despesas Correntes	1.234.092,10	1.388.336,09	1.198.297,72	86,31	991.068,09	71,39
DESPESAS DE CAPITAL	157.303,00	353.073,79	159.245,19	45,10	159.245,19	45,10
Investimentos	157.303,00	353.073,79	159.245,19	45,10	159.245,19	45,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	157.303,00	353.073,79	159.245,19	45,10	159.245,19	45,10
	157.303,00	353.073,79	159.245,19	45,10	159.245,19	45,10
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.571.750,10	3.022.320,30	2.319.930,18	76,76	2.111.100,55	69,85
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	519.093,00	909.678,02	699.009,41	30,13	686.836,06	32,53
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	480.371,00	822.404,05	635.647,04	27,40	623.971,06	29,56
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	38.722,00	87.273,97	63.362,37	2,73	62.865,00	2,98
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	519.093,00	909.678,02	699.009,41	30,13	686.836,06	32,53
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.062.657,10	2.112.642,28	1.620.920,77	69,87	1.424.264,49	67,47
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,59
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						136.249,26

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.571.750,10	3.022.320,30	2.319.930,18	100,00	2.111.100,55
TOTAL	2.571.750,10	3.022.320,30	2.319.930,18	100,00	2.111.100,55

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAFPRICILA CRISTIANI
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAF

PRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.515.552,00		
Previsão Atualizada		13.515.552,00		
Receitas Realizadas		12.268.396,28		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		908.078,95		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.515.552,00		
Créditos Adicionais		1.259.648,35		
Dotação Atualizada		14.775.200,35		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
Despesas pagas		9.204.157,93		
Superávit Orçamentário		2.940.512,80		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.591.053,40		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.743.171,67		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		258.022,84		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.485.148,83		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-25.166,64	-1.348.501,70	5.358,29
Resultado Primário		680.011,00	895.683,49	131,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
EXECUTIVO	496.426,71	30.685,04	337.977,94	127.763,73
LEGISLATIVO	125.952,69	0,00	125.952,69	0,00
EXECUTIVO	283.112,96	10.165,99	272.946,97	0,00
TOTAL:	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.393.940,82	25%	27,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		652.953,83	60%	74,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		594.383,04	512.394,35	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre	16,59
		% Mínimo a Aplicar no Exercício			
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.424.264,49	15,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRISTANI CONTROLADORA INTERNA
VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.515.552,00		
Previsão Atualizada		13.515.552,00		
Receitas Realizadas		12.268.396,28		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		908.078,95		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.515.552,00		
Créditos Adicionais		1.259.648,35		
Dotação Atualizada		14.775.200,35		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
Despesas pagas		9.204.157,93		
Superávit Orçamentário		2.940.512,80		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.591.053,40		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.743.171,67		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		258.022,84		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.485.148,83		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-25.166,64	-1.348.501,70	5.358,29
Resultado Primário		680.011,00	895.683,49	131,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
EXECUTIVO	496.426,71	30.685,04	337.977,94	127.763,73
LEGISLATIVO	125.952,69	0,00	125.952,69	0,00
EXECUTIVO	283.112,96	10.165,99	272.946,97	0,00
TOTAL:	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.393.940,82	25%	27,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		652.953,83	60%	74,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		594.383,04	512.394,35	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2049	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
						% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					1.424.264,49	15,00
						16,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRISTANI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA
VALDEMAR P. GOBI		
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.515.552,00		
Previsão Atualizada		13.515.552,00		
Receitas Realizadas		12.268.396,28		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		908.078,95		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.515.552,00		
Créditos Adicionais		1.259.648,35		
Dotação Atualizada		14.775.200,35		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
Despesas pagas		9.204.157,93		
Superávit Orçamentário		2.940.512,80		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.591.053,40		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.743.171,67		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		258.022,84		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.485.148,83		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-25.166,64	-1.348.501,70	5.358,29
Resultado Primário		680.011,00	895.683,49	131,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
EXECUTIVO	496.426,71	30.685,04	337.977,94	127.763,73
LEGISLATIVO	125.952,69	0,00	125.952,69	0,00
EXECUTIVO	283.112,96	10.165,99	272.946,97	0,00
TOTAL:	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.393.940,82	25%	27,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		652.953,83	60%	74,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		594.383,04	512.394,35	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
						% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					1.424.264,49	15,00
						16,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRISTANI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA
VALDEMAR P. GOBI		
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.515.552,00		
Previsão Atualizada		13.515.552,00		
Receitas Realizadas		12.268.396,28		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		908.078,95		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.515.552,00		
Créditos Adicionais		1.259.648,35		
Dotação Atualizada		14.775.200,35		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
Despesas pagas		9.204.157,93		
Superávit Orçamentário		2.940.512,80		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.124.076,61		
Despesas Liquidadas		9.327.883,48		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.591.053,40		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.743.171,67		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		258.022,84		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.485.148,83		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-25.166,64	-1.348.501,70	5.358,29
Resultado Primário		680.011,00	895.683,49	131,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
EXECUTIVO	496.426,71	30.685,04	337.977,94	127.763,73
LEGISLATIVO	125.952,69	0,00	125.952,69	0,00
EXECUTIVO	283.112,96	10.165,99	272.946,97	0,00
TOTAL:	905.492,36	40.851,03	736.877,60	127.763,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.393.940,82	25%	27,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		652.953,83	60%	74,68
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2,00	
Despesa de Capital Líquida		594.383,04	512.394,35	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
						% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					1.424.264,49	15,00
						16,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRISTANI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA
VALDEMAR P. GOBI		
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.072.692,00	14.274.112,35	1.359.993,18	9.823.251,52	97,03	1.786.430,07	9.027.058,39	5.247.053,96
Legislativa	661.870,00	661.870,00	62.550,53	445.171,97	4,40	73.183,13	426.768,88	235.101,12
Ação Legislativa	661.870,00	661.870,00	62.550,53	445.171,97	4,40	73.183,13	426.768,88	235.101,12
Administração	1.827.100,00	2.137.392,89	219.687,07	1.594.400,36	15,75	292.582,78	1.455.984,43	681.408,46
Administração Geral	1.827.100,00	2.137.392,89	219.687,07	1.594.400,36	15,75	292.582,78	1.455.984,43	681.408,46
Defesa Nacional	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Defesa Civil	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Segurança Pública	14.520,00	49.137,71	1.492,79	11.643,10	0,12	1.492,79	11.643,10	37.494,61
Policimento	12.100,00	35.840,71	1.492,79	6.883,10	0,07	1.492,79	6.883,10	28.957,61
Defesa Civil	2.420,00	13.297,00	0,00	4.760,00	0,05	0,00	4.760,00	8.537,00
Assistência Social	411.400,00	572.843,39	70.006,81	426.197,77	4,21	88.393,94	378.785,15	194.058,24
Assistência à Criança e ao Adolescente	24.200,00	94.200,00	677,20	88.191,19	0,87	16.979,40	71.888,99	22.311,01
Assistência Comunitária	387.200,00	478.643,39	69.329,61	338.006,58	3,34	71.414,54	306.896,16	171.747,23
Previdência Social	1.432.640,00	1.432.640,00	59.055,17	258.920,54	2,56	59.952,87	258.022,84	1.174.617,16
Previdência do Regime Estatutário	1.432.640,00	1.432.640,00	59.055,17	258.920,54	2,56	59.952,87	258.022,84	1.174.617,16
Saúde	2.626.200,10	3.146.834,05	269.060,88	2.413.832,14	23,84	467.032,30	2.182.411,01	964.423,04
Atenção Básica	2.474.950,10	2.925.520,30	269.092,78	2.242.188,45	22,15	412.468,98	2.033.398,82	892.161,48
Alimentação e Nutrição	151.250,00	221.313,75	-31,90	171.543,69	1,70	54.553,32	149.052,19	72.261,56
Educação	2.726.134,00	2.722.857,02	386.014,31	1.950.861,61	19,27	422.592,66	1.883.704,36	839.152,66
Ensino Fundamental	2.198.573,00	2.292.427,22	326.451,75	1.686.617,50	16,66	363.030,10	1.619.460,25	672.966,97
Ensino Médio	223.851,00	184.719,80	27.086,85	100.948,83	1,00	27.086,85	100.948,83	83.770,97
Ensino Superior	78.650,00	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
Educação Infantil	145.200,00	165.200,00	20.551,99	101.005,02	1,00	20.551,99	101.005,02	64.194,98
Educação Especial	79.860,00	79.860,00	11.923,72	62.290,26	0,62	11.923,72	62.290,26	17.569,74
Cultura	122.214,00	42.214,00	690,00	23.146,00	0,23	690,00	23.146,00	19.068,00
Diffusão Cultural	122.214,00	42.214,00	690,00	23.146,00	0,23	690,00	23.146,00	19.068,00
Urbanismo	169.405,00	243.696,67	22.051,85	174.616,59	1,72	18.772,12	157.978,39	85.718,28
Infra-Estrutura Urbana	48.402,00	48.402,00	12.587,00	43.092,81	0,43	5.337,00	35.842,81	12.559,19
Serviços Urbanos	121.003,00	195.294,67	9.464,85	131.523,78	1,30	13.435,12	122.135,58	73.159,09
Habituação	49.612,00	165.168,00	22.538,98	91.215,16	0,90	14.638,35	73.045,21	92.122,79
Habituação Rural	49.612,00	165.168,00	22.538,98	91.215,16	0,90	14.638,35	73.045,21	92.122,79
Agricultura	1.581.476,00	1.615.476,00	133.863,31	1.188.113,78	11,74	179.055,60	1.111.467,20	504.008,80
Recursos Hídricos	20.570,00	8.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.570,00
Extensão Rural	1.447.165,00	1.513.165,00	132.863,31	1.117.525,78	11,04	178.055,60	1.040.879,20	472.285,80
Promoção da Produção Agropecuária	87.120,00	87.120,00	1.000,00	70.588,00	0,70	1.000,00	70.588,00	16.532,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.072.692,00	14.274.112,35	1.359.993,18	9.823.251,52	97,03	1.786.430,07	9.027.058,39	96,77
	1.581.476,00	1.615.476,00	133.863,31	1.188.113,78	11,74	179.055,60	1.111.467,20	11,92
	20.570,00	570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6.051,00	6.051,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.215.376,90	1.267.238,62	96.978,30	1.115.720,51	11,02	149.100,36	939.509,59	10,07
	1.215.376,90	1.267.238,62	96.978,30	1.115.720,51	11,02	149.100,36	939.509,59	10,07
	209.333,00	209.333,00	16.043,18	129.411,99	1,28	18.983,17	124.592,23	1,34
	209.333,00	209.333,00	16.043,18	129.411,99	1,28	18.983,17	124.592,23	1,34
	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	442.860,00	501.088,00	59.827,47	300.825,09	2,97	59.827,47	300.825,09
9.680,00		9.680,00	1.694,93	7.931,05	0,08	1.694,93	7.931,05	0,09
9.680,00		9.680,00	1.694,93	7.931,05	0,08	1.694,93	7.931,05	0,09
66.550,00		71.778,00	9.004,30	44.477,00	0,44	9.004,30	44.477,00	0,48
66.550,00		71.778,00	9.004,30	44.477,00	0,44	9.004,30	44.477,00	0,48
10.890,00		18.890,00	2.375,26	13.027,30	0,13	2.375,26	13.027,30	0,14
10.890,00		18.890,00	2.375,26	13.027,30	0,13	2.375,26	13.027,30	0,14
96.800,00		96.800,00	15.279,80	77.741,73	0,77	15.279,80	77.741,73	0,83
96.800,00		96.800,00	15.279,80	77.741,73	0,77	15.279,80	77.741,73	0,83
141.570,00		186.570,00	17.797,00	89.665,81	0,89	17.797,00	89.665,81	0,96
133.100,00		178.100,00	16.743,12	84.396,41	0,83	16.743,12	84.396,41	0,90
8.470,00		8.470,00	1.053,88	5.269,40	0,05	1.053,88	5.269,40	0,06
66.550,00	66.550,00	9.064,12	44.933,87	0,44	9.064,12	44.933,87	0,48	
66.550,00	66.550,00	9.064,12	44.933,87	0,44	9.064,12	44.933,87	0,48	
42.350,00	42.350,00	3.558,18	17.790,91	0,18	3.558,18	17.790,91	0,19	
42.350,00	42.350,00	3.558,18	17.790,91	0,18	3.558,18	17.790,91	0,19	

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Desporto e Lazer	442.860,00	501.088,00	59.827,47	300.825,09	200.262,91	59.827,47	300.825,09	200.262,91
	8.470,00	8.470,00	1.053,88	5.257,42	3.212,58	1.053,88	5.257,42	3.212,58
Desporto Comunitário	8.470,00	8.470,00	1.053,88	5.257,42	3.212,58	1.053,88	5.257,42	3.212,58
TOTAL (III) = (I + II)	13.515.562,00	14.775.200,35	1.419.820,65	10.124.076,61	4.651.123,74	1.846.257,54	9.327.883,48	5.447.316,87

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAF

PRICILA CRISTIANI
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17891-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.197.779,88	1.792.626,59	1.360.989,11	1.653.203,64	1.369.659,38	1.488.982,09	1.367.321,44	1.214.902,28	1.448.074,64	1.255.057,04	1.164.795,57	1.175.759,69	16.488.756,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.327,29	48.567,94	25.113,91	22.719,10	37.315,29	58.622,04	35.203,05	35.754,26	32.705,02	39.639,27	31.436,51	22.815,26	414.521,96
I.P.T.U.	599,00	1.940,40	0,00	0,00	104,90	29.945,46	6.282,64	645,74	991,91	3.597,26	1.212,42	1.707,33	46.577,08
I.R.F.	13.094,03	23.909,19	13.617,07	13.276,69	13.590,40	13.393,33	13.175,79	13.393,33	13.346,23	13.281,39	13.124,64	13.478,52	170.540,31
I.S.S.	2.165,88	3.591,01	1.911,24	2.576,31	2.379,74	3.140,01	3.721,68	3.594,37	3.763,19	4.289,86	2.756,46	2.090,85	36.990,60
I.T.E.I.	4.600,00	13.650,00	9.540,00	5.239,14	5.070,01	4.882,40	8.260,00	11.828,11	12.105,88	15.164,59	3.183,20	1.572,73	94.879,06
Outras Receitas Tributárias	3.928,38	5.577,34	4.150	1.626,76	16.220,24	8.061,32	3.765,94	6.376,71	1.474,81	3.306,17	11.179,79	3.956,86	65.554,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.276,95	44.599,51	24.423,78	24.275,29	24.537,36	24.600,30	31.001,11	25.475,22	25.220,55	25.220,55	25.145,97	24.947,85	323.326,27
RECEITA PATRIMONIAL	155.978,39	278.151,06	201.694,96	377.220,65	410.339,68	417.121,02	108.020,40	119.873,82	273.988,75	194.784,52	170.137,95	75.718,59	2.784.028,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	480,00	540,00	110,00	260,00	230,00	530,00	50,00	130,00	254,93	294,93	334,93	904,93	4.340,00
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	38,00	21,00	21,00	38,00	21,00	21,00	38,00	21,00	38,00	21,00	21,00	320,00
RECEITA DE SERVIÇOS	23.257,69	44.353,66	5.038,33	28.696,86	19.655,60	22.031,64	25.959,49	27.594,15	19.206,75	28.916,37	24.751,47	26.647,92	265.062,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	967.192,15	1.263.071,35	1.057.986,00	1.196.205,68	869.567,79	961.343,72	1.171.793,67	996.954,37	1.091.630,24	984.190,13	910.457,13	1.023.226,03	12.513.614,16
Cota-Parte do FPM	477.458,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.848,52	6.352.243,60
Cota-Parte do ICMS	307.870,20	300.351,62	372.065,07	300.742,43	307.194,58	315.946,26	335.510,92	307.684,31	311.530,29	307.683,60	332.373,65	343.821,03	3.320.000,00
Cota-Parte do IPVA	6.195,66	13.678,93	9.511,24	15.591,17	16.826,73	14.897,57	14.016,69	21.037,83	18.652,16	19.623,44	14.686,03	16.379,16	173.103,61
Cota-Parte do ITR	293,24	100,52	0,00	144,29	73,32	82,52	113,96	64,26	227,06	0,00	3.705,55	3.519,51	8.424,22
Outras Transferências Correntes	87.652,73	63.372,21	92.807,01	131.674,57	60.727,54	66.571,47	129.644,55	66.382,70	99.325,68	81.088,68	88.644,34	95.152,23	1.063.023,71
Transferências de LC 61/1969	4.792,16	4.731,67	5.902,57	4.558,58	4.450,61	4.566,70	5.185,96	3.085,82	4.192,76	4.236,76	4.639,51	4.303,71	55.247,03
Transferências de LC 87/1966	1.276,41	1.276,41	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	1.296,62	15.519,02
Transferências do FUNDEB	79.643,37	82.008,83	94.652,40	86.089,65	82.281,54	86.271,44	88.501,98	85.153,89	82.008,30	84.420,21	86.277,94	98.304,25	1.036.012,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.255,11	111.904,67	6.612,13	3.825,06	7.975,66	4.021,37	1.842,55	3.561,57	4.790,73	1.977,27	2.510,61	14.780,09	152.756,02
DEDUÇÕES (II)	326.490,18	465.487,50	385.861,46	580.459,03	562.313,95	587.376,43	306.705,83	304.051,32	425.675,27	362.326,51	330.399,08	250.555,37	4.897.702,95
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	21.890,62	42.332,68	21.573,01	21.737,22	21.826,69	21.986,72	21.865,89	21.818,47	21.907,23	21.793,64	21.605,33	21.703,00	281.922,50
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	159.977,01	171.873,07	182.105,13	195.698,29	145.311,55	181.699,96	190.650,82	169.086,94	142.383,14	159.735,04	147.106,80	165.863,72	2.260.038,00
Rec. de Reten. Depósitos de Poupança do RPPS	144.522,55	251.281,75	192.183,34	363.032,52	395.175,71	403.907,75	94.168,12	106.622,99	260.147,05	180.060,96	160.946,10	62.160,80	2314.633,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	871.289,70	1.327.139,09	965.127,65	1.072.744,61	807.345,43	901.205,66	1.060.615,61	910.855,96	1.022.398,37	892.730,53	834.396,49	925.204,32	12.062.887,40

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCO DE MACEDO SECRETÁRIO SAÍ	PRICILA CRISTIANI CONTROLADORA INTERNA
-----------------------------------	-----------------------------------	---

VALDEMIR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CROSC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.033.340,00	1.033.340,00	2.446.102,88	845.175,03	
RECEITAS CORRENTES	1.033.340,00	1.033.340,00	2.446.102,88	845.175,03	
Recarga de Contribuições dos Segurados	297.660,00	297.660,00	217.699,20	208.400,62	
Pessoal Civil	297.660,00	297.660,00	217.699,20	208.400,62	
Ativo	296.450,00	296.450,00	217.699,20	208.400,62	
Inativo	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	9.680,00	9.680,00	9.474,62	3.939,54	
Recarga Patrimonial	726.000,00	726.000,00	2.218.929,06	632.834,87	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	726.000,00	726.000,00	2.218.929,06	632.834,87	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.432.640,00	1.432.640,00	2.743.171,67	1.129.358,58	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	338.800,00	338.800,00	258.920,54	230.887,19	228.617,31
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	46.696,22	44.426,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	46.696,22	44.426,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	338.800,00	338.800,00	258.920,54	184.190,97	184.190,97

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	209.274,67	184.190,97	209.274,67	184.190,97
Aposentadorias	0,00	0,00	130.896,20	75.967,04	130.896,20	75.967,04
Pensões	0,00	0,00	24.419,60	21.944,30	24.419,60	21.944,30
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	53.958,87	86.279,63	53.958,87	86.279,63
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	338.800,00	338.800,00	49.645,87	0,00	48.748,17	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	338.800,00	338.800,00	49.645,87	0,00	48.748,17	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	338.800,00	338.800,00	258.920,54	230.887,19	258.022,84	228.617,31
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.093.840,00	1.093.840,00	-	-	2.485.148,83	900.741,27

APORTES REALIZADOS

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00
Plano Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Plano Previdenciário		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		1.093.840,00
Valor		

BENS E DIREITOS DO RPPS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	14.080.094,05 0,00 0,00		11.111.018,68 0,00 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Bancos Conta Movimento	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55
Investimentos	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55
Outros Bens e Direitos	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	399.300,00	399.300,00	297.068,79	284.183,55
(XI) = (VIII + IX + X)				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRISTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL ORÇ/SC 17691-0
-----------------------------------	------------------------------------	--	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	811.916,58	595.138,74	540.944,28
DEDUÇÕES (II)	811.916,58	1.619.754,56	1.584.604,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	1.727.196,29	1.708.329,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	107.441,73	123.725,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	811.916,58	-1.024.615,82	-1.043.659,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-811.916,58	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	811.916,58	595.138,74	540.944,28
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-236.102,30	-1.619.754,56	-1.584.604,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	35.150,56	-1.348.501,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-25.166,64

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	10.210.277,41	10.210.277,41	10.210.277,41
Passivo Atuarial	10.210.277,41	10.210.277,41	10.210.277,41
DEDUÇÕES (VIII)	11.596.445,22	13.813.096,04	14.080.094,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.596.445,22	13.813.096,04	14.080.094,05
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.386.167,81	-3.602.818,63	-3.869.816,64
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.386.167,81	-3.602.818,63	-3.869.816,64

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAF

PRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.773.795,00	9.786.899,94	9.460.872,92
Receita Tributária	384.780,00	341.626,73	555.675,89
I.P.T.U.	26.620,00	44.187,68	35.547,91
I.S.S.	30.250,00	31.183,71	279.523,99
I.T.B.I.	121.000,00	76.629,06	72.396,87
I.R.R.F.	159.720,00	133.567,09	124.168,72
Outras Receitas Tributárias	47.190,00	56.059,19	44.038,40
Receita de Contribuição	730.840,00	551.118,60	519.453,63
Receitas Previdenciárias	706.640,00	524.242,61	496.523,71
Outras Contribuições	24.200,00	26.875,99	22.929,92
Receita Patrimonial Líquida	3.630,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	745.362,00	2.348.896,34	733.597,75
(-) Aplicações Financeiras	741.732,00	2.348.896,34	733.597,75
Transferências Correntes	11.480.725,00	8.623.738,27	8.220.813,68
F.P.M.	6.050.000,00	4.093.723,84	3.961.553,47
I.P.V.A	159.720,00	128.987,91	128.761,43
I.C.M.S.	3.182.300,00	2.561.291,36	2.435.690,57
Convênios	2,00	121.358,72	90.590,56
Outras Transferências Correntes	2.088.703,00	1.718.376,44	1.604.217,65
Demais Receitas Correntes	173.820,00	270.416,34	164.929,72
Dívida Ativa	29.040,00	26.230,77	29.932,00
Diversas Receitas Correntes	144.780,00	244.185,57	134.997,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	25,00	132.600,00	619.425,00
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	132.600,00	619.425,00
Convênios	18,00	132.600,00	619.425,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	132.600,00	619.425,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.773.813,00	9.919.499,94	10.080.297,92

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.568.532,96	9.522.443,57	9.230.890,17	8.733.500,44	8.481.587,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.185.357,52	4.397.438,96	4.317.173,99	4.362.985,20	4.300.631,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	54.450,00	33.094,73	44.170,78	33.094,73	44.170,78
Outras Despesas Correntes	6.328.725,44	5.091.909,88	4.869.545,40	4.337.420,51	4.136.785,21
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.514.082,96	9.489.348,84	9.186.719,39	8.700.405,71	8.437.416,22
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.106.777,39	601.633,04	1.385.483,34	594.383,04	806.664,50
Investimentos	776.877,39	330.660,74	1.051.260,97	323.410,74	472.442,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	329.900,00	270.972,30	334.222,37	270.972,30	334.222,37
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	776.877,39	330.660,74	1.051.260,97	323.410,74	472.442,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.099.890,00	-	-	-	-

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.390.850,35	9.820.009,58	10.237.980,36	9.023.816,45	8.909.858,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.617.037,35	99.490,36	-157.682,44	895.683,49	1.170.439,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Superávit Financeiro	-	-	-	908.078,95	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	908.078,95	0,00
				0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				680.011,00	

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO

SECRETARIO SAF

PRICILA CRISTANI

CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.112,96	496.426,71	610.924,91	40.851,03	127.763,73
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.112,96	349.669,43	610.924,91	40.851,03	127.763,73
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.730,36	136.359,74	190.090,10	0,00	127.763,73
LEGISLATIVO											
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.397,54	10.397,54	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.952,69	125.952,69	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.112,96	622.379,40	736.877,60	40.851,03	127.763,73

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPALPRICILA CRISTIANI
CONTROLADORA INTERNAMARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAFVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL. CROSC-1768140

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	343.640,00	343.640,00	288.646,37	84,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.460,00	31.460,00	47.266,51	150,24
1.1.1- IPTU	26.620,00	26.620,00	49.855,29	187,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.840,00	4.840,00	3.078,83	63,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(5.667,61)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITEI	121.000,00	121.000,00	76.629,06	63,33
1.2.1- ITEI	121.000,00	121.000,00	76.629,06	63,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.460,00	31.460,00	31.183,71	99,12
1.3.1- ISS	30.250,00	30.250,00	31.183,71	103,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	159.720,00	159.720,00	133.567,09	83,63
1.4.1- IRRF	159.720,00	159.720,00	133.567,09	83,63
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.723.690,00	11.723.690,00	8.497.001,28	72,48
2.1- Cota-Parte FPM	7.502.000,00	7.502.000,00	5.067.434,56	67,55
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.502.000,00	7.502.000,00	4.868.555,14	64,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	198.879,42	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.932.500,00	3.932.500,00	3.201.613,14	81,41
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	21.780,00	21.780,00	12.966,20	59,53
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	60.500,00	60.500,00	45.722,90	75,58
2.5- Cota-Parte ITR	7.260,00	7.260,00	8.030,46	110,61
2.6- Cota-Parte IPVA	199.650,00	199.650,00	161.234,02	80,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.067.330,00	12.067.330,00	8.785.647,65	72,81
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	235.950,00	235.950,00	168.394,33	71,37
5.1- Transferências do Salário-Educação	114.950,00	114.950,00	100.292,39	87,25
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.250,00	30.250,00	18.342,00	60,63
5.4- Transferências Diretas - PNATE	90.750,00	90.750,00	49.759,94	54,83
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	121.358,72	6.067.936,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	121.358,72	6.067.936,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.422,00	2.422,00	5.622,51	232,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	238.374,00	238.374,00	295.375,56	123,91

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.260.038,00	2.260.038,00	1.659.622,39	73,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.452.000,00	1.452.000,00	973.710,72	67,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	750.200,00	750.200,00	640.321,78	85,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.356,00	4.356,00	2.563,20	59,53
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.100,00	12.100,00	9.144,57	75,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.452,00	1.452,00	1.606,01	110,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	39.930,00	39.930,00	32.246,11	80,76
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.064.800,00	1.064.800,00	874.360,61	82,12
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.064.800,00	1.064.800,00	874.360,61	82,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.195.238,00	-1.195.238,00	-785.261,78	65,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	851.840,00	858.218,10	652.953,83	76,08	652.953,83	76,08
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	851.840,00	858.218,10	652.953,83	76,08	652.953,83	76,08
14- OUTRAS DESPESAS	215.380,00	220.517,11	158.084,12	71,69	158.084,12	71,69
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	215.380,00	220.517,11	158.084,12	71,69	158.084,12	71,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.067.220,00	1.078.735,21	811.037,95	75,18	811.037,95	75,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						811.037,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						74,68
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						18,08
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,24
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016*						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.016.832,50	3.016.832,50	2.196.411,91	72,81		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	153.670,00	173.670,00	106.274,42	61,19	106.274,42	61,19
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.125.970,00	2.187.485,21	1.569.561,87	71,75	1.502.404,62	68,68
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.067.220,00	1.078.735,21	811.037,95	75,18	811.037,95	75,18
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.058.750,00	1.108.750,00	758.523,92	68,41	691.366,67	62,36
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.279.640,00	2.361.155,21	1.675.836,29	70,98	1.608.679,04	68,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-785.261,78
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-785.261,78
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.393.940,82
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						27,25
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	114.950,00	114.950,00	100.292,39	87,25	100.292,39	87,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	121.004,00	307.376,72	191.796,57	62,40	185.852,62	60,46
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	235.954,00	422.326,72	292.088,96	69,16	286.145,01	67,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.515.594,00	2.783.481,93	1.967.925,25	70,70	1.894.824,05	68,07

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		11.515,21	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		879.983,12	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		812.714,57	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		812.714,57	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		78.783,76	0,00

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAF

PRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	2,00	0,00			2,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.106.777,39	601.633,04	594.383,04	0,00	505.144,35
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.106.777,39	601.633,04	594.383,04	0,00	505.144,35
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.106.775,39	-601.633,04	-	-	-505.142,35

FONTE:

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 04/11/2016

ELI MARIOTT
PREFEITO MUNICIPALMARCIO DE MACEDO
SECRETARIO SAFPRICILA CRISTANI
CONTROLADORA INTERNAVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Orleans

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº009 2016



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Lista de Classificação Final

Area de Ensino: 1 - Educação Infantil

Disciplina: (Habilitado) - Prof Educação Infantil

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	SUZANA MACHADO DE SOUZA CARRER	83.000	17-09-1982	8.50	2 - Especialização	1	5.000
2º Lugar	INÊS JUSTI	80.000	01-07-1979	8.00	2 - Especialização	2	5.000
3º Lugar	ELIZABETE DE S. BORBA DELA JUSTINA	77.000	24-06-1969	7.50	2 - Especialização	2	5.000
4º Lugar	ANALIR PIGNATEL MATEI	77.000	02-09-1979	7.50	2 - Especialização	1	5.000
5º Lugar	CAMILA RAMOS CARDOSO DA SILVA	77.000	17-12-1988	7.50	2 - Especialização	1	5.000
6º Lugar	MARINA MEIS	77.000	22-12-1992	7.50	2 - Especialização	0	5.000
7º Lugar	SIMONE APARECIDA ASSUNÇÃO BAGIO	74.000	14-05-1977	7.00	2 - Especialização	1	5.000
8º Lugar	CLAUDIA ELIZABETE MESQUITA PINHEIRO	74.000	25-05-1979	7.00	2 - Especialização	2	5.000
9º Lugar	GLAUCIA TORETI GHISI DEBIASI	74.000	20-07-1989	7.00	2 - Especialização	0	5.000
10º Lugar	JUSELDA DA CUNHA CAMPOS	71.000	12-12-1967	6.50	2 - Especialização	0	5.000
11º Lugar	MARCIANE MARTINS GHISI	71.000	03-10-1978	6.50	2 - Especialização	2	5.000
12º Lugar	JUCELANE FAQUIN BAGIO NAZARIO	71.000	21-05-1979	6.50	2 - Especialização	1	5.000
13º Lugar	ELISANGELA LEANDRO COMELI	71.000	13-06-1979	6.50	2 - Especialização	2	5.000
14º Lugar	SOLANGE WARMELING MORAES DA LUZ	71.000	01-08-1979	6.50	2 - Especialização	1	5.000
15º Lugar	ANTONIANA CAMILO BASCHIROTTTO	71.000	22-06-1984	6.50	2 - Especialização	1	5.000
16º Lugar	SAMARA DA SILVA	71.000	18-12-1990	6.50	2 - Especialização	0	5.000
17º Lugar	GRAZIELI FUCHTER	70.000	20-06-1986	7.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
18º Lugar	MARIZETE ZANINI LOLE	68.000	25-03-1970	6.00	2 - Especialização	3	5.000
19º Lugar	ALIZETE MATIAS DA SILVA	68.000	25-06-1977	6.00	2 - Especialização	2	5.000
20º Lugar	VIVIANA PEREIRA ALEXANDRE HENDRICKS	68.000	25-05-1985	6.00	2 - Especialização	1	5.000
21º Lugar	TUANY AMÉRICO VIEIRA	68.000	10-03-1991	6.00	2 - Especialização	0	5.000
22º Lugar	SIRLENE HEIDEMANN	68.000	02-05-1993	6.00	2 - Especialização	1	5.000
23º Lugar	MÔNICA MARQUES MACHADO	68.000	21-10-1993	6.00	2 - Especialização	0	5.000
24º Lugar	IZALEIA ORBEN BASCHIROTTTO	65.000	19-05-1964	5.50	2 - Especialização	0	5.000
25º Lugar	IVOLÉTE LAURINDO CAMPOS	65.000	28-03-1977	5.50	2 - Especialização	2	5.000
26º Lugar	EDINEIA CARDOSO	65.000	22-08-1981	5.50	2 - Especialização	0	5.000
27º Lugar	JULIANA FRATONI REDIVO	65.000	12-07-1984	5.50	2 - Especialização	0	5.000
28º Lugar	LUCIANA CAMILO RICARDO HOFFMANN	64.000	08-04-1980	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000
29º Lugar	MARILÉIA MACHADO DE SOUZA	62.000	01-09-1974	5.00	2 - Especialização	1	5.000
30º Lugar	ANGISLAINE DA ROSA PEREIRA	62.000	04-08-1978	5.00	2 - Especialização	1	5.000
31º Lugar	ANDRÉIA CITTADIN	62.000	17-03-1986	5.00	2 - Especialização	5	5.000
32º Lugar	JAQUELINE DORREGÃO DEBIASI	62.000	08-06-1988	5.00	2 - Especialização	0	5.000
33º Lugar	RUBIA MARIA SANDRINI	61.000	10-02-1979	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
34º Lugar	SIMONE DUTRA BAESSO	61.000	06-04-1987	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
35º Lugar	SIMONE MATIAS SOUZA BURATO	59.750	19-04-1983	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	4.688
36º Lugar	IVANISE CAMILA CARRER HORN	59.000	25-04-1963	4.50	2 - Especialização	1	5.000
37º Lugar	VANESSA CEOLIN BAGIO	59.000	27-01-1989	4.50	2 - Especialização	0	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

38º Lugar	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	59.000	08-10-1989	4.50	2 - Especialização	1	5.000
39º Lugar	RENATA VIEIRA	59.000	29-10-1989	4.50	2 - Especialização	0	5.000
40º Lugar	JÉSSICA MORAES VIEIRA	59.000	09-11-1990	4.50	2 - Especialização	2	5.000
41º Lugar	EMANOELA GHISI	59.000	15-08-1992	4.50	2 - Especialização	2	5.000
42º Lugar	PATRICIA GONÇALVES CAMILO BAGGIO	58.000	28-10-1977	5.00	1 - Licenciatura Plena na Área	3	5.000
43º Lugar	DAIANE DA SILVA PEREIRA	53.750	07-09-1986	5.50	2 - Especialização	1	2.188
44º Lugar	SAMIRA CAETANO MATHEUS	52.000	22-11-1978	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	3	5.000
45º Lugar	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	52.000	19-02-1987	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
46º Lugar	GISELE ZANINI SERAFIM	52.000	20-03-1991	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
47º Lugar	KARISE DELA GIUSTINA BROGNOLI	50.000	30-03-1984	3.00	2 - Especialização	2	5.000
48º Lugar	TERESINHA MENEGASSO	47.500	27-12-1970	5.50	2 - Especialização	1	0.625
49º Lugar	EDINA ORBEN PERIN	47.000	16-10-1984	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	4.500
50º Lugar	ANA LUCIA ALBERTON LONGO BUSSOLO	44.000	15-10-1958	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000
51º Lugar	CACIANA ESPINDOLA DA SILVA	44.000	13-05-1984	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000
52º Lugar	JULIANE DELA VEDOVA	40.500	21-08-1992	3.50	2 - Especialização	1	1.875
53º Lugar	TAISE MONTEIRO	40.000	11-02-1988	2.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
54º Lugar	CLAUDIONOR ELIAS	36.000	17-11-1983	4.00	2 - Especialização	0	0.000
55º Lugar	FRANCIELY DA ROSA FERREIRA	35.000	20-01-1993	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	0.000
56º Lugar	RENATA PAHOHEK	29.000	02-06-1988	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	0.000

Disciplina: (Não Habilitado) - Prof Educação Infantil

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	JULIANA CANEVER	62.000	01-03-1989	7.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	ELISANGELA MAZZUCO ARAUJO NICOLADEL	59.000	08-08-1978	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
3º Lugar	MONIK RODRIGUES DOS SANTOS	59.000	18-05-1984	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
4º Lugar	CRISTIANE LÍDIA SPIER	59.000	20-11-1987	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
5º Lugar	MARISA GLORIA VENERA ORIQUES	56.000	26-05-1975	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
6º Lugar	ELIZANDRA BAGIO	56.000	12-06-1976	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
7º Lugar	JESSICA EIYNG	55.250	29-10-1992	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	4.813
8º Lugar	DIANA STEFEN MORGAN	53.000	13-08-1993	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
9º Lugar	BRUNA SPÍNDOLA PIZONI	53.000	29-11-1994	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
10º Lugar	ÉRICA FURLAN	53.000	03-04-1995	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
11º Lugar	PRICILA FURLAN BORGHEZAN	50.000	20-02-1985	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
12º Lugar	MARIA APARECIDA PESSOA DUTRA	47.000	19-09-1969	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
13º Lugar	LUCIANA MATTOS	47.000	07-11-1969	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
14º Lugar	ADRIANA DA SILVA BORGES	47.000	23-04-1979	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
15º Lugar	CARLA POLICARPO	47.000	10-07-1993	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
16º Lugar	CINTIA MATOS	44.000	12-01-1980	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
17º Lugar	DANIELA GEREMIAS	44.000	06-03-1996	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
18º Lugar	MARIA DE LOURDES RIBEIRO CESCONETO	41.000	21-12-1969	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
19º Lugar	RITA DE CÁSSIA BERNARDES	41.000	10-11-1977	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
20º Lugar	MARILUCIA SILVA	41.000	05-01-1979	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
21º Lugar	DAIANE MENEGASSO CANEVER	41.000	22-04-1983	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
22º Lugar	ANDRÉA ESTEVAM	41.000	20-08-1984	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

23º Lugar	FABRICIA MEDEIROS	41.000	03-09-1988	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
24º Lugar	LETÍCIA BENEDET	41.000	15-03-1989	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
25º Lugar	ELIMARI FERNANDES	41.000	11-04-1991	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
26º Lugar	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	40.500	25-02-1983	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	1.875
27º Lugar	JUCEMARA FELISBINO	38.000	23-11-1970	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
28º Lugar	ROSELETE AMORIN	38.000	06-10-1987	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
29º Lugar	MARIA APARECIDA WARMELING	36.000	31-05-1973	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	0.000
30º Lugar	LUZIA DE OLIVEIRA BERNARDO	35.000	20-08-1976	2.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
31º Lugar	MICHELE DE MEDEIROS	34.500	28-04-1975	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	1.875
32º Lugar	ELIZABETE DE OLIVEIRA DA COSTA	32.000	12-11-1969	2.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
33º Lugar	MARIA APARECIDA RAMOS	30.000	21-07-1967	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	3	0.000
34º Lugar	TAIZI BORGES FIGUEREDO	30.000	24-08-1989	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	0.000
35º Lugar	RODRIGO FERREIRA BIANCO	21.000	20-03-1996	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000
36º Lugar	SANDRINA MACEDO VELHO	18.000	04-09-1995	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	0.000
37º Lugar	GABRIELA DA SILVA ÁVILA	15.000	15-09-1996	2.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 2 - Anos Iniciais (1ª Ano - Alfabetização)

Disciplina: (Habilitado) - Prof Anos Iniciais

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	JOSIANE SOMBRIO VIEIRA DA SILVA	77.000	15-03-1986	7.50	2 - Especialização	2	5.000
2º Lugar	JUSELDA DA CUNHA CAMPOS	74.000	12-12-1967	7.00	2 - Especialização	0	5.000
3º Lugar	ALESANDRA ANTUNES DO LIVRAMENTO	74.000	25-04-1971	7.00	2 - Especialização	2	5.000
4º Lugar	NAIANE ROSSI	71.000	31-07-1991	6.50	2 - Especialização	0	5.000
5º Lugar	KATIA REGINA DAL MAGRO NICOLADELI	68.000	12-05-1976	6.00	2 - Especialização	1	5.000
6º Lugar	ANTONIANA CAMILO BASCHIROTTTO	68.000	22-06-1984	6.00	2 - Especialização	1	5.000
7º Lugar	JULIANA ASCARI MONTEGUTTI MAZON	67.000	30-01-1984	6.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000
8º Lugar	IVANIA DA SILVA DALAZEN	65.000	09-02-1968	5.50	2 - Especialização	0	5.000
9º Lugar	ELIZABETE DE S. BORBA DELA JUSTINA	65.000	24-06-1969	5.50	2 - Especialização	2	5.000
10º Lugar	MARIZETE GOULART	65.000	11-11-1973	5.50	2 - Especialização	2	5.000
11º Lugar	IVANIR FERMIANO DA SILVA ANTUNES	65.000	07-08-1974	5.50	2 - Especialização	1	5.000
12º Lugar	ROSÂNGELA RAMOS CORRÊA	65.000	25-03-1977	5.50	2 - Especialização	2	5.000
13º Lugar	ROSILDA VERONEZI	65.000	07-09-1978	5.50	2 - Especialização	1	5.000
14º Lugar	CLAUDIA ELIZABETE MESQUITA PINHEIRO	65.000	25-05-1979	5.50	2 - Especialização	2	5.000
15º Lugar	GISELE CHEQUETTO BAGGIO	65.000	23-01-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
16º Lugar	ROSELI FRASSON DORIGON	65.000	28-07-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
17º Lugar	CRISTINA BOGER SALVALAGGIO	65.000	12-09-1990	5.50	2 - Especialização	0	5.000
18º Lugar	PATRICIA GONÇALVES CAMILO BAGGIO	61.000	28-10-1977	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	3	5.000
19º Lugar	ANDREIA BONETTI ANTUNES ROCHA	59.000	30-01-1971	4.50	2 - Especialização	2	5.000
20º Lugar	LUCIANA CAMILO RICARDO HOFFMANN	58.000	08-04-1980	5.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000
21º Lugar	SIMONE MATIAS SOUZA BURATO	56.750	19-04-1983	5.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	4.688
22º Lugar	DAIANE DA SILVA PEREIRA	53.750	07-09-1986	5.50	2 - Especialização	1	2.188
23º Lugar	IVANISE CAMILA CARRER HORN	53.000	25-04-1963	3.50	2 - Especialização	1	5.000
24º Lugar	KARISE DELA GIUSTINA BROGNOLI	53.000	30-03-1984	3.50	2 - Especialização	2	5.000
25º Lugar	NILCEIA CHECHETTO NICOLADELLI CARDO	51.000	01-01-1973	6.50	2 - Especialização	2	0.000
26º Lugar	EDINA ORBEN PERIN	47.000	16-10-1984	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	4.500
27º Lugar	TAISE MONTEIRO	46.000	11-02-1988	3.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
28º Lugar	FRANCIELY DA ROSA FERREIRA	41.000	20-01-1993	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	0.000
29º Lugar	RENATA PAHOHEK	23.000	02-06-1988	2.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	0.000

Disciplina: (Não Habilitado) - Prof Anos Iniciais

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	DANIELA BELTRAME	56.000	06-06-1989	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	CRISTINI DE PICOLI	56.000	10-08-1990	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
3º Lugar	ANDRÉA ESTEVAM	44.000	20-08-1984	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
4º Lugar	GISELI FLORES	41.000	27-11-1984	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
5º Lugar	KARLA IUDS DA SILVA	33.000	24-08-1982	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	0.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 3 - Anos Iniciais (2º ao 5º Ano)

Disciplina: (Habilitado) - Prof Anos Iniciais

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	SUZANA MACHADO DE SOUZA CARRER	80.000	17-09-1982	8.00	2 - Especialização	1	5.000
2º Lugar	INÊS JUSTI	77.000	01-07-1979	7.50	2 - Especialização	2	5.000
3º Lugar	JOSIANE SOMBRIO VIEIRA DA SILVA	77.000	15-03-1986	7.50	2 - Especialização	2	5.000
4º Lugar	GRAZIELI FUCHTER	76.000	20-06-1986	8.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
5º Lugar	ALESANDRA ANTUNES DO LIVRAMENTO	74.000	25-04-1971	7.00	2 - Especialização	2	5.000
6º Lugar	SIMONE APARECIDA ASSUNÇÃO BAGIO	74.000	14-05-1977	7.00	2 - Especialização	1	5.000
7º Lugar	SOLANGE WARMEING MORAES DA LUZ	74.000	01-08-1979	7.00	2 - Especialização	1	5.000
8º Lugar	CAMILA RAMOS CARDOSO DA SILVA	74.000	17-12-1988	7.00	2 - Especialização	1	5.000
9º Lugar	NAIANE ROSSI	71.000	31-07-1991	6.50	2 - Especialização	0	5.000
10º Lugar	MÔNICA MARQUES MACHADO	71.000	21-10-1993	6.50	2 - Especialização	0	5.000
11º Lugar	KATIA REGINA DAL MAGRO NICOLADELI	68.000	12-05-1976	6.00	2 - Especialização	1	5.000
12º Lugar	MARCIA NE MARTINS GHISI	68.000	03-10-1978	6.00	2 - Especialização	2	5.000
13º Lugar	ANALIR PIGNATEL MATEI	68.000	02-09-1979	6.00	2 - Especialização	1	5.000
14º Lugar	JULIANA FRATONI REDIVO	68.000	12-07-1984	6.00	2 - Especialização	0	5.000
15º Lugar	GLAUCIA TORETI GHISI DEBIASI	68.000	20-07-1989	6.00	2 - Especialização	0	5.000
16º Lugar	SIRLENE HEIDEMANN	68.000	02-05-1993	6.00	2 - Especialização	1	5.000
17º Lugar	JULIANA ASCARI MONTEGUTTI MAZON	67.000	30-01-1984	6.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000
18º Lugar	JANICE DEL PRATO	65.000	19-08-1961	5.50	2 - Especialização	0	5.000
19º Lugar	IVANIA DA SILVA DALAZEN	65.000	09-02-1968	5.50	2 - Especialização	0	5.000
20º Lugar	MARIZETE GOULART	65.000	11-11-1973	5.50	2 - Especialização	2	5.000
21º Lugar	IVANIR FERMIANO DA SILVA ANTUNES	65.000	07-08-1974	5.50	2 - Especialização	1	5.000
22º Lugar	ROSÂNGELA RAMOS CORRÊA	65.000	25-03-1977	5.50	2 - Especialização	2	5.000
23º Lugar	ROSILDA VERONEZI	65.000	07-09-1978	5.50	2 - Especialização	1	5.000
24º Lugar	ELISANGELA LEANDRO COMELI	65.000	13-06-1979	5.50	2 - Especialização	2	5.000
25º Lugar	GISELE CHEQUETTO BAGGIO	65.000	23-01-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
26º Lugar	ANDRÉIA CITTADIN	65.000	17-03-1986	5.50	2 - Especialização	5	5.000
27º Lugar	ROSELI FRASSON DORIGON	65.000	28-07-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
28º Lugar	RENATA VIEIRA	65.000	29-10-1989	5.50	2 - Especialização	0	5.000
29º Lugar	CRISTINA BOGER SALVALAGGIO	65.000	12-09-1990	5.50	2 - Especialização	0	5.000
30º Lugar	SAMARA DA SILVA	65.000	18-12-1990	5.50	2 - Especialização	0	5.000
31º Lugar	RUBIA MARIA SANDRINI	64.000	10-02-1979	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
32º Lugar	SILVANA SILVA CANELLA	62.000	10-10-1965	5.00	2 - Especialização	1	5.000
33º Lugar	VIVIANA PEREIRA ALEXANDRE HENDRICKS	62.000	25-05-1985	5.00	2 - Especialização	1	5.000
34º Lugar	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	61.000	19-02-1987	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
35º Lugar	IZALEIA ORBEN BASCHIROOTTO	59.000	19-05-1964	4.50	2 - Especialização	0	5.000
36º Lugar	ANDRÉIA BONETTI ANTUNES ROCHA	59.000	30-01-1971	4.50	2 - Especialização	2	5.000
37º Lugar	MARILÉIA MACHADO DE SOUZA	59.000	01-09-1974	4.50	2 - Especialização	1	5.000
38º Lugar	JUCELANE FAQUIN BAGIO NAZARIO	59.000	21-05-1979	4.50	2 - Especialização	1	5.000
39º Lugar	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	59.000	08-10-1989	4.50	2 - Especialização	1	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

40º Lugar	MARIZETE ZANINI LOLE	56.000	25-03-1970	4.00	2 - Especialização	3	5.000
41º Lugar	IVOLÊTE LAURINDO CAMPOS	56.000	28-03-1977	4.00	2 - Especialização	2	5.000
42º Lugar	ANGISLAINE DA ROSA PEREIRA	56.000	04-08-1978	4.00	2 - Especialização	1	5.000
43º Lugar	JÉSSICA MORAES VIEIRA	56.000	09-11-1990	4.00	2 - Especialização	2	5.000
44º Lugar	SAMIRA CAETANO MATHEUS	55.000	22-11-1978	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	3	5.000
45º Lugar	SIMONE DUTRA BAESSO	55.000	06-04-1987	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
46º Lugar	ALIZETE MATIAS DA SILVA	53.000	25-06-1977	3.50	2 - Especialização	2	5.000
47º Lugar	EMANOELA GHISI	53.000	15-08-1992	3.50	2 - Especialização	2	5.000
48º Lugar	NILCEIA CHECHETTO NICOLADELLI CARDO	51.000	01-01-1973	6.50	2 - Especialização	2	0.000
49º Lugar	TERESINHA MENEGASSO	50.500	27-12-1970	6.00	2 - Especialização	1	0.625
50º Lugar	JAQUELINE DORREGÃO DEBIASI	50.000	08-06-1988	3.00	2 - Especialização	0	5.000
51º Lugar	CACIANA ESPINDOLA DA SILVA	38.000	13-05-1984	5.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000
52º Lugar	EMANUELA GHISI GOULART	32.000	17-09-1982	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000

Disciplina: (Não Habilitado) - Prof Anos Iniciais

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	JULIANA CANEVER	62.000	01-03-1989	7.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	LUANA GERMANO DA SILVA	59.000	13-08-1990	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
3º Lugar	JESSICA VANSET	56.000	13-08-1986	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
4º Lugar	DANIELA BELTRAME	56.000	06-06-1989	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
5º Lugar	CRISTINI DE PICOLI	56.000	10-08-1990	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
6º Lugar	INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ	56.000	16-02-1995	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
7º Lugar	ÉRICA FURLAN	56.000	03-04-1995	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
8º Lugar	MARIA APARECIDA PESSOA DUTRA	53.000	19-09-1969	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
9º Lugar	GISELE BALDINO LAURINDO	53.000	08-10-1986	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
10º Lugar	JAMILE SUFINSKI ALBERTON	49.000	24-04-1994	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	4.000
11º Lugar	PRICILA FURLAN BORGHEZAN	47.000	20-02-1985	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
12º Lugar	ROBERTA FURLAN	47.000	26-09-1990	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
13º Lugar	LUZIA DE OLIVEIRA BERNARDO	41.000	20-08-1976	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
14º Lugar	ATAISE MENDES	35.000	29-04-1985	2.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 4 - Ensino Fundamental

Disciplina: (Habilitado) 01 - Prof Língua Portuguesa

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	DENISE GOULART	80.000	26-01-1984	8.00	2 - Especialização	2	5.000
2º Lugar	FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA	49.000	21-06-1986	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000

Disciplina: (Habilitado) 02 - Prof Inglês

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	PAULA GRAZIELA DE SOUZA ANDRÉ	62.000	16-05-1985	5.00	2 - Especialização	0	5.000
2º Lugar	VANESSA DUCIONI ABEL CECHINEL	55.000	19-09-1983	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
3º Lugar	KETOLLY SALVADOR RABELO	35.000	27-09-1983	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000

Disciplina: (Habilitado) 03 - Prof Ciências

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	RENATA VERONEZI MONTEGUTTI	65.000	25-02-1987	5.50	2 - Especialização	1	5.000
2º Lugar	ANDRESSA CRISTINE GARCIA DA SILVA	47.000	29-04-1989	6.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000
3º Lugar	CRISTIANI DA SILVA NUNES	42.250	06-06-1985	4.50	2 - Especialização	1	0.813

Disciplina: (Habilitado) 04 - Prof Matemática

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	FERNANDO MONTEIRO RAMOS	61.000	23-08-1986	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
2º Lugar	SILVANA SILVA CANELLA	56.000	10-10-1965	4.00	2 - Especialização	1	5.000
3º Lugar	HONNYS ALESSANDRO TAVARES PENHA	55.000	13-11-1987	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000

Disciplina: (Habilitado) 06 - Prof Geografia

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	CRISTIANO CUSTODIO	45.000	08-04-1987	5.50	2 - Especialização	1	0.000

Disciplina: (Habilitado) 07 - Prof Arte

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	EMILY GUIZONI BRATTI	73.000	23-05-1987	7.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
2º Lugar	RENATA DOS SANTOS	65.000	13-01-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
3º Lugar	CRISTIANA APARECIDA DA SILVA	62.000	11-02-1988	5.00	2 - Especialização	1	5.000
4º Lugar	SONIA MARIA ROSSI	59.000	01-09-1954	4.50	2 - Especialização	0	5.000
5º Lugar	TAMIRIS TASCA	55.000	10-06-1988	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000

Disciplina: (Habilitado) 08 - Prof Educação Física

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	CAMILA DEBIASI PINTER	84.000	27-03-1989	8.00	3 - Mestrado	0	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

2º Lugar	BIANCA MENEGASSO	74.000	13-03-1993	7.00	2 - Especialização	0	5.000
3º Lugar	ELOIZI DALMAGRO	73.000	25-06-1992	7.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
4º Lugar	MICHELLY VIANA	72.000	24-10-1990	6.00	3 - Mestrado	0	5.000
5º Lugar	JAMILI PIZONI BALDISSERA CARDOSO	71.000	04-03-1989	6.50	2 - Especialização	2	5.000
6º Lugar	LUIZ FERNANDO MARCÍLIO	68.000	13-07-1988	6.00	2 - Especialização	2	5.000
7º Lugar	MARILIA DE BRIDA FONTANELLA	68.000	16-06-1989	6.00	2 - Especialização	0	5.000
8º Lugar	CLEIDE MARQUES MAZON ALBERTON	65.000	19-06-1984	5.50	2 - Especialização	1	5.000
9º Lugar	PAULA DA SILVEIRA	65.000	19-01-1989	5.50	2 - Especialização	0	5.000
10º Lugar	DAIANE FERREIRA DE SOUZA	65.000	09-09-1994	5.50	2 - Especialização	0	5.000
11º Lugar	PATRICIA BENEDET VELHO ZANPROGNO	64.000	16-12-1991	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
12º Lugar	FRANCIELI PEDROSO	61.000	15-08-1993	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
13º Lugar	SIBELE QUERINO NAZARO	59.000	30-09-1988	4.50	2 - Especialização	0	5.000
14º Lugar	JOELMA KESTRING	56.000	19-11-1985	4.00	2 - Especialização	0	5.000
15º Lugar	REBECA MACHADO BORGES NARDI	55.000	15-07-1989	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
16º Lugar	ADRIANE LUZIA CESCONETTO	52.000	04-02-1992	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
17º Lugar	ALESSANDRA BUSSOLO	50.000	30-09-1980	3.00	2 - Especialização	1	5.000
18º Lugar	MARCOS MATTEI COAN	49.000	30-09-1993	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
19º Lugar	BRAYANE ZOMER	47.000	07-06-1988	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	3.000
20º Lugar	CRISTIANA APARECIDA DA SILVA	44.000	11-02-1988	2.00	2 - Especialização	1	5.000
21º Lugar	JONAS CAMILO BASCHIROITTO	35.750	11-06-1990	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.938

Disciplina: (Não Habilitado) 01 - Prof Língua Portuguesa

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	MAICOM ADÃO ESTEVÃO	54.000	24-05-1992	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	3.750

Disciplina: (Não Habilitado) 02 - Prof Inglês

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	MAICOM ADÃO ESTEVÃO	45.000	24-05-1992	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	3.750

Disciplina: (Não Habilitado) 03 - Prof Ciências

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	EDUARDO COSTA	21.000	12-09-1985	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000

Disciplina: (Não Habilitado) 05 - Prof História

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ROBSON PERSOLA	29.500	23-09-1970	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	0.625

Disciplina: (Não Habilitado) 07 - Prof Arte

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	RENAN CARLOS FENILI MONTEIRO	50.000	09-10-1992	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	DIANA DUTRA JANUARIO	47.000	27-12-1990	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000

Disciplina: (Não Habilitado) 08 - Prof Educação Física



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	LETICIA TEZZA DEBIASI	65.000	17-05-1995	7.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	ANDRESSA JANCOSKI PERSOLA	56.000	28-10-1994	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
3º Lugar	LARISSA RODRIGUES	53.000	19-01-1998	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
4º Lugar	DEMETRIO MIRANDA	47.000	11-08-1980	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
5º Lugar	SILMARA BENTO	47.000	16-05-1993	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
6º Lugar	FRANCINI ESPINDULA FOLCHINI	38.000	09-09-1988	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000
7º Lugar	OTÁVIO MARIOT NETTO	36.000	26-01-1997	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000
8º Lugar	JAQUELINE MICHELS MEURER	24.000	14-04-1995	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000
9º Lugar	FABIANA SERATTO	21.000	17-03-1993	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 5 - Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Disciplina: (Habilitado) 01 - Prof Língua Portuguesa

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	DENISE GOULART	80.000	26-01-1984	8.00	2 - Especialização	2	5.000
2º Lugar	CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE	71.000	23-01-1982	6.50	2 - Especialização	0	5.000
3º Lugar	PAULA GRAZIELA DE SOUZA ANDRÉ	71.000	16-05-1985	6.50	2 - Especialização	0	5.000

Disciplina: (Habilitado) 02 - Prof Inglês

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE	68.000	23-01-1982	6.00	2 - Especialização	0	5.000
2º Lugar	VANESSA DUCIONI ABEL CECHINEL	55.000	19-09-1983	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
3º Lugar	KETOLLY SALVADOR RABELO	35.000	27-09-1983	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000

Disciplina: (Habilitado) 03 - Prof Ciências

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ANDRESSA CRISTINE GARCIA DA SILVA	47.000	29-04-1989	6.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000

Disciplina: (Habilitado) 04 - Prof Matemática

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	FRANCISCO DE OLIVEIRA JOÃO	59.000	27-04-1984	4.50	2 - Especialização	0	5.000
2º Lugar	HONNYS ALESSANDRO TAVARES PENHA	55.000	13-11-1987	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000

Disciplina: (Habilitado) 05 - Prof História

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	MARLEI FREITAS MAZUCO	38.000	07-08-1981	5.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000

Disciplina: (Habilitado) 06 - Prof Geografia

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ANGELA MARIA CAMPOS LIMA	46.000	03-01-1964	3.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
2º Lugar	CRISTIANO CUSTODIO	45.000	08-04-1987	5.50	2 - Especialização	1	0.000
3º Lugar	ANGELA PAULA BAGIO DE OLIVEIRA	42.000	16-07-1983	5.00	2 - Especialização	1	0.000

Disciplina: (Habilitado) 07 - Prof Arte

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	SUSILEIA BENEDET DELLA GIUSTINA	71.000	30-04-1973	6.50	2 - Especialização	1	5.000
2º Lugar	RENATA DOS SANTOS	65.000	13-01-1986	5.50	2 - Especialização	1	5.000
3º Lugar	SONIA MARIA ROSSI	59.000	01-09-1954	4.50	2 - Especialização	0	5.000
4º Lugar	TAMIRIS TASCA	55.000	10-06-1988	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Disciplina: (Habilitado) 08 - Prof Educação Física

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ELOIZI DALMAGRO	73.000	25-06-1992	7.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
2º Lugar	MICHELLY VIANA	72.000	24-10-1990	6.00	3 - Mestrado	0	5.000
3º Lugar	LUIZ FERNANDO MARCÍLIO	68.000	13-07-1988	6.00	2 - Especialização	2	5.000
4º Lugar	CLEIDE MARQUES MAZON ALBERTON	65.000	19-06-1984	5.50	2 - Especialização	1	5.000
5º Lugar	PAULA DA SILVEIRA	65.000	19-01-1989	5.50	2 - Especialização	0	5.000
6º Lugar	FRANCIELI PEDROSO	61.000	15-08-1993	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
7º Lugar	JOELMA KESTRING	56.000	19-11-1985	4.00	2 - Especialização	0	5.000
8º Lugar	MARCOS MATTEI COAN	49.000	30-09-1993	3.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
9º Lugar	JONAS CAMILO BASCHIROTTTO	35.750	11-06-1990	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.938

Disciplina: (Habilitado) 09 - Prof Química

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	JOSIANE DA SILVA CELSO	68.000	01-02-1977	6.00	2 - Especialização	1	5.000

Disciplina: (Habilitado) 10 - Prof Sociologia

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	JANICE DEL PRATO	55.000	19-08-1961	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
2º Lugar	ANGELA MARIA CAMPOS LIMA	52.000	03-01-1964	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000

Disciplina: (Habilitado) 12 - Prof Física

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	FRANCISCO DE OLIVEIRA JOÃO	65.000	27-04-1984	5.50	2 - Especialização	0	5.000

Disciplina: (Habilitado) 13 - Prof Biologia

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	SUSILEIA BENEDET DELLA GIUSTINA	74.000	30-04-1973	7.00	2 - Especialização	1	5.000
2º Lugar	RENATA VERONEZI MONTEGUTTI	68.000	25-02-1987	6.00	2 - Especialização	1	5.000
3º Lugar	CRISTIANI DA SILVA NUNES	45.250	06-06-1985	5.00	2 - Especialização	1	0.813

Disciplina: (Não Habilitado) 05 - Prof História

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ROBSON PERSOLA	29.500	23-09-1970	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	0.625

Disciplina: (Não Habilitado) 07 - Prof Arte

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	RENAN CARLOS FENILI MONTEIRO	50.000	09-10-1992	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	DIANA DUTRA JANUARIO	47.000	27-12-1990	4.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000

Disciplina: (Não Habilitado) 08 - Prof Educação Física



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ANDRESSA JANCOSKI PERSOLA	56.000	28-10-1994	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	OTÁVIO MARIOT NETTO	36.000	26-01-1997	6.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	0.000

Disciplina: (Não Habilitado) 11 - Prof Filosofia

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ALEXANDRE ALVES	50.000	21-04-1989	5.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
2º Lugar	ANDERSON BERNARDO	44.000	15-06-1982	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
3º Lugar	JOSLAINE MORAIS VIEIRA	42.000	11-04-1991	4.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	4.500

Disciplina: (Nao Habilitado) 12 - Prof Física

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	FERNANDO MONTEIRO RAMOS	41.000	23-08-1986	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 6 - Plantão de Creche

Disciplina: (Habilitado) - Prof Educação Infantil

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	ELIZABETE DE S. BORBA DELA JUSTINA	77.000	24-06-1969	7.50	2 - Especialização	2	5.000
2º Lugar	SIMONE APARECIDA ASSUNÇÃO BAGIO	74.000	14-05-1977	7.00	2 - Especialização	1	5.000
3º Lugar	JUSELDA DA CUNHA CAMPOS	71.000	12-12-1967	6.50	2 - Especialização	0	5.000
4º Lugar	MARCIANE MARTINS GHISI	71.000	03-10-1978	6.50	2 - Especialização	2	5.000
5º Lugar	ANTONIANA CAMILO BASCHIROTO	71.000	22-06-1984	6.50	2 - Especialização	1	5.000
6º Lugar	GRAZIELI FUCHTER	70.000	20-06-1986	7.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
7º Lugar	ANA RAQUEL PAGANI	68.750	16-06-1965	8.00	2 - Especialização	1	2.188
8º Lugar	VIVIANA PEREIRA ALEXANDRE HENDRICKS	68.000	25-05-1985	6.00	2 - Especialização	1	5.000
9º Lugar	IVOLÊTE LAURINDO CAMPOS	65.000	28-03-1977	5.50	2 - Especialização	2	5.000
10º Lugar	EDINEIA CARDOSO	65.000	22-08-1981	5.50	2 - Especialização	0	5.000
11º Lugar	SIMONE MATIAS SOUZA BURATO	59.750	19-04-1983	5.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	4.688
12º Lugar	SAMIRA CAETANO MATHEUS	52.000	22-11-1978	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	3	5.000
13º Lugar	CACIANA ESPINDOLA DA SILVA	44.000	13-05-1984	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000
14º Lugar	TAISE MONTEIRO	40.000	11-02-1988	2.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000

Disciplina: (Não Habilitado) - Prof Educação Infantil

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	MONIK RODRIGUES DOS SANTOS	59.000	18-05-1984	6.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
2º Lugar	DIANA STEFEN MORGAN	53.000	13-08-1993	5.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
3º Lugar	FABRICIA MEDEIROS	41.000	03-09-1988	3.50	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	0	5.000
4º Lugar	ELIZABETE DE OLIVEIRA DA COSTA	38.000	12-11-1969	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	2	5.000
5º Lugar	ROSELETE AMORIN	38.000	06-10-1987	3.00	1 - Estudante a partir da 4ª Fase (Superior)	1	5.000

Disciplina: Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Coloc	Nome do Professor	Total	Idade	Prova	Graduação	Dep	Cursos
1º Lugar	MAIRA NUNES FARIAS BIANCO	69.000	22-02-1980	7.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
2º Lugar	PATRICIA DA GLORIA BORGES ALVES	63.000	15-08-1976	6.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
3º Lugar	ELISANGELA MAZZUCO ARAUJO NICOLADEL	63.000	08-08-1978	6.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
4º Lugar	ALESSANDRA HOFFMANN	60.000	22-12-1981	6.00	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
5º Lugar	DAIANE FERREIRA DE SOUZA	60.000	09-09-1994	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
6º Lugar	ÁGNES CAMPOS CASCAES	59.750	06-07-1995	6.50	3 - Ensino Médio Completo	0	4.188
7º Lugar	CLAUDIA VITORINO	59.000	20-12-1976	4.50	2 - Magistério Nível Médio	3	5.000
8º Lugar	CARLA POLICARPO	57.000	10-07-1993	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
9º Lugar	JOSLAINE MORAIS VIEIRA	55.000	11-04-1991	5.50	3 - Ensino Médio Completo	1	4.500
10º Lugar	SUZANA SPRICIGO BASCHIROTO	54.000	29-01-1989	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
11º Lugar	ROBERTA FURLAN	51.000	26-09-1990	4.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
12º Lugar	MARIA DE LOURDES RIBEIRO CESCONETO	50.000	21-12-1969	3.00	2 - Magistério Nível Médio	1	5.000
13º Lugar	JUCEMARA FELISBINO	50.000	23-11-1970	3.00	2 - Magistério Nível Médio	1	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

14º Lugar	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	47.500	25-02-1983	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	1.875
15º Lugar	EDIONE BUSSOLO FELTRIN	46.000	24-07-1986	7.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
16º Lugar	ELIZANDRA BUSSOLO MARIOT	45.000	28-03-1988	3.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
17º Lugar	MORGANA PADILHA DEBIASI	44.750	05-05-1998	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	3.438
18º Lugar	MARIANA LEANDRO RABELO	42.000	17-05-1992	3.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
19º Lugar	KARLA IUDS DA SILVA	40.000	24-08-1982	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
20º Lugar	BRUNA APARECIDA FERNANDES	37.000	16-10-1997	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
21º Lugar	MARILUCIA SILVA	36.000	05-01-1979	2.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
22º Lugar	MARY LANE LOPES LUCIO	34.000	07-07-1983	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
23º Lugar	ADRIANA ASCARI KONS	34.000	31-07-1990	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
24º Lugar	WILLIANE DA SILVA	34.000	01-01-1995	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
25º Lugar	LUANA FRANCISCO MENDES	34.000	05-08-1996	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
26º Lugar	MARCYA MACHADO AGUIAR	29.000	05-09-1998	2.50	3 - Ensino Médio Completo	0	2.500
27º Lugar	CRISTIANE MENDES	25.000	10-03-1998	3.50	3 - Ensino Médio Completo	12	0.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

Area de Ensino: 7 - Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

1º Lugar	MARINA MEIS	85.000	22-12-1992	7.50	1 - Licenciatura Plena na Área	0	5.000
2º Lugar	JESSICA VANSET	72.000	13-08-1986	8.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
3º Lugar	MAIRA NUNES FARIAS BIANCO	69.000	22-02-1980	7.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
4º Lugar	MARIANE BORBA DELA JUSTINA	69.000	13-06-1995	7.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
5º Lugar	RITA DE CÁSSIA BERNARDES	67.000	10-11-1977	4.50	1 - Licenciatura Plena na Área	2	5.000
6º Lugar	ELISANGELA MAZZUCO ARAUJO NICOLADEL	63.000	08-08-1978	6.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
7º Lugar	TAIS MACALOSSI	61.500	17-02-1994	6.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	1.375
8º Lugar	MARISA GLORIA VENERA ORIOUES	60.000	26-05-1975	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
9º Lugar	ALESSANDRA HOFFMANN	60.000	22-12-1981	6.00	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
10º Lugar	CRISTIANE LÍDIA SPIER	60.000	20-11-1987	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
11º Lugar	LUANA GERMANO DA SILVA	60.000	13-08-1990	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
12º Lugar	ELIMARI FERNANDES	60.000	11-04-1991	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
13º Lugar	DAIANE FERREIRA DE SOUZA	60.000	09-09-1994	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
14º Lugar	LETICIA TEZZA DEBIASI	60.000	17-05-1995	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
15º Lugar	ÁGNES CAMPOS CASCAES	59.750	06-07-1995	6.50	3 - Ensino Médio Completo	0	4.188
16º Lugar	JESSICA EIYNG	59.250	29-10-1992	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	4.813
17º Lugar	CLAUDIA VITORINO	59.000	20-12-1976	4.50	2 - Magistério Nível Médio	3	5.000
18º Lugar	GISELE ZANINI SERAFIM	58.000	20-03-1991	3.00	1 - Licenciatura Plena na Área	1	5.000
19º Lugar	LUCIANA MATTOS	57.000	07-11-1969	5.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
20º Lugar	CARLA POLICARPO	57.000	10-07-1993	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
21º Lugar	LAINE FURLAN ADRIANO	57.000	02-09-1995	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
22º Lugar	DANIELA GEREMIAS	57.000	06-03-1996	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
23º Lugar	LARISSA RODRIGUES	57.000	19-01-1998	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
24º Lugar	LILIAN BOGER ALBERTON	56.750	25-09-1984	7.00	3 - Ensino Médio Completo	1	2.688
25º Lugar	ADRIANA DA SILVA BORGES	54.000	23-04-1979	5.00	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
26º Lugar	GISLAINE GOULART PADILHA DORIGON	54.000	23-10-1981	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
27º Lugar	DAIANE MENEGASSO CANEVER	54.000	22-04-1983	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
28º Lugar	GISELI FLORES	54.000	27-11-1984	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
29º Lugar	FABRICIA MEDEIROS	54.000	03-09-1988	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
30º Lugar	FRANCINI ESPINDOLA FOLCHINI	54.000	09-09-1988	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
31º Lugar	SUZANA SPRICIGO BASCHIROTO	54.000	29-01-1989	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
32º Lugar	PATRICIA BENEDET VELHO ZANPROGNO	54.000	16-12-1991	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
33º Lugar	DIANA STEFEN MORGAN	54.000	13-08-1993	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
34º Lugar	BRUNA SPÍNDOLA PIZONI	54.000	29-11-1994	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
35º Lugar	INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ	54.000	16-02-1995	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
36º Lugar	MILENA BOGER ALBERTON	53.500	22-09-1994	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	4.125
37º Lugar	CLARISE PEREIRA	52.500	13-07-1997	7.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.875
38º Lugar	MARIA GISELE DA SILVA	51.250	15-12-1992	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	2.813
39º Lugar	ELIZANGELA PEREIRA COAN	51.000	22-07-1979	4.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
40º Lugar	GISELE BALDINO LAURINDO	51.000	08-10-1986	4.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
41º Lugar	SIBELE QUERINO NAZARO	51.000	30-09-1988	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
42º Lugar	ROBERTA FURLAN	51.000	26-09-1990	4.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

43º Lugar	NAYARA LIMAS DA SILVA	51.000	24-02-1997	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
44º Lugar	MARIA DE LOURDES RIBEIRO CESCONETO	50.000	21-12-1969	3.00	2 - Magistério Nível Médio	1	5.000
45º Lugar	JUCEMARA FELISBINO	50.000	23-11-1970	3.00	2 - Magistério Nível Médio	1	5.000
46º Lugar	ROSANI DUARTE	49.000	07-05-1968	4.50	2 - Magistério Nível Médio	2	2.500
47º Lugar	JOCILANE PILLON FONTANELLA	48.000	15-07-1986	4.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
48º Lugar	SILMARA BENTO	48.000	16-05-1993	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
49º Lugar	CLARIZE APARECIDA CARVALHO PADILHA	48.000	23-05-1993	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
50º Lugar	ANA ANGELIZI REDIVO VERONEZI	47.500	21-12-1992	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	1.875
51º Lugar	JAMILE SUFINSKI ALBERTON	47.000	24-04-1994	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	4.000
52º Lugar	EDIONE BUSSOLO FELTRIN	46.000	24-07-1986	7.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
53º Lugar	FRANCIELE PANDINI COAN	46.000	09-05-1998	7.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
54º Lugar	HELEN PAOLA VARGAS BERTOLINO	45.250	01-02-1997	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	1.313
55º Lugar	ELIZANDRA BUSSOLO MARIOT	45.000	28-03-1988	3.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
56º Lugar	MORGANA PADILHA DEBIASI	44.750	05-05-1998	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	3.438
57º Lugar	EMANUELA GHISI GOULART	44.000	17-09-1982	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	2	0.000
58º Lugar	CLAUDIONOR ELIAS	44.000	17-11-1983	4.00	1 - Licenciatura Plena na Área	0	0.000
59º Lugar	ANGELA PAULA BAGIO DE OLIVEIRA	43.000	16-07-1983	6.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
60º Lugar	TAINE DE SOUZA	42.250	18-05-1998	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	2.813
61º Lugar	MARCIA REGINA ANDRÉ	42.000	05-01-1972	5.00	2 - Magistério Nível Médio	1	0.000
62º Lugar	ELIZANDRA BAGIO	42.000	12-06-1976	3.00	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
63º Lugar	ATAISE MENDES	42.000	29-04-1985	3.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
64º Lugar	MARIANA LEANDRO RABELO	42.000	17-05-1992	3.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
65º Lugar	LUCIELI APARECIDA ZEFERINO DE SOUZA	42.000	05-07-1996	3.00	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
66º Lugar	CRISTINA BRIGHENTI DOS SANTOS	40.000	30-03-1975	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
67º Lugar	KARLA IUDS DA SILVA	40.000	24-08-1982	6.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
68º Lugar	MARIA PEREIRA MORAIS	40.000	05-10-1983	6.00	3 - Ensino Médio Completo	2	0.000
69º Lugar	SELMA MICHELS VERONEZI	40.000	10-01-1996	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
70º Lugar	GIOVANA MORGAN MENDES	40.000	29-09-1997	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
71º Lugar	LAINE VICENTE MACHADO	40.000	08-09-1998	6.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
72º Lugar	CINTIA MATOS	39.000	12-01-1980	2.50	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
73º Lugar	JAQUELINE BESSA	39.000	24-05-1986	4.50	2 - Magistério Nível Médio	1	0.000
74º Lugar	ROSELETE AMORIN	39.000	06-10-1987	2.50	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
75º Lugar	MICHELE DE MEDEIROS	38.500	28-04-1975	4.50	3 - Ensino Médio Completo	2	1.875
76º Lugar	ANGELA ZOMER ALBERTON	37.000	23-05-1979	5.50	3 - Ensino Médio Completo	3	0.000
77º Lugar	MARILEIA MARIOT DAL BELLO SCHULS	37.000	22-09-1980	5.50	3 - Ensino Médio Completo	2	0.000
78º Lugar	FERNANDA BRESSAN	37.000	08-09-1981	5.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
79º Lugar	FRANCIELIN BAGIO BIANCO	37.000	08-01-1991	5.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
80º Lugar	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	37.000	12-03-1995	5.50	3 - Ensino Médio Completo	32	0.000
81º Lugar	THAINÁ SCHLICKMANN	37.000	27-10-1995	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
82º Lugar	BRUNA APARECIDA FERNANDES	37.000	16-10-1997	5.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
83º Lugar	CHAIANE DOS SANTOS TELES	36.750	07-02-1998	2.50	3 - Ensino Médio Completo	0	4.438
84º Lugar	ELIZABETE DE OLIVEIRA DA COSTA	36.000	12-11-1969	2.00	3 - Ensino Médio Completo	2	5.000
85º Lugar	MARILUCIA SILVA	36.000	05-01-1979	2.00	3 - Ensino Médio Completo	1	5.000
86º Lugar	AUREA CÉLIA DIAS DAMIANI	34.000	25-12-1966	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
87º Lugar	MARY LANNÉ LOPES LUCIO	34.000	07-07-1983	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000



Prefeitura Municipal de Orleans
Secretaria Municipal de Educação
Processo Seletivo ACT - Edital 009-2016

88º Lugar	VANESSA FRAGA CITTADIN	34.000	23-05-1989	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
89º Lugar	CRISTIANA CORRÊA	34.000	22-06-1989	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
90º Lugar	NOELLEN ELLER NASCIMENTO	34.000	13-12-1992	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
91º Lugar	ARIANE DAS GRAÇA RABELO DE MEDEIROS	34.000	16-11-1994	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
92º Lugar	WILLIANE DA SILVA	34.000	01-01-1995	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
93º Lugar	JAQUELINE MICHELS MEURER	34.000	14-04-1995	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
94º Lugar	SANDRINA MACEDO VELHO	34.000	04-09-1995	5.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
95º Lugar	LUANA FRANCISCO MENDES	34.000	05-08-1996	5.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
96º Lugar	LETÍCIA BENEDET	33.000	15-03-1989	1.50	3 - Ensino Médio Completo	0	5.000
97º Lugar	MARIA APARECIDA RAMOS	31.000	21-07-1967	4.50	3 - Ensino Médio Completo	3	0.000
98º Lugar	DIRCELIA SILMARA FURTADO	31.000	31-08-1974	4.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
99º Lugar	JOICE DE MELO ROHLING	31.000	01-08-1984	4.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
100º Lugar	JAQUELINE GEREMIAS BORGES	31.000	08-10-1994	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
101º Lugar	KETRYN MENEGASSO ALBERTON	31.000	16-09-1996	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
102º Lugar	JOELMA BIANCO SCHULS	31.000	28-09-1998	4.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
103º Lugar	MARCYA MACHADO AGUIAR	29.000	05-09-1998	2.50	3 - Ensino Médio Completo	0	2.500
104º Lugar	GISLENE MICHELI CRESCENCIO DE SOUZA	28.000	28-10-1984	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
105º Lugar	CLAUDIA BOMBASAR PAULINO DENES	28.000	19-04-1985	4.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
106º Lugar	LUANA COAN MAZZUCO	28.000	28-05-1991	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
107º Lugar	HERIEL SPRICIGO	28.000	24-05-1995	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
108º Lugar	ROSELI OLIVEIRA DOS SANTOS	28.000	23-11-1997	4.00	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
109º Lugar	GISELLE DA SILVA COSTA	27.000	11-05-1983	3.00	3 - Ensino Médio Completo	0	1.250
110º Lugar	MARIA APARECIDA WARMELING	25.000	31-05-1973	3.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
111º Lugar	ROSIMERE CORREA CROCETA DA ROSA	25.000	01-03-1984	3.50	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000
112º Lugar	SABRINA ACACIO MACHADO	25.000	27-01-1988	3.50	3 - Ensino Médio Completo	2	0.000
113º Lugar	ANA CLAUDIA GOMES CAVALHEIRO	25.000	05-04-1994	3.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
114º Lugar	CRISTIANE MENDES	25.000	10-03-1998	3.50	3 - Ensino Médio Completo	12	0.000
115º Lugar	IZABEL CRISTINA ECHILE	22.000	29-12-1980	3.00	3 - Ensino Médio Completo	2	0.000
116º Lugar	MARIANA BRIGHENTI MOTA	19.000	06-11-1989	2.50	3 - Ensino Médio Completo	0	0.000
117º Lugar	TAIZI BORGES FIGUEREDO	16.000	24-08-1989	2.00	3 - Ensino Médio Completo	1	0.000

Ouro

PREFEITURA

TA AO CONTRATO 09 E 10/2016

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO N. 010/2016

Processo Licitatório n. 0004/2016

Pregão Presencial n. 0001/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: NOSSA FARMÁCIA OURO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de medicamentos similares e genéricos.

ALTERAÇÃO: acréscimo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento nas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 04/11/2016 até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2016.

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO N. 009/2016

Processo Licitatório n. 0004/2016

Pregão Presencial n. 0001/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: BRUNO MICHEL FAVERO PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - EPP

OBJETO: Aquisição de medicamentos éticos.

ALTERAÇÃO: acréscimo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento nas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

VALOR DO ADITIVO: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 04/11/2016 até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2016.

Palhoça

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 140/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº140/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Chamada Pública nº140/2016, no dia 13 de dezembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A CHAMADA PÚBLICA nº140/2016 tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutis orgânicos) da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE da rede pública Municipal de Palhoça. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 04 de Novembro de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

DECRETO Nº 2.070, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.070, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL PALHOCENSE. A Sociedade Musical Nossa Senhora dos Navegantes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições,

Considerando a criação da banda musical da Sociedade Musical Senhora dos Navegantes;

Considerando a pratica do ensino de música proporcionado pela sociedade;

Considerando a que a Sociedade Musical Nossa Senhora dos Navegantes se tornou referência cultural musical do Município;

Considerando a necessidade de preservar a memória imaterial da cultura palhocense;

Considerando a Lei Municipal nº 672, de 19 de junho de 1986 que declara de utilidade pública a Sociedade Musical Nossa Senhora dos Navegantes;

Considerando a Lei Estadual nº 8.368, de 11 de outubro de 1991 que declara de utilidade pública a Sociedade Musical Nossa Senhora dos Navegantes, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarado Patrimônio Cultural Palhocense a Sociedade Musical Nossa Senhora dos Navegantes.

Art. 2º O órgão executivo municipal de proteção do Patrimônio Cultural inscreverá no livro de atividades e celebrações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, 31 de outubro de 2016

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE DOAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE DOAÇÃO Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por sua Secretária Municipal, Sra. Rosi Meri da Silva, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os interessados que virem a presente divulgação ou dela tomarem conhecimento, que o Município de Palhoça do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto nos arts. 5º e 11º § 2º da Lei Municipal nº4358 de 29 de fevereiro de 2016, está selecionando órgãos e entidade(s) filantrópica(s) para ser(em) beneficiário(s) com a doação de material em estado IRRECUPERÁVEL, conforme classificação feita pela lei citada acima, existente no almoxarifado do Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça, conforme relação dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
01	Cadeira de Escritório	16	IRRECUPERÁVEL
02	Longarina com 3 lugares	3	IRRECUPERÁVEL
03	Monitor de computador	9	IRRECUPERÁVEL
04	Impressora	7	IRRECUPERÁVEL
05	CPU	13	IRRECUPERÁVEL
06	Estabilizador	13	IRRECUPERÁVEL

07	Televisão Phillips "20"	1	IRRECUPERÁVEL
08	Fogão de Mesa	1	IRRECUPERÁVEL
09	Forno Fischer Branco	1	IRRECUPERÁVEL
10	Fogão 4 bocas Atlas	1	IRRECUPERÁVEL
11	Micro-ondas Maxi BRASTEMP	1	IRRECUPERÁVEL

Os órgãos e entidades interessados deverão encaminhar correspondência destinada à Secretaria Municipal de Administração e Serviços Compartilhados de Palhoça, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da presente divulgação na sede do Município e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

As entidades interessadas, além de previamente cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social, deverão comprovar serem instituições filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública pelo Município de Palhoça e comprovar a habilitação jurídica, bem como a regularidade fiscal e trabalhista, previstas nos artigos 28 e 29 da Lei 8.666/93.

Em caso de não surgirem entidades interessadas até o prazo citado acima, será optado pelo descarte dos bens.

Promova-se a divulgação.

Palhoça/SC, 04 de novembro de 2016.
ROSI MERI DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

ERRATA Nº 001 PREGÃO Nº 137/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2016

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência e no Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 23/11/2016, às 14:00h, o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação do Pregão Presencial nº 137/2016. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 04 de novembro de 2016. A PREGOEIRA.

PREGAO PRESENCIAL 141/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 141/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 21 de Novembro de 2016, às 14:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 141/2016, que tem por objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e acessórios para embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 04 de Novembro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

IL. 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Energia Elétrica, segundo previsão de gastos da Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 23.000,97 (VINTE E TRÊS MIL REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

DA VIGÊNCIA: 01/11/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 27 de Outubro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

LEI 1439/2016

LEI Nº 1439/2016

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DA ALIENAÇÃO DE BENS PARA PAGAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Erni Giacomini, Prefeito do Município de PARAISO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos oriundos da Alienação de Bens Moveis, para o pagamento da Previdência Social do Município, em consonância com o Art. 44, da Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Art. 2º. A regulamentação será efetivada por Decreto Municipal, suplementando as dotações nas unidades orçamentárias e unidades gestoras, necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), em 04 de Novembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Sec.Mun.Adm.Faz.Plan.

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso-SC, 04 de Novembro de 2016.

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

ATA N. 0047/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0047/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0066/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0038/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ELTON INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0038/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 04 de novembro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

DECRETO N. 463/2016

DECRETO N. 463, de 24 de outubro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05.01	Secretaria de Educação e Esportes	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.306.1002	2.023	Manutenção da Merenda Escolar
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.0137	14.000,00
TOTAL		14.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0137 – Transferências Diretas do FNDE, referentes ao PNAE – Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 24 de outubro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0076/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0076/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0045/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0031/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. CNPJ n.18.047.772/0001-44, com endereço a Avenida XV de Novembro, nº 21, sala 05, centro de Ponte Serrada – SC, neste ato representada pelo Sr. DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3.827.288, e do CPF nº 060.564.759-30, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário e restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 04 de novembro de 2016.

IVANDRE BOCALON DOUGLAS
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATANTE

LUIZ MACHADO SEVERGNINI ME
DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

KARINA AP. MARINI RIBEIRO
CPF n. 008.042.129-61

ELISNARA SUTIL
CPF: 066.059.179-01

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PE Nº 10/2016

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2016

O Município de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Eletrônico nº 10/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 21/10/2016, objetivando Aquisição de fita para teste de dosagem de glicemia e lancetas , utilizadas nas unidades de Saúde do Município. O referido edital foi suspenso para que se promovam as correções necessárias, visando o atendimento do interesse público da contratação.

Paulo Lopes, 04 de novembro de 2016
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 47/2016

DECRETO Nº 47/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 130.000,00

26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0.3.00.000000 – Recursos Próprios – no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 07 de novembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 171/2016 - PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 171/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 62/2016 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2016 - PMP, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2016 -PMP

OBJETO: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção da Praça de São Miguel, localizada à Rua dos Viajantes, bairro Praia de São Miguel, Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento do 1º Termo aditivo nº 171/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 62/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa URCA URBANIZADORA CATARINENSE ERELI. ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Bairro: Centro, Avenida Nereu Ramos, nº 26-A, CEP: 88380-000, telefone: (47) – 3345-1952, E-mail: Urcaconstrutora@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 18.268.857/0001-52, neste ato representada pelo Sr. Rogério AtaydeSanthiago, CPF: 449.196.469-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula terceira do contrato administrativo nº 62/2016-PMP fica prorrogada até o dia 30.12.2016, a contar de 01.11.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 01 de Novembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GABRIELA GARBINI

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2989

DECRETO Nº 2989/16
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a

Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. VALDIR JOSÉ MAFRA JÚNIOR, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Serviços Urbanos, da Secretaria Municipal de serviços Urbanos, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2990

DECRETO Nº 2990/16
NOMEIA SECRETÁRIO DA SAÚDE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 57/2013 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. REGINALDO WALTRICK, para ocupar o cargo em comissão de Secretário da Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2992

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2992/2016

DISCIPLINA A TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que houve solicitação por parte do Candidato eleito a Prefeito Municipal para o mandato de 2017 a 2020 para que seja montada equipe de transição;

Que a transição prioriza aquele que necessita dos serviços públicos independentemente de partidos e preferências eleitorais, uma vez que o eleitor também é contribuinte;

Que a Transição é um ato de democracia, sendo necessário a formação de uma Comissão de Transição que deverá ter por objetivo, de forma transparente, entregar a máquina pública com um nível de conhecimento máximo sobre a situação dos direitos e obrigações que o novo Governo irá herdar;

Que o objetivo da transição é dar condições para que o candidato eleito ao cargo de prefeito obtenha todas as informações necessárias à implementação do novo governo, com pleno acesso a informações, garantindo transparência e governabilidade e não interrompendo os serviços públicos básicos à população:

DECRETA

Art. 1º - Fica instalada uma equipe de transição mista, composta por um total de três membros do governo atual e cinco membros do governo eleito, com indicação de seu respectivo coordenador, que terá início no dia 07/11/2016, devendo dar por encerrado os trabalhos em 30/11/2016, no período das 14 horas às 17 horas, sendo 03 (três) dias por semana.

Art. 2º - A equipe tem por objetivo inteirar-se do funcionamento das Secretarias e Fundações que compõem a Administração Pública Municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito Municipal eleito, a serem editados imediatamente após a posse.

§ 1º - As equipes de transição serão supervisionadas por um Coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Os membros da equipe de transição mista, relativos ao candidato eleito serão indicados pelo mesmo e terão acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do Governo Municipal.

Art. 4º - Sem prejuízo dos deveres e das proibições estabelecidos na legislação, os membros da equipe de transição mista deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação específica.

Art. 5º - Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam obrigados a prestar as informações complementares solicitadas pelo Coordenador da equipe de transição.

Art. 6º - Fica proibida a retirada de documentos, equipamentos, programas ou quaisquer outros bens públicos das dependências dos órgãos e entidades municipais pela equipe de transição.

Art. 7º - As informações protegidas por sigilo só poderão ser

fornecidas pela atual administração na forma e condições previstas na legislação.

Art. 8º - Fica vedada a utilização da informação recebida pela equipe de transição para outras finalidades.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de novembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

\\SERVIDOR\Users\Administrator\Documents\ADMINISTRAÇÃO\MEUS DOCUMENTOS\DOCUMENTOS 2016\DECRETOS\2992- Decreto disciplinando transição.docx

2993

DECRETO Nº 2993/2016

NOMEIA COMISSÃO MISTA DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 2992/2016,

DECRETA:

<p>Art. 1º -</p> <p>Art. 2º -</p>	<p>Fica nomeada a equipe de transição mista, abaixo especificada, composta por 03 (três) membros do governo atual e 05 (cinco) membros do governo eleito, tendo início no dia 07/11/2016, devendo dar por encerrado os trabalhos em 30/11/2016, no período das 14 horas às 17 horas, 03 (três) dias por semana, sendo:</p> <p>- Governo Atual Coordenador: Wagner Borges Figueiredo Membros: Daniele Schweger de Souza Lunge e George Wanderlei da Silva Alves.</p> <p>- Governo Eleito Coordenador: Leandro de Lima Borba Membros: Susana Perinotti de Borba, Lindomar Ezier Schulle Filho, Jean Carlos Coelho e Grazziele Moratelli Volpi.</p> <p>Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p>
-----------------------------------	---

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de novembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2º TERMO ADITIVO 167/2016 - PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 167/2016 PMP

AO CONTRATO Nº 04/2016 PMP

LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 66/15 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/15 – PMP

OBJETO:

Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Lote 2: Rua Anita Garibaldi: Área: 3.130,74 m² - Total R\$ 458.113,96

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 167/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 04/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextava de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de acréscimo no valor de R\$: 57.187,01 (cinquenta e sete mil e cento e oitenta e sete reais e um centavo), ao valor previsto na cláusula segunda do contrato administrativo 04/2016-PMP conforme parecer da procuradoria jurídica.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 12.03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL
Funcional: 15.451.0307– Infra-Estrutura Urbana
Projeto/Atividade: 1.012 – Pavimentação de Vias
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0083– Aplicações Diretas
Código reduzido: 000124

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 04 de Novembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GABRIELA GARBINI

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**391**

PORTARIA Nº 391/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: a funcionária efetiva GABRIELA GARBINI, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para responder por atribuição específica – responsável pela coordenação de licitação, além das funções inerentes a seu cargo percebendo um adicional de função no percentual de 30%(trinta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\391 - DESIGNAR GABRIELA STRELOW.docx

395

PORTARIA Nº 395/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: o funcionário efetivo RICARDO FRANCISCO DAS NEVES, ocupante do cargo Fiscal de Obras, para responder por atribuição específica – responsável por atuar na aprovação de projetos de engenharia, fiscalização de obras públicas oriundas de convênios de recursos próprios com emissão de ART- percebendo um adicional de função no percentual de 30%(trinta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

\\SERVIDOR\Users\Administrator\Documents\ADMINISTRAÇÃO\MEUS DOCUMENTOS\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\395 - DESIGNA RICARDO FRANCISCO DAS NEVES.docx

396

PORTARIA Nº 396/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 80 e seguintes da Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03

RESOLVE:

DESIGNAR: a funcionária efetiva IOLANDA DE SOUZA AMARO, ocupante do cargo de PROFESSORA, para responder por atribuição específica – Responsável pelo expediente da Secretaria da Educação e Cultura - percebendo um adicional de função no percentual de 30%(trinta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Y:\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\396 - DESIGNA IOLANDA DE SOUZA AMARO.docx

397

PORTARIA Nº 397/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: o funcionário efetivo JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR, ocupante do cargo de Encarregado de Equipamento Rodoviário, para responder por atribuição específica: alimentação do Sistema de Frotas e Encarregado da Equipe de medição e registros nos serviços feitos pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, além das funções inerentes a seu cargo - percebendo um adicional de função no percentual de 60%(sessenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

\\SERVIDOR\Users\Administrator\Documents\ADMINISTRAÇÃO\MEUS DOCUMENTOS\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\397 - DESIGNAR JOSE ROBERTO DARUGNA.docx

398

PORTARIA Nº 398/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: o funcionário efetivo ADÃO SERGIO SCHMITZ, ocupante do cargo de motorista, para responder por atribuição específica: encarregado de turma na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, além das funções inerentes a seu cargo - percebendo um adicional de função no percentual de 60%(sessenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

\\SERVIDOR\Users\Administrator\Documents\ADMINISTRAÇÃO\MEUS DOCUMENTOS\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\398- DESIGNAR ADÃO SERGIO SCHMITZ.docx

399

PORTARIA Nº 399/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: o funcionário efetivo DIOGO DE PAULA DUARTE, ocupante do cargo de médico veterinário, para responder por atribuição específica: responsável pela fiscalização de Inspeção Municipal (SIM) junto a Secretaria de Pesca e Agricultura, além das funções inerentes a seu cargo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

\\SERVIDOR\Users\Administrator\Documents\ADMINISTRAÇÃO\MEUS DOCUMENTOS\DOCUMENTOS 2016\PORTARIAS\399- DESIGNAR DIOGO DE PAULA DUARTE.docx

3º TERMO ADITIVO 168/2016 - PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 168/2016 PMP

AO CONTRATO Nº 04/2016 PMP

LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 66/15 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/15 – PMP

OBJETO:

Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Lote 2: Rua Anita Garibaldi: Área: 3.130,74 m² - Total R\$ 458.113,96
Pelo presente instrumento do 3º Termo aditivo nº 168/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 04/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, Rodovia BR 470, 2.000- Km 35, Bairro: Margem Esquerda, Telefone: (47) – 3332-1161, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ sob o nº 72.567.076/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Gian Carlos Alves, RG: 2.483.567-6, CPF: 721.627.759-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextava de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de supressão no valor de R\$: 80.135,68 (oitenta mil e cento e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), ao valor previsto na cláusula segunda do contrato administrativo 04/2016-PMP conforme parecer da procuradoria jurídica.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 12.03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL
Funcional: 15.451.0307– Infra-Estrutura Urbana
Projeto/Atividade: 1.012 – Pavimentação de Vias
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0083– Aplicações Diretas
Código reduzido: 000124

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 04 de Novembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GABRIELA GARBINI

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

400

PORTARIA Nº 400/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, ALMIR ROGÉRIO DOS SANTOS, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

401

PORTARIA Nº 401/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, MARIZETE DA COSTA, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

402

PORTARIA Nº 402/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, VALDEMIR BORTOLATO, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

403

PORTARIA Nº 403/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, MAIKIL GILENO SANTOS, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

404

PORTARIA Nº 404/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, KATIA LUCIANE DOS SANTOS DUARTE, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

405

PORTARIA Nº 405/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, ALEXANDRE DEOLINDO, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

406

PORTARIA Nº 406/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, LUIZ CARLOS PEREIRA GRILO, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

407

PORTARIA Nº 407/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 80 e seguintes da Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03,

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento aos funcionários estáveis do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, correspondendo ao valor pecuniário de 1% (um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence e respectiva carga horária.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
ADRIANA CARDOSO PEREIRA	PROFESSORA	40H
ADRIANA EDIT VERISSIMO	PROFESSORA	20H
ALESSANDRA APARECIDA HERMES DA SILVA	PROFESSORA	20H
ALESSANDRA ZANLUCA	PROFESSORA	20H
ANA LUIZA TEODORO DOS SANTOS	PROFESSORA	40H
ANA MARIA CLAUDINO	PROFESSORA	40H
ANTÔNIO MARCOS VICENTE	PROFESSOR	20H
ARACI DAS NEVES SILVA	ESPECIALISTA	40H
BEATRIZ GEORG DA COSTA	PROFESSORA	40H
BIANCA BARTEL ALEXANDRE	PROFESSORA	40H
CAMYLLA EMANUELLY PRINCIPE DE MORAIS	PROFESSORA	20H
CARLA PIZZATTO	PROFESSORA	40H
CELIMAR GEREMIAS	PROFESSORA	40H
CLADECI MARIA KUZMA BORGES	PROFESSORA	20H
CLAUDIA CORREA	PROFESSORA	20H
CLAUDIA ROSANE TRICHES TULIO	PROFESSORA	20H
CLEY ANDERSON DA SILVA	PROFESSOR	20H
CRISTIANE SORAIA DO NASCIMENTO	PROFESSORA	40H
DANIELA BORTOLATO RANGUET	PROFESSORA	20H
DANIELA D'TOFFEL	PROFESSORA	20H
DEISE APARECIDA GONÇALVES INOCÊNCIO	PROFESSORA	40H
DEISE CARDOSO	PROFESSORA	20H
DEISE IZONETE DE SOUZA	ESPECIALISTA	40H
DIRLENE JANETE DE MELO	PROFESSORA	20H
DJÉSSICA SIEDSCHLAG	PROFESSORA	20H
EDITE FOSSA DE SOUZA	PROFESSORA	20H
EDITE MEISEN	PROFESSORA	20H
EDNA ANA GALDINO	PROFESSORA	20H
ELIANE APARECIDA DA SILVA	PROFESSORA	20H
ELISABETE SUELI VICENTE DA COSTA	PROFESSORA	40H
ELIZANE APARECIDA FRANCISCO	PROFESSORA	40H
ELIZANE ZILMAR ARAGÃO CUSTÓDIO	PROFESSORA	20H
ELZA CRISTINA PINTO	PROFESSORA	20H
FABIANA IOLANDA FERREIRA CUSTÓDIO	PROFESSORA	20H
FABIO GARDIOLLI DE CARVALHO	PROFESSOR	20H
FERNANDA DE OLIVEIRA	PROFESSORA	20H
FRANCIELI FORTES RIBEIRO	PROFESSORA	20H
GABRIELA CORRADI DE PAULA	PROFESSORA	20H
GERTRUDES ROGALSKY SCHWAB	PROFESSORA	40H
GILDA DA GRAÇA CUSTÓDIO	PROFESSORA	40H
GIULIANO MADUREIRA BARBOSA	PROFESSOR	20H
ILIZEU GUILHERME DOS SANTOS	PROFESSOR	40H
ILSON SOARES	PROFESSOR	20H
IOLANDA DE SOUZA AMARO	PROFESSORA	20H
IRACI MAZZOCA ESTORINO DA SILVA	PROFESSORA	20H
IZONETE BERNADINA DA COSTA DE SOUZA	PROFESSORA	40H
JANAINA NEIDE DE SOUZA	PROFESSORA	20H
JANE MARIA LEITE TEODORO	PROFESSORA	20H
JANE TEREZINHA VITORINO	PROFESSORA	20H
JOCIANE THIBES	PROFESSORA	40H
JOELMA APARECIDA FERREIRA	PROFESSORA	40H
JOSIANI DOS SANTOS	PROFESSORA	20H
JUCÉLIA APARECIDA AGOSTINHO BENTO	PROFESSORA	20H
JULIANE APARECIDA XAVIER BARBOSA	PROFESSORA	20H
JULIETA SOARES	PROFESSORA	20H
KLEIDI ROLING BENTO	PROFESSORA	40H
LAURECINA DA SILVA CASAGRANDE	PROFESSORA	40H

LAZARA MARISTELA DE F. G. BUENO	ESPECIALISTA	40H
LEDA MARIA VIEIRA	PROFESSORA	40H
LEDINÉIA MILITÃO	PROFESSORA	20H
LENARA SERPA SCHMITZ	PROFESSORA	40H
LIA RAMOS DA SILVA	ESPECIALISTA	40H
LILIAN BEATRIZ P.MEURER CARDOSO	ESPECIALISTA	40H
LILIANE LACAVA DA ROSA	PROFESSORA	20H
LIONES BRUNA CASAGRANDE VIEIRA	PROFESSORA	20H
LUCENIR NAIR SEVERINO YACQUES	PROFESSORA	20H
LUCIENE CASAGRANDE LINHARES	PROFESSORA	40H
LUCIMERI PINTO	PROFESSORA	20H
MABEL ROSANE CAMPOS	PROFESSORA	40H
MARCIA REGINA DOS SANTOS	PROFESSORA	20H
MARCOS HENRIQUE WAGNER	PROFESSORA	40H
MARGARET MARIA MISTURA	PROFESSORA	40H
MARIA AMALIA DE ABREU	PROFESSORA	20H
MARIA ANGELA SEBASTIÃO	PROFESSORA	40H
MARIA APARECIDA BENTO	PROFESSORA	20H
MARIA APARECIDA CORREA ALVES	PROFESSORA	40H
MARIA APARECIDA DA COSTA DE SOUZA	PROFESSORA	40H
MARIA APARECIDA DA SILVA	ESPECIALISTA	40H
MARIA APARECIDA DE SOUZA	ESPECIALISTA	40H
MARIA APARECIDA DOS SANTOS LACAVA	PROFESSORA	20H
MARIA APARECIDA MILCHEORETTO SEDREZ	PROFESSORA	20H
MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO	PROFESSORA	20H
MARIA LOSANGELA MACIEL DO NASCIMENTO	PROFESSORA	20H
MARIA SONIA BORGES	PROFESSORA	20H
MARLENE PEREIRA SIQUEIRA	PROFESSORA	40H
MARLISE HOLZ REBELO	PROFESSORA	20H
MARY ROSANA ALVES GERMANO	PROFESSORA	40H
MAURILIA CASAGRANDE	PROFESSORA	20H
MIRIAN LETICIA DO PILLAR MELLO	PROFESSORA	20H
MISAEEL CORDEIRO	PROFESSOR	40H
MONICA BASSANI PINTO	PROFESSORA	20H
NAIR APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSORA	40H
NEIDE MARIA BENTO	PROFESSORA	20H
NELSON FORTUNATO INÁCIO	ESPECIALISTA	40H
NELYANA KOTTIWITZ SANTANA	PROFESSORA	20H
NILDA ROSA DOS REIS CESÁRIO PEREIRA	PROFESSORA	20H
NILSON DILO DE SOUZA	PROFESSOR	20H
NIVIA MARIA BENTO SANTANA	PROFESSORA	20H
PATRICIA SARAIVA CORREIA BENITES	PROFESSORA	20H
REGIANE APARECIDA SEVERINO	PROFESSORA	40H
REGIANE RODRIGUES TEIXEIRA	PROFESSORA	20H
RITA DE CÁSSIA DE SOUZA MARQUETTI	PROFESSORA	40H
RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO	PROFESSORA	20H
ROBERTO ANTÔNIO LEITE	PROFESSOR	20H
ROSA MARIA LEITE FELICIO	PROFESSORA	20H
ROSALVA MARIA ANHAIA NUSDA	PROFESSORA	20H
ROSANA MERCIA VALENTIM	PROFESSORA	20H
ROSANE APARECIDA DE ALMEIDA	PROFESSORA	40H
ROSEMARA DE LARA CORDEIRO	PROFESSORA	10H
ROSETE CORDEIRO DOS SANTOS	PROFESSORA	40H
ROSILENE DE ALMEIDA	PROFESSORA	20H
SANDRA DOS SANTOS TAVARES	ESPECIALISTA	40H
SANDRA MARIA PEREIRA	PROFESSORA	20H
SELMA SEBASTIÃO CORREA	PROFESSORA	40H
SELMA SIZETE AMARO	PROFESSORA	40H

SERGIO ORÊNCIO VIEIRA	PROFESSOR	40H
SILVANE LUCKOW BIAGINI	ESPECIALISTA	40H
SILVIA MISSFELD	PROFESSORA	20H
SIMONE BASTOS DE SOUZA	PROFESSORA	40H
SIRLEI BALBINA SILVA MARTINS	PROFESSORA	20H
SIRLENE APARECIDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	PROFESSORA	20H
SIRLENE MARIA DE SOUZA	PROFESSORA	40H
SONIA MARIA DE SOUZA	PROFESSORA	20H
SUELI DOS SANTOS CARDOSO	PROFESSORA	20H
SUSANA CELISTA POLICARPO	PROFESSORA	20H
TATIANA DA SILVA CRISTO DIAS	PROFESSORA	20H
TERESINHA APARECIDA DA COSTA ALVES	PROFESSORA	20H
VALDINÉIA BORTOLATO GERMANO	ESPECIALISTA	40H
VERÔNICA MARIA LEITE FRANCISCO	PROFESSORA	20H
VIVIAN PRUST GADOTTI	PROFESSORA	20H
WAGNER LUIZ DE MENEZES	PROFESSOR	20H
WALDIRENE REGINA VITORINO COPETTI	PROFESSORA	40H
WALQUIRIA JACINTA GERMANO	PROFESSORA	20H
YNDIALI APARECIDA BENTO INÁCIO	PROFESSORA	40H

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

408**PORTARIA Nº 408/2016**

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05,

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, JAISON DE OLIVEIRA, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

409**PORTARIA Nº 409/2016**

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento ao funcionário estável do Quadro de Pessoal Civil, AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

410**PORTARIA Nº 410/2016**

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 32, inciso III e Subseção III da Lei Complementar nº001/05.

RESOLVE:

CONCEDER: Progressão por Merecimento a funcionária estável do Quadro de Pessoal Civil, ADRIANA BERNARDES CUNHA, correspondendo ao valor pecuniário de 1%(um por cento) sobre o piso mínimo da categoria funcional a que pertence.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

CONTRATO 116/2016 - FMS**CONTRATO DE Nº 116/2016 - FMS**

Os signatários deste instrumento, de um lado CLÍNICA DMI, situada à Rua Dr. Constâncio Krumel, 1803, Praia Comprida – São José/SC, CEP: 88.103-600, inscrita no CNPJ de nº 02.202.456/0001-60 e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 27/2016 -FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 10/2016

-FMS, do qual a CONTRATADA, obriga-se a mesma a fornecer GASTOS REFERENTES AO CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL Nº 0900951-20.2016.8.24.0048 EM NOME DE BRYAN MAFRA DA ROSA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ENCEFÁLICA COM SEDAÇÃO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO, para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

VALOR – R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais).

01 - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 27/2016 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 10/2016 - FMS, que entra em vigor na data de 21 de outubro de 2016, com vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser rescindido por quaisquer das partes, com a comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

02 - O pagamento será de R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais) devendo o pagamento ser efetuado no dia 00/00/2016, na Banco do Brasil Agência 2638-7, Conta nº 5878-5 e cuja despesa correrá por conta da dotação abaixo:

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000005

03 - Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais) a ser pago em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela Secretaria da Saúde.

04- Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

05- Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2016.

06 - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, o contratado

deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

07- PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

08- ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

09- RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

10- PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

11 – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a

79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

12 - Fica eleito desde já o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão do presente Contrato.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 21 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

CLINICA DMI
CNPJ: 02.202.456/0001-60
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Peritiba

PREFEITURA

01 - SANÇÕES NÃO ASSINATURA DE CONTRATO SEM JUSTIFICATIVA - PMP

SANÇÃO POR NÃO ASSINATURA DO CONTRATO SEM JUSTIFICATIVA

ÓRGÃO:MUNICÍPIO DE PERITIBA

CNPJ: 82.815.085/0001-20

EMPRESA: CLODOMIR BAHR JUNIOR ME CNPJ: 00.535.902/0001-22

ENDEREÇO: Rua Luiz Mazaroba, 220, sala 03, BAIRRO: Cidade Alta CIDADE/UF: Videira/SC CEP: 89.560.000

E-MAIL: bahrsevidos@hotmail.com FONE: (49) 3566-0039

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

O Município de Peritiba supra qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal, vem INFORMAR a empresa CLODOMIR BAHR JUNIOR ME, também supra qualificada, nos termos que a seguir articula:

I. O MUNICÍPIO usando da sua faculdade vem notificar que após processo administrativo e conforme parecer do jurídico deste órgão está aplicando a CONTRATADA as sanções abaixo arroladas, em virtude de a empresa, mesmo após vários contatos do município (e-mail, telefone, envio da Ata com AR) não compareceu para assinatura da Ata de Registro de Preços 67/2016 e/ou enviou o mesmo assinado via postal. O primeiro contato foi o envio da ata via e-mail no dia 26/09/2016. O e-mail foi enviado novamente em 06/10/2016, e ainda foi enviado via postal com AR qual consta de recebimento no dia 21/10/2016. Ainda foram feitas várias tentativas de contato via telefone qual sempre fora informado que o responsável não se encontrava e que o mesmo retornaria a ligação porém nunca o fez.

Portanto a empresa não apresentou qualquer justificativa para a não assinatura do mesmo. Sendo que o prazo estabelecido para comparecimento para assinatura do contrato ou envio do mesmo assinado via postal seria de cinco dias após dado ciência à empresa.

Diante da situação esplanada o Município de Peritiba, e conforme disposto no item 14 do edital, resolve aplicar a seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido. Multa= Valor da proposta ata 3.400,00 x 0,10= R\$ 340,00 (Trezentos e quarenta reais)

b) Suspensão da participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Peritiba por um período de 2 (dois) anos.

Município de Peritiba-SC, 04 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal de Peritiba

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 81 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA Nº 12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 68/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 35/2015

VALIDADE: 03/01/2017

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2015, RESOLVE, registrar o preço da empresa LAJE OESTE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rod. SC 283 km 7,5 Fragosos, Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 01.364.691/0001-75, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Senhor LÓRIS MORETTI, portador da Carteira de Identidade nº 1.876.557-2 CPF nº 560.160.429-00, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de construção para serem utilizados em obras diversas que serão executadas pelo Município no decorrer do ano de 2016, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca/CA	Preço R\$	
					Unt.	Total
39	50	Und.	Tubo de Concreto de 30x100 cm - parede 3,25cm - diâmetro externo 36,5cm.	Laje Oeste	25,00	1.250,00
TOTAL:						1.250,00

Total: R\$ 1.250,00 (Um mil, duzentos e cinquenta reais).

Este aditamento justifica-se em virtude de ter esgotando o saldo previsto inicialmente licitado, necessária o aditivo para o andamento das obras de drenagem no Município.

2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 12/2016 permanecem inalteradas.

3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia – SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Peritiba, 04 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI PREFEITA MUNICIPAL Município	LAJE OESTE LTDA Contratada
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
JOÃO CARLOS BRUHMULLER Fiscal do Contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PL 51 2016

Registro de preço PL 51/2016 - PE 05/2016 - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de artigos e materiais esportivos para manutenção do desporto amador, atividades esportivas desenvolvidas junto às escolas municipais e alunos do projeto aquarela, oferecidas pelo município de Peritiba							
Órgão Gestor:	MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20						
Vigência:	03/11/2016 à 02/11/2017						
Pagamento:	Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.						
Local de entrega:	Conforme Edital de licitação.						
Prazo de entrega:	Em até 15 (quinze) dias corridos após o emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).						
Item	Qtd	Und	Descrição do produto		R\$ unt	R\$ total	Empresas Detentoras
27	4	Und	Tapete alfanumérico 36 placas de EVA 10mm, coloridas de encaixe medindo no mínimo 29x29cm cada, sendo 26 letras e 10 números. Embalado em sacola de PVC transparente com alça e zíper. Recomendado p/ todas as idades. Deverá ser certificado pelo INMETRO.	HAITI	129,90	519,60	TASCA ESPORTES LTDA ME
28	40	Und	Tatame em EVA (etil, vinil acetato) 20mm, intertravados, multicolorido, antiderrapante, com película texturizada e siliconada, com encaixe e bordas de acabamento, placas medindo 1mx1mx20mm.	HAITI	44,50	1.780,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
29	20	Und	Halter 1Kg, confeccionado em ferro fundido e revestido com P.V.C Vinil (Emborrachado), possui melhor pegada impermeável. É confortável, lavável, higiênico e protegido contra oxidação e impacto.	DEVERAS	6,00	120,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
30	20	Und	Halter 2Kg, confeccionado em ferro fundido e revestido com P.V.C Vinil (Emborrachado), possui melhor pegada impermeável. É confortável, lavável, higiênico e protegido contra oxidação e impacto.	DEVERAS	14,11	282,20	TASCA ESPORTES LTDA ME
31	20	Und	Halter 3Kg, confeccionado em ferro fundido e revestido com P.V.C Vinil (Emborrachado), possui melhor pegada impermeável. É confortável, lavável, higiênico e protegido contra oxidação e impacto.	DEVERAS	23,50	470,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
32	20	Par	Caneleira/tornozeleira 1kg cada, confeccionada com material de tecido Oxford ou látex vitrovínil (emborrachada) com acabamento em viés de polipropileno, com fechamento em velcro e enchimento com areia ou microesferas de ferro.	DEVERAS	23,00	460,00	TASCA ESPORTES LTDA ME

35	43	Und	Bola suíça para ginástica, com 65cm de diâmetro, confeccionada em vinílico de alta qualidade e resistência, indicada para suportar até 300kg. (Ref. Mercur, Physicus ou equivalente).	BIOFIT	52,50	2.257,50	TASCA ESPORTES LTDA ME
37	40	Und	Step confeccionado em E.V.A, com acabamento superior antiderrapante, cores diversas. Medidas mínimas do produto: 60x28x10cm (CxLxA). (Ref. Goned, SW Fitness, Polimet, Muvin, Kallango ou equivalente).	HAITI	54,10	2.164,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
38	40	Und	Elástico extensor para fortalecimento dos braços e pernas, confeccionado em Látex e nylon com manoplas revestidas em espuma, com 120 cm comprimento, cor preto com cinza. (Ref. Acte Sports ou equivalente).	DEVERAS	26,00	1.040,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
44	4	Und	Bola de espiribol costurada e confeccionada em PVC, tornando a bola mais macia, além da câmara ser em Butil. Diâmetro: 58-62cm/30cm. Altura:30 cm. Peso:420-450g. Construção: costurada. Câmara: Butil. Material: PVC. (Ref. Penalty/Winner ou equivalente).	PENALTY	61,99	247,96	TASCA ESPORTES LTDA ME
45	20	Und	Bola de futebol de campo: Especificações técnicas: - Circunferência: 64-66cm; - Peso: 360-390 g; - Câmara: Airvility; - Colagem dos Gomos: Termofusão; - Composição dos Gomos: PU; - Miolo: Substituível e Lubrificado; - Absorção de Água: 0%; - Possui revestimento interno em fio duraxial 48 filamentos Kevlar®; - Possui tecnologia Neo Gel. (Ref. Penalty, Umbro, Kagiva, Topper ou equivalente).	PENALTY	54,90	1.098,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
47	20	Und	Bola de Futsal (Adulto). Confeccionada poliuretano, costurada, com câmara butil, miolo substituível, com peso entre 410 a 450 gramas e circunferência entre 61 a 64 cm, 8 Gomos, Tecnologia Termotec. Com certificado de oficialização da Federação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS). (Ref. Penalty, Umbro, Topper ou equivalente).	PENALTY	78,90	1.578,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
48	12	Und	Bola de Futsal (Sub-13). Confeccionada em poliuretano, termossoldados ou termocolados, com câmara airbility, forro multiaxial, miolo em silicone lubrificado e substituível, com peso entre 350 a 380 gramas e circunferência entre 55 e 59 cm. Ou Confeccionada poliuretano ou PVC, costurada, com câmara butil, miolo em silicone autolubrificado e substituível, com peso entre 350 a 380 gramas e circunferência entre 55 a 59 cm. (Ref. Penalty, Umbro, Topper ou equivalente).	KAGIVA	49,90	598,80	TASCA ESPORTES LTDA ME
49	6	Und	Bola oficial de handebol, tamanho feminino jovem confeccionada em PU.; câmara airbility; costurada; acabamento PU ultra grip; miolo slip system removível e lubrificado. Diâmetro: 49 - 51cm; peso: 230- 270g. Deverá possuir certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e da Federação Internacional de Handebol (IHF). (Ref. Penalty ou equivalente).	KAGIVA	101,00	606,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
50	8	Und	Bola de Handebol (Feminino) H2L. Costurada confeccionada em poliuretano, com 32 gomos, com câmara airbility, forro multiaxial, miolo em silicone autolubrificado e substituível com peso de 325 a 375 gramas e circunferência entre 54 e 56 cm. Ou confeccionada em pvc, com 32 gomos, com câmara em butil, miolo substituível com peso de 325 a 375 gramas e circunferência entre 54 e 56 cm. Deverá possuir certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e da Federação Internacional de Handebol (IHF). (Ref. Penalty ou equivalente).	KAGIVA	83,00	664,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
52	50	Und	Bola de tênis de mesa confeccionada em celulóide, na cor branca, fosca, diâmetro de 40mm, peso de 2,74gr. 3 estrelas. (Ref. Vollo, Butterfly ou equivalente).	STARFLEX	2,50	125,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
53	2	Und	Bola de Basquete (Feminino): Confeccionada em borracha, matrizada, com câmara airbility, miolo em silicone autolubrificado e substituível, com peso entre 500 a 565 gramas, circunferência entre 72 a 74cm. (Ref. Penalty, Nike, Wilson ou equivalente).	PENALTY	49,90	99,80	TASCA ESPORTES LTDA ME
54	1	Und	Bola de Basquete (Adulto). Confeccionada em microfibras de poliuretano, matrizada, com câmara airbility ou butil, forro multiaxial, miolo em silicone autolubrificado e substituível, com peso entre 600 a 650 gramas e circunferência entre 75 a 78 cm. (Ref. Spalding, Wilson ou equivalente).	WILSON	49,90	49,90	TASCA ESPORTES LTDA ME
56	40	Und	Bola de vôlei em EVA, 65 a 67cm de circunferência 6 gomos 21 cm de diâmetro, confeccionadas em E.V.A macio colada com fios de poliéster.	SCALA	10,90	436,00	TASCA ESPORTES LTDA ME

61	3	Kit	Kit oficial Tênis de Mesa Modelo Profissional para competição (Suporte Ferro + Rede Algodão) conformes regras e normas oficiais da Federação Paulista Tênis de Mesa (FPTM) e (ITTF) com Suporte confeccionado em Ferro tipo Clipping com regulagem de altura da rede mais Rede de Mista Profissional Cor do suporte: Azul -Medidas do suporte mais haste para prender a rede: 23 X 18 cm encaixe da rede em ferro cromado - Rede de Nylon e Algodão com faixa branca Profissional Medidas da rede: 1,75 m (comprimento) x 15 cm (largura) Cor da rede: Azul - Correntes do esticador da rede - Régua de altura ITTF Peso (Bruto): 530 g - Medidas Bruto: 31 x 14.5 x 4 cm Profissional. (Ref. Vollo, Butterfly ou equivalente).	VOLLO	80,00	240,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
67	1.300	m2	Rede de proteção para fechamento de quadras esportivas. Fio de seda (polipropileno) 4mm. Malha de no máximo 11x11cm. Com tratamento contra as ações (U.V). M2. Com instalação inclusa.	SPITTER	8,85	11.505,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
69	1	Par	Rede para futebol de campo, par com fio 4mm em nylon, 100% polietileno de alta densidade, tamanho aproximado 7,55m C x 2,50m A x 1,50m F. Malha de no máximo 15x15cm. Com tratamento contra as ações (U.V). Par.	SPITTER	184,00	184,00	TASCA ESPORTES LTDA ME
33	10	Par	Caneleira/tornozela 2kg cada, confeccionada com material de tecido Oxford ou látex vitrovínil (emborrachada) com acabamento em viés de polipropileno, com fechamento em velcro e enchimento com areia ou microesferas de ferro.	STARFLEX	30,00	300,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
34	20	Par	Caneleira/tornozela 3kg cada, confeccionada com material de tecido Oxford ou látex vitrovínil (emborrachada) com acabamento em viés de polipropileno, com fechamento em velcro e enchimento com areia ou microesferas de ferro.	STARFLEX	39,00	780,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
40	20	Und	Bola de Borracha, bola de Iniciação, Número 10, Infantil. Bola borracha matrizada com câmara Airbility, circunferência: 48 - 50 cm, peso 180 - 200 g. (Ref. Penalty ou equivalente).	ICM	12,00	240,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
46	8	Und	Bola S11 R2: Bola Oficial de Futebol de Campo, com 8 gomos, confeccionada com PVC. Superfície texturizada para melhor grip e maior resistência. Tamanho: 68 - 70 cm de diâmetro. Peso: 410 - 450 g. (Ref. Penalty, Umbro, Topper ou equivalente).	PENALTY	86,50	692,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
51	11	Und	Bola de Handebol (Infantil) H1L. Costurada, confeccionada em poliuretano, com 32 gomos, com câmara airbility, forro multiaxial, miolo em silicone autolubrificado e substituível com peso de 290 a 330 gramas e circunferência entre 50 e 52 cm. Ou confeccionada em pvc, com 32 gomos, com câmara em butil, miolo substituível com peso de 290 a 330 gramas e circunferência entre 50 e 52 cm. Deverá possuir certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e da Federação Internacional de Handebol (IHF). (Ref. Penalty ou equivalente).	PENALTY	65,00	715,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
60	4	Und	Jogo de Bets/Tacobol, punho em EVA, 02 tacos em madeira crua, 01 Bola de borracha e 02 casas de madeira. Medidas do taco 06 X 70 (L x C).	PANGUE	9,00	36,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
68	1	Par	Rede futebol society, 4 metros de largura x 2,20 metros de altura, fio 4mm (reforçado) trançado confeccionado em nylon 100% polietileno de alta densidade. Malha de no máximo 15x15cm. Com tratamento contra as ações (U.V). Par.	PANGUE	145,00	145,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
70	2	Par	Rede para Futsal - (PAR): Confeccionada em polietileno (seda) de filamento contínuo de 4.0mm, malha de 10 x 10 cm, na cor branca, medindo entre 3,00 e 3,20m de comprimento por 2,0m de altura com fundo de 1,0m na parte superior 2,20m de altura com fundo de 1,0 m a 1,50m de profundidade na parte inferior. (Ref. Center ou equivalente)	PANGUE	130,00	260,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

71	5	Und	Rede para voleibol, confeccionada com fio de nylon trançado ou torcido com espessura de 2mm; malha 10x10cm; na parte superior da rede deverá haver uma faixa horizontal, com 7cm de largura, feita de lona branca (de couro sintético) e costurada ao longo da extensão da rede; em cada extremidade da faixa deverá haver uma abertura (Ilhós metálicos), através do qual deverá passar uma corda para mantê-la esticada; por dentro da faixa deverá passar um cabo de aço plastificado, que preso aos postes permitirá manter a parte superior da rede tensionada; Na parte inferior da rede deverá haver uma faixa horizontal, com 5cm de largura, similar à faixa superior, dentro da qual deverá passar uma corda para ser fixada aos postes de sustentação mantendo-a esticada; possuir suporte para antena de vôlei. A rede deverá ser resistente a raios UV. Dimensões 9,5 a 10m x 1m (Alt. x Comp.). Deverá acompanhar antenas de fibra de vidro (par) com diâmetro de 3/8 e altura de 1,8m, pintadas com faixas de 10 em 10 cm em vermelho e branco intercalado; com acabamento sem ondulações e sem farpas.	PANGUE	140,00	700,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME
72	3	Kit	Traves para mini-soccer (futebol) desmontável, de metal/ferro, com par de redes, fio 2 mm de nylon (polietileno) com malha 5cmx5 cm. Medidas; 0,50m (altura) x 0,80 m (largura). Kit com 2 traves desmontáveis completas e 2 redes.	PANGUE	75,00	225,00	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME
16	50	Und	Cadeira/poltrona de plástico, com apoio para braços, material polipropileno, produto monobloco, resistente e empilhável, cor branco. Dimensões aproximadas 72x51x53 (Alt. x Larg. x Prof.). Com capacidade para até 120 Kg. (Ref. Tramontina ou equivalente).	MOR BELA VISTA	55,00	2.750,00	LACN INFORMÁTICA LTDA ME
18	110	Und	Bambolê arco infantil colorido, tamanho; 67 cm de diâmetro, tubo de 20 mm espessura, plástico/polietileno super reforçado alta densidade.	CEMAR	2,70	297,00	DL CECCATO ME
21	10	Und	Peteca confeccionada em borracha unificada, com pena de gancho. Dimensões 20x4x4 cm, Peso: 200gr.	TAISCH-TECAS	12,45	124,50	DL CECCATO ME
24	8	Kit	Peteca de badminton de pluma de nylon e base em cortiça natural ou poliuretano envolvida com couro branco. Peso entre 4,74 e 5,5g. Kit/ tubo com 06 unidades.	VOLLO	18,00	144,00	DL CECCATO ME
25	50	Und	Bola de vinil - material vinil brilhante. Dimensões 47 cm de diâmetro e 140 cm de circunferência. Cores a escolher (sortidas)	ALPHA	8,00	400,00	DL CECCATO ME
36	5	Und	Bomba para inflar bola suíça.	LIVE UP	9,45	47,25	DL CECCATO ME
42	6	Kit	Badminton, kit com 4 raquetes e 2 petecas e rede. Acompanha suporte com rede e capa para guardar o kit. Composição raquetes, fibras e petecas - nylon, suporte com rede. (Ref. Vollo ou equivalente).	HIPER	150,00	900,00	DL CECCATO ME
55	10	Und	Bola de Tênis, confeccionada com feltro Dura-Weave, embalagem com 3 bolas. (Ref. Wilson Championship, Prince Championship ou equivalente).	WILSON	29,80	298,00	DL CECCATO ME
58	2	Und	Cola para handebol embalagem com 500gr. (Ref. Trimona)	MAGUSSY	155,00	310,00	DL CECCATO ME
59	20	Und	Cone de futebol, 50 cm PVC é confeccionada com um composto plástico de alta durabilidade e resistência. Altura do cone; 50 cm, altura das faixas duas faixas de 80 mm, medida da base do cone; 28 x 28 cm, peso do cone; 630 g. Cor laranja e branco ou preto e amarelo. Abertura nas duas laterais na parte superior para utilização de fitas zebradas ou correntes de sinalização.	CEMAR	9,70	194,00	DL CECCATO ME
62	6	Par	Luva de goleiro - futebol de campo - tamanho 6 - Dedo longo. Material: Corpo - 70% poliuretano e 30% poliéster; palma – 83% Etileno vinil acetato, 15% poliéster e 2% outras fibras; Punho - 83% Etileno vinil acetato, 15% poliéster e 2% outras fibras ou Dorso em Látex e palma da mão em PU. Corte tradicional. Punho com tira interna elástica e fechamento em velcro. (Ref. Nike, Penalty, Adidas, Umbro, Topper ou equivalente).	POKER	53,90	323,40	DL CECCATO ME
63	6	Par	Luva de goleiro - futebol de campo - tamanho 7 - Dedo longo. Material: Corpo - 70% poliuretano e 30% poliéster; palma – 83% Etileno vinil acetato, 15% poliéster e 2% outras fibras; Punho - 83% Etileno vinil acetato, 15% poliéster e 2% outras fibras ou Dorso em Látex e palma da mão em PU. Corte tradicional. Punho com tira interna elástica e fechamento em velcro. (Ref. Nike, Penalty, Adidas, Umbro, Topper ou equivalente).	POKER	47,90	287,40	DL CECCATO ME

64	4	Par	Luvas de goleiro - futsal - Tamanho 6 - Dedo curto. Dorso em Látex e palma da mão em PU (Poliuretano) 45% poliéster, 40% borracha natural de látex, 11% polietileno e 4% poliuretano, punho com tira interna elástica fechamento em velcro. Ou 45% PVC, 50% espuma de borracha sintética, 3% poliéster e 2% outros, punho com tira interna elástica e fechamento em velcro. Peso Aproximado: 120 g par. (Ref. Nike, Penalty, Adidas, Umbro, Topper ou equivalente).	POKER	49,90	199,60	DL CECCATO ME
65	4	Par	Luvas de goleiro - futsal - Tamanho 7 - Dedo curto. Dorso em Látex e palma da mão em PU (Poliuretano) 45% poliéster, 40% borracha natural de látex, 11% polietileno e 4% poliuretano, punho com tira interna elástica fechamento em velcro. Ou 45% PVC, 50% espuma de borracha sintética, 3% poliéster e 2% outros, punho com tira interna elástica e fechamento em velcro. Peso Aproximado: 120 g par. (Ref. Nike, Penalty, Adidas, Umbro, Topper ou equivalente).	POKER	49,95	199,80	DL CECCATO ME
41	5	Kit	Basquete, Kit com tabelas e aros na cor branca. Material de composição tabela em aglomerado e aro metálico medindo 50x65, desmontável, altura 90 cm, largura 52 cm, comprimento 65 cm e peso 8 kg. (Ref. Klopff, Xalingo ou equivalente).	PRÓPRIA	60,90	304,50	S O S RECUPERA- ÇÕES E COMÉRCIO DE PARQUES LTDA ME
66	3	Par	Poste/mastro para voleibol, removível, com regulagem de altura. Confeccionado em tubo aço carbono com 3" polegadas (chapa de 3mm); com cremalheira de ferro fundido e soldado com canal para passagem do cabo de aço; com argolas para fixação da rede; acompanhado de catraca e roldana em ferro fundido incluindo buchas (luvas) e tampas, com altura regulável de 2,15m a 2,43m. Par.	PRÓPRIA	995,00	2.985,00	S O S RECUPERA- ÇÕES E COMÉRCIO DE PARQUES LTDA ME
73	2	Und	Mesa Esportiva para Tênis de Mesa, Oficial, dentro dos padrões da ITTF (International Table Tennis Federation). Tampo em MDP/MDF de 18 ou 25mm articuláveis e independentes, com acabamento em primer ou laca azul fosco com linhas demarcatórias brancas. Pés com sistema de locomoção, através de 04 ou 08 rodízios na lateral central da mesa. Medidas oficiais 2,74x1,52x0,76m (CxLxA). Deverá acompanhar a mesa Kit contendo suporte com regulagem de ajuste e rede algodão. (Ref. Butterfly, Speedo, Klopff ou equivalente).	PRÓPRIA	510,00	1.020,00	S O S RECUPERA- ÇÕES E COMÉRCIO DE PARQUES LTDA ME
23	4	Kit	Peteca de badminton de pena de gancho, com 16 penas uniformes (Aerossensa) e base em cortiça natural ou poliuretano envolvida com couro branco. Peso entre 4,74 e 5,5g. Kit/tubo com 12 unidades.	PEQUITA	48,50	194,00	CANCHA COMÉR- CIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
39	20	Und	Bola de Borracha, bola de Iniciação, Número 12, Infantil. Bola borracha matrizada com câmara Airbility, circunferência: 57 - 59 cm, peso 250-270g. (Ref. Penalty ou equivalente).	SIME	22,89	457,80	CANCHA COMÉR- CIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
43	4	Par	Raquete para badminton encordada. Material: Alumínio e grafite, cabeça: 57 sq.in/ ts, equilíbrio: 295 mm, encordoamento, peso Aproximado: entre 90 g e 110 g, tensão da Corda: 18-20 lbs. Dimensões do Produto: (altura x largura x profundidade cm): 67x20x1,5cm. (Ref. Vollo, Nassau ou equivalente).	LEADER	55,00	220,00	CANCHA COMÉR- CIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
57	5	Und	Bola de Voleibol Oficial, peso aproximado 260/280 GRS, diâmetro 65/67 cm, com 18 gomos, câmara airbility, miolo removível e lubrificado, material microfibra, matrizada, 1ª linha. (Ref. Penalty 7.0/Mikasa 300 ou equivalente).	PENALTY	178,99	894,95	CANCHA COMÉR- CIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016

CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 46/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2016

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, CANCELA, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016 da empresa CLODOMIR BAHR JUNIOR ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Luiz Mazaroba, 220, sala 03, Bairro Cidade Alta, Videira/SC inscrita no CNPJ nº 00.535.902/0001-22, visto que a mesma não assinou o mesmo sem apresentar quaisquer justificativas.

Município de Peritiba, 04 de Novembro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal
Município

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Modalidade: Tomada de Preço 01/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Técnica e Preço. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a execução dos serviços especializados na área de informática, para licenciamento de softwares de gestão pública, totalmente integrados com acesso simultâneo de usuários, integrados, por um período de até 48 (quarenta e oito) meses. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 09h00min, do dia 24 de novembro de 2016. Data em que se fará sessão pública de Julgamento, a partir das 09h15min, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.camara-peritiba.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3453-1020. Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2016. Gilberto Maciel - Presidente.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 017 - TP CALÇAMENTO LINHA TÚNEL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2016
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23/11/2016, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 017/2016, visando a "contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares no Trecho de acesso à Linha Túnel.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 23/11/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.463, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.463, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.907 de 25 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no orçamento do ano de 2016, no valor de R\$ 50.800,00 (Cinquenta mil e oitocentos reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 3 - Administração Geral
Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos,
Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior
Valor: R\$ 40.000,00
Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral
Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos,
Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior
Valor: R\$ 800,00
Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
VALOR: R\$ 10.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 1º serão utilizados no valor de R\$ 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais) os recursos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior - 0.3.00, para Secretaria de Administração e Finanças e Fundo de Assistência Social. E anulado o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária para o Fundo Municipal da Saúde:
Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE OUTUBRO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4612/2016

DECRETO Nº 4612/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4612/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
01/08/2016	1	Adicionar	5.000,00	132	2	3390000000000000	1056 – Convênio de trânsito - Prefeitura
TOTAL DA ENTIDADE			5.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 26 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009 / 2016

Processo Administrativo n.º 077 / 2016.
Comprador: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Vendedores: NELINHO UTPADEL e IRACEMA UTPADEL.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PARTE DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE NELINHO UTPADEL/IRACEMA UTPADEL, MEDIANTE COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO, PARA ATENDER O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE INCORPORAR O TRAÇADO DA RUA TESTO ALTO, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.869, DE 25/08/2016 E DECRETO N.º 3.099, DE 24/06/2016.

Justificativa: Parte de imóvel registrado sob n.º 02 da Matrícula n.º 11771 do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Pomerode, atendendo o interesse público municipal e por serem os únicos vendedores com área disponível e apropriada que vem atender as necessidades da Administração.

Valor total do imóvel adquirido: R\$1.280,00 (hum mil e duzentos e oitenta reais), conforme artigo 1º, § 2º da Lei Ordinária Municipal n.º 2.869/2016, obedecendo a avaliação realizada pela Comissão de Avaliações nomeada pelo Decreto n.º 2613/2011.

Pomerode / SC, 04 de Novembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 005 / 2016.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ATLETAS E COMISSÃO TÉCNICA EM DIVERSAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, POR KM RODADO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 11h00min. do dia 22/11/2016.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 11h00min.do dia 22/11/2016.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à

sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 04 de Novembro de 2016.
CÉLIO SCHLINGMANN
Presidente da FUNPEEL

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 018 / 2016.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 13h00min. do dia 22/11/2016.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 13h00min.do dia 22/11/2016.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 04 de Novembro de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 043 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 043 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 078 / 2016.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO E SERVENTE A SEREM EXECUTADOS NA MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE ESPORTE E LAZER FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA - PAVILHÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 22/11/2016.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
Abertura das propostas: 08h00min.do dia 22/11/2016.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro

– Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 04 de Novembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO PROC.ADMIN. 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo Nº: 004/2016.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de: CAPTAÇÃO DE IMAGENS E TRANSMISSÃO AO VIVO, EDIÇÃO DE VÍDEO E ARTE FINAL DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
Contratada: PORTAL POMERODE LTDA – ME

Valor: R\$ 194.400,00 (Cento e Noventa e Quatro Mil e Quatrocentos Reais)
Prazo de Vigência: 19/10/2016 a 18/10/2018

Pomerode/SC, 19 de outubro de 2016.
CLAUS KRAHN - PRESIDENTE - Câmara Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 835/2016

DECRETO Nº 835/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 7.027,00 m², matrícula 4.892, CRI de Ponte Serrada, lote 53, da quadra 01, localizado na Rua Adão Tobias, Vila Pouso dos Tropeiros, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade da Sociedade Comunitária de Habitação Popular Renovação, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 53-A, da quadra 01, com área de 4.245,69m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 53-B, da quadra 01, com área de 2.208,49m².

Art. 4º - Área desmembrada, denominado de 53-C, da quadra 01, com área de 572,82m².

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

DECRETO 837/2016

DECRETO Nº 837/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. DAIANA ROSSI, matrícula 1525 ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 09 dias, a contar do dia 21 de outubro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 838/2016

DECRETO Nº 838/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ANA PAULA BIASI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias, a contar do dia 20 de outubro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 839/2016

DECRETO Nº 839/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, Matrícula 6344, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 10 dias, referente ao período aquisitivo 01/10/2015 a 30/09/2016, para serem gozadas de 03/11/2016 a 12/11/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 840/2016

DECRETO Nº 840/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ALINE CRISTIANE MARTINS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 72/2016

CONTRATO Nº 072/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 058/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA

CNPJ: 08.371.637/0001-04

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CEIS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

VALOR: R\$ 7.291,50 (Sete mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias a partir da data de assinatura.

EXTRATO CONTRATO 73/2016

CONTRATO Nº 073/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 059/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: NELCI CAGLIARI PAGLIA

CNPJ: 05.556.903/0001-77

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAR O PADRÃO DE ENERGIA TRIFÁSICO NA QUADRA ESCOLAR, LOCALIZADA NA RUA ADÃO TOBIAS, VILA POUSO DOS TROPEIROS, PONTE SERRADA/SC.

VALOR: R\$ 6.789,03 (Seis mil setecentos e oitenta e nove reais e três centavos)

VIGÊNCIA: 60 (sesenta) dias a partir da data de assinatura.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.458, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 1.458, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,08% (zero virgula zero oito por cento), considerando o IPCA do mês de setembro de 2016, que passa a vigorar a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,7457.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.459, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 1.459, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o disposto nos arts. 5º, alínea "h", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável, nos termos do Art. 5º, inciso H do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a área de propriedade de Angela Maria da Silva Guedes, brasileira, viúva, portadora do RG nº 1.408.970-0 SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 729.420.889-15; Roberto German Guedes Neto, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 5.283.605 e inscrito no CPF/MF nº 062.245.499-40, e Tibor Maximiliano Guedes, brasileiro, Portador do RG nº 05075176454 - Detran/SC, e inscrito no CPF/MF nº 062.245.419-65, ambos residentes e domiciliados na Avenida Atlântica, nº 2554, apto 251-A, Centro, Balneário Camboriu, com as seguintes medidas e confrontações:

I ☐ Parte do imóvel matriculado no Registro de Imóveis de Porto Belo sob o nº 25.980, com a seguinte descrição: Um terreno rural, no Bairro Sertão do Valongo, município de Porto Belo, com área total de 3.625,05m², com a seguinte descrição: Frente ao Norte, do vértice A3 ao vértice a2, medindo 452,98m, confrontando com a Área "a" terras de Angela Maria da Silva Guedes, Roberto German Neto e Tibor Maximiliano Guedes; Fundos ao Sul, do vértice B1 ao vértice B2, medindo 453,36, confrontando com a Área "B" terras de Angela Maria da Silva Guedes, Roberto German Neto e Tibor Maximiliano Guedes; Lado Direito ao Leste, do vértice A2 ao vértice B2, medindo 8,28m, confrontando com a Rua Marcelino Caetano; lado esquerdo ao Oeste, do vértice A3 ao vértice B1, medindo 10,57m, confrontando com a Rua Marcelino Caetano.

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à legalização de vias a décadas consolidadas, que será desmembrada posteriormente à desapropriação, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Fazem parte integrante deste Decreto o Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado e o Memorial Descrito da área a ser desapropriada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 31 dias do mês de outubro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

EXTRATO CONTRATO 002.2016 PORTOBELOPREV- ASSESSORIA PREVIDÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - PORTOBELOPREV

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2016 – PORTOBELOPREV

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria a ser realizada por pessoa física ou jurídica ao PORTOBELOPREV, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Carta Convite 001/2016 PORTOBELOPREV.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - PORTOBELOPREV
CONTRATADA: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA
VALOR: R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 86 (oitenta e seis) dias
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016

Porto Belo, 07 de Outubro de 2016.
Giovanni Paolo Voltolini
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 14 E 15/2016

EXTRATO DE CONTRATOS - EXERCÍCIO 2016

CONTRATO Nº 014/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OBJETO: Prestação de Serviços de conexão à Internet via fibra óptica com banda dedicada 10/10 Mbps para recepção (download) e envio (upload) de dados, na Sede do Poder Legislativo, conforme descrições constantes no Contrato.

CONTRATADO: UNETVALE E SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 7.487,00 (Sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais)

Porto Belo, 14 de outubro de 2016.
Eduardo Prado
Presidente

CONTRATO Nº 015/2016 – PROCESSO DE LICITAÇÃO 004/2016 – TOMADA DE PREÇO 02/2016

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme especificações constantes no anexo do Edital de Licitação e conforme especificações e quantitativos constantes no Contrato.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 55.065,00 (Cinquenta e cinco mil e sessenta e cinco reais).

Porto Belo, 25 de outubro de 2016.
Eduardo Prado
Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.029/2016

DECRETO Nº 1.029, de 04 de novembro de 2016.

Dispõe sobre Bens Patrimoniais do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º De conformidade com o Relatório elaborado pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 018, de 23 de junho de 2016, com a finalidade específica de efetuar o levantamento e proceder à avaliação de bens patrimoniais considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal, para que possam ser alienados mediante processo licitatório na modalidade Leilão, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, ficam considerados inservíveis (desafetados) para o Serviço Público Municipal, os bens patrimoniais abaixo especificados, de propriedade do Município:

I- 01 (UM) VEÍCULO FIAT UNO FIRE FLEX, Ano 2005, Modelo, 2006, Placas MCM2804, RENAVAL 856224863, flex, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

II- 01 (UM) VEÍCULO GM/CLASSIC LIFE, Ano 2009, Modelo 2010, Placas MFY 5755, RENAVAL 149711441, flex, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

III- 01 (UM) VEÍCULO FIAT/PALIO FIRE, Ano/Modelo 2003, Placas MBZ2594, RENAVAL 807242500, gasolina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

IV- 01 (UM) VEÍCULO MARCOPOLLO/VOLARE A8 ESC, Ano 2004, Modelo 2005, Placas MDP9969, RENAVAL 840845502, diesel, cor prata. LANCE INICIAL R\$ 19.000,00.

V- 01 (UM) VEÍCULO FIAT/STRADA ADVENTURE, Ano/Modelo 2007, Placas MKG8612, RENAVAL 467978573, gasolina, cor vermelha. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

VI- 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA MARCA CATERPILLAR, Modelo 416 D, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 008/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 194/2016.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 008/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de implementos (patrulha mecanizada). Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h15min do dia 21 de novembro de 2016, com início da mesma às 13h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 009/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 197/2016 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 009/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica do SUS. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h15min do dia 23 de novembro de 2016, com início da mesma às 13h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2016 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 017/2016 – FAS.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de cestas básicas completas e leite em pó. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 22 de novembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 105/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 195/2016.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 105/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de luminárias públicas destinadas a manutenção da iluminação pública. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 21 de novembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 106/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 196/2016.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 106/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de lixeiras para coleta seletiva para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", conforme convênio FUNASA 0544/2013. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 22 de novembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br.

sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 029/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 198/2016.
Extrato de Edital de Tomada de Preços 029/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para fornecimento, transporte e aplicação de material para pintura RM1C e fornecimento, transporte e aplicação de CBUQ faixa C. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 23 de outubro de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 603/2016 - RH

PORTARIA Nº 603, de 14 de outubro de 2014.
Designar o servidor efetivo para o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento da Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Neilor Grabovski, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento da Saúde, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.081, de 16 de janeiro de 2013.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 604/2016 - RH

PORTARIA Nº 604, de 14 de outubro de 2014.

Designar o servidor efetivo para o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Posto do SINE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Valter Alves da Silva, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Posto do SINE, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.081, de 16 de janeiro de 2013.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 605/2016 - RH

PORTARIA Nº 605, de 14 de outubro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Joelma Cristina Batista Nakalski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 606/2016 - RH

PORTARIA Nº 606, de 14 de outubro de 2016.

Contrata por prazo determinado Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014, onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO de 14 de outubro a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Seila Maria Marques, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 607/2016 - RH

PORTARIA Nº 607, de 14 de outubro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 071/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 23 de setembro a 21 de outubro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 071/2016, de Inoema de Fátima Arbigaues, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marlene Dziurkowski Harbatink que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 608/2016 - RH

PORTARIA Nº 608, de 14 de outubro de 2016.

Contrata por prazo determinado Professor Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 de outubro a 04 de novembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ângela Aparecida Carneiro, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho de Vida, em substituição à servidora efetiva Fernanda Paula Franchetti Azeredo que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 609/2016 - RH

PORTARIA Nº 609, de 17 de outubro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 098/2016 Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 06 de outubro a 03 de novembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 098/2016, de Maria Angelita Konkol, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Antônio Gonzaga e Colégio Nilo Peçanha, em substituição da professora efetiva Dione Dos Santos Reisdorfer, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 610/2016 - RH

PORTARIA Nº 610, de 17 de outubro de 2016.

Alterar a Carga horária da Professora Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 06 de outubro a 03 de novembro de 2016, a carga horária da professora contratada Maria Angelita Konkol, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, em substituição da professora Dione dos Santos Reisdorfer, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculados à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de outubro de 2016.

Porto União, SC em 17 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 611/2016 - RH

PORTARIA Nº 611, de 17 de outubro de 2016.

Alterar a Carga horária da Professora Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 10 a 17 de outubro de 2016, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição da professora Sandra Cruz Rodrigues, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades

junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2016.

Porto União, SC em 17 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 612/2016 - RH

PORTARIA Nº 612, de 17 de outubro de 2016.

Nomear candidata aprovada em Concurso Público para o cargo de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Lia Carvalho Keskoski, aprovada em 23º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo – GTA, Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 613/2016 - RH

PORTARIA Nº 613, de 20 de outubro de 2016.

Contrata por prazo determinado Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de outubro a 11 de novembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jussara Marlene Freisleben, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Sandra Fabiana Alves Santos que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 20 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 614/2016 - RH

PORTARIA Nº 614, de 20 de outubro de 2016.

Contrata por prazo determinado Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de outubro a 11 de novembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Maria Fidelis De Moraes, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Maristela Souza que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 20 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 615/2016 - RH

PORTARIA Nº 615, de 20 de outubro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Paula Maria de Castro, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 616/2016 - RH

PORTARIA Nº 616, de 21 de outubro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 071/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 21 de outubro a 01 de novembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 071/2016, de Inoema de Fátima Arbigaus, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Terezinha Aparecida Chelegel Neves que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 617/2016 - RH

PORTARIA Nº 617, de 21 de outubro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Dioneia Aparecida Cordeiro Pinto Schier, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 618/2016 - RH

PORTARIA Nº 618, de 21 de outubro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Keli Maria Boraski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 619/2016 - RH

PORTARIA Nº 619, de 25 de outubro de 2016.

Alterar a carga horária da Professora Docente Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 24 de outubro a 17 de novembro de 2016, a carga horária da professora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição da professora Sandra Cruz Rodrigues, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de outubro de 2016.

Porto União, SC em 25 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 620/2016 - RH

PORTARIA Nº 620, de 25 de outubro de 2016.

Revogar a Portaria nº 032, de 05 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 032, de 05 de fevereiro de 2016, que concede Função Gratificada como Responsável Por Programas Institucionais, à servidora efetiva Eliane Dionísia Scheid Dos Santos, ocupante do cargo de Enfermeiro do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União, SC em 25 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 621/2016 - RH

PORTARIA Nº 621, de 25 de outubro de 2016.

Conceder Função Gratificada, como Responsável Por Programas Institucionais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Por Programas Institucionais, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Rafaela Leão André, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União - SC, em 25 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 622/2016 - RH

PORTARIA Nº 622, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Aroldo Heineck, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 623/2016 - RH

PORTARIA Nº 623, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora Nivia Cristina Domborovski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 624/2016 - RH

PORTARIA Nº 624, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de março/2010 a março/2015, da servidora Margareth Flissak, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 625/2016 - RH

PORTARIA Nº 625, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de junho/2010 a junho/2015, da servidora Roseli Maria Costa Curta de Bona, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto

668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 626/2016 - RH

PORTARIA Nº 626, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Jair Francisco de Souza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 627/2016 - RH

PORTARIA Nº 627, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que

regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor Francisco Carlos dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 628/2016 - RH

PORTARIA Nº 628, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2010 a janeiro/2015, do servidor Silvio Cohls de Amorim, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 629/2016 - RH

PORTARIA Nº 629, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de março/2010 a março/2015, da servidora Sueli Polika Talasz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 630/2016 - RH

PORTARIA Nº 630, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2006 a abril/2011, da servidora Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 631/2016 - RH

PORTARIA Nº 631, de 31 de outubro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de outubro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora Celia Regina Plautz Buch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 106/2016

DECRETO N.º 106, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTABELECE TURNO NORMAL DE EXPEDIENTE COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido horário de Funcionamento Normal na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, a partir de 07 de Novembro de 2016.

§ 1.º - O horário de expediente que se refere o caput deste Decreto será compreendido das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto Nº 92/2016.

Presidente Nereu, 04 de Novembro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

DECRETO 107/2016

DECRETO Nº. 107 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO a data de 14 de Novembro de 2016 em todas as Repartições Públicas Municipais.

Art.2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 195 DE 04.11.2016

DECRETO Nº. 195, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTABELECE CRONOGRAMA COM OS PRAZOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e buscando atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável;

DECRETA

Art. 1º. Estabelece, no âmbito dos órgãos da Administração Direta do Município de Princesa, cronograma de prazos para os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, relativos ao encerramento do exercício de 2016:

Prazo	Procedimento
10/11/2016	Data final para a entrega de solicitações– pedido de abertura de procedimentos de licitações, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente.
18/11/2016	Data final para o encaminhamento de requisições de compras diretas, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente.
25/11/2016	Envio à Tesouraria, de processos com as respectivas Notas Fiscais, devidamente atestadas e visadas, para liquidação das despesas ainda no exercício corrente.
29/11/2016	Realização de Pagamentos de Notas Fiscais encaminhadas para liquidação, exceto combustíveis e lavagens.
20/12/2016	Realização de Despesas com Combustíveis e Lavagens dos veículos da frota municipal.

Art. 2º. Os secretários municipais devem comparecer ao Departamento de Contabilidade do Município para retirarem o relatório de empenhos a pagar, para que na data definida acima ocorra o pagamento das despesas. É de responsabilidade dos secretários municipais a solicitação de anulação de empenhos, mediante requerimento. O não pagamento da despesa implica em anulação do empenho tacitamente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se às disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em 04 de Novembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,
Prefeito Municipal

DECRETO 196 DE 07.11.2016

DECRETO Nº. 196, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

“FIXA DATA E HORÁRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE NOVEMBRO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica fixada a data de 28 (vinte e oito) de Novembro de 2016, a partir das 08h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores na sede do Município, para realização de Audiência Pública referente à:

I – Apresentação e discussão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme Resolução número 171 de 04 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em, 07 de Novembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 194, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei nº. 841 de 04 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 518.366,75 (Quinhentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE**UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE****PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice**

MODALIDADE:	(01) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	122.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	122.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO****PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar**

MODALIDADE:	(15) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	14.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	14.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO****PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 Manutenção do Fundo Habitacional**

MODALIDADE:	(58) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO****PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso**

MODALIDADE:	(63) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura**

MODALIDADE:	(116) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 Incentivo a Produção Agropecuária**

MODALIDADE:	(120) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	38.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	38.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES**UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES****PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo**

MODALIDADE:	(134) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	61.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	61.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER**UNIDADE: 08.01 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS****PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 Manutenção das Atividades Esportivas**

MODALIDADE:	(150) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
-------------	--------------------------------	--------------------	-----	-----------

FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio		
TOTAL	R\$	21.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 Manutenção da Educação Básica

MODALIDADE:	(74) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	84.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		84.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(77) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	80.866,75
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		80.866,75

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(97) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	78.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		78.500,00
TOTAL GERAL		R\$		518.366,75

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 518.366,75 (Quinhentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(03) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		2.000,00

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.066 Manutenção dos Serviços da Junta Militar

MODALIDADE:	(04) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.186,31
MODALIDADE:	(05) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		4.186,31

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0065.1.018 Construção, Ampliação e Conservação do Centro Administrativo

MODALIDADE:	(13) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
MODALIDADE:	(14) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(08) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		70.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056 Manutenção do Conv. Segurança Pública

MODALIDADE:	(18) 3.3.30.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	9.027,76
MODALIDADE:	(19) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.981,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		11.008,76

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(16) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA
 PROJ./ATIV.: 04.123.0022.2.022 Manutenção das Atividades Dpto. Fazenda

MODALIDADE:	(24) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
MODALIDADE:	(26) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	49.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 Manutenção da Assistência Social e Geral

MODALIDADE:	(31) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
MODALIDADE:	(37) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.400,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	15.400,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0066.1.019 Aquisição de Veículo para o FMAS

MODALIDADE:	(53) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.367,96
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.367,96

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0048.2.048 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

MODALIDADE:	(41) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.958,14
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.958,14

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(59) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(60) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.632,04
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.632,04

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
 PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso

MODALIDADE:	(65) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.500,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.364.0037.2.037 Manutenção do Ensino Superior

MODALIDADE:	(96) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	37.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	37.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.367.0039.2.039 Manutenção do Ensino Especial

MODALIDADE:	(110) 3.3.50.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	5.363,40
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.363,40

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 Manutenção e Apoio ao Ensino Médio

MODALIDADE:	(93) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	3.655,20
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.655,20

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0014.1.014 Ampliação da Patrulha Agrícola

MODALIDADE:	(113) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.597,60
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.597,60

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(118) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(119) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.763,70
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	13.763,70

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 Incentivo a Produção Agropecuária

MODALIDADE:	(121) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	110.000,00
MODALIDADE:	(122) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	115.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0047.2.047 Programa de Melhoramento Genético

MODALIDADE:	(123) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	28.466,64
MODALIDADE:	(124) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	33.466,64

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 18.541.0055.2.055 Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental

MODALIDADE:	(112) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.600,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 15.451.0009.1.009 Pavimentação de Ruas e Passeios

MODALIDADE:	(125) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 22.661.0015.1.015 Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(139) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(140) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(135) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(138) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	570,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				

TOTAL	R\$	10.570,00
-------	-----	-----------

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER
 UNIDADE: 08.01 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
 PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 Manutenção das Atividades Esportivas

MODALIDADE:	(151) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
MODALIDADE:	(152) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.300,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL		R\$		17.300,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0006.1.006 Construção, Ampliação e Conserv. da Rede Física do Ensino Fundam.

MODALIDADE:	(84) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0007.1.007 Aquisição de Veículos para Educação

MODALIDADE:	(91) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0008.1.008 Construção, Ampliação e Conserv. da Rede Física do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(107) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 Manutenção da Educação Básica

MODALIDADE:	(75) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
MODALIDADE:	(76) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.997,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		23.997,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(87) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	27.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL		R\$		27.000,00
TOTAL GERAL		R\$		518.366,75

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 04 de Novembro de 2016.
 Oli do Nascimento
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº0193/2016 DE 04/11/2016-DECRETO

DECRETO Nº. 0193, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao Relatório Fiscal nº 04/2016, Súmula nº 473 do STF, art. 43, da Lei Complementar nº 018, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 4.243,41 (quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos) da Dívida Ativa Tributária, referente a débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Art. 2º. O contribuinte, receita e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto estão dispostos no anexo Relatório Extrato do contribuinte.

Art. 3º. O cancelamento está condicionado à revisão do cadastro imobiliário e novo lançamento e inscrição em dívida ativa.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, em 04 de novembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 841 DE 04.11.2016

LEI Nº 841, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 518.366,75 (Quinhentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE

PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(01) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	122.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	122.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(15) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	14.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	14.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(58) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso

MODALIDADE:	(63) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(116) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 Incentivo a Produção Agropecuária

MODALIDADE:	(120) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	38.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	38.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(134) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	61.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	61.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER
 UNIDADE: 08.01 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
 PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 Manutenção das Atividades Esportivas

MODALIDADE:	(150) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	21.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 Manutenção da Educação Básica

MODALIDADE:	(74) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	84.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	84.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(77) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	80.866,75
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	80.866,75

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(97) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	78.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	78.500,00
TOTAL GERAL			R\$	518.366,75

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 518.366,75 (Quinhentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(03) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.000,00

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.066 Manutenção dos Serviços da Junta Militar

MODALIDADE:	(04) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.186,31
MODALIDADE:	(05) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.186,31

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0065.1.018 Construção, Ampliação e Conservação do Centro Administrativo

MODALIDADE:	(13) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
MODALIDADE:	(14) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(08) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	70.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056 Manutenção do Conv. Segurança Pública

MODALIDADE:	(18) 3.3.30.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	9.027,76
MODALIDADE:	(19) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.981,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	11.008,76

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 04.243.0021.2.067 Manutenção do Conselho Tutelar

MODALIDADE:	(16) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 UNIDADE: 03.02 – DEPARTAMENTO DE FAZENDA
 PROJ./ATIV.: 04.123.0022.2.022 Manutenção das Atividades Dpto. Fazenda

MODALIDADE:	(24) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
MODALIDADE:	(26) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	49.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 Manutenção da Assistência Social e Geral

MODALIDADE:	(31) 3.1.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
MODALIDADE:	(37) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.400,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	15.400,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0066.1.019 Aquisição de Veículo para o FMAS

MODALIDADE:	(53) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.367,96
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.367,96

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ./ATIV.: 08.244.0048.2.048 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

MODALIDADE:	(41) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.958,14
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.958,14

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(59) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(60) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.632,04
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.632,04

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 04.04 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
 PROJ./ATIV.: 04.241.0031.2.065 Manutenção das Atividades do Fundo do Idoso

MODALIDADE:	(65) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.500,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.364.0037.2.037 Manutenção do Ensino Superior

MODALIDADE:	(96) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	37.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	37.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.367.0039.2.039 Manutenção do Ensino Especial

MODALIDADE:	(110) 3.3.50.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	5.363,40
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.363,40

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 Manutenção e Apoio ao Ensino Médio

MODALIDADE:	(93) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Transferências	R\$	3.655,20
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.655,20

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0014.1.014 Ampliação da Patrulha Agrícola

MODALIDADE:	(113) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.597,60
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.597,60

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Dpto de Agricultura

MODALIDADE:	(118) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(119) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.763,70
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	13.763,70

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0046.2.046 Incentivo a Produção Agropecuária

MODALIDADE:	(121) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	110.000,00
MODALIDADE:	(122) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	115.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 20.608.0047.2.047 Programa de Melhoramento Genético

MODALIDADE:	(123) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	28.466,64
MODALIDADE:	(124) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	33.466,64

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 PROJ./ATIV.: 18.541.0055.2.055 Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental

MODALIDADE:	(112) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.600,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 15.451.0009.1.009 Pavimentação de Ruas e Passeios

MODALIDADE:	(125) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 22.661.0015.1.015 Promoção da Indústria e Comércio

MODALIDADE:	(139) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
MODALIDADE:	(140) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	7.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(135) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
MODALIDADE:	(138) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	570,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.570,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER
 UNIDADE: 08.01 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
 PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 Manutenção das Atividades Esportivas

MODALIDADE:	(151) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
MODALIDADE:	(152) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.300,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	17.300,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0006.1.006 Construção, Ampliação e Conserv. da Rede Física do Ensino Fundam.

MODALIDADE:	(84) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0007.1.007 Aquisição de Veículos para Educação

MODALIDADE:	(91) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.365.0008.1.008 Construção, Ampliação e Conserv. da Rede Física do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(107) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 Manutenção da Educação Básica

MODALIDADE:	(75) 3.3.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
MODALIDADE:	(76) 4.4.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.997,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	23.997,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(87) 3.1.90.00.0.1.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	27.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0001.0000 – Recurso Próprio Educação				
TOTAL			R\$	27.000,00
TOTAL GERAL			R\$	518.366,75

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, SC, em 04 de Novembro de 2016.
 OLI DO NASCIMENTO
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº0193/2016 DE 04/11/2016- ANEXO I DO DECRETO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Página: 1/3
Dia: 04/11/2016
Tais Regina Sasso

Relatório Extrato do Contribuinte

Contribuinte	CPF/CNPJ	Número	Complemento	Rua	Bairro	Cidade	13 - SANTO CRISTO									
							Valor Parcela	Valor Correção	Valor Juro	Valor Multa	Pago / a Pagar	Diferença Pcto.	Pagamento	Tipo Pagto.		
1025 CARLOS MIGUEL KLEIN	656.497.029-34	737														
Cond.: Bloco: Apto: Distrito: URBANO Loteamento:																
Ano/Parc	Referente	Inscrição Imobiliária	Receita	Única	Vencimento	Situação	Tipo Débito	Valor Parcela	Valor Correção	Valor Juro	Valor Multa	Pago / a Pagar	Diferença Pcto.	Pagamento	Tipo Pagto.	
2013/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,45	5,84	9,66	1,35	39,30				
2013/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,45	5,84	12,14	1,68	42,11				
2013/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,39	5,83	12,11	1,67	42,00				
2013/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,39	5,83	12,11	1,67	42,00				
2013/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,39	5,83	12,11	1,67	42,00				
2013/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,39	5,83	12,11	1,67	42,00				
2013/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2013	Aberta	Divida Aliva	22,39	5,83	12,11	1,67	42,00				
2013/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/05/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,39	5,83	9,41	1,35	38,98				
2013/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/06/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,39	5,83	9,18	1,35	38,75				
2013/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/07/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,39	5,83	8,95	1,35	38,52				
2013/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/08/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,39	5,83	8,74	1,35	38,31				
2013/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/09/2013	Transferida	Debitos Exerc.	22,39	5,83	8,51	1,35	38,08				
2014/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,25	10,31	20,91	4,04	92,51				
2014/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,25	10,31	17,75	3,44	88,75				
2014/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,20	10,30	20,89	4,04	92,43				
2014/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,20	10,30	20,89	4,04	92,43				
2014/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,20	10,30	20,89	4,04	92,43				
2014/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,20	10,30	20,89	4,04	92,43				
2014/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2014	Aberta	Divida Aliva	57,20	10,30	20,89	4,04	92,43				
2014/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/05/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,20	10,30	17,16	3,43	88,09				
2014/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/06/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,20	10,30	16,59	3,43	87,52				
2014/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/07/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,20	10,30	16,02	3,43	86,95				
2014/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/08/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,20	10,30	15,44	3,43	86,37				
2014/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/09/2014	Transferida	Debitos Exerc.	57,20	10,30	14,88	3,43	85,81				
2015/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,57	6,65	11,50	3,64	82,36				
2015/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Aberta	Divida Aliva	60,57	6,65	12,74	4,02	83,98				
2015/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,57	6,65	6,03	4,02	77,19				
2015/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,50	6,65	6,02	4,02	77,19				
2015/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,50	6,65	6,02	4,02	77,19				
2015/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,50	6,65	6,02	4,02	77,19				
2015/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,50	6,65	6,02	4,02	77,19				
2015/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/04/2015	Cancelada	Divida Aliva	60,50	6,65	6,02	4,02	77,19				
2015/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/05/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,50	6,65	10,89	3,63	81,67				
2015/003	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/05/2015	Aberta	Divida Aliva	60,50	6,65	12,07	4,02	83,24				
2015/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/06/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,50	6,65	10,29	3,63	81,07				
2015/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/06/2015	Aberta	Divida Aliva	60,50	6,65	11,40	4,02	82,57				
2015/004	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/07/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,50	6,65	9,67	3,63	80,45				
2015/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/07/2015	Aberta	Divida Aliva	60,50	6,65	10,73	4,02	81,90				
2015/005	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/08/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,50	6,65	9,08	3,63	79,86				
2015/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/08/2015	Aberta	Divida Aliva	60,50	6,65	10,05	4,02	81,22				
2015/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/09/2015	Transferida	Debitos Exerc.	60,50	6,65	8,47	3,63	79,25				
2015/006	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	30/09/2015	Aberta	Divida Aliva	60,50	6,65	9,98	4,02	80,55				
2016/001	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	02/05/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,61	0,00	7,53	6,45	121,59				
2016/002	233 ZMC.13.186.001		IP TU	N	31/05/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,58	0,00	6,45	6,45	120,48				



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Página: 2/3
Dia: 04/11/2016
Tais Regina Sasso

Relatório Extrato do Contribuinte

Contribuinte	CPF/CNPJ		Número	Complemento	Rua	Bairro	Cidade							
1025 CARLOS MIGUEL KLEIN	656.497.029-34		737		13 - SANTO CRISTO	1 - CENTRO	Princesa							
Cond.: Bloco: Apto: Distrito: URBANO Loteamento:														
* Ano/Parc	Referente	Inscrição Imobiliária	Receta	Única	Vencimento	Situação	Tipo Débito	Valor Parcela	Valor Correção	Valor Juro	Valor Multa	Pago / a Pagar	Diferença Pgto.	Pagamento Tipo Pagto.
2016/003	233 ZMC.13.186.001		PTU	N	30/06/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,58	0,00	5,38	6,45	119,41		
2016/004	233 ZMC.13.186.001		PTU	N	31/07/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,58	0,00	4,30	6,45	118,33		
2016/005	233 ZMC.13.186.001		PTU	N	31/08/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,58	0,00	3,22	6,45	117,25		
2016/006	233 ZMC.13.186.001		PTU	N	30/09/2016	Aberta	Debitos Exerc.	107,58	0,00	2,15	4,30	114,03		
2013/001	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,89	5,95	12,38	1,71	42,93		
2013/002	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,78	5,93	12,32	1,69	42,72		
2013/003	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,78	5,93	12,32	1,69	42,72		
2013/004	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,78	5,93	12,32	1,69	42,72		
2013/005	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,78	5,93	12,32	1,69	42,72		
2013/006	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	22,78	5,93	12,32	1,69	42,72		
2014/001	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,94	6,65	13,49	2,60	59,68		
2014/002	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,83	6,63	13,44	2,58	59,48		
2014/003	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,83	6,63	13,44	2,58	59,48		
2014/004	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,83	6,63	13,44	2,58	59,48		
2014/005	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,83	6,63	13,44	2,58	59,48		
2014/006	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	36,83	6,63	13,44	2,58	59,48		
2015/001	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/04/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,16	4,30	8,22	2,59	54,27		
2015/002	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	31/05/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,06	4,28	7,78	2,58	53,70		
2015/003	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/06/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,06	4,28	7,35	2,58	53,27		
2015/004	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	31/07/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,06	4,28	6,92	2,58	52,84		
2015/005	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	31/08/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,06	4,28	6,48	2,58	52,40		
2015/006	236 ZMC.13.190.001		PTU	N	30/09/2015	Aberta	Dívida Ativa	39,06	4,28	6,04	2,58	51,96		
2013/001	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	24,58	6,40	13,31	1,84	46,13		
2013/002	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,58	6,40	10,57	1,47	43,02		
2013/003	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	24,53	6,38	13,28	1,84	46,03		
2013/004	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	24,53	6,38	13,28	1,84	46,03		
2013/005	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	24,53	6,38	13,28	1,84	46,03		
2013/006	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2013	Aberta	Dívida Ativa	24,53	6,38	13,28	1,84	46,03		
2013/002	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	31/05/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,53	6,38	10,30	1,47	42,68		
2013/003	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/06/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,53	6,38	10,06	1,47	42,44		
2013/004	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	31/07/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,53	6,38	9,81	1,47	42,19		
2013/005	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	31/08/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,53	6,38	9,56	1,47	41,94		
2013/006	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/09/2013	Transferida	Debitos Exerc.	24,53	6,38	9,32	1,47	41,70		
2014/001	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,80	10,04	17,30	3,35	86,49		
2014/002	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	55,80	10,04	20,40	3,94	90,18		
2014/003	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	55,76	10,04	20,38	3,93	90,11		
2014/004	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	55,76	10,04	20,38	3,93	90,11		
2014/005	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	55,76	10,04	20,38	3,93	90,11		
2014/006	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/04/2014	Aberta	Dívida Ativa	55,76	10,04	20,38	3,93	90,11		
2014/002	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	31/05/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,76	10,04	16,73	3,35	85,88		
2014/003	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	30/06/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,76	10,04	16,17	3,35	85,32		
2014/004	539 ZMD.13.P/116.000		PTU	N	31/07/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,76	10,04	15,61	3,35	84,76		



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Página: 3/3
Dia: 04/11/2016
Tais Regina Sasso

Relatório Extrato do Contribuinte

Contribuinte	CPF/CNPJ	Número	Complemento	Rua	Bairro	Cidade									
1025 CARLOS MIGUEL KLEIN	656.497.029-34	737		13 - SANTO CRISTO	1 - CENTRO	Princesa									
Cond.: Bloco: Apto: Distrito: URBANO Loteamento:															
* Ano/Parc	Referente	Inscrição Imobiliária	Receita	Única	Vencimento	Situação	Tipo Débito	Valor Parcela	Valor Correção	Valor Juro	Valor Multa	Pago / a Pagar	Diferença Pgto.	Pagamento	Tipo Pagto.
2014/005	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/08/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,76	10,04	15,05	3,35	84,20			
2014/006	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/09/2014	Transferida	Debitos Exerc.	55,76	10,04	14,51	3,35	83,66			
2015/001	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,27	6,50	11,26	3,55	80,58			
2015/001	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,27	6,50	12,47	3,93	82,17			
2015/001	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,27	6,50	5,91	3,93	75,61			
2015/002	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,24	6,50	5,91	3,93	75,58			
2015/003	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,24	6,50	5,91	3,93	75,58			
2015/004	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,24	6,50	5,91	3,93	75,58			
2015/005	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,24	6,50	5,91	3,93	75,58			
2015/006	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/04/2015	Cancelada	Dívida Ativa	59,24	6,50	5,91	3,93	75,58			
2015/002	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/05/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,24	6,50	11,82	3,93	81,49			
2015/002	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/05/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,24	6,50	10,67	3,55	79,96			
2015/003	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/06/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,24	6,50	11,16	3,93	80,83			
2015/003	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/06/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,24	6,50	10,07	3,55	79,36			
2015/004	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/07/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,24	6,50	10,50	3,93	80,17			
2015/004	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/07/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,24	6,50	9,47	3,55	78,76			
2015/005	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/08/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,24	6,50	9,84	3,93	79,51			
2015/005	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	31/08/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,24	6,50	8,89	3,55	78,18			
2015/006	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/09/2015	Aberta	Dívida Ativa	59,24	6,50	9,19	3,93	78,86			
2015/006	539 ZMD.13.P/116.000	539 ZMD.13.P/116.000	PTU	N	30/09/2015	Transferida	Debitos Exerc.	59,24	6,50	8,30	3,55	77,59			
Total do Contribuinte :								5.312,43	728,48	1.255,33	342,70	7.638,94			

Débitos Exercício		Fatura	Dívidas	Parcelamentos	REFIS	Total
Vencidos:	711,09		0,00	0,00		4.243,41
A Vencer:	0,00		0,00	0,00		0,00
	711,09		0,00	0,00		4.243,41

Total Geral : 2.915,87 375,34 757,90 194,30 4.243,41

* Parcela gerada pela diferença de pagamento.
** Indica que a dívida encontra-se em protesto.

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº 0013/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0013/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Serviço referente transporte com ônibus de escolares do ensino fundamental de gramados, Ipoméia e Rio das Antas em novembro de 2016. Sendo Contratado: MARCELO WEISS - ME, inscrita no CNPJ nº 19.501.919/0001-97. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR TOTAL DE R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 04 de novembro de 2016./Alcir Jose Bodanese-Prefeito Municipal

AVISO DE DL Nº 0014/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0014/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Serviço referente transporte com van de escolares do ensino Fundamental de Rio das Antas, Ipoméia em novembro de 2016. Sendo Contratado: MARCELO WEISS - ME, inscrita no CNPJ nº 19.501.919/0001-97. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR TOTAL DE R\$ 1.611,60 (hum mil e seiscentos e onze reais e sessenta centavos). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 04 de novembro de 2016./Alcir Jose Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 084/2016

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder o julgamento de recurso do "Envelope nº 01 – Documentação" Concorrência nº 084/2016, que tem como objeto da execução de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária e passeios em diversas ruas do Município em Rio do Sul.

Ao primeiro (01) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezesseis (2016), às nove (9) horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo Decreto nº 5042 de 01 de dezembro de 2015, Srs. Carlos Alberto Luithardt, Luiz Henrique Piazero e Marcon Kleinhempel, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Marcon Kleinhempel, para secretariar os trabalhos. Tendo a participação das seguintes empresas: LZK CONSTRUTORA LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA – EPP, RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA, NAJ EMPREITEIRA LTDA – ME, CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA – ME, MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA – ME, tendo ocorrido as manifestações dos participantes deste processo, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, efetuando a análise da mesma, resolve, decidir o que segue:

CONSIDERANDO, que a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA, solicita à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES a inabilitação das empresas CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA – EPP, e CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA – ME, relativo ao item 6.3.7, que o item solicita a apresentação de engenheiro civil e os proponentes apresentaram registro de arquitetos.

CONSIDERANDO, que a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA – EPP, apresentou recurso de defesa que alega ter apresentado toda documentação solicitada no Edital e o recurso apresentado pela empresa concorrente ser infundado e em desacordo com o edital acima referenciado e, principalmente, afrontando a legislação pátria. Todavia, o documento apresentado pela Impugnante foi apresentado corretamente, conforme requerido no Edital, devidamente acrescido de uma declaração suplementar do engenheiro arquiteto NICANOR NUNES JUNIOR. Com isso, segundo os dispositivos legais, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

CONSIDERANDO, que a empresa CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA – ME, apresentou recurso de defesa que alega ter apresentado toda documentação solicitada no Edital e o recurso apresentado pela empresa concorrente ser infundado e em desacordo com o edital acima referenciado e, principalmente, afrontando a legislação pátria. Todavia, o documento apresentado pela Impugnante foi apresentado corretamente, conforme requerido no Edital, devidamente acrescido de uma declaração suplementar do engenheiro arquiteto NICANOR NUNES JUNIOR. Com isso, segundo os dispositivos legais, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309)" (grifo nosso).

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264)" (grifo nosso).

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai de encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo:

"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. Min. José Delgado)" (grifo nosso).

Desta forma, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, decidir o que segue:

a) Os argumentos apresentados pela empresa LZK CONSTRUTORA LTDA, para inabilitação dos proponentes são insuficientes, fato que a

Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012, expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil/CAU/BR, no seu Art. 3º, item 2.8.1 e ratificado pela Deliberação Plenária nº 43 de 24 de abril de 2015, no seu Art. 14º, que define e habilita o profissional para fins de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), para atuação na execução e fiscalização. Relativo o item 6.3.7, onde se refere ao engenheiro civil, entendemos que o arquiteto poderá substituir o engenheiro, apesar que não esteja mencionado, visto tudo que já foi exposto.

b) A Comissão Permanente de Licitações decide HABILITAR todas as empresas participantes: LZK CONSTRUTORA LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA – EPP, RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA, NAJ EMPREITEIRA LTDA – ME, CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA – ME, MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA – ME.

Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Marco Aurélio Ferrari, _____ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes.

Publica-se e intemem-se as partes.

Carlos Alberto Luithardt – Presidente

Marcon Kleinhempel – Membro

Luiz Henrique Piazero – Membro

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO - EDITAL Nº 001/2016

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO

EDITAL n. 001/2016

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito Municipal e Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 309/2015, Decreto n. 2.667/2012 e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização do CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, objetivando o CADASTRO DE RESERVA para provimento de vagas do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o disposto a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 O presente Concurso Interno será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 5.596, de 20 de setembro de 2016.

1.2 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente Concurso Interno serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.2.1 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.

1.3 A classificação do candidato à remoção apenas gera a expectativa, não implicando na obrigatoriedade de concessão. O preenchimento de vaga é efetivado de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.4 Havendo a necessidade de preenchimento de vaga por servidor concursado, o candidato classificado para aquela unidade será comunicado pelo Departamento de Recursos Humanos, devendo, no entanto, aguardar a remoção no seu local de trabalho originário até a sua substituição por novo servidor designado.

1.5 O servidor depois de removido, por concurso ou permuta, não poderá remover-se novamente, pelo período de 02 (dois) anos.

1.5.1 A contagem de tempo a que se refere o item anterior deste edital será considerada por processo de remoção e o prazo se inicia a partir da publicação do ato referente à nova lotação.

1.6 A partir da data de publicação do ato de remoção, o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entrar em efetivo exercício do cargo na nova unidade de lotação, importando este prazo, no repasse ao novo servidor, das informações inerentes ao cargo.

1.7 Este edital é válido até a data de publicação de novo edital, que deverá ser lançado anualmente, no mês de novembro ou preceder a concurso público, quando houver.

2. DO OBJETO

2.1 O Concurso Interno de Remoção regido por este Edital, tem por objeto o recrutamento e a seleção de servidores de todas as Unidades Administrativas ou Educacionais, interessados em remoção, para a formação de cadastro reserva de vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal.

3. DO PÚBLICO ALVO

3.1 Poderão candidatar-se ao Concurso Interno de Remoção todos os servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, desde que:

a) Esteja em efetivo exercício no mesmo cargo para qual pleiteia a remoção;

b) Não esteja respondendo a processo disciplinar ou de sindicância;

c) Não tenha sofrido penalidade disciplinar nos últimos 02 (dois) anos, contados da data de publicação deste edital;

d) Não tenha sido removido por concurso ou permuta, nos últimos dois anos, contados a partir da publicação do ato da nova lotação.

4. DAS VAGAS PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

CARGO	UNIDADE/SECRETARIA
ADVOGADO	Procuradoria Geral do Município
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

AGENTE ADMINISTRATIVO	Gabinete do Prefeito
	Procuradoria Geral do Município
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal da Fazenda
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal da Agricultura
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
	CE Roberto Machado
	CE Sebastião Back
	CE Ulrich Hübsch
ASSISTENTE SOCIAL	CE Willy Schleumer
	Escola Modelo Ella Kurth
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Saúde

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
	Secretaria Municipal da Agricultura
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
	CE Roberto Machado
	CE Ulrich Hübsch
	CE Willy Schleumer
	CEI Adelaide Ledra
	CEI Aquarela
	CEI Canta Galo
	CEI Cantinho do Amor
	CEI Cinderela
	CEI Cobras
	CEI Dr. Romão Trauczynski
	CEI Egídio Dalmarco
	CEI Ex. Augusto Bosco
	CEI Favinho de Mel I
	CEI Favinho de Mel II
	CEI Francisco Fleisner
	CEI Ilse Soldatelli
	CEI Navegantes
	CEI Pe. Ângelo Moser
	CEI Pinguinho de Gente
	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
	CEI Pref. Matheus Alves Conceição
	CEI Prof. Belmarli da Silva
	CEI Raio de Luz
	CEI Ruth Schroeder Ohf
	CE Sebastião Back
	CEI Shirley Dolores Sedrez
	CEI Tia Bea
	CEI Titio Karan
	Escola Modelo Ella Kurth
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Educação
	Escola Modelo Ella Kurth
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Secretaria Municipal de Agricultura
CARPINTEIRO	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

COZINHEIRO	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
	CE Roberto Machado
	CE Ulrich Hübsch
	CE Willy Schleumer
	CEI Adelaide Ledra
	CEI Aquarela
	CEI Canta Galo
	CEI Cantinho do Amor
	CEI Cinderela
	CEI Cobras
	CEI Dr. Romão Trauczynski
	CEI Egídio Dalmarco
	CEI Ex. Augusto Bosco
	CEI Favinho de Mel I
	CEI Favinho de Mel II
	CEI Francisco Fleisner
	CEI Ilse Soldatelli
	CEI Navegantes
	CEI Pe. Ângelo Moser
	CEI Pinguinho de Gente
	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
	CEI Pref. Matheus Alves Conceição
	CEI Profª. Belmarli da Silva
	CEI Raio de Luz
	CEI Ruth Schroeder Ohf
	CE Sebastião Back
	CEI Shirley Dolores Sedrez
	CEI Tia Bea
	CEI Titio Karan
	Escola Modelo Ella Kurth
ENGENHEIRO CIVIL	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
FONOAUDIÓLOGO	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Secretaria Municipal de Saúde
MOTORISTA DE CAMINHÃO	Secretaria Municipal de Educação
	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Agricultura
MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
NUTRICIONISTA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Educação
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - RETROESCAVADEIRA	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
PEDREIRO	Secretaria Municipal da Agricultura
	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

PSICÓLOGO	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Saúde
PINTOR	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Administração
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Educação
TELEFONISTA	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração

4.1 As vagas oriundas deste Concurso Interno serão providas somente se houver a necessidade, não gerando direito adquirido à remoção, por parte do candidato classificado.

4.2 As vagas que surgirem durante o período de validade deste Edital, deverão primeiramente ser oferecidas para os servidores classificados no respectivo processo, caso, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 O servidor deverá se inscrever para a Secretaria ou Unidade Educacional a qual tem interesse, conforme quadro de vagas disposto no item 4 deste edital, desde que a vaga corresponda ao mesmo cargo, mesma categoria funcional e mesma jornada de trabalho.

5.1.2 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno.

5.1.4 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.5 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.6 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.7 Não se exigirá, do candidato, cópia de documento que comprove as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do concurso interno aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e o envio da documentação exigida.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO:

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 08 de novembro de 2016 até 22 de novembro de 2016.

5.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8 horas do dia 08 de novembro de 2016 e 13h do dia 22 de novembro de 2016, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.2.1 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.3 Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) Acessar via Internet o endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

b) Clicar em "Formas de Contratação / Concurso Público / Concurso Interno de Remoção 001/2016 – GERAL";

c) Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos;

d) Clicar em "Clique aqui para inscrever-se".

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número maior.

5.2.5 O candidato deverá neste período fazer a entrega de documentos para a comprovação do Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto no item 6.2 deste edital.

5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Enviar", após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que leu, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos dispostos neste Edital.

5.4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.4.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 28 de novembro de 2016, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.4.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente à inscrição indeferida, poderá interpor recurso até as 13h do dia 30 de novembro de 2016, nos termos do item 10 deste edital.

5.4.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 01 de dezembro de 2016, as inscrições homologadas.

6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação dos candidatos à remoção será realizada mediante somatório total da pontuação obtida nos seguintes critérios de

avaliação:

- a) Aperfeiçoamento profissional na área pretendida;
- b) Pontuação na última avaliação de desempenho;
- c) Maior tempo de exercício no cargo;
- d) Não ter sofrido penalidade disciplinar;
- e) Pontualidade e assiduidade dos últimos 02 (dois) anos.

6.1.1 DA AVALIAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:

6.1.1.1 O aperfeiçoamento profissional a que se refere este Concurso Interno de Remoção compreende-se de formação e capacitação na área para qual o candidato pretende se inscrever.

6.1.1.1.1 Será considerado como da área, o aperfeiçoamento profissional inerente as competências da Secretaria e não de Departamentos específicos.

6.1.1.1.2 Para fins de avaliação do aperfeiçoamento profissional serão considerados os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia do comprovante de conclusão de Curso de Pós-Graduação, Graduação ou Ensino Médio emitido por Instituição de Ensino devidamente credenciada;
- b) Original do atestado de frequência em curso de Pós-Graduação, Graduação ou Ensino Médio, emitido por Instituição de Ensino devidamente credenciada;
- c) Original e fotocópia da certidão ou declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, realizados nos últimos cinco anos e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Nos casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e a carga horária do evento).

6.1.1.1.3 A avaliação dos referidos documentos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Pós – Graduação: 20,0 pontos;
- b) Graduação: 15,0 pontos;
- c) Ensino Médio: 5,0 pontos;
- d) Cursando Pós-Graduação: 15,0 pontos;
- e) Cursando Graduação: 10,0 pontos;
- f) Cursando Ensino Médio: 2,0 pontos;
- g) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária de até 40 horas: 0,5 ponto;
- h) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 1,0 ponto para cada 40 horas de curso.

6.1.1.1.3.1 Não será considerada para fins de pontuação a habilitação exigida como requisito do cargo.

6.1.1.1.3.2 O candidato deverá comprovar que possui até a data de publicação deste edital, no mínimo um semestre de frequência nos cursos dispostos no item 6.1.2.5, letras "d", "e", "f".

6.1.1.1.3.3 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

6.1.2 DA AVALIAÇÃO REFERENTE AO DESEMPENHO:

6.1.2.1 O candidato receberá 10 pontos, caso o resultado de sua última avaliação de desempenho tenha alcançado a pontuação de 70 a 100.

6.1.3 DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO:

6.1.3.1 Para a avaliação do tempo de serviço, será considerado o tempo que o servidor possui no cargo, devidamente comprovado através de Certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos.

6.1.3.2 Para fins de pontuação será considerado 1,0 (um) ponto para cada ano de exercício no cargo, limitando ao total de 10,0 pontos.

6.1.4 DA AVALIAÇÃO REFERENTE À PENALIDADE DISCIPLINAR:

6.1.4.1 O candidato receberá 10 pontos, caso não tenha sofrido aplicação de penalidade disciplinar, nos termos do Art. 184, parágrafo 1º e Art. 185, parágrafo 3º, da Lei Complementar n. 309/2015 e alterações posteriores.

6.1.5 DA AVALIAÇÃO REFERENTE À PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE:

6.1.5.1 O candidato receberá 10 pontos, caso não conste em seu assentamento funcional, nos últimos 02 (dois) anos, desconto efetuado em folha de pagamento, por motivo de falta injustificada.

6.2 DA COMPROVAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.2.1 Para a comprovação do Aperfeiçoamento Profissional, disposto no item 6.1.1 deste edital, o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar nos dias úteis do período previsto para inscrição (08, 09, 10, 11, 16, 17, 18, 21 e 22/11/2016), no horário das 7h30min às 11h30min, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul – SC, original e fotocópia do documento que pretende seja avaliado, em conformidade com o item 6.1.1.2 deste edital.

6.2.1.1 Somente serão considerados para análise, os documentos entregues no período de inscrição e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III deste Edital.

6.2.1.2 Os documentos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

6.2.2 O levantamento das informações relativas aos itens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4 e 6.1.5, será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos, não havendo necessidade por parte do candidato, da entrega de documentos relacionados aos itens acima mencionados.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- a) Aperfeiçoamento profissional na área pretendida;
- b) Pontuação na última avaliação de desempenho;
- c) Maior tempo de exercício no cargo;

- d) Não ter sofrido penalidade disciplinar;
e) Pontualidade e assiduidade dos últimos 02 (dois) anos.

7.1 Permanecendo o empate, serão considerados:

- a) Maior número de dependentes;
b) Maior idade.

8. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO

8.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 05 de dezembro de 2016, o Resultado Final Provisório do Concurso Interno.

8.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso até às 13 horas do dia 07 de dezembro de 2016, nos termos do item 10 deste edital.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

9.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 12 de dezembro de 2016, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Concurso Interno.

10. DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório), desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até as 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até as 13 horas do segundo dia subsequente à publicação do Resultado Final.

10.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

10.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos neste edital.

10.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

10.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso provido, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

10.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

10.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br. Somente será encaminhada resposta individual referente recurso indeferido.

10.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

10.10 A Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 Em nenhuma hipótese haverá justificativa para o não cumprimento dos prazos determinados por este edital, ficando vedado pedidos de reconsideração e/ou recurso após as datas estabelecidas.

11.2 Após editados os atos administrativos pertinentes à remoção, havendo arrependimento do servidor, não será aceito pedido de revisão do processo com vistas a revogação do ato.

11.3 Os anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

11.4 Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos e da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

DO CRONOGRAMA DO CONCURSO INTERNO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	07/11/2016
PERÍODO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS	08/11/2016 a 23/11/2016
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	28/11/2016
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	29/11/2016 e 30/11/2016
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	01/12/2016
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 02/12/2016
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até as 13h do dia 07/12/2016
PUBLICAÇÃO DECRETO HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL	08/12/2016

ANEXO II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO):

Edital de Concurso Interno de Remoção – Edital n. 001/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Motivo do recurso:

() Inscrição Indeferida

() Resultado Final Provisório

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2016.

Assinatura: _____

ANEXO III

TABELA DOCUMENTOS CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO Edital n. 001/2016

Nome:				Unidade Inscrição:			
QUANTO AO APERFEIÇOAMENTO:							
N. da página da cópia*	Tipo Documento (Diploma, Certificado, Declaração, Atestado, Certidão...)	Período do Curso	Carga Ho- rária	Instituição		Confirmação Recebimento	

*No documento comprobatório deverá constar o número do documento, no canto superior do lado direito da página. Exemplo: seguir a sequência: 1,2,3...

Declaro que efetuei minha inscrição para o CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, estando ciente e DE ACORDO com as normas estabelecidas pelo respectivo edital, ciente de que os documentos acima relacionados deverão ser devidamente comprovados através da entrega da documentação, de acordo com os termos previstos pelo edital. Declaro ainda estar ciente de que os mesmos não geram direito garantido a classificação, pois serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Data: _____

Assinatura Candidato: _____

Assinatura e carimbo do Recebedor: _____

DECRETO Nº 5610, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5610, de 31 de outubro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 331.797,23 (trezentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb - Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	331.797,23
	TOTAL	R\$	331.797,23

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 331.797,23 (trezentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb - Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	331.797,23
	TOTAL	R\$	331.797,23

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5611, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5611 de 31 de outubro de 2016.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Educação o veículo, conforme segue:

O Veículo GM CELTA 4P LIFE 1.0 - Placas MCD 4956 – Cor Branca - Frota 272 – Chassi nº 9BGRZ48907G154029 – Ano 2006/2007 – Renavam nº 892039116 – Patrimônio nº 9651, da Secretaria de Assistência Social e Habitação, pelo prazo determinado de 31 de Outubro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016. O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência Social e Habitação antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5612, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5612, de 31 de outubro de 2016.

"EXONERA JANETE LUZIA MACHADO FOSTER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 31/10/2016, a servidora JANETE LUZIA MACHADO FOSTER, do cargo em comissão Chefe Divisão Administrativa do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
31 de outubro de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5613, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5613, de 31 de outubro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 30.853,34 (trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	30.853,34
	TOTAL	R\$	30.853,34

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 30.853,34 (trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	30.853,34
	TOTAL	R\$	30.853,34

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
31 de outubro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5614, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5614, de 31 de outubro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.149	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	149.000,00
	TOTAL	R\$	149.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.149	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	149.000,00
	TOTAL	R\$	149.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5615, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5615, de 01 de novembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 180.541,73 (cento e oitenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários – Superávit	R\$	180.541,73
	TOTAL	R\$	180.541,73

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de novembro de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5616, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5616, de 01 de novembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.777, de 01 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas até o limite de R\$ 730.645,34 (setecentos e trinta mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.140	Pessoal e Encargos Sociais – Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	106.500,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLAN. URB. E MEIO AMBIENTE		
2.143	Pessoal e Encargos Sociais – Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	107.538,80
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.145	Pessoal e Encargos Sociais – Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	184.106,54
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.146	Pessoal e Encargos Sociais – Desenvolvimento Econômico		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	31.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
2.141	Pessoal e Encargos Sociais – Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	67.500,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	234.000,00
	TOTAL	R\$	730.645,34

Art. 2º. Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 730.645,34 (setecentos e trinta mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.320,56
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.216,86
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento da Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.400,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
0.003	Operação Especial – Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	289.600,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gabinete Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	31.784,26
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	87.438,80
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	237.935,98
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	4.200,00
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.045	Manutenção do Departamento de Turismo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	11.150,42
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.02	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS		
2.037	Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	47.122,66
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.059,88

12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
2.057	Conselho Tutelar		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	2.415,92
	TOTAL	R\$	730.645,34

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5617, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5617, de 03 de novembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.778, de 01 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas até o limite de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0.004	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	150.000,00
2.149	Pessoal e Encargos Sociais – Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	550.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03020000	Recursos Saúde	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	730.000,00

Art. 2º. Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.424	Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03020000	Recursos Saúde	R\$	18.000,00
1.425	Emenda Parlamentar para Aquisição de Veículos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03020000	Recursos Saúde	R\$	12.000,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Farmácia Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	700.000,00
	TOTAL	R\$	730.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
03 de novembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5618, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5618, de 03 de novembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.775, de 01 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 10.585,00 (dez mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica – Próprios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	10.585,00
	TOTAL	R\$	10.585,00

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 10.585,00 (dez mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Educação	R\$	10.000,00
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.068	Manutenção das Atividades Pedagógicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	516,60
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	68,40
	TOTAL	R\$	10.585,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
03 de novembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5619, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5619, de 03 de novembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.776, de 01 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 204.473,31 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01190000	Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	R\$	204.471,31
	TOTAL	R\$	204.471,31

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 204.473,31 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01190000	Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	R\$	204.471,31
	TOTAL	R\$	204.471,31

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5621, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5621, de 03 de outubro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 7.106,94 (sete mil, cento e seis reais e noventa e quatro centavos), por conta do excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01670200	Incentivo Hospitalar - Estadual	R\$	7.106,94
	TOTAL	R\$	7.106,94

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5622, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5622, de 03 de novembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 525.552,34 (quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários – Superávit	R\$	525.552,34
	TOTAL	R\$	525.552,34

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA Nº 002/2016 - ANO LETIVO 2017 - MAGISTÉRIO MUNICIPAL

EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA n. 002/2016

ANO LETIVO DE 2017 - MAGISTÉRIO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Sra. Elenir Holler, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 309/2015, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, torna público a realização do CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) do Magistério Público Municipal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A remoção pressupõe o deslocamento dos profissionais da educação, de sua lotação para outra Unidade Educacional, conforme preceitua o Art. 20-A da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

1.2 O presente Concurso Interno será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 5527, de 20 de setembro de 2016.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente Concurso Interno serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.3.1 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.

1.4 A classificação do candidato neste Concurso Interno de Remoção gera ao servidor apenas mera expectativa, não implicando na obrigatoriedade de concessão. O preenchimento de vaga é efetivado de acordo com a necessidade do município e a disponibilidade orçamentária.

1.5 As remoções decorrentes deste Concurso Interno serão efetivadas por meio da publicação dos respectivos atos, prevalecendo os seus efeitos funcionais a partir do início do primeiro semestre do ano letivo de 2017.

1.6 Este edital é válido para o ano letivo de 2017, com vigência até a publicação de novo edital.

2. DO OBJETO

2.1 O Concurso Interno de Remoção regido por este Edital, tem por objeto o recrutamento e a seleção de professores e pedagogos, interessados em remoção, para preenchimento de vagas disponíveis e formação de cadastro reserva, nas Unidades Educacionais e na Secretaria Municipal de Educação.

3. DO PÚBLICO ALVO

3.1 Poderão participar do Concurso Interno de Remoção, Professores e Pedagogos efetivos do Magistério Público Municipal, lotados nas Unidades Educacionais e na Secretaria Municipal de Educação.

4. DA REMOÇÃO POR PERMUTA

4.1 A Remoção por Permuta se processa a pedido dos interessados, desde que haja coincidência de interesse e aprovação da Secretaria de

Educação.

4.2 Para participar do Concurso Interno de Remoção por Permuta, ambos os candidatos deverão:

- a) Ser efetivos no Magistério Público Municipal;
- b) Não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos dois anos, contados da data de publicação deste edital;
- c) Ter a mesma categoria funcional;
- d) Ter o mesmo regime de trabalho;
- e) Ter a mesma habilitação profissional;
- f) Ter a mesma jornada de trabalho.

4.3 Os candidatos inscritos na modalidade de Remoção por Permuta, não precisam entregar títulos, somente fazer a inscrição, conforme descrito no item 7.2.5.

5. DA REMOÇÃO POR CONCURSO

5.1 Para participar do Concurso Interno de Remoção por Concurso, o candidato deverá:

- a) Ser efetivo no Magistério Público Municipal;
- b) Não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos dois anos, contados da data de publicação deste edital;

6. DAS VAGAS

CARGO/ÁREA/DISCIPLINA	NÚMERO DE VAGAS
Educação Infantil	Cadastro Reserva*
Anos Iniciais	Cadastro Reserva*
Português	Cadastro Reserva*
Matemática	Cadastro Reserva*
Geografia	Cadastro Reserva*
História	Cadastro Reserva*
Educação Física	Cadastro Reserva*
Inglês	Cadastro Reserva*
Ciências	Cadastro Reserva*
Artes	Cadastro Reserva*
Ensino Religioso	Cadastro Reserva*
Filosofia	Cadastro Reserva*
Informática	Cadastro Reserva*
Italiano	Cadastro Reserva*
Pedagogo	Cadastro Reserva*

* Cadastro Reserva: será considerado o Cadastro de Reserva para todos os Cargos/Áreas/Disciplina do Magistério Público Municipal.

6.1 DO QUADRO DE VAGAS

6.1.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 12 de dezembro de 2016 o quadro de vagas, se houver vagas disponíveis.

6.1.2 A carga horária das vagas do ensino fundamental dispostas no item 6.1 podem ser fracionadas, se for o caso. Conforme disposto no Art. 17 da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001.

6.2 As vagas que surgirem durante o período de validade deste edital, deverão primeiramente ser oferecidas para os servidores classificados no respectivo processo, caso, concomitantemente, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

7. DAS INSCRIÇÕES**7.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1.1 O candidato Professor poderá se inscrever para concorrer a remoção nas áreas de Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, em conformidade com a sua habilitação e considerando a sua área de atuação.

7.1.2 A Remoção não poderá acarretar em mudança de cargo e nem mudança de área.

7.1.3 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

7.1.4 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno.

7.1.5 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

7.1.6 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

7.1.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7.1.8 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprove as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do concurso interno aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

7.1.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e o envio da documentação exigida.

7.1.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

7.1.11 Somente será válida a inscrição do candidato que fará a entrega de títulos, conforme disposto no item 9 deste Edital.

7.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO:

7.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 08/11/2016 até 23/11/2016. Sendo este período também para a entrega de títulos da modalidade Concurso.

7.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, solicitada no período entre 8 horas do dia 08/11/2016 e 13h do dia 23/11/2016, observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.2.2.1 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

7.2.3 Para realizar a inscrição do candidato na modalidade Concurso, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- b) Clicar em "Formas de Contratação / Concurso Público / Concurso Interno de Remoção Magistério - Ano Letivo 2017";
- c) Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos;
- d) Clicar em "Clique aqui para inscrever-se "(optando pela modalidade " Concurso"), em seguida, preencha os dados que são pedidos no formulário.

7.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número maior.

7.2.5 Para realizar a inscrição do candidato na modalidade Permuta, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- b) Clicar em "Formas de Contratação / Concurso Público / Concurso Interno de Remoção Magistério - Ano Letivo 2017";
- c) Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos;
- d) Clicar em "Clique aqui para inscrever-se "(optando pela modalidade "Permuta"), em seguida, preencha os dados que são pedidos no formulário.

7.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

7.3.1 O candidato, ao clicar em "Enviar" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que leu, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos dispostos neste Edital.

7.4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.4.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, no dia 28/11/2016, as inscrições deferidas e indeferidas.

7.4.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente à inscrição indeferida poderá interpor recurso até as 13h do dia 30/11/2016, nos termos do item 12 deste edital.

7.4.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, no dia 01/12/2016, as inscrições homologadas.

8. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA REMOÇÃO POR CONCURSO

8.1 A classificação se dará em conformidade com os seguintes critérios:

- 1º) Maior habilitação;
- 2º) Curso de Especialização na área de atuação;
- 3º) Maior tempo de exercício em cargo efetivo do Magistério Público Municipal de Rio do Sul (considerando para contagem a data limite de 30/10/2016);
- 4º) Maior número de horas de aperfeiçoamento, considerando os últimos três anos (outubro de 2013 até outubro de 2016);
- 5º) Maior idade.

9. DA COMPROVAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

9.1 O candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar, nos dias úteis do período previsto para inscrição (08,09, 10, 11,16, 17, 18, 21,22 e 23/11), no horário das 07h30min às 13h30min, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco n. 220, Centro, Rio do Sul - SC, os seguintes documentos:

9.1.2 Fotocópia e original do Comprovante de Habilitação;

9.1.3 Fotocópia e original do Certificado de Curso de Especialização;

9.1.4 Fotocópia e original da Declaração de Tempo de Serviço em cargo efetivo do Magistério Público Municipal de Rio do Sul;

9.1.5 Fotocópia e original dos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento dos três últimos anos (outubro de 2013 até outubro de 2016);

9.1.6 Tabela de Títulos (Anexo III deste edital), devidamente preenchida e assinada pelo candidato, não sendo permitido o preenchimento no ato da entrega de documentos.

9.1.6.1 Somente serão considerados para análise, os documentos entregues no período de inscrição e devidamente relacionados na Tabela de Títulos constante no Anexo III deste Edital.

9.1.6.5.2 Os documentos devidamente relacionados na tabela de títulos deste edital não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.2 Não serão aceitos documentos entregues em outra data que não a dos dias úteis do período de inscrição.

10. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 02 de dezembro de 2016, o Resultado Final Provisório do Concurso Interno.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso até às 13 horas do dia 07 de dezembro de 2016, nos termos do item 12 deste edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, no dia 08 de dezembro de 2016, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Concurso Interno.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, exclusivamente,

pelo candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório), desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até as 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até as 13 horas do terceiro dia subsequente à publicação do Resultado Final Provisório.

12.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

12.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos neste edital.

12.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso provido, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br. Somente será encaminhada resposta individual referente recurso indeferido.

12.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

12.10 A Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1. A escolha de vagas para o ano letivo de 2017 será realizada no dia 14/12/2016, na Secretaria Municipal de Educação, com início às 8h.

13.1.1 Após concluído o processo de escolha, por área e em ordem de classificação, será aberta nova escolha (reapescagem) para as vagas não preenchidas e para as vagas remanescentes.

13.1.3.1 Todos os candidatos devidamente inscritos e classificados poderão participar da "reapescagem", independente da escolha anterior ou do não comparecimento no momento em que foi convocado.

13.2. O candidato ou seu procurador deverá comparecer no local, dia e horário determinados, munido de documento de identidade.

13.3. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará concorrendo, entretanto, passará para o final da lista de classificação e poderá ser convocado por mais UMA VEZ (em caso de surgimento de novas vagas durante o ano letivo de 2017).

14. DAS NOVAS VAGAS

14.1 As vagas que surgirem durante o período de validade deste edital, serão primeiramente oferecidas para os servidores classificados no respectivo concurso interno, caso, concomitantemente, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

14.2 Cessado o processo de escolha de vagas no dia 14/12/2016, oferta de vaga para classificados no Concurso Público vigente e havendo ainda vaga disponível, as mesmas serão preenchidas em conformidade com a Lei Complementar n. 309/2015 e Lei n. 3.796/2002 e alterações posteriores.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A remoção não poderá acarretar na alteração da carga horária total do servidor.

15.2 Após editados os atos administrativos pertinentes à remoção, havendo arrependimento do servidor, não será aceito pedido de revisão do processo com vistas a revogação do ato.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial deste Concurso Interno de Remoção.

15.4 Os anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

15.5 Este edital entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul (SC), 07 de novembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO	
Prefeito Municipal	
GIVANILDO SILVA	ELENIR HOLLER
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação

ANEXO I DO CRONOGRAMA DO CONCURSO INTERNO MAGISTÉRIO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL	07/11/2016
PERÍODO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS	08/11/2016 a 23/11/2016
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	28/11/2016

RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	29/11/2016 e 30/11/2016
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	01/12/2016
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 02/12/2016
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até as 13h do dia 07/12/2016
PUBLICAÇÃO DECRETO HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL	08/12/2016
PUBLICAÇÃO DO QUADRO DE VAGAS	A partir de 12/12/2016
ESCOLHA DE VAGAS	14/12/2016 (somente será realizada se existirem vagas não preenchidas)

ANEXO II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(COMISSÃO DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO):

Edital de Concurso Interno de Remoção nº 002/2016 – Ano Letivo 2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Motivo do recurso:

() Inscrição Indeferida

() Resultado Final

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2016.

Assinatura: _____

ANEXO III

TABELA DOCUMENTOS CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – ANO LETIVO 2017 - Edital 002/2016

Nome: _____			Unidade lotação: _____		
Nº na página da cópia*	Tipo Documento (Diploma, Certificado, Declaração, Atestado, Certidão...)	Período do Curso	Carga Horária	Instituição	Confirmação Recebimento

*No documento comprobatório deverá constar o número do documento, no canto superior do lado direito da página. Exemplo: seguir a sequência: 1,2,3...

Declaro que efetuei minha inscrição para o CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, estando ciente e DE ACORDO com as normas estabelecidas pelo respectivo edital, ciente de que os documentos acima relacionados deverão ser devidamente comprovados através da entrega da documentação, de acordo com os termos previstos pelo edital. Declaro ainda estar ciente de que os mesmos não geram direito garantido a classificação, pois serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Data: _____

Assinatura Candidato: _____

Assinatura e carimbo do Recebedor: _____

RESOLUÇÃO Nº 07/2016 - SME

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

Dispõe sobre credenciamento e autorização de funcionamento e reconhecimento de instituições educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme incisos VI e X do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 03 de novembro de 2016, mais os Pareceres nº 07/2016/CME, nº 08/2016/CME, nº 09/2016/CME e nº 10/2016/CME.

RESOLVE:

Art. 1º O Parecer emitido às unidades educacionais é o ato legal pelo qual se concede o credenciamento e a autorização de funcionamento

e reconhecimento, de acordo com o que dispõe as Resoluções nº 08/2015, e alterações em vigor, e nº 01/2006 do Conselho Municipal de Educação do município de Rio do Sul – Santa Catarina.

Art. 2º Credenciar e autorizar o funcionamento e reconhecimento das instituições educacionais abaixo nomeadas:

Creche Ana Pamplona (SESI)

Centro de Educação Infantil Raio de Luz

Centro de Educação Infantil Padre Ângelo Moser

Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente

Art. 3º As instituições certificadas oficialmente, com credenciamento e autorização de funcionamento, estarão passíveis de supervisão pelo Conselho Municipal de Educação deste município, para acompanhamento e verificação das condições de funcionamento, estando sujeitas à notificação.

Art. 4º De acordo com o que dispõe os Pareceres sobreditos, identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação.

Art. 5º Constatando-se a permanência das deficiências e irregularidades na reavaliação, a mesma resultar-se-á na suspensão temporária ou desativação do nível e/ou modalidade de ensino da Unidade.

Art. 6º A certificação de credenciamento e autorização de funcionamento deverá ser renovada a cada 5 (cinco) anos, mediante verificação "in loco", pelos membros do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul.

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2016.

MARIA LENIR STÜPP

Presidente do Conselho Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 926/2016

PORTARIA No 926, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias ao servidor Amauri Abe

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 28 de novembro a 07 de dezembro de 2016, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 888, de 18 de janeiro de 2016, ao servidor Amauri Abe, Analista Legislativo de Comunicação Social da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 927/2016

PORTARIA No 927, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o Gozo Remanescente de Férias ao servidor Giovani Nascimento

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 06 a 15 de dezembro de 2016, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 897, de 06 de maio de 2016, ao servidor Giovani Nascimento, Procurador Legislativo Especial da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125

da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Rio Fortuna

PREFEITURA

LIC 42 LE 01 VEÍCULOS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 042/2016
LEILÃO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 24 de novembro de 2016 às 09 horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, licitação na modalidade LEILÃO, de veículos inservíveis para a Administração Municipal, sob a égide da lei sob nº 8.666/93 e alterações posteriores. Os envelopes de Propostas e credenciamento deverão ser protocolados no Setor de Licitações até as 08h30min do dia 24 de novembro de 2016 e a abertura no mesmo dia às 09horas no mesmo local. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07 as 13horas ou no site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 04 de novembro de 2016.
LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

PORTARIA 113 COMISSÃO AVALIAÇÃO

PORTARIA nº 113/2016
De 01 de novembro de 2016

"Designa Comissão de Avaliação de bens móveis com competência para proceder à avaliação dos bens úteis e dos inservíveis aos serviços do Município Exercício 2016 e adota outras providências."

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR os Servidores Públicos Municipais ILSO NACK, VOLNEI SCHMOELLER e RENEU OENNING, para sob a Presidência do primeiro, sendo Secretário da Comissão o segundo, para comporem a Comissão de Avaliação de bens móveis integrantes do patrimônio público municipal no Exercício de 2016, com competência para proceder à avaliação dos bens úteis e dos inservíveis aos serviços do Município.

Art. 2º Da avaliação de bens móveis deverá ser feito o laudo competente firmado em 02 (duas) vias, pelos membros da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e Publicado no Mural Municipal ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N.º 019/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 019/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A DARCI ANTÔNIO SERIGHELLI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70/2012, a

DARCI ANTÔNIO SERIGHELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 1.805,34 (um mil e oitocentos e cinco reais e trinta e quatro centavos), a contar de 03 de novembro de 2016, conforme Processo nº 029/2016.

Salto Veloso, 03 de novembro de 2016.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora-Executiva

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº079/2016 CONVOCA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

DECRETO Nº 079/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

CONVOCA CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito de Santa Terezinha do Progresso/ Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51 da Lei Nº 1.251/2015 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada senhora Terezinha Brandt conselheira suplente para atuar pelo período que percorrer o afastamento para tratamento de saúde da conselheira tutelar Jaqueline Corá, conforme portaria 215/2016, pelo prazo de 60 dias, com fundamentos no Art. 53 da Lei Municipal 1.251/2015.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso | SC, em 03 de Novembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Sta. T. Progresso

DECRETO Nº 078/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 78/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
31	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 21 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2016 RETORNO CARGO EFETIVO

PORTARIA Nº 220/2016

REINTEGRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica reintegrado no cargo de carreira, a partir desta data, o servidor publico municipal Sr. ERONI ALLEBRANDT portador do CPF: 867.248.949-72, n função de TECNÓLOGO EM ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Novembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 221/2016 APOSENTADORIA VALMOR BROLO

PORTARIA Nº 221/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o senhor Valmor Brolo, inscrito no CPF: 594.334.429-20, por motivo de aposentadoria, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 03 de Novembro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 222/2016 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA Nº 222/2016

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado em cargo político de provimento temporário, o seguinte servidor Publico Municipal.

NOME: JULIANO JOAO POCHMANN

CARGO: Secretario Municipal

NIVEL: AP-01

CÓDIGO: 0003

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Novembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE ABERTURA DO PL 49/2016

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO

PROCESSO LICITATORIO Nº 49/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, as treze horas e trinta minutos na sala de licitações reunidos os membros da comissão de Pregão e os representantes das empresas participantes, Telecopy Equipamentos Ltda Sr. Andre Luiz Lansing Schnorrenberger e da empresa Global Informatica e Telecomunicações Ltda Sr. Marcio Luiz Eleodoro, a abertura da presente licitação foi transferida para o dia 07/11/2016 as 13:30 horas, pela ausência dos integrantes da equipe de apoio.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 03 de Novembro de 2016.

ADEMIR ANTONIO DETOFOL

Pregoeiro

FRANCIELI MEIRELES KEIL

Membra

MARCIO LUIZ ELEODORO

ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENBGER

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 76/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 90/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 76/2016.
Objeto: Aquisição de peças/serviços para conserto/manutenção dos equipamentos agrícolas, para utilização na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de novembro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de novembro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 03 de novembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 203/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2016
Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 22 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A 21ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO BENTO DO SUL E PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 208/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO 23º BPM-SC E PARA ABASTECIMENTO DAS VIATURAS DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 25 de outubro de 2016.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1492/2016

DECRETO Nº 1492, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2016.
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3658, DE 03 DE MAIO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O PADRÃO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS NA ZONA COMERCIAL HISTÓRICA (ZCH) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 51, inciso III da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3658, de 03 de maio de 2016, modificou os limites e parâmetros reguladores do uso e da ocupação do solo na Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH - conforme o Código Municipal de Zoneamento);

CONSIDERANDO a singularidade e qualidade do traçado urbano, dos logradouros, lotes, espaços públicos da Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH - conforme o Código Municipal de Zoneamento);

CONSIDERANDO a existência de acervo arquitetônico que apresenta características tipológicas e morfológicas de interesse cultural recorrentes na área e que conferem identidade à Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH - conforme o Código Municipal de Zoneamento);

DECRETA:

Art. 1º. Todas as licenças de obras ou de legalização de obras, de qualquer espécie, inclusive transformação de uso, bem como demolição e construção de novas edificações, a serem executadas nos lotes existentes e nos espaços públicos dentro dos limites da Zona Comercial Histórica de São Bento do Sul (ZCH - conforme o Código Municipal de Zoneamento), deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho da Cidade (CONCIDADE).

Art. 2º. O CONCIDADE compete a análise e avaliação dos projetos com características urbanísticas e arquitetônicas especiais e a emissão periódica de "Recomendações Técnicas", que deverão ser adotadas na elaboração dos projetos a serem executados na ZCH. §1º. Comprovado, por avaliação do CONCIDADE, que o Projeto de conflita com qualquer Recomendação Técnica por ele emitida, deverá ele ser reelaborado e reapresentado para análise.

§2º. Os projetos de construções que se enquadrem no Art. 2º do Decreto Estadual nr. 2.980, de 24 de junho de 1998, área de entorno dos bens tombados, para os efeitos do art. 16 da Lei nr. 9.342, de 14 de dezembro de 1993, a faixa contida nos 50 metros tomados de cada uma das paredes externas das edificações, deverão ser encaminhados para aprovação da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 3º. As construções novas, reformas e ampliações não devem agredir a vista panorâmica e a paisagem existentes, mas sim nelas se integrar harmonicamente, como segue:

I - As edificações deverão obrigatoriamente atender:

- a) A inspiração para as construções deverão seguir os estilos predominantes nas regiões de origem dos colonizadores de São Bento do Sul, quais sejam: Alemã, Italiana, Polonesa e Portuguesa;
- b) As construções deverão ser feitas de alvenaria, sendo vedado o uso de concreto à vista ou construções cubísticas;
- c) As paredes externas não deverão ser predominantemente de

vidro;
 d) Os detalhes decorativos externos serão, preferencialmente, em madeira;
 e) Cobertura com estrutura de madeira nas partes aparentes inclusive o beiral devendo este ter o mínimo 80 centímetros;
 f) Os telhados terão duas ou mais águas aparentes, com inclinação de no mínimo de 40%, com cobertura aparente de telhas cerâmicas, pedra ardósia ou telhas asfáltica tipo Shingles, evitando-se telhas metálicas, de cimento amianto ou similares.
 g) Quando existir varandas ou sacadas, as balaustradas deverão ser em madeira ou concreto;

II - Características alternativas, as edificações deverão atender a no mínimo três das características abaixo relacionadas:

- Presença de mansardas, agulhas, cúpulas ou similares que enriqueçam o conjunto arquitetônico;
- Frontão da cobertura revestido em madeira;
- Detalhes que emoldurem portas e janelas, com características germânicas;
- Proporção para aberturas: largura 1 / altura maior que 1,5;
- Colocação de floreiras de madeira ou pedra nas janelas e, quando existir, nos balcões e sacadas;
- Construções em pedra ou outros materiais rugosos, como por exemplo, tijolos à vista ou com troncos roliços de madeira;
- Presença de porão elevando o nível da casa, com rusticação em seu embasamento;
- Presença de alpendre, precedido de escadaria, servindo como acesso à casa;

Art. 4º. As construções deverão obedecer às demais disposições do Código de Obras, no que couber.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 04 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2016.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 049/2016 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 049/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 053/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa C S TELE ENTREGAS E TRANSPORTES LIMITADA – ME, em 28 de agosto de 2015, conforme Convite nº 79/2015. Considerando o objeto do Contrato de nº 053/2015 que consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de motoboy, para entrega de medicamentos nos bairros do Município, conforme anexo ao Convite nº 79/2015.

Considerando o vencimento do referido contrato em 31 de agosto de 2016 e a necessidade de se manter a qualidade e a agilidade no atendimento dos munícipes atendidos pelo programa "Remédio em casa", faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Quinta – da Vigência, e Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 4 (quatro) meses, a contar de 01 de setembro de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

Permanece o valor unitário por entrega conforme abaixo, totalizando o valor de R\$ 11.944,96 (onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Quantidade	Unid.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
2.333	Unid.	Contratação de empresa para prestação de serviço de motoboy, para entrega de medicamentos nos bairros do Município.	R\$ 5,12	R\$ 11.944,96

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 28 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 047/2016 de 04 de agosto de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de agosto de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

C S TELE ENTREGAS E TRANSPORTES LIMITADA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 051/2016 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 051/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 069/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 29 de outubro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 92/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 069/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de um Posto de Saúde, situado na Rua Papanduva esquina com a Rua Iracema, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul, com área total de 298,46 m2, conforme memorial descritivo, projetos em anexo e contrato de repasse junto ao Ministério da Saúde;

Considerando que houve atraso quanto ao repasse dos recursos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, acarretando em atraso na execução da obra, sendo que a mesma terá continuidade quando da liberação destes recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 04 (quatro) meses, a contar de 06 de setembro de 2016 e com término em 05 de janeiro de 2017.

Fica prorrogado o prazo de vigência por 04 (quatro) meses, a contar de 29 de setembro de 2016 e com término em 28 de janeiro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 007/2016 de 17 de fevereiro de 2016 e Termo Aditivo nº 021/2016 de 05 de abril de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de setembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARCELO LEVANDOWSKI, como Arquiteto e Urbanista.
 JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 057/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 057/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 069/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 29 de outubro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 92/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 069/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de um Posto de Saúde, situado na Rua Papanduva esquina com a Rua Iracema, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul, com área total de 298,46 m², conforme memorial descritivo, projetos em anexo e contrato de repasse junto ao Ministério da Saúde;

Considerando que após a apresentação do Projeto Estrutural elaborado e fornecido pela Contratada, observou-se a necessidade de atualizar os quantitativos conforme descrito em planilha anexo a este termo aditivo, fazendo-se necessário aditar o referido contrato com base na Cláusula Terceira – Das Obrigações da Contratada e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 22.328,72 (vinte e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos) referentes ao item abaixo para pagamentos conforme Contrato Original:

ADITIVO								
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA CRUZEIRO								
Obra:	Estratégia Saúde da Família Cruzeiro					Data:	SETEMBRO/2.016	
Local:	Rua Papanduva esquina com Rua Iracema - Bairro Cruzeiro							
Item	Descrição dos serviços	Unid.	Quant.	CUSTO MATERIAL		CUSTO M. OBRA		TOTAL
				Unitário	Total	Unitário	Total	BDI 22,47%
3.	INFRA ESTRUTURA							
3.5	Vigas Baldrames. Inclusive forma, armadura, lançamento, adensamento e desforma	m³	1,62	500,00	810,00	300,00	486,00	1.587,20
	Subtotal				810,00		486,00	1.587,20
4.	SUPRA ESTRUTURA							
4.1	Pilares. Inclusive forma, armadura, lançamento, adensamento e desforma.	m³	8,01	500,00	4.005,00	300,00	2.403,00	7.847,88
4.2	Vigas. Inclusive forma, armadura, lançamento, adensamento e desforma.	m³	13,16	500,00	6.580,00	300,00	3.948,00	12.893,64
	Subtotal				10.585,00		6.351,00	20.741,52
	Total do Grupo							R\$22.328,72
	TOTAL ADITIVO						R\$ 22.328,72	

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 007/2016 de 17 de fevereiro de 2016, Termo Aditivo nº 021/2016 de 05 de abril de 2016 e Termo Aditivo nº 051/2016 de 05 de setembro de 2016 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARCELO LEVANDOWSKI, como Arquiteto e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 058/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 058/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica de nº 092/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, em 30 de dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 125/2015.

Considerando que o Contrato de nº 092/2015, tem por objeto a contratação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul – SC (internação por leitos) sendo 84 (oitenta e quatro) leitos mensais para atendimento à maiores de 18 anos e 12 (doze) leitos mensais para atendimento a adolescente de 12 a 18 anos pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016; Considerando que a quantidade de internos excedeu o previsto inicialmente no Contrato devido às ordens judiciais emitidas para internação conforme anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato conforme prevê o Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso no contrato o valor total de R\$ 59.853,12 (cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e doze centavos) correspondente a 25% do valor original, conforme abaixo para pagamentos conforme Contrato Original:

Item	Quantidade	Unid.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
1	21	Leitos	Internação c/ serviços de assistência médica e psicológica para maiores de 18 anos.	R\$ 2.481,22	R\$ 52.105,62
2	3	Leitos	Internação com serviços de assistência médica e psicológica para adolescente de 12 a 18 anos.	R\$ 2.582,50	R\$ 7.747,50

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 30 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 219/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 219/2016**

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 022/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de janeiro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 360/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 022/2015, que constitui no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização da rede cicloviária e acessibilidade na Avenida dos Imigrantes e Rua Antonio Kaesemodel, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços 360/2014.

Item 2 - Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização viária da Rua Antonio Kaesemodel, situada no Bairro Boehmerwald, com extensão de aproximadamente 3.000m, conforme memorial descritivo, projetos e contrato de repasse nº 310.833-29/2009 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando que o atraso dos repasses por parte do Governo Federal retardou a execução da obra, e sendo necessária a execução de sinalização vertical nos pontos de parada de ônibus e de tachas retrorefletivas, itens não constantes em projeto inicial porém já aditivados conforme Termo Aditivo nº 280/2015, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 28 de setembro de 2016 e com término em 27 de novembro de 2016.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 21 de outubro de 2016 e com término em 20 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 21 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 195/2015 de 26 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 261/2015 de 24 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 280/2015 de 07 de outubro de 2015 e Termo Aditivo nº 309/2015 de 24 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 017/2016 de 27 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 061/2016 de 23 de março de 2016, Termo Aditivo nº 114/2016 de 25 de maio de 2016 e Termo Aditivo nº 161/2016 de 27 de julho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 231/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 231/2016**

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos com Prestação de Serviços para Fornecimento de Materiais de nº 282/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 09 de setembro de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 243/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 282/2014, que consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de locação de equipamentos, fornecimento de reproduções (cópias), impressões, digitalização de documentos e envio de fax para o Conselho Tutelar, Sala dos Conselhos/Recepção, Famílias de Apoio, CREAS, CRAS Centenário, CRAS Serra Alta, CRAS Cruzeiro, Administração do SEMAS, PRONATEC e Bolsa Família, conforme anexo 1, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Pregão nº 243/2014 de 05 de agosto de 2014;

Considerando o término de Contrato no dia 08 de outubro de 2016 e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 09 de outubro de 2016 e com término em 08 de março de 2017.

Permanece o valor do Contrato para o período prorrogado em R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 09 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 030/2015 de 29 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 042/2015 de 02 de fevereiro de 2015, Termo Aditivo nº 201/2015 de 08 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 321/2015 de 02 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 092/2016 de 02 de maio de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 234/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 234/2016**

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 322/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 27 de outubro de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 298/2014. Considerando o objeto do Contrato nº 322/2014, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de conectividade IP dedicado à rede internet suportando aplicações TCP/IP, conforme anexo 1, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Pregão nº 298/2014 de 08 de outubro de 2014;

Considerando o término do Contrato no dia 26 de outubro de 2016 e os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 27 de outubro de 2016 e com término em 26 de outubro de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando o valor do Contrato em R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de outubro de 2015 e Termo Aditivo nº 286/2015 de 09 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2016.

Ass: AURIENE ROEPKE, pela Secretaria de Finanças do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Eletro Light Provence LTDA- ME

ORIGEM: Tomada de Preços Nº 13/2016

OBJETO: "Contratação de Regime de Empreitada Global, para edificação de muro de contenção e sistema da Escola Ministro Luiz Galotti da Linha Beato Roque, Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 19.847,17

PRAZO: 05.11.2016 até 09.12.2016

São João do Oeste – 05 de Novembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 083 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO N.º 083 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa servidor para homologar a opção do contribuinte de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2016 e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, da Lei Orgânica do Município de São João do Sul e em observância ao Art. 7º da Lei Municipal n.º 1.788, de 03 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora Carla Pereira, ocupante no cargo de Oficial de Tributos, Matrícula n.º 980, como representante do Poder Executivo Municipal, para fins de homologação da opção do contribuinte de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2015, de acordo com o previsto no Art. 7º da Lei Municipal n.º 1.788, de 03 de novembro de 2016.

Parágrafo Único – O exercício das funções de que trata o caput deste Artigo, será sem ônus ao Município.

Art. 2º - A homologação ficará condicionada ao cumprimento das condições previstas na referida Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 03 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 28/2016 PREGÃO PRESENCIAL 18/2016 REGISTRO DE PREÇO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL 18/2016 – Registro de Preço

Objeto: Aquisição de Veículo para a Secretária Municipal de Saúde

Abertura: 25/11/2016

Horário: 14:00 horas

Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400. Ramal 6459.

São Joaquim, 03 de novembro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 43/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 43/2016

Pregão Presencial 16/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de reforma no Ginásio de Esporte Juraci Santos e no E.B.M Aristides Ribeiro de Me-deiros.

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Abertura: 18/11/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 59.493,73

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 04 de outubro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO - CMSJ

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas de cargos do quadro do Legislativo do Município de São Joaquim, para o Cargo de Nível Médio: Secretário da Câmara; Cargo de Nível Superior: Controlador Interno. As inscrições somente on line estão abertas no site www.iobv.org.br no período de 07/11/2016 a 06/12/2016. As provas objetivas estão previstas para o dia 11/12/2016.

Demais informações constam do inteiro teor deste edital que se encontra publicado no site da Câmara

<http://www.camarasaojoaquim.sc.gov.br/> e no site

www.iobv.org.br, bem como afixado na sede da Câmara de Vereadores.

São Joaquim, 04 de Novembro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente

São José

PREFEITURA

COMUNICADO – CONCORRÊNCIA Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO – CONCORRÊNCIA Nº 006/2016 – Processo nº 357/2016 – Proc. Adm. 17626/2016 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 50 (CINQUENTA) RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica REVOGADA a publicação da ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA Nº 006/2016, exarada no dia 01 de novembro de 2016, e cujo teor foi publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), no dia 04 de novembro de 2016, edição nº 2116, tendo em vista a necessidade de análise e parecer em relação às propostas apresentadas, bem como das exigências contidas no edital, por parte da Procuradoria Geral do Município. Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0178, das 13 às 18 horas.

CONTRATO/CT: Nº 110/2016 – DL 397/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 110/2016 – DL 397/2016 – Processo 636/2016 – Proc. Adm. 24305/2016 - Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, INCLUINDO O TRANSBORDO E TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL. Prazo: O prazo de execução e vigência do presente Contrato é de até 180 (cento e oitenta) dias.. Valor: O valor mensal corresponde a R\$ 912.268,65 (novecentos e doze mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), com o valor total deste contrato estimado em R\$ 5.473.611,93 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e onze reais e noventa e três centavos), sendo:

I – R\$ 5.255.947,44 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para o Destino Final de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais;

II – R\$ 217.664,49 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) referente a TFA – Taxa de Fiscalização de Aterro, com repasse através de nota fiscal própria, nos termos da Lei Complementar nº 45/2011 da P.M.B.

Data da Assinatura do Contrato: 10 de outubro de 2016.

DECRETO Nº 7105/2016

DECRETO Nº 7105/2016
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
MAYHARA CRYSTINY PERES	Professor-M	40 Horas	25/10/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/10/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7106/2016

DECRETO Nº 7106/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA CLEIA MOREIRA RAMIRES	Professor-M	40 Horas	26/10/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/10/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7106/2016

DECRETO Nº 7106/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA CLEIA MOREIRA RAMIRES	Professor-M	40 Horas	26/10/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/10/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7110/2016

DECRETO Nº 7110/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 26.648,98 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.058 – Demolição, Remoção de Construções Irregulares,

763 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 26.648,98

Total desta Atividade R\$ 26.648,98

Total do Órgão R\$ 26.648,98

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 26.648,98

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 26.648,98 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

756 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 26.648,98

Total desta Atividade R\$ 26.648,98

Total do Órgão R\$ 26.648,98

Total da Anulação R\$ 26.648,98

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7111/2016

DECRETO Nº 7111/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do

Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino

Médio

275 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 30.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –

Creche

311 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 1.800.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.800.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação

Infantil – Pré Escola

351 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,

Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB .. R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 200.000,00

Total do Órgão R\$ 2.030.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Municipal de Assistência Social

547 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 110.000,00

Total desta Atividade R\$ 110.000,00

Total do Órgão R\$ 110.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

1714 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,

Recursos Próprios R\$ 110.000,00

Total desta Atividade R\$ 110.000,00

Total do Órgão R\$ 110.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do

Ensino Fundamental

228 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 900.000,00
Total desta Atividade R\$ 900.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche

309 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 1.100.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.100.000,00
Total do Órgão R\$ 2.000.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

546 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00
Total do Órgão R\$ 250.000,00
Total da Anulação R\$ 2.250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7117/2016

DECRETO Nº 7117/2016
DISPÕE SOBRE A AÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso IV do artigo 62 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o dia 30 de novembro de 2016 (data do calendário) como prazo final para o encaminhamento de Autorização de Compra e Ordem de Serviço à Secretaria de Finanças.

Art. 2º Os Órgãos da Prefeitura e demais Unidades Gestoras, interessados em alterar suas dotações orçamentárias, deverão encaminhar à Secretaria de Finanças o Formulário da Proposta de Alteração Orçamentária, devidamente assinado, impreritivamente até o dia 30 de novembro de 2016.

Art. 3º Fica suspensa a partir do dia 30 de novembro de 2016 a solicitação, concessão e a emissão do respectivo empenho referente a despesas com adiantamentos e subvenções sociais.

Art. 4º Fica suspensa a partir do dia 09 de dezembro de 2016 a

solicitação, concessão e a emissão do respectivo empenho referente a despesas com diárias e passagens.

Art. 5º As despesas realizadas neste exercício, juntamente com os respectivos documentos fiscais (nota fiscal, fatura, etc.), devem ser encaminhadas até o dia 20 de dezembro de 2016 à Secretaria Municipal de Finanças, para devida análise e liquidação.

Parágrafo Único: Excetuam-se desta data limite as despesas referentes a folha de pagamento, os encargos sociais e trabalhistas, os contratos da dívida fundada, as originárias do consumo de energia elétrica, telefonia e outras despesas eventuais.

Art. 6º Os empenhos classificados como Restos a Pagar pertencentes a exercícios anteriores a 2012, devem ser cancelados no final do exercício de 2016, atendendo as determinações do artigo 70 do Decreto Federal n.93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 7º Os empenhos e restos não processados, cujas despesas não forem efetivamente realizadas no exercício de 2016, devem ser anulados ou cancelados impreritivamente até o dia 28 de dezembro de 2016.

Art. 8º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos das Notas de Empenho em Restos a Pagar poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício que ocorrer o reconhecimento da dívida (artigo 37 da Lei nº 4.320/64).

Art. 9º No encerramento do exercício de cada Unidade Gestora, deverá ser observado, obrigatoriamente, o fechamento, entre Receitas e Despesas, por fontes de recursos, evitando a presença de Déficit Financeiro e/ou de Execução Orçamentária, exceto os resultantes do superávit financeiro, apurado no exercício anterior.

Art. 10 Fica determinado o dia 13 de janeiro de 2017, data limite para o fechamento dos Balanços Contábeis Mensais da Prefeitura, Fundos, Fundações e da Autarquia São José Previdência.

Art. 11 Somente a Prefeita Municipal poderá determinar tratamento diferente ao que estabelecido neste Decreto.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7145/2016

DECRETO Nº 7145/2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 67.580,12 (sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e doze centavos), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.267 – Despesas de Exercícios Anteriores

1719 – 4.4.90.92.00.00.0080 – Despesas de Exercício Anteriores,
Recursos Próprios R\$ 67.580,12
Total desta Atividade R\$ 67.580,12
Total do Órgão R\$ 67.580,12
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 67.580,12

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 67.580,12 (sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e doze centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários
1722 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 67.580,12
Total desta Atividade R\$ 67.580,12
Total do Órgão R\$ 67.580,12
Total da Anulação R\$ 67.580,12

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de novembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA - SA - N.º 1135/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1135/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JAQUELINE LUSSI, matrícula n.º 10885-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 13.03.2016 a 11.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1136/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1136/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JAERSON MIGUEL SILVA DA SILVA, matrícula n.º 13604-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesseis) dias, de 27.09.2016 a 12.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1137/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1137/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MIRELLA REGINA DE ANDRADE, matrícula n.º 10760-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 22.09.2016 a 20.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1138/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1138/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KARLA PEREIRA CARPES, matrícula n.º 13853-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no

cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 26.09.2016 a 24.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1139/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1139/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SELMA FELISBINO HILLESHEIM, matrícula n.º 13655-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 27.09.2016 a 25.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1140/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1140/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUSIANIA PEREIRA VARGAS, matrícula n.º 42151-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 28.09.2016 a 26.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1141/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1141/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA DE LOURDES ARAUJO, matrícula n.º 1606-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 26.09.2016 a 09.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1142/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1142/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CLEUSA DE MACEDO, matrícula n.º 13599-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 30.09.2016 a 28.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1143/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1143/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCAS BARRETO KLEIN, matrícula n.º 35825-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 07.10.2016 a 04.01.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1144/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1144/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VERA LUCIO CORREA, matrícula n.º 2745-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 03.10.2016 a 01.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1145/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1145/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELENIR TERESINHA BITENCOURT DE FREITAS, matrícula n.º 21675-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.09.2016 a 27.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1146/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1146/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA GORETE VENTURA MARTINS, matrícula n.º 21734-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 28.09.2016 a 11.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1147/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1147/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCIENE ZULMA DE AMORIM FERREIRA, matrícula n.º 13842-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientadora Educacional, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 04.10.2016 a 02.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1148/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1148/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIANA LAUS, matrícula n.º 39507-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 24.09.2016 à 23.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1150/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1150/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CHRYSCEA BARBARA MANFRIN DE OLIVEIRA, matrícula n.º 1866-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, Licença para Tratamento de Saúde por 32 (trinta e dois) dias, de 26.09.2016 à 27.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1151/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1151/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FRANCELENE PRUDENCIO, matrícula n.º 24487-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 27.09.2016 à 27.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1152/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1152/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ, matrícula n.º 33964-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Assistente Social, Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 30.09.2016 à 15.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1153/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1153/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MYRIAM BERNADETE PREDEBON, matrícula n.º 15465-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Fiscal Sanitário, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 04.10.2016 à 01.01.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1154/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1154/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RODRIGO PAES, matrícula n.º 15437-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 02.10.2016 à 30.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1155/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1155/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MILTON VANDERLEI SUPPI, matrícula n.º 30649-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 26.09.2016 à 24.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1156/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1156/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, matrícula n.º 41682-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 03.10.2016 à 16.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1157/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1157/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLAUDEMIR ACELINO DE SOUZA, matrícula n.º 1337-4, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 30.09.2016 à 28.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1158/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1158/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUIZ CARLOS GONÇALVES, matrícula n.º 39337-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 14.10.2016 a 12.12.2016, devendo executar exclusivamente tarefas administrativas. Ficam abonadas as faltas existentes.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1159/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1159/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JAQUELINE LUSSE, matrícula n.º 10885-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 12.04.2016 à 11.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1160/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1160/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANIA JOCHEN FARIAS, matrícula n.º 10773-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 09.09.2016 à 07.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1161/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1161/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANGELA DA SILVA PEDRO, matrícula n.º 13774-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 30.09.2016 à 28.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1162/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1162/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVIA MARIA BORDINHAO, matrícula n.º 13609-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 26.09.2016 à 24.11.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1163/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1163/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVIO LUIZ INDRUSKI WEISS, matrícula n.º 1517-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 13.10.2016 à 11.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1164/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1164/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ESTER LUIZA DE ARAUJO E SILVA SOUSA, matrícula n.º 13757-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60

(sessenta) dias, de 16.10.2016 à 14.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1165/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1165/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TEREZINHA FIRMINA FLORES DOS SANTOS, matrícula n.º 13780-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 21.10.2016 à 19.12.2016, devendo executar tarefas extraclasse. Ficam abonadas as faltas existentes

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1166/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1166/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIA VIEIRA, matrícula n.º 13639-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 30.09.2016 à 28.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1167/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1167/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OMAR JOSE CASSOL JUNIOR, matrícula n.º 39265-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 60 (sessenta) dias, de 01.10.2016 à 29.11.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1168/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1168/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NAIANA EDIANE ANTUNES TESSER, matrícula n.º 32747-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 15 (quinze) dias, de 07.10.2016 à 21.10.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1169/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1169/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IRINEIA SCHMITZ, matrícula n.º 32747-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 90 (noventa) dias, de 17.10.2016 à 14.01.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1170/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1170/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANDA LUCIA DE OLIVEIRA DO VALE, matrícula n.º 1412-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Agente Operacional, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 120 (cento e vinte) dias, de 19.09.2016 à 16.01.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Setembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1171/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1171/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 98, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o (a) servidor (a) Sr (a). MAYSA MARTINS RAIMUNDO, matrícula n.º 1924-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 24.10.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 24 de Outubro de 2016.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1172/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1172/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. CLAUDIA HELENA HEIDEMANN, matrícula n.º 37231-5, lotada na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente Administrativo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 17.10.2016 a 14.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1173/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1173/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. GABRIELA CARDOSO FLORES, matrícula n.º 37231-5, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem da Família, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 17.10.2016 a 14.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1174/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1174/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 30 (tinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) KELEN BITTENCOURT, matrícula n.º 15169-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1175/2016

PORTARIA– SA – Nº 1175/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) RAFAEL RODRIGO DE MELO, matrícula nº 13745-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1176/2016

PORTARIA– SA – Nº 1176/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDISON MATIAS FILHO, matrícula nº 23098-7, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Setembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1177/2016

PORTARIA– SA – Nº 1177/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) FABIO DE CASTRO, matrícula nº 16072-5, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1178/2016

PORTARIA– SA – Nº 1178/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSANGELA BERGER XAVIER, matrícula nº 23173-8, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1179/2016

PORTARIA– SA – Nº 1179/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDSON LUIS MACEDO, matrícula nº 16254-0, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1180/2016

PORTARIA- SA – N.º 1180/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARTHA JANINE ZALESKI SOUZA, matrícula nº 2704-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1181/2016

PORTARIA- SA – N.º 1181/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSE MERI HILDA MELO, matrícula nº 17564-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1182/2016

PORTARIA- SA – N.º 1182/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

Considerando o processo administrativo nº 24444/2016,

RESOLVE:

I – Cessar os efeitos da Portaria nº 940/2016 a partir de 01.11.2016, conforme parecer exarado no processo administrativo nº 24444/2016, no qual a servidora solicitou o cancelamento da licença para cuidar de pessoa da família, concedida pelo junta médica oficial do Município pelo período de 180 dias.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1183/2016

PORTARIA- SA – N.º 1183/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

Considerando convocação da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) BIANCA BRANCO CARDOSO PASSIG, matrícula nº 30637-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 09.05.2016, tendo em vista ter sido convocada pela Secretaria de Saúde a retornar as suas atividades.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1184/2016

PORTARIA- SA – N.º 1184/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

Considerando o processo administrativo nº 24173/2016,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) CELIO JOAQUIM DOS SANTOS, matrícula nº 23526-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Assistente de Tecnologia da Informação, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 24.08.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Outubro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1185/2016

PORTARIA- SA - Nº 1185/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) CELIO JOAQUIM DOS SANTOS, matrícula nº 23526-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde no cargo de Assistente de Tecnologia da Informação, para a Secretaria de Assistência Social.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1186/2016

PORTARIA- SA - Nº 1186/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) FABIO AUGUSTO LUNARDELI E SILVA, matrícula nº 22860-5, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social no cargo de Motorista, para a Fundação de Cultura e Turismo.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 26 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1188/2016

portaria nº 1188 de 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1o Ficam designados os servidores a seguir relacionados para

compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Serviços Públicos e Fundação Municipal de Esportes, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Caio Rogério Nihnig
- b) Lucimar Israel Padilha
- c) Marcelo Santos

Art. 2o Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Paço Municipal em São José, 04 de Novembro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 028/2016/PGM

PORTARIA Nº 028/2016/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 12.323/2015, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995 c/c a atribuição administrativa prevista na Lei Complementar nº 032/2009, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor E.W. - matrícula nº 426510-6, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, porque teria, em tese, praticado a conduta abaixo relacionada, fatos que imputam a pena de advertência, prevista em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Apresentar atestado falso	03-11	Art.146, inciso VI; art, 155, inciso I; e, art. 157 da Lei 2248/1991- Estatuto do Servidores Públicos Municipais

II. Designar os servidores Juliana Graciosa Pereira, Thaís Farias de Sousa, Karina da Silva Graciosa, Ilson Elias e William Ramos Moreira, sob a Presidência do primeiro, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 03 de novembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Membro – Relator

RODRIGO JOÃO MACHADO
Procurador Geral

PORTARIA Nº 029/2016/PGM

PORTARIA Nº 029/2016/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 12.323/2015, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995 c/c a atribuição administrativa prevista na Lei Complementar nº 032/2009, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor J.R.G.B.- matrícula nº 876, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, porque teria, em tese, praticado a conduta abaixo relacionada, fatos que imputam a pena de demissão, prevista em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Faltas Injustificadas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias intercalados, no período de 12 (doze) meses Abandono de cargo	03-07	Art. 160, inciso II e art. 163 da Lei 2.248/1991 – Estatuto do Servidores Públicos Municipais

II. Designar os servidores Juliana Graciosa Pereira, Thaís Farias de Sousa, Karina da Silva Graciosa, Ilson Elias e William Ramos Moreira, sob a Presidência do primeiro, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 03 de novembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Membro – Relator

RODRIGO JOÃO MACHADO
Procurador Geral

PORTARIA Nº 27/2016/PGM

PORTARIA Nº 27/2016/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 11.160/2016, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995 c/c a atribuição administrativa prevista na Lei Complementar nº 032/2009, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora E.P.C.- matrícula nº 413453, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, porque teria, em tese, praticado as condutas abaixo relacionadas, fatos que imputam a pena de demissão e/ou advertência, prevista em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Faltas injustificadas com habitualidade	05, 06, 08	Arts. 160, III, do Estatuto do Servidor, Lei Municipal nº 2248/91
Entradas tardias ao trabalho	05,06, 08	Arts. 157, do Estatuto do Servidor, Lei Municipal nº 2248/91

Não manter bom relacionamento com os membros da equipe

05,06, 08

Arts. 146, V do Estatuto do Servidor, Lei Municipal nº 2248/91.

II. Designar os servidores Juliana Graciosa Pereira, Thaís Farias de Sousa, Karina da Silva Graciosa, Ilson Elias e William Ramos Moreira, sob a Presidência do primeiro, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 24 de outubro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Membro – Relator

RODRIGO JOÃO MACHADO
Procurador Geral

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2016 - Processo nº 354/2016 – Proc. Adm. 17707/2016. Fornecedor: AMAURI PEÇAS E VEÍCULOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO MOTOCICLETA, MODELO BIG TRAIL, BICILÍNDRICO, 4 TEMPOS, DOHC COM REFRIGERAÇÃO, DESTINADO A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 34.800,00 – trinta e quatro mil, oitocentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - Processo nº 046/2016 – Proc. Adm. 3379/2016. Fornecedor: ALTERNATIVA SECURITY COM. DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR VÍDEO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, NAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 11.837,00 – onze mil, oitocentos e trinta e sete reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2016 - Processo nº 324/2016 – Proc. Adm. 16895/2016. Fornecedor: CORINGA COM. E REPRES. DE EQUI. ELETRI. DE SEGURANÇA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS A DISTÂNCIA EM PROTOCOLO TCP/IP DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 130.999,92 – cento e trinta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 057/2016-02 – CC 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 057/2016-02 – CC 013/2015 - Processo 465/2015 – Proc. Adm. 22338/2016 – Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, EXECUÇÃO DE CONTENÇÕES, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NAS RUAS: ADELINO JOÃO VENTURA, ROMALINO CUNHA, ADELINO JOAQUIM DOS SANTOS, FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NO BAIRRO COLÔNIA SANTANA E AS RUAS: ESPÍRITO SANTO E VARIANTE DA RUA ESPÍRITO SANTO NO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 057/2016 por mais 180 (cento e oitenta) dias para os lotes I e IV; e por mais 150 (cento e cinquenta) dias para os lotes III e VI. DO VALOR valor do contrato não sofrerá reajuste, permanecendo em R\$ 3.555.887,73 (três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), conforme Deliberação nº 800/2016 do Grupo Gestor de Governo. Data da assinatura: 21 de outubro de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 286/2013-05 – CC 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 286/2013-05 – CC 003/2013 - Processo 205/2013 – Proc. Adm. 21268/2016 – Contratado: CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DAS RECLAMAÇÕES EMERGENCIAIS ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. DA PRORROGAÇÃO: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 286/2013 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 15/10/2016. DO VALOR: Mantém-se o valor originário do contrato de R\$ 364.520,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais), conforme Deliberação nº 765/2016 do Grupo Gestor de Governo. Data da assinatura: 13 de Outubro de 2016.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO/CT Nº 113/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Apostilamento ao Contrato/CT nº 113/2016 – Tomada de Preços 008/2016 – Processo 485/2016 – Proc. Adm. 12740/2016 – Contratado: MAURICIO SAVULSKI DE MATOS - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI SÃO JUDAS TADEU NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. Fundamento: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento ao Contrato nº 113/2016, cujo objetivo é a alteração do disposto na Cláusula Sétima – item 7.1 – das despesas e fontes de recurso, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente:

Unidade	Projeto/Atividade	Despesa	Elemento de Despesa
08.01	1.046	298	4.4.90.51.00.00.00

O registro desta indicação de dotação orçamentária é para inclusão da despesa referente ao recurso Salário – Educação nos Projetos/Atividades, indicados acima. Data da assinatura: 01 de novembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 021/2013 – PROCESSO Nº 059/2016 – PR 030/2013**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 021/2013 – PROCESSO Nº 059/2016 – PR 030/2013

CONTRATO Nº 021/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – SC

CONTRATADA: EMPRESA PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A

OBJETO: Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 021/2013, cujo objeto é a aquisição de licença de uso de sistema de compras eletrônicas via internet para otimizar a gestão dos processos de compras através da implementação de metodologias e tecnologias de informação, estando inclusos: a instalação treinamento, manutenção e suporte técnico para atender as necessidades da Câmara Municipal de São José. VALOR GLOBAL: R\$ 32.265,31 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavo)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS MES 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 126.2016 - Contrato Nº: 65.2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP
Valor : 1.827,02 (um mil oitocentos e vinte e sete reais e dois centavos)
Vigência : Início: 11/10/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO", devido a alterações necessárias na obra para adequação do projeto gl

Aditivo Nº : 127.2016 - Contrato Nº: 77.2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: NP WEIS SERVIÇOS
Vigência : Início: 17/10/2016 Término: 17/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 58/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE 4,8 KM DE ESTRADAS VICINAIS NA REGIÃO DO ASSENTAMENTO LAGEADO GRANDE E BARRA ESCONDIDA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos Provenientes do Convênio com o INCRA e Contrapartida do Município.

Contrato Nº...: 128.2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA
Valor : 252.323,75 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 31/10/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 111/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. COM SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, DRENAGEM PLUVIAL E PASSEIOS, em trechos da Rua Nereu Ramos, E PASSEIOS em trechos da Rua João Busatto, Cruz e Souza e Alcides Volkweis, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO Ministério das Cidades, Contrato nº1023648-70/2015.

EXTRATO HOMOLOGADOS MES 10

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/16
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/16
CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, NO DIA DA CRIANÇA. RECURSOS ORIUNDOS DA LEI MUNICIPAL N.4.067/2015.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.170,36 (três mil cento e setenta reais e trinta e seis centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/16
HOMOLOGAÇÃO: 07/10/16
CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, NO DIA DA CRIANÇA. RECURSOS ORIUNDOS DA LEI MUNICIPAL N.4.067/2015.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.838,60 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/16
HOMOLOGAÇÃO: 14/10/16
CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE FERRO, CAIXAS DE ÁGUA, PADRÃO DE ENERGIA, MACROMEDIDOR E QUADROS DE COMANDO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ASSENTAMENTO LAGEADO GRANDE/BARRA ESCONDIDA, INTERIOR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.540,00 (um mil quinhentos e quarenta reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/16
HOMOLOGAÇÃO: 14/10/16
CONTRATADO: ELETRICA RAO DE LUZ LTDA-ME.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE FERRO, CAIXAS DE ÁGUA, PADRÃO DE ENERGIA, MACROMEDIDOR E QUADROS DE COMANDO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ASSENTAMENTO LAGEADO GRANDE/BARRA ESCONDIDA, INTERIOR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta

reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/16
HOMOLOGAÇÃO: 14/10/16
CONTRATADO: INSTALADORA ELÉTRICA BLD LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE FERRO, CAIXAS DE
ÁGUA, PADRÃO DE ENERGIA, MACROMEDIDOR E QUADROS DE
COMANDO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ASSENTAMENTO LAGEADO
GRANDE/BARRA ESCONDIDA, INTERIOR DE SÃO JOSÉ DO
CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.340,00 (dezenove mil trezentos e
quarenta reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/16
CONTRATADO: MADE MOVEIS CEDRENSE LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS PARA MOBILIAR A
NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ
DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.690,00 (quatro mil seiscentos e noventa
reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/16
CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS PARA MOBILIAR A
NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ
DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e
cinquenta reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/16
CONTRATADO: SCAPIN & GOTTARDI LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS PARA MOBILIAR A
NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ
DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/16
CONTRATADO: EDERSON WARKEN-ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS PARA MOBILIAR A

NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ
DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.660,00 (dezoito mil seiscentos e
sessenta reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/16
CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS PARA MOBILIAR A
NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DO 1º GBM DE SÃO JOSÉ
DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/16
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/16
CONTRATADO: DEPEMEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS
EQUIPAMENTOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÕES DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAR O
CONCERTO/REFORMA DA BOMBA DE COMBATE CONTRA
INCÊNDIO, CAIXA DE TRANSFERÊNCIA E PARTE ELÉTRICA
OPERACIONAL DA VIATURA ABTR - 07 (PLACA MAQ-4331) DO 1º
GBM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.479,99 (vinte e quatro mil quatrocentos
e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/16
CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADM-
NISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.021,11 (três mil e vinte e um reais e
onze centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/16
CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO
CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADM-
NISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 244,93 (duzentos e quarenta e quatro
reais e noventa e três centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/10/16
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.450,00 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16
HOMOLOGAÇÃO: 18/10/16
CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.851,55 (três mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/16
HOMOLOGAÇÃO: 20/10/16
CONTRATADO: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA – EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO PARQUE INDUSTRIAL III DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 111/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/16
HOMOLOGAÇÃO: 31/10/16
CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. COM SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, DRENAGEM PLUVIAL E PASSEIOS, em trechos da Rua Nereu Ramos, E PASSEIOS em trechos da Rua João Busatto, Cruz e Souza e Alcides Volkweis, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. RECURSO PROVENIENTE DO Ministério das Cidades, Contrato nº1023648-70/2015.
VALOR DA DESPESA: R\$ 252.323,75 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 07/11/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.519, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.519, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 14 de novembro de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 14 de novembro de 2016, segunda-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 010/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 010/2016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.481, de 22 de setembro de 2016.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, CNPJ nº 14.855.804/0001-87.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização de evento que consiste no espetáculo de dança "A Bela Adormecida Ballet de Repertório", a ser promovido no período de 16 a 18 de novembro de 2016.

Valor: 18,70 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente à quantia de R\$ 1.930,96 (um mil, novecentos e trinta reais e noventa e seis centavos), conforme estabelecido no Decreto nº 5.512/2016.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até 11 de novembro de 2016.

Data de Assinatura: 03/11/2016.

Vigência: de 16/11/2016 a 21/11/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Vanessa Garbin Sanagiotto - pela Permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2016, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2016, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.482, de 22 de setembro de 2016.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Associação Atlética Veteranos de São Lourenço d'Oeste, CNPJ/MF nº 80.635.485/0001-29.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação ao(s) seguinte(s) espaço(s): copa, cozinha, praça de alimentação e Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti; em virtude da realização do Baile do Chopp, a ser promovido na data de 03 de dezembro de 2016.

Valor: 100 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente à quantia de R\$ 10.326,00 (dez mil, trezentos e vinte e seis reais), conforme estabelecido no Decreto nº 5.482/2016.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até 1º de dezembro de 2016.

Data de Assinatura: 04/11/2016.

Vigência: de 03/12/2016 a 05/11/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Valdair Ranzan - pela Permissionária.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 59.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 59/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Aquisição, transporte e instalação de um equipamento de ginástica (academia de rua) para ser instalada no Município de São Pedro de Alcântara, conforme especificações com a seguinte especificação mínima (Anexo I) do Edital:

DATA DE ABERTURA: 23/11/2016 às 09:00h com entrega dos envelopes e para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: assessoria gabinete@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 04/11/2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC Nº 006/2016

RESOLUÇÃO CMS/SPA/SC Nº 006/2016

Dispõe sobre a Aprovação da aquisição de veículos para atenção básica - 2016.

O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC nos termos da Lei Municipal nº 1.023/2015, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Aprovar a aquisição de dois veículos utilitários para a Atenção Básica,, conforme consta na Programação Anual, aprovada através da Resolução CMS/SPA/SC nº 003, de 29 de fevereiro, de 2016.

§ 1º Fica autorizado a compra de veículos, cada um automóvel até R\$100.000,00 (cem mil reais), valor unitário, utilizando o recurso do co-financiamento e se necessário recurso do bloco de atenção básica e próprio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

São Pedro de Alcântara, 31 de outubro de 2016.

Tamires Veber

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara/SC

Schroeder

PREFEITURA

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2016-PMS

PROCESSO Nº. 193/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a inclusão de observação no termo de referência, referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 111/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de luminárias LED para iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 111/2016-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de luminárias LED para iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
1	Luminária Integrada LED, com tecnologia driverless dotada de dispositivo de proteção contra surto, para instalação em vias públicas, com as seguintes características técnicas: Potência nominal 100W; Fluxo Luminoso do Led (Mínimo) 12.000 LM; Fluxo Luminoso Efetivo (Mínimo) 11.500 LM; Tecnologia do LED COB (Chip On Board) com tecnologia Driverless (não necessita de driver para seu funcionamento); Temperatura de Cor 5.500k; Tensão de Alimentação 180-260V~; Frequência 60Hz; Fator de Potência >0,96; Temperatura de Operação -40° a 60°C; IRC >0,80; Proteção contra surtos de até 6kV; Distorção Harmônica Total (THD) <1%; Grau de Proteção ≥ IP 66; Lentes/Ângulo de Irradiação Luminosa 152° x 85°; Vida útil do LED 50.000 horas; Garantia do produto 5 (cinco) anos	600	PEÇAS	1.002,00	601.200,00
VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA					601.200,00

*Todos os materiais fornecidos deverão estar em conformidade com a normativa E-313.0044 da CELESC.

Schroeder, 04 de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.722/2016, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº6.722/2016, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo da Estratégia Saúde da Família do Município de Schroeder para contratação de pessoal em caráter temporário (ACT), que será integrada pelos seguintes membros: Nádia Cristiane Hefter Tambosi – Diretora de Saúde, CPF nº022.876.719-94; Jeise Cristina Capelari Demathé – Coordenadora Geral da Atenção Básica, CPF nº039.180.639-41; Patrícia da Silva Senem – Enfermeira, CPF nº006.114.889-06; Camila Sartori Martins - Médica Plantonista, CPF nº064.326.519-80; e Cristiane de Lima Pacheco de Miranda Lima – Enfermeira, CPF nº034.711.779-14, para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariada pela terceira, preparar, executar e julgar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Estratégia de Saúde da Família do Município de Schroeder.

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão, poderá contratar pessoa ou órgão estranho ao Município de Schroeder, para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretária de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.723/2016, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº6.723/2016, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº002/2016-SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo nº002/2016-SECEL/PMS, integrada pelos seguintes membros: Eberton Vargas Trentin – Diretor Escolar, Amanda Risso dos Santos - Diretora Escolar, Rosania Hackbarth – Coordenadora Administrativa, Diogo Martins Vieira – Professor B – Educação Física e Geiziane Machado – Diretora Escolar, para sob a Presidência do primeiro, coordenação da segunda e sendo secretariado pela terceira, preparar, executar e julgar o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta do município de Schroeder.

Art.2º A Comissão do Processo Seletivo ora constituída atenderá às disposições legais em vigor, bem como tomará as providencias necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Processo seletivo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.699/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de novembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A73/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A73/2016 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 311/2015 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Décio Bogo, inscrito no CPF sob o nº. 481.349.109-04 e portador da carteira de Identidade nº. 2/R 488.752 SSI-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 311/2015-PMS, celebrado em 19 de outubro de 2015, proveniente do Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2015-PMS, Processo nº. 245/2015-PMS, para contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de vale transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, conforme parecer da Procuradoria Municipal e considerando a solicitação feita pela empresa VIAÇÃO CANARINHO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço.

Considerando o aumento na demanda de vale transporte para os servidores do Município de Schroeder na linha Jaraguá do Sul x Guaramirim e a solicitação de aditivo de 750 unidades de vale transporte no item 03 do referido contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivando a quantidade de 750 unidades de vale transporte no item 03 com valor de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) a unidade, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	QUANTIDADE LICITADA	QUANTIDADE ADITIVADA
03	Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder (Jaraguá do Sul x Guaramirim)	3,65	3000	750
R\$ TOTAL DA QUANTIDADE ADITIVADA				2.737,50

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 2.737,50 (dois mil reais setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 134.511,45 (cento e trinta e quatro mil quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 311/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

VIAÇÃO CANARINHO LTDA

Décio Bogo

CPF nº. 481.349.109-04

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

TERMO ADITIVO Nº. A74/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A74/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2016-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 2729, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68, portadora da carteira de identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 32/2016-PMS, celebrado em 06 de abril 2016, proveniente do Processo de licitação nº. 44/2016 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 23/2016–PMS, para contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme tele monitorado mediante sinais por linha telefônica, a serem realizados em Unidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado em todos os itens a quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 21.192,00 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPÉUZINHO VERMELHO, Rua 03 DE OUTUBRO, 261 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
02	CRECHE PROFESSORA CRISTIANE ZERBIN, Rua MARIO ZERBIN, 60 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1.092,00
03	E.M.E.F. SANTOS TOMASELLI, Rua CANDIDO TOMASELLI, 884 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1092,00
04	JARDIM DE INFANCIA ABELINHA FELIZ, Rua ERICH FROEHNER, 4013 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 06 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
05	ESCOLA MUNIC. CLARICE LANGE JACOBI, Rua RIO DE JANEIRO (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 11 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
06	ESCOLA MUNICIPAL EMILIO DA SILVA, RUA PAULO JAHN, 215 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	121,00	1.452,00
07	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, Rua ITROUPAVA AÇU (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 08 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	147,00	1.764,00
08	CRECHE MUNICIPAL GIRASSOL, Rua GUILHERME ZASTROW, 58 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00

09	ESCOLA MUNICIPAL SARITA BECK REZENDE, Rua DOM PEDRO, 820 (01 Central de alarme 748; 01 Teclado; 14 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	104,00	1.248,00
10	ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE, Rua MAL. CASTELO BRANCO, 8382 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
11	BIBLIOTECA MUNICIPAL CRUZ E SOUZA, Rua Paulo Jahn (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 05 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	80,00	960,00
12	CHECHE DE SCHROEDER I, Rua Guaramirim, nº 313 (01 Central de alarme SP 6000; 01 Teclado K32; 15 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	157,00	1.884,00
13	CHECHE PRIMEIROS PASSOS I, Rua Marguerita Tomaselli, nº 110 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 7 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1.092,00
14	ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES, Estrada Duas Mamas, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 8 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	104,00	1.248,00
15	ESCOLA MUNICIPAL LEONETE BAUER WALZ, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 6 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
16	ESCOLA MUNICIPAL VALI JORCK VOIGT, Rua Gustavo Streit, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 6 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
TOTAL R\$					21.192,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 21.192,00 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 37.086,00 (trinta e sete mil e oitenta e seis reais).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 32/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2016.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Cristiane Longhi Tortelli

CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome: Andreia Nass Friedemann

CPF nº. 003.769.879-60

2ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

DISPENSA 42/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 78/2016
Data: 04/11/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: ENDOTECH COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVIC
Endereço: R FELIPE NERI,406 - CONJUNTO 502
Cidade: Porto Alegre - RS
CNPJ: 03.704.024/0001-10

Código: 13277

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Equipamentos e materiais/insumos médicos para atender a ACIP nº 0900322-15.2016.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Botton de Gastrotomia Nic-Key 14Fr X 1 centímetro.	UN	1.100,00	1.100,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Criança/adolescente portadora de "síndrome com malformação congênita que acometem múltiplos sistemas(CID Q.87)".

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 4 de Novembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2016 - DL

Processo Nr.: 78/2016
Data: 04/11/2016

Folha: 2/2

04/11/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Novembro de 2016

Valor da Despesa:

1.100,00 (um mil e cem reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 43/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 43/2016 - DLCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 79/2016
Data: 04/11/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: NEOVITA COM. DE PROD. ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES L
Endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 353
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 04.506.043/0001-02

Código: 9630

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Prótese fornecido para paciente através da Ação Ordinária/PROC nº0302180-33.2016.8.24.0026, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Tala de propileno articulada no tornozelo com stop a 90º á esquerda.	UN	680,00	680,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Paciente portador de " Monoplegia do membro inferior, CID - 10:G83.1". Se faz necessário esta dispensa, pelo fato de ser uma nova ACIP.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 4 de Novembro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2016 - DL

Processo Nr.: 79/2016
Data: 04/11/2016

Folha: 2/2

04/11/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Novembro de 2016

Valor da Despesa: 680,00 (seiscentos e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 062/2016- PL 093/2016 - FORN. F. GIARETTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 093/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 046/2016

Pregão Presencial nº. 062/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Giaretta Pneus Ltda – ME, CNPJ nº. 82.708.660/0001-96, estabelecida na av. Paludo, nº. 996, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Doraci Francisco Giaretta, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 1.874.728, CPF nº. 592.394.259-34, residente e domiciliado na rua Pe. Anchieta, nº. 265, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de recapagens, vulcanização e conserto de pneus diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 240.500,00 (duzentos e quarenta mil e quinhentos reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Doraci Francisco Giaretta
Giaretta Pneus Ltda – ME
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 062/2016- PL 093/2016 - FORN. F. VACHILESKI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 093/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 046/2016

Pregão Presencial nº. 062/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa F. Vachileski & Cia Ltda, CNPJ nº. 93.388.031/0001-42, estabelecida na rua Dr. João Caruso, nº. 426, distrito Industrial, Erechim, RS, neste ato representada pelo Sr. Daniel Francisco Begnini, brasileiro, solteiro, RG nº. 3935874 SSP/SC, CPF nº. 009.925.219-80, residente e domiciliado na rua Leonidas Fávero, nº. 830, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de recapagens, vulcanização e conserto de pneus diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 197.799,86 (cento e noventa e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Daniel Francisco Begnini
F. Vachileski & Cia Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 062/2016- PL 093/2016 - FORN. FM PNEUS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 093/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 046/2016
Pregão Presencial nº. 062/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG nº 1.870.996, CPF nº 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa FM Pneus Ltda, CNPJ nº. 81.374.845/0001-49, estabelecida na av. Maravilha, nº. 833, Maravilha SC, neste ato representada pelo Sr. José Fernando Dalla Costa, brasileiro, casado, RG nº.7.316.599-7, CPF nº. 026.733.609-80, residente e domiciliado no Acesso Plínio Arlindo de Nez, 1951-D, bairro Belvedere, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de recapagens, vulcanização e conserto de pneus diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 171.469,56 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 062/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara Contratante

José Fernando Dalla Costa
FM Pneus Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1142

DECRETO Nº 1142, de 04 de novembro de 2016
Dispõe sobre o funcionamento das repartições municipais no dia 14 de novembro e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, art. 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas

municipais no dia 14 de novembro de 2016.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no art. 1º, os serviços emergenciais de saúde funcionarão junto ao plantão municipal no Hospital São Roque.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 04 de novembro de 2016
LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 04 de novembro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

PORTARIAS 546/2016 E 547/2016

Portaria nº. 546/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118, § 1º da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,
Designar, Ademir Verza, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Administração, para responder concomitantemente as atribuições da Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 04 de novembro de 2016, sem alterações no vencimento.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Seara – SC., 04 de novembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 04 de novembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 547/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art.123, da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras Providências, resolve,
Conceder, a servidora Marilene Andreolla Vani - matrícula 6901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor – 20h, Categoria Pós Lato Sensu, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 021/2003, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 07 de novembro a 06 de dezembro de 2016, referentes ao quinquênio de 01/04/2007 a 01/04/2012.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 04 de novembro de 2016.
Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 04 de novembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

ITENS P. P. Nº.062/2016- PL 093/2016 - FORN. F. VACHILESKI

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 93/2016 Licitação: 62/2016 - PR Data da Homologação: 04/11/2016 Fornecedor: 7509 - F. VACHILESKI & CIA LTDA									
Lote - 7									
20	37274	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.4 X 24, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 27,5 CM DE LARGURA DE BANDA, 3,4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 3 CM DE LARGURA DE GARRA (TRATOR AGRÍCOLA)	VIPAL	UN	20,000	0,0000	619,7700	12.395,40	Venceu
21	6544	CONSRTO DE PNEU 12.4 X 24	VIPAL	UN	30,000	0,0000	35,7600	1.072,80	Venceu
22	6534	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.4 X 24	VIPAL	UN	20,000	0,0000	206,5900	4.131,80	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			17.600,00	
Lote - 8									
23	83955	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 X 24, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 27,5 CM DE LARGURA DE BANDA, 3,4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 3 CM DE LARGURA DE GARRA (TRATOR AGRÍCOLA)	VIPAL	UN	12,000	0,0000	699,2481	8.390,98	Venceu
24	83954	CONSRTO DE PNEU 14.9 X 24	VIPAL	UN	15,000	0,0000	41,3534	620,30	Venceu
25	83956	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 X 24	VIPAL	UN	16,000	0,0000	218,0451	3.488,72	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			12.500,00	
Lote - 10									
29	37196	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 16.9 X 24, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 40 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,2 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 7,5 CM DE LARGURA DE GARRA (RETROSCAVADEIRA)	VIPAL	UN	20,000	0,0000	1721,7800	34.435,60	Venceu
30	12424	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 16.9 X 24	VIPAL	UN	30,000	0,0000	362,9700	10.889,10	Venceu
31	12419	CONSRTO DE PNEU 16.9 X 24	VIPAL	UN	40,000	0,0000	41,8800	1.675,20	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			46.999,90	
Lote - 11									
32	75278	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5 X 24, BORRACHUDO A QUENTE, COM NO MÍNIMO: 40 CM DE LARGURA DE BANDA, 3 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA (RETROSCAVADEIRA)	VIPAL	UN	30,000	0,0000	1415,0000	42.450,00	Venceu
33	75251	CONSRTO DE PNEU 19.5 X 24	VIPAL	UN	50,000	0,0000	71,8000	3.590,00	Venceu
34	75256	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5 X 24	VIPAL	UN	30,000	0,0000	362,0000	10.860,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			56.900,00	

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 93/2016 Licitação: 62/2016 - PR Data da Homologação: 04/11/2016									
Fornecedor: 7509 - F. VACHILESKI & CIA LTDA									
Lote - 12									
35	37263	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 30, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 43 CM DE LARGURA DE BANDA, TM 95, MD 39, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4.2 CM DE LARGURA DE GARRA (TRATOR AGRÍCOLA), DESENHO EM S	VIPAL	UN	20,000	0,0000	1197,2500	23.945,00	Venceu
36	683	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 30	VIPAL	UN	20,000	0,0000	360,0000	7.200,00	Venceu
37	6542	CONSRTO DE PNEU 18.4 X 30	VIPAL	UN	15,000	0,0000	57,0000	855,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->		55,000	32.000,00	
Lote - 13									
38	3395776	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4 X 34, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 43 CM DE LARGURA DE BANDA, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4 CM DE LARGURA DE GARRA (TRATOR AGRÍCOLA) DESENHO EM S	VIPAL	UN	12,000	0,0000	1170,0000	14.040,00	Venceu
39	75255	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 34	VIPAL	UN	20,000	0,0000	360,0000	7.200,00	Venceu
40	75252	CONSRTO DE PNEU 18.4 X 34	VIPAL	UN	25,000	0,0000	54,4000	1.360,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->		57,000	22.600,00	
Lote - 17									
48	3395780	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1 X 26	VIPAL	UN	4,000	0,0000	1684,1100	6.736,44	Venceu
49	3395781	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1X26	VIPAL	UN	6,000	0,0000	341,0000	2.046,00	Venceu
50	3395782	CONSRTO DE PNEU 23.1 X 26	VIPAL	UN	8,000	0,0000	52,1900	417,52	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->		18,000	9.199,96	
					Total do Fornecedor ----->		443,000	197.799,86	

Seara, 4 de Novembro de 2016.

ITENS P. P. Nº.062/2016- PL 093/2016 - FORN. FM PNEUS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descrta(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 93/2016 Licitação: 62/2016 - PR Data da Homologação: 04/11/2016 Fornecedor: 6141 - F.M. PNEUS LTDA</p>									
Lote - 5									
14	37276	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12 X 16.5, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 27 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,1 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4,1 CM DE LARGURA DE GARRA (RETROSCAVADEIRA DIANTEIRO)	VIPAL	UN	30,000	0,0000	650,7230	19.521,69	Venceu
15	6545	CONSRTO DE PNEU 12 X 16.5	VIPAL	UN	30,000	0,0000	44,3456	1.330,37	Venceu
16	6532	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 X 16.5	VIPAL	UN	30,000	0,0000	171,5981	5.147,94	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			26.000,00	
Lote - 6									
17	37233	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.5/80 X 18, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 29 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM PROFUNDIDADE DE SULCO (RETROSCAVADEIRA DIANTEIRO)	VIPAL	UN	30,000	0,0000	660,3000	19.809,00	Venceu
18	12418	CONSRTO DE PNEU 12.5/80 X 18	VIPAL	UN	30,000	0,0000	49,7500	1.492,50	Venceu
19	12425	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/80 X 18	VIPAL	UN	30,000	0,0000	189,9500	5.698,50	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			27.000,00	
Lote - 14									
41	37280	RECAPAGEM DE PNEU 700 X 16, LISO FRIO, COM NO MÍNIMO 10,5 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	VIPAL	UN	8,000	0,0000	246,2500	1.970,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			1.970,00	
Lote - 15									
42	71221	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGARTO	VIPAL	UN	40,000	0,0000	1631,3800	65.255,20	Venceu
43	88093	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGARTO	VIPAL	UN	40,000	0,0000	339,8700	13.594,80	Venceu
44	88094	CONSRTO DE PNEU 1400 X 24, BANDA LAGARTO	VIPAL	UN	80,000	0,0000	58,1200	4.649,60	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			83.499,60	
Lote - 16									
45	3395777	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5 X 25, BORRACHUDO A QUENTE, COM NO MÍNIMO: 40 CM DE LARGURA DE BANDA, 3 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA (RETROSCAVADEIRA)	VIPAL	UN	16,000	0,0000	1476,6600	23.626,56	Venceu
46	3395778	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5 X 25	VIPAL	UN	20,000	0,0000	398,9900	7.979,80	Venceu

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 93/2016			Licitação: 62/2016 - PR			Data da Homologação: 04/11/2016			
Fornecedor: 6141 - F.M. PNEUS LTDA									
Lote - 16									
47	3395779	CONCERTO PNEU 17.5 X 25	VIPAL	UN	20,000	0,0000	69,6800	1.393,60	Venceu
Total do Lote do Fornecedor ----->					56,000			32.999,96	
Total do Fornecedor ----->					404,000			171.469,56	

Seara, 4 de Novembro de 2016.

ITENS P. P. Nº.062/2016- PL 093/2016 - FORN. GIARETTA

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 93/2016 Licitação: 62/2016 - PR Data da Homologação: 04/11/2016 Fornecedor: 6043 - GIARETTA PNEUS LTDA - ME									
Lote - 1									
1	37281	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	60,000	0,0000	450,0000	27.000,00	Venceu
2	75250	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 22 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	80,000	0,0000	480,5000	38.440,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			65.440,00	
Lote - 2									
3	75258	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 20 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	60,000	0,0000	515,9923	30.959,54	Venceu
4	37289	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 17,5 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	30,000	0,0000	496,1464	14.884,39	Venceu
5	6543	CONSRTO DE PNEU 275/80R22.5	TIPLER	UN	60,000	0,0000	24,8073	1.488,44	Venceu
6	6533	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80R22.5	TIPLER	UN	60,000	0,0000	69,4605	4.167,63	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			51.500,00	
Lote - 3									
7	37283	RECAPAGEM DE PNEU 750 X 16, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 12,5 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	20,000	0,0000	307,5000	6.150,00	Venceu
8	6541	CONSRTO DE PNEU 750 X 16	TIPLER	UN	30,000	0,0000	20,0000	600,00	Venceu
9	1632	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 750 X 16	TIPLER	UN	15,000	0,0000	50,0000	750,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			7.500,00	
Lote - 4									
10	37284	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	30,000	0,0000	480,0000	14.400,00	Venceu
11	75257	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20, LISO FRIO, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	TIPLER	UN	12,000	0,0000	480,0000	5.760,00	Venceu
12	6538	CONSRTO DE PNEU 900 X 20	TIPLER	UN	30,000	0,0000	30,0000	900,00	Venceu
13	682	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900 X 20	TIPLER	UN	30,000	0,0000	100,0000	3.000,00	Venceu
					Total do Lote do Fornecedor ----->			24.060,00	
Lote - 9									
26	37193	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 34 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 9 CM DE LARGURA DE GARRA (PATROLA NORMAL)	TIPLER	UN	60,000	0,0000	1190,0000	71.400,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 93/2016		Licitação: 62/2016 - PR		Data da Homologação: 04/11/2016	
Fornecedor: 6043 - GIARETTA PNEUS LTDA - ME					
Lote - 9	27	681	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24	TIPLER	UN 60,000
	28	6535	CONSRTO DE PNEU 1400 X 24	TIPLER	UN 80,000
	Total do Lote do Fornecedor ----->			200,000	
Total do Fornecedor ----->			717,000		

Seara, 4 de Novembro de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 194/2016

DECRETO N.º 194/2016, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A EQUIPE DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município,

Considerando que um dos pilares da democracia é a alternância harmoniosa do Poder;

Considerando que a transição de governo recomenda a transferência de dados fundamentais para facilitar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de prefeito; e

Considerando a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos visando aos interesses da população municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito é facultado manifestar seu interesse na constituição de equipe de transição, observadas as disposições deste decreto.

Art. 2º A equipe de transição será integrada por membros que representem:

I – o candidato eleito para o cargo de Prefeito;

II - o Prefeito.

§ 1º A coordenação dos trabalhos da equipe de transição será exercida por um dos membros de que trata o inciso II deste artigo, conforme indicação do Prefeito.

§ 2º Os membros da equipe de transição serão designados pelo Prefeito, sendo os de que trata o inciso I deste artigo, mediante solicitação do Prefeito eleito.

§ 3º A equipe de transição poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

§ 4º A equipe de transição contará, ainda, com quadro constituído de:

I - profissionais e auxiliares indicados pelo responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe;

II - servidores que para esse fim vierem a ser designados pelo Secretário da Administração.

Art. 3º Compete à equipe de transição:

I - obter informações sobre:

- a) o funcionamento dos órgãos e entidades da administração municipal;
- b) as contas públicas;
- c) os programas e projetos do governo municipal;

II - elaborar os atos de competência do novo Prefeito, a serem editados imediatamente após sua posse.

§ 1º As informações a que se refere o inciso I deste artigo deverão ser disponibilizadas pelo responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe de transição.

§ 2º Para apoiar o desempenho de atividades específicas, a equipe de transição poderá contar com a participação de profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação.

Art. 4º As informações solicitadas pela equipe de transição deverão ser fornecidas, em tempo hábil e com a necessária precisão, pelas Secretarias do Município, Procuradoria Jurídica e demais órgãos da administração municipal.

Parágrafo único – Os dirigentes dos órgãos e entidades de que trata este artigo deverão acompanhar o atendimento das solicitações formuladas e oferecer à equipe de transição todo o apoio necessário ao desempenho de seus trabalhos.

Art. 5º A Secretaria de Administração, quando solicitada, colocará à disposição dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito:

I – locais considerados próprios para as atividades da equipe de transição;

II - a infraestrutura e o apoio técnico-administrativo necessários ao pleno desempenho de suas atividades no período de transição governamental.

Art. 6º As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 7º O Secretário de Administração poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta (SC), 04 de novembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS DE OUTUBRO 2016- FMSA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA

Relatório das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DENTAL OESTE EIRELI EPP	KIT MOLDEIRAS DE INOX PERFURADAS ESTERELIZÁVEIS TAMANHOS P/ SUPERIOR E INFERIOR 1, 2, 3, 4 E 5.		2,000	208,0000	416,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DE FLUOR, TAMANHO MÉDIO, COR: AZUL. Pacote com 100und.		1,000	39,1000	39,10
DENTAL OESTE EIRELI EPP	MOTOR DE BANCADA ELÉTRICO COM REGULAGEM DE VELOCIDADE, COM CONTROLE DE GIRO DA FRESA, COM PEDAL PARA ATIVAÇÃO, E, COM BOTÃO PARA ATIVAÇÃO. COR: AZUL.		1,000	859,2000	859,20
DENTAL OESTE EIRELI EPP	PASTA DE POLIMENTO RESINA COMPOSTA 2GR		10,000	21,3000	213,00
DENTAL SHOW-COM. DE PRODUTOS ODONT. E F	ALGINATO SILICONIZADO COR LILÁS COM ALTA ESTABILIDADE DIMENSIONAL		100,000	37,8000	3,780,00
DENTAL SHOW-COM. DE PRODUTOS ODONT. E F	FRESA TUNGSTÊNIO CRUZADO MÉDIO 1251		2,000	51,2900	102,58
DENTAL SHOW-COM. DE PRODUTOS ODONT. E F	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DE FLUOR, TAMANHO GRANDE, COR: AZUL. Pacote com 100und.		1,000	52,5000	52,50
POSSATO & POSSATO LTDA ME	AMALGAMA DE 2 PORÇÕES LIGA DE LIMALHA ESFÉRICA		200,000	2,1900	438,00
POSSATO & POSSATO LTDA ME	BABEIRO PLÁSTICO PARA (PACIENTE) NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO		10,000	10,6900	106,90
POSSATO & POSSATO LTDA ME	BROCA 1016 HASTE CURTA (CAIXA COM 10 UNIDADES)		10,000	43,4000	434,00
POSSATO & POSSATO LTDA ME	FRESA TUNGSTÊNIO CRUZADO GROSSO 0251		2,000	51,2000	102,40
POSSATO & POSSATO LTDA ME	PORTA AGULHA CASTROVEIRO ESTERELIZÁVEL COM PONTA DE VÍDEA		5,000	166,0000	830,00
POSSATO & POSSATO LTDA ME	SUGADORES DESCARTÁVEIS COLORIDOS, (PACOTE COM 40 UNIDADES)		50,000	4,7000	235,00
Total Geral do Mês →					7.608,68

RELAÇÃO DE COMPRAS OUTUBRO 2016- PMSA

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SOLDA MIG COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS CAMINHÕES.		4,000	2,5000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SOLDA MIG COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS CAMINHÕES.		31,000	2,5000	77,50
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SOLDA MIG COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA PESADA.		167,000	2,5000	417,50
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA AS MÁQUINAS AGRÍCOLAS, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM EM GERAL.		1,000	78,0000	78,00
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS DA LINHA PESADA I, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		2,040	112,8000	230,11
	(CARREGADEIRA KOMATSU WA 200) (RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD 406) (RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E) (RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110) (ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA 15)				
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS DA LINHA PESADA I, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		1,000	112,8000	112,80
	(CARREGADEIRA KOMATSU WA 200) (RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD 406) (RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E) (RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110) (ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA 15)				
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS CAMINHÕES, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		0,300	115,0000	34,50
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS CAMINHÕES, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		0,200	115,0000	23,00
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA PESADA II, COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		2,000	115,0000	230,00
	(MOTONIVELADORA CASE 845 B/ MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/ ESCAVADEIRA PC 130/ ROLO COMPACTADOR SEM 8218/ TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D 51 E)				
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA MIG COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA AS MÁQUINAS PESADAS II.		25,000	2,5000	62,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO SCANNER (POR VEÍCULO) COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA LEVE/PASSEIO.		1,000	57,0000	57,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA LEVE/PASSEIO COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA, PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		2,250	69,0000	155,25

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA LEVE/PASSEIO COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA, PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		0,440	69,0000	30,36
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA LEVE/PASSEIO COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA, PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		2,000	69,0000	138,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA MÉDIA COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		11,500	80,0000	920,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA MÉDIA COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		3,500	80,0000	280,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA MÉDIA COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS REPAROS, MONTAGEM E DESMONTAGEM E REGULAGENS EM GERAL.		10,940	80,0000	875,20
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA LEVE/PASSEIO.		2,500	69,0000	172,50
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS COM MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA MÉDIA.		1,000	69,0000	69,00
Total Geral do Mês ->					3.973,22

Sombrio

PREFEITURA

PORT. 216/2016

PORTARIA Nº 216 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/11/2016, a Senhora DALVA ENI DABOIT, matrícula nº 1080, admitida através da Portaria 165 de 17 de março de 1994, para o Cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Fica revogada a portaria 165 de 17 de março de 1994 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 217/2016

PORTARIA Nº 217 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/11/2016, a Senhora MARLENE CARDOSO NICHELI, matrícula nº 2784, admitida através da Portaria 177 de 09 de agosto de 2002, para o Cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Fica revogada a portaria 177 de 09 de agosto de 2002 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de novembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 230/2016

DECRETO N° 0230/2016 DE 04/11/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 16.250,00 (Dezesesseis mil duzentos e cinquenta reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

06.04.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(223)	0.3.89.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3089)	R\$ 16.250,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 16.250,00 (Dezesesseis mil duzentos e cinquenta reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto n° 032/2016.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de novembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPE 02 (PROPOSTA DE PREÇOS)

TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2016 - PMT

Às oito horas, do terceiro dia, do mês de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, o Engenheiro Civil da Prefeitura de Timbó, Sr. Felipe Ramos dos Santos, e representando a empresa ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP, o Sr. Anderson José Barcellos, para abertura do ENVELOPE 02 (Proposta de Preços), no processo licitatório Tomada de Preços nº 65/2016 – PMT, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Em prosseguimento, passou-se à abertura dos envelopes de Proposta de Preços, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Da abertura dos envelopes, as Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas: ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP, ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, QUARK ENGENHARIA LTDA e RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, foram as seguintes:

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA (R\$)
ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP	95.484,68
ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA	117.795,70
RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP	123.977,22
QUARK ENGENHARIA LTDA	136.981,50

Na sequência o Engenheiro Civil presente, procedeu a análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes e verificou-se que as empresas: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, QUARK ENGENHARIA LTDA e RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP não apresentaram erro na proposta e atenderam as exigências do edital, porém a empresa ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP: apresentou erros na proposta, não apresentou valor de um item (4.26 conector sapata para conexão de cabo de cobre) e o valor final ficou inferior a 70% do valor orçado para a execução deste objeto (item 8.6 do edital), conforme parecer técnico e nova planilha de conferência, não atendendo desta forma as exigências do edital.

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela desclassificação da proposta da empresa ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP e classificação das propostas das empresas: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP e QUARK ENGENHARIA LTDA, como segue:

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA (R\$)
ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA	117.795,70
RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP	123.977,22
QUARK ENGENHARIA LTDA	136.981,50

No entanto, verifica-se que ocorreu um empate ficto entre as empresas ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA e RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, conforme art.44, § 1º, da LC 123/2006, ou seja, situações em que as propostas apresentadas pela ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, em caso de empresa comum. Nesse sentido, destacamos o exposto no art. 45, inc. I da Lei Complementar nº. 123/2006:

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

(...)

Desta forma, fica a empresa RED ENERGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP intimada do inteiro teor desta ata de abertura e julgamento de proposta para, querendo apresentar nova proposta nos termos do art. 45, inc. I da Lei nº. 8.666/1993 (proposta de preço inferior àquela mais bem classificada), no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

No mesmo prazo (05 dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios), fica a empresa ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA-EPP intimada do inteiro teor desta ata de abertura e julgamento de proposta para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e assinada pela Comissão de Licitações, bem como pelo engenheiro presente, sendo que o representante legal Sr. Anderson José Barcellos se retirou antes da conclusão da Ata.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

Felipe Ramos dos Santos

Engenheiro Civil

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 26 2016 FCT - COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA PARA O EVENTO NATAL MAIS ENCANTADO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016 FCT

OBJETO: contratação de pessoa(s) jurídica(s) para comercialização de alimentação e bebida objetivando a composição da Praça de Alimentação do evento Natal Mais Encantado 2016, que acontecerá no período de 19 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos,

utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 11h00min do dia 21 de novembro de 2016. ABERTURA: dia 21 de novembro de 2016 às 11h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 04 de novembro de 2016
JARBAS DALLABRIDA
Diretor Presidente FCT, em exercício

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 93 2016 PMT - CONTRATAÇÃO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016 PMT

OBJETO: contratação de instituição financeira para prestar, com exclusividade, serviços e operações bancárias de depósito dos valores da folha de salário/pagamento dos Servidores ativos, inativos, Pensionistas, Estatutários, Celetistas e Contratados da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, tudo de conformidade com os procedimentos operacionais da folha de pagamento (repetição total Pregão Presencial 67/2016, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 21 de novembro de 2016. ABERTURA: dia 21 de novembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 07/11/2016
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 17 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 SAMAE

OBJETO: registro de preço destinado à aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 22 de novembro de 2016. ABERTURA: dia 22 de novembro de 2016 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 04 de novembro de 2016
CARLA T. R. GEISLER
Diretora Presidente SAMAE

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 105 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO
Nº 105 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "RUI WONG", situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado direito do imóvel, 110,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pomeranos, com a área de 4.185,15m² (Quatro mil, cento e oitenta e cinco metros e quinze décimos quadrados), processo D-011/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RUI WONG, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.711, datado de 03 de junho de 2015 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rodrigo Penteadado do Prado, Técnico Geomensor, CREA/SC 091.864-3, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.211, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.007.1001.001, constituído de 02 (dois) lotes.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 1 de novembro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 83 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante BRUNEL DISTRIB. BRINQUEDOS LTDA ME, CNPJ nº 74.121.559/0001-06 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 14/11/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 04 de novembro de 2016.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 2016.162 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/162
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.
CONTRATADO: A.G da Gama Lopes - ME.
OBJETO: Execução dos serviços de recuperação, criação, confecção, instalação e montagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais, a serem utilizadas como decoração de natal durante o período de 19 de novembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017, correspondente aos itens abaixo, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 19/2016,
VALOR: R\$ 51.810,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e dez reais)
DATA DA ASSINATURA: 01/11/2016.
JARBAS DALLABRIDA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO Nº 2016.151 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/151 FUMTRAN
CONCEDENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito
CONCESSIONÁRIA: Expresso Presidente Getúlio Ltda.
OBJETO: Concessão Remunerada de Uso, pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da área total de 29,82m² (vinte e nove metros quadrados e oitenta e dois centímetros quadrados) no total, correspondente a quatro salas com área máxima de 7,59m² (sete metros quadrados e cinquenta e nove centímetros quadrados), situadas no Terminal Rodoviário de Passageiros Helmuth Hasse, Rua Max Lowen, nº 84, Bairro Araponguinhas, cidade de Timbó/SC. VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.
PRAZO: 60 (sessenta) meses, tendo início na data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 03/10/2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO CONTRATO Nº 2016.161 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/161
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional
CONTRATADO: Marcelo Gustavo da Silva Costa.
OBJETO: Confecção, pelo CONTRATADO, de 23 (vinte e três) obras de arte no tamanho 30x42 (A3), confeccionadas através da técnica de lápis sobre o papel, tudo de conformidade com a proposta comercial. O objeto abrange a execução, pelo CONTRATADO de todos os serviços, atos, procedimentos, atividades e fornecimentos necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento, bem como das demais atribuições e responsabilidades deste instrumento, tudo de acordo com as condições estabelecidas pelo MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais)
PRAZO: 31/12/2016, tendo início na data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 03/10/2016.

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN
Secretária de Articulação Política e Institucional

EXTRATO INEXIGIBILIDADE N.º 16 2016 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16-2016
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.
VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

Timbó, 07 de Novembro de 2016
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123.2015 - CANTU

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2015
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda.
OBJETO: Acréscimo de 04 unidades ao item 32 (pneu 185/65 R15 Radial).
DATA DA ASSINATURA: 27/10/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 05.2016 CIRÚRGICA SANTA CRUZ

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 05/2016
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO: Cirúrgica Santa Cruz Com. De produtos Hospitalares Ltda
OBJETO: Equilíbrio Econômico Financeiro do Item 193 (Prednisona 05 mg) que fica passando a ser R\$ 0,0965.
DATA DA ASSINATURA: 17/10/2016

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.113 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/113

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: Supressão de R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos) ao valor constante da cláusula terceira do contrato administrativo.

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

LEI Nº 2848, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

LEI Nº 2848, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 454.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

02.01.004.122.0010.1007.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.1007.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.1007.	FROTA DE VEICULOS DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.148,16
	TOTAL	5.148,16
03.01.004.122.0015.1013.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.1013.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.1013.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.666,00
	TOTAL	13.666,00
06.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	46.000,00
	TOTAL	46.000,00
06.02.011.334.0032.1033.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.1033.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.1033.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O TRABALHO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
06.03.020.606.0034.1037.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1037.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1037.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
06.03.020.606.0034.1039.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1039.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1039.	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	17.000,00
	TOTAL	17.000,00
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
06.02.011.334.0032.2066.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	16.000,00
339100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	18.000,00
07.01.015.121.0040.1049.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.1049.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.1049.	IMOVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO PMT	339.814,16

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	114.185,84
	TOTAL	114.185,84
	TOTAL GERAL ANULAÇÕES	454.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 454.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de

26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	339.814,16
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	114.185,84
	TOTAL	454.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 86 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2016 - PMT

A Secretária de Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve, a bem do serviço público, REVOGAR os itens 35, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 93 e 94 do Pregão Presencial n.º 86/2016, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

MOTIVO: diante da necessidade de correção da unidade de medida dos itens.

TIMBO (SC), 04/11/2016
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 196, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 196, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Ana Carolina Jurk Tomelin.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR ANA CAROLINA JURK TOMELIN, ocupante do cargo de Secretária de Escola, Referência Salarial GA-52, matrícula nº 15270-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00061/16-0, expedida em 30/09/2016, computando-se 3475 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco) dias, ou seja, 9 (nove) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias, conforme processo TIMBOPREV 62/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 197, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 197, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Miryam Ruprecht Pacher.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR MIRYAM RUPRECHT PACHER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial D-39, matrícula nº 20362-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00057/16-2, expedida em 16/09/2016, computando-se 3556 (três mil, quinhentos e cinquenta e seis) dias, ou seja, 9 (nove) anos, 9 (nove) meses e 1 (um) dia, conforme processo TIMBOPREV 64/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 198, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 198, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga a Portaria TIMBOPREV Nº 187, de 22 de setembro de 2016, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Maria Aparecida Ferreira Schiochet.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e,

Considerando o requerimento de Desaverbação de Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, intentada pela Servidora Pública Municipal Maria Aparecida Ferreira Schiochet,

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR a Portaria TIMBOPREV Nº 187, de 22 de setembro de 2016, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Maria Aparecida Ferreira Schiochet, conforme Processo TIMBOPREV 52/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 33/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 33/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 33/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA REUNIOES, CAPACITAÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h. do dia 22 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de novembro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 65/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 65/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 65/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS PARA REUNIÕES, CAPACITAÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES LIGADAS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 22 de outubro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de novembro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.683.308/0001-68, estabelecida na Rua Egidio Ferronato, 161, centro, no Município de Caibí/SC neste ato representado por Jaison Cadoná, representante legal portadora do RG n.º 3.583.202 e do CPF n. º 062.281.639-06.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
7	Tubo de concreto de 100 x 100 (com ferragem)	100	un	299,50	29.950,00
					29.950,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor

registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC,. 23 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

CAIBÍ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME
FORNECEDOR REGISTRADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS referente serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No dia 01 do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de serviço de bombeamento de concreto armado, e demais Materiais de Construção constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37 , com sede na Linha São Lourenço, interior do município de IPORÃ DO OESTE /SC telefone 49 3634-1302, referente os itens abaixo.

Item	Qtade	unid	Especificação do item	Valor Unit	Valor Total
42	30	M³	Brita nº1 MARCA JANTSCH	84,00	2.520,00
43	15	M³	Pedrisco MARCA JANTSCH	84,00	1.260,00
44	15	M³	Pó de brita MARCA JANTSCH	84,00	1.260,00
94	15	SER	Serviço com bombeamento pra concreto usinado. Jantsch	300,00	4.500,00
			Total geral		9.540,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 01 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH LTDA,

Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Massa asfáltica, destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No dia 01 do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente aquisição de Massa asfáltica e Emulsão asfáltica RR-1C e , observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de Massa asfáltica e Emulsão asfáltica RR-1C , constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Gaia Rodovias Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777/0001-24, estabelecida na Rodovia BR-282-Km 607,s/nº Bairro Industrial, Município de Maravilha/SC referente os seguintes itens abaixo:

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit.	Preço Total
89	100	t	Massa asfáltica (faixa "C"DNIT) MARCA GAIA	245,00	24.500,00
90	30	l	Emulsão asfáltica RR-1C MARCA GAIA	3,50	105,00
			TOTAL GERAL		24.605,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 01 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Gaia Rodovias Ltda
Fornecedor registrado**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016
REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS EM CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ANEXO I do presente processo licitatório.

Aos 05 dias do mês de abril de 2016, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 58/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 10/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado no MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos SERVIÇOS constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Caaro,190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante REGISTRADO.

Item	Quantidade	Unid.	Preço unit.R\$	Preço Total R\$	Especificação
1	100,00	HRS	75,00	7.500,00	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPARAÇÃO DO AR CONDICONADO, PARTE ELÉTRICA, INJEÇÃO ELETRONICA CUMMON, RAIL, ARREFECIMENTO, MOTORES, DIFERENCIAIS E CAIXA, NOS CAMINHÕES CONFORME SEGUE ABAIXO DESCRIÇÃO.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Especificação
2	150,00	HRS	79,00	11.850,00	HORAS DE MAO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPARAÇÃO DO AR CONDICONADO, PARTE ELÉTRICA, INJEÇÃO ELETRONICA CUMMON, RAIL, ARREFECIMENTO, MOTORES, DIFERENCIAIS E CAIXA, NAS MÁQUINAS PESADAS CONFORME SEGUE ABAIXO DESCRIÇÃO.

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 10/2016.

2.2 - O compromisso de execução só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 37/2016, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO E FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

6.1.1 O Translado das máquinas pesas e caminhões até a oficina do fornecedor registrado, será por conta do licitante vencedor.

6.2 - O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2016.

6.3 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor

Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos serviços fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar, vícios, defeitos ou incorreções.

6.8 – O licitante vencedor dos serviços mecânicos deverá apresentar ao MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS lista das peças e materiais com seus respectivos preços que deverão ser substituídas para executar os serviços, cujo deverá ser previamente autorizado pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 58/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n. 44/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 17/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 05 de abril de 2016.

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME
FORNECEDOR REGISTRADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016
 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de maio de 2016, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – GL Lismotor Retífica de Motores EIRELI EPP, estabelecida na Avenida Luiz Antonio Faedo, 1800, centro, no Município de Francisco Beltrão PR, CEP 85.601.270, devidamente inscrito no CNPJ n.95.377.990/0001-98, considerado REGISTRADO.

Lote I

FIAT/DOBLO HLX 1.8 FLEX ANO 2008/2008 PLACA MDX8124 CHASSI 9BD11920581051377 7 PASSAGEIROS

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	02	Cilindros de roda MARCA CONTROIL	31,0759	62,15
02	Unid	01	Jogo sapata de freio MARCA FRAS LE	55,9366	55,94
03	Unid	03	Jogos de pastilha de freio MARCA FRAS LE	55,9366	167,81
04	Unid	01	Escape traseiro MARCA SICAP	55,9366	55,94
05	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	55,9366	111,87
06	Unid	01	Correia dentada MARCA DAYCO	24,86	24,86
07	Unid	01	Tensor da correia dentada MARCA DAYCO	55,9366	55,94
08	Unid	02	Terminais de direção MARCA DRIVEWAY	43,5062	87,01
09	Unid	02	Pivôs de suspensão MARCA DRIVEWAY	31,0759	62,15
10	Unid	02	Filtros de ar MARCA TECFIL	43,5062	87,01
11	Unid	10	Filtros de óleo MARCA TECFIL	5,5937	55,94
12	Unid	04	Filtros de ar condicionado MARCA TECFIL	9,3228	37,29
13	Unid	04	Filtros de combustível MARCA TECFIL	5,5937	22,37
14	Unid	01	Junta homocinetica MARCA IMA	124,3035	124,30
15	Unid	01	Cubo de roda MARCA IMA	55,9366	55,94
16	Unid	01	Rolamento de roda dianteiro MARCA FAG	94,4706	94,47
17	Jogo	03	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	31,0759	93,23
18	Lt	45	Litros de óleo 5w30 MARCA VALVOLINE	15,5379	699,21
19	Unid	02	Guia de porta superior MARCA UNIVERSAL	93,2276	186,46
20	Unid	02	Guia de porta central MARCA UNIVERSAL	111,8731	223,75
21	Unid	02	Guia de porta inferior MARCA UNIVERSAL	180,24	360,48
22	Jogo	01	Jogo cabos de vela MARCA BOSCH	67,1239	67,12
23	Unid	12	Velas de ignição MARCA BOSCH	6,2152	74,58
24	Unid	01	Mangueira arrefecimento MARCA JAMAICA	34,1835	34,18
			Total do lote I		2.900,00

LOTE IV
RENAULT/LOGAN 1.0 16V ANO: 2007/2008 PLACA:MFW-3318 5 PASSAGEIROS CHASSI 93YLSRORHBJ950928

Item	Unid	Quat	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Correia dentada MARCA DAYCO	45,61	45,61
02	Unid	02	Pivos de suspensão MARCA DRIVEWAY	45,61	91,22
03	Unid	04	Filtros de ar MARCA TECFIL	17,1038	68,42
04	Unid	04	Filtros de óleo MARCA FECFIL	11,4025	45,61
05	Jogo	01	Jogo sapata de freio MARCA FRAS LE	51,3113	51,31
06	Unid	01	Rolamento de roda dianteiro MARCA FAG	85,5188	85,52
07	Unid	01	Rolamento de roda traseiro MARCA FAG	51,3113	51,31
08	Unid	01	Escape intermediário MARCA SICAP	45,61	45,61
09	Unid	01	Escape traseiro MARCA SICAP	44,4698	44,47
10	Jogo	02	Jogos de palhetas MARCA DYNA	22,805	45,61
11	Lt	16	Óleo 10w40 MARCA LUBRAX	8,5519	136,83
12	Jogo	03	Jogos pastilhas de freio MARCA FRAS LE	51,3113	153,93
13	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	67,2748	134,55
			Total geral do Lote IV		1.000,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 13 de maio de 2016.

Bruno José Heberle
GESTOR DO FUNDO

GL Lismotor Retifica de Motores EIRELI EPP
Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016
ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP, estabelecida na ROD. BR 282, no Município de Maravilha/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 01.704.0749/0001-02, telefone de contato (49) 3646-0203.

Item	Qtade	Unid	Lote VIII Especificação das peças para garagem	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
01	15	unid	Dentais Centrais MARCA GTLF	52,4622	786,93
02	5	unid	Dentais Laterais L.E MARCA GTLF	94,0674	470,34
03	5	unid	Dentais Laterais L.D MARCA GTLF	94,0674	470,34
04	60	unid	Parafusos lamina ¾ x3.3/4 MARCA FEY	4,4104	264,62
05	60	unid	Porca Lamina 10.9 ¾ MARCA FEY	1,7962	107,77
			Total do Lote VIII		2.100,00

ITEM	QTADE	UNID	Lote XV Peças para Conserto da Motoniveladora 120 B Caterpillar Especificação das peças	Valor Unit	Valor Total
01	01	unid	Rolamento cone código 2D9457	259,5546	259,55
02	01	unid	Rolamento Capa código 4F2041	153,0932	153,09
03	01	unid	Retentor 7B0368	62,909	62,91
04	03	unid	Anel 6B4841	2,6395	7,92
05	01	jogo	Jogo correia 7M0185	121,4188	121,42
06	01	unid	Anel 5H4081	5,2791	5,28
07	01	unid	ANEL 1M9015	12,3178	12,32
08	01	unid	Anel 4D6695	9,6783	9,68
09	01	unid	Junta 5D0043	14,0775	14,08
10	02	unid	Cone Rolamento 4B9373	301,7872	603,57
11	02	unid	Capa Rolamento 4B9374	175,0894	350,18
			Total do Lote XV		1.600,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado
MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n. 0039.595.539-45.

			Lote X Peugeot /Partner ano 2009/2009 2 passageiros chassi 8AE5C-N6A99G5163040		
Item	Qtade	Unid	Especificação do Item	Valor Unit	Valor Total
01	01	unid	Biela Estabilizador MARCA AXIOS	38,82	38,82
02	01	unid	Badeja L. Esquerdo MARCA AXIOS	350,6342	350,63
03	01	unid	Junta Homocinética L. Esquerdo MARCA DANA	190,5536	190,55
			Total do Lote X		580,00

			Lote XI Camionete com abertura modelo I/Hafei Ruiyi Pickup L, ano de 2011/2011 Laca MIC 4593, Chassi LKHNC1BGXBAT05063		
Item	Qtade	Unid	Especificação do Item	Valor Unit	Valor Total
01	12	Unid	Buchas feixe de mola MARCA AXIOS	24,70	296,40
02	1	Unid	Cruzeta cardan MARCA ZM	155,00	155,00
03	1	Unid	Terminal direção esquerda MARCA DRIVEWAY	99,50	99,50
04	2	Unid	Bucha estabilizador MARCA AXIOS	15,50	31,00
05	2	Unid	Bielas suspensão MARCA AXIOS	64,00	128,00
06	1	kit	Kit batente amortecedor DT MARCA SAMPEL	185,00	185,00
07	1	Unid	Lâmpada 2polo 12v MARCA OSRAM	5,00	5,00
08	1	Unid	Filtro combustível MARCA TECFIL	55,00	55,00
09	1	Unid	Fechadura Porta TS MARCA JBC	479,50	479,50
10	1	Unid	Batente Porta TS MARCA JBC	48,00	48,00
11	1	Unid	Fechadura Posta Lateral L.D MARCA JBC	88,00	88,00
12	1	Unid	Maçaneta externa L.D MARCA JBC	64,00	64,00
13	1	Unid	Silencioso Interm. MARCA MASTRA	147,00	147,00
14	1	Unid	Silencioso final MARCA MASTRA	174,50	174,50
15	1	Unid	Filtro AR MARCA TECFIL	35,50	35,50

		Total geral do Lote XI	1.991,40
--	--	------------------------	----------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e

certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis SC., 13 de Maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME

Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS, destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE PLACAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE PLACAS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa Julcimar Gaboardi, estabelecida na Rua General Daltro Filho, 1330, Centro, no Município de Campinas do Sul/Rio Grande do Sul, CEP 99660-000, inscrita no CNPJ sob o número 08.834..989.0001-40, neste ato representado pelo Sr. JULCIMAR GABOARDI, considerado Registrado nos seguintes itens conforme segue abaixo:

10	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: "Lombada" A-18 instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	30	96,00	2.880,00
----	---	-----	----	-------	----------

12	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: PARE instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	15	110,00	1.650,00
	Total geral				4.530,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro

preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Julcimar Gaboardi

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 24/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 24/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor-Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108, neste ato representado pelo Sr. Canisio Thomas-sócio administrador.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Óleo Hidráulico 68 de companhia, balde 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO	Bal	50,00	189,45	9.472,50
2	Óleo Hidráulico 15 x 40 para motor diesel alta viscosidade, balde com 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO	Bal	60,00	195,00	11.700,00

3	Óleo lubrificante 10w40 SM semi sintético 1 litro.Marca: TEXACO	litro	48,00	25,00	1.200,00
4	Óleo lubrificante 5W30 SM sintético 1 litro.Marca: TEXACO	litro	48,00	21,00	1.008,00
5	Tambor de graxa MGL 12 com 170 Kg.Marca PETROBRAS	Tb	1,00	2.117,00	2.117,00
6	Óleo Arla 32, acondicionado em tambor de 200 litros. Marca PETROBRAS	Tb	2,00	450,00	900,00
	Total geral				26.397,50

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 24/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 18/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 A entrega dos óleos lubrificantes deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os óleos lubrificantes deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 e julho, Centro no Município de Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 24/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Sc., 19 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Canisio Thomas-sócio administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação através de Registro de Preço a seleção de propostas, visando a “Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal”.

Aos 12 dias do mês de agosto de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal constantes do Anexo I do edital licitatório n. 117/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – AR PNEUS LTDA ME , estabelecida na Rua Waldemar Rangrab,4101 Trevo, no município de São Miguel do Oeste/SC, devidamente inscrita no CNPJ 09.243.567/0001-63, fone (49) 36322 6945, neste ato representado pelo Sr. Roberto Carlos Casaril, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
9	Recapagem Pneu dianteiro 12.5x8x18	UN	8	599,00	4.792,00
10	Recapagem Pneu traseiro 19.5x24	UN	4	1.518,00	6.072,00
11	Recapagem pneu 16.9x28	UN	4	1.435,00	5.740,00
12	Vulcanização 12.5x8x18	UN	6	192,00	1.152,00
13	Vulcanização 19.5x24	UN	6	392,00	2.352,00
14	Vulcanização 16.9x28	UN	4	390,00	1.560,00

Total	21.668,00
-------	-----------

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 117/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 90/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os pneus deverão ser retirados em 24 horas após a notificação através da Ordem de serviço que será emitida pelo Setor de Compras e Licitações pela empresa vencedora (s), junto a Garagem da Prefeitura Municipal de Tunápolis, sito a Rua 25 de Julho, sendo que a entrega deverá ser realizada neste mesmo local, num prazo máximo de 48 horas, cabendo o ônus a mesma (s).

6.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus recapados, objeto desta Licitação, o mesmo será devidamente inspecionado pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.4 – Na hipótese da não aceitação da recapagem realizada no pneu, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATÉ 8 DIAS APÓS O RECEBIMENTO dos pneus recapados/vulcanizados e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 19 de agosto de 2016

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

AR PNEUS LTDA ME

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2016.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço máximo admitido R\$
2	Óleo Diesel S 500	LT	420.00,00	2,89

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 108/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

6.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, pré agendada para o dia 04/01/2016 podendo ser válida até doze meses após a homologação.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2016.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016, o Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240.0001-49, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: RODOMAX Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 20.519.809/0001-31, fone (55) 35441041, e-mail comercial.rodomax@gmail.com, estabelecido na Avenida Pratos, 376, sala 01, no Município de Novo Machado-Rio Grande do Sul.

ITEM	Medicamento	Uni.	Quant.	R\$ Unit.
1	PNEU NOVO 205X75 R 16 MARCA FALKEN R51	UNID	28	449,90
2	PNEU NOVO 185X70 R 14, MARCA DUNLOP SP	UNID	24	265,95
3	PNEU NOVO 175X70 R 14 MARCA DUNLOP SP	UNID	12	267,90
4	PNEU NOVO 165X70 R 13 MARCA DUNLOP SP	UNID	8	185,95
5	PNEU NOVO 165X70 R 14, MARCA GOODYEAR	UNID	8	294,95
6	PNEU NOVO 185X65 R 15, MARCA DUNLOP SP	UNID	8	313,90

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – A entrega dos PNEUS licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

2.2 A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

2.5 Imediatamente após a entrega dos PNEUS, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.6 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento dos PNEUS serão efetivados em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 18 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle
GESTOR DO FUNDO

RODOMAX
Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, estabelecida na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, considerada Registrada.

Lote I Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 furo ¾ Marca Metisa	4	peças	435,50	1.742,00
2	Parafusos Lamina ¾ x2. ¾ Marca Metisa	52	unid	3,35	174,20
3	Porca Lamina ¾ Marca Metisa	52	unid	2,25	117,00
	Total Geral				2.033,20

Lote II Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora Caterpillar 120 k

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 13 furos 5/8 6 curva Marca Metisa	2	peças	406,97	813,95
2	Porca Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1.18	30,74
3	Parafuso Lamina 5/8 Marca Metisa	26	unid	1,55	40,31
	Total Geral				885,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 2.918,20(dois mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
FORNECEDOR REGISTRADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA TUNÁPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 26/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório..

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 26/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO PEÇAS ORIGINAIS E DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DO ROLO COMPACTADOR CR 12HD, E PECAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS CATTERPILAR 120 B, E RG 170 B, DO DMER, constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.199-0001-72, estabelecida na Rodovia BR 282, Linha Limeira, Acesso Paraíso, no Município de São Miguel do Oeste-SC.

Lote III Peças ORIGINAIS destinadas para manutenção da máquina Motoniveladora RG-170 B

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Lamina 9 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	peças	563,61	1.127,23
2	Lamina 8 furos ¾ 6 curva Marca NTX	2	unid	534,04	1.068,10
3	Porca Lamina 5/8 reforçada Marca FEY	34	unid	0,86	29,36
4	Parafuso 5/8 x 2.1/4 Marca FIBAN	34	unid	2,21	75,31
	Total Geral				2.300,00

Lote IV. Peças ORIGINAIS com a devida mão de obra para o Conserto do Rolo compactador CB12HD

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço total
1	Elementos código 17	06	uni	225,00	1.350,00
2	Válvulas código 23	06	uni	420,00	2.520,00
3	Jogo de reparo código 23	01	jg	22,00	22,00
4	Jogo de reparo código 23	01	jg	36,00	36,00
5	Junta tampa código 23	01	uni	29,00	29,00
6	junta código 23	01	uni	16,00	16,00
7	Anel do flange código 163	01	uni	12,00	12,00

8	Bicos injetores	06	uni	200,83	1.204,88
9	Reparo Bom alimentadora	01	uni	150,00	150,00
10	Mão de obra com conserto de bicos injetores	01	Mão obra	375,00	375,00
	Total Geral das peças e Mão de Obra				5.714,98

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

2.2 A Mão de obra referente o Lote IV conserto do Rolo compactador CR12 HD, bem a entrega das Peças deverá ocorrer de forma imediata em no máximo 5(cinco) dias após a emissão de fornecimento, e o conserto da máquina deverá ser executado pela CONTRATADA na Oficina Mecânica da Prefeitura, sito a Rua 25 de julho, Centro, deste Município.

2.2.1 O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto do Rolo Compactador serão por conta e risco do Licitante vencedor.

2.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as Peças e Mão de Obra.

2.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionados pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.5 – Na hipótese da não aceitação dos pneus, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 26/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento de R\$ 8.014,99(oito mil catorze reais e noventa e nove centavos) devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO DAS PEÇAS, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais,

conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 O Pagamento das Peças e Mão de Obra referente o lote IV ocorrerá em no máximo 5(cinco) dias após o conserto e mais perfeito funcionamento do Rolo compactador.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 26 de fevereiro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP
FORNECEDOR REGISTRADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinadas para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de Março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor:Prestadora de Serviços Jantsch Eireli EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 06.330.226/0001-37, com sede na Avenida Gustavo Fetter, 2777, sala 02, Centro, no Município de Iporã do Oeste/SC.

39	100	M³	Concreto Usinado FCK 20. JANTSCH	335,00	33.500,00
40	100	M³	Concreto Usinado FCK 15JANTSCH	315,00	31.500,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis SC., 07 de março de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Prestadora de Serviços Jantsch Eireli EPP

Fornecedor Registrado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 60/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e Plantio de Leivas de Grama para Campo de Futebol do Centro Esportivo, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 60/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente Leivas de Grama para Campo de Futebol do Centro Esportivo e Plantio da mesma, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de Leivas de Grama e plantio da mesma no Campo de Futebol do Centro Esportivo, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório

a) Fornecedor – ROQUE MARX-ME, estabelecido na Avenida Gustavo Fetter,1085, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 11.875.383.0001-68, telefone de contato (49) 36342062, fica registrado neste ato o item 01, referente 2.000,00 mt² de grama tipo “sempre verde” em leiva, limpa de erva daninhas, bem adubadas, viçosa, e pesando aproximadamente 15kg cada placa para o plantio, bem como a mesma deverá ser plantada pela fornecedor supra mencionado.

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit	Preço Total
1	2.000,00	Mt²	Leiva de grama variedade “sempre verde” e devido plantio da mesma.	8,30	16.600,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 60/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 46/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A entrega e plantio da leiva de grama deverá ocorrer em 8(oito)dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento, e deveser plantada no campo de futebol no Centro esportivo pela empresa vencedora, sem cobrança de quantidade mínima a ser entregue sendo que as despesas com frete e demais encargos ficam por conta e risco do licitante vencedor.

6.2 Os quantitativos descritos no Anexo I constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

6.3 – A Secretaria da Educação terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 60/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento será realizado após a entrega da leiva de grama e plantio da mesma e, será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou, por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas.

8.2 O prazo para pagamento será, em até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data do atesto das faturas/notas fiscais.

8.3 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega da leiva de grama e dos serviços prestados com o plantio, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da

Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 13 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

ROQUE MARX-ME

Fornecedor Registrado

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 ANEXO V ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a realização de exames laboratoriais, em pacientes deste município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 04 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 40/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –HCL Laboratório Clínico Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.611.027/0001-74, estabelecida à Rua Albino Frantz, 148, Centro, no município de Tunápolis – SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Hilton Cezar Lamuor, inscrito no CPF nº 544.362.909-30.

Item	Especificação Produto	Und	Qtidade	Marca	Vlr Un. R\$	Vlr Total R\$
1	Análise de urina	Und	1000		3,70	3.700,00
2	Antibiograma	Und	150		4,98	747,00
3	Cultura de bactérias	Und	300		5,62	1.686,00
4	Determinação de fator reumatóide	Und	200		2,83	566,00
5	Determinação de tempo de coagulação	Und	100		2,73	273,00
6	Tempo e atividade da protrombina (TAP)	Und	350		2,73	955,50
7	Velocidade de hemossedimentação (VHS)	Und	300		2,73	819,00
8	Determinação de grupos ABO	Und	50		1,37	68,50
9	Fator RH	Und	50		1,37	68,50
10	Tempo de tromboplastina ativada (KTP)	Und	450		5,77	2.596,50
11	Dosagem de ácido úrico	Und	300		1,85	555,00

12	PSA total e livre	Und	600		18,59	11.154,00
13	Dosagem de bilirrubinas totais e frações	Und	150		2,01	301,50
14	Dosagem de colesterol total	Und	2500		1,85	4.625,00
15	Dosagem de colesterol HDL	Und	2500		3,51	8.775,00
16	Dosagem de colesterol LDL	Und	2500		3,51	8.775,00
17	Creatinina	Und	2500		1,85	4.625,00
18	Dosagem de fosfatase alcalina	Und	100		2,01	201,00
19	Dosagem de glicose	Und	2500		1,85	4.625,00
20	Beta HCG	Und	50		7,85	392,50
21	Dosagem de proteína c reativa (PCR)	Und	100		2,83	283,00
22	Dosagem de triglicerídeos	Und	2500		3,51	8.775,00
23	Dosagem de uréia	Und	2000		1,85	3.700,00
24	Hemograma	Und	3000		4,11	12.330,00
25	Aslo	Und	100		2,83	283,00
26	Anti hiv1 + anti hiv2	Und	200		10,00	2.000,00
27	Antitoxoplasma IGG	Und	150		18,55	2.782,50
28	Antitoxoplasma IGM	Und	150		18,55	2.782,50
29	HBSAG	Und	200		18,55	3.710,00
30	VDRL	Und	150		2,83	424,50
31	Teste indireto de antglobulina humana	Und	30		2,73	81,90
32	Determinação de curva glicêmica	Und	10		25,50	255,00
33	Dosagem de transaminase (TGO)	Und	1500		2,01	3.015,00
34	Dosagem de transaminase (TGP)	Und	1500		2,01	3.015,00
35	Pesquisa de ovos e parasitas (EPF)	Und	50		1,65	82,50
36	Contagem de plaquetas	Und	500		6,48	3.240,00
TOTAL GERAL						102.268,90

b) 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 A empresa a ser contratada deverá prestar o serviço de (coleta) para a realização dos exames de laboratório, em consultório próprio ou locado pelo mesmo, estabelecido no perímetro da cidade de Tunápolis/SC.

2.2 Ainda, em caso da empresa não possuir consultório ou local para a prestação de tais serviços, poderá realizá-los nas dependências da unidade central da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Albino Frantz, nº 67, centro de Tunápolis, junto a consultório existente nesta unidade.

2.3 A contratada deverá fornecer os exames por mês, todos encaminhados através de autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que serão pagas somente as efetivamente realizadas. Para efetivo controle, a contratada deverá registrar no corpo da própria autorização de encaminhamento do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, através do seu Gestor, de próprio punho ou com carimbo.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do dia 04 de janeiro de 2015 do Processo Licitatório nº 40/2015, até o dia 31/12/2016.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será feito pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

7.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

7.4 Os valores mencionados neste Edital não sofrerão reajuste

7.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC, . 04 de janeiro de 2016.

GESTOR DO FUNDO

Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2016.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit R\$
1	Gasolina Comum	LT	50.000,00	3,76
3	Óleo Diesel S 10	LT	62.000,00	3,01
4	Álcool Etanol	LT	6.000,00	2,99

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 108/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

6.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, pré agendada para o dia 04/01/2016 podendo ser válida até doze meses após a homologação.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2016.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor

registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP

Canisio Thomas
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação através de Registro de Preço a seleção de propostas, visando a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal".

Aos 12 dias do mês de Agosto de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal constantes do Anexo I do edital licitatório n. 117/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor A empresa F.M.Pneus Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0001-49, estabelecida na Avenida Maravilha, 833, Centro, no Município de Maravilha/SC, neste ato representado pelo Sr. Ivo Badia, Supervisor Comercial, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Recapagem pneu 295.80x225 borrachudo radial	UN	16	575,00	9.200,00
2	Vulcanização pneu 295x80x22.5 borrachudo radial	UN	4	150,00	600,00
3	Conserto VD3; VD4; VD5, 3 cada> pneu 295.80x225 borrachudo radial	UN	9	115,00	1.035,00
4	Recapagem pneu 1000x20 borrachudo radial	UN	8	512,00	4.096,00
5	Conserto VD3; VD4; VD5, 2 cada> pneu 1000x20 borrachudo radial	UN	6	85,00	510,00
Total			15.441,00		

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 117/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 90/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os pneus deverão ser retirados em 24 horas após a notificação através da Ordem de serviço que será emitida pelo Setor de Compras e Licitações pela empresa vencedora (s), junto a Garagem da Prefeitura Municipal de Tunápolis, sito a Rua 25 de Julho, sendo que a entrega deverá ser realizada neste mesmo local, num prazo máximo de 48 horas, cabendo o ônus a mesma (s).

6.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus recapados, objeto desta Licitação, o mesmo será devidamente inspecionado pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.4 – Na hipótese da não aceitação da recapagem realizada no pneu, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus recapados/vulcanizados e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 12 de agosto de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado

F M Pneus.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 118/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de Agosto de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 118/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECER PNEUS CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa JOAÇABA PNEUS LTDA – inscrito sob o CNPJ n.º 84.587.245/0010-48, estabelecida na BR-282, Km-392, Bairro Aeroporto, CEP 89600-000 na cidade de Joaçaba-SC, telefone(49)35220368, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Pneu 175x70x13 PIRELLI	un	12	180,00	2.160,00
2	Câmara de ar 900x20 nacional PIRELLI	un	10	71,00	710,00
3	Câmara de ar 12.5x8x18 nacional TORTUGS	un	4	126,50	506,00
5	Câmara de ar 16.9x28 nacional PIRELLI	un	2	178,00	356,00
6	Câmara de ar 7.50x16 válvula TR 15 bico curto nacional PIRELLI	un	4	48,00	192,00
7	Pneu 1000x20 borrachudo radial PIRELLI	un	8	1.302,00	10.416,00
8	Pneu 1400x24 20 lonas PIRELLI	un	4	4.074,00	16.296,00
9	Pneu 185X60 ARO 15 (viatura PC) PIRELLI	un	4	289,00	1.156,00
12	Pneu Novo 205/75-16 PIRELLI	un	4	464,00	1.856,00
Total Geral			33.648,00		

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – Os pneus e câmaras deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

2.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os pneus e câmaras que vier com defeito.

2.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus e câmaras, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.4 – Na hipótese da não aceitação dos pneus e câmaras, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 118/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus e câmaras, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor

registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 12 de agosto de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

JOAÇABA PNEUS LTDA
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 117/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação através de Registro de Preço a seleção de propostas, visando a "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal".

Aos 12 dias do mês de agosto de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 117/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a prestação de serviços de recapagens, e vulcanizações de pneus, em veículos da Prefeitura Municipal constantes do Anexo I do edital licitatório n. 117/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.230.888-0001-86 estabelecida na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella,834, Centro, no Município de Maravilha-SC, neste ato representado pelo Sr. Renato Sadi Bauermann considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
6	Recapagem pneu 1000x20 borrachudo comum	UN	24	470,00	11.280,00
7	Vulcanização pneu 1000x20 borrachudo comum	UN	10	145,00	1.450,00
8	Conserto VD3-VD4-VD5> 5 cada pneu 1000x20 borrachudo comum	UN	15	179,00	2.685,00
15	Recapagem Pneu 9-17,5 borrachudo	UN	12	345,00	4.140,00
16	Recapagem Pneu 215/75/17,5 borrachudo	UN	8	315,00	2.520,00
Total			22.075,00		

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 117/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 90/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os pneus deverão ser retirados em 24 horas após a notificação através da Ordem de serviço que será emitida pelo Setor de Compras e Licitações pela empresa vencedora (s), junto a Garagem da Prefeitura Municipal de Tunápolis, sito a Rua 25 de Julho, sendo que a entrega deverá ser realizada neste mesmo local, num prazo máximo de 48 horas, cabendo o ônus a mesma (s).

6.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus recapados, objeto desta Licitação, o mesmo será devidamente inspecionado pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.4 – Na hipótese da não aceitação da recapagem realizada no pneu, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 117/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus recapados/vulcanizados e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 12 de agosto de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA
Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa Pré Moldados Maravilha LTDA -EPP inscrita sob o CNPJ n.º 86.739.364.0001-03 , estabelecida na Rua Nereu Ramos, 63, centro,no Município de Maravilha/SC neste ato representado Anivo Jung, credenciado como representante legal portador do RG n.º 1.382.170 e do CPF n. º 460.171.439-72.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total
9	Tubo de concreto de 150x 100 CA2	50	UN	667,00	33.500,00
	TOTAL GERAL				33.500,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Pré Moldados Maravilha LTDA –EPP

Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 39/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição, Maravilha destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

No 01 dias do mês de abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 39/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO referente aquisição Maravilha observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento Maravilha constante do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa MARAVALHA SCHMITT LTDA-ME, estabelecida na Linha Pitangueira, interior do Município de Tunápolis, SC, devidamente inscrito inscrita no CNPJ sob o n.08.640.356.00001-00, fica registrado o item abaixo:

100	150	M3	Maravilha	45,00	6.750,00
-----	-----	----	-----------	-------	----------

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 53/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 39/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo

ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais/serviços licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 89 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 53/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 01 de abril de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

MARAVALHA SCHMITT LTDA-ME
Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinados para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de Março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.506.993/0001-78, estabelecido na Avenida Cerro Largo, no Município de Tunápolis/ SC, neste ato representada pelo Sr. Fernando Gassen, Procurador Inscrição no CPF 010.512.859-76, referente os itens abaixo

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Preço unit. R\$	Preço Total R\$
1	2	uni	Broca de videia engate rápido SDS 5mm, comprimento 18mm	IRWIN	11,00	22,00
2	2	uni	Broca de videia engate rápido SDS 6mm, comprimento 18mm	IRWIN	18,00	36,00
3	2	uni	Broca aço para madeira 6 mm	IRWIN	7,00	14,00
4	2	uni	Broca aço para madeira 8 mm	IRWIN	8,50	17,00
5	2	uni	Broca para madeira 10 mm	IRWIN	15,00	30,00
6	30	uni	Catraca para arame de cerca	CAÇULA	5,25	157,50
7	30	uni	Esticadores para cerca para cabo de aço 5/16	AÇOTERRA	5,50	165,00
8	2	uni	Torques armador 12 polegadas	TRAMONTINA	25,00	50,00
9	4	uni	Alicate universal 8 polegadas, cabo com isolamento elétrico 1000v	TRAMONTINA	40,00	160,00
10	10	uni	Lima para motosserra 3/16	NICHOLSON	6,00	60,00
11	15	uni	Serra de madeira diamantado uso em serra mármore	BOSCH	22,00	330,00
12	15	uni	Disco de corte cerâmica para uso em serra mármore	BOSCH	22,00	330,00
13	2	uni	Serra para circular, 40 dentes de videia com 30 cm de diâmetro.	ECOFFER	98,00	196,00
15	15	M³	Madeira de pinos serrada diversas bitolas	CAARO	828,00	12.420,00
16	10	M³	Madeira pinos roliça	CAARO	575,00	5.750,00
17	10	uni	Solvente galões de 5 litros thinner	FARBEM	75,00	750,00
18	4	uni	Rolo de fita zebra com 100 m	PLASTCOR	10,00	40,00
19	05	kg	Prego 15x18	GERDAU	9,00	45,00

20	15	kg	Prego 16x24	GERDAU	8,00	120,00
21	50	kg	Prego 17x27	GERDAU	8,00	400,00
22	15	kg	Prego 17x27 cabeça dupla	GERDAU	11,00	165,00
23	40	kg	Prego 19x39	GERDAU	8,50	340,00
24	20	kg	Prego 21x45	GERDAU	8,50	170,00
25	50	kg	Prego 23x60	GERDAU	9,00	450,00
26	50	kg	Prego 25x72	GERDAU	11,00	550,00
27	150	uni	Parafuso soberbo 6 mm 6/50mm	WORKER	0,50	75,00
28	150	uni	Parafuso soberbo 7 mm 70/70mm	WORKER	0,65	97,50
29	150	uni	Parafuso soberbo 10 mm/100mm	WORKER	0,85	127,50
30	4	uni	Chave de fenda pequena 1/8 4 polegadas	SCHULZ	3,50	14,00
31	4	uni	Chave de fenda media 3/16 x 3 polegadas	SCHULZ	7,00	28,00
32	4	uni	Chave de fenda grande ¼ 8 polegadas	SCHULZ	11,00	44,00
33	4	uni	Chave Philips 1/8 x 100	SCHULZ	8,50	34,00
34	4	uni	Chave Philips 1x 150	SCHULZ	9,50	38,00
35	4	uni	Chave Philips grande 2 x 150	SCHULZ	8,50	34,00
36	2	Jogo	Jogo de chaves combinadas com 10 peças tamanho diversos 6mm a 17mm	TRAMONTINA	99,00	198,00
37	1	uni	Caixa de água em fibra, com tampa no mesmo material, de 500 litros	BAKOF TEK	250,00	250,00
43	100	M³	Areia	SANTA MARIA	140,00	14.000,00
44	3	unid	Mangueira de incêndio 1. ½ x 30 m	RESIL	435,00	1.305,00
45	1	unid	Storz esguicho jato sólido 1. ½ 13mm latão	RESIL	41,00	41,00
			TOTAL GERAL			39.053,50

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos

produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Março de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME
Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 61/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças e Materiais

destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 14 dias do mês de Abril de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 61/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de aquisição Peças e Materiais destinados na manutenção da frota de máquinas do DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – Auto Mecânica Griebeler Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 72.378.052/0001-07, estabelecida na Rua Caaro, 190 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Ivo Pedro Griebeler, Procurador, inscrito no CPF:249.546.169-72, considerado REGISTRADO.

item	quantidade	Unid	Especificações	Marca	Preço Unit	Preço Total
01	15	unid	Bateria 150 ah	EXCEL	609,71	9.145,75
02	12	unid	Bateria105 ah	EXCEL	432,79	5.193,59
03	12	uni	Bateria 60 ah	EXCEL	240,88	2.890,66
			Total Geral			17.230,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 61/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo

indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do DMER. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 A entrega do Lote IV e V deverão ocorrer de forma imediata num prazo máximo de 5(cinco) corridos dias após a emissão da Autorização de Fornecimento e na sua totalidade, tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.3 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 61/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças e materiais, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 14 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Auto Mecânica Griebeler Ltda ME

Fornecedor registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 87/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº

78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 87/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção dos distribuidores de adubo e calcário e dos ônibus do Transporte Escolar, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor – AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME, devidamente inscrita, sob o CNPJ n.º 07.625.024/0001-85, com sede na Avenida Cerro Largo,99, Centro, no Município de Tunápolis, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Bernildo José Bourscheidt, portadora do RG n.º4.219.458 e do CPF n.º 039.595.539-45.

Lote I

VEÍCULO ÔNIBUS 29 PASSAGEIROS PLACA MKW 7416, ANO 2013/2013 IVECO/CITY CLASS 70C17. CHASSI 93ZL68C01D8443013

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Pivo Inferior Suspensão. Original	unid	02	285,00	570,00
2	Pivo Superior Suspensão.Original		02	285,00	570,00
Total Geral					1.140,00

Lote II

VEÍCULO MICRO ONIBUS, DIESEL, RENAULT/MASTER, ANO DE 2008/2009, BRANCA PLACA MFW 7896.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
01	Pivô superior .Viemar	unid	02	115,00	230,00
02	Rolamento cubo dianteiro Ima	unid	01	345,00	345,00
03	Coifa lado Roda .Dana	unid	01	60,00	60,00
04	Amortecedor dianteiro. Kayaba	unid	02	232,00	464,00
Total					1.099,00

Lote III

PEÇAS VEÍCULO ÔNIBUS 48 PASSAGEIROS PLACA MJD 3436, ANO 2011/2011 VW/15.190 EOD E HD ORE. CHASSI 9532882W7BR169203.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				P.UNIT.	Global
1	Grampo Mola 7/8	unid	01	68,00	68,00
2	Porca dupla 7/8	unid	02	6,50	13,00
3	Fusíveis	unid	02	1,00	2,00
4	Interruptor liga/desliga. MARFLEX	unid	01	10,00	10,00
5	Rolamento Cardan . ZM	unid	01	132,00	132,00
Total Geral					225,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 87/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 69/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da dos ônibus e dos distribuidores de calcário do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal responsável terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 89/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 15 de junho de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

AUTO MECANICA BERLIN LTDA ME
Fornecedor Registrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor: A empresa IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-52, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 1462, Bairro Cidade Alta, no Município de Cunha Porá, SC.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
8	Tubo de concreto 0,80 x 100 com ferragem	150	un	159,80	23.970,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

IMPERIAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA

André Kort

SÓCIO ADMINISTRADOR

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº: 67/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 51/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, atletas e Outros conforme Lei Autorizativa nº 1.037/2011 de 26/05/2011 e especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório..

Aos 27 dias do mês de abril de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 67/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Atletas, Grupos da 3ª Idade e Outros do pregão presencial nº 51/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa TUNAPOLIS TUR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.303.910.0001-67, estabelecida na Linha Real, Interior deste Município de Tunápolis/SC, fone (49) 9127-4876.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Valor unit.	Valor Total
1	2.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira idade deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com micrônibus convencional com ar condicionado para no mínimo 15 passageiros. .	4,24	8.480,00
2	2.000,00	Km	Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.	5,39	10.780,00

3	2.500,00	km	<p>Quilômetros percorridos para viagens educativas, culturais e esportivas, para transporte de atletas, entidades culturais e pessoas da terceira IDADE deste município, em viagens, municipais, intermunicipais e interestaduais, com ônibus convencional (com banheiro) para no mínimo 40 passageiros.</p> <p>Roteiro de viagem para a festa municipal, a empresa vencedora deverá excepcionalmente neste dia disponibilizar de 6(seis) ônibus seguindo assim o seguinte itinerário em estrada de chão batido</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ônibus saindo de Tunápolis passando por Canaleta até o clube de São Jorge, Clube de Linha Fátima, voltando via Wilges até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis até o clube de São Sebastião, por Hugo Nicknig voltando até a entrada de Sete Tombos, estrada geral, clube de Pitangueira até Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Bonita passando em Raigão Baixo na igreja, estrada geral via Zoz até no Clube em Raigão Alto voltando até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis passando Linha Baumgratz até São Pedro no clube, passando via João Bourscheid até na Olinda Epping, voltando até o Clube de São José, Linha Scherer até Tunápolis. • Ônibus saindo de Tunápolis via Olaria Schorr, até no Clube em São Pedro, voltando volta Wirth até Tunápolis. • Ônibus saindo no Clube de Pitangueira, passando estrada geral até Tunápolis. 	6,65	16.625,00
			TOTAL GERAL		35.885,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º13/2016.

2.2 - O compromisso da prestação de serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 51/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será feito por quilometro (Km) rodado, 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria responsável pela execução dos serviços de transporte, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

4.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - a solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 Para atender ao objeto do presente contrato, o Licitante vencedor deverá realizar as viagens de acordo com as necessidades da municipalidade. O Município encaminhará solicitação para a realização de viagens com no mínimo 05 (cinco) dias consecutivos de antecedência.

6.2 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.3 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.4 O Licitante vencedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93 atualizada.

6.5. Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6.6 O Licitante vencedor é responsável pela prestação total dos serviços ora contratados, respeitando os itinerários e horários estabelecidos;

6.7 O Licitante vencedor é responsável pelos danos que possa causar ao Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus para a Prefeitura ou a terceiros;

6.8 O Licitante vencedor é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciárias, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, de conformidade com o que prevê o artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

6.9 Deverá o Licitante vencedor manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no Pregão Presencial nº 28/2016.

6.10 A Licitante vencedora deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.11 O Licitante vencedor é responsável por formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Será também responsável pelos custos com alimentação e estadia dos motoristas.

6.12 O Licitante vencedor deverá disponibilizar veículo em boas condições, e que atenda às exigências mínimas do edital para cada item. O veículo disponibilizado deverá ser aquele cuja documentação foi apresentada no ato da assinatura do contrato, ou outro, desde que em condições idênticas e que tenha sido previamente aprovado pelo Município.

6.13 O Licitante vencedor deverá arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, se for o caso, em decorrência de problemas mecânicos ocorridos nos veículos durante as viagens.

6.14 O Licitante vencedor do certame deverá providenciar junto ao DER/SC o ATR – Autorização de Transporte Rodoviário para cada viagem ficando por sua inteira responsabilidade a retirada de tal documento, além de pegar junto a secretaria correspondente a listagem dos passageiros a serem transportados

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 67/2016 que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, do Edital de Pregão Presencial n.51/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 51/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 27 de abril de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

TUNAPOLIS TUR LTDA-ME
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 118/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de Agosto de 2016, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 118/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECER PNEUS CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa JOAÇABA PNEUS LTDA – inscrito sob o CNPJ n.º 84.587.245/0010-48, estabelecida na BR-282, Km-392, Bairro Aeroporto, CEP 89600-000 na cidade de Joaçaba-SC, telefone(49)35220368, considerado doravante REGISTRADO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Pneu 175x70x13 PIRELLI	un	12	180,00	2.160,00
2	Câmara de ar 900x20 nacional PIRELLI	un	10	71,00	710,00
3	Câmara de ar 12.5x8x18 nacional TORTUGS	un	4	126,50	506,00
5	Câmara de ar 16.9x28 nacional PIRELLI	un	2	178,00	356,00
6	Câmara de ar 7.50x16 válvula TR 15 bico curto nacional PIRELLI	un	4	48,00	192,00
7	Pneu 1000x20 borrachudo radial PIRELLI	un	8	1.302,00	10.416,00
8	Pneu 1400x24 20 lonas PIRELLI	un	4	4.074,00	16.296,00
9	Pneu 185X60 ARO 15 (viatura PC) PIRELLI	un	4	289,00	1.156,00
12	Pneu Novo 205/75-16 PIRELLI	un	4	464,00	1.856,00
Total Geral			33.648,00		

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – Os pneus e câmaras deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

2.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os pneus e câmaras que vier com defeito.

2.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus e câmaras, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.4 – Na hipótese da não aceitação dos pneus e câmaras, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 118/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus e câmaras, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 12 de agosto de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

JOAÇABA PNEUS LTDA
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 118/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 12 dias do mês de agosto de 2016, o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 118/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECER PNEUS CÂMARAS NOVAS que serão destinados para os veículos e máquinas desta municipalidade constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa MODELO PNEUS LTDA – inscrita sob o CNPJ n.º 94.510.682/0001-26, com sede na Rua Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, no Município de Bento Gonçalves-RS, telefone(54)35556501, CONSIDERADA DORAVANTE REGISTRADA.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
4	Câmara de ar 19.5x24 nacional TORTUGA	un	2	314,00	628,00
10	Pneu 245X70 ARO 16 (viatura PM) BRIDGESTON	un	4	583,00	2.332,00
11	Pneu Novo 9/17,5 liso GOODYEAR	un	8	720,00	5.760,00
Total Geral			8.720,00		

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – Os pneus e câmaras deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

2.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os pneus e câmaras que vier com defeito.

2.3 - Imediatamente após a entrega dos pneus e câmaras, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelos Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.4 – Na hipótese da não aceitação dos pneus e câmaras, os mesmos deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 118/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado EM ATE 8 DIAS APOS O RECEBIMENTO dos pneus e câmaras, e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 12 de agosto de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

MODELO PNEUS

Fornecedor Registrado

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Fornecedor – : A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Caaro,190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante REGISTRADO

LOTE II

DUCATO MULT JAEDI T PLACA QHM 2263, ANO 2015/2015, FIAT DUCATO COM 15 PASSAGEIROS. CHASSI 93W245H3RF2151098.

VEÍCULO FIAT DUCATO COM 17 PASSAGEIROS PLACA MHW 2690, ANO 2005/2006, CHASSI 93W245H3362001537

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Rolamento roda dianteira MARCA SKF	236,51	236,51
02	Unid	02	Correia alternador MARCA GATES	43,1213	86,24
03	Unid	06	Filtros de combustível MARCA BOSCH	49,3434	296,06
04	Jogo	04	Jogos pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	55,2949	221,18
05	Jogo	06	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	139,6439	837,86
06	Unid	01	Cubo de roda traseiro MARCA IMA	285,1311	285,13
07	Unid	02	Filtros de ar 2.8 MARCA BOSCH	46,07	92,14
08	Unid	05	Filtros de óleo 2.8 MARCA BOSCH	32,6521	163,25
09	Unid	04	Discos de freio MARCA FREMAX	87,7847	351,14
10	Kit	01	Kit correia dentada 2.3 MARCA GATES	477,3376	477,34
11	Kit	01	Kit correia dentada 2.8 MARCA GATES	256,0228	256,02
12	Unid	02	Filtros de ar 2.3 MARCA BOSCH	50,7501	101,50
13	Unid	04	Filtros de óleo 2.3 MARCA BOSCH	21,3172	85,27
14	Jogo	04	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	57,8378	231,35
15	Unid	02	Amortecedores traseiros MARCA COFAP	145,379	290,76
16	Kit	02	Kit amortecedor traseiro MARCA SAMPEL	48,2072	96,41
17	Lt	40	Óleo 15w40 MARCA SHELL	9,1978	367,91
18	Lt	32	Óleo 5w30 MARCA SHELL	19,4776	623,28
19	Unid	01	Condensador de ar condicionado 2.8 MARCA ROYCE	400,6443	400,64
			Total geral do LOTE II		5.500,00

LOTE III

PEUGE0 1.4 ANO: 2008/2008 PLACA:MFY-4006 5 PASSAGEIROS ALCOOL/GASOLINA CHASSI 9362AKFW98B083837

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	02	Bandejas de suspensão MARCA GRAZZIMETAL	129,425	258,85
02	Unid	02	Filtros de óleo MARCA BOSCH	12,159	24,32
03	Unid	01	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	17,1766	17,18
04	Unid	01	Filtro de ar MARCA BOSCH	19,4171	19,42
05	Jogo	02	Jogos pastilha de freio MARCA BOSCH	65,0192	130,04
06	Unid	02	Discos de freio MARCA FREMAX	38,7875	77,58
07	Lt	08	Óleo 10w40 MARCA SHELL	14,0027	112,02
08	Jogo	02	Palhetas MARCA BOSCH	37,2005	74,40
09	Unid	02	Cilindro de roda MARCA BOSCH	93,0946	186,19
			Total geral do lote III		900,00

LOTE V

VOYAGE 1.6 ALCOOL/GASOLINA SNO 2013/2014 PLACA: MLR-7638 5 PASSAGEIROS CHASSI 9BWDB45ESET111475

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	01	Correia dentada MARCA GATES	25,61	25,61

02	Unid	01	Tensor correia dentada MARCA NYTRON	64,2828	64,28
03	Unid	04	Velas de ignição MARCA BOSCH	10,9223	43,69
04	Unid	02	Filtro de ar condicionado MARCA BOSCH	11,5959	23,19
05	Unid	02	Filtro de ar MARCA BOSCH	24,2023	48,40
06	Jogo	01	Jogo cabo de vela MARCA BOSCH	93,1523	93,15
07	Unid	05	Filtros de óleo MARCA BOSCH	10,3209	51,60
08	Jogo	02	Jogos de pastilha de freio MARCA BOSCH	62,0935	124,19
09	Jogo	02	Jogos de palhetas MARCA BOSCH	36,4237	72,85
10	Lt	20	Óleo 5w40 MARCA SHELL	21,6521	433,04
			Total geral do lote V		980,00

LOTE VI
PEÇAS DIVERSAS PARA A GARAGEM DA PREFEITURA

Item	Unid	Qtade	Especificação das peças	Valor unit	Valor total
01	Unid	20	Lâmpadas pingo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
02	Unid	20	Lâmpadas 1 polo MARCA PHILIPS	2,45	49,00
03	Unid	20	Lâmpadas 2 polos MARCA PHILIPS	3,45	69,00
04	Unid	15	Lâmpadas h7 MARCA PHILIPS	40,55	608,25
05	Unid	05	Cargas de gás veículos médios MARCA DUGOOLD	179,00	895,00
06	Unid	04	Cargas de gás veículos pequenos MARCA DUGOOLD	139,00	556,00
07	Unid	10	Limpa para brisas MARCAWURTH	4,95	49,50
08	Unid	06	Lâmpadas h4 MARCA PHILIPS	16,95	101,70
09	Unid	10	Lâmpadas h3 MARCA PHILIPS	18,45	184,50
10	Unid	10	Lâmpadas h1 MARCA PHILIPS	19,20	192,00
11	Unid	04	baterias 60 amperes MARCA BOSCH	300,00	1.200,00
12	Unid	03	bateria 95 amperes MARCA BOSCH	540,00	1.620,00
13	Lt	20	Litros de aditivo MARCAWURTH	19,90	398,00
14	Unid	10	Colas de silicone MARCAWURTH	30,40	304,00
15	Unid	04	Conexões MARCA ROYCE	13,45	53,80
16	Unid	08	Clip ar condicionado MARCA ROYCE	3,00	24,00
17	M	03	Metros de mangueira ar condicionado MARCA ROYCE	54,90	164,70
18	Unid	08	Óleo compressor MARCA ROYCE	39,90	319,20
19	Unid	08	Contraste de ar condicionado MARCA ROYCE	19,90	159,20
20	Unid	30	Fusíveis MARCA MARILIA	0,50	15,00
21	Unid	30	Maxi fusíveis MARCA MARILIA	3,50	105,00
22	Unid	50	Capas de terminal de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
23	Unid	50	Terminais de embutir MARCA MARILIA	0,50	25,00
24	Unid	5	Fluido de freio Dot 3 MARCA BOSCH	16,90	84,50
25	Unid	5	Fluido de freio Dot 4 MARCA BOSCH	26,90	134,50
26	Unid	3	Lâmpada H11 MARCA PHILIPS	84,50	253,50
			Total do lote VI		7.639,35

			LOTE VII MASTER THB VA PLACA MHD 8166, ANO 2009/2010, 12 PASSAGEIROS. CHASSI 93YAADCUEH6AJ408414. AMBULANCIA CAMIONETE RENAULT/MASTER TCA ANO 2012/2013 8 PASSAGEIROS PLACA MKL 6103 CHASSI		
ITEM	UNID	QUAN.	DESCRIÇÃO DA PEÇA	V.UND.	V.TOTAL
01	unid	02	Rolamentos de roda MARCA SKF	148,2053	296,41
02	unid	01	Cubo de roda traseiro MARCA IMA	244,6084	244,61
03	unid	02	Discos de freio dianteiro MARCA FREMAX	129,8539	259,71
04	jogo	08	Jogos pastilha de freio dianteira MARCA BOSCH	175,5831	1.404,66
05	jogo	06	Jogos de pastilha de freio traseira MARCA BOSCH	97,1996	583,20
06	unid	04	Pivos de suspensão superior MARCA TRW	104,0357	416,14
07	unid	04	Pivos de suspensão inferior MARCA TRW	96,735	386,94
08	unid	02	Trizetas MARCA IMA	83,9255	167,85
09	unid	10	Filtros de ar MARCA BOSCH	66,3041	663,04
10	kit	02	Kit correia dentada MARCA GATES	540,9195	1.081,84
11	unid	10	Filtros de óleo MARCA BOSCH	52,2999	523,00
12	unid	10	Filtros de combustível MARCA BOSCH	39,059	390,59
13	unid	02	Articuladores de direção MARCA VIEMAR	86,9453	173,89
14	unid	02	Correias MARCA GATES	67,5652	135,13
15	jogo	04	Jogos de palheta MARCA BOSCH	92,5868	370,35
16	lt	80	Óleo 15w40 MARCA SHELL	11,283	902,64
			Total Geral VII		8.000,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICÍPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Bruno José Heberle
GESTOR DO FUNDO

AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME
Fornecedor Registrado

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2016**

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2016.

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 05/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 01/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor :Noar Turismo Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 18.780.623.0001-90, com sede na Rua Cunha Porã,136 D, Bairro Efapi, no Município de Chapecó, telefone: neste ato representado Mauro Alves Ferreira, portadora do RG n.º 3.927.356 e do CPF n. 0036.115.609-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. Preço Total R\$ 46.000,00(quarenta e seis mil reais)

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.03/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunapolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 19 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

Noar Turismo Ltda ME
Fornecedor Registrado.
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 145/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 115/2016

Processo de Compra Nº.: 145/2016

Pregão Presencial nº: 115/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial Presencial, que tem por objeto a aquisição de Distribuidor de Calcário e Concha Traseira Hidráulica destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura de acordo com o convênio GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016tr002011 – PROCESSO Nº SDR31 00000965/2016, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas e Credenciamento até 14h do dia 18 de novembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04/11/2016

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME inscrita sob o CNPJ n.º 12.841.464/0001-00 , estabelecida na Rua Presidente Venceslau Brás 170 Centro, no Município de Belmonte-SC, credenciado o Sr. Laureci José Bortoluzzi, representante legal, inscrito no CPF sob o n. 656.094.179-53.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
1	Tubo de concreto 20x 1m	230,00	un	21,70	4.991,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção

decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

VELENICE TERESINHA VIVIANI PELOSO ME

Laureci José Bortoluzzi.

FORNECEDOR REGISTRADO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE

CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. .

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 25/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer TUBOS DE CONCRETO, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 25/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor – A empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA -ME inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20 , estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC , neste ato representado pelo representante legal e sócio da empresa Sr. Benicio Schnorrenberger.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	UN.	VALOR R\$	Valor Total R\$
2	Tubo de concreto 30cm x 1m	430	un	29,80	12.814,00
3	Tubo de concreto 40cm x 1m	420	un	37,90	15.918,00
6	Tubo de concreto de 0,80 cm x 1m pa1 (com ferragem)	150	un	70,75	29.715,00
	Total geral				58.447,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 25/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 19/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 – Os tubos de concreto deverão ser entregues livres de frete e descarga, na Garagem da Prefeitura, sito na Rua 25 de Julho, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município.

6.2 – O Município de TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite doze meses após a homologação.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções..

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 25/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1.– O pagamento dos tubos da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

8.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 23 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

ARTEFATOS DE CIMENTO FRONTEIRA LTDA –ME

Benicio Schnorrenberger

Representante Legal

FORNECEDOR REGISTRADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinados para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de Março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.506.993/0001-78, estabelecido na Avenida Cerro Largo, no Município de Tunápolis/ SC, neste ato representada pelo Sr. Fernando Gassen, Procurador Inscrição no CPF 010.512.859-76, referente os itens abaixo

ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Preço unit. R\$	Preço Total R\$
1	2	uni	Broca de videia engate rápido SDS 5mm, comprimento 18mm	IRWIN	11,00	22,00
2	2	uni	Broca de videia engate rápido SDS 6mm, comprimento 18mm	IRWIN	18,00	36,00
3	2	uni	Broca aço para madeira 6 mm	IRWIN	7,00	14,00
4	2	uni	Broca aço para madeira 8 mm	IRWIN	8,50	17,00
5	2	uni	Broca para madeira 10 mm	IRWIN	15,00	30,00
6	30	uni	Catraca para arame de cerca	CAÇULA	5,25	157,50
7	30	uni	Esticadores para cerca para cabo de aço 5/16	AÇOTERRA	5,50	165,00
8	2	uni	Torques armador 12 polegadas	TRAMONTINA	25,00	50,00
9	4	uni	Alicate universal 8 polegadas, cabo com isolamento elétrico 1000v	TRAMONTINA	40,00	160,00
10	10	uni	Lima para motosserra 3/16	NICHOLSON	6,00	60,00
11	15	uni	Serra de madeira diamantado uso em serra mármore	BOSCH	22,00	330,00
12	15	uni	Disco de corte cerâmica para uso em serra mármore	BOSCH	22,00	330,00
13	2	uni	Serra para circular, 40 dentes de videia com 30 cm de diâmetro.	ECOFFER	98,00	196,00
15	15	M³	Madeira de pinos serrada diversas bitolas	CAARO	828,00	12.420,00
16	10	M³	Madeira pinos roliça	CAARO	575,00	5.750,00
17	10	uni	Solvente galões de 5 litros thinner	FARBEM	75,00	750,00
18	4	uni	Rolo de fita zebra com 100 m	PLASTCOR	10,00	40,00
19	05	kg	Prego 15x18	GERDAU	9,00	45,00
20	15	kg	Prego 16x24	GERDAU	8,00	120,00
21	50	kg	Prego17x27	GERDAU	8,00	400,00
22	15	kg	Prego 17x27 cabeça dupla	GERDAU	11,00	165,00
23	40	kg	Prego 19x39	GERDAU	8,50	340,00
24	20	kg	Prego 21x45	GERDAU	8,50	170,00
25	50	kg	Prego 23x60	GERDAU	9,00	450,00
26	50	kg	Prego 25x72	GERDAU	11,00	550,00
27	150	uni	Parafuso soberbo 6 mm 6/50mm	WORKER	0,50	75,00
28	150	uni	Parafuso soberbo 7 mm 70/70mm	WORKER	0,65	97,50
29	150	uni	Parafuso soberbo 10 mm/100mm	WORKER	0,85	127,50
30	4	uni	Chave de fenda pequena 1/8 4 polegadas	SCHULZ	3,50	14,00
31	4	uni	Chave de fenda media 3/16 x 3 polegadas	SCHULZ	7,00	28,00
32	4	uni	Chave de fenda grande ¼ 8 polegadas	SCHULZ	11,00	44,00

33	4	uni	Chave Philips 1/8 x 100	SCHULZ	8,50	34,00
34	4	uni	Chave Philips 1x 150	SCHULZ	9,50	38,00
35	4	uni	Chave Philips grande 2 x 150	SCHULZ	8,50	34,00
36	2	Jogo	Jogo de chaves combinadas com 10 peças tamanho diversos 6mm a 17mm	TRAMONTINA	99,00	198,00
37	1	uni	Caixa de água em fibra, com tampa no mesmo material, de 500 litros	BAKOF TEK	250,00	250,00
43	100	M³	Areia	SANTA MARIA	140,00	14.000,00
44	3	unid	Mangueira de incêndio 1. ½ x 30 m	RESIL	435,00	1.305,00
45	1	unid	Storz esguicho jato sólido 1. ½ 13mm latão	RESIL	41,00	41,00
			TOTAL GERAL			39.053,50

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da

notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Março de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUARIA LTDA ME
Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 27/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS de Materiais de Construção e demais materiais destinados para manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de março de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 35/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DO OBJETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME- inscrita no CNPJ sob o n. 82.819.806/0001-70, estabelecida á Estrada Felipe Schmidt,

SN, Interior, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representada pela Sra. Neide Maria Scherer Bamberg fica registrado nesta ata de REGISTRO DE PREÇOS o seguinte item:

14	60	M³	Madeira de eucalipto vermelho, serrada diversas bitolas	670,00	40.200,00
----	----	----	---	--------	-----------

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 27/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 – A entrega dos materiais licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2 A retirada do material referente o item 38 será efetuada diretamente na sede da empresa vencedora, com veículo próprio do município, conforme a necessidade, sendo que a localização da empresa não poderá exceder à 90 Km de distância do município de Tunápolis.

6.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

6.4 - Imediatamente após a entrega dos materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

6.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

6.6 – Cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 35/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Março de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

MADEIREIRA BAMBERG LTDA ME

Fornecedor Registrado

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Aos 17 dias do mês de março de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 45/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 08/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor : A empresa E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 00.212.337/0001-62, situada na ROD. SC 386 KM 26 SN, no Bairro Industrial, no Município de Descanso- SC, neste ato representado pelo Sr. Edegar Bussolotto identidade nº 714.411, Sócio diretor da empresa.

a) Descrição do item

Item	Unid.	Quantidade estimada	Discriminação	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
------	-------	---------------------	---------------	-------	--------------------	-----------------

01	hora	150	hora tecnica de serviços de iluminação pública equipada de acordo com os requisitos da nr-10 -segurança e serviços em eletricidade e da nr-12, segurança em maquinas e equipamentos e da nr-35 - segurança em trabalhos em altura devidamente cadastrada na CELESC	E B	290,00	43.500,00
			TOTAL GERAL			43.500,00

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 08/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 32/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATE O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 – O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais para a manutenção da iluminação pública serão fornecidos pelos Município.

6.2 - A iluminação pública do Município de Tunápolis está, em sua maior parte, instalada nas estruturas das redes aéreas de distribuição de energia elétrica da CELESC e adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão da mesma. Porém, estruturas específicas para iluminação pública, alimentadas por circuitos aéreos ou subterrâneos e com luminárias especiais são encontradas em praças, avenidas e outros logradouros públicos.

6.3 - Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

6.3.1 - Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

6.3.2 - A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.4 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas no Termo de Transferência de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública firmado entre o Município de Tunápolis e a CELESC S.A.

6.3.5 - A partir da contratação, a empresa assume integralmente as responsabilidades atribuídas ao Município no Termo de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública, junto a CELESC Distribuição S.A.

6.3.6 - A empresa contratada deverá dar destinação as lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

6.3.7 - Todos os serviços executados deverão ter garantia por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

6.3.8 - Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.9 - A empresa contratada deverá emitir Relatórios Sintéticos e Analíticos mensais com a relação de serviços realizados.

6.3.10 - Para o início dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar os seguintes documentos:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto da Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado;

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

6.3.11 - Na execução dos serviços deverá ser observada, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis a espécie.

6.3.12 – O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.3.13 – A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.14 – A empresa deverá, durante a contratualidade:

- a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;
- b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

6.3.15 – As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.15.1 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.15.2 – Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.16 – A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.17 – Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.18 – Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

6.3.19 – A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo munícipe para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

07 – DO PRAZO E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

7.1 – O licitante vencedor deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e instruções repassadas pelo responsável.

7.2 – A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 - Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.4 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.5 - Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos, refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

7.6 - Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

7.7 - Substituir fiação interna desde o chão até o topo dos postes, quando deficientes.

7.8 - Executar reparos ou substituições de chaves de comando, bem como, a revisão e o reaperto de conexões.

7.9 - Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.10- Executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.11- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.12 - Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.13 - Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.14 - Recolher e entregar ao Município, mediante termo de recebimento devidamente especificado, com exceção das lâmpadas, todos os materiais substituídos, tais como reatores, luminárias, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública e outros.

7.15 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.17 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.18 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.19 - Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.20 - Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.21 - Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.22 - Fornecer ART dos serviços executados.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 31/12/2016, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n.32/2016

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 32/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 17 de Março de 2016.

ENOI SCHERER	E B INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
Prefeito Municipal	CONTRATADA
CONTRATANTE	Edegar Bussolotto
	Sócio administrador

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 73/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 13 dias do mês de Maio de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 73/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso referente o fornecimento de Peças destinadas na manutenção da frota de máquinas e veículos pertencentes ao Município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

a) Fornecedor: TRATOR PEÇAS SÃO MIGUEL LTDA ME, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 09.637.623.0001-44, estabelecida na Rua Marcilio dias ,1917, Centro no Município de São Miguel do Oeste/SC CEP 89.900-000, telefone 49 3622-0960, considerado REGISTRADO.

Lote XIV Mangueiras e terminais de alta Pressão Hidráulica primeira Linha de Montagem, destinados para as Máquinas Esteiras, Escavadeiras, Rolo compactador, e Retroescavadeiras					
Item	unid	Qtade	Especificação do item	Valor unit R\$	Valor Total R\$
01	unid	20	Mangueira hidráulica 1/4 - 2 tramas MARCA LEMMAN	17,7584	355,17
02	unid	20	Mangueira hidráulica 3/8 - 2 tramas MARCA LEMMAN	25,1578	503,16
03	unid	20	Mangueira hidráulica 1/2 - 4 tramas MARCA LEMMAN	59,9347	1.198,69

04	unid	20	Mangueira hidráulica 5/8 - 4 tramas MARCA LEMMAN	70,2938	1.405,88
05	unid	20	Mangueira hidráulica 3/4 - 4 tramas MARCA LEMMAN	73,9935	1.479,87
06	unid	20	Mangueira hidráulica 1" - 4 tramas MARCA LEMMAN	103,59,09	2.071,82
07	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1/4 MARCA LEMMAN	13,3188	66,59
08	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1/4 MARCA LEMMAN	13,3188	66,59
09	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 3/8 MARCA LEMMAN	16,6485	83,24
10	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 3/8 MARCA LEMMAN	15,5386	77,69
11	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1/2 MARCA LEMMAN	18,4984	92,49
12	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1/2 MARCA LEMMAN	17,0185	85,09
13	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 5/8 MARCA LEMMAN	29,5974	147,99
14	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 5/8 MARCA LEMMAN	27,3776	136,89
15	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 3/4 MARCA LEMMAN	29,5974	147,99
16	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 3/4 MARCA LEMMAN	28,1175	140,59
17	unid	5	Terminal fêmea sede plana 90° - 1" MARCA LEMMAN	43,6561	218,28
18	unid	5	Terminal fêmea sede plana reto - 1" MARCA LEMMAN	44,3961	221,98
			Total do Lote XIV		8.500,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 73/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 55/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

6.1 A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Quantitativo indicado por estimativa podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e manutenção da frota de máquinas e veículos do MUNICIPIO. A entrega deverá ocorrer de maneira fragmentada de acordo com o andamento dos serviços de manutenção do setor, mediante requisição prévia a ser explicada e emitida pelo setor competente. Uma vez expedida a ordem de fornecimento, a entrega deverá em até 5(cinco) dias úteis tendo por local a Garagem do DMER do centro deste município.

6.2 – A Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 73/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Os pagamentos serão efetuados até 8(oito) após faturamento do montante fornecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8.2 O atesto somente será efetuado pelo órgão após verificação da conformidade da entrega das peças, conforme especificações e certificações constantes em edital.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 13 de maio de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

TRATOR PEÇAS SÃO MIGUEL LTDA ME

Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 07 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor : A Empresa Gilson Wuttke- ME, inscrita sob o CNPJ: 78.988.177/0001-35, situada na Avenida Gustavo Fetter, 201, no Município de Iporã do Oeste- SC, denominada doravante REGISTRADO, conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Banner 1.25x 0.90 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiras	und	8	44,00	352,00
2	Banner 1.00x 0.80 cm, em lona, impressão digital, 4 cores, acabamento em bastão com ponteiras	und	6	31,00	186,00
3	faixa 3.00 x 0.70 cm, em lona, com impressão digital, 4 cores	und	10	60,00	600,00
4	Outdoor 3.00x9.00 m , colorido 4/0 de papel,(impressão e fixação)	und	2	229,00	458,00
6	Faixa 3.00 x 0.70 cm, em lona, com impressão digital, 4 cores	und	6	60,00	360,00
7	Placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, medindo 1mx2m poste de madeira	und	6	139,00	834,00
11	Placa de sinalização refletiva, indicando "Lombada a 50 metros", tamanho 50x50 cm, instalada com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. com 18mm de espessura.	und	30	108,00	3.240,00
13	Placa em chapa galvanizada 26mm tamanho 80x60 cm poste de madeira	und	6	45,00	270,00
14	Placa em chapa galvanizada 26 mm tamanho 1.00x0.70cm, educativa com inscrição "ATENÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO POR VÍDEO MONITORAMENTO Res:471/2013 e 532/2015 - Contran - Município de Tunápolis	und	10	64,00	640,00
	Total geral				6.940,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Gilson Wuttke- ME
Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016
REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de Junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo

Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE FAIXAS, PLACAS, BANNERS, FOLDERS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – Fabio Lindomar Franzon-ME, estabelecido na Rua: Cristovão Colombo, Centro, no Município de Santa Helena – SC, inscrito no CNPJ.10.197.113/0001-82., doravante REGISTRADO, conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
5	Placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, medindo 0.80x 0.60 cm poste de madeira	und	6	40,00	240,00
8	Banner (arte e impressão), com informações a serem definidas pela Administração, colorido, lona tencionada, tamanho de 100x70 cm , suporte superior em madeira com cordão	und	6	35,00	210,00
	Total geral				450,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos

ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Fabio Lindomar Franzon-ME

Fornecedor Registrado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE constantes do Anexo I do edital licitatório n. 85/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Jaime Luiz Fontana - ME, inscrito sob o CNPJ n.º95.881.900/0001-00, com sede na Rua XV de novembro, nº 1715, no

Município de São Miguel Do Oeste, e-mail: antichama@clicrapido.com.br, neste ato representado por Marizaete Ferreira dos Santos Fontana, portadora do CPF n.º 563.407.379-00.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit.	Preço Total R\$
01	15	Par	Sapato de segurança preto feminino marca Conforto	60,30	904,50
02	6	Par	Bota de borracha branca cano médio marca Bracol	32,00	192,00
03	5	Par	Sapato de segurança preto masculino marca Conforto	60,30	301,50
06	5	Uni	avental para solda de raspa de couro inteiriço marca Luma	27,10	135,50
07	5	uni	Luvas para solda de raspa de couro manga longa marca luma	10,05	50,25
08	3	uni	Óculos transparente para solda	23,50	70,50
09	3	uni	Calças masculinas marca Ciacix	44,20	132,60
10	3	uni	Jalecos manga longa marca Ciacix	45,20	135,60
TOTAL GERAL				1.922,45	

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 67/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Jaime Luiz Fontana - ME
Fornecedor Registrado

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis/Fundo municipal da saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 01/2016.

Considerando que o valor do preço unitário da gasolina comum sofreu reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 138/2015 e contrato n º 01/2016.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra da gasolina comprovando desta forma alteração no preço do mesmo.

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o valor de R\$ 0,03(três centavos) na gasolina comum, considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Gasolina Comum	3,82	3,85

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se

as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 07 de novembro de 2016

Enoi Scherer	Auto Posto Canarinho Ltda
Prefeito Municipal.	Contratada

BRUNO JOSÉ HEBERLE
GESTOR DO FUNDO

Testemunhas:

Karine Epping	Sheila Inês Bieger
CPF: 009.815.549-03	CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 292/2016

PORTARIA Nº 292/16, de 01 de Novembro de 2016.

EXONERA A PEDIDO MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Motorista Socorrista - SAMU, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/15 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Juliano Lodetti de Aguiar 062.487.819-82 3449

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 293/2016

PORTARIA Nº 293/16, de 01 de Novembro de 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora ELIANE REGINA BRETZ ARCENO CPF nº. 657.066.929-04, matrícula nº. 0208, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 01.11.2016 a 29.01.2017, referente ao período aquisitivo de 01.01.2003 a 31.12.2007.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor RONALDO DOS SANTOS CPF nº. 656.839.279-00, matrícula nº. 1020, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Operador de Equipamentos I, no período de 01.11.2016 a 30.12.2016, referente ao período aquisitivo de 07.12.2001 a 06.12.2006.

Art. 3º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor PAULO CESAR ANGELONI CPF nº. 561.325.819-87, matrícula nº. 1223, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Motorista II, no período de 01.11.2016 a 30.12.2016, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 4º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor BRAZ LEANDRO MELO CPF nº. 008.225.659-43, matrícula nº. 1920, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Carpinteiro, no período de 01.11.2016 a 30.12.2016, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 55/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 55/2016	
Edital: CONVITE Nº.: 55/2016	
Tipo : Menor Preço/Por Lote	
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - TESTE DE VAZÃO - PARA OS POÇOS ARTESIANOS PERFURADOS NAS LINHAS: BARRA DA EUROPA, SANTA TEREZINHA, ALTO SÃO LUIZ, BONITA E CENTRO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA PROPOÇOS-CIDEMA.	
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 18 de novembro de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 18 de novembro de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 07 de novembro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 011/2016 PR 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

REPÚBLICAÇÃO

Em virtude de reformas promovidas no teor do Edital, fica alterada a data da Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas da Licitação em epígrafe, conforme dados abaixo:

1 - Licitação destinada EXCLUSIVAMENTE à contratação de MICROEMPRESA - ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, estabelecidas no Âmbito local e Regional, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e, que preencherem as condições de credenciamento estabelecidas no Edital.

2 - Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE para as UBS de: Vargem Bonita e Campina da Alegria durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas constantes no Edital.

3 - Recursos: Proposta nº 10536.938000/1150-01 – Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde e contrapartida prevista no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita – SC.

4 - Tipo: Menor Preço.

5 - Julgamento: Menor preço por Item.

6 - Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 22 de Novembro de 2016 às 09:30hrs (nove horas e trinta minutos).

7 - Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vítório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

8 – Fica revogado o edital publicado em 27 de outubro 2016.

Vargem Bonita, 03 de Novembro de 2016.

LENIR RADAVELLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.475/16

DECRETO Nº 13.475/16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de novembro de 2016, ELISANDRA MARA BARETTA, Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, nomeada pelo Decreto nº 13.403/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Videira, 24 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.483/16

DECRETO Nº 13.483/16, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 517,09 (quinhentos e dezessete reais e nove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0193 – Aplicações Diretas	R\$ 517,09
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 517,09	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015, resultado do cancelamento de restos a pagar não processados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário.

Videira, 01 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 01 dia do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.484/16

DECRETO Nº 13.484/16, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Retifica o Decreto nº 13.482/15, de 27 de outubro de 2016, que Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ANTONIO PALLEZO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Retificar a data constante no Decreto nº 13.482/15, de 27 de outubro de 2016, que Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ANTONIO PALLEZO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“DECRETO Nº 13.482/16, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 01 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.485/16

DECRETO Nº 13.485/16, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Diretor de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANTONIO PALEZZO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Infraestrutura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 1º dia do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.486/16

DECRETO Nº 13.486/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 194.000,00 (Cento e noventa e quatro mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 – Aplicações Diretas	194.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	194.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.487/16

DECRETO Nº 13.487/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas	35.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	35.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.488/16

DECRETO Nº 13.488/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.065.000,00 (um milhão e sessenta e cinco mil reais):

21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – INPREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0615 – Aplicações Diretas	1.000.000,00
21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – INPREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	

3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0400 – Aplicações Diretas	15.000,00
21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA – INPREVID	
01 – Instituto de Previdência de Videira - Inprevid	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0400 – Aplicações Diretas	50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.065.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.489/16

DECRETO Nº 13.489/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção de Serviços de Convivência	
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0500.0 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentária	30.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083– Manutenção do CREAS	
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0500.0 Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentária	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081– Manutenção de Serviços de Convivência	

3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500.0 Aplicações Diretas	30.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083– Manutenção do CREAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500.0 Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.490/16

DECRETO Nº 13.490/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Regulamenta a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 15, XV e 316, da Lei Complementar nº 129/12 e nos artigos 15, XV e 315 da Lei Complementar nº 130/12,

DECRETA

Art. 1º Os editais de concurso público promovidos pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal deverão prever a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

I - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

§ 1º A isenção mencionada no caput deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

I - indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico ,

II - declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do caput.

§ 2º A Administração Municipal consultará a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Departamento de Ação Social, para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, em relação a inscrição no CadÚnico.

Art. 2º O edital do concurso público definirá os prazos limites para a apresentação do requerimento de isenção, assim como da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido. Parágrafo único - Em caso de indeferimento do pedido, o candidato deverá ser comunicado antes do término do prazo previsto para as

inscrições.

Art. 3º São igualmente isentos do pagamento da taxa de inscrição em Concursos Públicos realizados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Videira, os candidatos que comprovarem não possuir renda.

Art. 4º A condição de não possuir renda deverá ser comprovada, pelo candidato, com os seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

II - declaração firmada, de que não é detentor de cargo público e;

III - declaração firmada, de que não possui outra fonte de renda.

Art. 5º O doador regular de sangue fica isento do pagamento da taxa de inscrição para Concursos Públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Videira.

§1º Considera-se doador regular de sangue aquele que realize, no mínimo, três doações nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à publicação do edital, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo poder público.

§2º A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser anexada ao requerimento de isenção, informando o número de doações e data.

§3º Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

Art. 6º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informações falsas com o propósito de se beneficiar indevidamente da isenção a que se refere os artigos 1º, 3º e 5º, estará sujeito a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a irregularidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II - Exclusão da lista de aprovados, se a irregularidade for constatada após a homologação e antes da nomeação para o cargo e;

III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a irregularidade for constatada após a publicação do ato respectivo.

Art. 7º Este Decreto também se aplica aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.

DECRETO Nº 13.493/16

DECRETO Nº 13.493/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria de Infraestrutura		
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
2.048 – Sinalização de Vias Urbanas		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0156 – Aplicações Diretas	30.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	30.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados Multas de

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.492/16

DECRETO Nº 13.492/16, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor do Departamento de Expediente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 01 de novembro de 2016, IVENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO, do cargo comissionado de Assessor do Departamento de Expediente, símbolo DAS-8 com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.032/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.427/16.

Videira, 03 de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

Trânsito

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.502/16

DECRETO Nº 13.502/16, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Engenheiro Civil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROMULO MACHADO DE SOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0343/16

Extrato do Contrato n. 0343/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAROLINA LASCOSKI
CPF: 083.901.929-77

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARISTELA NERES DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2016 a 01 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0356/16

Extrato do Contrato n. 0356/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LÉIA REGINA BEHREND
CPF: 024.139.029-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA RENATA MIOZZO GRASSI EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE

VIGÊNCIA: de 15 de setembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0359/16

Extrato do Contrato n. 0359/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA URBANO DOS SANTOS

CPF: 005.088.139-64

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E EM SUBSTITUIÇÃO A VACÂNCIA DE CARGOS EM RAZÃO DE EXONERAÇÃO OU DEMISSÃO, FALECIMENTO OU APOSENTADORIA

VIGÊNCIA: de 20 de setembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.572,06 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais e seis centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0100/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0100/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0305/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NARDINA APARECIDA LOPES

CPF: 899.837.269-04

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de setembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0103/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0103/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0165/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TUANE CRISTINE SAVIAN

CPF: 070.117.789-69

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 13 de outubro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0104/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0104/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0265/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARGARIDA DE FATIMA CORREA

CPF: 056.039.059-99

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de outubro de 2016.

PORTARIA Nº 0959/16

PORTARIA nº 959/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 118/16DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 24 de outubro de 2016 até 20 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de novembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0960/16
PORTARIA nº 0960/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19021/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 277 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e MARINÉIA RODRIGUES DO AMARAL para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19021/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Determinar, dada a natureza dos fatos, o sigilo absoluto na realização de todos os atos referentes à Sindicância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO PR 35/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 – FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o preço máximo constante do item 1.1 do edital e prazo de vigência do contrato constante do item 5.1 da minuta do contrato referente ao Pregão Presencial nº 35/2016 - FMS, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA), DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. Além disso, tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 10 de novembro do corrente ano às 14h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e o formulário proposta, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 23 de novembro de 2016 às 13h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de novembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 133/2016

Termo Aditivo nº 133/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 121/2016

Processo: TP nº 08/2016-PMV

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI – EPP.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra, conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 8.603,54 (oito mil, seiscentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes a 3,49% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 8.603,54.

Data: 03/11/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 04 de Novembro de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 28/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 04/11/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PRESIDENTE GETÚLIO, para uso na sede do corpo de bombeiros militar de Presidente Getúlio, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

12357.9 - GILMAR SANI ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00000	UN	LOTE 1 - CONFORME ANEXO I	SANI MO-VEIS	1,00	24.940,00	24.940,00
00001.00001	UN	SALA DE REUNIOES		1,00	5.200,00	5.200,00
00001.00002	UN	SALA DE CONFERENCIAS		1,00	5.890,00	5.890,00
00001.00003	UN	SALA DE COMANDO E ATENDI-MENTO		1,00	13.850,00	13.850,00
Total do Fornecedor: 24.940,00 (VINTE E QUATRO MIL E NOVECENTOS E QUARENTA REAIS)						
Total da Licitação: 24.940,00 (VINTE E QUATRO MIL E NOVECENTOS E QUARENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 28/2016 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na RUA EMIL GOEBEL - CENTRO - PRESIDENTE GETÚLIO e será parcelada conforme pedido por ordem de compra, sendo que o prazo de entrega do objeto é de 30 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, com prazo de garantia e Assistência Técnica do equipamento de 12 (doze) meses, a partir da data da entrega do mesmo.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues e aceitos pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PRESIDENTE GETÚLIO.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e

Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

- 1- De 5,0% (cinco por cento) do valor da ordem de compra por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados na Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 04 de Novembro de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

GILMAR SANI ME

RODRIGO ALVES DE CAMPOS

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 060/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: J A CONTABILIDADE LTDA - EPP

CNPJ: 25.187.666/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA NA ÁREA DO GÊNERO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA NA SUA ESPÉCIE, NA COMPLEXIDADE DO INSTITUTO DA COMPENSAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVAS E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A CONTRATAÇÃO SUPRA DESCRITAS.

VALOR DO CONTRATO: 7.900,00

PRAZO VIGÊNCIA: O contrato a ser celebrado terá duração estipulado até 31 de dezembro do corrente exercício nos termos dos créditos orçamentários vigentes.

Vitor Meireles – SC, 04 de Novembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 061/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME

CNPJ: 82.092.487/0001-44

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR EMERGÊNCIAL, em conformidade com as características e especificações abaixo;

1- Fornecimento de transporte escolar por até 24 (vinte e quatro) dias, saindo da Escola Municipal Serra da Abelha I, até a Escola de Educação Básica Victor Meirelles e retornando no mesmo percurso, com aproximadamente 20 (vinte) alunos, percorrendo no total de 14km (quatorze quilômetros) por dia.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 47,88 (quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), por dia de efetiva Prestação do Serviço.

PRAZO VIGÊNCIA: O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo de 2016.

Vitor Meireles – SC, 1 de novembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2016

PORTARIA Nº 208/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e alterações,

Nome: FRANCISCO FERREIRA

Cargo: DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 07 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de novembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 209/2016

PORTARIANº 209/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve DESIGNAR:

de acordo com o Artigo 129, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: HERCILIO FOSSA

Cargo: MOTORISTA

CONSIDERANDO o abaixo assinado protocolado na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles em 03 de novembro de 2016, solicitando apurar possíveis irregularidades na conduta do servidor HERCILIO FOSSA, resolve-se DESIGNAR o servidor para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 03 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 079/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 210/2016

PORTARIANº 210/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve DESIGNAR:

de acordo com o Artigo 129, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TEILOR PETERSEN

Cargo: MOTORISTA

Do quadro de pessoal de provimento efetivo, nomeado pela Portaria nº 150/2003, para atuar na Secretaria da Educação, junto ao transporte escolar, a partir de 03 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 079/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

1º ADITIVO CONVENIO 014/2016

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC

Extrato do Convênio nº 014/2016

Conveniente: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Conveniada: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Objeto: Cooperação entre o Município de Xanxerê e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, para manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de central de monitoramento com 12 (doze) câmeras de vídeo no Município de Xanxerê. Prazo de vigência: 05 anos a contar da data de assinatura.

Xanxerê-SC, 30/09/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 176/2016

DECRETO Nº AJG 176/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 803.500,00 (oitocentos e três mil e quinhentos reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 69.500,00

10.1001.28.846.2800.2018.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 734.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior serão anulados parcialmente as seguintes programações de despesas:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 803.500,00

Art. 3º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 9.371,54 (nove mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.10.306.1002.2036 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

07.0701.10.306.1002.2036.33900000.0337 – Aplicações Diretas R\$ 9.371,54

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no superávit financeiro do exercício anterior fonte de recursos “37” – Outras transferências do FNDE – Merenda Escolar.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de setembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 206/2016

DECRETO Nº AJG 206/2016

REVOGA DECRETO Nº AJG 131/2013, NOMEIA COORDENADORA DE SERVIÇOS GERAIS E PROTOCOLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Márcia Aparecida Galvani, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 722.174.999-04, portador da Cédula de Identidade RG nº 17/R.2.427.945, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Serviços Gerais e Protocolo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 131/2013, de 18 de março de 2013.

Xanxerê/SC, 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 207/2016

DECRETO Nº AJG 207/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DIFUSÃO CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Mirangela Paludo Bin, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 816.651.729-91, portadora da Cédula de Identidade nº 2.078.470,

expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora do Departamento de Memória, Patrimônio Histórico e Difusão Cultural, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 387/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 387/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII.

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública que seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor público municipal, Sr.a LOURDES MOSCON BORGES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê SC, portadora do RG n.º 2.463.435-2, CPF n.º 800.516.509-91, nomeado pelo Decreto AM 270/2007, nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolares, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal da Educação para desempenhar as atividades profissionais na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 388/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 388/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um

período de 152 (cento e cinquenta e dois) dias a partir de 04.11.2016 à 04.04.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. VALDEMAR WISNIESKI, nacionalidade brasileiro, portador do RG n.º 441.970-7 e CPF n.º 006.929.209-43, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto AM 190/2002 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 4090/2016 datado em 03.11.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

04.06.2002 a 24.07.2006 = 74 dias

25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 04.11.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 389/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 389/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO – ABRIGO PROVISÓRIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013,

CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP n.º 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. JUDITE TREVISAN GOIS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.180.956 e CPF n.º 868.667.109-87, nomeada conforme Decreto BLB 165/2010 de 19 de abril de 2010, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social Acolhimento – Abrigo Provisório, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 390/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 390/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE SCFV – CANTINHO FELIZ.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotora da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. ODETE TEREZINHA KOSLOSKI BAGGIO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 2.079.938-1 e CPF nº 546.560.011-04, nomeada conforme Decreto AM 295/2007 de 11 de outubro de 2007, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV Cantinho Feliz, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 391/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 391/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE SCFV – CASTELINHO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotora da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. MELANIA COSTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de

Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 4.384.000-0 e CPF nº 016.016.389-73, nomeada conforme Decreto AM 077/2007 de 19 de março de 2007, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV Castelinho, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 392/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 392/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE SCFV – JOVEM CIDADÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotora da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. PATRÍCIA MULLER, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 10.736.761-6 e CPF nº 069.907.189-51, nomeada conforme Decreto AJG 204/2013 de 08 de maio de 2013, no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social SCFV Castelinho, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 393/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 393/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA - CONVIVER.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. TEREZINHA MATIELLO, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.590.310 e CPF nº 008.569.799-02, nomeada conforme Decreto AM 103/2002 de 02 de maio de 2002, no cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social Centro de Convivência - Conviver, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 394/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 394/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE - CRAS 1.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. RAPHAELA IZABEL HÜNING, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 3.436.913-9 e CPF nº 041.596.219-61, nomeada conforme Decreto AJG 115/2013 de 11 de março de 2013, no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CRAS 1, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 395/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 395/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE - CRAS 2.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. SILVANE CAMARGO MORESCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 4.525.933 e CPF nº 052.375.459-04, nomeada conforme Decreto BLB 074/2010 de 03 de fevereiro de 2010, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CRAS 2, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 396/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 396/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE - CREAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013, CONSIDERANDO, o teor da reunião realizada entre a 2ª Promotoria da Comarca de Xanxerê e Andreza Gallas – Chefe do Setor de Controle Interno; Dr. Fernando Dal Zot – Procurador deste município; Luciana Contini – Diretora da Assistência Social; e Marcos Bossini – Secretário de Administração e Finanças, expressos e registrados no Termo de Reunião ICP nº 06.2016.00001560-0;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 04 de novembro de 2016 a Sra. VALERIA PATRICIA TURIM SCHULZ, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 6.504.579 e CPF n.º 035.952.949-63, nomeada conforme Decreto BLB 035/2012 de 24 de fevereiro de 2012, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, como RESPONSÁVEL pelo Programa Social CREAS, sendo que, tal designação não atribui valores adicionais a remuneração atual.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de Novembro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 397/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 397/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12 e Lei nº AJG 3680/2014.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura aos Servidores Públicos Municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere a redução de carga horária semanal;

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. JOANA ERMÍNIA TREVISAN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 1.279.616 e CPF nº 550.940.409-44, nomeada conforme Decreto JB 67/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretária Municipal de Educação e Decreto AM 032/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A redução de carga horária ocorrera no período de 28 de Setembro de 2016 a 27 de Março de 2017.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003555/2016, datado de 16 de Setembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 28.09.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº - RH AJG 398/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 398/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12 e Lei nº AJG 3680/2014.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura aos Servidores Públicos Municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere a redução de carga horária semanal;

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. NEIVA LUCIA PIASSESKI, brasileira, separada judicialmente, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora do RG nº 1.785.386-9 e CPF nº 660.168.439-20, nomeada conforme Decreto AM 023/07 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretária Municipal de Educação e Decreto AM 051/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIES, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A redução de carga horária ocorrera no período de 23 de Setembro de 2016 a 22 de Março de 2017.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003475/2016, datado de 13 de Setembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando vigorar a Redução de Carga Horária no dia: 23.09.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 04 de Novembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº - RH AJG 399/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 399/2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 04.11.2016 a 02.11.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. SOLANGE FEÓ ALVES, brasileira, portadora do RG nº 1.786.119 e CPF nº 732.501.049.49, nomeada conforme Decretos nº JB 84/1994 e AM 072/2002, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0004106/2016 datado de 04.11.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao Decreto JB n.º 84/1994 Mat. 298 aos períodos de:

23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias;

23.05.2012 a 22.05.2015 = 30 dias;

A licença Prêmio concedida refere-se ao Decreto AM 072/2002 Mat. 2245 aos períodos de:

23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias;

23.05.2012 a 22.05.2015 = 30 dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 400/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 400/2016

CONCEDE GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015 e Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016.

RESOLVE

CONCEDER Gratificação Especiais aos Servidores Públicos Municipais, que prestam seus serviços junto a Unidades de Saúde de Urgência e Emergência (Pronto Atendimento) na Rede de Atendimento de Xanxerê, na razão de 10% (dez por cento), sobre seu vencimento básico no mês de outubro de 2016 a ser pago aos servidores abaixo relacionados:

Alessandra Gabriele Niederle (09/10), Andreia Rita Basso, Bruna Fiuza de Carvalho, Carlos Alberto de Oliveira Velasco (4280 e 5315), Daniela Ribeiro dos Santos Meneguzzi, Diego Davi Corso, Dirlei Koserski de Saibro, Eduardo Manoel Gesswein, Gilaine Maria da Silva, Gilberto Scanagatta, Lecivane Fernandes dos Santos, Liamara Signori, Lucas Savaris Linhares, Maria Aparecida, Marínes Graine Zattera, Marli Campagnolo Linhares, Natalia Siqueira Maciel Romero, Nedi Menegat Lange, Salete Bellaver, Tania Regina Pinheiro, Wilson Eleuterio Telles.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a gratificação a partir do mês de outubro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 403/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 403/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.11.2016 a 30.11.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Claudio Sntonio Winckler, Cladir Dallalba, Karlos Eduardo Fabrisio, Mirtes Luiza Petzhold, Sady Meirelles da Silva, Adelia Ginzatti, Agenor Fernandes, Alair Salete Farias, Alessandra Arcari Mozetic, Arlete Terezinha Herttal, Caroline Cenzi, Cladir Edeimar Altreider, Cristiane Guadagnin Spagnol, Eder Morgenstern, Elis Francisco Vedoy, Franciele Menin Trevisan, Geni da Silva, Gustavo Vivian Guarnieri, Ildomar da Silva, João Pedro da Luz, Jucimar Bertoncetto, Leda Cecília Eisenhardt, Luciane Gatto Gheno, Marcia Elisa Gavazzoni Merisio, Nedi Menegat, Nelci Lorena Altreider, Nilton Cesar Vendruscolo, Regina Tonello, Rosangela Aparecida Campos da Cruz, Sady Meirelles da Silva, Salete Bellaver.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.11.2016

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 401/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 401/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 369/2016 QUE CONCEDIA LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 369/2016, que concedia Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 21.11.2016 à 19.01.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. JOÃO ANTONIO DUARTE DE BORBA, nacionalidade brasileiro, portador da CI nº 1.270.843 e CPF nº 460.268.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto AM 141/02 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 369/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 402/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 402/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 21.11.2016 à 19.01.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. JOÃO ALDENIR CORREA DE ALMEIDA, nacionalidade brasileiro, casado, portador da CI nº 1.517.456 e CPF nº 600.397.799-04, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto AM 188/2002 no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 3931/2016 datado em 19.10.2016

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença a partir 21.11.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 103/2016

DECRETO Nº 103/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. ZEOLCIR FOREST PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ZEOLCIR FOREST, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº 14/R2466149 e CPF 690.606.659-53, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 01 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 104/2016

DECRETO Nº 104/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. JESSICA PAULA PINSETTA PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. JÉSSICA PAULA PINSETTA, brasileira, casada, servidora pública municipal, portadora da cédula de identidade nº 5.162.850-3 e CPF 083.099.419-00, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 01 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 102/2016

DECRETO Nº 102/2016

NOMEIA EQUIPE TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE XAVANTINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1099/2009;

Considerando a necessidade de aprimorar o atendimento as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico de Xavantina.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica de desenvolvimento, execução e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de Xavantina os seguintes membros representantes:

- I. Marta Maria Caon Suzana - Contadora;
- II. Jaime César Masiero – Assessor de Direção;
- III. Flademir Aduino da Silva – Fiscal Sanitário;
- IV. Taciane Caon - Engenheira;
- V. Marcos dos Santos – Casan/Seara;

Art. 2º Os trabalhos da Comissão serão relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração aos seus membros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 01 de Novembro de 2016.

DOMINGOS LUIS ZANANDRÉA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 155/2016

PORTARIA Nº 155/2016

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Senhora SILVANIA RABAIOLI CANESSO, ocupante do cargo efetivo de Professor, para auxiliar nas atividades educacionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas/semanais, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, (SC), 25 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 156/2016

PORTARIA Nº 156/2016

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER ATIVIDADES NO CEMEI CHAPEUZINHO VERMELHO E ESCOLA PINHAL PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Senhora RAQUEL COSMANN, ocupante do cargo de Professor, para auxiliar nas atividades educacionais do CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO e ESCOLA PINHAL PRETO, com carga horária de 40 horas/semanais, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, (SC), 25 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 157/2016

PORTARIA Nº 157/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. EDIVANI TALASKA, para ocupar a função de Professor – 1º ano – Ensino Fundamental, Período Matutino, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 25 de Outubro de 2016, até 21 de Dezembro de 2016, tendo como local de trabalho a EEF Medianeira (Linha das Palmeiras).

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 25 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Contrato Nº.: RP0019/2016-A</p> <p>Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM</p> <p>Contratada...: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME</p> <p>Valor : 24.710,16 (vinte e quatro mil setecentos e dez reais e dezesseis centavos)</p> <p>Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016</p> <p>Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Aquisições futuras e fracionadas de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para as Escolas, centros de Educação infantil da rede de ensino Municipal e serviços vinculados e Secretaria de Assistência Social.</p>		
Xaxim, 4 de Novembro de 2016		
<p>Contrato Nº.: RP0019/2016-B</p> <p>Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM</p> <p>Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 5.736,81 (cinco mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos)</p> <p>Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016</p> <p>Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Registro de preço para aquisição futuras e parceladas de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para as Escolas, Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal e serviços vinculados a Secretaria de Assistência Social</p>		
Xaxim, 4 de Novembro de 2016		
<p>Contrato Nº.: RP0019/2016-C</p> <p>Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM</p> <p>Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD</p> <p>Valor : 15.774,97 (quinze mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)</p> <p>Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016</p> <p>Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Registro de preço para aquisição futuras e parceladas de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para as Escolas, Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal e serviços vinculados a Secretaria de Assistência Social</p>		
Xaxim, 4 de Novembro de 2016		

Contrato Nº.: CT0071/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: CRESCER TREINAMENTOS LTDA - ME
 Valor : 7.300,00 (sete mil e trezentos reais)
 Vigência : Início: 02/06/2016 Término: 02/11/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Pessoa Jurídica, para prestação de serviços técnicos especializados para capacitação e consultoria na gestão do SUAS, CadSuas/SuasWeb, CISC. Análise de dados da Secretaria Municipal de Assistência Social.junto a Rede SUAS, serviços técnicos de análise e elaboração de documentos, reunião com o Gestor Municipal organização de documentos da Rede SUAS, orientação a Gestão, Secretaria Executiva e Conselho Municipal de Assistência Social.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0074/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: NOVARTE COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
 Valor : 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 14/07/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de material Impresso, (reprodução) e brinde para a divulgação e conscientização da campanha do PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI).

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT33/15AD04/16 - Contrato Nº: CT0033/2015
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: IVANIO HAMMES HERMES
 Valor : 5.500,04 (cinco mil e quinhentos reais e quatro centavos)
 Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 6.591,76
 Objeto : Contratação de profissional especializado em artes marciais (karatê e taekwondo) para realização das oficinas para crianças e jovens vinculados ao co-financiamento serviço conveniente e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0024/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: LIVRARIA E PAPELARIA XAXIENSE LTDA
 Valor : 29.213,49 (vinte e nove mil duzentos e treze reais e quarenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 22/06/2016 Término: 22/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição futuras e fracionadas de material de expediente, para atender as necessidade da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0086/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: IDILIO CERRUTI
 Valor : 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/09/2016
 Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 764.641,02
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa, localizada na Rua Cel. Ernesto Francisco Bertaso, no Bairro Dr. Ari Lunardi, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 04 da Quadra 29, com área superficial de 364 m2, Matrícula nº 4.061 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0087/2016
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: NARCISO SOUZA DE MORAIS
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 12/01/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa, localizada nas Ruas Avelino Lunardi e Senador Nereu Ramos, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 10-A, da Quadra "N", com área superficial de 225 m2, Matrícula nº 18.059 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0025/2016-A
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM L
 Valor : 17.630,00 (dezessete mil seiscentos e trinta reais)
 Vigência : Início: 18/07/2016 Término: 18/07/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0025/2016-B
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 4.515,00 (quatro mil quinhentos e quinze reais)
 Vigência : Início: 18/07/2016 Término: 18/07/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0025/2016-C
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: PANIFICADORA FREI BRUNO LTDA - ME
 Valor : 30.736,00 (trinta mil setecentos e trinta e seis reais)
 Vigência : Início: 18/07/2016 Término: 18/07/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0026/2016-A
 Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada.: MARIA ANA PIANA - ME
 Valor : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
 Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM
 Recursos : Dotação:
 Objeto : O registro de Preço para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e maquinas pertencentes a Frota Municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0095/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: VOLMIR PAULO PORRELLA
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 13/07/2016 Término: 13/01/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa, localizada nas Rua Ricardo Pànizzi, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 14, da Quadra "P", com área superficial de 400,20 m2, Matricula nº 14.050 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0098/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: MARLI BOIANI DUZ
 Valor : 1.050,00 (um mil e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 04/08/2016 Término: 04/11/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Rua Luiz Santo Lando, bairro Santa Terezinha, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 23, Quadra nº 172, com área superficial de 410 m2, Matricula nº 17.944, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0100/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ONILCE PEREIRA DE ALMEIDA
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 14/08/2016 Término: 14/02/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de madeira, localizada na Rua José Lando no Bairro Santa Terezinha, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Matricula nº 9.437, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0101/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: NELSON MICHELON
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 15/02/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de alvenaria, localizada na Rua Rio Grande, no Bairro Guarani, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 06 da Quadra "H", com área superficial de 448 m2, Matricula nº 11.195 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0104/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ADIR TURA
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 21/08/2016 Término: 21/02/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa de madeira, localizada na Rua Ne-reu Ramos, Loteamento Santa Brígida, no Bairro guarani, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 5, Quadra "S", no loteamento Santa Brígida, com área superficial de 448 m2, Matricula nº 12.425, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0105/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: SOLANGE TEREZA VIVIAN CORADI
 Valor : 2.100,00 (dois mil e cem reais)
 Vigência : Início: 23/08/2016 Término: 23/02/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa localizada na Rua Victório aAtiello, no Bairro Dr. Ari Lunardi, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, edificada sobre o imóvel Lote Urbano nº 08, Quadra 309, com área superficial de 417,25 m2, Matrícula nº 18.053, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-A
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME
 Valor : 39.730,30 (trinta e nove mil setecentos e trinta reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-B
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ABATEDOURO SANTOS E ATOLINI LTDA- EPP
 Valor : 38.011,00 (trinta e oito mil e onze reais)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-C
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME
 Valor : 5.361,90 (cinco mil trezentos e sessenta e um reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0022/2016/AD01 - Contrato Nº: CT0022/2016
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: DEISE DEFILTRO 09559296957
 Valor : 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 31/08/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016
 Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 16.858,28
 Objeto : Contratação de profissional de nível médio para prestar serviços no CRAS e profissional técnico nível médio para prestar serviços no CREAS, através da secretaria de Assistência Social.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-D
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: AGN FRIOS LTDA
 Valor : 24.455,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-E
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 Valor : 8.512,20 (oito mil quinhentos e doze reais e vinte centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-F
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada...: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM L
 Valor : 18.821,30 (dezoito mil oitocentos e vinte e um reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-G
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: DENTAL-XAN COM DE PRODUTOS DENTARIOS E HOSPITALARE
 Valor : 11.574,90 (onze mil quinhentos e setenta e quatro reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-H
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 6.790,50 (seis mil setecentos e noventa reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-I
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: PANIFICADORA FREI BRUNO LTDA - ME
 Valor : 17.392,00 (dezessete mil trezentos e noventa e dois reais)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0031/2016-J
 Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM
 Contratada....: SCS COMERCIO LTDA - ME
 Valor : 8.007,50 (oito mil e sete reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : 2.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social e Habitação e serviços vinculados; Abrigo Municipal, CEACA, CRAS Santa Terezinha, CREAS, CRAS Primavera, IGDBF, ACEPETI conforme descrição completa no Anexo I deste Edital.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: RP0020/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SINALVIAS SINALIZADORA VIARIA LTDA.
Valor : 134.820,00 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preço para contratação de empresa especializada em pintura horizontal em faixa de pedestres, divisão de vias, estacionamentos e dizeres em área urbana, do município de xaxim - SC

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0019/2016-A
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME
Valor : 7.252,50 (sete mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preço para aquisição futuras e parceladas de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para as Escolas, Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal e serviços vinculados a Secretaria de Assistência Social

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0019/2016-B
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 10.308,00 (dez mil trezentos e oito reais)
Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preço para aquisição futuras e parceladas de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para as Escolas, Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal e serviços vinculados a Secretaria de Assistência Social

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0065/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
Valor : 1.196.065,85 (um milhão cento e noventa e seis mil e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 30/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para Pavimentação asfáltica CBUQ (e=6cm), drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal, nos Bairros Ari Lunardi e Guarany nas Ruas: Avelino Lunardi com área de 9.914,00m²; Getúlio Vargas com área de 6.740,00m² e Rio Grande com área de 10.020,00m² com uma área total de 2.6674,00m².

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0134/2013/AD04 - Contrato Nº: 0134/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: VOLMIR ANTONIO CORDENONSI

Valor : 63.018,48 (sessenta e três mil e dezoito reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2013

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 784.854,44

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DOS SETORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, PROCON E SINE, PARA O PERÍODO DE 2013, PRORROGÁVEIS.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0067/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELLI

Valor : 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/02/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto da licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados (diversos das atividades rotineiras do atual quadro de pessoal) de consultoria contábil, financeira, orçamentária, e patrimonial para a orientação dos técnicos municipais que atuam nestas áreas, com vistas à implementação das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), para o Exercício vigente.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0068/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA - EPP

Valor : 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto de pavimentação asfáltica. Nas ruas João Dedonatti, Fidelis pulga, Odilio Ogliari. Sendo execução de topografia, geotécnico, drenagem, ART, memorial e orçamento.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0069/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: CBA INFORMATICA LTDA

Valor : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 22/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação para o gerenciamento de ambiente de datacenter da Prefeitura Municipal de Xaxim-SC.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0093/2014/AD04 - Contrato Nº: CT0093/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
Valor : 112.000,00 (cento e doze mil e reais)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 380.312,28

Objeto : Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de varrição manual das vias urbanas e logradouros públicos com remoção, recolhimento, transporte e destinação final destes resíduos, com a disposição final em área própria da empresa a ser contratada, possuidora de todas as licenças ambientais necessárias para o funcionamento, obtidas junto aos órgãos ambientais competentes.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0124/2013/AD04 - Contrato Nº: 0124/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: FOPPA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
Valor : 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2013

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 801.108,14

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR A SEREM REALIZADOS COM VEÍCULOS TIPO: ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E KOMBI, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR, NAS QUILOMETRAGENS DESCRITAS NAS LINHAS LISTADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0070/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: MCI COMERCIO DE CARNES CENTER LTDA - EPP

Valor : 138.693,45 (cento e trinta e oito mil seiscientos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 01/06/2026

Licitação : Concorrência para Alienação Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Doação não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0021/2016-A

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: EMBRIOSEMEM - EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EP

Valor : 37.230,00 (trinta e sete mil duzentos e trinta reais)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 06/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0021/2016-B

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: M.R. TRANSPORTE E COMERCIO EIRELI - ME

Valor : 34.850,00 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 06/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0021/2016-C
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO
 Valor : 73.530,00 (setenta e três mil quinhentos e trinta reais)
 Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 06/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0022/2016-A
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: PANIFICADORA FREI BRUNO LTDA - ME
 Valor : 687,96 (seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos)
 Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 08/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Militar de Xaxim - SC

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0022/2016-B
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: A.G. MINI MERCADO E FRUTEIRA LTDA - ME
 Valor : 42.008,72 (quarenta e dois mil e oito reais e setenta e dois centavos)
 Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 08/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Militar de Xaxim - SC

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT212/13AD04/16 - Contrato Nº: 0212/2013
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 29/07/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS E MEIO-FIO, SINALIZAÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS E REDUTORES DE VELOCIDADE, DE ACORDO COM O PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE 0338825-13/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVENIO SICONV 057278/2010.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0071/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
 Valor : 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 10/06/2016 Término: 10/07/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Impressora Matricial Monocromática 9 agulhas e 136 colunas para a Delegacia de Polícia da Comarca de Xaxim - Fron

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0073/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME
 Valor : 6.000,00 (seis mil reais)
 Vigência : Início: 10/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Elaboração de Plano decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes conforme prerrogativas nacionais e orientações do CO-NANDA -(Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0088/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: ADEMIR VALENTINI - ME
 Valor : 43.365,49 (quarenta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 31/08/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de Empresa para Execução de reforma do CEJAX do Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0035/2014/AD05 - Contrato Nº: CT0035/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JOSE LIVINO DE OLIVEIRA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0036/2014/AD05 - Contrato Nº: CT0036/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: IRINEU MICHAILOFF 07558295904
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0034/2014/AD05 - Contrato Nº: CT0034/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada...: JG BAGGIO TRANSPORTES LTDA - ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para transporte de passageiros em área rural de Xaxim, conforme Itinerários constantes no anexo I deste Edital

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT116/15AD01/16 - Contrato Nº: CT0116/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA.

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Consitui oobjto do presente instrumento contratual a contratação de empresa especializada na area de engenharia, para construção de espaços de convivio - no estádio o guarany - construção de arquibancada, rampa de acesso e corrimão, conforme convenio sob nº 1009162-75/2013.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0075/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: CONCISA PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA

Valor : 408.416,75 (quatrocentos e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 20/06/2016 Término: 20/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica, e drenagem pluvial localizado no Distrito Industrial Município de Xaxim nas Ruas: Joao Dedonatti com área de 3.206,20 m²; e Rua Fidelis Pulga com área de 2.387,80 m².

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0076/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: EFICCAZ CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 76.420,45 (setenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 27/06/2016 Término: 27/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : A contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de construção da praça Dr. Ari Moacir Lunardi, na Rua Antônio Lunardi, Bairro Dr. Ari Lunardi, Município de Xaxim - SC com área total de 696,00 m2, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para os serviços iniciais como: drenagem pluvial, pavimentação, vegetação e complementares, parte elétrica na qualidade e condições de execução.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0024/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: LIVRARIA E PAPELARIA XAXIENSE LTDA

Valor : 24.249,00 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais)

Vigência : Início: 22/06/2016 Término: 22/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de preços para aquisição de material de expediente e artesanato para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0077/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: EFICCAZ CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 158.728,22 (cento e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 24/06/2016 Término: 24/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : A contratação de empresa especializada para revitalização do Terminal Rodoviário de Xaxim, incluindo serviços iniciais, pavimentação, muro, pintura e letreiro (Terminal).

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT104/14AD06/16 - Contrato Nº: CT0104/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: WIGUI SOLUCOES EM LIMPEZA LTDA - ME

Valor : 8.706,80 (oito mil setecentos e seis reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 29/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014

Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (60) Saldo: 283.234,78

Objeto : Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza urbana em geral, serviços de jardinagem, manutenção de áreas externas das diversas Secretarias Municipais e demais serviços de acordo com o termo de referência anexo ao Edital

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0132/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0132/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA.

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 28/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de mobilidade urbana - sinalização - abrigos de passagens, remoção e estreitamento de canteiros, pavimentação asfáltica calçada em pavers, meio fio.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0078/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: UNIFORMES GERAIS LTDA - ME

Valor : 7.516,00 (sete mil quinhentos e dezesseis reais)

Vigência : Início: 27/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de uniformes do tipo fardas operacionais como, GANDOLA OP MANGA LONGA RIPSTOP, GANDOLA OP MANGA CURTA RISTOP, CAMISETA BRANCA DRY, CALÇA OP RIPSTOP, PARA USO DOS PILICIAIS MILITARES DO 5º PELOTÃO DA POLICIA MILITAR DE XAXIM.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0092/15AD02/16 - Contrato Nº: CT0092/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: AGENOR RAYMUNDO CERATTO - ME
Valor : 2.613,60 (dois mil seiscentos e treze reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 801.108,14
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes escolar, de acordo com o itinerário disposto na solicitação parte integrante deste processo.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0079/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUcoes E OBRAS LTDA
Valor : 633.289,38 (seiscentos e trinta e três mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos)
Vigência : Início: 24/06/2016 Término: 24/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sendo:
a) Recuperação de pavimentação asfáltica em CBUQ na Avenida Giacomio Lunardi, incluindo recuperação de pavimentação remendos profundos, remendos superficiais, pavimentação asfáltica, sinalização e complementares conforme projeto e memorial descritivo;
b) Pavimentação asfáltica na Rua Domingos Piana sendo 4.357,62m2 sobre calcamento, sinalização e obras complementares,

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0080/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: NOVARTE COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
Valor : 32.639,00 (trinta e dois mil seiscentos e trinta e nove reais)
Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 28/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Empresa para Execução de reforma do Ginásio de Esportes Guarany e Pedro Ivo Campos do Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0081/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: BM METALURGICA LTDA - ME
Valor : 113.900,00 (cento e treze mil novecentos reais)
Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0082/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: COMERCIO DE MOVEIS PERETTI LTDA
Valor : 12.915,00 (doze mil novecentos e quinze reais)
Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0083/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: DOUGLAS L. CASTANHEIRA - EPP
 Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0084/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: NOVARTÉ COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
 Valor : 11.450,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0085/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: OFFICERTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
 Valor : 3.836,00 (três mil oitocentos e trinta e seis reais)
 Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0086/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: VANTEC - IND. DE MAQUINAS LTDA
 Valor : 32.850,00 (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de materiais permanente e de custeio diversos para melhorias na AMPREX - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Preserva Xaxim.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0025/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
 Contratada.: PONTES CONSTRUTORA EIRELI - EPP
 Valor : 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)
 Vigência : Início: 28/06/2016 Término: 28/06/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Registro de preço contratação de serviços para a execução de remendos de calçamento com pedras irregulares em vias urbanas do município.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0089/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: VIDRACARIA CICHELERO LTDA - ME
Valor : 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Empresa para Execução de reforma do CEJAX do Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0026/2016-A
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: MARIA ANA PIANA - ME
Valor : 351.490,00 (trezentos e cinquenta e um mil quatrocentos e noventa reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : O registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0026/2016-B
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: F. VACHILESKI & CIA LTDA
Valor : 470.200,00 (quatrocentos e setenta mil duzentos reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : O registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0026/2016-C
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: GIARETTA PNEUS LTDA - EPP
Valor : 191.400,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : O registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: RP0026/2016-D
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: RECAPADORA XAXIM LTDA - EPP
Valor : 179.290,00 (cento e setenta e nove mil duzentos e noventa reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : O registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0026/2016-E
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: TURELLI COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
Valor : 335.528,00 (trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : O registro de preços para prestação de serviços de conserto de pneus, câmaras, (recauchutagem), recapagem montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0090/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA - ME
Valor : 7.216,66 (sete mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 21/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para elaboração do plano Municipal decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolcentes conforme orientação do CONANDA.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0091/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: AFONSO TOMCZAK - ME
Valor : 11.650,00 (onze mil seiscentos e cinqüenta reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 25/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : A contratação de empresa especializada para execução de serviços para reforma, remoção e construção de abrigos escolares em áreas urbanas de Xaxim - SC, incluso fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0092/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: DISBRAPLAC LTDA - EPP
Valor : 27.516,00 (vinte e sete mil quinhentos e dezesseis reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 25/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : A contratação de empresa especializada para execução de serviços para reforma, remoção e construção de abrigos escolares em áreas urbanas de Xaxim - SC, incluso fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0094/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CHAPECO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA LTDA
Valor : 7.775,40 (sete mil setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 27/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : aquisição de equipamentos de segurança eletrônicos pra 16º Delegacia Regional de Polícia de Xanxerê-FRON - Delegacia de Polícia da Comarca de Xaxim-FRON.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0096/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: MERLOS JR EMPREENDEIMENTOS LTDA
Valor : 1.330.560,00 (um milhão trezentos e trinta mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 04/08/2016 Término: 04/08/2021
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do município de Xaxim/SC, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT161/14/AD02/16 - Contrato Nº: CT0161/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/08/2016 Término: 22/10/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE XAXIM - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0027/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME
Valor : 71.808,00 (setenta e um mil oitocentos e oito reais)
Vigência : Início: 12/08/2016 Término: 12/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais elétricos pra a manutenção da iluminação Pública.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0097/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: VIDRACARIA CICHELEIRO LTDA - ME
Valor : 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais)
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de divisórias de Eucatex com portas, vidro incolor, mão de obra de montagem e desmontagem para parte do atendimento, recepção da 16ª Delegacia Regional De Polícia De Xanxerê-FRON- Delegacia De Polícia Da Comarca De Xaxim-FRON.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0099/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: LUIS FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS - ME
Valor : 114.947,00 (cento e quatorze mil novecentos e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 18/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada para executar obras e serviços de construção de praça pública , na rua Rio Grande esquina com Rua Avelino Vicenzi, Bairro Bella Vista com área de 927,91m².

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT14/13AD08/16 - Contrato Nº: 0014/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA
Valor : 43.087,03 (quarenta e três mil e oitenta e sete reais e três centavos)
Vigência : Início: 02/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2013
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 211.454,37
Objeto : AQUISIÇÃO DE APOSTILAS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO MEDIO PARA 3.820 ALUNOS, E SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O ANO LETIVO DE 2013.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0029/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: DEISE MARGARETH WENZEL LUSSANI 00810376946
Valor : 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 23/08/2016 Término: 23/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, tudo em conformidade com as especificações constantes no anexo I deste edital, destinada a Secretaria de Educação e Cultura.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0103/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: CRISTIANE MENDES DA SILVA 00860208974
Valor : 7.008,00 (sete mil e oito reais)
Vigência : Início: 05/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada para prestar serviços de retirada, deslocamento e instalação de climatizado com instalação da fiação e tomadas necessárias , na unidade do Cejax , na rua da Matriz com a dez de novembro.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0089/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0089/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: VIDRACARIA CICHELERO LTDA - ME
Valor : 6.499,80 (seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 30/08/2016 Término: 30/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2016
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 526.352,12
Objeto : Contratação de Empresa para Execução de reforma do CEJAX do Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT212/13AD05/16 - Contrato Nº: 0212/2013

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 30/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS E MEIO-FIO, SINALIZAÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS E REDUTORES DE VELOCIDADE, DE ACORDO COM O PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE 0338825-13/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVENIO SICONV 057278/2010.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0106/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: N A L PEREIRA - ME

Valor : 19.000,00 (dezenove mil reais)

Vigência : Início: 30/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação De Empresa Especializada Na Execução De Monumento Com Armação De Ferro E Modelagens De Resina E Fibra De Vidro Para Homenagear Um Dos Pioneiros Da Mais Recente Fase De Desenvolvimento De Xaxim, "José Sorgatto" Pioneiro E Trabalhador, No Terminal Rodoviário De Passageiros

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0079/16AD01-16 - Contrato Nº: CT0079/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/07/2016 Término: 24/10/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sendo:
a) Recuperação de pavimentação asfáltica em CBUQ na Avenida Giacomio Lunardi, incluindo recuperação de pavimentação remendos profundos, remendos superficiais, pavimentação asfáltica, sinalização e complementares conforme projeto e memorial descritivo;
b) Pavimentação asfáltica na Rua Domingos Piana sendo 4.357,62m2 sobre calcamento, sinalização e obras complementares,

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT132/15AD03/16 - Contrato Nº: CT0132/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA.

Valor : 23.237,13 (vinte e três mil duzentos e trinta e sete reais e treze centavos)

Vigência : Início: 03/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 28/2015

Recursos : Dotação: 1.008.4.4.90.00.00.00.00 (54) Saldo: 313.816,11

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de mobilidade urbana - sinalização - abrigos de passagens, remoção e estreitamento de canteiros, pavimentação asfáltica calçada em pavers, meio fio.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : RP0020/16AD01/16 - Contrato Nº: RP0020/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SINALVIAS SINALIZADORA VIARIA LTDA.
Valor : 19.100,00 (dezenove mil cem reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 30/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2016
Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (18)
Objeto : Registro de preço para contratação de empresa especializada em pintura horizontal em faixa de pedestres, divisão de vias, estacionamentos e dizeres em área urbana, do município de xaxim - SC

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT0019/16AD03/16 - Contrato Nº: CT0019/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: SRV PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 17/08/2016 Término: 17/02/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : A contratação de empresa especializada na área de engenharia, para construção, com fornecimento de material e mão de obra, construção de edificação em alvenaria - destinada ao "Centro de Referência Especializado de Atendimento á Mulher em Situação de Violência", situado na Rua Josué Zamprogna, no bairro Flor, com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados) - pavimento térreo conforme convênio com SICONV, proposta 18337/2014

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0107/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: S.O.S SUL RESGATE-COM.SERVICOS DE SEG. SINALLIZACA
Valor : 6.374,43 (seis mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos)
Vigência : Início: 24/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição De Mangueira Para Equipamento Desencarcerado Da Marca Weber-Hydra Ulik Rescue Equipamento, De Fabricação Estrangeira, Através Da Empresa S.o.s sul Resgate Comercio E Serviço De Segurança E Sinalização Ltda, Que É Detentora Da Representação Exclusiva Em Nossa Região.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT267/13AD07/16 - Contrato Nº: CT0267/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: HIGIENEZA SERVIÇOS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - E
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção das unidades de ensino municipal através de serviços de higienização conforme descrito no termo de referência anexo ao presente edital

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0109/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada...: AGUA RARA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME
Valor : 7.395,00 (sete mil trezentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamento de mergulho para a 3º Cia do Corpo de Bombeiros Militares de Xaxim-SC.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT19/16AD04/16 - Contrato Nº: CT0019/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: SRV PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA - ME

Valor : 12.312,47 (doze mil trezentos e doze reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 17/02/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : A contratação de empresa especializada na área de engenharia, para construção, com fornecimento de material e mão de obra, construção de edificação em alvenaria - destinada ao "Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência", situado na Rua Josué Zamproga, no bairro Flor, com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados) - pavimento térreo conforme convênio com SICONV, proposta 18337/2014

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0032/2016-A

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: EMBRIOSEM - EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EP

Valor : 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 19/09/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEM BOVINO, AQUISIÇÃO DE BAINHAS PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, AQUISIÇÃO DE LUVAS COMUNS PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, PARA USO EM INSEMINAÇÕES NO REBANHO BOVINO DE PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES DO MUNICIPIO DE XAXIM.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: RP0032-2016-B

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME

Valor : 14.870,00 (quatorze mil oitocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 19/09/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEM BOVINO, AQUISIÇÃO DE BAINHAS PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, AQUISIÇÃO DE LUVAS COMUNS PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, PARA USO EM INSEMINAÇÕES NO REBANHO BOVINO DE PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES DO MUNICIPIO DE XAXIM.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0111/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada....: RESTAURANTE DO CLUBE LTDA

Valor : 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 21/09/2016 Término: 27/09/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em buffets para fornecimento de refeições para realização de almoço da 26ª (vigésima sexta) Festa Municipal do Idoso.

Aditivo Nº : CT111/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0111/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: RESTAURANTE DO CLUBE LTDA
Valor : 9.487,50 (nove mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 22/09/2016 Término: 27/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (104) Saldo: 18.592,95
Objeto : Contratação de empresa especializada em buffets para fornecimento de refeições para realização de almoço da 26ª (vigésima sexta) Festa Municipal do Idoso.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT79/16AD02/16 - Contrato Nº: CT0079/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 21/09/2016 Término: 24/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sendo:
a) Recuperação de pavimentação asfáltica em CBUQ na Avenida Giacomio Lunardi, incluindo recuperação de pavimentação remendos profundos, remendos superficiais, pavimentação asfáltica, sinalização e complementares conforme projeto e memorial descritivo;
b) Pavimentação asfáltica na Rua Domingos Piana sendo 4.357,62m2 sobre calcamento, sinalização e obras complementares,

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT105/13AD06/16 - Contrato Nº: 0212/2013
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PASSEIOS E MEIO-FIO, SINALIZAÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS E REDUTORES DE VELOCIDADE, DE ACORDO COM O PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE 0338825-13/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVENIO SICONV 057278/2010.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT77/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0077/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada....: EFICCAZ CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 24/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : A contratação de empresa especializada para revitalização do Terminal Rodoviário de Xaxim, incluindo serviços iniciais, pavimentação, muro, pintura e letreiro (Terminal).

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0112/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME
Valor : 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 23/09/2016 Término: 23/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em transportes coletivo com capacidade mínima de 40 pessoas sentadas, com no máximo 15 anos de fabricação com no mínimo 02 portas.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT76/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0076/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 27/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : A contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de construção da praça Dr. Ari Moacir Lunardi, na Rua Antônio Lunardi, Bairro Dr. Ari Lunardi, Município de Xaxim - SC com área total de 696,00 m2, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para os serviços iniciais como: drenagem pluvial, pavimentação, vegetação e complementares, parte elétrica na qualidade e condições de execução.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT75AD01/16 - Contrato Nº: CT0075/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: CONCISA PAVIMENTACAO E TERRAPLENAGEM LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 21/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica, e drenagem pluvial localizado no Distrito Industrial Município de Xaxim nas Ruas: Joao Dedonatti com área de 3.206,20 m²; e Rua Fidelis Pulga com área de 2.387,80 m².

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº.: CT0113/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM
Contratada.: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 83.556,83 (oitenta e três mil quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 30/09/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 15/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de construção da Praça Pública Júlio Lunardi, na Rua Julio Lunardi, Bairro Guarani, incluso o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT29/16-AD01/16 - Contrato Nº: CT0029/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 06/09/2016 Término: 05/11/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em cobertura de quadra esportiva. Incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundação, estrutura metálica e cobertura, drenagem pluvial, instalações elétricas e serviços diversos.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0114/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: BORTONCELLO E FILHOS LTDA - ME

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 31/08/2016 Término: 31/08/2026

Licitação : Concorrência para Alienação Nº.: 7/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Doação não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Contrato Nº...: CT0115/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: BRG COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIO LTDA

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 31/08/2016 Término: 31/08/2026

Licitação : Concorrência para Alienação Nº.: 7/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Doação não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva.

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Aditivo Nº : CT65/16AD01/16 - Contrato Nº: CT0065/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/09/2016 Término: 30/01/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para Pavimentação asfáltica CBUQ (e=6cm), drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal, nos Bairros Ari Lunardi e Guarany nas Ruas: Avelino Lunardi com área de 9.914,00m²; Getúlio Vargas com área de 6.740,00m² e Rio Grande com área de 10.020,00m² com uma área total de 2.6674,00m².

Xaxim, 4 de Novembro de 2016

Decreto 363

DECRETO Nº. 363/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 03 de novembro de 2016, o servidor municipal MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo



comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, portador da matrícula 7184, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 364

DECRETO Nº. 364/2016.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal DIEGO ROTTAVA, no cargo OPERADOR, portador da matrícula 6452, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 05 de novembro de 2016, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de novembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Decreto 365

DECRETO Nº. 365/2016.

Exonera servidora municipal comissionada e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a servidora municipal LAURETE DE FATIMA MELLA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 6309, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de novembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 366

DECRETO Nº. 366/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, SUSANA APARECIDA DANIELI DE BARROS, CPF: 016.578.239-03, para exercer o cargo de AGNETE ADMINISTRATIVO, código 009, Categoria ASA (ATIVIDADES DE SERVIÇOS AUXILIARES), nível 018, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 07 de novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de novembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras
Secretário Municipal de Administração

Associações

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 012/2016 - NOMEAÇÃO MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO AMPLA RESOLUÇÃO Nº 12/2016

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, Prefeita do Município de Camboriú, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Nomear os seguintes membros para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE AQUISIÇÕES OU ALIENAÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS POR MEIO DE SELEÇÃO AMPLA, a qual descreve o artigo 8º, inciso III da Resolução nº 11/2006, que institui o Regulamento de Contratações da FECAM:

- I - Sérgio Murilo Melgarejo - Presidente;
- II – Juares Augusto Dias – Membro;
- III – Isabela de Souza Fraga – Membro;

2 - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Florianópolis/SC, 04 de novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita de Camboriú

Presidente da FECAM

Consórcios

CIS/AMMVI

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – 26/10/2016

LICITAÇÃO Nº 007/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – 26/10/2016

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro da Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se a Pregoeira, a equipe de apoio, designada pela Resolução nº 122, de 19/09/2016 e a Advogada Maria de Fátima Martins, OAB/SC nº 35.127, nomeada através da Resolução nº 113, 11/03/2016, para análise e decisão quanto a documentação de habilitação da Licitação nº 007/2016 - Pregão Eletrônico, cujo objeto é Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Atenderam a todas as exigências do Edital quanto a Documentação de Habilitação estando aptas para serem habilitadas as empresas:

- A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 82.225.947/0001-65;
- ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: EPP - LC123: Sim - CNPJ: 11.018.062/0001-47;
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 00.802.002/0001-02;
- ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 13.568.558/0001-10;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 04.217.590/0001-60;
- ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 05.439.635/0004-56;
- CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 05.782.733/0001-49;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 67.729.178/0004-91;
- DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 02.520.829/0001-40;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: ME - LC123: Não - CNPJ: 76.386.283/0001-13;
- ILG COMERCIAL LTDA ME - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 20.657.155/0001-02;
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 12.889.035/0001-02;
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 04.071.245/0001-60;
- MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 09.676.256/0001-98;
- MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA - Tipo: S/A - LC123: Não - CNPJ: 07.752.236/0001-23;
- MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 05.912.018/0001-83;
- PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 13.485.130/0001-03;
- PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 81.706.251/0001-98;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA-ME - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 04.889.315/0001-92;
- SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 09.944.371/0001-04.

As demais empresas participantes não atenderam a todas as exigências do Edital no que diz respeito a Documentação de Habilitação, conforme segue:

- AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - CNPJ: 20.590.555/0001-48: A empresa apresentou proposta escrita para os itens 26 e 27 com valor diferente do registrado no www.portaldecompraspublicas.com.br. O valor registrado para o item 26 foi de R\$ 0,041 e para o item 27 foi R\$ 0,059. Na proposta a empresa apresentou o preço já convertido pelo total da embalagem, visto que o produto foi licitado por mililitro, assim o valor fornecido para o item 26 foi de R\$ 4,800 para o frasco de 120 ml, correspondente a R\$ 0,400 por mililitro. Para o item 27 o valor fornecido foi R\$ 6,960 para o frasco de 120ml, correspondente a R\$ 0,058 por mililitro, ambos com valores inferiores ao registrado no portal.

A empresa deverá apresentar proposta corrigida ou declaração informando que apresentará nova proposta na fase de negociação de preço.

- CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 03.652.030/0001-70: A empresa apresentou proposta escrita para os itens 60 e 62 com valor diferente do registrado no www.portaldecompraspublicas.com.br. O valor registrado para o item 60 foi R\$ 1,740 e para o item 62 foi R\$ 0,068. Na proposta a empresa apresentou para o item 60 o valor de R\$ 1,750 e para o item 62 o valor de R\$ 0,070, ambos com valores superiores ao registrado no portal.

A empresa deverá apresentar correção da proposta, conforme valor ofertado no www.portaldecompraspublicas.com.br.

- CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA. - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 44.734.671/0001-51: A empresa informou na ficha dos dados cadastrais que o responsável pela assinatura do contrato é Romeu Pereira de Souza, porém, encaminhou procuração outorgando poderes para Gaspar Mariano Skrabe.

A empresa deverá apresentar nova procuração ou a ficha de Dados cadastrais corrigida.

- DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 05.531.725/0001-20: A empresa foi vencedora do item 86 (Tramadol 50 mg/ml, ampola de 1 ml.), o produto foi licitado por ampola, porém foi encaminhado bula da apresentação em comprimido.

A empresa deverá encaminhar a bula do Tramadol 50 mg/ml, ampola de 1 ml.

- NUNESFARMA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 75.014.167/0001-00. A empresa não apresentou Dados cadastrais, conforme anexo V (Item 8.1, alínea p).

A empresa deverá encaminhar a ficha de Dados cadastrais.

- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 73.856.593/0001-66: A empresa não apresentou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. (Item 8.1, alínea q).

A empresa deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. (Item 8.1, alínea q). Ressalta-se que a empresa já consta no cadastro de fornecedores do CISAMVI, estando inclusive habilitada no Pregão Eletrônico Nº 005/2016, no qual foi apresentado o referido ato constitutivo.

- PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 04.559.759/0001-60: A empresa não apresentou Dados cadastrais, conforme anexo V (Item 8.1, alínea p). Apresentou proposta escrita para os itens 14 e 20 com valor diferente do registrado no www.portaldecompraspublicas.com.br. O valor registrado para o item 14 foi R\$ 0,220 e para o item 20 foi R\$ 0,850. Na proposta a empresa apresentou para o item 14 o valor de R\$ 0,230 e para o item 20 o valor de R\$ 0,860, ambos com valores superiores ao registrado no portal.

A empresa deverá encaminhar a ficha de Dados cadastrais e correção da proposta, conforme valor ofertado no www.portaldecompraspublicas.com.br.

- VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - Tipo: Ltda - LC123: Não - CNPJ: 00.088.317/0001-21: A empresa não apresentou Dados cadastrais, conforme anexo V (Item 8.1, alínea p).

A empresa deverá encaminhar a ficha de Dados cadastrais.

Considerando que o CISAMVI tem como objetivo a gestão e/ou execução de políticas, programas ou manutenção de ações e serviços de interesse comum de todos os Municípios Consorciados que necessitem de uma estrutura técnica comum através do Consórcio Público na área de saúde pública, bem como, aquisição de medicamentos e a compra de serviços, como meio de redução das despesas, maior abrangência das ações e serviços com melhor resolutividade;

Considerando a prerrogativa administrativa de sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, prestigiando princípios que conformam a atividade administrativa;

Considerando ainda, que a concessão de prazo para regularização das pendências apuradas não configura tratamento desigual, pois foi disponibilizado de forma igualitária e tampouco acarreta prejuízo ao erário público;

Considerando que o saneamento não prejudica a competitividade ou a isonomia, mas sim prestigia o princípio da continuidade do serviço público, da razoabilidade, da proporcionalidade e eficiência;

A Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, e assessoria jurídica, decidiram conceder prazo para regularização, via e-mail, das pendências acima elencadas até 08 de novembro, às 20:00 horas (terça-feira),

Por fim, ficou decidido que as empresas deverão encaminhar os documentos faltantes até a data e horário acima estabelecido para o e-mail raquel@cisamvi.sc.gov.br.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião na qual foi lavrada a presente Ata, que será assinada pela Pregoeira e Equipe de apoio e assessoria jurídica.

Ligia Hoepfner

Pregoeira

Raquel Gripa

Equipe de apoio

Silvani Maria Sehnem do Amaral

Equipe de apoio

Marcos da Rocha

Equipe de apoio

Maria de Fátima Martins

OAB/SC nº 35.127

CIS/AMOSC

EXTRATO CREDENCIAMENTO

MÊS DE AGOSTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 23/2016

PRESTADOR: ELINE ZAMARCHI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 24/2016

PRESTADOR: AIRTON KANNEMBERG

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta de Angiologia

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2016

PRESTADOR: AIRTON KANNEMBERG

OBJETO: Prestação de realização de procedimentos cirúrgicos eletivos vascular e consulta pré-cirúrgicas

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 25/2016

PRESTADOR: CLINICA CIRURGICA CHAPECO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento Consulta, Endoscopia digestiva alta e Colonoscopia.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 26/2016

PRESTADOR: TATIELE BRESSAN

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 09/2016

PRESTADOR: CLINICA BRANDELEIRO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Eletrocardiograma.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 10/2016

PRESTADOR: CENTRO AUDITIVO CHAPECO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Processamento Auditivo Central.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 11/2016

PRESTADOR: CLINICA MEDICA RADIMAGEM

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Exames de Ultrassonografia e Densitometria Óssea.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 12/2016

PRESTADOR: ULTRA MEDICINA DIAGNOSTICA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Exames de Ultrassonografia Obstétrica.

VIGÊNCIA: A partir de agosto de 2016

MÊS DE SETEMBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 27/2016

PRESTADOR: CENTRO ESPECIALIZADO DE SERVIÇOS DE SAUDE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta e Terapia em Psiquiatria.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 28/2016

PRESTADOR: DAVI & MORENO CLINICA MEDICA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta e Exames de cardiologia.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 29/2016

PRESTADOR: INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTENCIA A SAUDE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta Cirurgias Eletivas de Ortopedia.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 30/2016

PRESTADOR: DANIELI JULIA STRAPAZZON

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 31/2016

PRESTADOR: CARINE BRUSCHI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Nutricional.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 13/2016

PRESTADOR: ULTRA MEDICINA DIAGNOSTICA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Exames de Ultrassonografia.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 14/2016

PRESTADOR: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA AUDITIVA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Processamento Auditivo Central.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2016

MÊS DE OUTUBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 32/2016

PRESTADOR: ANGELICA MUCELIN

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2016

TERMO ADITIVO Nº: 13/2016

PRESTADOR: AUDIOCLINICA DIAGNOSTICOS AUDIOLOGICOS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Processamento Auditivo Central.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2016

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM-REG MEIO OESTE Nº 002/2016**

Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

“Institui minutas de documentos e procedimentos padrão para registro, funcionamento e gestão da Ouvidoria no CISAM-REG”.

O Presidente da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, órgão operacionalizador do CISAM-REG, no uso de suas competências e conforme aprovado na Ata CREFISBA Nº 01/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, as minutas dos documentos e procedimentos necessários ao registro, funcionamento e gestão da ouvidoria, de acordo com os anexos a seguir enumerados e que integram esta Resolução:

- I – Solicitação à ouvidoria;
- II – Convite para audiência de mediação;
- III – Termo de acordo em audiência;
- IV – Termo de Audiência;
- V – Termo de ciência;
- VI – Abertura de Processo Administrativo;
- VII - Parecer e decisão;
- VIII – Convite para audiência pública;
- IX – Aviso de consulta pública;
- X – Portaria para nomeação de Presidente e Secretário (da audiência pública);
- XI – Relatório mensal – ouvidoria;
- XII – Relatório anual da ouvidoria;
- XIII – Relatório anual de indicadores e
- XIV – Sistema de protocolo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 04 de novembro de 2016.

Nasser Ibrahim

Presidente da CREFISBA

ANEXO I da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

SOLICITAÇÃO À OUVIDORIA

OCORRÊNCIA PROTOCOLADA SOB Nº _____

1. DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO: ____/____/____ H ____ MIN

2. NOME DO SOLICITANTE: _____

3. CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CPF/CNPJ Nº: _____

4. ENDEREÇO: Rua: _____

Bairro: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Município/UF: _____

5. PRESTADOR ENVOLVIDO: _____

6. MATRÍCULA DO SOLICITANTE NO PRESTADOR: _____

7. Nº DO PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO NO PRESTADOR: _____

8. FORMA DE CONTATO: _____

9. ESPÉCIE DA SOLICITAÇÃO:

() CONSULTA () DENÚNCIA () DÚVIDA

() ELOGIO () RECLAMAÇÃO () SUGESTÃO

10. SITUAÇÃO APRESENTADA/DESCRIÇÃO DO FATO/PRETENSÃO DO RECLAMANTE: _____

11. ENCAMINHAMENTO/PROVIDÊNCIAS: _____

12. DATA E HORA DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU SOLUÇÃO:

____/____/____ H ____ MIN

13. ATENDENTE: _____

ANEXO II da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

CONVITE PARA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

Capinzal (SC), ____ de _____ de 201__.

A

CEP _____

Prezado (a) Senhor (a),

Ref. Sua solicitação – Protocolo nº _____ :

Com referência a solicitação supra mencionada, relacionada ao Prestador: _____ encaminhada a este órgão regulador (CISAM-REG), informamos que foi designada audiência de mediação para o dia ____/____/____, às ____h e ____min, para a qual convidamos Vossa Senhoria, com vistas a eventual obtenção de um acordo entre as partes.

Na oportunidade, Vossa Senhoria deverá comparecer, por si ou através de um procurador – devidamente habilitado por procuração com firma reconhecida em Cartório – onde contaremos, também, com a presença de um preposto/representante do Prestador: _____.

Contando com seu comparecimento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

OUVIDOR

ANEXO III da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

TERMO DE ACORDO EM AUDIÊNCIA

SOLICITAÇÃO PROTOCOLO Nº _____

Audiência de mediação realizada aos ____ de _____ de 201__, presidida pelo Sr. _____, Mediador responsável pelo órgão de Regulação; com a presença do Solicitante: _____ e do Sr(a) _____ representando o Prestador: _____

_____, todos que assinam o presente Termo. Procedido relatório da Solicitação em comento, o Mediador propôs a formalização de acordo o que foi aceito pelas partes mediante as seguintes condições que as partes aceitam e obrigam-se a cumprir:

- 1)
- 2)
- 3)

Com o cumprimento das condições e obrigações ora assumidas, as partes outorgam uma à outra, plena e integral quitação, declarando que nada mais têm a reclamar em relação aos fatos narrados na Solicitação em questão. Isto posto o Mediador homologou os termos do acordo e julgou extinta definitivamente a reclamação, determinando o seu arquivamento. Partes presentes, declaram-se cientes da presente decisão.

Capinzal/SC, ____ de _____ de 201__

_____ Solicitante. _____ Representante do Prestador.

_____ Mediador/Ouvidor

ANEXO IV da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

TERMO DE AUDIÊNCIA

Em caso de: 1) Ausência de qualquer das partes;
2) Não obtenção de obtenção de acordo. (utilizar 1) ou 2), conforme o caso)

SOLICITAÇÃO PROTOCOLO Nº _____

Audiência de mediação realizada aos ____ de _____ de 20__, presidida pelo Sr. _____, Mediador responsável pelo órgão de Regulação; com a presença de _____ e do(a) Sr(a) _____, representando o Prestador: _____, que subscrevem o presente Termo:

- 1) Verificou-se a ausência:da parte Solicitante; de representante do Prestador _____ ainda que regularmente informada/intimada da realização da audiência, conforme AR dos Correios constante do processo.
- 2) Proposto um acordo pelo Mediador, verificou-se a não aceitação pelas partes. Restando inexistente a tentativa de conciliação o Mediador determinou (utilizar a) ou b), conforme o caso)
 - a) a abertura de Processo Administrativo a ser enviado à Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, para análise e parecer;
 - b) o encerramento da audiência com a(s) parte(s) presente(s) declarando-se ciente(s) da presente decisão.

Capinzal/SC, ____/____ de 20__

____ Solicitante. _____ Representante do Prestador

____ Mediador/Ouvidor

ANEXO V da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

TERMO DE CIÊNCIA

- ☐ SOLICITAÇÃO PROTOCOLO Nº _____
- ☐ DATA DA REMESSA AO CREFISBA: ____/____/____
- ☐ AO PRESTADOR: _____

Considerando que na audiência designada para o dia ____/____/201____, às ____h, verificou-se 1) a ausência ... da parte Solicitante de representante do Prestador:; 2) não ter havido acordo entre as partes a Solicitação prosseguirá sob a forma de Processo Administrativo, cuja controvérsia é submetida à Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA para análise e julgamento. Pretensão/Razões do Solicitante: . . .

Assim sendo, notificamos esse Prestador para: 1) se for o caso, adotar as providências que julgar oportunas para solucionar o problema apontado pelo Solicitante (Pretensão/Razões, acima), informando a essa CREFISBA e, 2) prestar a essa CREFISBA todas as informações úteis para subsidiar decisão para a solução do conflito.

No aguardo de suas providências, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

Ouvidor CISAM - REG

ANEXO VI da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

- ☐ SOLICITAÇÃO PROTOCOLO Nº _____
- ☐ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____
- ☐ DATA INSTAURAÇÃO: ____/____/____
- ☐ DATA DA REMESSA: ____/____/____ .

Considerando que na audiência designada para o dia ____/____/201____, às ____h, verificou-se 1) a ausência ... da parte Solicitante de representante do Prestador:; 2) não ter havido acordo entre as partes, ... cumpre prosseguir sob a forma de Processo Administrativo submetendo a controvérsia à Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA para análise e parecer.

a) Pretensão/Razões do Solicitante: . . .

b) Razões do Prestador: . . .

Presidente da CREFISBA

ANEXO VII da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

PARECER E DECISÃO

(Obs.: o conteúdo da solicitação, bem como as alegações e decisão desta minuta são ilustrativas. Deve-se relatar e decidir sobre a realidade de cada caso.)

- ☐ SOLICITAÇÃO PROTOCOLO Nº _____
- ☐ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

Esta Câmara de Regulação e Fiscalização, por seus integrantes que esta subscrevem, analisa o contido no Termo de Ciência de ____/____/____, que encaminhou o Processo Administrativo nº _____

Trata-se de Solicitação que reclama ao argumento de que.... e mais, de que também O Solicitante pretende (Ex.: a redução do valor de sua fatura relativa ao consumo de água e esgoto nos meses de e/20____). A Solicitação mostra-se consistente/inconsistente e viável/razoável/sem razoabilidade em razão de que

O Prestador, por sua vez, alega que a Solicitação em apreço não procede e não pode subsistir em virtude de Afirma mais que a Solicitação contraria o disposto no § ____ do art., não encontrando, pois, amparo no Regulamento. Ademais, acrescenta que a comunicação da ocorrência pelo Solicitante foi feita fora do prazo regulamentar.

Analisando-se os documentos trazidos e a argumentação expendida pelas partes esta CREFISBA verifica que a reclamação/Solicitação não procede e a pretensão não merece prosperar. Efetivamente, não encontra amparo no regulamento do Prestador, eis que afronta o contido no § ____ do art., do Regulamento. Também a primitiva comunicação do usuário Solicitante ao Prestador, foi feita em ____/____/____, somente dias após a constatação, fora do prazo de previsto na norma regulamentar.

DECISÃO: Isto posto, esta Câmara de Regulação e Fiscalização - CREFISBA julga improcedente a reclamação/preensão formulada na Solicitação que originou o presente Processo Administrativo. Dê-se ciência desta decisão às partes e após, archive-se.

Capinzal/SC, ____de _____ de 20__

Presidente da CREFISBA

ANEXO VIII da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

EDITAL N.º/20..

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO e CONVIDA os munícipes de para a Audiência Pública de apresentação e discussão da ,

(Especificar o objeto da discussão na audiência pública)

a ser realizada no dia de de 20, (..... -feira), com início às .. horas, no auditório do, localizado à Rua , nº - Bairro - (SC).

Atendendo aos princípios da administração pública, consagrados em textos legais, fazemos este chamamento público para se fazerem presentes à audiência.

Capinzal (SC), ..de de 20...

Presidente da CREFISBA

ANEXO IX da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O Presidente DA CÂMARA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO – CREFISBA, comunica a todos os interessados que, a partir do dia ..de de 20.. até o dia .. de de 20.., a versão preliminar do , da região de abrangência do CISAM-REG, estará disponível em seu "site" oficial(www.cisam.sc.gov.br) para CONSULTA PÚBLICA, através da qual poderão ser apresentadas sugestões e contribuições sobre o assunto, EM FORMULÁRIO PRÓPRIO, que poderão ser encaminhadas via internet, através do correio eletrônico@cisam.sc.gov.br ou presencialmente na , nº – Bairro – CAPINZAL (SC), das às horas, preenchendo formulário próprio que estará disponível no referido local.

Capinzal/SC, ____de _____ de 20__

Presidente da CREFISBA

ANEXO X da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

PORTARIA CISAM –REG Nº 000 /20__ DE __/20__

"Designa Presidente e Secretário para audiência pública/consulta pública da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico - CREFISBA designada para "

O Presidente da Câmara de Regulação e fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR os servidores abaixo para desempenhar as funções de Presidente e Secretário da audiência pública da CREFISBA, a realizar-se na data de/ /..... , em (SC):

- – Presidente

- – Secretário

Art. 2º - Ao Presidente caberá a direção dos trabalhos e a condução da audiência pública com vistas à consecução do resultado esperado.

Art. 3º - Ao Secretário cabe secretariar os trabalhos e a redigir a ata da audiência pública (ou do resultado da consulta pública).

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

CAPINZAL (SC), ____ de _____ de 20__.

Presidente da CREFISBA

ANEXO XI da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

RELATÓRIO MENSAL – OUVIDORIA

MÊS DE _____ ANO DE 20____

1. SOLICITAÇÕES RECEBIDAS NO PERÍODO : _____

2. SOLICITAÇÕES POR ESPÉCIE:

A) CONSULTAS: _____

B) DENÚNCIAS: _____

C) DÚVIDAS: _____

D) ELOGIOS: _____

E) RECLAMAÇÕES: _____

F) SUGESTÕES: _____

3. ENCAMINHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES:

A) NÃO ACOLHIDAS: _____

B) ACOLHIDAS: _____

C) NOTIFICADAS AO PRESTADOR: _____

D) EM ANÁLISE: _____

E) SOLUCIONADAS: _____

F) EXTINTAS POR ACORDO EM AUDIÊNCIA: _____

G) ABERTURA DE PROCESSO: _____

H) ADMINISTRATIVO (CREFISBA): _____

I) ARQUIVADAS: _____

4. OBSERVAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PERTINENTES:

CAPINZAL (SC), ____ de _____ de 20____.

OUVIDOR

ANEXO XII da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA

1. SOLICITAÇÕES RECEBIDAS NO PERÍODO : _____

2. SOLICITAÇÕES POR ESPÉCIE:

A) CONSULTAS: _____

B) DENÚNCIAS: _____

C) DÚVIDAS: _____

D) ELOGIOS: _____

E) RECLAMAÇÕES: _____

F) SUGESTÕES: _____

3. ENCAMINHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES:

A) NÃO ACOLHIDAS: _____

B) ACOLHIDAS: _____

C) NOTIFICADAS AO PRESTADOR: _____

D) EM ANÁLISE: _____

E) SOLUCIONADAS: _____

F) EXTINTAS POR ACORDO EM AUDIÊNCIA: _____

G) ABERTURA DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO (CREFISBA): _____

H) ARQUIVADAS: _____

4. OBSERVAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PERTINENTES:

CAPINZAL (SC), ____ de _____ de 20____.

OUVIDOR

ANEXO XIII da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

RELATÓRIO ANUAL DE INDICADORES

ANO DE 20____

1. SOLICITAÇÕES RECEBIDAS NO PERÍODO: _____

2. SOLICITAÇÕES POR ESPÉCIE:

() A. CONSULTAS () B. DENÚNCIAS () C. DÚVIDAS
() D. ELOGIOS () E. RECLAMAÇÕES () F. SUGESTÕES

3. SOLICITAÇÕES RECEBIDAS, POR PRESTADOR, MÊS A MÊS:

4. FORMA DE CONTATO DAS SOLICITAÇÕES:

() PESSOALMENTE () POR TELEFONE () POR E-MAIL
() POR VIA POSTAL () OUTRAS

5. TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES: _____ DIAS.

6. OCORRÊNCIAS POR PRESTADOR NO PERÍODO:

() ABDON BATISTA () ALTO BELA VISTA () BRUNÓPOLIS
() SAMAE-CNO () SIMAE-CAO () SANEFRAI
() FREI ROGÉRIO () SIMAE-JHL () MONTE CARLO
() VARGEM () ZORTÉA

7. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS SOLICITANTES COM AS RESOLUÇÕES:

() INSATISFEITO () PARCIALMENTE SATISFEITO () SATISFEITO

CAPINZAL (SC), ____ de _____ de 20____.

OUVIDOR

ANEXO XIV da Resolução CISAM-REG Nº 02/2016

SISTEMA DE PROTOCOLO

O Sistema de protocolo da ouvidoria registrará inicialmente o ano, depois o mês e o dia e por último o número da ocorrência com quatro dígitos. Obedecerá ordem sequencial anual, conforme exemplo abaixo.

PROTOCOLO Nº 201611010001			
Ano: 4 Dígitos	Mês: 2 dígitos	Dia: 2 dígitos	Sequencial: 4 dígitos
2016	08	12	0001

201608120001

Exemplo: Contempla o protocolo da primeira ocorrência do dia 12 de Agosto de 2016. O sistema permite saber, de pronto, pela visualização de um número de protocolo, o dia, mês e ano da ocorrência e o número sequencial dentro da respectiva data, de 0001 a 1000.

CONSÓRCIO LAMبارI**EDITAL N° 04_2016 EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE OUTUBRO 2016**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 4/2016

O Presidente do Consórcio Lamبارi, Senhor KLEBER MERCIO NORA – Prefeito do Município de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, §1º do Protocolo de Intenções, através deste edital, convoca os Prefeitos (as), para a Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO LAMبارI, que se realizará no dia 27 de outubro de 2016, a partir das 10h30, tendo como local a Sala de Reuniões da AMAUC, sito a Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia, com a seguinte ordem do dia:

PAUTA

Horário	Assunto
10h30	Abertura
10h40	Apresentação do novo Estatuto Social, em consonância com a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções, firmado em 25 de Novembro de 2015 e homologado por todas as Câmaras de Vereadores que integram o Consórcio Lamبارi.
11h	Apreciação do Novo Estatuto
11h15	Encerramento

Concórdia, 10 de outubro de 2016

KLEBER MERCIO NORA

Presidente do Consórcio Lamبارi

CIAPS**RESOLUÇÃO N° 26, DE 27 OUTUBRO DE 2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CNPJ 21.568.943/0001-95

QUINTINO BOCAIUVA - Centro - CEP 89135000 - APIUNA - SC

Fone: (047) 3380-8253 Fax: (047) 3331-5800

RESOLUÇÃO N° 26, de 27 OUTUBRO de 2016

RESOLVE:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a adicionais por excesso de arrecadação no valor de R\$65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), observa funcionais programáticas.

Órgão: Unidade:

06

06.001

CIAPS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: Vínculo:

Valor Suplementado: R\$ 52.000,00 331900000000000

1640116

APLICACOES DIRETAS

Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3339000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1640116 Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor Suplementado: R\$ 13.000,00 Total Suplementado: R\$ 65.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

APIUNA - SC, 27 de outubro de 2016.

NICANOR MORRO

CIS/AMERIOS

BALANCETE DE DESPESAS CIS/AMERIOS OUTUBRO DE 2016

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa				Outubro de 2016		Folha: 1	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude									
Unidade Gestora..... CIS - Amerios									
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS									
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO									
Dotacao		Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel		
			Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar		
			Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar		
10	Saude								
10122	Administracao Geral								
101220002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS								
101220002.2.004000	Adminitracao								
3.1.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS								
1	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	52.742,42		
			5.088,60	5.088,60	0,00	5.088,60	0,00		
			47.257,58	47.257,58	0,00	47.257,58	0,00		
3.1.90.11.01.00.00	VENCIMENTOS E SALARIOS								
10	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			3.960,00	3.960,00	0,00	3.960,00	0,00		
			36.112,21	36.112,21	0,00	36.112,21	0,00		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS								
11	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			316,80	316,80	0,00	316,80	0,00		
			3.128,52	3.128,52	0,00	3.128,52	0,00		
3.1.90.13.02.00.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS								
12	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			811,80	811,80	0,00	811,80	0,00		
			8.016,85	8.016,85	0,00	8.016,85	0,00		
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS								
2	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		1.690.000,00	0,00	0,00	0,00	1.690.000,00	611.980,54		
			161.743,27	161.743,27	0,00	161.743,27	0,00		
			1.078.019,46	1.078.019,46	1.136,25	1.078.019,46	0,00		
3.3.90.30.01.00.00	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS								
15	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	0,00	0,00	0,00			
			1.024,78	1.024,78	0,00	1.024,78	0,00		
3.3.90.30.39.00.00	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS								
20	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	0,00	0,00	0,00			
			470,00	470,00	0,00	470,00	0,00		
3.3.90.36.06.00.00	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS								
8	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	0,00	0,00	0,00			
			7.477,00	7.477,00	0,00	7.477,00	0,00		
3.3.90.36.30.00.00	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS								
4	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			26.496,00	26.496,00	0,00	26.496,00	0,00		
			183.302,00	183.302,00	0,00	183.302,00	0,00		
3.3.90.36.99.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FI								
21	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	0,00	0,00	0,00			
			1.208,00	1.208,00	0,00	1.208,00	0,00		
3.3.90.39.11.00.00	LOCACAO DE SOFTWARES								
6	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00		
			14.400,00	14.400,00	0,00	14.400,00	0,00		
3.3.90.39.19.00.00	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS								
27	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	0,00	0,00	0,00			
			80,00	80,00	0,00	80,00	0,00		
3.3.90.39.50.00.00	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO								
5	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			126.661,44	126.661,44	0,00	126.661,44	0,00		
			815.429,56	815.429,56	1.136,25	815.429,56	0,00		
3.3.90.39.81.00.00	SERVICOS BANCARIOS								
13	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			79,20	79,20	0,00	79,20	0,00		
			704,22	704,22	0,00	704,22	0,00		
3.3.90.39.99.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU								
7	Fonte..... 100 Recursos ordinarios								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			57,00	57,00	0,00	57,00	0,00		
			917,00	917,00	0,00	917,00	0,00		
3.3.90.47.12.00.00	CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP								

CPcetil - Contabilidade Publica - Emissao: 04/11/2016 as 16h7min (1)

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa		Outubro de 2016		Folha: 2	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude							
Unidade Gestora..... CIS - Amerios							
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar	
14 Fonte.....	100 Recursos ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.550,43	1.550,43	0,00	1.550,43	0,00	
		11.873,30	11.873,30	0,00	11.873,30	0,00	
3.3.90.47.18.00.00	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS						
9 Fonte.....	100 Recursos ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		5.299,20	5.299,20	0,00	5.299,20	0,00	
		41.133,60	41.133,60	0,00	41.133,60	0,00	
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS						
16 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.36.30.00.00	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS						
17 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.11.00.00	LOCACAO DE SOFTWARES						
19 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO						
18 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS						
22 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	207.890,69	0,00	0,00	207.890,69	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		207.890,69	207.890,69	0,00	207.890,69	0,00	
3.3.90.36.30.00.00	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS						
23 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		32.478,20	32.478,20	0,00	32.478,20	0,00	
3.3.90.39.11.00.00	LOCACAO DE SOFTWARES						
25 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	
3.3.90.39.50.00.00	SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO						
24 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		170.264,65	170.264,65	0,00	170.264,65	0,00	
3.3.90.47.18.00.00	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS						
26 Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		3.547,84	3.547,84	0,00	3.547,84	0,00	
4.4.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS						
3 Fonte.....	100 Recursos ordinarios						
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Unidade Orcamentaria	1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	674.722,96	
		166.831,87	166.831,87	0,00	166.831,87	0,00	
		1.333.167,73	1.333.167,73	1.136,25	1.333.167,73	0,00	
Total do Orgao	1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	674.722,96	
		166.831,87	166.831,87	0,00	166.831,87	0,00	
		1.333.167,73	1.333.167,73	1.136,25	1.333.167,73	0,00	
Total Geral	1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	674.722,96	
		166.831,87	166.831,87	0,00	166.831,87	0,00	
		1.333.167,73	1.333.167,73	1.136,25	1.333.167,73	0,00	

CPcetil - Contabilidade Publica - Emissao: 04/11/2016 as 16h7min (1)

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Outubro de 2016

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel
		Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar
CIS - AMERIOS	1.800.000,00	Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
		207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	674.722,96
		166.831,87	166.831,87	0,00	166.831,87	0,00
		1.333.167,73	1.333.167,73	1.136,25	1.333.167,73	0,00
Total Geral	1.800.000,00	207.890,69	0,00	0,00	2.007.890,69	674.722,96
		166.831,87	166.831,87	0,00	166.831,87	0,00
		1.333.167,73	1.333.167,73	1.136,25	1.333.167,73	0,00

ROGERIO PERIN
Presidente

FABIANE GALERA
Sec. Adm e Financeira

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8

BALANCETE DE RECEITA CIS/AMERIOS OUTUBRO DE 2016

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Receita

Outubro/2016

Folha: 1

Unidade Gestora: CIS - Amerios

Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.800.000,00	143.612,98	1.330.940,13	-469.059,87
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	1.967,05	23.152,50	-1.847,50
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIO	25.000,00	1.967,05	23.152,50	-1.847,50
1.3.2.5.00.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCA	25.000,00	1.967,05	23.152,50	-1.847,50
1.3.2.5.02.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS				
1.3.2.5.02.99.00.00	REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS				
1 Fonte: 100	Recursos ordinarios	25.000,00	1.967,05	23.152,50	-1.847,50
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS				
2 Fonte: 100	Recursos ordinarios	20.000,00	0,00	0,00	-20.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.755.000,00	141.645,93	1.307.787,63	-447.212,37
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMEN	1.755.000,00	141.645,93	1.307.787,63	-447.212,37
1.7.2.3.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	1.755.000,00	141.645,93	1.307.787,63	-447.212,37
1.7.2.3.37.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PU	1.755.000,00	141.645,93	1.307.787,63	-447.212,37
1.7.2.3.37.01.00.00	Bom Jesus do Oeste				
3 Fonte: 100	Recursos ordinarios	85.000,00	13.816,08	99.894,63	14.894,63
1.7.2.3.37.02.00.00	Caibi				
4 Fonte: 100	Recursos ordinarios	140.000,00	9.428,50	94.285,00	-45.715,00
1.7.2.3.37.03.00.00	Cunha Pora				
5 Fonte: 100	Recursos ordinarios	130.000,00	8.611,20	109.201,37	-20.798,63
1.7.2.3.37.04.00.00	Cunhatai				
6 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	8.850,59	62.763,68	12.763,68
1.7.2.3.37.05.00.00	Flor do Sertao				
7 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	10.902,37	84.110,67	14.110,67
1.7.2.3.37.06.00.00	Iraceminha				
8 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	7.755,40	77.554,00	-42.446,00
1.7.2.3.37.07.00.00	Maravilha				
9 Fonte: 100	Recursos ordinarios	320.000,00	22.742,00	250.142,66	-69.857,34
1.7.2.3.37.08.00.00	Modelo				
10 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	9.785,70	86.052,32	-33.947,68
1.7.2.3.37.09.00.00	Palmitos				
11 Fonte: 100	Recursos ordinarios	110.000,00	14.630,14	78.514,94	-31.485,06
1.7.2.3.37.10.00.00	Riqueza				
12 Fonte: 100	Recursos ordinarios	100.000,00	6.097,60	60.976,00	-39.024,00
1.7.2.3.37.11.00.00	Romelandia				
13 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	5.322,76	46.392,78	-23.607,22
1.7.2.3.37.12.00.00	Salitinho				
14 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	1.728,80	19.803,24	-30.196,76
1.7.2.3.37.13.00.00	Sta Terezinha do Progresso				
15 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	3.864,80	42.753,23	-17.246,77
1.7.2.3.37.14.00.00	Sao Miguel da Boa Vista				
16 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	2.333,35	23.214,19	-36.785,81
1.7.2.3.37.15.00.00	Saudades				
17 Fonte: 100	Recursos ordinarios	70.000,00	9.322,30	65.915,99	-4.084,01
1.7.2.3.37.16.00.00	Tigrinhos				
18 Fonte: 100	Recursos ordinarios	50.000,00	6.454,34	47.867,63	-2.132,37
1.7.2.3.37.18.00.00	MH-SUS - PRODUCAO				
19 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	0,00	58.345,30	-91.654,70
Total Geral		1.800.000,00	143.612,98	1.330.940,13	-469.059,87

ROGERIO PERIN
Presidente

FABIANE GALERA
Sec. Adm e Financeira

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC/SC 020.101/0-8

Editais de Notificação

São Joaquim

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 272/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 272/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEW3144	55320887	09/08/2004	51690	165
LYJ4163	55320888	10/08/2004	65990	230 * V
LZI4943	55320607	17/07/2004	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 273/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 273/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO6659	55320523	26/08/2004	54870	181 * XI
LYV1781	55320727	16/08/2004	65990	230 * V
LYV1781	55320727	16/08/2004	69120	232
LYV1781	55320727	16/08/2004	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 274/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 274/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG9829	55320619	14/09/2004	57460	187 * I
LYN8716	55320729	03/09/2004	69200	233
LZQ1454	54746782	31/08/2004	69120	232
LZQ1454	54746783	31/08/2004	65560	230 * I
LZQ1454	54746782	31/08/2004	65990	230 * V
LZQ1454	54746783	31/08/2004	64080	221
MAN4941	55320890	06/09/2004	59670	203 * V
MBA6144	55320531	07/09/2004	69120	232
MBA6144	55320531	07/09/2004	50100	162 * I
MBN5410	55320530	07/09/2004	70300	244 * I
MCK7394	55320614	11/09/2004	56140	182 * V

MFL3030	55321221	11/09/2004	54870	181 * XI
MJR7770	55321222	14/09/2004	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 275/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 275/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMK1366	54746784	18/09/2004	69120	232
BMK1366	54746784	18/09/2004	65990	230 * V
HZI9272	55320732	03/09/2004	69200	233
LWW5829	55320730	03/09/2004	69200	233
LYA3238	55320734	03/09/2004	69200	233
MAG4457	55321220	27/08/2004	51690	165
MAG4457	55321220	27/08/2004	50450	162 * V
MAQ1843	55320622	26/09/2004	54790	181 * X
MCQ5479	55320616	11/09/2004	54950	181 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 276/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 276/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXJ1563 55321225 29/09/2004 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 277/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 277/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AER3870	55320786	07/09/2004	60760	210
AER3870	55320785	07/09/2004	54520	181 * VIII
MCX5576	55320611	08/09/2004	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 278/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 278/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV9889	55320749	29/11/2004	53800	181 * I
LYW8341	54746815	25/11/2004	50610	163 c/c 162 * I
LYW8341	54746815	25/11/2004	50100	162 * I
MBK5460	55320540	30/11/2004	56220	182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 279/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 279/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJW1918	55320746	12/11/2004	69200	233
LZQ8942	55320543	06/12/2004	56060	182 * IV
MAF4992	54746816	02/12/2004	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 280/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 280/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV9889 55320544 12/12/2004 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 323/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 323/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BFQ7119 55987359 07/11/2005 51850 167
BOM8544 55987365 13/11/2005 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 324/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 324/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYP7046 55987373 19/11/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 325/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 325/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAH1974 55988547 06/12/2005 50450 162 * V
MAH1974 55988547 06/12/2005 51690 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 326/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 326/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BSG4628 54746833 28/12/2005 69200 233
KLA1000 55987370 16/11/2005 51850 167
LIH1132 55987129 13/11/2005 51850 167
LYW4289 55987395 12/01/2006 57380 186 * II
LYW4289 55987393 12/01/2006 65990 230 * V
LYW4289 55987394 12/01/2006 50100 162 * I
LZR3786 54746834 28/12/2005 69200 233
LZX8406 55987337 23/12/2005 50100 162 * I
LZX8406 55987337 23/12/2005 65990 230 * V
LZX8406 55987337 23/12/2005 65800 230 * IV
LZX8406 55987337 23/12/2005 69120 232
MBR0451 55987408 26/10/2005 57380 186 * II
MGW3890 55321032 02/01/2006 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 328/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 328/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEV3591	55987343	16/01/2006	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 330/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 330/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ9901 55987391 06/01/2006 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 331/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 331/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADX2835 55987398 27/01/2006 51850 167
LYG2366 55987346 19/01/2006 51850 167
LYG4136 54746832 13/12/2005 69200 233
MBP3387 55987433 23/01/2006 64910 227 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 332/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 332/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ1236	55987472	05/02/2006	50100	162 * I
LZZ1236	55987471	05/02/2006	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 333/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 333/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIR9520 55987022 07/02/2006 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 341/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 341/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEB1095 55987219 27/02/2006 52740 175
AHD5500 55320433 21/02/2006 69200 233
BLF1666 55989010 20/02/2006 55410 181 * XVII
GUT2677 55987028 19/02/2006 54790 181 * X
IGH5413 55320434 21/02/2006 69200 233
LZI0394 55987259 04/02/2006 69470 235
MBY0952 55987492 05/04/2006 69200 233
MCO7335 55987486 21/03/2006 51930 168

MDC1628	55987218	24/02/2006	69200	233
MEP3600	55988426	10/06/2005	55840	182 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 343/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 343/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLE6815	55987223A	12/04/2006	69200	233
LXI5522	54746838	03/04/2006	69200	233
LZD7689	55987268A	13/04/2006	55500	181 * XVIII
LZI4563	55988002A	14/04/2006	60760	210
MAH1974	55987265	27/03/2006	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 345/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 345/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZX3944 55987509A 14/05/2006 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 348/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 348/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ9901	55987551A	11/05/2006	55410	181	* XVII
CXU5882	55987502A	11/04/2006	60500	208	
LXI0853	55988582A	07/05/2006	69120	232	
LXI0853	55988583A	07/05/2006	67690	230	* XXII
LXO4307	55988015A	14/05/2006	72340	250	* I * a
LXY7058	55987224A	12/04/2006	69200	233	
LYJ5569	55988585A	18/05/2006	69120	232	
LZU3961	55987034	07/04/2006	69200	233	
MAJ1172	55987554A	23/05/2006	51850	167	
MBA7313	55988004A	17/04/2006	57380	186	* II
MBI5990	55988014A	14/05/2006	72340	250	* I * a
MFH4831	55987497	08/04/2006	60500	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 367/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 367/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFF1132	55988175A	21/08/2006	51850	167
LXJ6511	55988188A	21/08/2006	51850	167
LXU2664	55988190A	21/08/2006	51850	167
LXV1313	55988178A	21/08/2006	51850	167
LZI0394	55987573A	12/08/2006	54600	181 * IX
LZJ4410	55988173A	21/08/2006	51850	167
LZY2501	55988258A	14/09/2006	65990	230 * V
MAC6186	55987598A	21/08/2006	51850	167
MAQ0988	55988052A	16/08/2006	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 369/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 369/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASF3850	55988257A	11/09/2006	66100	230 * VII
ASF3850	55988259A	17/09/2006	66100	230 * VII
BYM4899	55987957A	29/08/2006	69200	233
CJA0639	55988262A	26/09/2006	55680	181 * XIX
LYL5897	55987289A	07/09/2006	66370	230 * IX
LYL5897	55987288A	07/09/2006	65560	230 * I
LYL5897	55987286A	07/09/2006	50100	162 * I
LYL5897	55987287A	07/09/2006	65990	230 * V
LYL5897	55987284A	04/09/2006	52740	175
LZA6082	55988186A	21/08/2006	51850	167
LZX3286	55988211A	03/09/2006	64080	221
LZX3286	55988210A	03/09/2006	65990	230 * V
MBM2564	55988252A	05/09/2006	51850	167
MFE1881	55988060A	03/10/2006	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 381/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 381/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDW3032 55988218A 03/12/2006 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 382/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 382/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABN8553	55987516A	17/10/2006	69200	233
IFJ5199	55987520A	20/10/2006	51850	167
IJA3795	55987231A	02/12/2006	51690	165
IJA3795	55987232A	02/12/2006	57200	186 * I
IJA3795	55987233A	02/12/2006	60500	208
IJA3795	55987234A	02/12/2006	52070	169
LYG2475	55988287A	11/10/2006	57380	186 * II
MBE3812	55989104A	07/12/2006	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 385/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 385/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAF8422	55988216A	15/10/2006	55410	181 * XVII
AJC0016	55987543A	21/11/2006	51850	167
MAS4914	55987229A	06/11/2006	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 387/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 387/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMF4818	55988597A	18/11/2006	51690	165
BMF4818	55988594A	18/11/2006	65800	230 * IV
BMF4818	55988595A	18/11/2006	65990	230 * V
CKX0114	55989032A	20/11/2006	51850	167
IBZ3779	55987962A	06/11/2006	65990	230 * V
LWS9706	55987539A	04/11/2006	65990	230 * V
LWS9706	55987538A	04/11/2006	50100	162 * I
LZR5552	55989031A	20/11/2006	51850	167
MCL0631	55988359A	15/12/2006	65990	230 * V
MCL0631	55988360A	15/12/2006	50450	162 * V
MJS6000	55989023A	17/11/2006	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 389/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 389/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KDM9666	55989046A	02/12/2006	51850	167
LYE5991	55989044A	02/12/2006	51850	167
LZW7662	55988298A	02/12/2006	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 391/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 391/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAG2237	55988367A	31/12/2006	51850	167
MLN7050	55989106A	07/12/2006	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 392/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 392/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LX05973	55989101A	04/12/2006	69200	233
LZY2536	55988224A	06/12/2006	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 393/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 393/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC3312	55988362A	16/12/2006	51850	167
LXC3312	55988361A	16/12/2006	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 395/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 395/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BJA2487	55987806A	10/01/2007	69200	233	
MAV1900	55989115A	15/01/2007	51850	167	
MBF4233	55988388A	01/02/2007	65990	230	* V
MBF4233	55988389A	01/02/2007	50100	162	* I
MBF4233	55988390A	01/02/2007	65560	230	* I
MBF4233	55988391A	01/02/2007	57380	186	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 396/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 396/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGG6284	55989118A	15/01/2007	51850	167
LYO3331	55989050A	04/01/2007	50100	162 * I
LZG5484	55989131A	05/02/2007	51850	167
MAV1900	55987835A	21/02/2007	51850	167
MHA4760	55987821A	06/02/2007	51850	167
MJM8240	55987824A	15/02/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 398/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 398/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHI2844	55987822A	15/02/2007	51850	167
IDK8608	55987807A	10/01/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 399/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 399/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFI0692	55987805A	10/01/2007	69200	233
LXA3612	55988227A	11/01/2007	65560	230 * I
LXA3612	55988369A	11/01/2007	50100	162 * I
LXA3612	55988368A	11/01/2007	65990	230 * V
LYH2901	55987811A	25/01/2007	65990	230 * V
MAV1900	55987843A	02/03/2007	51850	167
MHT7660	55987761A	18/02/2007	65050	227 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 401/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 401/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADN8519	55988371A	14/01/2007	50100	162 * I
ADN8519	55988373A	14/01/2007	65990	230 * V
ADN8519	55988372A	14/01/2007	69120	232
AJC8014	55988109A	14/02/2007	55410	181 * XVII
BRP4617	55988393A	10/02/2007	68580	231 * VII
BRP4617	55988392A	10/02/2007	50960	163 c/c 162 * V
BRP4617	55988394A	10/02/2007	51850	167
BRP4617	55988396A	10/02/2007	52740	175
IEJ2555	55988380A	20/01/2007	69120	232

IEJ2555	55988379A	20/01/2007	65560	230	* I
IEJ2555	55988378A	20/01/2007	51850	167	
IEJ2555	55988377A	20/01/2007	50100	162	* I
IEJ2555	55988376A	20/01/2007	61810	215	* II
IJF8588	55988386A	29/01/2007	69200	233	
LWU1035	55989136A	05/02/2007	50100	162	* I
LWU1035	55989137A	05/02/2007	69120	232	
LWZ4221	55988230A	12/03/2007	69200	233	
MCZ1006	55987809A	22/01/2007	51850	167	
MDD5307	55987840A	21/02/2007	51850	167	
MFW5760	55989144A	07/03/2007	65990	230	* V
MFW5760	55989142A	07/03/2007	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 403/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 403/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTJ6707	55989128A	05/02/2007	51850	167
LYC6451	55987247A	23/03/2007	69200	233
MBN7056	55987856A	13/03/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 404/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 404/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCA4717	55987244A	23/03/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 405/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 405/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFJ5199	55987826A	15/02/2007	51850	167
LYB2820	55989141A	01/03/2007	65480	229
LYF9398	55987841A	24/02/2007	51850	167
MDL4590	55987245A	23/03/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 407/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 407/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYU4368	55988232A	12/03/2007	69200	233
MBX2344	55988229A	12/03/2007	69200	233
MFZ5012	55988302A	28/02/2007	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 409/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 409/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU7149	55988461A	03/03/2007	65990	230 * V
MAG3159	55989147A	16/03/2007	69200	233
MBV3748	55989153A	14/03/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 411/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 411/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABT9278	55987249A	22/04/2007	52310	172
LZF6567	55989148A	16/03/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 412/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 412/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZJ5462	55987246A	23/03/2007	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 413/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 413/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEZ5306	55987214A	22/04/2007	55680	181 * XIX
LWU1224	55988142A	30/04/2007	51850	167
LXC3822	55988129A	27/04/2007	51850	167
LYI7360	55988132A	27/04/2007	51850	167
LZD9745	55988134A	28/04/2007	50100	162 * I
LZD9745	55988137A	28/04/2007	69120	232
LZV9485	55988118A	15/04/2007	65300	228
MCV9190	55988127A	27/04/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 415/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 415/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BLI0391	55987250A	10/05/2007	52740	175
LXH3657	55987862A	12/05/2007	60500	208
LZT4766	55986955A	16/05/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 419/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 419/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOW3131	55988465A	11/05/2007	69200	233
MEY1040	55986951A	16/05/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 421/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 421/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT9278	55986969A	24/06/2007	57380	186 * II
ABT9278	55986968A	24/06/2007	60500	208
AEZ5306	55988152A	19/07/2006	51850	167
AEZ5306	55988153A	19/07/2006	58350	195
LXC1565	55986958A	22/05/2007	69200	233
LYF4614	55988307A	02/07/2007	69200	233
MAP1371	55986956A	22/05/2007	69200	233
MCK5733	55989157A	22/06/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 423/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 423/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CJL2012 55986961A 15/06/2007 69200 233
LZW5254 55988147A 30/05/2007 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 426/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 426/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BXT2287	55988306A	20/06/2007	69200	233	
LWW5160	55986967A	24/06/2007	65990	230	* V
LWW5160	55986965A	24/06/2007	50100	162	* I
LYD8529	55988310A	05/07/2007	69200	233	
MDZ5950	55986964A	21/06/2007	65990	230	* V
MDZ5950	55986963A	21/06/2007	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 429/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 429/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWU1224	55988248A	03/08/2007	69200	233
LWW5160	55986975A	18/07/2007	69200	233
LXK7771	55988319A	12/09/2007	69200	233
LXL9266	55987917A	07/09/2007	53800	181 * I
LXR8964	55987868A	19/08/2007	65990	230 * V
LZV9485	55988309A	05/07/2007	69120	232
MBN7032	55988315A	05/08/2007	50100	162 * I
MBN7032	55988316A	05/08/2007	50610	163 c/c 162 * I
MDH3679	55987915A	07/09/2007	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 430/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 430/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGP3417	55988068A	09/08/2007	69200	233
LXW1453	55988242A	28/07/2007	65990	230 * V
LXW1453	55988241A	28/07/2007	50100	162 * I
LXW1453	55988244A	28/07/2007	66100	230 * VII
LXW1453	55988243A	28/07/2007	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 432/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 432/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JWJ2148	55987874A	15/09/2007	50100	162 * I
JWJ2148	55987873A	15/09/2007	50610	163 c/c 162 * I
LXH7148	55988665A	22/09/2007	65560	230 * I
LXH7148	55988666A	22/09/2007	65990	230 * V
LXH7148	55988667A	22/09/2007	69120	232
LXH7148	55988668A	22/09/2007	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 434/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 434/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZO5586	55988685A	06/10/2007	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 435/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 435/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB1988	55986981A	05/10/2007	70480	244 * II
LZQ8062	55986984A	11/10/2007	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 436/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 436/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICB3395 55987357 04/11/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 437/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 437/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAI8275 55988318A 12/09/2007 69200 233
MAJ8986 55989161A 30/08/2007 69200 233
MDO9880 55989166A 14/09/2007 60500 208
MFW2430 55986977A 01/09/2007 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 439/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 439/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV1139	55988683A	03/10/2007	66370	230 * IX
LYV1139	55988682A	03/10/2007	57380	186 * II
LYV1139	55988681A	03/10/2007	52740	175
LYV1139	55988679A	03/10/2007	50100	162 * I
LYV7072	55987770A	12/10/2007	60500	208
LYW9342	55987358	07/11/2005	55410	181 * XVII
MDH4147	55987892A	02/10/2007	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 441/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 441/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMM4575 55988678A 03/10/2007 69200 233
LZA3960 55986987A 17/10/2007 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 443/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 443/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH7148 55987781A 29/11/2007 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 446/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 446/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAZ3158 55987782A 29/11/2007 69200 233
ADX0967 55987777A 23/11/2007 51690 165
ADX0967 55987778A 23/11/2007 65990 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 447/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 447/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEI6949 55989189A 18/12/2007 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 448/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 448/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAS0152 55987773A 20/11/2007 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 449/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 449/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCE8839	55989190A	18/12/2007	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 451/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 451/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW5000 55987134 19/11/2005 54280 181 * v
MDL8141 55987371 16/11/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 452/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 452/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBB0718 55987792A 10/02/2008 73740 253

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 454/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 454/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADN8519 55987797A 04/03/2008 52740 175
LZX8967 55988205A 27/08/2006 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 455/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 455/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADN8519	55987798A	04/03/2008	58350	195
ALG9663	55987420	10/11/2005	55250	181 * XV
MFG0412	55987789A	31/01/2008	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 456/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 456/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAT1451	55987800A	16/03/2008	51690	165
ALN2456	55988073A	17/03/2008	50100	162 * I
ALN2456	55988075A	17/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
CBJ2208	55986852A	30/01/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 457/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 457/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALN2456	55988079A	17/03/2008	69120	232
ALN2456	55988080A	17/03/2008	69630	237
LXW6123	55989217A	21/02/2008	69200	233
LYE3672	55989213A	15/02/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 459/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 459/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GPF1328	55988603A	14/03/2008	69200	233
LWR2164	55989218A	13/03/2008	69200	233
MAZ5709	55988494A	11/04/2008	52070	169
MHF6680	55987796A	01/03/2008	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 460/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 460/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FRO9595	55986856A	08/04/2008	51850	167
MAM0176	55988081A	29/03/2008	69120	232
MAW4888	55988481A	08/04/2008	54520	181 * VIII
MBB3525	55986815A	06/04/2008	51850	167
MGT2730	55986857A	08/04/2008	65990	230 * V
MGT2730	55988476A	08/04/2008	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 461/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 461/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWU1716	55988325A	11/04/2008	69200	233
LXB1988	55986907A	26/04/2008	70480	244 * II
LXK9159	55988331A	11/04/2008	69200	233
LXP2619	55987661A	30/04/2008	55410	181 * XVII
LYY6217	55986801A	19/03/2008	69200	233
LZF8360	55988324A	11/04/2008	69200	233
LZK3779	55988326A	11/04/2008	69200	233
MAJ4308	55986807A	06/04/2008	50100	162 * I

MDQ8660 55986803A 25/03/2008 65990 230 * V
MDQ8660 55986804A 25/03/2008 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 462/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 462/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZO3955	55988321A	02/04/2008	50530	162 * VI
MAH2524	55988085A	26/04/2008	50100	162 * I
MAH2524	55988086A	26/04/2008	65990	230 * V
MAH2524	55988087A	26/04/2008	51690	165
MBO6397	55988612A	07/04/2008	69200	233
MEN7252	55988613A	07/04/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 463/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 463/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAV3251 55988619A 26/04/2008 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 464/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 464/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AYK0777	55986822A	24/05/2008	55500	181	*	XVIII
CSB0507	55986953A	16/05/2007	69200	233		
IBG0612	55988330A	11/04/2008	69200	233		
IFT1683	55988620A	26/04/2008	69200	233		
LWW3513	55989227A	06/05/2008	55500	181	*	XVIII
LXE4400	55989242A	02/06/2008	55840	182	*	II
LXV8905	55988088A	29/04/2008	59910	206	*	I
LXX3310	55989233A	06/05/2008	55500	181	*	XVIII
LYJ2875	55988615A	16/04/2008	69200	233		
LYJ4573	55988329A	11/04/2008	69200	233		
LYX6753	55987663A	30/04/2008	55410	181	*	XVII
LYX6753	55987668A	30/04/2008	55410	181	*	XVII
LZC1532	55988339A	08/05/2008	69200	233		
LZD9882	55988343A	08/05/2008	65990	230	*	V
LZE4284	55988337A	26/04/2008	50370	162	*	III
LZP5871	55986866A	13/05/2008	60500	208		
LZV6666	55987671A	30/05/2008	53980	181	*	II
MAH0488	55987664A	30/04/2008	55410	181	*	XVII
MAL2897	55988493A	11/04/2008	56650	182	*	X
MAN0279	55988704A	04/06/2008	72340	250	*	I * a
MAV7212	55987659A	30/04/2008	55410	181	*	XVII
MBC2769	55988754A	11/05/2008	50100	162	*	I
MCP4802	55989225A	06/05/2008	55410	181	*	XVII
MDJ0655	55989228A	06/05/2008	55680	181	*	XIX
MDL8502	55988333A	26/04/2008	51850	167		
MDS3276	55986865A	04/05/2008	50100	162	*	I
MGX0140	55988751A	08/05/2008	69200	233		
MIJ0270	55987655A	29/04/2008	56060	182	*	IV
NBO7510	55986922A	09/05/2008	69200	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 465/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 465/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHE9932	55987667A	30/04/2008	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 466/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 466/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAD3249	55988626A	28/05/2008	69200	233
ADK6863	55986872A	16/05/2008	69200	233
AGP3417	55987670A	30/05/2008	55410	181 * XVII
CPR5507	55988815A	22/06/2008	60500	208
CPR5507	55988816A	22/06/2008	65560	230 * I
DDV3232	55986885A	10/06/2008	60500	208
ICU3701	55988708A	11/06/2008	65990	230 * V
ICU3701	55988709A	11/06/2008	50100	162 * I
IFR3532	55988345A	20/05/2008	69200	233
IKN2364	55988830A	28/06/2008	55250	181 * XV
LXA2319	55986873A	16/05/2008	69200	233
LYB5589	55986874A	25/05/2008	50100	162 * I
LYB5589	55986875A	25/05/2008	65990	230 * V
LYB5589	55986876A	25/05/2008	51850	167
LYB5589	55986877A	25/05/2008	51690	165
LYK3363	55988902A	10/06/2008	54950	181 * XII

LZV5016	55988344A	17/05/2008	50100	162 * I
MBT0647	55988763A	10/06/2008	69200	233
MCA7957	55986867A	16/05/2008	69200	233
MCE8690	55986870A	16/05/2008	69200	233
MCP2590	55988347A	20/05/2008	69200	233
MCR2617	55989241A	02/06/2008	69200	233
MDS2259	55988829A	28/06/2008	55250	181 * XV
MEA0821	55986869A	16/05/2008	69200	233
MGV2781	55988901A	10/06/2008	54950	181 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 467/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 467/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICK9621	55988764A	16/06/2008	69200	233
IIO5447	55943569B	16/07/2008	51851	167
KCL7357	55988630A	03/06/2008	69200	233
LWW6845	55944003B	07/07/2008	51851	167
LWZ8891	55988826A	25/06/2008	65990	230 * V
LXI7374	55988348A	01/06/2008	65990	230 * V
LXO0502	55987669A	30/05/2008	55410	181 * XVII
LXT9904	55944004B	07/07/2008	54870	181 * XI
LYG3137	55988903A	10/06/2008	54950	181 * XII
MAC9287	55986837A	29/06/2008	50610	163 c/c 162 * I
MAC9287	55986838A	29/06/2008	50100	162 * I
MAG8333	55986892A	27/06/2008	55410	181 * XVII
MBK6498	55943655B	17/07/2008	59670	203 * V
MCT3684	55988807A	13/06/2008	69200	233

MDZ1148 55988818A 25/06/2008 51850 167
 MFM7271 55944041B 13/07/2008 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 469/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 469/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AVP7800	55944153B	16/07/2008	54600	181 * IX
AVP7800	55944036B	13/07/2008	51851	167
GUI8910	55944205B	30/07/2008	51851	167
ICE7650	55944047B	16/07/2008	51851	167
IIJ4054	55943561B	16/07/2008	69200	233
JPF2573	55943653B	08/07/2008	55250	181 * XV
LWY2880	55944034B	13/07/2008	51851	167
LXE7608	55943570B	22/07/2008	69200	233
LYE0743	55944020B	13/07/2008	65992	230 * V
LYE0743	55944021B	13/07/2008	50100	162 * I
LYE0743	55944022B	13/07/2008	66372	230 * IX
LYH3235	55943572B	28/07/2008	65992	230 * V
LYH3235	55943571B	28/07/2008	50450	162 * V
MAE9141	55944207B	05/08/2008	51851	167
MAI4844	55943554B	04/07/2008	65992	230 * V
MAI4844	55943555B	04/07/2008	50371	162 * III
MAX1082	55944162B	22/07/2008	51851	167
MBC5122	55944208B	05/08/2008	51851	167
MCN7911	55943576B	06/08/2008	69200	233
MDC7849	55943553B	04/07/2008	50100	162 * I
MDE4331	55944009B	07/07/2008	51851	167

MDE4331	55944010B	07/07/2008	51930	168	
MDO4504	55944157B	16/07/2008	51851	167	
MEH1616	55944025B	13/07/2008	51851	167	
MEM9622	55943567B	16/07/2008	73662	252	* VI
MF7584	55943552B	04/07/2008	50100	162	* I
MGE7210	55944039B	13/07/2008	72340	250	* I * a
MIF0077	55944160B	19/07/2008	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 471/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 471/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWV5430	55944030B	13/07/2008	65640	230 * II
MAG4950	55943958B	18/08/2008	69200	233
MBS2252	55943564B	16/07/2008	69200	233
MFL8534	55944257B	11/08/2008	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 473/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 473/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX7645	55943959B	18/08/2008	69200	233
AVP7800	55944200B	13/08/2008	51851	167
BNJ9265	55944191B	12/08/2008	51851	167
ICR4177	55944197B	12/08/2008	51851	167
KKX0477	55943658B	28/08/2008	55500	181 * XVIII
LXA6799	55943584B	12/08/2008	69200	233
LXY8792	55944181B	10/08/2008	50100	162 * I
LXY8792	55944182B	10/08/2008	67261	230 * XVIII
LXY8792	55944183B	10/08/2008	65992	230 * V
LYE4022	55943952B	07/07/2008	69200	233
LZE6667	55944193B	12/08/2008	51851	167
LZE6667	55944187B	12/08/2008	73662	252 * VI
LZG0743	55944189B	12/08/2008	65992	230 * V
MEB8621	55943606B	17/07/2008	65992	230 * V
MGZ5491	55944379B	18/09/2008	70301	244 * I
MKP0077	55944190B	12/08/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 475/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 475/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DRM0163 55944362B 15/09/2008 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 476/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 476/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXE4400	55943702B	22/09/2008	55411	181	*	XVII
LYO1074	55943972B	23/09/2008	69200	233		
LZW6654	55943859B	19/08/2008	55411	181	*	XVII
MAF5407	55943583B	12/08/2008	69200	233		
MAN5164	55943860B	19/08/2008	55411	181	*	XVII
MEV7184	55943664B	24/09/2008	59670	203	*	V
MFX4108	55944386B	24/09/2008	70301	244	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 477/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 477/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEJ9395	55943586B	04/10/2008	50100	162 * I
MGE7210	55944192B	12/08/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 479/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 479/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAD6252	55944402B	30/09/2008	51851	167
MAL9619	55943969B	11/09/2008	69200	233
MCR2409	55944448B	03/10/2008	51851	167
MIF0077	55944453B	09/10/2008	51851	167
MJM6780	55944461B	09/10/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 480/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 480/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR3076	55943973B	23/09/2008	69200	233
MAC5140	55943701B	22/09/2008	54600	181 * IX
MBF1056	55943967B	11/09/2008	69200	233
MBS9757	55943970B	23/09/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 481/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 481/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ5216	55943966B	11/09/2008	69200	233
MBE8706	55943665B	30/09/2008	69200	233
MGE7210	55944369B	15/09/2008	51851	167
MGN1591	55943876B	24/10/2008	59080	202 * I
MHS8702	55944398B	24/09/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 482/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 482/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBZ3518	55943872B	22/10/2008	60760	210
ISA0020	55943623B	10/10/2008	73662	252 * VI
MDS3810	55943627B	18/10/2008	65992	230 * V
MDS3810	55943628B	18/10/2008	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 484/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 484/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CJX2857	55943709B	06/11/2008	65482	229
DBH0008	55943710B	06/11/2008	69200	233
MDJ7602	55943978B	14/10/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 485/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 485/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCI2188	55943874B	24/10/2008	69120	232
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 487/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 487/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BZN0085	55943920B	16/10/2008	69200	233
CIP0425	55943875B	24/10/2008	65992	230 * V
CYR5313	55944480B	12/10/2008	51851	167
ICO6170	55944455B	09/10/2008	51851	167
LXY3248	55943642B	19/11/2008	69200	233
LYZ6997	55944476B	12/10/2008	51851	167
LZA1529	55943641B	19/11/2008	69200	233
LZE4754	55943585B	03/10/2008	69200	233
LZW1306	55944404B	30/09/2008	51851	167
MAI9666	55943705B	10/10/2008	69200	233
MCJ0395	55943884B	05/11/2008	70481	244 * II
MDH9506	55943625B	13/10/2008	65992	230 * V
MDH9506	55943624B	13/10/2008	50450	162 * V
MEB7216	55944605B	14/11/2008	51851	167
MFX3278	55944452B	09/10/2008	51851	167
MGN0555	55944435B	03/10/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 489/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 489/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOI5652	55944261B	29/10/2008	52741	175
BOI5652	55944260B	29/10/2008	73662	252 * VI
BOI5652	55944259B	29/10/2008	65992	230 * V
BOI5652	55944258B	29/10/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 491/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 491/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFO9090	55944627B	26/11/2008	51851	167
LXT1972	55944625B	26/11/2008	51851	167
LZN0903	55944239B	04/12/2008	51930	168
MAX1082	55943638B	04/11/2008	73662	252 * VI
MDO4504	55943890B	29/11/2008	55411	181 * XVII
MIH1830	55944618B	14/11/2008	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 618/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 618/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABZ7823	55660207C	24/11/2010	69200	233
LXG1651	55945936B	08/12/2010	66102	230 * VII
LXZ1410	55660222C	03/12/2010	69200	233
MAZ1363	55660213C	27/11/2010	65992	230 * V
MBO5383	55660229C	09/12/2010	51770	166
MCE6595	55660256C	10/11/2010	69200	233
MDI5249	55946006B	06/11/2010	65992	230 * V
MDI5249	55946007B	06/11/2010	65800	230 * IV
MDI5249	55946005B	06/11/2010	50100	162 * I
MHR2215	55945928B	02/12/2010	69120	232
MHR2215	55945929B	02/12/2010	50100	162 * I
MMF7090	55945733B	07/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 619/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 619/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV1293	55945538B	04/12/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 620/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 620/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUK7508	55945050B	11/11/2010	69200	233
ELX1966	55660203C	18/11/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 622/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 622/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZX7820	55945946B	20/12/2010	69200	233
MDF7926	55945943B	20/12/2010	69200	233
MFI1422	55660271C	18/12/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 623/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 623/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX7266	55945937B	17/12/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 624/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 624/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CEC6429	55945933B	08/12/2010	69200	233
CGQ4244	55945735B	10/12/2010	69200	233
DEW3308	55660219C	03/12/2010	69200	233
KEK3709	55945739B	29/12/2010	69200	233
LWV5430	55660211C	27/11/2010	65992	230 * V
LWV5430	55660212C	27/11/2010	66371	230 * IX
LXO8207	55660304C	26/11/2010	69200	233
LYJ2869	55945931B	08/12/2010	69200	233
LZH9910	55945934B	08/12/2010	69200	233
LZW1555	55945930B	08/12/2010	69200	233
MAD0877	55945726B	07/12/2010	69200	233
MDH1468	55660217C	03/12/2010	65992	230 * V
MDH1468	55660218C	03/12/2010	50450	162 * V
MEL0852	55945732B	07/12/2010	69200	233
MEZ7438	55945935B	08/12/2010	69200	233
MFI1422	55945948B	02/01/2011	50100	162 * I
MFI1422	55945949B	02/01/2011	65992	230 * V
MFM0813	55660277C	30/12/2010	50100	162 * I
MHG3610	55660205C	24/11/2010	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 625/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 625/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXC7717	55945976B	03/01/2011	54600	181 * IX
MBE8706	55945947B	26/12/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 627/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 627/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LCU2383	55660262C	15/12/2010	65992	230 * V
LXR7906	55945942B	20/12/2010	69200	233
MBP6338	55660220C	03/12/2010	69200	233
MCG7264	55660280C	08/01/2011	69120	232
MDK7953	55945944B	20/12/2010	69200	233
MGW8811	55660281C	08/01/2011	50100	162 * I
MGW8811	55660282C	08/01/2011	50610	163 c/c 162 * I
MHN3718	55660283C	08/01/2011	50100	162 * I
MHN3718	55660284C	08/01/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 628/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 628/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA1096	55660263C	15/12/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 630/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 630/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAD3124	55660230C	05/12/2010	69200	233
MAE5130	55945278B	12/01/2011	69200	233
MAX0908	55945969B	28/12/2010	69200	233
MEK6044	55945945B	20/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 632/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 632/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW1407	55945984B	18/01/2011	69200	233
MBR7432	55660408C	19/01/2011	69200	233
MBX6699	55945681B	22/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 634/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 634/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
INM0089	55945743B	10/01/2011	69200	233
KGZ7608	55660360C	29/12/2010	69200	233
LXQ5363	55660319C	26/01/2011	69200	233
LXY1611	55945280B	21/01/2011	69200	233
LZF1208	55660243C	23/01/2011	50100	162 * I
LZL5259	55660275C	30/12/2010	50100	162 * I
LZO6582	55660278C	05/01/2011	69200	233
MAF8509	55945970B	28/12/2010	69200	233
MAY2096	55660405C	07/01/2011	50100	162 * I
MAY2096	55660406C	07/01/2011	50610	163 c/c 162 * I
MDJ4044	55945274B	06/10/2010	69200	233
MDX7266	55660313C	20/01/2011	66102	230 * VII
MFP4990	55660273C	21/12/2010	69200	233
MGU3040	55945973B	28/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 635/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 635/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX7266	55660312C	20/01/2011	55250	181 * XV
MGZ5289	55660242C	20/01/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 637/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 637/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD1006 55660238C 17/01/2011 50371 162 * III
LXD1006 55660239C 17/01/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 638/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 638/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGS8453 55945986B 24/01/2011 69200 233
LWW7213 55945444B 19/09/2010 50100 162 * I
LWW7213 55945445B 19/09/2010 50610 163 c/c 162 * I
MGL0667 55660365C 12/02/2011 50100 162 * I
MGL0667 55660367C 10/02/2011 65992 230 * V
MGL0667 55660368C 12/02/2011 73400 252 * IV
MGL0667 55660369C 12/02/2011 69120 232
MHY7998 55660317C 24/01/2011 50100 162 * I
MHY7998 55660318C 24/01/2011 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 639/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 639/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW7213	55945446B	19/09/2010	52070	169
MFW7584	55660241C	20/01/2011	54600	181 * IX
MGL0667	55660364C	12/02/2011	70481	244 * II
MGL0667	55660366C	12/02/2011	58350	195
MGM2254	55945744B	19/01/2011	55411	181 * XVII
MHB7997	55945684B	27/01/2011	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 641/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 641/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BVO3670	55945994B	17/02/2011	69200	233
CSB0507	55945283B	23/02/2011	69200	233
HUV5683	55660246C	03/02/2011	69200	233
LYE3930	55660503C	16/02/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 643/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 643/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAD5304	55660451C	15/02/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 647/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 647/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEC7738	55660562C	19/03/2011	50100	162 * I
IEC7738	55660563C	19/03/2011	50610	163 c/c 162 * I
IEC7738	55660564C	19/03/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 648/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 648/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY9133	55945748B	01/04/2011	69200	233
MAU8973	55660507C	25/02/2011	69200	233
MAU9334	55944858B	21/03/2009	65482	229
MBR3482	55660412C	04/04/2011	50100	162 * I
MBR3482	55660413C	04/04/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 649/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 649/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWY7432	55660509C	28/02/2011	54521	181 * VIII
MBR3482	55660414C	04/04/2011	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 650/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 650/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANT9761	55660558C	16/03/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 651/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 651/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDO9491 55945698B 05/04/2011 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 654/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 654/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBZ8546 55660416C 04/04/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 656/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 656/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX1903	55945288B	12/04/2011	69200	233
MBI7712	55660389C	13/04/2011	69200	233
MFZ7787	55660301C	23/11/2010	69200	233
MHZ3510	55945486B	17/05/2010	65561	230 * I
MHZ3510	55945485B	17/05/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 657/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 657/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAY2168 55945927B 02/12/2010 55411 181 * XVII
MFO2890 55945898B 02/12/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 659/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 659/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIA5313 55660571C 25/03/2011 69200 233
JLH0276 55660471C 04/05/2011 69200 233
KZG2622 55660506C 25/02/2011 69200 233
LZX0926 55945689B 02/02/2011 69200 233
MBI7519 55660372C 18/03/2011 69200 233

NWN3750 55945287B 12/04/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 660/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 660/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTP0051	55945700B	05/04/2011	69200	233
GZM1089	55945699B	05/04/2011	69200	233
KQA4294	55660461C	19/04/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 661/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 661/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ2496	55660462C	25/04/2011	69200	233
LZI7102	55660467C	25/04/2011	69200	233
MCZ0522	55660603C	06/05/2011	69200	233
MFZ6706	55660591C	18/05/2011	69200	233
MHQ0064	55660466C	25/04/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 664/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 664/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKH9649	55660606C	06/05/2011	69200	233
IEA5333	55660470C	28/04/2011	69200	233
LNB4993	55660472C	04/05/2011	69200	233
LYM1638	55660584C	27/04/2011	69200	233
LYS0738	55945272B	03/10/2010	50100	162 * I
MBN9565	55660597C	24/05/2011	69200	233
MEX8023	55945904B	24/10/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 666/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 666/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDJ1886	55943932B	23/05/2011	69200	233
MAG4290	55945294B	06/06/2011	69200	233
MDI5758	55945292B	06/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 667/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 667/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDJ9719 55660654C 11/06/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 668/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 668/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJP3545	55660595C	24/05/2011	69200	233
IQT4442	55660609C	27/05/2011	69200	233
LXT2961	55943941B	22/06/2011	69200	233
LYE3930	55945300B	22/06/2011	69200	233
LZN8664	55660474C	19/05/2011	69200	233
MBI7519	55660598C	24/05/2011	69200	233
MCD1822	55660514C	21/06/2011	69200	233
MCP0164	55943935B	01/06/2011	69200	233
MGL3242	55660608C	27/05/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 669/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 669/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DJB4063	55660655C	02/06/2011	55411	181 * XVII
MBP0545	55660701C	15/06/2011	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 670/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 670/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCA6209	55945289B	03/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 671/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 671/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCK0090 55660659C 29/06/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 673/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 673/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD1610 55660667C 02/07/2011 55411 181 * XVII
MJK7070 55660656C 11/06/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 675/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 675/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BRD6944	55945293B	06/06/2011	69200	233
LXS1079	55943944B	14/07/2011	69200	233
LXT9581	55660566C	25/03/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 676/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 676/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXL7371	55945695B	27/03/2011	58350	195
MAN2837	55660618C	20/06/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 678/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 678/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACD9215	55945298B	15/06/2011	69200	233
LXG0459	55944531B	17/06/2011	69200	233
MBA4799	55945297B	15/06/2011	69200	233
MDL4227	55660664C	29/06/2011	69200	233
MGI5631	55660663C	29/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 679/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 679/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGX5297	55660621C	23/06/2011	60760	210
MHM7491	55660702C	30/06/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 680/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 680/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFS2045	55660632C	01/08/2011	69200	233
BVP6294	55660703C	06/07/2011	69200	233
MAH3819	55660623C	11/07/2011	69200	233
MAW0420	55660524C	25/07/2011	69200	233
MDA5393	55660672C	05/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 681/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 681/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIU0229	55660658C	29/06/2011	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 683/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 683/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC9061	55660400C	08/07/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 685/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 685/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWT5458 55660689C 09/08/2011 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 686/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 686/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKF0849 55660706C 06/07/2011 69200 233
ALU4364 55660708C 06/07/2011 69200 233
MBD8164 55660628C 20/07/2011 69200 233
MBH1658 55660717C 05/08/2011 69200 233
MDQ8253 55660396C 01/07/2011 69200 233
MGL3361 55660422C 06/08/2011 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 689/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 689/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXL5712	55660759C	23/08/2011	69200	233
MAY6080	55660714C	02/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 690/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 690/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBU9664 55660646C 19/08/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 694/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 694/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK3052 55660715C 05/08/2011 69200 233
FBA1213 55660533C 15/08/2011 69200 233
LWX4126 55660532C 15/08/2011 69200 233
LZH4817 55660722C 11/08/2011 69200 233
MAW4341 55660693C 12/08/2011 65992 230 * V
MAW4341 55660692C 12/08/2011 50100 162 * I
MDA8006 55660721C 11/08/2011 69200 233
MEK7126 55660685C 28/07/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 695/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 695/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBD9948	55660690C	09/08/2011	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 697/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 697/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAR5619	55660774C	06/09/2011	69200	233
KAD4296	55660780C	09/09/2011	69200	233
LYJ2159	55660755C	19/08/2011	69200	233
MFY3907	55660773C	06/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 698/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 698/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HVX4584	55660645C	16/08/2011	54600	181 * IX
MBO6598	55660725C	20/08/2011	54600	181 * IX
MHL9392	55660539C	11/09/2011	58191	193
MHL9392	55660540C	11/09/2011	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 701/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 701/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP3809	55660785C	14/09/2011	69200	233
LYW7634	55660800C	23/09/2011	69200	233
LZP3402	55660758C	18/08/2011	69200	233
LZR3721	55660757C	19/08/2011	69200	233
MAY6662	55660769C	02/09/2011	69200	233
MBV4111	55660536C	28/08/2011	50100	162 * I
MBV4111	55660535C	28/08/2011	65992	230 * V
MBY5568	55660762C	25/08/2011	69200	233
MFT9639	55660763C	25/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 704/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 704/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQG2732	55945521B	13/05/2010	69200	233
IBX7934	55660537C	11/09/2011	51691	165
IBX7934	55660538C	11/09/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 705/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 705/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BOI6964	55660803C	01/10/2011	57380	186 * II
LYC4911	55660855C	03/09/2011	55411	181 * XVII
LYT7703	55660801C	28/09/2011	54522	181 * VIII
MLC2101	55660857C	15/09/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 708/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 708/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AIK4004	55660905C	28/09/2011	69200	233
IDB3077	55660795C	20/09/2011	69200	233
LYV3530	55660902C	27/09/2011	69200	233
MBD4666	55660791C	16/09/2011	69200	233
MCA1570	55660793C	19/09/2011	69200	233
MEH5290	55660910C	03/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 709/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 709/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHS9569	55943947B	11/10/2011	70301	244 * I
MHS9569	55943948B	11/10/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 711/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 711/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYU6133 55660534C 18/08/2011 54100 181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 714/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 714/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZJ7155 55660452C 15/02/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 715/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 715/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGD5515 55945066B 24/10/2011 55250 181 * XV
MCW3363 55660865C 30/09/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 717/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 717/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYC4627	55660947C	01/11/2011	69200	233
MAI2447	55660931C	18/10/2011	69200	233
MCW8105	55660920C	05/10/2011	69200	233
MHB8703	55660921C	05/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 720/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 720/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALK1567	55660914C	03/10/2011	69200	233
CBI3165	55660649C	24/10/2011	65992	230 * V
IBN5234	55660777C	09/09/2011	69200	233
IQZ9855	55660904C	28/09/2011	69200	233
LWW5061	55943950B	13/11/2011	65992	230 * V
LZM4573	55660926C	10/10/2011	69200	233
MDJ6409	55660778C	09/09/2011	69200	233
MFB8517	55660916C	05/10/2011	69200	233
MIW9899	55660781C	14/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 721/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 721/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHA8637 55660810C 18/10/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 722/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 722/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNC2364	55660955C	04/11/2011	69200	233
MAU2140	55660956C	04/11/2011	69200	233
MDH9706	55660937C	24/10/2011	69200	233
MEC3432	55660954C	04/11/2011	69200	233
MHV8490	55660546C	16/11/2011	50100	162 * I
MHV8490	55660547C	16/11/2011	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 723/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 723/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZT5305	55945067B	30/10/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 724/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 724/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXB5593	55660489C	15/11/2011	52070	169
LXB5593	55660490C	15/11/2011	51851	167
MFR2557	55660812C	03/11/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 725/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 725/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BHF5850 55660958C 08/11/2011 69200 233

LZF5691 55660957C 07/11/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 726/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 726/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BZH0445 55944980B 06/12/2011 54600 181 * IX

MGR8076 55660813C 18/11/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 728/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 728/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUJ1600	55660950C	03/11/2011	69200	233
BMG6676	55660973C	13/12/2011	69200	233
LXR5614	55660940C	26/10/2011	69200	233
LXY6780	55660974C	16/12/2011	69200	233
LXZ9338	55660980C	13/12/2011	69200	233
LYZ3960	55660970C	13/12/2011	69200	233
MDP1718	55660941C	26/10/2011	69200	233
MIS6715	55660935C	24/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 729/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 729/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAT2944	55660814C	24/11/2011	55411	181 * XVII
MDH3846	55660485C	25/10/2011	55411	181 * XVII
MHH6025	55660811C	03/11/2011	55411	181 * XVII
MHO6899	55660870C	19/12/2011	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 731/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 731/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZH2346	55660960C	09/11/2011	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 733/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 733/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BED0084	55660991C	20/12/2011	69200	233
LXK2508	55661000C	28/12/2011	69200	233
LXU8014	55660971C	13/12/2011	69200	233
LYU8329	55660997C	26/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 734/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 734/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIL2144	55661055C	04/01/2012	70301	244 * I
MIL2144	55661054C	04/01/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 736/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 736/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACX8196	55661252C	29/12/2011	69200	233
HPB5818	55660978C	13/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 738/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 738/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPD8602	55660498C	24/12/2011	69710	238
BPD8602	55660497C	24/12/2011	65992	230 * V
BPD8602	55660496C	24/12/2011	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 739/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 739/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPD8602	55660499C	24/12/2011	69800	239
BPD8602	55660495C	24/12/2011	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 741/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 741/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BON9175	55660988C	20/12/2011	69200	233
LXV0097	55660993C	20/12/2011	69200	233
LXZ8140	55660983C	19/12/2011	69200	233
MAS4914	55661064C	22/01/2012	50100	162 * I
MAS4914	55661065C	22/01/2012	65992	230 * V
MBV7614	55661102C	04/01/2012	65992	230 * V
MBV7614	55661101C	04/01/2012	50371	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 742/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 742/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS4914	55661066C	22/01/2012	70481	244 * II
MBV7614	55661103C	04/01/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 743/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 743/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCZ9300 55660999C 28/12/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 744/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 744/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHV4818 55661254C 05/01/2012 69200 233
MIZ2431 55660875C 06/01/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 745/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 745/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY4289	55661204C	11/01/2012	54284	181 * V
MIZ2431	55660876C	06/01/2012	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 747/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 747/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGC7763	55661265C	31/01/2012	69200	233
BIM2033	55661074C	08/02/2012	69120	232
BIM2033	55661073C	08/02/2012	52742	175
CRM7775	55661276C	31/01/2012	69200	233
INQ2039	55661267C	31/01/2012	69200	233
LXZ1655	55661261C	31/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 748/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 748/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BNC2364	55660885C	02/02/2012	60501	208
MEV0798	55660835C	14/02/2012	73662	252 * VI
MFL4309	55660832C	14/02/2012	73662	252 * VI
MIL6380	55660883C	02/02/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 749/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 749/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYH1457	55661104C	07/01/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 752/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 752/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF2560	55661268C	31/01/2012	69200	233
IHU1951	55661290C	23/02/2012	69200	233
IJN9783	55661314C	29/02/2012	69200	233
LXM2538	55661259C	31/01/2012	69200	233
MAA9998	55661304C	29/02/2012	69200	233
MCA6492	55661282C	31/01/2012	69200	233
MDU4654	55661278C	31/01/2012	69200	233
NGZ9300	55661266C	31/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 753/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 753/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXH6501	55661071C	02/02/2012	70301	244 * I
MDG1014	55661008C	22/02/2012	55250	181 * XV
MHI9877	55660829C	11/02/2012	73662	252 * VI
MHZ3510	55661079C	26/02/2012	54521	181 * VIII
MID9778	55660823C	11/02/2012	57380	186 * II
MJW7770	55660822C	08/02/2012	73662	252 * VI
MKI5609	55660837C	14/02/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 756/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 756/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUE1866	55661300C	23/02/2012	69200	233
CLH3992	55661289C	23/02/2012	69200	233
CLH3992	55661287C	23/02/2012	69200	233

LWR7728	55661010C	02/03/2012	50100	162 * I
LYO9598	55661310C	29/02/2012	69200	233
LYT7867	55661009C	02/03/2012	50100	162 * I
LZR3721	55661271C	31/01/2012	69200	233
MBI0381	55661264C	31/01/2012	69200	233
MCA0614	55661281C	31/01/2012	69200	233
MEY5049	55661288C	23/02/2012	69200	233
MFE7795	55943723B	06/03/2012	50100	162 * I
MGA3361	55661301C	28/02/2012	69200	233
MHD0224	55661280C	31/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 757/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 757/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZS9281 55661080C 18/03/2012 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 758/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 758/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT3435	55661324C	13/03/2012	69200	233
MAH0430	55661321C	13/03/2012	69200	233
MBE1120	55661334C	29/03/2012	69200	233
MCT4089	55661326C	29/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 759/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 759/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HVV6003	55661338C	13/04/2012	69200	233
IJD7361	55661333C	29/03/2012	69200	233
LYI0333	55661340C	13/04/2012	69200	233
MAN7023	55661336C	29/03/2012	69200	233
MBP0724	55661120C	09/04/2012	66372	230 * IX
MBP0724	55661117C	09/04/2012	65992	230 * V
MBP0724	55661118C	09/04/2012	50100	162 * I
MCD8486	55661327C	29/03/2012	69200	233
MEC0371	55661330C	29/03/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 760/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 760/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBP0724	55661119C	09/04/2012	70301	244 * I
MEX4978	55661116C	22/03/2012	54522	181 * VIII
MFS3847	55661208C	23/03/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 762/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 762/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVO1132	55661210C	13/04/2012	52742	175
IDU0071	55661092C	02/05/2012	50100	162 * I
LWV8978	55661348C	13/04/2012	69200	233
LYQ2189	55661339C	13/04/2012	69200	233
LZD2090	55661346C	13/04/2012	69200	233
MHY5425	55661084C	14/04/2012	50100	162 * I
MHY5425	55661086C	14/04/2012	52741	175
MHY5425	55661085C	14/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 763/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 763/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBH4668 55944073B 03/04/2012 56144 182 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 765/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 765/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AVO1132	55661211C	13/04/2012	69120	232
LVC3075	55661350C	20/04/2012	69200	233
LZR8778	55661094C	08/05/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 766/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 766/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IIB8806	55661095C	08/05/2012	55411	181 * XVII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 768/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 768/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBO7715 55660887C 02/05/2012 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 770/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 770/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BAD1075	55661352C	11/05/2012	69200	233
LYF9908	55661371C	21/05/2012	69200	233
MDA2914	55661363C	11/05/2012	69200	233
MFY1498	55661012C	10/05/2012	65992	230 * V
MHF5004	55661367C	11/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 771/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 771/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR4577	55660897C	20/05/2012	55250	181 * XV
MIU5426	55661502C	11/05/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 772/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 772/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DDC0565 55661349C 20/04/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 774/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 774/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JPZ8796	55661386C	31/05/2012	69200	233
LXV6862	55661383C	31/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 775/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 775/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAG4950	55661365C	11/05/2012	69200	233
MAY8360	55661358C	11/05/2012	69200	233
MCJ3532	55661355C	11/05/2012	69200	233
MHJ7512	55661368C	21/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 776/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 776/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCA3019	55661503C	23/05/2012	55411	181 * XVII
MHJ6427	55660894C	14/05/2012	53800	181 * I
MHS9036	55661013C	28/05/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 777/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 777/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LVC3075	55661651C	25/06/2012	51691	165
LVC3075	55661652C	25/06/2012	50450	162 * V
MBD4641	55661097C	01/06/2012	50100	162 * I
MBD4641	55661098C	01/06/2012	65992	230 * V
MBP7629	55660738C	02/06/2012	51691	165
MBP7629	55660737C	02/06/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 778/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 778/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LVC3075	55661505C	25/06/2012	55920	1m 182 * III
LXV8945	55661123C	24/05/2012	54522	181 * VIII
LZZ4112	55661453C	25/06/2012	51851	167
MBD4641	55661099C	01/06/2012	70301	244 * I
MBP1515	55661454C	25/06/2012	51851	167
MCS7982	55661234C	01/07/2012	57380	186 * II
MCS7982	55661235C	01/07/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 779/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 779/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIA9721	55661398C	18/06/2012	69200	233
LXQ9043	55661387C	31/05/2012	69200	233
MIP3331	55661379C	31/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 780/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 780/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW8102	55661232C	27/06/2012	55411	181 * XVII
MBG4410	55660739C	08/06/2012	54600	181 * IX
MGN1236	55661602C	04/06/2012	55411	181 * XVII
MHH1236	55661551C	20/06/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 781/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 781/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FDI2002	55661425C	04/07/2012	69200	233
GPA2304	55661434C	05/07/2012	69200	233
LYR0671	55661402C	03/07/2012	69200	233
LYR6744	55661427C	04/07/2012	69200	233
MFD4054	55661403C	03/07/2012	69200	233
MFL2016	55661404C	03/07/2012	69200	233
MHY5335	55661407C	03/07/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 782/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 782/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXU6918	55944265B	04/07/2012	73662	252 * VI
LXU6918	55944266B	04/07/2012	51851	167
MDN9012	55661513C	07/07/2012	70991	244 * VII
MEF3077	55661238C	06/07/2012	54870	181 * XI
MES0390	55661514C	07/07/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 783/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 783/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALA1454 55661607C 13/06/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 784/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 784/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGJ7630 55661557C 11/07/2012 55411 181 * XVII
LZX7820 55944273B 10/07/2012 54600 181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 786/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 786/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BIP9789	55661512C	28/06/2012	50100	162 * I
LZB0119	55661395C	11/06/2012	69200	233
LZB2116	55661396C	11/06/2012	69200	233
MBK7909	55661400C	18/06/2012	69200	233
MFT6994	55661392C	11/06/2012	69200	233
MJX8100	55661399C	18/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 787/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 787/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GZN1966 55661520C 16/07/2012 54600 181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 789/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 789/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXO7174	55661410C	03/07/2012	69200	233	
LZE7233	55661529C	25/07/2012	65992	230	* V
LZE7233	55661476C	25/07/2012	50100	162	* I
MBJ8614	55661416C	03/07/2012	69200	233	
MCB8123	55944295B	29/07/2012	69120	232	
MCG2654	55661433C	05/07/2012	69200	233	
MCZ4120	55661408C	03/07/2012	69200	233	
MDG9493	55661612C	25/07/2012	50100	162	* I
MGB4060	55661429C	04/07/2012	69200	233	
MHP2735	55661409C	03/07/2012	69200	233	
MJF8655	55944293B	29/07/2012	50100	162	* I
MJF8655	55944294B	29/07/2012	69120	232	
MJY6030	55661418C	03/07/2012	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 790/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 790/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY1611	55661616C	25/07/2012	55411	181 * XVII
MBE2626	55944267B	05/07/2012	56144	182 * V
MBF8898	55660740C	24/07/2012	55411	181 * XVII
MEY1717	55944297B	31/07/2012	55416	181 * XVII
MHS9036	55661554C	11/07/2012	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 792/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 792/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZX3944	55944300B	03/08/2012	65992	230 * V
MEA8717	55661560C	05/08/2012	52741	175
MEA8717	55661561C	05/08/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 793/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 793/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEA8717	55661559C	05/08/2012	70302	244 * I
MHS9036	55661522C	16/07/2012	54010	181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 795/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 795/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAT1520	55661664C	22/07/2012	69120	232
MAT1520	55661665C	12/07/2012	65992	230 * V
MAT1520	55661663C	22/07/2012	50100	162 * I
MBB2698	55661525C	19/07/2012	50100	162 * I
MBB2698	55661526C	19/07/2012	65992	230 * V
MBJ9876	55661470C	22/07/2012	50100	162 * I
MGD3597	55661527C	19/07/2012	65992	230 * V

MGD3597 55661528C 19/07/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 796/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 796/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW4804	55944291B	22/07/2012	55411	181 * XVII
MEK5115	55661701C	02/08/2012	60681	209
MIZ2255	55661030C	11/08/2012	54521	181 * VIII
MKR0440	55661029C	11/08/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 799/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 799/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGB4498	55661530C	25/07/2012	65992	230 * V
AGB4498	55661477C	25/07/2012	69120	232
CFC3658	55944281B	19/07/2012	50100	162 * I
CFC3658	55944282B	19/07/2012	65992	230 * V
CFC3658	55944286B	19/07/2012	67261	230 * XVIII
LXO4496	55661464C	19/07/2012	65992	230 * V
LXO4496	55661465C	19/07/2012	50100	162 * I
LXO4496	55661466C	19/07/2012	65800	230 * IV
MBE5125	55661435C	18/08/2012	69200	233
MDN2838	55661450C	20/08/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 800/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 800/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CFC3658	55944287B	19/07/2012	51851	167
CFC3658	55944288B	19/07/2012	65640	230 * II
IMA3445	55661615C	25/07/2012	55411	181 * XVII
MBB3818	55661805C	17/08/2012	54870	181 * XI
MFF3217	55661627C	18/08/2012	51930	168
MHR6293	55661028C	17/08/2012	55411	181 * XVII
MIK7757	55944296B	31/07/2012	55411	181 * XVII
MIZ7629	55661532C	28/07/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 803/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 803/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BJI8696	55661867C	23/08/2012	69200	233
IGJ7630	55661854C	22/08/2012	69200	233
KLL3005	55661870C	23/08/2012	69200	233
LWS8333	55661858C	23/08/2012	69200	233
LWS8333	55661674C	30/08/2012	69120	232
LYW1498	55661499C	30/08/2012	67261	230 * XVIII

LYW1498	55661672C	30/08/2012	64080	221	
LYW1498	55661871C	23/08/2012	69200	233	
LYW1498	55661673C	30/08/2012	66371	230	* IX
MBD4641	55661498C	30/08/2012	50100	162	* I
MBG4476	55661769C	30/08/2012	65992	230	* V
MBG9675	55661482C	03/08/2012	65992	230	* V
MBS2350	55661863C	23/08/2012	69200	233	
MBU3039	55661541C	06/08/2012	64080	221	
MBU3039	55661485C	06/08/2012	50100	162	* I
MBU3039	55661484C	06/08/2012	65992	230	* V
MBX0123	55944299B	03/08/2012	65992	230	* V
MIZ2431	55661542C	06/08/2012	65992	230	* V
MIZ2431	55661752C	06/08/2012	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 804/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 804/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANY2684	55661620C	06/08/2012	61650	214 * V
LYL1463	55661022C	02/08/2012	60681	209
MIC0030	55661023C	02/08/2012	60681	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 807/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 807/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZL5843	55661437C	18/08/2012	69200	233
MFQ4248	55661898C	31/08/2012	69200	233
MGO3438	55660741C	06/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 808/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 808/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZI5043	55661027C	11/08/2012	55411	181 * XVII
MGO3438	55660742C	06/09/2012	60502	208
MHO1444	55661020C	02/08/2012	60681	209
MIH2770	55661564C	13/08/2012	54281	181 * V
MIT3512	55661754C	09/08/2012	73662	252 * VI
MIV0700	55661250C	11/08/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 811/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 811/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEI2991	55661890C	24/08/2012	69200	233
AOB6517	55661443C	20/08/2012	69200	233
CMM5349	55661885C	24/08/2012	69200	233
CYX1788	55661884C	24/08/2012	69200	233
ILD4688	55661881C	24/08/2012	69200	233

LYM9209	55661440C	20/08/2012	69200	233	
LYN9512	55661883C	24/08/2012	69200	233	
MBG3891	55661446C	20/08/2012	69200	233	
MBR0296	55661438C	18/08/2012	69200	233	
MBS4590	55661636C	08/09/2012	69120	232	
MCF8661	55661879C	24/08/2012	69200	233	
MCS7447	55661880C	24/08/2012	69200	233	
MCX1133	55661851C	22/08/2012	69200	233	
MDA6755	55661874C	23/08/2012	69200	233	
MFD2311	55661546C	24/08/2012	65992	230	* V
MFD2311	55661763C	24/08/2012	50100	162	* I
MFD2311	55661764C	24/08/2012	50610	163	c/c 162 * I
MHI1979	55661853C	22/08/2012	69200	233	
MIK8399	55661629C	18/08/2012	50100	162	* I
MNN8598	55661887C	24/08/2012	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 812/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 812/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DJB4063	55661760C	18/08/2012	55411	181 * XVII
LYB6919	55661545C	24/08/2012	55411	181 * XVII
MFD2311	55661547C	24/08/2012	70481	244 * II
MJZ4165	55661761C	18/08/2012	55411	181 * XVII
MKL3921	55661806C	17/08/2012	54870	181 * XI
MKN0970	55661486C	18/08/2012	73662	252 * VI
MKP0077	55661489C	21/08/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 813/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 813/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANY1264	55661876C	23/08/2012	69200	233
BLL5025	55661500C	30/08/2012	65992	230 * V
LAF3503	55661875C	23/08/2012	69200	233
MBW5902	55661668C	25/08/2012	50100	162 * I
MDU8187	55661868C	23/08/2012	69200	233
MFR2786	55661869C	23/08/2012	69200	233
MHZ8899	55661857C	23/08/2012	69200	233
MKL6081	55661860C	23/08/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 814/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 814/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAG2977 55661765C 27/08/2012 51851 167
MBW5902 55661667C 25/08/2012 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 815/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 815/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ISQ9569	55661893C	31/08/2012	69200	233	
LYM5109	55661965C	26/09/2012	69200	233	
LZH1525	55661772C	02/09/2012	50371	162	* III
LZH1525	55661774C	02/09/2012	65561	230	* I
LZR5240	55661895C	31/08/2012	69200	233	
MAT0264	55661900C	31/08/2012	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 816/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 816/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBD6716	55661819C	08/09/2012	55411	181 * XVII
LYC8967	55660840C	28/09/2012	55411	181 * XVII
LZH1525	55661773C	02/09/2012	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 819/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 819/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGO2429 55661905C 11/09/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 820/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 820/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICM6683	55661958C	14/09/2012	69200	233
LXD0839	55661957C	14/09/2012	69200	233
MHO1965	55661963C	14/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 821/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 821/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HVX4584	55661823C	20/09/2012	55411	181 * XVII
IQD7741	55661842C	05/10/2012	55411	181 * XVII
MHC6315	55661843C	05/10/2012	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 824/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 824/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZP3452	55661974C	16/10/2012	69200	233
MBV3081	55661910C	14/10/2012	50100	162 * I
MBV3081	55661783C	14/10/2012	65564	230 * I
MCI3166	55661985C	17/10/2012	69200	233
MCW4313	55661567C	20/10/2012	50100	162 * I
MCW4313	55661568C	20/10/2012	51691	165
MCW4313	55661569C	20/10/2012	65992	230 * V
MFW2430	55661909C	14/10/2012	69120	232
MFW2430	55661781C	14/10/2012	50100	162 * I
MFW2430	55661782C	14/10/2012	69631	237
MMI2005	55661982C	17/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 825/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 825/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAI1132	55661825C	26/09/2012	54790	181 * X
MBV3081	55661911C	14/10/2012	70481	244 * II
MCW4313	55661570C	20/10/2012	70301	244 * I
MFW2430	55661908C	14/10/2012	70562	244 * III c/c 1\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 827/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 827/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYY8701	55661969C	26/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 828/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 828/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJJ3515	55661831C	29/09/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 831/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 831/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK4569	55662103C	30/10/2012	69200	233
MGJ0262	55661996C	23/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 832/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 832/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCH5156	55661839C	05/10/2012	73662	252 * VI
MHS7456	55661845C	05/10/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 834/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 834/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DXH3333	55662105C	30/10/2012	69200	233
LYW6611	55662109C	30/10/2012	69200	233
MEQ1414	55661976C	16/10/2012	69200	233
MIQ0826	55661981C	17/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 835/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 835/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM5109 55661579C 04/11/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 838/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 838/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHW8588 55661571C 23/10/2012 55411 181 * XVII
MJR4295 55661784C 23/10/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 839/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 839/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA1836	55662102C	29/10/2012	69200	233
MAZ4114	55661639C	20/10/2012	50100	162 * I
MAZ4114	55661640C	20/10/2012	65992	230 * V
MDG6963	55662108C	30/10/2012	69200	233
MDJ7070	55661998C	23/10/2012	69200	233
MHW0038	55662104C	30/10/2012	69200	233
MKF2800	55661995C	23/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 840/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 840/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAR4636	55661650C	19/11/2012	55411	181 * XVII
MCO7262	55661850C	26/10/2012	54870	181 * XI
MFN0786	55661641C	26/10/2012	55250	181 * XV
MKN3156	55661848C	26/10/2012	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 842/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 842/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGF7077	55661787C	29/10/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 843/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 843/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTZ9010	55662117C	21/11/2012	69200	233
LXD3469	55662119C	21/11/2012	69200	233
LYP8848	55661131C	11/11/2012	50100	162 * I
LYP8848	55661715C	11/11/2012	65992	230 * V
LYP8848	55661716C	11/11/2012	65561	230 * I
LZH7779	55661997C	23/10/2012	69200	233
MAX1855	55662106C	30/10/2012	69200	233
MIM7266	55661993C	23/10/2012	69200	233
MKV0040	55662124C	23/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 844/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 844/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGB2363	55661643C	01/11/2012	73662	252 * VI
LYP8848	55661132C	11/11/2012	58350	195
MDS9924	55661585C	28/11/2012	54870	181 * XI
MEB3810	55661797C	13/11/2012	54870	181 * XI
MFH0132	55662254C	10/12/2012	55411	181 * XVII
MFJ0687	55661587C	28/11/2012	54870	181 * XI
MHR6165	55661921C	06/12/2012	55411	181 * XVII
MIB1484	55661912C	27/11/2012	55411	181 * XVII
MKC6434	55661580C	04/11/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 846/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 846/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY7409	55943726B	05/12/2012	50100	162 * I
LXY7409	55943727B	05/12/2012	65992	230 * V
MCC6559	55660746C	08/12/2012	50100	162 * I
MCC6559	55660747C	08/12/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 847/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 847/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDT4806	55662204C	10/12/2012	54521	181 * VIII
MHI4366	55662251C	10/12/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 849/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 849/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW9384	55662123C	21/11/2012	69200	233
LYG3243	55662121C	21/11/2012	69200	233
LYH2469	55662118C	21/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 850/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 850/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEZ3161	55662071C	22/11/2012	73662	252 * VI
MGO5117	55660845C	12/12/2012	55411	181 * XVII
MIF0010	55662093C	13/12/2012	73740	253
MJZ9676	55662069C	22/11/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 851/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 851/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCC3831	55662113C	21/11/2012	69200	233
MCT8048	55662125C	27/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 852/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 852/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOO0083	55662003C	09/12/2012	51851	167
BNG1088	55661718C	17/12/2012	54600	181 * IX
LWV4110	55661919C	03/12/2012	73662	252 * VI
LXY7409	55661676C	16/12/2012	73662	252 * VI
LZF4350	55662268C	16/12/2012	51851	167
MDF9627	55662154C	07/12/2012	55411	181 * XVII
MEQ3191	55661800C	28/11/2012	54870	181 * XI
MFW5647	55661930C	15/12/2012	55411	181 * XVII
MHF1264	55661589C	28/11/2012	55680	181 * XIX
MIR8631	55661917C	27/11/2012	73662	252 * VI
MKY1010	55662206C	19/12/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 854/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 854/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL2172	55661721C	26/12/2012	50100	162 * I
MAL2172	55661949C	26/12/2012	65992	230 * V
MCC6559	55661040C	30/12/2012	50100	162 * I
MCC6559	55661041C	30/12/2012	66371	230 * IX
MCC6559	55661042C	30/12/2012	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 855/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 855/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQN2313	55662087C	10/12/2012	54521	181 * VIII
MFL4309	55661036C	27/12/2012	55411	181 * XVII
MGN1236	55660846C	12/12/2012	55411	181 * XVII
MIY0770	55662100C	28/12/2012	58350	195
MIY0770	55662098C	28/12/2012	65300	228
MIY0770	55662099C	28/12/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 856/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 856/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAT5928	55662149C	07/01/2013	69200	233
AOH4278	55662145C	07/01/2013	69200	233
DKP1432	55662146C	07/01/2013	69200	233
LYK0200	55661932C	16/12/2012	50100	162 * I
LYK0200	55661933C	16/12/2012	51691	165
LYQ1332	55662141C	07/01/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 857/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 857/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXZ9318	55661687C	06/01/2013	73662	252 * VI
MIJ7640	55662303C	02/01/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 858/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 858/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEU8783	55662131C	07/12/2012	69200	233
LZJ3890	55662127C	07/12/2012	69200	233
MBF6599	55662257C	13/12/2012	65992	230 * V
MGO1770	55662137C	07/01/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 859/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 859/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHQ3957	55661928C	15/12/2012	55411	181 * XVII
IFB8531	55662269C	16/12/2012	55411	181 * XVII
LNMO954	55662159C	14/01/2013	55411	181 * XVII
LXV0284	55660848C	12/12/2012	55411	181 * XVII
LYC5613	55662286C	12/01/2013	51851	167
MAO0698	55662217C	12/01/2013	54870	181 * XI
MED5309	55662203C	10/12/2012	55411	181 * XVII
MFH0603	55661931C	15/12/2012	55411	181 * XVII

MFS1324 55661929C 15/12/2012 55411 181 * XVII
MIK5585 55661926C 15/12/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 861/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 861/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGD9430 55661680C 22/12/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 862/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 862/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGD9430 55662208C 22/12/2012 72340 250 * I * a
MCH3236 55662169C 17/01/2013 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 864/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 864/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJH4627 55661940C 21/12/2012 55840 182 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 865/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 865/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOW1343 55662503C 23/01/2013 66700 230 * XIII
CXQ6051 55662135C 07/01/2013 69200 233
IDJ1886 55662140C 07/01/2013 69200 233
LXA6322 55662504C 27/01/2013 65992 230 * V
LYB2534 55662147C 07/01/2013 69200 233
MEX6411 55662299C 21/01/2013 50100 162 * I
MEX6411 55662308C 21/01/2013 64080 221
MGS5026 55662148C 07/01/2013 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 866/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 866/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA6322	55662505C	27/01/2013	52311	172
MEK1265	55662288C	12/01/2013	51851	167
MGS1464	55662301C	02/01/2013	73662	252 * VI
MIK5585	55662287C	12/01/2013	51851	167
MKB7635	55662222C	18/01/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 867/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 867/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIQ4536 55662305C 11/01/2013 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 868/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 868/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYT7708 55662306C 21/01/2013 65992 230 * V
LZX7820 55662511C 29/01/2013 65992 230 * V
MCS1177 55662296C 21/01/2013 50371 162 * III
MCS1177 55662297C 21/01/2013 69120 232
MDR3022 55662608C 01/02/2013 73400 252 * IV
MIV4877 55662606C 29/01/2013 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 869/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 869/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAN7023	55662290C	15/01/2013	73662	252 * VI
MEN3090	55661694C	15/01/2013	72340	250 * I * a
MJS7873	55661699C	18/01/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 872/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 872/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS4080	55662521C	11/02/2013	66700	230 * XIII
MAX3714	55662524C	13/02/2013	69120	232
MAX3714	55662523C	13/02/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 873/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 873/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCJ3792	55662527C	13/02/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 874/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 874/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACL9552	55662549C	22/02/2013	69120	232
ACL9552	55662548C	22/02/2013	65992	230 * V
AKL0135	55662605C	29/01/2013	50100	162 * I
BZN0085	55662405C	21/02/2013	69200	233
LYV2224	55662550C	22/02/2013	66610	230 * XII
MBQ7780	55662547C	19/02/2013	69120	232
MEN4200	55662402C	21/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 875/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 875/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEQ3760 55662175C 16/02/2013 60501 208
BPI4061 55662537C 16/02/2013 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 878/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 878/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACX8196 55662664C 06/03/2013 64080 221
DMY5995 54090006E 05/03/2013 69200 233
IOD7485 55662436C 28/02/2013 69200 233
LWY7322 54090013E 05/03/2013 69200 233
LYC5407 55662437C 01/03/2013 69200 233

LYX3422	54090021E	05/03/2013	69200	233
LZF5948	54090016E	05/03/2013	69200	233
LZH9958	54090014E	05/03/2013	69200	233
MBQ7780	55662355C	06/03/2013	66531	230 * XI
MDU1967	55662449C	01/03/2013	69200	233
MFQ1509	55662429C	28/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 879/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 879/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACN8430	55662658C	06/03/2013	55411	181 * XVII
LCR6738	55662509C	29/01/2013	51851	167
LXE9534	55662651C	25/02/2013	55411	181 * XVII
LXN4597	55662519C	10/02/2013	55411	181 * XVII
LXS1873	55662010C	05/03/2013	55411	181 * XVII
LYQ0290	55662653C	28/02/2013	73662	252 * VI
MLH0055	55662520C	10/02/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 881/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 881/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY7409	55662562C	16/03/2013	50100	162 * I
LXY7409	55662563C	16/03/2013	65992	230 * V
MJI5250	54090015E	05/03/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 882/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 882/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IGJ7630	55662682C	15/03/2013	57200	186 * I
LXY7409	55662564C	16/03/2013	55680	181 * XIX
LYS4222	55662626C	15/03/2013	55411	181 * XVII
MBB8790	55662681C	15/03/2013	53980	181 * II
MBR0448	55662679C	15/03/2013	54870	181 * XI
MBZ2504	55662674C	12/03/2013	55411	181 * XVII
MFH0132	55662561C	16/03/2013	55680	181 * XIX
MFJ0687	55662365C	09/03/2013	54870	181 * XI
MHC0957	55662671C	09/03/2013	54521	181 * VIII
MIX8573	55661151C	11/03/2013	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 884/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 884/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABA4054	55662654C	03/03/2013	50100	162 * I
ABA4054	55662655C	03/03/2013	66531	230 * XI
IMJ3551	55662403C	21/02/2013	69200	233
LYZ8390	55662404C	21/02/2013	69200	233

MAG9756	55662410C	21/02/2013	69200	233
MHC0957	55662313C	16/03/2013	69120	232
MHO6090	55661724C	21/02/2013	69120	232
MHO6090	55661723C	21/02/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 885/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 885/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC0957	55662565C	16/03/2013	54100	181 * IV
MMD1115	55662540C	19/02/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 888/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 888/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAE4610	55662434C	28/02/2013	69200	233	
ACR9716	54090018E	05/03/2013	69200	233	
ASX5463	55662444C	01/03/2013	69200	233	
CBR9859	55662441C	01/03/2013	69200	233	
CQY1133	55662447C	01/03/2013	69200	233	
IHD0206	54090001E	05/03/2013	69200	233	
ILD9855	55662443C	01/03/2013	69200	233	
LXR1666	55662419C	28/02/2013	69200	233	
LYI1058	54090029E	25/03/2013	69200	233	
LYZ7417	54090008E	05/03/2013	69200	233	
MBH4668	55662432C	28/02/2013	69200	233	
MBP1515	54090025E	25/03/2013	69200	233	
MDT0455	55662431C	28/02/2013	69200	233	
MFS5090	55662624C	25/02/2013	65992	230	* V
MFS5090	55662623C	25/02/2013	50100	162	* I
MGL3040	55662416C	28/02/2013	69200	233	
MHK8138	55662433C	28/02/2013	69200	233	
MIS4861	54090010E	05/03/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 889/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 889/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHC9091	55662351C	28/02/2013	65300	228
CHC9091	55662352C	28/02/2013	51851	167
LZC7115	55662619C	25/02/2013	51851	167
MAG2177	55662618C	25/02/2013	51851	167
MDN2438	55662546C	19/02/2013	73662	252 * VI
MFM4020	55662360C	09/03/2013	54870	181 * XI
MIZ0755	55662620C	25/02/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 891/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 891/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXS6930	55662665C	09/03/2013	64080	221
LXS6930	55662666C	09/03/2013	52741	175
LXS6930	55662667C	09/03/2013	50531	162 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 892/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 892/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ5611	55662675C	15/03/2013	73662	252 * VI
MDG6908	55662312C	04/03/2013	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 893/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 893/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDO8398	55661138C	13/04/2013	50100	162 * I
MDO8398	55661152C	13/04/2013	65992	230 * V
MGS0012	54090046E	11/04/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 894/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 894/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDA2914	55662230C	14/04/2013	54521	181 * VIII
MIL2215	55662185C	05/04/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 897/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 897/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AEO1823	54090030E	26/03/2013	69200	233
LXY1336	54090034E	26/03/2013	69200	233
LYU8748	54090041E	26/03/2013	69200	233
MDN6181	55662184C	27/03/2013	50100	162 * I
MDN6181	55662630C	27/03/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 898/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 898/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPD8602	55662683C	31/03/2013	55250	181 * XV
MKX1515	55662376C	02/04/2013	73662	252 * VI
MLC6018	55662380C	02/04/2013	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 900/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 900/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CCG4829	54090026E	25/03/2013	69200	233
IDQ0038	54090056E	16/04/2013	69200	233
IFF8150	54090071E	23/04/2013	69200	233
IPA2421	54090035E	26/03/2013	69200	233
LWS8323	54090053E	16/04/2013	69200	233
LYK5514	54090069E	22/04/2013	69200	233
LYW8553	54090059E	16/04/2013	69200	233
LYY6302	55662640C	20/04/2013	65992	230 * V
LYY6302	55662639C	20/04/2013	50100	162 * I
LZB0119	55662649C	26/04/2013	65992	230 * V
MAE1649	55662685C	13/04/2013	50100	162 * I
MAQ1066	55662469C	26/04/2013	65992	230 * V
MAQ1066	55662470C	26/04/2013	50100	162 * I
MBA8923	55662648C	26/04/2013	65992	230 * V
MBE7863	54090054E	16/04/2013	69200	233
MCM5495	54090067E	19/04/2013	69200	233
MCV8336	54090022E	25/03/2013	69200	233
MDI2698	55662460C	20/04/2013	65992	230 * V
MER5021	55662687C	24/04/2013	65992	230 * V
MFN0700	54090044E	11/04/2013	69200	233
MFQ8944	55662647C	26/04/2013	65992	230 * V
MGX1104	55662459C	20/04/2013	50100	162 * I
MIE3353	55662650C	28/04/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 901/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 901/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANB0994	55662232C	20/04/2013	55411	181 * XVII
LXZ1410	55662235C	26/04/2013	55411	181 * XVII
MBW7365	55662236C	26/04/2013	55411	181 * XVII
MJG9727	55662633C	11/04/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 904/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 904/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CIC0383	55943830B	08/05/2013	65992	230 * V
CIC0383	55943831B	08/05/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 905/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 905/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAH0430 55662478C 08/05/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 907/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 907/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOW4182	54090061E	17/04/2013	69200	233	
BPL2934	55943848B	14/05/2013	65992	230	* V
BTF7655	54090066E	19/04/2013	69200	233	
CFL7805	54090052E	16/04/2013	69200	233	
ENT3922	54090062E	19/04/2013	69200	233	
LXN6038	54090098E	16/05/2013	69200	233	
LXS7698	55662570C	17/05/2013	50100	162	* I
LYC2562	54090090E	09/05/2013	69200	233	
LZB3129	55662463C	20/04/2013	69120	232	
LZJ5360	55662462C	20/04/2013	69120	232	
MGB9482	55662567C	17/05/2013	50100	162	* I
MGB9482	55662568C	17/05/2013	65992	230	* V
MGN4540	54090082E	30/04/2013	69200	233	
MGU6248	54090057E	16/04/2013	69200	233	
MJL6666	54090077E	29/04/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 908/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 908/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LJD6803	55661731C	21/05/2013	55250	181 * XV
LXZ1410	55943842B	11/05/2013	51851	167
MBB7465	55662464C	20/04/2013	70482	244 * II
MHC6315	55662241C	08/05/2013	70721	244 * V
MJP2141	55662472C	29/04/2013	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO